

UMA TORRE DELICADA: LISBOA E ARREDORES EM NOTAS DE VIAJANTES ca. 1750-1850

MARIA CLARA PAULINO

UMA TORRE DELICADA:
LISBOA E ARREDORES
EM NOTAS DE VIAJANTES
ca. 1750-1850

MARIA CLARA PAULINO



CITCEM
CENTRO DE INVESTIGAÇÃO TRANSDISCIPLINAR
CULTURA, ESPAÇO E MEMÓRIA

Título: Uma torre delicada: Lisboa e arredores em notas de viajantes ca. 1750-1850

Autora: Maria Clara Paulino

Imagem da capa: *Distant View of Mafra and the Mountains of Cintra*. Desenho de Adam Neale, M. D., publicado a 15 de Junho de 1809 por Richard Phillips, Bridge Street, Blackfriars, Londres. In *Letters from Portugal and Spain [...]*, 1809.

Design gráfico: Helena Lobo Design www.hldesign.pt

Co-edição: CITCEM – Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória»

FLUP – Via Panorâmica, s/n / 4150-564 Porto | www.citcem.org | citcem@letras.up.pt

Edições Afrontamento, Lda. / Rua Costa Cabral, 859 / 4200-225 Porto

www.edicoesafrontamento.pt | geral@edicoesafrontamento.pt

N.º edição: 1543

ISBN: 978-972-36-1329-2 (Edições Afrontamento)

ISBN: 978-989-8351-23-4 (CITCEM)

Depósito legal: 362049/13

Impressão e acabamento: Rainho & Neves Lda. / Santa Maria da Feira

geral@rainhoeneves.pt

Distribuição: Companhia das Artes – Livros e Distribuição, Lda.

comercial@companhiadasartes.pt

Setembro de 2013

*At length the lovely little castle of
Belem gladdened our vision,
– that tiny, delicate building
(at least so it looked from the steamer),
which the Queen of Portugal might almost have had
put under a glass case and sent to Hyde Park,
to be put under the other glass case there.
Such a toy of a fortification as it is!*

Lady Emmeline Stuart-Wortley, 1851

À família, aos amigos, aos companheiros de viagem

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
CAPÍTULO I: A LITERATURA DE VIAGEM ENQUANTO FONTE HISTORIOGRÁFICA	17
CAPÍTULO II: OS VIAJANTES	41
Índice alfabético	42
Índice por nacionalidade	43
Índice cronológico	44
Os viajantes	45
CAPÍTULO III: TECENDO OLHARES	171
Índice temático	172
Nota introdutória	175
Tecendo olhares	176
Comentários gerais sobre o estado da arte e da arquitectura	346
Notas finais	355
BIBLIOGRAFIA	361
Fontes – <i>Corpus</i>	362
Referências bibliográficas	364

AGRADECIMENTOS

Muitos foram os que me ajudaram a percorrer os caminhos da investigação que me trouxeram até aqui e a todos estou profundamente grata. Deixo um agradecimento muito especial a Agostinho Rui Marques de Araújo, da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e a Gloria Jones e Laura Rinaldi Dufresne, da Universidade de Winthrop, E.U.A.

Aos funcionários da Biblioteca Ida Dacus da Universidade de Winthrop, e a Carry Volk em particular, deixo registo do meu apreço pelo apoio, tão eficaz quanto atencioso, ao longo de vários anos. Entre outras bibliotecas cujos serviços ofereceram uma assistência que se revelou essencial gostaria de mencionar:

Alemanha

Herzog August Bibliothek, Wolfenbüttel
Niedersächsische Staats- und Universitätsbibliothek Göttingen
Staatsbibliothek zu Berlin

Estados Unidos

Houghton Library, Harvard College University
Phillips Library, Peabody Essex Museum, Salem, Massachusetts
Rare Books and Special Collections Library, University of South Carolina at Columbia
Spencer Library (Special Collections), University of Kansas
The David M. Rubenstein Rare Book & Manuscript Library, Duke University Library
The Mercantile Library of Philadelphia
Wilson Library, University of North Carolina at Chapel Hill

França

Bibliothèque Nationale de France, Paris
Bibliothèque Sainte-Geneviève, Paris

Inglaterra

Archives of Soho Collections, Birmingham
Birmingham University Library
Bodleian Library, Oxford University
The British Library, London

PREFÁCIO

Portugal e a sua geografia, cidades e aldeias, paisagens, quintas, jardins, residências e palácios, igrejas e mosteiros, bibliotecas e museus, monumentos e edifícios públicos, e ainda as artes visuais e decorativas, as festividades profanas e religiosas, os cortejos e as paradas militares, os espectáculos e os locais de entretenimento, enfim, o património do país no sentido mais lato é, desde há séculos, objecto de interesse para viajantes oriundos de outros lugares e culturas¹.

Em cartas, diários, relatos e memórias, num corpus genericamente designado de literatura de viagem, encontramos um país filtrado por olhares culturalmente distantes. Após um longo percurso de investigação, que incluiu a realização de dois trabalhos académicos em História da Arte, divulgamos agora alguns testemunhos de quem visitou Portugal, por períodos mais ou menos longos, entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Para além de temas relacionados com arte e arquitectura, o leitor encontra aqui muitas outras temáticas, como a paisagem, o teatro, ou a tourada. Por motivos de ordem prática, embora muitos destes visitantes tenham percorrido o país de norte a sul, circunscrevemos as observações a Lisboa e arredores e aos grandes edifícios religiosos de Alcobaça, Batalha e Mafra.

As nossas fontes são quarenta e nove textos de viagem da autoria de quarenta e oito estrangeiros chegados a Portugal com motivos e propósitos muito diversos. O grupo mais numeroso, e também aquele que inclui o maior número de militares, procede do Reino Unido (vinte e quatro); segue-se o grupo dos viajantes oriundos das regiões da actual Alemanha (onze), de França (seis), dos Estados Unidos da América (quatro), da Holanda (um), da Polónia (um) e da Suécia (um). A escolha destas nacionalidades resultou da vontade de chegar o mais próximo possível do olhar do observador através da leitura do texto original. Assim, foi o domínio dos idiomas (inglês, francês e alemão) que determinou as opções, sendo de realçar que o texto do viajante polaco foi escrito originalmente em francês e que os textos escritos em holandês e em sueco foram quase imediatamente traduzidos para alemão, o primeiro directamente a partir do manuscrito. A familiaridade com os idiomas permitiu também o acesso a informação próxima dos contextos de produção e recepção. A este respeito a nossa posição coincide com a de Ronald Hilton, para quem o estudo da literatura de viagem exige um sólido conhecimento de várias línguas que faculte não só a compreensão do significado preciso das palavras, mas também a análise aprofundada dos fenómenos que lhes servem de contexto².

O processo que levou à selecção destas fontes iniciou-se com a identificação, localização e consulta de um grupo muito mais alargado de textos, localizados em bibliotecas muito distantes entre si. O acesso a grande parte das fontes britânicas e alemãs, bem como às fontes polaca, sueca e holandesa, foi facilitado pela flexibilidade e abertura de bibliotecas dos respectivos países ao empréstimo interbibliotecário, quer tradicional, quer digital. A acessibilidade às fontes norte-americanas beneficiou da minha residência nos Estados Unidos durante quase todo o tempo de investigação. A consulta das fontes francesas levantou algumas dificuldades de carácter prático e burocrático, embora tenha sido possível fazer uma recolha que considerámos satisfatória.

Após uma primeira selecção procedeu-se a uma análise dos textos sob o ponto de vista da sua validade enquanto testemunhos historiográficos. Após a segunda selecção procedeu-se à identificação e classificação dos objectos e temas de modo a viabilizar a análise intra e inter-textual subsequente. Dado que a intenção foi sempre a de divulgar material não conhecido, ou pouco conhecido, o critério que presidiu a todas as fases seguintes foi o de privilegiar, em primeiro lugar, textos manuscritos e inéditos, seguidos de textos de edição restrita, textos publicados unicamente durante o período cronológico definido e, finalmente, textos com algumas reedições à época, ou em épocas posteriores, mas pouco divulgados entre nós.

A este respeito justificam-se alguns esclarecimentos. Entre a altura em que foram seleccionadas as fontes primárias que constituem o corpus e a publicação deste trabalho ocorreram importantes mudanças na divulgação da literatura de viagem sobre Portugal. Optámos, assim, por excluir várias narrativas em língua inglesa devido à actividade editorial intensa que ultimamente se tem vindo a fazer sentir no Reino Unido no que respeita a reedições de textos de viagem dos séculos XVIII e XIX. Em 2005, por outro lado, a narrativa do botânico e cientista alemão Heinrich Friedrich Link sobre Portugal foi publicada em tradução portuguesa³, pelo que decidimos também retirá-la. Link surge, aqui, na qualidade de tradutor para alemão de uma primeira obra sobre Portugal de Carl Israel Ruders, capelão da Delegação da Suécia em Lisboa. Esta versão alemã veio a público em 1805, dois anos depois da publicação original em sueco. Como o leitor poderá verificar na secção do capítulo II dedicada a Ruders, esta obra do nosso corpus é bem diferente de outra do mesmo autor, também sobre Portugal, já publicada em português⁴. Também publicada em português, em 2007, foi a narrativa de Charles Dumouriez. Neste caso, a obra original foi mantida no corpus por razões editoriais. É possível, aliás, que traduções de outras obras venham a público antes da publicação deste trabalho. Por fim, optámos pela não inclusão de textos já de alguma forma divulgados entre nós como objecto de trabalhos académicos, crítica ou ensaio, entre os quais se encontram obras de James Cavanagh Murphy⁵, Robert Southey⁶, William Beckford⁷, William Morgan Kinsey⁸ e Felix von Lichnowsky⁹.

O interesse pela literatura de viagem tem vindo a crescer em Portugal à medida que vem sendo mais conhecida e entendida como uma fonte rica de reflexão. Se discordamos com a afirmação de Bernardes Branco de que «o leitor vai ficar talvez um pouco surpreendido ao ver a grande aureola de glória que cinge o nome de Portugal entre os estranhos», concordamos que o conhecimento destas obras se «torna indispensável para aquelle, que desejar conscienciosamente escrever acerca de nossas coisas»¹⁰. O mesmo afirma Reis Machado, segundo o qual, se algumas obras são superficiais ou inexactas, outras são importantes pelas justas observações e considerações que encerram¹¹. Será pouco agradável, porventura, confrontarmo-nos com apreciações que, como o leitor poderá verificar, são por vezes consensualmente negativas, como no que respeita à parca atenção prestada em Portugal às artes, por exemplo, ou ao descuido com o património construído. No entanto, parece-nos importante não desviar o olhar. Lembramos o comentário do Barão de Eschwege, residente em Portugal durante longos anos e autor de um dos textos aqui apresentados: «Terei, eventualmente, errado aqui e ali [...]. Tentei não revelar

a minha opinião e apresentar apenas os factos para que seja o leitor a julgar. Até que ponto atraí a graça ou o desfavor do mundo português, que não suporta qualquer censura por parte de um estrangeiro, considerando-a uma ofensa à nação mesmo quando é absolutamente justificada, é uma questão que deixo em aberto»¹².

O interesse que este género de fontes tem vindo a despertar, não só em investigadores, mas também no grande público, parece-nos um indicador da consciência crescente do contributo que elas podem dar a várias áreas do conhecimento. Brigola ressalta a riquíssima informação que a literatura de viagem oferece sobre os nossos primeiros museus, dado o acesso que os viajantes tinham a colecções privadas, quer pela sua condição social, quer por vezes pelo simples facto de serem estrangeiros¹³. Evidentemente, tal como os testemunhos aqui apresentados deixam claro, o contributo é igualmente importante para a história de muitos outros campos, do militar ao religioso, da música à literatura, das artes à arquitectura e ao urbanismo, e também do traje, dos costumes, dos transportes, do comércio, da diplomacia, enfim, destas e de tantas outras áreas de actividade humana. A sua divulgação constitui um passo importante para a construção de um olhar cada vez mais multifacetado sobre a nossa herança cultural, artística e patrimonial.

NOTAS

¹ Em 1147 o cruzado inglês Osberno escreve um texto sobre a conquista de Lisboa, «talvez a mais antiga referência de um viajante estrangeiro ao Porto, depois de Portugal ter surgido como reino independente» (BASTO – O Porto visto pelos Estrangeiros [...], 1940, p. 67).

² HILTON – The Significance of Travel Literature, [...], p. 838. Ronald Hilton foi Professor Emérito da Universidade de Stanford, California, e Presidente da *World Association of International Studies*. É autor de obras relevantes na área da literatura de viagem na Península Ibérica.

³ *Notas de uma viagem a Portugal* [...], 2005. Heinrich Friedrich Link é autor de três volumes sobre uma viagem por França, Espanha e Portugal, intitulada *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien, und vorzueglich Portugal* (1801-1804). Esta viagem têm como finalidade o estudo e a classificação da flora indígena e da composição geológica dos locais que visita, mas inclui comentários sobre variados temas de ordem cultural e sociológica.

⁴ *Viagens em Portugal*, [...], 1981.

⁵ Autor de *Travels in Portugal*; [...], 1795; *Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha* [...], 1795; e *A General View on the State of Portugal* [...], 1798.

⁶ Autor de *Letters Written during a Journey in Spain* [...], 1797.

⁷ Autor de *Italy; with Sketches of Spain and Portugal.*, 1834, e *Recollections of an Excursion* [...], 1835.

⁸ Autor de *Portugal illustrated*. [...], 1828.

⁹ Autor de *Portugal. Erinnerungen aus dem Jahre 1842*, 1843.

¹⁰ BRANCO – *Portugal e os Estrangeiros*. [...], 1879, pp. 16-17.

¹¹ MACHADO – Catálogo Bibliográfico das Obras Estrangeiras [...], 1900-1922, p. 201.

¹² ESCHWEGE – *Portugal. Ein Staats- und Sittengemaelde* [...], 1837, p. 13.

¹³ BRIGOLA – Coleções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: [...], 1998.

CAPÍTULO I

A LITERATURA DE VIAGEM ENQUANTO
FONTE HISTORIOGRÁFICA

L'Absolument étranger seul peut nous instruire

Emmanuel Levinas¹

A literatura de viagem, tal como toda a literatura, contém uma multiplicidade de elementos do domínio da cultura que, até certo ponto, podem ser isolados do tecido textual e analisados sob os diferentes ângulos de áreas específicas de estudo². Aqui, a nossa atenção dirige-se ao património entendido em sentido lato, incluindo as artes visuais tradicionais, as paisagens urbana e rural, a arquitectura de casas, quintas, palácios, teatros, prisões, cemitérios e hospitais, a arquitectura religiosa de mosteiros, conventos, igrejas e capelas, e a arquitectura paisagista de jardins privados e públicos.

A convicção de Percy Adams de que «[N]enhum pensador ou historiador pode passar sem os viajantes»³ é partilhada, quer por historiadores e geógrafos, que dão cada vez maior valor ao papel do viajante enquanto disseminador de ideias, quer por instituições académicas, onde a literatura de viagem tem vindo a ser integrada não só nos *curricula* de Estudos Literários, mas também de Antropologia, Arqueologia, Etnografia, História e Sociologia⁴. O reconhecimento do valor destes textos enquanto fontes para uma grande variedade de áreas é, contudo, recente. Já em inícios do século XIX Gilbert Chinard lamentava a ignorância generalizada sobre o papel da viagem, e da literatura que dela resulta, no desenvolvimento do pensamento europeu dos séculos XVII e XVIII⁵, e G. S. Rousseau afirma agora que, de um ponto de vista historiográfico, os textos de viagem produzidos entre fins do século XVII e meados do século XIX continuam a ser o tesouro menos explorado dos anais da literatura europeia⁶.

A abordagem que fazemos aos textos não é literária no sentido mais estrito do termo, embora não sejamos indiferentes à qualidade da escrita, que pode, até, influenciar a qualidade da informação específica que nos interessa. No entanto, apesar de não utilizarmos a metodologia da crítica literária para interpretar, analisar ou classificar os textos, não podemos concordar totalmente com aqueles que defendem que, ao analisar literatura de viagem, um historiador não deve utilizar critérios estético-literários⁷. Pelo menos um aspecto há que ter em conta, o da convenção literária, que desempenha um papel determinante na forma como os viajantes apresentam o resultado das suas observações. O conhecimento das convenções e da forma como vão mudando ao longo do tempo permite uma interpretação mais completa da informação e um juízo mais sólido sobre a relativa validade desta ou daquela observação. Este é um aspecto importante ao qual voltaremos mais adiante. Mas haverá outras razões para não descurarmos os aspectos literários destas fontes. Como afirma Fernando Clara, «em grande parte dos casos, muito antes de serem encarados como fontes historiográficas, esses documentos devem ser lidos a partir duma perspectiva que privilegia e dê o merecido relevo à sua *fundamental componente literária*»⁸.

Cabrá referir o debate que nas últimas décadas se tem desenvolvido em torno da classificação da literatura de viagem como género literário. Segundo Watt, foi apenas por

volta de 1990 que surgiram as primeiras histórias literárias verdadeiramente abrangentes sobre este corpo de textos⁹. Os estudos críticos, bibliográficos e estatísticos já feitos não são ainda suficientemente consistentes para se poder definir uma área de «cultura da viagem»¹⁰. Composta por uma grande variedade de formas, de que o nosso *corpus* é exemplo, esta literatura inclui desde curtos relatos a longas narrativas, compilações de cartas, diários, memórias e até formas híbridas no cruzamento entre facto e ficção, autobiografia e história. Em *Frankenstein*, por exemplo, Mary Shelley insere cartas e passagens de diários escritos durante viagens pela Europa em 1814 e 1816¹¹.

Não é, pois, fácil chegar a um consenso sobre o que constitui a literatura de viagem. Borm considera-a um conjunto de textos demasiado inclusivo e híbrido, cujo único elemento comum é o tema, ou seja, a viagem¹². Campbell designa-a de «género composto de outros géneros»¹³. Whitehead considera que a integração da literatura de viagem no cerne dos *curricula* de Estudos Literários obrigaria a uma revisão da definição de Literatura¹⁴. No entanto, já em 1964 Morris Bishop, então Presidente da *Modern Language Association*, defendia a necessidade de acolher «formas literárias negligenciadas», em particular a literatura de viagem, que «contém tesouros por explorar». Pedia ainda especial atenção para este debate por parte de quem estuda «regiões do mundo de língua espanhola e portuguesa, para as quais a literatura de viagem é particularmente importante»¹⁵.

Temos consciência da pertinência deste debate, e parece-nos que a tendência actual vai no sentido da integração, mas estas questões não são determinantes no âmbito deste estudo. Mais relevante será a afirmação de Hilton segundo a qual a literatura de viagem é tão simplesmente a «descrição de uma região do mundo filtrada pelo olhar de alguém oriundo de um local diferente»¹⁶. Tomando esta definição como ponto de partida, logo surgem com premência várias perguntas, das quais destacamos duas que nos parecem essenciais: quem são estes viajantes que vêm de locais diferentes e por que razão vêm? Sem pretendermos fazer um estudo antropológico ou sociológico, a verdade é que para responder a estas e outras questões é necessário ponderar aspectos do pensamento europeu da época, bem como contextos nacionais e socioeconómicos. A origem geográfica, cultural e social de cada viajante constitui uma herança que influencia a forma de olhar qualquer realidade e, muito em particular, a que é sentida como estranha. Assim, um dos nossos grandes objectivos foi obter informação o mais completa possível sobre as origens e o percurso biográfico de cada autor.

Para além disso, quisemos também saber o que leram sobre Portugal antes de chegarem, o que mais atraiu a sua atenção, como abordaram o objecto observado, como transferiram essa observação para o texto escrito e, finalmente, a quem dirigiam a informação. Este é um processo de contextualização que permite, de algum modo, limitar a distorção inerente a qualquer «viagem» através de fronteiras geográficas, temporais e de mentalidades, e distinguir com maior nitidez os filtros que nos separam, quer do mundo de que esta litera-

tura é testemunho, quer da informação veiculada. Como escreve Watt, o «[O]utro» só pode ser entendido, e descrito, com base em pontos de referência e experiências precedentes¹⁷. Na verdade, os filtros mais não são do que a visão etnocêntrica de qualquer viajante ou, na formulação de Hodgen, «o conjunto de ideias sobre o outro»¹⁸ que informa os *topoi* tão frequentes nestes textos¹⁹. Finalmente, não são só os viajantes que transportam consigo noções culturais, estéticas, e até literárias, com as quais interpretam o mundo. O mesmo acontece connosco ao enfrentarmos o discurso do «outro» sobre nós. A consciência que temos, ou não, dos nossos próprios filtros pesa de forma determinante no modo como entendemos esse discurso.

A ajuizar pelo nosso *corpus* nenhum dos autores está à altura do viajante ideal, definido na *Fraser's Magazine*, em 1850, como aquele que, para investigar profundamente a vida social e as instituições de um país, nele deve residir durante um período de tempo suficiente para conseguir «emancipar-se» da sua «forma de pensar» e identificar-se com a «forma de pensar» desse povo²⁰. Evidentemente, uma tal emancipação não nos parece possível, independentemente da duração da estada; mais do que isso, não nos parece desejável, pois é no entrecruzar das diferenças que se encontra a informação que pretendemos analisar. A familiaridade com o observado não ajudaria à análise dos dados, nem reforçaria a validade das conclusões.

Pelo contrário do ponto de vista da análise, o perigo reside em considerar como neutra, ou objectiva, a observação que não o é. Nenhum observador é neutro, e é precisamente o conhecimento do que constitui a sua parcialidade que torna possível uma interpretação mais correcta dos dados. Mesmo quando os viajantes observam e, até, perseguem uma utópica objectividade, «investigando» aspectos de carácter supostamente factual da sociedade e das instituições do país, o que dizem revela, uma e outra vez, o olhar de quem está de fora, ora superficial, ora lúcido, mas sempre perplexo. Pensamos ser esse olhar que valoriza os textos pois, como afirma Hilton, «quanto mais afastado está o observador, mais intensas são as suas impressões e mais relevantes os comentários». Como exemplo, Hilton refere *Viaje de España*²¹ de Antonio Ponz, Secretário da Real Academia de Belas Artes de San Fernando em Madrid, afirmando que, do ponto de vista informativo tem menos valor do que os relatos da autoria de franceses, ingleses ou alemães, que vêem o país «with fresh eyes»²²; *Viaje Fuera de España*, também de Ponz²³, oferece muito mais ao leitor, ao revelar as impressões que o norte da Europa causa «num espanhol de grande sensibilidade»²⁴.

Há, contudo, um preço a pagar pelo «tesouro» da diferença e esse preço é o da atracção que esta exerce, tanto no observador, como no público leitor, particularmente quando o país é sentido como estranho ou exótico. Para o autor, a tentação de exagerar, embelezar ou desfeiar é real, tal como se vê pela longa tradição ficcional da literatura de viagem. Há inúmeros exemplos de textos de viagem escritos ao longo dos tempos cuja veracidade suscita dúvidas, como a narrativa de Marco Polo, de fins do século XIII, ou a de Sir John Mandeville, de meados do século XIV. Continuam a surgir dúvidas em relação a alguns textos do século XVIII,

outrora considerados como testemunhos genuínos, mas que hoje sabemos serem uma amálgama de observações históricas e estéticas feitas por vários viajantes²⁵. E acontece também que textos como a *Odisseia* e a *Eneida*, tradicionalmente classificados como textos de ficção poética, são hoje por vezes apelidados de «literatura de viagem disfarçada»²⁶.

As questões que estas fontes nos colocam enquanto testemunhos historiográficos obrigam-nos a dar uma especial atenção às questões de credibilidade do autor e a utilizar critérios que requerem alguma familiaridade com a crítica literária e os estudos comparativos. Antes de mais, é imperioso determinar se a viagem teve ou não lugar, se o viajante se deslocou a este ou àquele local específicos e se, de facto, viu o objecto que descreve. É igualmente necessário tentar identificar o leque de estratégias utilizado pelo autor com o intuito de persuadir o leitor da sinceridade, autenticidade e valor do testemunho²⁷, como sejam as descrições minuciosas, supostamente indicadoras de capacidade de observação; as insistentes afirmações sobre a duração prolongada da estada, que permitiria ao viajante um julgamento menos apressado e mais justo; e a adopção de um discurso neutro e seco, considerado particularmente credível²⁸. Por um lado, a análise intra e inter-textual permite identificar essas estratégias e avaliar a genuinidade do testemunho; por outro, não podemos ignorar o carácter subjectivo, social e culturalmente definido, do processo experiencial da viagem ou a dificuldade em aplicar a esta literatura critérios de distinção entre texto de ficção e texto empírico-realista, dado que a própria selecção e organização do material dependem de condicionalismos variados²⁹. Tudo aponta, pois, para a necessidade de uma sólida contextualização, à qual procurámos dar a devida relevância, e cujos resultados apresentamos no Capítulo II.

Um dos aspectos mais importantes no processo de verificação da autenticidade da experiência e das observações prende-se com o facto de a apropriação de ideias, ou o plágio mais ou menos evidente, ser praticamente inevitável neste universo literário. É raro o viajante que não lê literatura de viagem sobre o país que tenciona visitar. Em fins do século XVIII, o Conde Leopold Berchtold, filantropo e viajante alemão, escreve uma obra de grande sucesso na qual oferece conselhos a quem pretende viajar. Antes da partida, o viajante deverá obter uma descrição exacta das «curiosidades» da rota a percorrer até chegar ao seu destino³⁰, e fazer a devida preparação cultural, que implica a aquisição de conhecimentos sobre a humanidade em geral e sobre os países de origem e de destino, incluindo as respectivas instituições e história. O futuro viajante deve ainda possuir um excelente nível de instrução em todas as áreas, da jurisprudência à medicina e das línguas ao desenho³¹.

A valorização do conhecimento intelectual tipicamente iluminista que Berchtold representa continua a fazer-se sentir durante o século XIX, levando um professor da Universidade de Cambridge, Inglaterra, a aconselhar o poeta Richard Monckton Milnes a adiar a viagem que planeava fazer a Roma, em 1831, pois não havia ainda estudado devidamente a topografia da região³². É precisamente entre os anos 1828 e 1836 que tem início a publicação regular de guias de viagem, nomeadamente os guias Murray, em Inglaterra, e os Beadeker, na Alemanha; estes últimos, em particular, são sinónimo de rigor e fiabilidade. No

ano de 1873 o guia Murray de Roma ainda sugere uma bibliografia de quarenta títulos, alguns dos quais em alemão, italiano e francês, que o «viajante intelectual» é aconselhado a ler antes de iniciar viagem.

Tanta informação adquirida sobre o país de destino, bem como a escolha de rotas há muito trilhadas, implica forçosamente a formação *a priori* de expectativas e julgamentos. A este respeito, valerá a pena referir a evolução conotativa das palavras «viajante» e «turista», que reflecte transformações profundas no contexto da viagem enquanto fenómeno socio-cultural. Em 1800 parece não haver grande diferença: Samuel Pegge escreve, em tom neutro, que o viajante passou a ser designado de «turista»³³. No entanto, na época pós-napoleónica, a palavra «turista» já surge com uma conotação negativa³⁴. O viajante, presume-se, tem uma atitude mais séria e observadora do que o turista e partilha com o seu leitor uma experiência cultural, enquanto o turista se limita a repetir *clichés*³⁵.

Ora, se é verdade que a consulta bibliográfica corrobora, em parte, esta afirmação, o certo é que o *Grand Tour*³⁶, ou *Continental Tour*, como é designado com cada vez maior frequência à medida que se avança pelo século XIX, segue um percurso bem conhecido, orientado pelos textos-guia acima mencionados que determinam, dentro de um certo sistema cultural, o que o viajante vê, em que sequência vê e, o que é ainda mais significativo, o que deve sentir e pensar sobre o que vê. Como afirma Dr. Johnson «o imitador trilha um caminho batido e, apesar de toda a sua diligência, mais não pode esperar do que encontrar algumas flores ou ramos ainda não tocados pelo seu predecessor [...]»³⁷. Assim, é compreensível que o plágio seja corrente nestes textos. No entanto, não só não é difícil detectá-lo, como, mais uma vez, algo que começa por se apresentar como um obstáculo acaba por se tornar um contributo válido, se o número de fontes for suficiente para um estudo intertextual que permita reconhecer padrões mais ou menos recorrentes em referência a um determinado objecto.

Verifica-se que as fronteiras temporais do nosso *corpus* têm correspondência próxima com as que delimitam um período marcante na evolução histórica, política, social, económica e científica do continente europeu. A Guerra dos Sete Anos, cronologicamente tão próxima do Terramoto de Lisboa, inicia um processo de mudança que culmina com as revoluções burguesas de meados do século XIX. É um período conturbado marcado pela Revolução Francesa e as suas consequências militares, políticas e sociais para a Europa; a Liga Renana e as profundas reformas políticas, sociais, económicas e jurídicas na Alemanha³⁸; a Tripla Aliança e o Congresso de Viena, de 1815, que inicia o período da Restauração materializado na Confederação Alemã e na Santa Aliança entre a Rússia, a Áustria e a Prússia; a agitação dos meios intelectuais europeus, em 1830, cuja atenção se dirige para a revolução de Julho, em França, seguida dos acontecimentos que levam à independência da Bélgica em 1831 e à revolução da Polónia, esmagada pelo exército russo em Maio deste mesmo ano; a agitação que leva ao restabelecimento na Alemanha do regime repressivo de

Metternich, que irá continuar no poder até à Revolução de Março de 1848; e a revolução nesse mesmo ano, em França, que leva à implantação da Segunda República.

Apesar de toda esta conturbação, é durante o período que acabámos de delinear que a viagem se vai transformando numa actividade cada vez mais comum. Já em 1819, a *Monthly Review* lamenta que «aos elegantes *milords* do antigamente se sucede agora uma multidão de plebeus»³⁹. Entre as nossas fontes, alguns autores exprimem repúdio por esse turismo massificado, como é o caso do Marquês de Londonderry e de sua esposa que, em 1839, são obrigados a um contacto não desejado com as novas classes sociais entre os viajantes ao escolherem o moderno barco a vapor como meio de transporte⁴⁰. A partir do segundo quartel do século XIX é outra a acessibilidade ao acto de viajar, é outro o viajante, e é diferente o tom, e o próprio conteúdo, da literatura de viagem.

Theophile Gautier escreve em 1845 que «[O]s ingleses estão em toda a parte menos em Londres»⁴¹. De facto, com base no número de passageiros com registo de passagem nos portos marítimos calcula-se que, durante a década de 1830, cerca de 50.000 ingleses atravessaram anualmente o Canal⁴². E nem as revoluções de 1848-1849 fazem abrandar a frequência do *Tour*. Em 1849 a *Fraser's Magazine* refere um abrandamento do ritmo das viagens devido às movimentações revolucionárias, relacionando-o com o aumento do número de guias turísticos, cuja leitura compensaria, de algum modo, a impossibilidade de viajar. No entanto, comenta Buzard, restituída a paz, a revista fora obrigada a reconhecer a inexactidão desta teoria, dado que as viagens tinham continuado sem que os viajantes dessem demasiada importância aos obstáculos criados pelo conflito⁴³. A própria revista publica um desmentido logo no ano de 1850⁴⁴.

A verdade é que aumenta o número de guias, o número de viagens e o número de textos que as relatam. As mulheres participam cada vez mais deste fenómeno. Apesar de o perfil do viajante ser ainda predominantemente masculino⁴⁵, é a partir de finais do século XVIII que a literatura de viagens no feminino ganha um impulso notável, evidenciado pela quantidade e qualidade de publicações da autoria de escritoras de renome, como a Condessa de Hahn-Hahn (nossa fonte), Rahel Varnhagen, Ida Pfeiffer e Sophie de la Roche, na Alemanha; Mary Wollstonecraft e Anne Radcliffe, em Inglaterra; e Mme. de Staël, em França⁴⁶. E se, de um ponto de vista estatístico, o contributo das mulheres neste domínio é ainda reduzido, os seus textos de viagem têm um enorme êxito junto do público⁴⁷, facto que muitos atribuem a um maior cuidado na descrição⁴⁸ e a maior criatividade na utilização do detalhe pitoresco⁴⁹, diferenças que não se encontram em evidência entre as autoras incluídas neste *corpus*.

Há hoje um largo corpo de obras que estuda a evolução das mulheres como viajantes, escritoras e agentes de mudança em geral durante os séculos XVIII e XIX. Tomando como exemplo Johanna Schopenhauer, Ida Hahn-Hahn e Fanny Lewald, Shutte Watt argumenta que as escritoras alemãs têm um papel ativo no campo da literatura de viagem desde finais do século XVIII, embora as suas obras só tenham começado a ser estudadas de forma siste-

mática em finais do século XX. As mulheres penetram na literatura utilizando a forma epistolar como Cavalos de Tróia, escreve Watt, e são imediatamente seduzidas pela forma aberta do diário de viagem⁵⁰. Em 1819 Rahel Varnhagen, autora de relatos de viagem e defensora dos direitos das mulheres, encoraja a irmã a partir à descoberta de novos locais, «onde novas circunstâncias, palavras e pessoas te comovam, te renovem o sangue, a vida, os nervos e o pensamento»⁵¹. O nosso *corpus* inclui quatro textos de mulheres, duas britânicas e duas alemãs, que viajaram por todo o país. A primeira a chegar foi Esther Bernard (alemã), em 1801, seguindo-se a Marquesa de Londonderry (britânica), em 1839, a condessa Ida von Hahn-Hahn (alemã), em 1841, e Lady Emmeline Stuart-Wortley (britânica), em 1851. As duas últimas são autoras de numerosa bibliografia que, para além da literatura de viagem, inclui a poesia, o romance epistolar e a novela.

Depois do decréscimo que se faz sentir na publicação de literatura de viagem sobre Portugal entre fins do século XVI e meados do século XVIII⁵², há um recrudescer do interesse pelo país imediatamente após o Terramoto de Lisboa⁵³. A destruição da cidade e os incêndios que se seguem têm um forte impacto na imaginação de toda a Europa⁵⁴ e, logo em 1756, são publicados, na Europa central e do norte, numerosos textos descritivos do acontecimento, frequentemente acompanhados de gravuras. Antes do Terramoto os poucos estrangeiros que visitam Portugal fazem-no por motivos comerciais, militares, ou de saúde⁵⁵; mas a partir da segunda metade do século XVIII «os livros de viagens em Portugal passaram a constituir uma espécie de departamento da literatura itinerante europeia, cultivada por homens de grandíssimo mérito»⁵⁶. É também a partir de então que começam a ser publicados guias de viagem sobre Espanha e Portugal, como o de Hans Ottokar Reichard, de 1793, bem como outras obras de referência sobre a região, algumas das quais se devem a respeitadores editores alemães como Joseph Aschbach, Johann Galetti, Karl Haebler, Heinrich Schaeffer ou K. P. von Schepeler⁵⁷.

O ano de 1755 constitui, assim, um marco cronológico importante pela atenção que atrai para Lisboa⁵⁸ e pelas consequências políticas e urbanísticas que precipita. Estas últimas são objecto de alargados comentários por parte dos viajantes, alternando entre os rasgados elogios à zona reconstruída e as críticas severas ao resto da cidade. A expulsão dos Jesuítas desperta também muita atenção, particularmente no norte da Europa, onde então se afirmam os princípios iluministas, e o sistema feudal e o clero são vistos como os grandes inimigos da evolução no sentido do progresso e do conhecimento. Neste contexto de aceso anticlericalismo são publicadas, já em 1759, várias colectâneas sobre o plano de assassinato do Rei D. José e o envolvimento dos Jesuítas⁵⁹. As guerras com Espanha, as Invasões Francesas – que, por si só, dão origem a uma intensa produção de textos sobre Portugal⁶⁰ – e as mudanças políticas subsequentes⁶¹ geram também a publicação de muitas obras. Em 1847 lê-se na *Blackwood's Edinburgh Magazine*: «Ultimamente temos sido inundados pelos assuntos daquela região da Europa a sul dos Pirinéus [...]. Estamos far-

tos de revoluções espanholas [...] é-nos completamente indiferente se sua corpulenta Majestade de Portugal [...] continua nas Necessidades ou se necessitou de se pôr a raspar a bordo de uma fragata britânica [...]. Mas, apesar de tudo, aqui vai uma corrente de livros sobre a Península [...]»⁶². Observados por viajantes de sensibilidades e culturas distintas, todos estes acontecimentos propiciam uma certa visão da realidade político-social do país, bem como da sua situação cultural e artística. De acordo com as nossas fontes, o património construído está visivelmente degradado, especialmente em Lisboa, onde, exceptuando a zona reconstruída por Pombal, as marcas do Terramoto estão ainda presentes nos anos de 1850 e 1851⁶³.

O número de estrangeiros que nos visita continua a aumentar a partir da viragem para o século XIX, em parte porque, para atrair o público leitor, se exploram regiões menos conhecidas, tais como Portugal e Espanha, e também a Suécia, a Rússia e a Córsega⁶⁴. O interesse pela Península Ibérica por parte de viajantes do centro e norte da Europa manifesta-se numa bibliografia que engloba obras sobre a história, a geografia e a literatura da região⁶⁵, embora os textos que incidem sobre Portugal sejam em número relativamente reduzido. O país não faz parte dos percursos comuns. Existe uma hierarquia de países a visitar, mencionada já em obras de referência alemãs de fins do século XVIII⁶⁶, e as preferências do *Grand Tour* reflectem-se ainda nos movimentos dos viajantes no terceiro quartel do século XIX: em primeiro lugar visita-se a Itália («A man who has not been to Italy is always conscious of an inferiority», afirma Dr. Johnson⁶⁷) e, em seguida, a França e o Egipto⁶⁸. Mas, se Roma é destino obrigatório de quem procura uma experiência cultural e artística, a relação da maior parte dos ingleses e norte-europeus com Itália é ambivalente, pois o país faz parte de um conjunto de nações, entre as quais se encontra Portugal, que os viajantes consideram dominadas pela superstição religiosa e por uma nobreza decadente⁶⁹. Em França a maior atracção é, evidentemente, Paris, que funciona como «modelo de progresso decorrente da Revolução Francesa»⁷⁰ em contraponto a Londres, «capital do mundo», onde floresce uma forte classe média⁷¹. A literatura de viagem sobre Paris é altamente polarizada entre vozes liberais e conservadoras, ambas de grande sucesso comercial. *Notes on a Journey through France*, de Morris Birbeck, obra de pendor liberal publicada em 1814, esgota cinco edições em dois anos; o mesmo acontece com *A visit to Paris in 1814* e, ainda com *Paris revisited*, ambas de John Scott, as quais, no mesmo período de tempo, esgotam oito edições. Entre as vozes conservadoras conta-se a de John Eustace, autor de *A letter from Paris* que, entre 1814 e 1815, esgota dez edições. O interesse por Paris ganha novo impulso nos anos trinta, destacando-se as obras dos alemães Franz August Gathy e Ludwig Boerne⁷². A Suíça, a Alemanha e a Holanda merecem também a atenção do viajante, embora a estada nestes países seja normalmente mais curta⁷³. Por último, surgem Espanha (designação que quase sempre inclui Portugal) e Grécia⁷⁴.

Poucos são os viajantes que visitam Portugal com o único intuito de o conhecer. Entre os autores do nosso *corpus* encontram-se motivações de ordem militar, diplomática, polí-

tica, evangélica e de saúde, entre outras. Não há dúvida de que Portugal era um país periférico e não apenas do ponto de vista geográfico. Em carta a Baretto, de 1761, o Dr. Johnson afirma que não há país que os europeus conheçam pior do que Espanha⁷⁵, que deve aqui ser entendida como Península Ibérica. Não obstante o comentário sobre a profusão de notícias políticas sobre Portugal acima referido, a verdade é que as nossas fontes comentam o pouco que se sabe acerca do país e também a diferença entre o que aqui encontram e outros países da Europa. Para a Condessa de Hahn-Hahn, que vem a Portugal em 1841, o retorno ao seu país natal significa o regresso «à Europa»⁷⁶. Sentimentos similares vão-se repetindo em diferentes cambiantes, por estes textos, ficando o leitor com a impressão, diríamos mesmo a certeza, de que na mente de quem nos visita Portugal não faz parte da grande família europeia que Voltaire advoga⁷⁷, para a qual contribui a polinização de ideias e valores estimulada pela literatura de viagem.

A este respeito, é interessante verificar que, no ano de 1773, uma das obras mais requisitadas à biblioteca da cidade de Bristol, em Inglaterra, é a colectânea de cartas enviadas a William Beckford por Patrick Brydone, nas quais este desenvolve argumentação a favor da superioridade racial dos europeus⁷⁸. No entanto, nem todos os europeus partilham dessa superioridade na mesma medida. Estudos recentes no campo da História da Cultura confirmam a existência, durante o período aqui em estudo, não de uma, mas de várias Europas, num processo de alteridade geopolítica algo semelhante ao da relação entre os poderes europeus e as regiões do mundo sob o seu domínio. Hooper argumenta que o estudo da literatura de viagem britânica sobre a Bretanha durante a época Vitoriana – e não obstante a Bretanha não ser uma colónia britânica – revela a ideologia implícita na relação dos Vitorianos com os seus «[O]utros sociais/coloniais»⁷⁹.

Relacionada com este fenómeno está a invisível, mas bem real, linha divisória entre «norte» e «sul» que separa continentes, países e, até, o interior de cada país, e revela uma inquestionável tónica racista. Valerá a pena dar uma ideia geral dos comentários feitos por viajantes de várias nacionalidades de entre as nossas fontes. O alemão Gustav von Heering, que vem pela segunda vez a Lisboa em 1836, é particularmente explícito nos comentários às diferenças entre «norte» e «sul». Logo no início da narrativa faz uma comparação entre a contenção do norte da Alemanha e a opulência, a seu ver desnecessária, do sul do país. No norte, uma sala precisa apenas de algumas gravuras para se considerar bem decorada e preferem-se os retratos de família em miniatura, e a guache, às pinturas a óleo. Já no sul, dá-se preferência a estas últimas, sendo inexplicavelmente frequente encontrar peças muito valiosas em casas particulares. À medida que segue viagem, vai sentindo mais claramente a presença daquilo a que chama «o elemento estrangeiro», até que atinge o ponto intermédio entre o «norte» e o «sul» na fronteira entre a Holanda e a França, país onde já encontra o hábito sulista de andar de burro. O sentimento de estranheza vai-se acentuando e culmina com a chegada a Lisboa onde encontra uma população que tem «para um nórdico, um ar estranho, selvagem, meio africano». A praça do Comércio é bonita mas, para

um alemão, tudo o que se lá vê é dissoluto. O «elemento estrangeiro» revela-se na escassez de coches e na abundância de carroças e carros de bois; nas liteiras puxadas por homens, machos ou burros; nas estranhas carruagens de formas antiquadas puxadas a dois machos, um deles montado por um cocheiro; nas mulheres «de traços pouco agradáveis, a fazer lembrar as negras», envoltas em casacos vermelhos ou castanhos e com estranhos lenços brancos seguros à cabeça com alfinetes; nas figuras escuras e descalças; nos militares e marinheiros de diferentes tons de pele; nos burros carregados de ambos os lados com cestas cheias de fruta e nas mulas cujos donos se deixam ficar deitados por baixo de arcadas ou sobre as escadas da estátua equestre; nos fogos ao ar livre onde se assa comida; nos macacos aos ombros de quem passa; nas varandas onde palram papagaios e macacos saltam presos por correntes; nas ruas onde os cães vagueiam por todo o lado; e nos mendigos que se juntam em volta das fontes «como em todas as cidades do sul». Enfim «sem a presença dos muitos estrangeiros que aqui chegam de barco e que emprestam a Lisboa um ar de parentesco com a Europa civilizada, a cidade teria uma fisionomia africana»⁸⁰.

Já em 1780 o inglês Richard Croker declara que os homens portugueses se deveriam sentir honrados quando alguém os apelida de homens brancos, pois descendem de uma mistura de judeus, mouros, negros e franceses. No «novo mundo», continua Croker, praticaram o sistema de mestiçagem e, deste modo, os territórios foram povoados por uma raça mista. Heathcote, que reside em Portugal entre 1809 e 1812, comenta o aspecto das senhoras presentes numa sala de teatro do seguinte modo: «Não creio exagerar ao afirmar que um terço das senhoras presentes eram de raça negra. As europeias (não posso designá-las de brancas) não mostravam grande beleza ou elegância; todas elas tinham traços de raça judaica [...]»⁸¹. Pelo ano de 1838 o alemão Alexander Wittich observa os saloios que logo de manhã entram na cidade, cujo tom de pele faz adivinhar uma ascendência árabe. Mas as diferenças entre os portugueses e os alemães, na sua opinião, vão para além deste aspecto superficial. O seu cicerone denota curiosidade intelectual e interesse pela investigação histórica e científica. Portanto, «(E)ra como se tivesse a meu lado um alemão, pois não são a caridade, a calma e a simpatia que ele demonstrava, bem como a sede de verdade e de ciência que possuía, características por excelência do povo alemão?» Wittich não tem de esperar muito para descobrir que, na verdade, o cicerone é filho de um alemão «que sempre conservara o amor à pátria embora dela estivesse afastado há mais de trinta anos»⁸². Em 1850 o britânico William Baxter diz-se admirado com «a infusão generalizada de sangue negro» em Lisboa; à noite, as caras que aparecem à janela são negras ou algo negras (*blackish*), e «há tantos *dandies* mulatos como gatos sem cauda». Finalmente Eschwege, cuja relação com Portugal se desenvolve ao longo de trinta e quatro anos, escreve que, a um estrangeiro do norte, os rostos queimados do sol, os olhos escuros e brilhantes e os vultos envoltos em capas castanhas sugerem uma raça estranha, à qual «os exagerados relatos dos escritores de viagens tantas vezes atribuem perfídia, sede de vingança e o hábito de trazer consigo punhais».

A literatura de viagem não se limita a reflectir e a disseminar estas e outras ideias. Entre fins do século XVII e meados do século XIX, ela inspira a concepção de cosmografias e serve de fundamento a importantes debates sobre a origem do ser humano, a identidade racial e nacional, o conceito de cultura e os diferentes estadios culturais dos vários povos do mundo⁸³. Desempenha, ainda, um papel significativo nas revoluções política⁸⁴ e científica desta época. Facultadoras de nova informação antropológica e científica, as viagens de carácter exploratório adquirem, a este respeito, grande relevo. Entre elas destacamos a de James Cook, entre 1772 e 1775, acompanhado por Georg Forster, que sobre ela escreve *A voyage round the world [...]*; e, já no século XIX, a de Samuel White Baker, relatada em *The Albert N'yanza [...]*, e ainda a de Charles Darwin, da qual resulta *On the origin of species [...]*. Segundo Adams, todas as áreas do pensamento dos séculos XVII e XVIII «foram influenciadas por esta literatura: as *belles-lettres*, claro, mas também o comércio internacional e a colonização, a geografia, a cartografia, a ciência, a religião, a filosofia, a ciência política, e as artes visuais»⁸⁵. As bibliotecas de John Locke (1632-1704), Joseph Addison (1672-1719), David Hume (1711-1776), Edward Gibbon (1737-1794) e Thomas Jefferson (1743-1826) encontravam-se repletas de literatura de viagem, cuja influência no desenvolvimento das suas ideias é inegável⁸⁶. Lado a lado com os livros de geografia, as narrativas de viagem constituíam a quinta maior categoria na biblioteca de Locke, ultrapassando as obras de filosofia, ciências naturais, literatura moderna e história⁸⁷.

O apreço que estes pensadores sentem pela literatura de viagem é partilhado por um novo público leitor em franco crescimento, estimulado por factores como o aumento da literacia das classes médias, a popularidade das bibliotecas itinerantes, o aumento do número de clubes de livros e associações literárias, o interesse cada vez mais alargado pela geografia física e humana, e a gradual secularização da sociedade⁸⁸. Desde o início do século XVIII que as bibliotecas europeias sentem dificuldade em dar resposta aos pedidos dos leitores relativos a textos de viagem, publicados em ritmo cada vez mais acelerado, quer em edições originais, quer em reedições e traduções. A publicação em série e a compilação contribuem para a popularidade do género na Alemanha, em França, em Inglaterra e nos Estados Unidos. Segundo Adams, entre as colecções de maior sucesso contam-se, em Inglaterra, a de John Harris, vinda a público em 1705, e a de Pinkerton, em 1814. Colecções de igual êxito noutros países são, por exemplo, as de Montalboddo e Ramusion, em Itália, e a de Munster, na Alemanha, bem como as colecções editadas pelos espanhóis Oviedo, Gomara e Acosta. Esta espantosa produção ocorre durante todo o século XVIII, robustecida pelas traduções de Thevenot, J. P. Bernard e Prévost⁸⁹. Não admira, pois, que a revista alemã *Der Teutsche Merkur* afirme, em 1784, que «Em nenhuma outra época se viajou tanto [...] não sendo de admirar que se escreva tanta descrição de viagem»⁹⁰.

Na Alemanha, entre 1770 e 1800, o número de edições de literatura de viagem quintuplica, enquanto no que respeita à literatura em geral o aumento é apenas (nosso itálico) de um pouco mais do dobro⁹¹. Em França, já em 1663 o crítico literário Chapelain nota que

o gosto havia mudado, sendo os textos de viagem mais procurados do que os «romans»⁹². Em 1786 uma notícia na revista mensal *Bibliothèque universelle des romans* confirma que os leitores preferem compilações de narrativas de viagem como a do Abbé Prévost, publicada entre 1740 e 1789, ou a já mencionada viagem do Capitão Cook⁹³, a qualquer outro género de livro⁹⁴. Em Inglaterra a mudança faz-se sentir a partir do primeiro trimestre do século XVIII⁹⁵. As estatísticas relativas aos empréstimos da Biblioteca de Bristol entre 1773 e 1784, por exemplo, indicam que as categorias mais populares entre os leitores são a «História, a Antiguidade e a Geografia», esta última composta, na sua maioria, por textos de viagem, seguidas das *belles lettres* e da Teologia. A obra mais requisitada durante esse período é *An account of the voyages undertaken by the order of His present Majesty*, editada por John Hawkesworth em 1775⁹⁶. A este respeito, Raymond Williams defende que estas tendências de gosto literário e escolhas formais reflectem o emergir de uma cultura de classe média durante a primeira grande época do imperialismo britânico⁹⁷. Finalmente, entre 1800 e 1868, já não na Europa mas nos Estados Unidos, surgem seiscentas e noventa e uma primeiras edições de textos de viagem de autores norte-americanos⁹⁸. Entre estas, a maior parte refere-se a viagens pela Europa, o que leva um crítico americano a comentar, em 1857, que o tema está de tal modo esgotado que só um escritor de grande competência o poderá tornar de novo interessante⁹⁹.

As traduções destes textos, de e para várias línguas, publicadas quase imediatamente a seguir às edições originais, ajudam à disseminação das mesmas ideias e da mesma informação por toda a Europa. A título de exemplo, podemos referir *Remarks on Italy*, de Joseph Addison, publicada em 1718 e seguida de treze edições consecutivas e tradução imediata para francês e holandês¹⁰⁰, ou ainda *Relation du voyage d'Espagne*, de Madame d'Aulnoy, com mais de trinta e seis edições antes de 1750¹⁰¹. Na Alemanha, e considerando apenas as primeiras décadas do século XIX, é verdadeiramente impressionante o número de traduções de textos de viagem, incluindo os de Samuel White Baker, Giuseppe Baretti, William Beckford, Lord Byron, Joseph François Carrère, Arthur William Costigan, William Dalrymple, Charles François Dumouriez, James Cavanagh Murphy e Richard Twiss, entre muitos outros autores, incluindo alguns anónimos. Considerando todos estes factores, compreende-se por que Voltaire declara, em 1748, que a Europa se havia transformado numa grande família.

Portugal não participa desta movimentação literária. No contexto do *Grand Tour* os portugueses viajam pouco e a sua ignorância sobre o mundo, nomeadamente a geografia, os diferentes povos e os seus idiomas, é frequentemente referida pelos viajantes. No texto editado por Ranque lê-se que são os estrangeiros que ensinam os portugueses a conhecer o seu país. Em quase todas as fontes se encontram referências à inércia da produção literária e do comércio livreiro portugueses, e à ausência de traduções de textos de viagem e de literatura *tout-court*. Esther Bernard surpreende-se com o facto de haver apenas cinco livreiros numa cidade tão grande como Lisboa, vítimas da Censura, da qual se queixa amargamente «o

francês Bertram», «dono de uma livraria considerável». Gustav von Heeringen recusa-se a dar o nome de livrarias aos «armazéns de livros» que encontra em Lisboa, sombrias arcadas de antiquários onde os volumes são expostos a monte e frequentemente vendidos a peso. Alexander Wittich lamenta que nas livrarias portuguesas não se encontre sequer uma edição sofrível de Camões, sendo as mais bonitas, tanto deste como de outros escritores portugueses, publicadas em Paris¹⁰². Procura, em vão, *A Misanthropia ou o Arrependimento*, de João Baptista Gomes Júnior, que o interessa pois ele próprio traduzira a peça *Inez de Castro* do mesmo autor¹⁰³. A literatura periódica, afirma, é a que mais interesse desperta em Portugal.

Num período de tão fervilhante actividade editorial europeia é, no entanto, a convenção literária que determina em grande medida «o estilo, a voz, o formato e o tema dos textos de viagem de sucesso»¹⁰⁴. Qualquer análise dos mesmos, ainda que superficial, demonstra que quem escreve conhece as fronteiras da convenção dentro da qual deve operar para que a mensagem seja bem acolhida e correctamente entendida, pois o leitor tem expectativas claras sobre a forma que o texto de viagem deve ter.

De uma forma geral, o século XVIII segue os ditames de Plutarco, que exalta as virtudes da viagem empreendida com o objectivo único de recolha de conhecimento. O espírito iluminista e a sua ênfase no conhecimento exaustivo, que produz enciclopédias e colecções de viagens¹⁰⁵, sucedem-se à literatura de viagem de séculos anteriores que falava ao leitor sobre estranhas criaturas como os gigantes da Patagónia¹⁰⁶. Espera-se agora que o relato providencie, acima de tudo, informação factual e objectiva, e obedeça à regra de ouro segundo a qual a presença autoral não deve sobrepor-se ao objecto descrito¹⁰⁷. Os viajantes seguem fielmente a orientação da Royal Society e regressam com registos e desenhos que contêm informação útil, quer para os cientistas, quer para o público em geral¹⁰⁸.

Em voga está uma metodologia formal de viagem que surge na Alemanha em finais do século XVI, então designada por *ars apodemica*, ou *prudential peregrinandi*, e que se mantém ainda em finais do século XVIII sob a designação de *Reisekunst* ou *Reiseklugheit*¹⁰⁹. Este «método» imediatamente se alastra a outras regiões da Europa, passando a ser conhecido como *art of travel*, em Inglaterra, e *art de voyager*, em França. O seu propósito é codificar e melhorar as práticas de viagem da Idade Média e do Renascimento, combinando o didactismo alemão, o realismo italiano e a metodologia francesa. Entre os fins do século XVI e os fins do século XVIII são publicadas cerca de trezentas obras que propõem a *ars apodemica*, contendo prescrições quanto à forma de recolher informação no país visitado e de organizar aquando do retorno ao país de origem. As obras do género *ars apodemica* distinguem muito claramente a deambulação inútil (*vagari*) da verdadeira viagem (*peregrinari*)¹¹⁰; as descrições que se encontram nesta última categoria são hoje muito úteis a historiadores e geógrafos¹¹¹.

O viajante da *peregrinari* corresponde ao *viajante patriótico* de Berchtold, cuja missão é conhecer o país da forma mais exaustiva possível, dando particular atenção à informação

respeitante aos sistemas educativo e judicial, à manufactura e ao comércio, aos arquivos e às bibliotecas, aos usos e costumes, e às figuras nacionais. Berchtold especifica ainda que a informação deve ser anotada *in loco*, com indicação da hora e do local, e transferida ao fim do dia, em código, para um diário, onde poderá ser organizada, primeiro cronologicamente e, depois, «sistematicamente»¹¹². Estes conselhos são alvo dos mais rasgados elogios por parte da crítica contemporânea¹¹³ e seguidos com rigor, em meados do século XIX, pelo autor de uma das fontes deste estudo, William Edward Baxter.

Contudo, já no século XVIII alguns leitores procuram na literatura de viagem algo mais do que informação. A curiosidade, a vontade de ver o mundo para além do «horizonte campanário da aldeia»¹¹⁴, acabam por gerar um público ávido de novidades. Assim, e apesar de o modelo de Berchtold continuar a vigorar ainda pelo século XIX, assiste-se logo após o fim da Guerra Peninsular a uma clara mudança. Mary Shelley refere-se ao verão de 1814 como um período de *incarnate romance*, em que uma nova geração de jovens viajantes, com tempo e dinheiro, e sem se preocupar com a má qualidade das estalagens, atravessa o estreito de Dover em direcção a França em busca da experiência singular¹¹⁵.

Gradualmente, a informação factual vai cedendo à predilecção romântica pelo momento irrepetível, pela impressão pessoal e a divagação, exemplificadas em obras de imenso sucesso como *Italienische Reise*, de Goethe, publicada nos anos de 1816 e 1817, e *Reisebilder*, de Heinrich Heine, publicada entre 1826 e 1831. O foco de atenção deixa de ser o objecto observado e passa a ser a sensibilidade de quem observa. O diário e as cartas de sabor intimista sobrepõem-se à narrativa organizada por temas, levando Jameson a exclaimar, em 1826, na primeira página de *Diary of an Ennuyée*: «Que jovem, viajando pela primeira vez para o Continente, não escreve um Diário? Logo que pisamos as praias de França [...] o que reclamamos? Canetas de trincheira e tinta francesa, e logo do estojo sai o diário de capa de couro [...] onde havemos de registar e preservar todas as observações espantosas, profundas e originais – as clássicas reminiscências – as exaltações já tão batidas – as efusões poéticas – em suma, todos esses tópicos sentimentais e entusiásticos nunca suficientemente esgotados que, inevitavelmente, nos assaltam a mente durante a viagem entre Paris e Nápoles».

Em 1834 Monckton Milnes vê publicada a sua obra sobre a Grécia intitulada *Memorials of a Tour in some Parts of Greece, Chiefly Poetical*; um ano mais tarde surge o texto de Mary Shelley, cujo título, *Rambles in Germany and Italy 1840, 1842 and 1843*, remete para a deambulação inútil, ou *vagari*. Shelley enfatiza o carácter não estruturado, não planeado, da viagem, o qual domina de tal forma esta literatura em meados do século XIX que muitos lamentam a escassez de conteúdo informativo. Na *Fraser's Magazine* de 1850 lê-se:

«Nenhum tipo de livro deveria ser mais instrutivo do que os livros de viagens mas, no seu conjunto, não há género que o seja menos. A razão é óbvia – a maioria dos viajantes não tem um objectivo específico e apenas aflora a superfície, trazendo aquilo a que normalmente

se chama impressões, ou seja, não faz um relato das coisas que viu e observou mas sim da maneira como estas o afectaram. Até pode ser que, de vez em quando, essas impressões correspondam à verdade, mas novecentas e noventa e nove vezes em cada mil a hipótese mais plausível é serem falsas, parciais ou distorcidas»¹¹⁶.

Durante um período de tempo relativamente longo assiste-se, afinal, à oscilação entre aspectos do Iluminismo neoclássico e do Romantismo e, por vezes, à sua coexistência.

É altura de voltar à afirmação de Percy Adams de que todas as áreas do pensamento dos séculos XVII e XVIII são influenciadas pela literatura de viagem, incluindo as artes visuais¹¹⁷. O mesmo se pode afirmar em relação ao século XIX, sobretudo no que respeita a estas últimas. Existe um vasto corpo bibliográfico que se debruça sobre a relação dinâmica entre a literatura de viagem e a formação do gosto de largos sectores da sociedade europeia. As fontes primárias do nosso *corpus* comprovam esta relação e ilustram a evolução que conduz da sensibilidade neo-clássica à romântica, revelando uma forte presença da fase pré-romântica de exaltação do pitoresco¹¹⁸. O adjectivo «pitoresco» surge até em títulos, como *Voyage pittoresque en Espagne et Portugal*, de A. Émile Bégin, bem como nas inúmeras descrições de ruínas, vistas panorâmicas, igrejas, palácios, quintas e jardins. É interessante seguir esta evolução. Dois anos depois do Terramoto, Thompson vê as ruínas de Lisboa sob o ângulo dos prejuízos e da insalubridade que representam, enquanto Hahn-Hahn, em 1841, as classifica de nobres e pitorescas, e Baxter, em 1850, vê nelas a prova aterradorizadora da «instabilidade de todas as coisas». Quanto à vista de Lisboa, que se revela gradualmente a quem sobe o Tejo, destacamos que para Cormatin, em 1777-1778, e para Withering, em 1793-1794, ela é respectivamente majestosa e grandiosa; a Collins, em 1796-1797, ela inspira admiração apesar da inestética irregularidade de formas; para Hautefort, em 1814, ela é digna do pincel e do buril de grandes pintores de paisagem; e finalmente, em 1841, Hahn-Hahn deslumbra-se com o caos grandioso formado pelas suas estranhas e desordenadas formas.

O desenho deste percurso de sensibilidades surge de forma mais evidente no Capítulo III, constituído por passagens relevantes sobre cada tema, destacando-se aí o modo como a paisagem vai sendo vista, cada vez mais, sob o prisma da pintura e, sobretudo, das paisagens de Claude Lorrain, Nicolas Poussin e Salvator Rosa. Este aspecto repete-se na literatura de viagem sobre qualquer país durante este período. Segundo Christopher Hussey, é o próprio *Grand Tour* que vai desenvolver gradualmente no viajante a apreciação estética, não só da paisagem real dos Alpes e de Itália, mas também da pintura de paisagem que encontra sobretudo nesta última¹¹⁹. O conhecimento cada vez mais alargado dessa pintura é um fenómeno contemporâneo europeu que tem como resultado uma apreciação estética mais sofisticada da paisagem mediterrânica¹²⁰, quer por parte do viajante, quer de todos os que têm acesso às pinturas, gravuras e desenhos que vão chegando por sua mão. Em mea-

dos do século XVIII o conhecimento de temas relativos às artes visuais começa a ser um aspecto essencial da formação de todo o jovem das classes privilegiadas¹²¹, e a colecção de gravuras é hábito cada vez mais generalizado, desempenhando um papel fundamental na disseminação de um certo gosto¹²². A partir do segundo quartel do século XIX, com o apoio de ricos comerciantes e industriais, a Europa inicia um período activo de mecenato, com clara preferência pelos pintores acima referidos. Em Inglaterra algumas das maiores colecções de pintura têm início no século XVIII e o público responde a esta actividade visitando exposições em grande número e subscrevendo revistas dedicadas ao tema¹²³. Concomitantemente, poetas como John Thomson e John Dyer, por vezes designados de «topográficos», integram a paisagem nos seus poemas, e os proprietários de terras reorganizam-nas de acordo com critérios estéticos¹²⁴.

Os próprios viajantes começam a incluir nas suas obras desenhos de paisagem da sua autoria. Os desenhos executados por autores do nosso *corpus*, e as gravuras a que mais tarde dão origem, ilustram a relação cada vez mais próxima entre a descrição verbal e a representação pictórica, que complementa, e por vezes substitui, a primeira¹²⁵. Assim, em 1808 o médico do exército britânico Adam Neale, autor de uma das narrativas de viagem aqui incluídas, refere-se ao vale do Vimeiro como «um vale romântico e fértil, a três milhas do mar [...]. No seu todo, esta paisagem é a mais singular e bonita que já vi; mas como sinto que é impossível transmitir por escrito algo que possa dar uma ideia adequada da sua aparência, tentarei esboçá-la a lápis»¹²⁶.

William Gilpin estabelece as bases da estética do Pitoresco¹²⁷, diferenciando-a das categorias de Sublime e de Belo, de Edmund Burke¹²⁸, e faz ressaltar a relação entre o acto de viajar e o estabelecimento do gosto pelo pitoresco. Para Gilpin, o objecto pitoresco é irregular e variado – uma estrada ou um rio em ziguezague, montanhas de contorno irregular – e tem, por isso mesmo, uma melhor definição pictórica. A literatura de viagem que ele próprio escreve, publicada com desenhos da sua autoria, propõe uma forma de olhar que exerce influência nos hábitos de viagem de gerações¹²⁹ e define o *viajante pitoresco* como aquele que, conhecendo a forma ideal da natureza tal como esta é representada na pintura de paisagem, viaja com o propósito de a descortinar nas paisagens reais por onde vai passando¹³⁰.

Uvedale Price, autor de textos de viagem sobre vários países, incluindo Portugal¹³¹, escreve *An Essay on the Picturesque*, obra também influente neste contexto, que exprime abertamente a relação entre este gosto e uma certa classe social inglesa, a qual, sob influência das suas obras, passa a dar grande atenção ao arranjo de jardins e paisagens nas suas propriedades, tentando aproximá-las visualmente das paisagens de Claude e Gainsborough¹³². O Pitoresco, escreve Hussey, é «uma prática estética dirigida a paisagistas, turistas e praticantes do desenho»¹³³ que estreita a relação das várias artes entre si, de modo que a pintura, a arquitectura, o arranjo de jardins e a arte de viajar como que se fundem numa «arte da paisagem»¹³⁴. «Todo o arranjo de jardins é pintura de paisagem, como uma pai-

sagem que se pendura na parede», exclama o poeta Alexander Pope¹³⁵. A este propósito é de ressaltar a importância que as nossas fontes atribuem aos jardins e a forma como os consideram indicadores de um certo gosto. Em 1811 Cockburn comenta as sebes bem aparadas do jardim da residência do Barão de Quintela em Lisboa, que dividem o espaço em várias zonas, fazendo lembrar os jardins «à moda antiga». Lord Carnarvon, em 1827-1828, comenta que o jardim de uma residência que visita em Lisboa é «ao gosto antigo, com passeios a direito, canteiros, fontes e estátuas».

Na verdade, o novo gosto abandona a regularidade clássica de formas e imita uma natureza onde se incluem templos, rochedos, cavernas, cascatas e grutas, zonas de relvado e áreas arborizadas, tal como o arquitecto John Vanbrugh faz em Castle Howard ou Claremont¹³⁶. Diríamos que, ao abandonar a estética clássica, também a viagem partilha de uma abordagem pictórica, notando-se que o período pré-romântico do pitoresco e o período romântico propriamente dito muitas vezes se fundem nas nossas fontes. Pouco a pouco, a irregularidade dos penhascos de Sintra, as suas ruínas mouriscas, a variedade da sua paisagem e arquitectura vão inspirando trechos cada vez mais imbuídos de emoção. A este respeito valerá a pena referir a evolução da forma de ver a montanha que, de obstáculo perigoso e a evitar, nos inícios do século XVIII, se transforma, por volta de 1800, em «templo da natureza criado pelo Todo-Poderoso», «catedral ou altar natural [...] onde as nuvens poisam como fumo de um sacrifício sem fim»¹³⁷. É em Sintra, mais do que em qualquer outro lugar, que os viajantes mencionam o sentimento do Sublime, tal como podemos ler no texto de Eliot, segundo o qual ali o artista «poderá enriquecer o seu *portfolio* com paisagens infindáveis de bosques e montanhas salpicadas de conventos, fortes em ruínas e as casinhas brancas dos camponeses [...]. As tonalidades quentes e suaves do ardor do sol poente reflectidas nos precipícios de mármore [...] emprestam à paisagem uma riqueza que só o lápis de um Claude conseguiria exprimir; e, na estação das chuvas, a água que cai em catarata de alturas vertiginosas acrescenta um toque de Sublime aos objectos, tal como estamos habituados a ver nas paisagens alpinas de De Louthembourg»¹³⁸. Do mesmo modo, a irregularidade de formas de vilas e cidades de Portugal, as íngremes subidas e inesperadas vistas panorâmicas urbanas e, até, a degradação de alguns palácios, conventos e jardins são aspectos cada vez mais valorizados por estes viajantes à medida que avançamos no tempo.

A literatura de viagem informa e reflecte aspectos essenciais do desenvolvimento do pensamento, da cultura e da apreciação estética da Europa entre meados do século XVIII e meados do século XIX. Enquanto fonte historiográfica, ela é, como esperamos ter demonstrado, um poderoso instrumento, sendo claro que há limitações a ter em conta a todo o momento. Percorrendo os textos destes visitantes vamos encontrando aspectos de nós mesmos, uns familiares, outros que eventualmente não reconhecemos. Convidamos o leitor a empreender esta «viagem» e a fazer as suas próprias descobertas. Quem sabe se no final, como sugere o poeta T. S. Eliot, não acabe por voltar ao lugar de onde partiu e o conheça então pela primeira vez¹³⁹.

NOTAS

- ¹ *Totalité et infini*. [...], 1971, p. 73.
- ² YOUNGS – Where Are We Going? [...], 2004, p. 175.
- ³ ADAMS – *Travel Literature through the Ages* [...], 1988, p. 223.
- ⁴ HILTON – The Significance of Travel Literature, [...], 1966, p. 837. Sobre a utilidade da literatura de viagem para a área dos Estudos Etnográficos cf. NASH – *Of What Use Is Travel* [...], 1982.
- ⁵ CHINARD – *L'Amérique et le rêve exotique* [...], 1913.
- ⁶ ROUSSEAU – Review of Voyage into Substance: [...], 1989, p. 128.
- ⁷ HILTON – The Significance of Travel Literature, [...], 1966, p. 834.
- ⁸ CLARA – Entre a Literatura e a História: [...], 1991, p. 60.
- ⁹ «In the last decades we have gained an appreciation for travelogues as largely nonfictional prose works of importance to our culture and literature [...]. This body of texts has become the subject of many studies, and now we even have the first fairly comprehensive history of the genre» (WATT – Ida Pfeiffer: [...], 1991, p. 339).
- ¹⁰ Sobre este tema cf. TOWNER – *An Historical Geography* [...], 1996.
- ¹¹ Mary Shelley (1797-1851), filha de Mary Wollstonecraft e esposa do poeta romântico Percy Bysshe Shelley, é romancista e dramaturga, biógrafa e escritora de narrativas de viagem. Conhecida sobretudo como autora de *Frankenstein or The Modern Prometheus*, 1818, Mary Shelley escreve também *Rambles in Germany and Italy 1840, 1842 and 1843*, obra publicada em 1844.
- ¹² BORM – Defining Travel: [...], 2004, p. 13.
- ¹³ CAMPBELL – *The Witness and the Other World*: [...], 1988, p. 6.
- ¹⁴ RALEGH – *The Discoverie of the large*, [...], 1997, p. 307. A obra é editada por Neal Whitehead.
- ¹⁵ HILTON – The Significance of Travel Literature [...], 1966, pp. 836-837.
- ¹⁶ *Ibid.*, p. 837.
- ¹⁷ WATT – Ida Pfeiffer: [...], 1991, p. 343.
- ¹⁸ HODGEN – *Early Anthropology* [...], 1964, p. 184.
- ¹⁹ KOELB e NOAKES – *The Comparative Perspective* [...], 1988, p. 337.
- ²⁰ ANÓNIMO – Recent Travellers, 1850, p. 45.
- ²¹ Obra publicada entre 1772-1774.
- ²² HILTON – The Significance of Travel Literature, [...], 1966, p. 838.
- ²³ Obra publicada em 1785.
- ²⁴ HILTON – The Significance of Travel Literature, [...], 1966, p. 844.
- ²⁵ ADAMS – *Travelers and Travel Liars*: [...], 1962, pp. 8-9.
- ²⁶ HILTON – The Significance of Travel Literature, [...], 1966, p. 837.
- ²⁷ Para STAGL, a autenticidade depende da sinceridade do autor em relação não só à experiência vivida mas, também, aos futuros leitores (*A History of Curiosity*. [...], 2005, p. 200).
- ²⁸ Michel de Montaigne, em *Des Cannibales*, louva o homem simples e grosseiro que o acompanha, pois o seu discurso é mais fiável do que o das pessoas instruídas que glosam e inventam sobre o que vêem (p. 305).
- ²⁹ NEUBER – Zur Gattungspoethik des Reiseberichts. [...], 1989, p. 55.
- ³⁰ BERCHTOLD – *An Essay to direct* [...], 1789, p. 43.
- ³¹ *Ibid.*, p. 32.
- ³² PEMBLE – *The Mediterranean Passion* [...], 1987, p. 68.
- ³³ Samuel Pegge é responsável pela referência mais antiga à palavra «turista» na primeira edição do *Oxford English Dictionary*; a segunda edição inclui uma entrada do ano de 1780 em que «turista» tem ainda um sentido neutro (BUZARD – *The Beaten Track*. [...], 1993, p. 1).
- ³⁴ *Ibid.*, p. 156.
- ³⁵ COCKER – *Loneliness and Time*: [...], 1992, p. 18; e LEED – The Mind of the Traveler: [...], 1991, p. 12.
- ³⁶ O *Grand Tour* já faz parte da formação de jovens da aristocracia e alta burguesia britânicas a partir do Tratado de Paz de Utrecht de 1715. Em 1749 é descrito como «a custom [...] visibly tending to enrich the mind with knowledge, to rectify the

judgment, to remove the prejudices of education, to compose the outward manners, and in a word form the complete gentleman» (NUGENT – *The grand tour*, 1749, p. xi). Na Alemanha do século XVIII aumenta o número de jovens que percorrem o mundo já não, predominantemente, na mira de experiência, ou de lucro, mas de educação ou formação («Bildung»), considerada de bom-tom para os filhos da burguesia abastada. (FREDERIKSEN *et al.* – *Der Blick in der Ferne. [...]*, 1985, p. 105).

³⁷ «The imitator treads a beaten walk, and with all his diligence can only hope to find a few flowers or branches untouched by his predecessor [...]

(JOHNSON, Samuel – *The Rambler [...]*, 1751, p. 166).

³⁸ SCHEIDL *et al.* – *Dois Séculos de História Alemã [...]*, 1988, p. 7.

³⁹ «[T]he dashing milords of the last age are now succeeded by a host of roturiers [...]

(ANÓNIMO – Review of History [...], 1819, p. 97).
⁴⁰ O «novo turismo» está intimamente ligado aos avanços tecnológicos dos meios de transporte da década de quarenta do século XIX, que têm como resultado a democratização do acto de viajar. Sobre este tema v. AGNEW – *The East and South of Europe*, 1843, pp. 267-284.

⁴¹ GAUTIER – *Voyage en Espagne*, 1845, p. 349.

⁴² PEMBLE – *The Mediterranean Passion [...]*, 1987, p. 19.

⁴³ BUZARD – *The Beaten Track [...]*, 1993, p. 160.

⁴⁴ ANÓNIMO – *Recent Travellers*, 1850, p. 245.

⁴⁵ Existem dados apenas referentes à literatura de viagem britânica: a percentagem das entradas de textos de viagem escritos por mulheres é de 5.5%, num total de 130 autoras identificadas, a maior parte delas pós-1800 (COLBERT – *Bibliography of British Travel Writing [...]*, [Em linha], 2004, p. 9).

⁴⁶ Sobre esta questão cf. ARENDT – *Rahel Varnhagen: [...]*, 1997; BOHLS – *Woman Travel Writers [...]*, 1995; DOLAN – *Ladies of the Grand Tour*, 2001; FOSTER – *Across New Worlds: [...]*, 1990; FREDERIKSEN e ARCHIBALD – *Der Blick in der Ferne. [...]*, 1985; GHOSE – *Women Travellers in Colonial India: [...]*, 1998; MELMAN – *Women's Orients: [...]*, 1992; PELZ – *Ob und wie Frauenzimmer [...]*, 1993; e ROBINSON – *Wayward Women: [...]*, 1990. V. também WATT – *Ida Pfeiffer: [...]*, 1991, pp. 339-352.

⁴⁷ COLBERT – *Bibliography of British Travel Writing [...]*, [Em linha], 2004, p. 9.

⁴⁸ BOHLS – *Women Travel Writers [...]*, 1995, p. 7.

⁴⁹ STABLER – *Taking Liberties: [...]*, 2002, p. 13.

⁵⁰ WATT – *Ida Pfeiffer: [...]*, 1991, p. 339.

⁵¹ «Geh an Orte, wo neue Gegenstaende, Worte und Menschen dich beruehren, dir Blut, Leben, Nerven und Gedanken auf-frischen» (KEMP – *Rahel Varnhagen [...]*, 1968).

⁵² EHRHARDT *et al.* – *As Primeiras Notícias [...]*, 1980, pp. 22-27.

⁵³ Sobre este tema cf. ARAÚJO – *O Desastre de Lisboa [...]*, 1991.

⁵⁴ A atenção que o Terramoto atraiu para o país revela-se na extraordinária quantidade de obras publicadas sobre a tragédia, entre as quais algumas em que se expunha argumentação teológica e filosófica, como, por exemplo, *Geschichte und Naturbeschreibung [...]*, de Immanuel Kant.

⁵⁵ Sobre os locais preferidos pelos europeus para convalescer v. PEMBLE – *The Mediterranean Passion. [...]*, 1987, pp. 84-85.

⁵⁶ CHAVES – *O Portugal de D. João V [...]*, 1983, p. 9.

⁵⁷ ASCHBACH – *Geschichter Spaniens und Portugal's [...]*, 1833-1837; GALETTI – *Geschichte von Spanien [...]*, 1809; HAEBERLIN – *Romantische Erzaehlungen [...]*, 1834; SCHAEFFER – *Geschichte von Portugal*, 1836; SCHEPELER – *Geschichte der Revolutioner [...]*, 1826-1827.

⁵⁸ O Terramoto é também visto por Machado de Sousa como ponto de viragem importante na história da bibliografia estrangeira sobre Lisboa, que a autora divide em quatro grandes séries: do século XVI até 1755; de 1755 ao fim do século XVIII; a que é constituída por descrições de oficiais franceses e, sobretudo, ingleses, que as invasões napoleónicas trazem até nós; e, finalmente, a que segue até ao fim do século XIX «numa tónica romântica que não é demais realçar» (SOUSA – *Lisboa vista pelos Estrangeiros [...]*, 1983, p. 57).

⁵⁹ Alguns exemplos são obras publicadas na Alemanha e na Polónia tais como *Sammlung merkwuerdiger Nachrichten [...]*, 1759 e *Anedoctes du Ministère de Sebastien-Joseph Carvalho [...]*, 1794 de autores anónimos, e a obra de TOSETTI – *Sammlung der neuesten Schriftten, [...]*, 1760.

⁶⁰ ESDAILE – *The Peninsular War: [...]*, 1999, pp. 9-12, e também PIEDRA – *España en el espejo: [...]*, 2006.

- ⁶¹ Entre os múltiplos textos que se debruçam sobre a guerra fratricida contam-se alguns de maior sucesso: na Alemanha, SCHMIDT – *Portugal seit der Usurpation* [...], 1829, em Inglaterra, YOUNG – *Narrative of the persecution* [...], 1833 e em França, SUARCE – *Journal de l'expédition* [...], 1834.
- ⁶² «We have lately been surfeited with the affairs of that portion of Europe south of the Pyrenees [...] We are sick of Spanish revolutions [...] profoundly indifferent it is to us whether her corpulent majesty of Portugal [...] holds on at the Necessidades, or is necessitated to cut and run on board a British frigate [...]. Nevertheless, here are a brace of books about the Peninsula [...]» (ANÓNIMO – *Latest from the Peninsula* [...], 1847, p. 350).
- ⁶³ O limite cronológico de 1850 é o marco simbólico do início de um período mais estável em Portugal, cuja capital começa, a partir de então, a sofrer alterações profundas (SILVA – *Lisboa das Avenidas Novas*, 1994).
- ⁶⁴ BATTEN – *Pleasurable Instruction*. [...], 1978, p. 92.
- ⁶⁵ Exemplos desse interesse são as obras editadas por Christian Bellermann, como *Die alten Liederbuecher der Portugiesen* e a obra editada por Georg Gebauer, *Portugiesische Geschichte*.
- ⁶⁶ Exemplo será *Geographie, Geschichte und Statistik der europäischen Staaten*. Portugal. Espanha.
- ⁶⁷ Cit. BOSWELL – *Boswell's Life of Johnson*, [...], 1887, p. 25.
- ⁶⁸ BUZARD – *The Beaten Track*. [...], 1993, p. 40. Sobre este tema cf. CHANEY – *The Evolution of the Grand Tour*: [...], 1998.
- ⁶⁹ BECKER – *From the Jacobins* [...], 1974, p. 38.
- ⁷⁰ Exemplo deste interesse é a obra de Joachim Heinrich CAMPE – *Briefe aus Paris zur Zeit der Revolution geschrieben*. [...], 1790. Sobre este tema cf. PEITSCH – *Jakobinische Metaphorik?* [...], 1990.
- ⁷¹ Exemplo de literatura de viagem sobre Londres é *Briefe aus London, im Sommer 1837*, de Theodor Mundt. Sobre este tema cf. PEITSCH – *Die Entdeckung der «Hauptstadt der Welt»*: [...], 1992 e WULFING – *Medien der Moderne*: [...], 1995.
- ⁷² Respectivamente *Briefe aus Paris*, [...], 1831 e *Briefe aus Paris 1830-1831, 1832-1834*.
- ⁷³ BATTEN – *Pleasurable Instruction*. [...], 1978, p. 92.
- ⁷⁴ Durante este período o editor Cook não publica quaisquer Guias da Grécia ou de Espanha, enquanto Murray e Baedeker, em conjunto, publicam onze edições de Guias da Grécia e doze edições de Guias de Espanha. Estes números são modestos em comparação com as vinte e cinco edições de Guias do Egipto e as cento e seis edições de Guias de Itália (BUZARD – *The Beaten Track*. [...], 1993, pp. 41-49).
- ⁷⁵ Cit. BOSWELL – *Boswell's Life of Johnson*, [...], 1887, p. 104.
- ⁷⁶ «e o sol queimou na minha pele belas pulseiras castanhas, que levarei como troféus das minhas viagens quando regressar a – estava prestes a dizer, à Europa» (HAHN-HAHN – *Reisebriefe*, 1841, p. 358).
- ⁷⁷ VOLTAIRE – *Précis du siècle de Louis XIV*, 1748, p. 245.
- ⁷⁸ BRYDONE – *A tour through Sicily and Malta* [...], 1813.
- ⁷⁹ HOOPER e YOUNGS – *Perspectives on Travel Writing*, 2004, Prefácio, p. 1. Sobre este tema cf. também TURNER – *British Travel Writers* [...], 2001.
- ⁸⁰ *Meine Reise nach Portugal im Fruehjahre 1836*, p. 211.
- ⁸¹ *Letters of a young diplomatist and soldier* [...], p. 202.
- ⁸² *Erinnerungen an Lissabon* [...], pp. 83-84.
- ⁸³ O debate sobre a génese humana e as diferenças raciais envolveu intelectuais e cientistas como Forster, Meiners, Kant, Blumenbach, Linneus e Buffon. Quanto ao debate sobre o conceito de *nação*, em que se envolveram filósofos e poetas como Lessing, Goethe, Herder, Kant, Hegel e Fichte cf. CARHART – *The science of culture* [...], 2007 e SCHEIDL *et al.* – *Dois Séculos de História Alemã* [...], 1988. Sobre a definição de cultura e os seus vários graus cf. CARHART – *The science of culture* [...], 2007 e BECKER – *From the Jacobins* [...], 1974.
- ⁸⁴ Sobre a influência da literatura de viagem na formação de atitudes relativamente à Revolução Francesa, bem como sobre o confronto entre Paris e Londres enquanto símbolos de escolhas políticas divergentes cf. PEITSCH – *Die Entdeckung der «Hauptstadt der Welt»*: [...], 1992 e WULFING – *Medien der Moderne*: [...], 1995.
- ⁸⁵ ADAMS – *Travel Literature* [...], 1983, pp. 77-80.
- ⁸⁶ BATTEN – *Pleasurable Instruction*. [...], 1978, p. 2.
- ⁸⁷ Locke lê mais literatura de viagem do que qualquer outro género de literatura. Os textos de viagem são os mais frequentemente citados em *An essay concerning human understanding* (PAXMAN – *Voyage into Language*: [...], 2003, p. 184).
- ⁸⁸ AMARANTE – *As Cadeias de Prometeu*: [...], 1983, pp. 18-21 e FREDERIKSEN *et al.* – *Der Blick in der Ferne*. [...], 1985, p. 104.

- ⁸⁹ ADAMS – *Travel Literature [...]*, 1983, pp. xxiv.º 75.
- ⁹⁰ WIELAND – *Über das Reisen*, 1773-1806, p. 151.
- ⁹¹ FREDERIKSEN *et al.* – *Der Blick in der Ferne. [...]*, 1985, p. 104.
- ⁹² ADAMS – *Travel Literature [...]*, 1983, p. 75.
- ⁹³ Cf. FORSTER – *A voyage round the world [...]*, 1777.
- ⁹⁴ ADAMS – *Travel Literature [...]*, 1983, p. 75.
- ⁹⁵ MATHESON – *Travels of Carl Philipp Moritz [...]*, 1926, p. 3.
- ⁹⁶ KAUFMAN – *Borrowings from the Bristol Library, [...]*, 1960, p. 122.
- ⁹⁷ WILLIAMS – *Problems in Materialism and Culture: [...]*, 1980, p. 25.
- ⁹⁸ LOCKWOOD – *Passionate Pilgrims: [...]*, 1981, p. 198.
- ⁹⁹ SCHRIBER – Julia Ward Howe [...], 1989, pp. 267- 268.
- ¹⁰⁰ BATTEN – *Pleasurable Instruction. [...]*, 1978, p. 10.
- ¹⁰¹ Sobre a popularidade de d'Aulnoy em Inglaterra v. PALMER – *Madame d'Aulnoy in England, [...]*, 1975, pp. 237-253.
- ¹⁰² *Os Lusíadas*, nova edição correcta e dada à luz por Dom José Maria de Souza Botelho, de 1817, é uma das edições que o autor refere.
- ¹⁰³ A tradução fora publicada em Leipzig com o título *Ignéz de Castro, Trauerspiel in fuerf Aufzuegen von J. Baptista Gomes*.
- ¹⁰⁴ BATTEN – *Pleasurable Instruction. [...]*, 1978, pp. 15 e 317-318.
- ¹⁰⁵ Obras de pendor enciclopédico que começam já a surgir no século XVII são, por exemplo, ABELIN – *Theatrum Europæum, [...]*, 1643 e BOEHSE – *Curieuse und historische Reisen [...]*, 1698.
- ¹⁰⁶ Estes gigantes encontram-se descritos em textos como *The first voyage around the world, 1519-1522 [...]*, de António PIGAFETTA (ADAMS – *Travelers and Travel Liars: [...]*, 1962, p. 227). Sobre estes temas v. WRAXALL – *Cursory Remarks, [...]*, 1807, p. 3 e BOSWELL – *Boswell's Life of Johnson, [...]*, 1887, p. 356.
- ¹⁰⁷ BATTEN – *Pleasurable Instruction. [...]*, 1978, p. 63.
- ¹⁰⁸ ADAMS – *Travel Literature through the Ages. [...]*, 1988, p. viii.
- ¹⁰⁹ STAGL – *A History of Curiosity. [...]*, 2005, pp. 57 e 227.
- ¹¹⁰ *Ibid.*, p. 71.
- ¹¹¹ ADAMS – *Travel Literature [...]*, 1978, pp. 488-515.
- ¹¹² Cf. BERCHTOLD – *An Essay to direct [...]*, 1789.
- ¹¹³ STAGL – *A History of Curiosity. [...]*, 2005, pp. 221-222. Segundo Stagl, Berchtold é um dos últimos viajantes na tradição da «ars apodemica».
- ¹¹⁴ AMARANTE – *As Cadeias de Prometeu: [...]*, 1983, pp. 18-21.
- ¹¹⁵ STOCKING – *The Journals of Claire Clairmont*, 1968, Appendix A, pp. 441-442.
- ¹¹⁶ ANÓNIMO – *Recent Travellers*, 1850, p. 44.
- ¹¹⁷ ADAMS – *Travel Literature [...]*, 1983, pp. 77-80.
- ¹¹⁸ Sobre a relação entre a sensibilidade pré-romântica em Portugal e o consumo da pintura entre 1780 e 1825 cf. ARAÚJO – *Experiência da Natureza [...]*, 1991.
- ¹¹⁹ HUSSEY – *The Picturesque. [...]*, 1967, p. 12.
- ¹²⁰ PEMBLE – *The Mediterranean Passion. [...]*, 1987, p. 7-9.
- ¹²¹ MANWARING – *A Study Chiefly [...]*, 1925, p. 14.
- ¹²² *Ibid.*, pp. 77-79.
- ¹²³ *Ibid.*, p. 61.
- ¹²⁴ HUSSEY – *The Picturesque. [...]*, 1967, p. 12.
- ¹²⁵ Sobre este tema cf. FREIXA – *Imágenes y Percepción [...]*, 1999 e GÓMEZ DE LA SERNA – *Los viajeros de la Ilustración*, 1974.
- ¹²⁶ NEALE – *Letters from Portugal [...]*, 1809, p. 10.
- ¹²⁷ William Gilpin estabelece as bases do Pitoresco em *Three Essays: On Picturesque Beauty, On Picturesque Travel, and On Sketching Landscape*, 1792. Trata-se de três influentes ensaios sobre, como os títulos indicam, a beleza pitoresca, a viagem pitoresca e o desenho de paisagem.
- ¹²⁸ Burke expõe as suas ideias em *A Philosophical Enquiry [...]*, 1757.

¹²⁹ HUSSEY – *The Picturesque*. [...], 1967, p. 13.

¹³⁰ *Ibid.*, p. 83.

¹³¹ Trata-se de *Account of the most Remarkable Places and Curiosities in Spain and Portugal*. O autor é também conhecido pelo seu nome galês de Udal'ap Rhys.

¹³² BERMINGHAM – *Landscape and Ideology*. [...], 1986, pp. 61-67.

¹³³ «[...] is a practical aesthetic for gardeners, tourists, and sketchers» (*Ibid.*, p. 66).

¹³⁴ *Ibid.*, p. 4.

¹³⁵ «All gardening is landscape painting. Just like a landscape hung up» (Cit. em HUNT – *The Genius of the Place*: [...], 1990, p. 212).

¹³⁶ *Ibid.*, p. 119. Sir John Vanbrugh (1664-1726) é dramaturgo e arquitecto inglês, é conhecido pela integração da paisagem nos seus projectos de arquitectura.

¹³⁷ NICOLSON – *Mountain Gloom* [...], 1959, p. 5.

¹³⁸ ELIOT – *A treatise on the defence of Portugal*, [...], 1810, p. 160.

¹³⁹ Referência ao poema *Little Gidding* de T. S. Eliot: «We shall not cease from exploration/And the end of all our exploring/Will be to arrive where we started/And know the place for the first time».

CAPÍTULO II

OS VIAJANTES

ÍNDICE ALFABÉTICO

- Baxter**, William Edward (1850), 134
Bégin, Auguste Émile (1848), 132
Bergh, Alfred von (1841), 126
Bernard, Esther (1801-1802), 75
Blairie, Ollivier de la (1805-1808), 79
Carnarvon, Henry John George Herbert, Earl of (1827-1828), 105
Clarke, Edward (1761-1762), 46
Cockburn, George (1811), 95
Collins, Francis (1796-1797), 65
Cooper, William White (1838-1839), 118
Cormatin, Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Barão de (1777-1778), 54
Croker, Richard (1780), 57
Dalrymple, William (1774), 52
Delius, Eduard (1826), 103
Dembowski, Charles (1838), 115
Dumouriez, Charles-François du Périer (1765-1766), 48
Eliot, William Granville (1808-1809), 87
Eschwege, Wilhem Ludwig von (1834-1836 – tempo de escrita), 111
Fisher, Richard Barnard (1808-1810), 89
Gomm, William Maynard (1800-1813), 71
Graham, William (1812-1813), 97
Hahn-Hahn, Ida von (1841), 124
Hautefort, Charles Victor, Conde de (1814), 99
Heathcote, Ralph (1809-1812), 93
Heeringen, Gustav von (1836), 113
Horner, Gustavus R. B. (1831-1838), 108
Horstig (ed.), , Susette Christina (1797), 66
Hughes, Terence McMahon (1846), 130
Londonderry, Charles William Vane (1839), 119
Londonderry, Frances Anne Emily Vane (1839), 122
March, Charles Wainwright (1852), 138
Milford, John (1808-1812), 91
Minutoli, Julius Rudolph Ottomar, Freiherr von (1842), e (1851-1854), 128
Neale, Adam (1808), 81
Ormsby, James Wilmot (1808), 83
Ranque (ed.), , Hugues-Félix (1801), 73
Rockwell, Charles (1834-1836), 109
Ruders, Carl Israel (1798-1802), 68
Russell, Thomas Pougher (1793), 59
Schaumann, August Ludolph Friedrich (1808 e 1809), 85
Semple, Robert (1805), 77
Stuart-Wortley, Emmeline Charlotte Elizabeth (1851), 136
Texier, Joseph Peter (1794), 63
Thompson, Edward (1758), 45
Twiss, Richard (1772-1773), 50
Weech, Johann Friedrich von (1823), 101
Withering, William (1793-1794), 61
Wittich, Alexander (1838), 116

ÍNDICE POR NACIONALIDADE

ALEMANHA

- Bergh, Alfred von (1841), 126
 Bernard, Esther (1801-1802), 75
 Delius, Eduard (1826), 103
 Eschwege, Wilhem Ludwig von (1834-1836 – tempo de escrita), 111
 Hahn-Hahn, Ida von (1841), 124
 Heeringen, Gustav von (1836), 113
 Minutoli, Julius Rudolph Ottomar, Freiherr von (1842) e (1851-1854), 128
 Schaumann, August Ludolph Friedrich (1808 e 1809), 85
 Texier, Joseph Peter (1794), 63
 Weech, Johann Friedrich von (1823), 101
 Wittich, Alexander (1838),

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA

- Horner, Gustavus R. B. (1831-1838), 108
 March, Charles Wainwright (1852), 138
 Rockwell, Charles (1834-1836), 109
 Semple, Robert (1805), 77

FRANÇA

- Bégin, Auguste Émile (1848), 132
 Blairie, Ollivier de la (1805-1808), 79
 Cormatin, Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Barão de (1777-1778), 54
 Dumouriez, Charles-François du Périer (1765-1766), 48
 Hautefort, Charles Victor, Conde de (1814), 99
 Ranque (ed.), Hugues-Félix (1801), 73

HOLANDA

- Horstig (ed.), Susette Christina (1797), 66

ILHAS BRITÂNICAS

- Baxter, William Edward (1850), 134
 Carnarvon, Henry John George Herbert, Earl of (1827-1828), 105

- Clarke, Edward (1761-1762), 46
 Cockburn, George (1811), 95
 Collins, Francis (1796-1797), 65
 Cooper, William White (1838-1839), 118
 Croker, Richard (1780), 57
 Dalrymple, William (1774), 52
 Eliot, William Granville (1808-1809), 87
 Fisher, Richard Barnard (1808-1810), 89
 Gomm, William Maynard (1800-1813), 71
 Graham, William (1812-1813), 97
 Heathcote, Ralph (1809-1812), 93
 Londonderry, Charles William Vane (1839), 119
 Londonderry, Frances Anne Emily Vane (1839), 122
 Hughes, Terence McMahon (1846), 130
 Milford, John (1808-1812), 91
 Neale, Adam (1808), 81
 Ormsby, James Wilmot (1808), 83
 Russell, Thomas Pougher (1793), 59
 Stuart-Wortley, Emmeline Charlotte Elizabeth (1851), 136
 Thompson, Edward (1758), 45
 Twiss, Richard (1772-1773), 50
 Withering, William (1793-1794), 61

POLÓNIA

- Dembowski, Charles (1838), 115

SUÉCIA

- Ruders, Carl Israel (1798-1802), 68

ÍNDICE CRONOLÓGICO

- (1758) **Thompson**, Edward, 45
(1761-1762) **Clarke**, Edward, 46
(1765-1766) **Dumouriez**, Charles-François du Périer, 48
(1772-1773) **Twiss**, Richard, 50
(1774) **Dalrymple**, William, 52
(1777-1778) **Cormatin**, Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Barão de, 54
(1780) **Croker**, Richard, 57
(1793) **Russell**, Thomas Pougher, 59
(1793-1794) **Withering**, William, 61
(1794) **Texier**, Joseph Peter, 63
(1796-1797) **Collins**, Francis, 65
(1797) **Horstig** (ed.), Susette Christina, 66
(1798-1802) **Ruders**, Carl Israel, 68
(1800-1813) **Gomm**, William Maynard, 71
(1801) **Ranque** (ed.), Hugues-Félix, 73
(1801-1802) **Bernard**, Esther, 75
(1805) **Semple**, Robert, 77
(1805-1808) **Blairie**, Ollivier de la, 79
(1808) **Neale**, Adam, 81
(1808) **Ormsby**, James Wilmot, 83
(1808 e 1809) **Schaumann**, August Ludolph Friedrich, 85
(1808-1809) **Eliot**, William Granville, 87
(1808-1810) **Fisher**, Richard Barnard, 89
(1808-1812) **Milford**, John, 91
(1809-1812) **Heathcote**, Ralph, 93
(1811) **Cockburn**, George, 95
(1812-1813) **Graham**, William, 97
(1814) **Hautefort**, Charles Victor, Conde de, 99
(1823) **Weech**, Johann Friedrich von, 101
(1826) **Delius**, Eduard, 103
(1827-1828) **Carnarvon**, Henry John George Herbert, Earl of, 105
(1831-1838) **Horner**, Gustavus R. B., 108
(1834-1836) **Rockwell**, Charles, 109
(1834-1836 – tempo de escrita) **Eschwege**, Wilhem Ludwig von, 111
(1836) **Heeringen**, Gustav von, 113
(1838) **Dembowski**, Charles, 115
(1838) **Wittich**, Alexander,
(1838-1839) **Cooper**, William White, 118
(1839) **Londonderry**, Charles William Vane, 119
(1839) **Londonderry**, Frances Anne Emily Vane, 122
(1841) **Hahn-Hahn**, Ida von, 124
(1841) **Bergh**, Alfred von, 126
(1842) e (1851-1854) **Minutoli**, Julius Rudolph Ottomar, Freiherr von, 128
(1846) **Hughes**, Terence McMahon, 130
(1848) **Bégin**, Auguste Émile, 132
(1850) **Baxter**, William Edward, 134
(1851) **Stuart-Wortley**, Emmeline Charlotte Elizabeth, 136
(1852) **March**, Charles Wainwright, 138

OS VIAJANTES

Edward Thompson

1758

O Comodoro Edward Thompson (1738¹-1786) é autor de textos satíricos e licenciosos, poemas e peças teatrais, entre os quais se encontra a narrativa em dois volumes que constitui a nossa fonte, intitulada *Sailor's letters. Written to his select friends in England, during his voyages and travels in Europe, Asia, Africa, and America, from the year 1754 to 1759*. Publicada em 1767, a obra inclui uma descrição da cidade de Lisboa no ano de 1758.

Filho de um rico comerciante da cidade inglesa de Hull, Thompson recebe uma educação cuidada e ingressa na Marinha, rumo às Índias Ocidentais, em 1754. É o início de uma carreira que o leva a várias regiões do mundo e culmina com o comando de uma frota rumo a Nova Iorque, Charlestown e Barbados em Agosto de 1780². Participa, entretanto, em conflitos militares como o bloqueio de Brest ou a libertação de Gibraltar.

Edward Thompson tem uma actividade literária intensa e variada. Em 1784, encontrando-se na Ilha da Madeira em visita a Charles Murray, Cônsul Britânico, escreve o poema *Bello Montè: or, the Misfortunes of Anna D'Arfet* onde descreve a história da ilha³. Já nessa altura é conhecido como autor de poemas, alguns dos quais celebram os encantos de meretrizes. Com títulos como *The Meretriciad*, ou *The Courtezan*, são publicados anonimamente até à edição da colectânea *The Court of Cupid*, em 1770, na qual já figura o nome do autor. A partir de então sucedem-se muitas outras colectâneas. Da sua autoria são também vários poemas marítimos, ou «canções do mar», muito apreciados entre os marinheiros, que o apelidam de «Rhyming Thompson»⁴; algumas destas canções são ainda hoje incluídas em colectâneas da Marinha⁵. Ainda no âmbito literário, Thompson escreve e adapta peças teatrais⁶, e exerce atividade editorial, como se pode verificar pela entrada referente a *Sailor's letters* em *The Bibliographer's Manual of English Literature*⁷, na qual é identificado como «o Tenente Thompson [que] editou as obras de Marvel, Oldham, e Paul Whitehead»⁸, poetas metafísicos e satíricos.

Do ponto de vista da recepção crítica às obras de Thompson, é o texto de viagem *Sailor's letters* que mais frequentemente é mencionado pela sua qualidade, tanto do ponto de vista documental, como literário⁹. Nele encontramos relatos da sua vida de marinheiro, incluindo descrições gráficas de combates e de cidades portuárias que tem a oportunidade de visitar entre 1854 e 1859.

Depois de cruzar o golfo da Biscaia sete vezes sem interceptar um único navio francês, e tendo gasto todas as provisões, o navio que comanda entra no rio Tejo em Dezembro de 1758 para reparação e reabastecimento. De Lisboa envia as cartas XXXI a XXXIV¹⁰, que constituem a nossa fonte de informação. Dirigidas a L. L. Esq., as cartas descrevem as ruínas que dominam a paisagem urbana, bem como alguns edifícios poupados à destruição, entre os quais a Igreja de São Roque, que Thompson descreve com pormenor.

Edward Clarke 1761-1762

O Reverendo Edward Clarke (1730-1786) é o autor de *Letters concerning the Spanish nation: written at Madrid during the years 1760 and 1761*, colecção de cartas dedicada a George Brodrick¹¹, publicada em Londres em 1763 e, em edição anónima, em 1767¹². Em 1765 são publicadas duas traduções para alemão¹³ e, em 1770, vem a público uma tradução francesa¹⁴.

Clarke é Reitor de Pepperharrow na região de Surrey, em Inglaterra, e vigário de Uckfield e Wilmington, no condado de Sussex. Formado no St. John's College da Universidade de Cambridge, do qual vem a ser Fellow¹⁵, é filho e neto de homens famosos pela sua erudição e pai do célebre viajante e arqueólogo Edward Daniel Clarke. Para além da obra que aqui apresentamos, é ainda autor de *A letter to a friend in Italy [...]*. Os seus projectos literários incluíam um dicionário de latim e uma edição comentada do Novo Testamento, em grego, nenhum dos quais chegou a concluir. As opiniões dividem-se sobre a solidez dos seus conhecimentos¹⁶, havendo quem o considere um «erudito de terceira categoria»¹⁷.

Imediatamente após o retorno a Inglaterra, depois da viagem que o seu texto descreve, o Reverendo Clarke procede à publicação das cartas. Esta havia sido sempre a sua intenção, tal como afirma, pelo que nelas incluíra observações, informações e experiências que pudessem vir a ser úteis e a satisfazer a curiosidade do futuro leitor¹⁸. Apenas a natureza deste texto não é, de facto, epistolar. Pelo contrário, tem a estrutura formal característica dos compêndios do século XVIII, com divisão por temas como a história, as instituições e a sociedade espanholas. A descrição da passagem por Portugal apresenta características de narrativa de viagem propriamente dita. Portugal ocupa a carta XX, na qual o autor descreve a partida abrupta de Madrid rumo a Inglaterra via Lisboa¹⁹, em Dezembro de 1761, acompanhando o Conde de Bristol, Embaixador Britânico em Madrid, junto do qual exercia funções de Capelão há já dois anos. Entram em Portugal por Elvas²⁰ e passam por Vila Viçosa, Estremoz, Arraiolos e Aldeia Galega, chegando finalmente a Lisboa a 1 de Janeiro de 1762. Durante os primeiros dezoito dias do ano de 1762 o Reverendo Clarke percorre as ruas da capital, onde sobressaem ainda os vestígios do Terramoto. O Aqueduto, intacto, merece-lhe rasgados elogios pela solidez da sua construção.

A verdadeira intenção de um escritor de narrativas de viagem, afirma Clarke, é divulgar «notícias de países estrangeiros que possam corrigir preconceitos e concepções erradas que porventura tenhamos, de modo a melhorar a nossa opinião actual e a contribuir para a formação de uma ideia mais justa sobre diferentes nações»²¹. E, no entanto, Clarke revela-se profundamente influenciado por preconceitos culturais dos quais não parece ter qualquer consciência. No prefácio afirma, por um lado, que «[A] verdade e os factos foram sempre os únicos objectos da minha atenção. Não tenho um mau temperamento nem preconceitos que necessitem de ser gratificados. Detesto todos os reflexos nacionalistas e tenho total

desprezo pelos mesquinhos preconceitos acerca de um país ou de um costume. Gosto dos espanhóis e admiro-os por muitas razões [...]. Todas as nações e todas as regiões têm os seus méritos específicos». Por outro lado, e ainda no prefácio, define sumariamente povos de várias nacionalidades, começando pelos britânicos, que considera claramente superiores. A felicidade que sente ao ver publicada esta obra advém, precisamente, da satisfação que sente por dar ao leitor inglês «uma nova prova da felicidade de que desfruta por ter nascido [súbdito] britânico». E ainda: «Pode um inglês ir para onde quiser, para Espanha ou para Portugal, para França ou para Itália; pode viajar por todo o globo, que não encontrará nenhuma Constituição como a da Grã-Bretanha».

Esta obra foi muito mal recebida em Espanha, onde ainda hoje é acusada de ter contribuído para a «lenda negra» sobre o país que, segundo alguns historiadores, foi criada e perpetuada por literatura de viagem britânica²².

Charles-François du Périer Dumouriez
1765-1766

O general francês Charles-François du Périer Dumouriez (1739-1823) é o autor de *État présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*, obra publicada pela primeira vez em Lausana em 1775 em edição anónima, reeditada em Hamburgo em 1797 e, nesse mesmo ano, publicada em tradução inglesa. Em 2007 surge a tradução portuguesa²³. Volume de carácter enciclopédico dividido em quatro Livros, *État présent du royaume de Portugal* ocupa-se da geografia de Portugal continental (livro I), da geografia das colónias portuguesas (livro II), da situação militar do país (livro III) e do carácter e governo nacionais (livro IV).

Segundo Holland e Broadly, autores de uma biografia do General Dumouriez, *État présent du royaume de Portugal* tem como base um estudo da guerra de 1762 e constitui uma das raras narrativas sobre Portugal escritas por um «militar competente». Adiantam ainda que a sua publicação atraiu muita atenção e que a obra foi de grande utilidade ao Duque de Wellington durante a Guerra Peninsular²⁴. Segundo o autor, *L'État présent du Royaume de Portugal* é fruto das suas observações durante uma estada em Portugal em 1766²⁵ sob as ordens do Duque de Choiseul. Na secção «Advertissement» da tradução inglesa lê-se que

«[N]os anos de 1765 e 1776, o General Dumouriez, na altura Capitão de Infantaria, fizera o périplo por Espanha e Portugal às ordens do Duque de Choiseul, Ministro dos Assuntos Estrangeiros no reinado de Luís XV; é a este aristocrata que transmite as suas observações sobre a forma de atacar e defender Portugal, cuja topografia os vizinhos espanhóis davam a impressão de conhecer tão mal como qualquer outro povo da Europa. O Duque de Choiseul, exilado em 1770, teve como sucessor o Duque d'Aiguillon. Depois da destituição, em 1774, do Duque d'Aiguillon [inimigo pessoal do nosso autor, bem como de todos quantos tinham sido da confiança do Duque de Choiseul], Dumouriez acrescentou às suas observações militares as várias observações que fizera acerca do governo, da política, das finanças, do comércio, dos costumes, das colónias, etc., de Portugal e o todo foi publicado em Lausana em 1775 [...]»²⁶.

O envolvimento de Charles-François Dumouriez com Portugal está intimamente relacionado com a sua vida tumultuosa. Nascido em França a 25 de Janeiro de 1739, segue um programa rigoroso de estudos em colégios de renome e parece inicialmente decidido a seguir a vida monástica. No entanto, é às áreas militar e diplomática que acaba por dedicar a sua vida. Tendo-se distinguido na Guerra dos Sete Anos, leva a cabo missões secretas ao serviço do Rei em vários países, entre os quais Portugal. Entre 1792 e 1793 tem um papel activo no desencadear da guerra com a Áustria, bem como na derrota da Prússia e na invasão da Holanda. Nesse mesmo período, no entanto, alia-se à Áustria e, em 1800, vamos encontrá-lo em Inglaterra na situação de conselheiro do futuro Duque de Wellington. Vem a colaborar na organização de movimentos de tropas contra Napoleão em Espanha e Portugal.

Dumouriez morre em Inglaterra a 14 de Março de 1823 depois de uma longa vida em que o risco e as «calúnias» têm lugar privilegiado, tal como ele próprio afirma: «Alimento-me de calúnias como as cegonhas se alimentam de serpentes, que não lhes causam qualquer dano»²⁷. A conflituosidade e o secretismo que o seguem de perto espelham-se na génese da primeira edição desta obra, que Dumouriez diz não ter autorizado e que lhe vem a causar dissabores²⁸. Muitos anos passados, sente a necessidade de melhorar o texto, juntando-lhe notas entretanto recuperadas e a experiência adquirida. Numa Introdução digna do Século da Luzes, descreve um mundo dividido entre nações iluminadas pela razão (como a França e os Estados Unidos da América) e nações subjogadas pela ignorância e pela superstição (toda a África, a Ásia e alguns países da Europa, nomeadamente Portugal).

No prefácio à primeira edição Dumouriez declara que a obra tem o mérito de trazer à luz do dia novidades sobre um país que não recebe atenção, nem da protectora Inglaterra, nem da vizinha Espanha, nem da curiosa França. Portugal é, ousa dizê-lo, desconhecido. A responsabilidade desta situação é, segundo afirma, pelo menos em parte dos portugueses, que não viajam e não se esforçam por comunicar com outros povos. A narrativa, assegura, baseia-se estritamente no que observa em Portugal, evitando a todo o custo a crítica e o tom satírico, mesmo quando estes se justificam. A este respeito é interessante verificar que, no seu prefácio, o editor da versão original escreve: «Quando esta obra apareceu foi lida com grande avidez e recebeu de todo o leitor imparcial um elogio insuspeito, sendo na altura o seu Autor desconhecido; mas desagradou igualmente a portugueses e espanhóis. Dumouriez havia dito a ambos a verdade, sem qualquer reserva; a sua franqueza, que muitas vezes parece rude, pode ser tomada por insultuosa, e a maneira como apresenta as suas admoestações correctivas é ainda mais revoltante do que a sua censura. Por isso, ambas as nações condenaram a obra, o que certamente é bem menos difícil do que refutá-la». Posição semelhante tem o editor da tradução inglesa, segundo o qual Dumouriez diz a verdade, embora com uma tremenda má educação, tecendo comentários insultuosos que levam a que a obra seja mal recebida, tanto em Portugal, como em Espanha.

État présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI tem um propósito de abrangência e objectividade que se traduz numa preponderância de números, estatísticas e descrições factuais. Do ponto de vista do nosso objecto de estudo as descrições com maior interesse dizem respeito à região de Lisboa.

Richard Twiss
1772-1773

Richard Twiss (1747-1821), F. R. S. (Fellow of the Royal Society) é o autor de *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773*, diário de uma viagem motivada pela curiosidade e a atracção pela novidade. Após vários anos percorrendo Inglaterra, Holanda, Flandres, França, Suíça, Itália e Alemanha, vem a Espanha e Portugal, atraído, como afirma no prefácio, pelo pouco que se conhece sobre a Península.

Segundo Stemmler, *Travels through Portugal and Spain* é o veículo que transforma o filho primogénito de um abastado comerciante anglo-irlandês no respeitado autor Richard Twiss, Esq., F. R. S.²⁹. Nascido em Roterdão a 20 de Abril de 1747, Twiss recebe uma excelente educação que inclui a música e a arte³⁰. Possuidor de uma importante fortuna, dedica grande parte da sua vida a viajar, escrevendo, para além da obra que apresentamos, outras narrativas de viagem sobre a Irlanda e Paris³¹. A visita a Portugal estende-se de 17 de Novembro de 1772 a Fevereiro de 1773. Durante quase sessenta páginas, Twiss descreve uma cidade «praticamente no mesmo estado de ruína em que se encontrava no dia a seguir ao Terramoto de 1755» e que lhe faz lembrar a cidade de Dresden destruída pela guerra e pelo fogo. A 30 de Janeiro de 1773 parte de Lisboa para uma viagem pelo país na companhia do serviçal e cozinheiro Jean Baptiste Pecquêt, que havia acompanhado Giuseppe Baretta em 1760³².

A obra é publicada pelo próprio autor em 1775 numa belíssima edição que, para alguns³³, excede largamente em ambição e elegância as famosas edições de *Travels through Spain, in the Years 1775 and 1776 [...]*, de Henry Swinburne, publicada em 1779, e *A Year's Journey through France and Part of Spain*, de Richard Thicckesse, publicada em 1777³⁴. Entretanto, em 1776, vêm a público as traduções francesa e alemã; na Alemanha, contudo, a recepção não é entusiástica³⁵.

A edição de 1775 de *Travels through Portugal and Spain* inclui gravuras em cobre, quase todas executadas a partir de desenhos do autor, que declara, no prefácio, ser a pintura a sua paixão: «Se as passagens do texto sobre pintura parecerem demasiado prolíficas, tudo o que posso oferecer como justificação é o meu apreço por essa ciência». Numa etapa posterior da sua vida Twiss vai dedicar-se quase exclusivamente ao estudo da arte e da arquitectura³⁶. Em Lisboa tem ocasião de ver um retrato do Marquês de Pombal que descreve³⁷: o Marquês está sentado a uma mesa coberta de plantas de futuros edifícios de Lisboa, tendo como pano de fundo uma vista do Tejo até Belém e dos navios em que embarcam Jesuítas. A pintura, afirma, é de Vernet, e a peça fora toda executada em Paris dois ou três anos antes, tendo os seus proprietários mandado gravar uma cópia em cobre³⁸.

Twiss faz ainda referência a quatro gravuras «de grande qualidade» que ilustram Lisboa e Belém, publicadas em Londres, em 1756, por George Hawkins³⁹, bem como a uma gravura do Aqueduto de Alcântara da autoria do gravador inglês T. Bowles, publicada em 1750⁴⁰. A

opinião de Twiss é negativa no que respeita à arte em Portugal. Para além do retrato do Marquês de Pombal já referido, durante toda a duração da sua estada afirma ver apenas um grupo de esculturas de qualidade no jardim do Palácio de Belém.

Em relação à narrativa de viagem, Twiss adopta a posição de Dr. Johnson (na linha da *ars apodemica* exposta no Capítulo I) tal como este a enunciara a Baretti, segundo a qual o viajante deve «escrever um diário no qual registe, com exactidão, todas as ocorrências e observações»⁴¹. No prefácio Twiss declara ter aderido à mais pura verdade na sua narrativa. No entanto, esta é criticada, já em 1775, pela falta de rigor da informação que veicula⁴². Do mesmo modo, nem todos os irlandeses concordam com o retrato que faz da Irlanda no ano de 1775, acusando o autor de ser «demasiado crédulo relativamente à informação que recebe e demasiado célere a registá-la»⁴³.

Recentemente, Hilton faz o seguinte comentário: «Twiss parou em Alcobaça, que descreve longamente. Não diz nada sobre a arquitectura desse belo monumento cisterciense [...]. O que chamou realmente a atenção de Twiss foi a vida opulenta dos nobres que ali tinham pronunciado os votos monásticos»⁴⁴. Independentemente da justeza desta crítica, é um facto que Twiss parece estar menos interessado do que outros viajantes na arquitectura de edifícios como o Teatro de S. Carlos, onde assiste a um espectáculo de ópera, ou a capela de S. João Baptista, na Igreja de S. Roque, que lhe merece apenas um curto parágrafo apesar de ali assistir a um concerto no dia 26 de Novembro. Sintra não o inspira e as descrições do Mosteiro da Peninha e do «Convento da Cortiça» são brevíssimas. Já as praças e as ruas de Lisboa, entre edifícios em ruínas e outros em construção, são objecto de um dos retratos mais vivos e visualmente expressivos deste conjunto de fontes.

William Dalrymple

1774

O major William Dalrymple (1736-1807) é o autor de *Travels through Spain and Portugal in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*. A obra é publicada em Londres em 1777, traduzida para alemão um ano mais tarde e para francês em 1783. No breve prefácio, não datado, o autor limita-se a afirmar que «as páginas que se seguem têm como base o diário e as cartas que escrevi durante a viagem».

A identidade de William Dalrymple levantou várias questões aquando da pesquisa biográfica. Dalrymple é o nome de uma antiga e numerosa família escocesa de fortes tradições religiosas e militares. Sabe-se pelo prefácio que o autor segue a carreira militar e que, pouco tempo antes de chegar a Portugal, se encontra em serviço em Gibraltar.

O catálogo da Biblioteca Nacional de Lisboa indica as datas de 1723-1814 para o nascimento e morte do autor, mas estas não coincidem com a informação biográfica que obtivemos. Na verdade, esta datação refere-se a William Dalrymple, ministro calvinista escocês, a quem a Universidade de Andrews confere o grau de Doutor em Teologia em 1779⁴⁵. Não encontrámos qualquer referência a um envolvimento militar deste reverendo, nem mesmo como capelão do exército, quer no Reino Unido, quer no estrangeiro. Assim sendo, pensamos que estas datas não têm relação com o nosso autor.

Com base na informação biográfica e bibliográfica consultada, o major escocês William Dalrymple, autor desta obra, nasce em 1736 e vem a falecer a 16 de Fevereiro de 1807. Filho do Hon. George Dalrymple⁴⁶ e irmão de John Dalrymple, 5.º Conde de Stair, alista-se no exército em 1752, participa na campanha contra a invasão de Portugal pelas forças espanholas em 1762⁴⁷ e, entre 1779 e 1783, participa na guerra de independência americana⁴⁸. Em Abril de 1784 torna-se membro do Parlamento Britânico, função que mantém até ao ano de 1790⁴⁹. Assume o cargo de general em 1798.

Enquanto cumpre serviço militar em Gibraltar, como atrás referimos, Dalrymple decide visitar Madrid seguindo um trajecto pouco frequentado por outros viajantes. O plano inclui uma visita à academia militar O'Reilly's, recentemente estabelecida em Ávila, e à Universidade de Salamanca⁵⁰. A viagem acaba por se prolongar por cinco meses. A primeira das quinze cartas que compõem a narrativa relativa a esta viagem é enviada de Córdova em 29 de Junho do ano de 1774. No regresso a Gibraltar, Dalrymple decide passar por Portugal, seguindo de São Tiago de Compostela para o Porto e depois para Lisboa. A sua estada no país decorre de 17 de Setembro a 2 de Novembro. As cartas XII, XIII, XIV e XV⁵¹ descrevem locais como Valença do Minho, Ponte de Lima, Braga, Porto, Mealhada, Coimbra, Leiria, Batalha, Alcobaça, Caldas, Mafra, Sintra, Lisboa, Montemor e Évora.

Dalrymple afirma não ser sua intenção, afirma, escrever um guia de viagem, pois já existem suficientes «*ciceroni*» e catálogos preparados para elucidar os viajantes. A sua atenção debruça-se, em particular, sobre o governo, estabelecimentos e instituições militares, e

os costumes do povo. Segundo a crítica contemporânea: «Quanto ao primeiro objectivo do nosso autor, a saber, a atenção sobre a situação do governo e a observação da estrutura militar, ele parece ter sido suficientemente cuidadoso; mas as observações acerca dos habitantes estão longe de merecer a fama que têm»⁵². Do nosso ponto de vista, a importância desta obra advém das descrições de Lisboa ainda no início de um processo de reconstrução. Para o major Dalrymple, tal como para outros viajantes, algum bem adveio da tragédia do Terramoto, pois que uma bela cidade surge agora das ruínas.

Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Barão de Cormatin
1777-1778

Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Barão de Cormatin⁵³ (1753-1812) é o autor de *Voyage du ci-devant duc du Chatelet en Portugal, où se trouvent des détails intéressans sur les colonies, sur le tremblement de terre de Lisbonne, sur m. de Pombal et la cour*. Publicada pela primeira vez em 1798, a obra descreve uma viagem a Portugal empreendida, supostamente, pelo Duque de Chatelêt⁵⁴. A revisão e a correcção do manuscrito são da responsabilidade de Jean François Bourgoing, bem como o texto introdutório, as notas sobre a situação do país à data da publicação e os vários suplementos. A esta edição segue-se a de 1801, que consultámos, a qual mantém a divisão em dois volumes, sendo o primeiro composto pelos capítulos I a XI e o segundo pelos capítulos XII a XVII. Cada capítulo aborda um aspecto específico de Portugal⁵⁵. Estamos, pois, perante uma narrativa que pretende ter um carácter enciclopédico. As traduções para alemão e inglês surgem, respectivamente, em 1799 e 1809.

A autoria da obra é, como afirmámos, do Barão de Cormatin, facto que tem vindo a ser reconhecido⁵⁶ embora se mantenha o título original. Em 1879 Manoel Bernardes Branco refere ainda como autor o Duque de Chatelêt⁵⁷; no entanto, já em 1814, referindo-se à edição de 1798, John Pinkerton afirma: «Esta narrativa de viagem foi, na verdade, escrita pelo Sr. Cormatin, que se viria a tornar um dos líderes dos Chouans na guerra da Vendaia»⁵⁸. Esclarecimentos semelhantes surgem subsequentemente em *The Bibliographer's Manual of English Literature* (1834)⁵⁹, *Les portugais en France: les français en Portugal* (1882)⁶⁰ e *Historia da universidade de Coimbra nas soas relações com a instrução publica portugueza* (1898)⁶¹. O autor de *Les portugais en France: les français en Portugal* escreve uma longa nota de rodapé sobre esta questão, em que cita Quérard⁶², e afirma que o Barão de Cormatin «teria recebido uma missão especial respeitante a Portugal e escrevera a obra em causa sob o pseudónimo do Duque de Chatelêt, que nunca tinha posto os pés em Lisboa»; afirma, ainda, estar provado «que em 1777 o Duque de Chatelêt se encontrava, ou em Paris, ou na sua propriedade de Champagne, e que o manuscrito do Barão fora encontrado na biblioteca [de Chatelêt], mais não sendo preciso para que o editor atribuisse a este último a autoria da obra»⁶³. Segundo outras fontes, aquando da sua detenção devido a acções contra-revolucionárias, Pierre Desoteux deixara o manuscrito à guarda do Duque de Chatelêt; a sua descoberta após a morte do Duque dera origem à confusão sobre a autoria⁶⁴. As cartas haviam já sido divulgadas por M. Henri Welschinger⁶⁵. E, finalmente, nas palavras do próprio Barão de Cormatin: «Estou a trabalhar [...] na minha viagem a Portugal, minha legítima propriedade, da qual fui frustrado enquanto estive em cativo, tendo sido atribuída erradamente ao Senhor Duque do Chatelêt que, em toda a sua vida, nunca esteve em Portugal. Sou o único oficial francês que, em 1778, viajou como observador por Portugal inteiro; o único recebido pelo Marquês de Pombal no seu exílio próximo

de Coimbra. Aliás, o Senhor de Bourgoing escreveu-me nas vésperas da sua partida de Paris na comitiva de S. M. o Rei da Saxônia, a 15 de Dezembro de 1809, declarando que reconhecia o seu erro acerca do Senhor Duque de Chatelêt [...]»⁶⁶.

Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux nasce em Paris em 1753. Em 1772 recebe o título de Tenente de Cavalaria e, pouco depois, o de Capitão de Dragões. Participa como delegado em missões diplomáticas junto das cortes da Alemanha, Espanha, Inglaterra, Itália, Marrocos, Portugal e Prússia⁶⁷. Homem culto, relaciona-se com famosos pensadores da época, entre os quais se contam professores de Direito Público das Universidades de Pisa e Heidelberg⁶⁸. Em 1780 parte para a América, onde participa em ações militares sob as ordens de George Washington e do general francês Rochambeau⁶⁹. Em 1788 recebe a Cruz de S. Luís e, em 1791, é nomeado coronel, entrando ao serviço do General de Bouille⁷⁰. Participa nas guerras da Vendéia e, em 1795, é preso no forte nacional perto de Cherbourg, de onde sai em 1802, vindo a falecer dez anos mais tarde⁷¹. Para além de *Voyage du ci-devant duc du Chatelet en Portugal*, Cormatin é também autor de uma obra de vulto sobre o Marquês de Pombal⁷².

O editor do manuscrito, Jean-François, Barão de Bourgoing (1748-1811), é um «célebre diplomata e escritor»⁷³, autor de *Tableau de l’Espagne Moderne*, obra publicada em Paris sucessivamente em 1789, 1797, 1803 e 1807, e imediatamente traduzida para inglês, dinamarquês e alemão. Educado na Escola Militar de Paris e formado em Direito Público pela Universidade de Estrasburgo, Bourgoing dedica-se à carreira diplomática e exerce funções de Secretário da Embaixada de Espanha de 1777 a 1785. Dois anos depois assume as funções de Ministro de Luís XVI e, em 1791, é mais uma vez enviado a Madrid como Ministro Plenipotenciário da corte de Espanha⁷⁴. Após uma retirada para França devido ao conflito entre os dois países, Bourgoing volta a Espanha para negociar os termos do Tratado de Paz que viria a ser assinado em Basileia em 1795. Napoleão confiar-lhe-á, mais tarde, a Legação da Saxónia⁷⁵. Para além de editar a fonte que apresentamos, e de escrever a obra acima referida sobre Espanha, Bourgoing é autor de vários textos de carácter histórico e militar⁷⁶.

O capítulo introdutório de Bourgoing apresenta vários aspectos de interesse. Esta é, na sua opinião, a primeira narrativa sobre Portugal em que o país e as suas colónias são vistos sob os mais variados ângulos, tais como os costumes, a população, e o progresso das ciências, das artes e da política. Considera-a a narrativa mais completa sobre o país e acredita ter contribuído de forma decisiva para que assim fosse, actualizando a informação em notas e suplementos. Afirma ainda que Portugal, país «muito pouco conhecido, sobretudo pelos franceses», não fora até então apresentado ao público senão em descrições incompletas e incorrectas, mencionando a este respeito as narrativas de J. C. Murphy⁷⁷ e J. F. Carrère⁷⁸. Na sua opinião, Murphy dá uma atenção desmesurada à arquitectura, enquanto Carrère se limita a descrever Lisboa num tom de desprezo que não inspira confiança ao leitor. Este comentário é, no mínimo, surpreendente, tendo em conta as opiniões fortemente negativas

que Bourgoing exprime neste prefácio e que podem ser resumidas na seguinte frase: «A Filosofia ilumina a maior parte da Europa, mas Portugal ainda está nas trevas».

Mais importante, no entanto, será ressaltar que a contribuição de Bourgoing ultrapassa a simples anotação, como ele próprio deixa entrever ao afirmar, no seu prefácio, que o manuscrito «continha algumas imperfeições que tentámos rectificar; tinha algumas lacunas que procurámos colmatar. O autor não tinha tido o vagar de deitar uma última mão à sua obra. O estilo era, por vezes, desleixado e incorrecto. Tomámos a liberdade de fazer desaparecer estas pequenas imperfeições sem alterar, nem o seu plano, nem as suas ideias. O texto pode, portanto, ser considerado como exclusivamente seu»⁷⁹. Não podemos deixar de sentir algum cepticismo quanto a esta afirmação.

A narrativa tem início aquando do embarque do autor em Inglaterra, a 8 Maio de 1777, com destino a Lisboa, onde chega na véspera da aclamação da Rainha D. Maria I. A descrição da subida do Tejo e chegada à cidade engalanada para as cerimónias proporciona páginas com interesse descritivo. Com aposentos na zona de Buenos Aires, Cormatin passeia pela cidade, visita com frequência o Marquês de Pombal, e frequenta espectáculos de teatro e tourada. A sua atenção incide, com frequência, sobre estes espectáculos, bem como procissões e recepções oficiais, embora também se debruce sobre palácios, bibliotecas, gabinetes e colecções. O tom é negativo em relação a praticamente tudo o que o povo português produz. Não se conhece em Lisboa, afirma, um único pintor, escultor ou arquitecto que mereça ser mencionado. No que respeita «às ciências, às artes e mesmo aos ofícios, os portugueses estão quase ainda num estado de barbárie»⁸⁰.

Richard Croker
1780

Richard Croker, Esq. (?-1836), capitão do exército britânico, é o autor de *Travels through several provinces of Spain and Portugal*, colecção de vinte e seis cartas escritas durante a sua passagem pela Península em 1780 e publicadas em 1799. Como se pode ler na carta V, um mês depois de embarcar com o seu regimento no navio Morant rumo à Jamaica, em Julho de 1780, é feito prisioneiro, juntamente com outros oficiais, aquando do ataque ao navio pelas forças navais francesa e espanhola. Levado para Arcos de la Frontera, ali permanece nessa condição durante vários meses, obtendo finalmente autorização de viajar até Lisboa para ali embarcar de volta a Inglaterra⁸¹.

Croker entra em Portugal por Vila Real de Santo António e, a 18 Dezembro de 1780, envia de Évora a vigésima segunda carta desta obra, a primeira escrita de Portugal. As três cartas seguintes são escritas de Lisboa durante os últimos dez dias de Dezembro. Nos primeiros dias de Janeiro de 1781 chega, finalmente, a Inglaterra. A descrição relativa a Portugal alonga-se por sessenta e duas páginas, onde encontramos, para além de Lisboa, Beja, Évora, Mértola e outras pequenas localidades do Alentejo.

No prefácio, localizado e datado «Londres, Alfândega, 12 de Novembro de 1798», Croker afirma ter sido bastante pressionado no sentido de dar a conhecer estas cartas, pelo que as havia preparado para publicação durante os poucos intervalos de lazer «que uma repartição com muita actividade permitira». Não conseguimos apurar exactamente a que actividade se refere, pois não foi fácil encontrar informação sobre este autor. Uma breve referência ao casamento do capitão irlandês Richard Croker de Queens County⁸² conduziu-nos a alguma informação sobre a sua biografia. Descendente de uma família irlandesa de longa tradição, filho do Reverendo Richard Croker, o autor alista-se ainda jovem na Marinha Britânica e, em 1809, é promovido a tenente. No entanto, três anos mais tarde é apunhalado por um marinheiro⁸³, o que o leva a reformar-se com uma pensão vitalícia por ferimentos graves mas não o impede de ser promovido a comandante em 1814. A 12 de Setembro de 1816 temos notícias do autor pelo jornal *The Limerick Evening Recorder*, que regista o seu acto heróico de salvar seis pessoas da morte por afogamento perto da costa de Limerick⁸⁴. Croker vem a falecer no condado irlandês de Thornbury Queens em Outubro de 1836⁸⁵.

«Uma obra agradável de ler e, por vezes, instrutiva»⁸⁶ é um juízo ilustrativo da recepção de *Travels through several provinces* por parte da imprensa que, em geral, aplaude a honestidade, o bom senso, e a capacidade de observação do autor: «A viagem de um prisioneiro de guerra através da Andaluzia, forçado a seguir pelos caminhos menos frequentados [...] não promete proporcionar grande entretenimento ou informação [...] mas o autor compensou largamente esta falha pela diligência com que observou, e o engenho com que comentou, as poucas cenas que presenciou»⁸⁷. Alguns críticos, no entanto, expri-

mem dúvidas quanto aos julgamentos feitos sobre os portugueses por alguém que permanece tão pouco tempo no país. Assim, Griffiths exclama:

«Parece-nos que o Capitão Croker relata com fidelidade e, seguramente, de uma forma impressionante e digna de crédito tudo quanto viu e viveu: mas nalgumas passagens parece confiar nas informações obtidas de outrem, guiando-se mais pela simpatia do que pela análise crítica. Por exemplo, a análise do carácter nacional dos portugueses [...] é demasiado profunda e pormenorizada para um conhecimento de quinze dias apenas e não é suficientemente variada para descrever a grande comunidade formada por um povo da Europa»⁸⁸.

Apesar destas críticas, a recepção é, em geral, positiva. Croker é despretensioso, como se pode verificar por afirmações como a que se segue, que se encontra no prefácio: «No decurso de uma vida variada, e agora já avançada nos anos, não há nada que tenha sucedido ao autor destas [cartas] que o surpreenda mais do que o facto de se ter tornado autor de um livro».

Em Portugal, Croker é recebido em casa de figuras importantes da comunidade britânica em Lisboa, tais como o Cônsul Sir John Hort e o Embaixador Walpole. Impressiona-o o estado de ruína em que a cidade ainda se encontra, decorrente do Terramoto, mas sente verdadeira admiração pelas vistas panorâmicas que ela oferece do topo das suas várias colinas.

Thomas Pougher Russell
1793

Thomas Pougher Russell (1775-1851) é o autor de *Diaries of Thomas Pougher Russell's (b. 1775) tour in Spain and Portugal, 1793-1794. (With transcripts)*, diário transcrito à máquina por H. R. H. Hooper, do Arquivo Municipal de Birmingham, Inglaterra, no ano de 1937. Na página introdutória, Hooper identifica o texto como «Some Impressions of Spain and Portugal by a Young Man of Eighteen Years of Age in the Seventeen-Nineties being an exact and complete copy of Journal of a Tour to Spain and Portugal April 1793 till June 1794, written by Thomas Pougher Russell (b. 3, Feb. 1775, md. 8 May 1817, d. 8 Feb. 1851)».

O autor é filho de William Russell, importante comerciante e industrial da cidade inglesa de Birmingham, amigo de Joseph Priestley⁸⁹ e próximo do círculo da Lunar Society⁹⁰. Fundada em 1766, representante, por excelência, da sociedade erudita inglesa do século XVIII, a Sociedade estimula a livre troca de ideias entre os seus membros, homens das várias áreas da cultura e da ciência, e de diferentes convicções religiosas⁹¹. James Watt e Matthew Boulton⁹², e o próprio Joseph Priestley, entre os quais Erasmus Darwin e Josiah Wedgwood. À Lunar Society pertencia, igualmente, o aclamado Dr. William Withering, pai do autor de *Journal of a voyage to Lisbon. 1793-1794*, diário manuscrito incluído neste grupo de fontes.

Thomas P. Russell encontra-se em Portugal entre 7 e 18 de Maio de 1793, cerca de cinco meses antes da chegada de Withering. Apesar das referências frequentes aos esforços que faz para conseguir um passaporte que lhe permita entrar em Espanha, não esclarece as razões pelas quais deseja lá chegar. Podemos, no entanto, levantar como hipótese a existência de uma relação entre esta viagem e os tumultos que têm lugar em Birmingham em 1791. Conhecidos como «Priestly Riots of 1791», dado Priestley ser o principal alvo, as agressões dirigem-se contra os membros da Lunar Society. Vistos como ameaça à monarquia e à Igreja, todos eles são atacados, durante cinco dias, por uma multidão enfurecida que acaba por saquear muitas das suas residências, bibliotecas e laboratórios⁹³. Para além de ser amigo de Priestley, o pai de Thomas Russell é conhecido como simpatizante da Revolução Francesa, pelo que a sua residência familiar, Showell Green House, é uma das mais violentamente atacadas.

Conhecemos bem este momento da vida da família Russell, bem como quase todos os acontecimentos que se vão sucedendo até 1801, devido ao hábito familiar de escrever diários. Ambas as irmãs do autor, Martha e Mary, registam os acontecimentos traumáticos de 1791, bem como a sua fuga, com o seu irmão Thomas, para os bosques vizinhos próximos da residência, onde se mantêm escondidos durante dias. Três anos mais tarde, em 1794, a família aceita o convite de Priestley e parte para a América⁹⁴, onde não chega, pois é feita prisioneira por um navio francês poucos dias depois da partida do porto de Falmouth. As

peripécias que se seguem, incluindo a chegada, um ano mais tarde, aos Estados Unidos, a residência de alguns anos nesse país e, finalmente, o retorno a Inglaterra, estão registadas nos diários das duas irmãs⁹⁵.

Entre o ataque à sua residência, em 1791, e a partida para a América, em 1794, a família Russell vive em casa de familiares, primeiro em Birmingham e, depois, em Londres; contudo nunca se sentem em segurança dada a atitude abertamente anti-monárquica que William Russell continua a exibir⁹⁶. Poder-se-á, assim, conjecturar que Thomas rumo a Espanha, passando por Portugal, com o intuito de encontrar um local onde a família se possa estabelecer ou, talvez, criar relações comerciais que lhe permitam sair de Inglaterra caso o ambiente venha a piorar. Outra hipótese a colocar será a de Espanha ser local de passagem para França, onde o jovem Russell desejaria explorar possibilidades de residência. A verdade é que seu pai vem a tornar-se cidadão francês em 1807⁹⁷.

O diário de Thomas P. Russell regista a sua passagem breve por Lisboa. Dada a sua urgência evidente em entrar em Espanha, são as questões práticas e burocráticas que ocupam a mente do autor. No entanto, do ponto de vista do nosso tema, oferece algumas observações com interesse sobre locais como os jardins do Marquês de Abrantes, o Palácio de Queluz e o Gabinete de História Natural.

William Withering 1793-1794

William Withering (1775-1832), Esq., botânico, F. L. S (Fellow of the Linnean Society), é o autor do diário manuscrito *Journal of a voyage to Lisbon. 1793-1794*. Tem apenas dezassete anos quando documenta a viagem a Lisboa como acompanhante de seu pai, o famoso médico inglês William Withering⁹⁸, que procura alívio para a doença pulmonar de que padece. O texto tem trezentas e sessenta páginas no total, mas a partir da página 317 deixa de ser um diário e transforma-se numa colecção de textos temáticos relativos ao país⁹⁹. A descrição que nos interessa regista os acontecimentos desde a chegada à costa portuguesa no navio *Expedition*, em Novembro de 1793, até à partida de Portugal no paquete *King George* em finais de Abril de 1794.

A escolha dos locais visitados decorre, por um lado, da reputação destes enquanto destinos turísticos e, por outro, da fragilidade física de seu pai, que o impede de empreender longas viagens. A presença deste em Lisboa não passa despercebida. Eminente representante do espírito iluminista, pioneiro da medicina moderna¹⁰⁰, iniciador da farmacologia clínica e responsável pela descoberta das potencialidades médicas da *Digitalis*¹⁰¹, é conhecido como o «Linnaeus inglês» pelas suas contribuições no campo da botânica¹⁰² e deixa a sua marca também nas áreas da geologia e da arqueologia¹⁰³. É membro de várias sociedades eruditas inglesas e também da Academia Real das Ciências de Lisboa. As páginas do diário contêm referências às frequentes visitas que lhe fazem botânicos e cientistas como o Dr. Domenico Vandelli, José Mariano Veloso e o Abade José Correia da Serra¹⁰⁴; este último exerce frequentemente as funções de guia por Lisboa e arredores.

O diário descreve a primeira vinda de William Withering a Portugal, que corresponde à segunda de seu pai, que residira já no país entre Setembro de 1792 e Junho de 1793¹⁰⁵ na companhia de sua filha Charlotte¹⁰⁶. É durante essa estada que concebe a ideia de fazer uma análise química às águas das termas das Caldas da Rainha, a qual leva a cabo durante a segunda visita, e cujos resultados vêm a ser impressos pela Academia Real das Ciências de Lisboa em 1795¹⁰⁷.

O jovem Withering escreve o seu diário desde o momento em que parte da residência familiar, em Birmingham, a 1 de Outubro. Embarcam em Falmouth a 16 de Novembro, e chegam à costa portuguesa nove dias mais tarde. Começam por residir em Braço de Prata, numa quinta que fora residência do Embaixador de França e que inclui um pequeno bosque onde se pode passear, algo «muito raro em Portugal», como comenta o autor. A quinta é sobranceira ao rio, oferecendo algumas das mais belas vistas que jamais vira¹⁰⁸. Mudam-se em Janeiro de 1794 para uma casa com capela numa quinta perto do Convento de S. José em S. José de Ribamar. A casa está situada numa colina na margem do Tejo, a cerca de cinco milhas de Lisboa e uma de Belém. Tem um jardim «ao estilo chinês, como são quase todos os jardins Portugal, com escadas, tanques de água com peixes dourados e

prateados, fontes, etc.»¹⁰⁹. Nas traseiras da casa erguem-se mais colinas que oferecem uma vista encantadora do rio e da margem oposta, abarcando uma paisagem extensa que inclui os fortes, a barra e o oceano Atlântico.

Withering regista os frequentes passeios que faz para recolher plantas ou pedras, detendo-se na beleza das paisagens dos arredores de Lisboa ¹¹⁰. A sua atenção vai, também, para o património construído e os objectos de arte que vê em Lisboa, Belém, Ajuda e Sintra, local que seu pai designa de «Eliseu de Portugal»¹¹¹. O Abade Correia proporciona-lhes experiências «normalmente não acessíveis a estranhos», como a visita à colecção de pintura do Palácio de Belém descrita na entrada de 12 de Fevereiro de 1794.

Apesar de o autor ser ainda jovem, os seus poderes de observação são razoáveis, alicerçados numa curiosidade intelectual e num grau de cultura notáveis em alguém da sua idade¹¹². A estas características não será alheio o facto de ter crescido sob a influência da Lunar Society¹¹³, a que fizemos já referência quando apresentámos Thomas Russell, e da qual seu pai fora membro. Faz, pois, parte de uma segunda geração de Iluministas britânicos, cujas esperanças e potencialidades são repentinamente cerceadas pelos tumultos de 1791¹¹⁴. É, talvez, este corte precoce e radical que explica o pouco que sabemos sobre os «herdeiros» da Lunar Society, incluindo o autor deste diário. Conhecemos o esforço que faz, já adulto, para perpetuar a memória de seu pai, escrevendo e publicando a sua biografia, editando a colectânea dos seus tratados científicos¹¹⁵ e completando quatro edições póstumas de *An Arrangement of British Plants [...]*. No entanto, de si mesmo, dos seus projectos para o futuro, do que pensa sobre esta experiência num país estrangeiro em companhia de um pai cada vez mais doente, nada sabemos. Fiel à tradição familiar, o jovem Withering dirige o seu olhar para o mundo exterior em perfeita consonância com a sua formação.

Joseph Peter Texier
1794

O alemão Joseph Peter Texier (1738-1818), Conselheiro Real de Estado e de Legação da Dinamarca, e Cavaleiro de Danebrog, é autor de *Reise durch Spanien und Portugal und von da nach England*¹¹⁶, obra publicada em 1825 com a indicação de se tratar de um primeiro volume. Não há conhecimento de um segundo.

No prefácio, datado de 1 de maio de 1825, o editor Ludwig Koch escreve: «O presente relato de viagem é uma exposição da viagem de regresso de Texier, passando por Espanha e Portugal, no ano de 1794. É fidedigna, verdadeira e fruto dos seus profundos conhecimentos, experiência e arguta observação. Esta obra, escrita em francês, foi-me oferecida após a morte do autor pela viúva (minha tia materna), como recordação do falecido. Ofereço-a aqui, em tradução, aos leitores alemães». Ainda no prefácio, Koch divulga dados biográficos que coligira com base nos Registos de 29 de Setembro de 1818 da Assembleia Geral da Sociedade Patriótica de Schleswig-Holstein. Koch é a principal fonte de informação de que dispomos sobre o autor¹¹⁷.

Joseph Peter Texier nasce a 25 de Março de 1738 na cidade de Hamburgo. No ano de 1756 chega a Lisboa como Secretário do Ministro da Holanda, Bose de la Calmette, com quem segue dois anos mais tarde para Copenhaga e depois de novo para Hamburgo. Entre 1762 e 1763 prossegue a carreira diplomática em Londres, voltando a Copenhaga em Junho desse ano para ali permanecer durante dois anos como funcionário do Ministério das Finanças sob a direcção do Conde de Schimmelmann. Acompanha de seguida a Aachen o terceiro filho do conde, futuro ministro do Kreise da Baixa Saxónia, e regressa a Copenhaga para exercer as funções de adido da Legação Inglesa ao serviço de Sir Robert Cunning.

Em 1768 inicia uma viagem por Inglaterra e França como Secretário Real do Rei Christian VII. O empenho e a seriedade com que desempenha as suas funções conquistam a amizade e a confiança do monarca, que lhe oferece o lugar de Director do Teatro Real de Copenhaga. Em 1769 encontram-lo responsável pela capela, colecção de arte e guarda-roupa reais. Em 1774 torna-se Revisor Geral de Contas. Em 1777 ocupa as funções de cônsul da Dinamarca em Danzig. Em 1787 a corte dinamarquesa confia-lhe importantes missões de Estado em Amesterdão. Texier aceita, em 1782, o lugar de Director-Geral da Real Companhia do Canal Altona e, em 1793, juntamente com seu cunhado, o negociante Caesar Godefroy, empreende uma viagem por mar até Cádiz. É a descrição da viagem de regresso de Cádiz à Alemanha, que inclui uma passagem por Lisboa, que constitui o tema da obra aqui em estudo. Recebe o título de Conselheiro de Legação da Dinamarca em 1805 e a Cruz de Dannebrog em 1809. Em 1815, a seu pedido, retira-se do serviço activo. Morre a 30 de Março de 1818 com a idade de oitenta anos.

A passagem de Texier por Lisboa no ano de 1794 é descrita a partir da página 109. A obra tem nove capítulos, sendo os três últimos aqueles que se ocupam de Portugal. No iní-

cio do capítulo VII o autor refere a partida de Madrid a 14 de Março em direcção a Lisboa. A 23 de Março entra em Portugal pela cidade de Elvas. O capítulo VIII é dedicado à cidade de Lisboa¹¹⁸ e o capítulo IX a Sintra.

Esta segunda chegada a Lisboa comove Texier. «A impressão que causou em mim o regresso a um local onde vivi durante dois anos da minha juventude é indescritível», escreve. «[...] Vi pela primeira vez esta magnífica e infeliz cidade, numa idade, portanto, em que o coração ainda não tem preocupações nem tristezas. Este belo céu, o clima ameno, a situação pitoresca e magnífica, as ruínas do terramoto de 1755, tudo me causou uma grande emoção da primeira vez que aqui cheguei e essas recordações mergulhavam-me agora numa profunda meditação»¹¹⁹.

É interessante ver as semelhanças e as diferenças que o autor encontra entre a cidade que vê e a que conheceu tantos anos antes. Reencontra três pessoas com quem mantivera relações de amizade, entre elas o seu querido amigo Dr. Drawers, médico inglês que dirige o Hospital Real, onde exerce funções de primeiro cirurgião. O Dr. Drawers havia tratado a mão do jovem Texier, ferida por um tiro de pistola durante uma alteração com um malfeitor. A nova despedida deste seu amigo, e da cidade à qual afirma sentir-se para sempre ligado, produz trechos eivados de melancolia.

Francis Collins
1796-1797

Francis Collins (1773-1824), oriundo da Cornualha¹²⁰, é o autor de *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia-Minor, Egypt, &c. &c. from 1796 to 1801: with an historical sketch, notes and reflections*. A obra é publicada pela primeira vez em Londres, em 1807, seguindo-se uma edição em Filadélfia em 1809 e outra, de novo em Londres, em 1813¹²¹.

«Com ventos favoráveis, um navio bem fornecido e em boas mãos, e um capitão simpático, saímos de Plymouth em fins de Novembro de 1796. A expectativa de explorar terras distantes aliviava a tristeza que acompanha qualquer separação de quem nos é próximo e querido e do país que é o nosso». Assim começa esta narrativa, na qual seguimos o autor por várias localidades de Portugal, Espanha, França, Itália, Mónaco, Antibes, Malta, Grécia, Egipto, Tunísia e Argélia. Portugal ocupa os primeiros quatro dos vinte e um capítulos que compõem este texto, num total de quarenta e cinco páginas. Collins chega a Portugal, mais precisamente à baía de Lagos, em Dezembro de 1796 e permanece no país até Junho de 1797.

Identificado na página de rosto como ex-tenente do navio de Sua Majestade *Dolphin*, Collins é um dos primeiros apoiantes da Religious Tract Society (R. T. S.)¹²², organização religiosa fundada oficialmente em 1799, dedicada à impressão e distribuição de literatura cristã evangélica por todo o mundo, da Europa às colónias britânicas¹²³. Tal como se pode verificar, tanto em *Voyages to Portugal*, cuja copiosa anotação é constituída, em grande parte, por reflexões de ordem moral e religiosa¹²⁴, como numa outra obra da sua autoria dirigida a professores de catequese¹²⁵, a mensagem religiosa está integrada numa grande variedade de descrições e informação em geral sobre países e povos de todo o mundo. Tudo o que vê constitui «apenas um vislumbrar [...] da maravilhosa obra advinda de Deus Todo-o-Poderoso, visível na natureza, na Providência e na Graça»¹²⁶.

Em tom didáctico, as descrições de locais são acompanhadas de copiosa informação sobre a sua história¹²⁷ e de considerações morais que, por vezes, quase fazem desaparecer os elementos descritivos. Apesar disso, o texto oferece uma visão interessante de alguns locais de Lisboa e do Porto, cidades onde o autor permanece por períodos de várias semanas intercalados por ausências que não esclarece. As constantes interrupções dão origem a uma narrativa em que a cronologia é compactada e confusa¹²⁸.

Susette Christina Horstig (ed.)

1797

Susette Christina Horstig (1768-1845) é a editora de *Tagebuch einer Reise durch die Portugiesische Provinz Alentejo im Januar 1797. Mit einer Beschreibung der Stiergefechte in Portugal*¹²⁹, texto escrito originalmente em holandês cuja autoria ainda não foi possível determinar. O título da obra indica Janeiro de 1797 como a data desta viagem pelo Alentejo. Mantivemos esse ano como o ano de visita. No entanto, esta deve ter tido lugar em 1796, pois o encontro em Badajoz entre Carlos IV de Espanha e o Príncipe do Brasil, que leva o autor ao Alentejo, tem lugar em Janeiro desse ano.

Segundo algumas fontes, a tradução para alemão a que tivemos acesso, a qual teve publicação restrita em 1799, é da responsabilidade de Nina Engelbronner, de seu nome completo Jana Wynandina Gertrud von Engelbronner d'Aubigny, irmã de Susette Horstig; esta última seria responsável pelo prefácio e pelo trabalho editorial. A informação é corroborada por registos da Biblioteca Nacional de Berlim, embora outras fontes atribuam a tradução a ambas irmãs¹³⁰. O prefácio, datado de 10 de Março de 1799 e escrito em Bueckeberg, é assinado apenas por Susette Horstig¹³¹.

Aquando da tradução e edição das cartas Susette Horstig reside no castelo de Milndenburg em Bückeberg, na região da Baixa Saxónia, com seu marido, Karl Gottlieb Horstig, Conselheiro do Consistório do Principado de Bückeberg, e ainda duas de suas irmãs, Nina e Julie. Há vários dados biográficos sobre as três irmãs que continuam por esclarecer e, como afirma Griep, «muitos factos permanecem irritantemente discordantes». Mesmo assim, embora não haja registo de qualquer obra da sua autoria, Griep inclui as irmãs na sua obra *Frauen Reisen [...]*, compêndio de mulheres escritoras e viajantes¹³². Na verdade, viajavam com frequência, e por longos períodos de tempo, por países como França, Inglaterra, Holanda e a própria Alemanha, nomeadamente na região do Harz. Karl Horstig, autor de obras de geografia, aritmética e pedagogia, escreve e publica relatos dessas mesmas viagens.

No prefácio, Susette Horstig informa o leitor sobre as circunstâncias que, durante uma estada de ano e meio na Holanda, a haviam levado a tomar conhecimento das cartas que o filho do «conhecido Almirante holandês H.» escrevera de Portugal em 1797. A identidade do autor não é revelada, mas Horstig escreve que se trata de pessoa habituada a viajar, e grande conhecedor de Espanha, onde casara com a filha do então cônsul holandês em Cádiz. É a sua esposa, que permanecera em Amesterdão, que o autor dirige estas cartas, pelas quais ficamos a saber que já havia visitado Lisboa em 1775. Confessa-se, aliás, surpreendido por encontrar a Praça do Comércio exactamente no mesmo estado em que a vira tantos anos antes.

Ainda segundo se lê no prefácio, o interesse das cartas enquanto narrativa de viagem torna-se imediatamente evidente para as irmãs, que pedem autorização para as traduzir,

surgindo imediatamente a ideia de as publicar. Susette Horstig refere ainda que, após o seu regresso a Bückeburg, o representante de Portugal nessa cidade mostrara grande empenho em levar as cartas consigo para Portugal, país no qual, segundo afirma, existe «grande interesse por relatos e observações inteligentes que possam eventualmente ajudar a corrigir alguns defeitos».

A intervenção editorial, quer seja apenas de Susette Horstig, quer de ambas irmãs, é importante. Por um lado, a obra impressa não conserva o formato epistolar, nem inclui qualquer nota de carácter pessoal, com excepção do início do suplemento sobre a Tourada Portuguesa, que se estende da página 131 à página 156, e onde se lê: «Cumprindo o que te prometi, meu amor, na última carta que te enviei por intermédio do capitão Kr.[...], aqui tens uma descrição de uma tourada, espectáculo a que assisti três vezes». Para além disso, as cartas foram transformadas em «diário», que não inclui as secções relativas a Lisboa, onde o autor residira enquanto se ocupava dos assuntos que o traziam a Portugal. Como se depreende do prefácio, houve uma selecção de material. O Alentejo, afirma Horstig, é o principal tema de interesse destas cartas, pois se trata de uma província completamente desconhecida do resto da Europa. Este facto, ainda segundo a editora, deve-se à forma desagradável e seca com que os estrangeiros são recebidos em Portugal, o que não os incentiva a viajar para o interior.

A razão que leva o autor a sair de Lisboa e a empreender a viagem pelo Alentejo é explicada no início do texto. O Rei de Espanha dirige-se para Badajoz e o Príncipe do Brasil seu genro, decidira ir com sua esposa ao seu encontro. Os preparativos para a viagem real prolongam-se durante semanas, suscitando a curiosidade do autor, que decide deslocar-se a Badajoz para observar as festividades em torno do encontro. Sai de Lisboa a 6 de Janeiro de 1797 na companhia do cônsul holandês em Setúbal e de um português de ascendência alemã. A 16 de Janeiro o Rei de Espanha é esperado em Badajoz e, no dia seguinte, o Príncipe é esperado em Elvas, onde lhe é feita uma recepção que o autor classifica de fria e pobre. Dois dias mais tarde o príncipe e a princesa viajam até um local perto do rio Caia. Do lado português há várias tendas montadas, que o autor visita, descrevendo a maior delas, na qual teria lugar nesse mesmo dia o tão esperado encontro. É composta por dezanove salas decoradas a damasco vermelho e chão revestido a tapetes. O autor regressa a Lisboa a 1 de Fevereiro, data não explicitamente referida mas que se pode deduzir com base no texto.

Carl Israel Ruders
1798-1802

Carl Israel Ruders (1761-1837), Capelão e Conselheiro da Legação da Suécia em Lisboa entre 1798 e 1802, escreve duas obras sobre Portugal. A primeira, *Några Anmärknigar öfver Portugall, meddelade genom Bref af C. I. Ruders*, é publicada na Suécia em 1803. Dois anos mais tarde surge *Einige Bemerkungen ueber Portugal, in Briefen von C. I. Ruders*¹³³, tradução alemã da responsabilidade de H. F. Link, que constitui a fonte consultada para este trabalho. Link é também responsável por um dos prefácios e pelas notas desta edição, fazendo salientar, no primeiro, que a anotação que faz se restringe a aspectos não abordados no seu próprio relato de viagem. Recordamos que este relato, em três volumes, não consta deste trabalho por razões explanadas no Prefácio.

A segunda obra de Ruders sobre Portugal, *Portugisisk Resa, beskriiven i Bref till Vänner*, é publicada em três volumes consecutivos, respectivamente em 1805, 1807 e 1809. Os dois primeiros vêm a público em tradução alemã de H. G. A. Gerken, em 1808, com o título *Reise durch Portugall von C. I. Ruders, Koeniglich-Schwedischen Gesandtschaftsprediger in Lissabon*. Esta mesma obra foi traduzida para português por António Feijó e inicialmente publicada no *Diário de Notícias* entre Dezembro de 1907 e Agosto de 1909. É publicada de novo em 1981, agora pela Biblioteca Nacional de Lisboa, com o título de *Viagem em Portugal 1798-1802*, e prefácio e notas de Castelo Branco Chaves. Esta edição, no entanto, não contém todas as cartas da versão original sueca. A Biblioteca Nacional reedita esta obra em dois volumes em 2002, sendo o segundo constituído pelas cartas anteriormente excluídas, com edição de Maria Leonor Machado de Sousa.

Antes de enveredarmos por outras considerações sobre a produção literária de Ruders, debrucemo-nos sobre alguns dados biográficos. No *Svenskt Biografiskt Lexikon* lê-se que «(O) pastor Ruders merece ser incluído nesta Enciclopédia por ter sido autor de duas das melhores obras escritas até à data sobre Portugal. Antes de falecer, doou um exemplar de cada uma à Biblioteca de Upsala»¹³⁴. Segundo esta entrada, Carl Israel Ruders nasce a 26 de Abril de 1761 em Estocolmo, onde seu pai era professor de línguas. Ingressa na Universidade de Upsala em 1778 e inicia em 1781 a carreira de professor na mesma cidade. Em Dezembro de 1790 é eleito auxiliar da Congregação Luterana Francesa e, a partir de Agosto de 1798, exerce as funções de Capelão da Legação Sueca em Portugal, onde permanece até Dezembro de 1802. Casa duas vezes, sem descendência, e vem a falecer em Fevereiro de 1837. Nos últimos anos da sua vida, depois de obter a reforma, vive retirado e desligado do mundo, deixando cair no abandono a residência que herdara dos pais. Mesmo assim, deixa fortuna.

Voltemos, agora, às questões bibliográficas. No prefácio a *Viagem em Portugal 1798-1802* Castelo Branco Chaves menciona ter tido conhecimento da primeira obra de Ruders através de uma resenha na revista inglesa *Eclletic Review*¹³⁵. Aquando da publicação da pri-

meira carta por si traduzida, António Feijó menciona também uma primeira obra de Ruders no *Diário de Notícias* de 7 de Janeiro de 1906: «O pastor protestante C. I. Ruders [...] escreveu um livro intitulado *Notas sobre Portugal* [...] que teve uma certa voga no seu tempo, chegando mesmo a ser traduzido para alemão»¹³⁶.

Embora ambas as obras abranjam os mesmos anos em que o autor vive em Portugal, de 1798 a 1802, apresentam claras diferenças de estrutura e abordagem. Segundo o próprio autor, tal deve-se ao facto de se dirigirem a leitores muito diferentes. No prefácio à primeira obra, datado de 10 de Março de 1803, Ruders informa o leitor do pedido que recebera antes de partir de Estocolmo para ocupar o Cargo de capelão de Legação em Lisboa. O pedido fora feito por um senhor que não identifica e que caracteriza como um escritor erudito, grande conhecedor de países estrangeiros. O pedido especificava que Ruders lhe devia enviar, de vez em quando, as suas observações sobre Portugal. Dado que este senhor era colecionador e estudioso de obras sobre países estrangeiros, Ruders opta por não lhe enviar informação que repetisse o que outros viajantes já haviam dito. No mesmo prefácio, o autor adianta que publicará uma segunda obra sobre Portugal, na qual estarão reunidas cartas escritas a outros amigos, num tom menos formal, dando conta das impressões e reflexões suscitadas pelo que vai observando em Lisboa. No prefácio a esta segunda obra explica que a decisão de publicar estas últimas resultara, em parte, dos rasgados elogios que haviam recebido, mas também do interesse suscitado pela primeira obra sobre Portugal, muito citada e comentada em revistas e jornais estrangeiros.

No seu prefácio à primeira colecção de cartas, que constitui a nossa fonte, H. F. Link esclarece as razões que o levam a empreender a tradução, edição e anotação da mesma. O que mais o motivara, afirma, fora a imparcialidade e modéstia de Ruders que em geral não escreve sobre aspectos que não entende e evita generalizações. Este último aspecto é particularmente importante para Link, que ressalta que o pastor se limitara a ver Lisboa e a viajar até Mafra e Setúbal, o que não lhe permitira emitir juízos sobre um país onde os costumes não se propagam com facilidade devido às fracas vias de comunicação entre a capital e o interior. Rígido, Link não deixa de criticar algumas afirmações do autor, como a que refere os locais aprazíveis que se encontram na estrada entre Lisboa e o Porto, particularmente nos arredores de Leiria. Link percorrerá várias vezes todo o país, estudando a sua flora, e discorda em absoluto destas afirmações, concluindo que Ruders não deve ter estado nos locais de que fala.

Estes comentários adquirem particular interesse em contraponto à preocupação de Ruders relativamente à credibilidade dos textos de viagem em geral. A primeira carta da nossa fonte contém um longo trecho sobre a literatura de viagem que consultara antes de partir para Portugal. Tivera dificuldade em aceder a informação pois na Suécia a única obra que considera conter informação fidedigna sobre Portugal é a que fora editada pelo Professor Ziervogel¹³⁷. Para além dessa, encontrara apenas observações dispersas em revistas e um resumo, feito pelo cientista e teólogo H. D. Ödmann, das obras de outros escritores, o qual

fora publicado cerca de trinta anos antes e estava, portanto, desactualizado. Notamos que Castelo Branco Chaves, não tendo tido acesso a esta carta, comenta no seu prefácio:

«É talvez mais do que provável que Ruders tenha conhecido o livro do seu compatriota Samuel Ödmann publicado no ano de 1796 com o título que se pode traduzir por *Cartas de Portugal*. Trata-se de uma antologia de cartas extraídas dos livros de Costigan e de Baretti, transladadas do inglês para o sueco. Foi esta, talvez, a obra que o iniciou nas coisas de Portugal, fornecendo-lhe juízos que ele desde logo pôs de remissa, recusando-se a aceitar como incontrovertidos e que, depois, veio a verificar-se serem inexactos».

No que respeita ao que se publica sobre Portugal noutros países, Ruders tem também opiniões formadas. Entre as obras que, na sua opinião, contêm notícias mais seguras inclui as de J. C. Murphy; apesar disso, afirma que o arquitecto era melhor observador de monumentos do que dos costumes do povo. Outro viajante cuja narrativa elogia é a do próprio H. F. Link. A esse propósito comenta que quando estava em Portugal quisera adquirir a obra deste autor, mas não o conseguiu, pois ali não é fácil «satisfazer desejos literários»¹³⁸. Link parece-lhe imparcial, bem informado e bom investigador e, em qualidade, só encontra paralelo nas notas de Bourgoing ao relato de Cormatin.

As diferenças de conteúdo e de tom entre as duas obras reflectem-se na forma. Enquanto a segunda não segue qualquer ordem temática, a nossa fonte é composta de três longas cartas que, mais do que missivas, são ensaios de estrutura formal, temática e de carácter informativo. A primeira, datada de 13 Janeiro de 1801, tem cinquenta e oito páginas e descreve a situação geral do país, a sua geografia física e humana, a agricultura, a arquitectura e a cidade de Lisboa em geral; a segunda, de 17 de Fevereiro de 1801, tem quarenta e sete páginas e versa sobre o estado da literatura, das letras e das ciências em geral, incluindo bibliotecas, instituições de formação e instrução, vestígios de civilizações antigas e outros temas culturais; a terceira, de 23 de Março de 1801, tem cinquenta e duas páginas e debruça-se sobre as belas artes e o teatro.

William Maynard Gomm
1800-1813

O Marechal de Campo Sir William Maynard Gomm (1784-1875) é o autor das cartas publicadas em *Letters and Journals of Field-Marshal Sir William Maynard Gomm, G.C.B., Commander-in-Chief of India, Constable of the Tower of London &c. &c.: from 1799 to Waterloo, 1815*. A obra é editada e anotada por Francis Culling Carr-Gomm e publicada em 1881. As cartas, enviadas na sua quase totalidade à irmã e à tia do autor, cobrem as várias campanhas em que este participa, incluindo as guerras revolucionárias francesas e a batalha de Waterloo, após a qual recebe a condecoração militar da Ordem de Bath G. C. B.¹³⁹. Para além da Guerra Peninsular, Gomm menciona a sua participação na campanha de Copenhaga, em 1807, e na campanha Walcheren, na Holanda, em 1809. A sua carreira militar inicia-se muito cedo. Aos catorze anos já participa em combates¹⁴⁰.

O regimento de Gomm passa pela primeira vez pela costa portuguesa em 1800 e faz uma paragem em Lisboa, de onde o autor envia a primeira carta, dirigida a sua tia, a 10 de Dezembro desse ano. Em 1808 Gomm volta a Portugal, acompanhando Sir A. Wellesley. Participa nas batalhas da Roliça e do Vimeiro, partindo depois para a Corunha, onde combate sob o comando de Sir John Moore. Regressa a Portugal em 1810, acompanhando o já Duque de Wellington, e envia a última carta, de Lamego, a 11 de Abril de 1813. É, portanto, durante um período de treze anos que o autor faz várias visitas a Portugal. Dado não conhecermos as datas exactas das mesmas, optámos por identificar este texto com as datas de estada entre 1800 e 1813.

Gomm vem a ser Comandante-Chefe da Jamaica de 1839 a 1841; Governador e Comandante-Chefe das Ilhas Maurícias de 1843 a 1850; Comandante-chefe da Índia de 1850 a 1855; e *Constable* da Torre de Londres a partir de 1872¹⁴¹. Homem de gosto e cultura, em 1822 herda as terras e a casa senhorial de Rotherhithe, a sudeste de Londres. Juntamente com Lady Elizabeth, sua segunda esposa, passa a fazer generosos donativos a várias instituições de caridade. Após a sua morte são criadas cinco bolsas de estudo «Field Marshal Gomm», dirigidas a alunos do Keble College da Universidade de Oxford¹⁴². Não tendo descendência directa, Lady Elizabeth lega a propriedade de Rotherhithe a sua sobrinha, Emily Blanche, que em 1878 adopta o sobrenome de Gomm por autorização real, o mesmo sucedendo com seu marido, juiz na Índia, que passa a usar o nome de Francis Culling Carr-Gomm¹⁴³. Autor do muito elogiado guia administrativo *Handbook of the Administrations of Great Britain, 1801-1900*, publicado em Londres em 1901, Carr-Gomm acede ao pedido dos herdeiros das notas e dos documentos de Sir William no sentido de os examinar e orientar a sua publicação.

O resultado desta decisão é a obra que aqui apresentamos. Dos quinze capítulos que a compõem, o capítulo III e os capítulos VIII-XII descrevem as experiências do autor em Portugal, nomeadamente as várias visitas a Lisboa onde reside por vezes no Palácio de Queluz, como se pode ler na p. 107: «Estou a escrever agora no Palácio de Quelus [*sic*] [...]

que Junot equipou num estilo absolutamente soberbo». As descrições se encontram nesta obra são interessantes e não se limitam à capital, pois Sir William escreve sobre locais como Elvas, Santarém, Abrantes, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Mafra, Penamacor, Tomar e Guimarães. Finalmente, a sua atenção debruça-se sobre o Mosteiro da Batalha, cuja ornamentação «em excesso» lhe parece ser perfeitamente compensada pela perfeição e delicadeza da pedra esculpida.

Hugues-Félix Ranque (ed.)

1801

Hugues-Félix Ranque (1775-1847) é o editor de *Lettres sur le Portugal, écrites à l'occasion de la guerre actuelle par un français établi à Lisbonne, avec des observations sur le voyage du duc de Chatelet, et des détails sur les finances de ce royaume*. Como o título indica, as cartas são escritas por um comerciante francês estabelecido em Lisboa, amigo do editor, e surgem em resposta a um pedido deste. Publicada em 1801, simultaneamente em Paris e Bordéus, a obra é dedicada a A. M. A. Thouret, director da Escola de Medicina de Paris.

Embora o autor das cartas permaneça anónimo, a informação que temos sobre a idoneidade do editor levou-nos a aceitar a sua validade como testemunho e a incluir esta colecção entre as fontes. Nascido em 1775, em St. Saulge, na região de Borgonha, Hugues-Félix Ranque é identificado na página de título como Membro da Academia Real de Medicina de Paris e da Sociedade Literária de Bordéus¹⁴⁴, Presidente da Sociedade de Agricultura, Ciências, Letras e Artes de Orléans, Professor da Escola Preparatória de Medicina e de Farmácia, Médico-Chefe do Hôtel-Dieu de França¹⁴⁵ e Cavaleiro da Legião de Honra¹⁴⁶. Para além disso, é autor de vários trabalhos pioneiros sobre a vacinação, a febre tifóide e a cólera¹⁴⁷. A 7 de Maio de 1847 a Sociedade de Agricultura, Ciências, Letras e Artes de Orléans rende homenagem a Ranque, seu Presidente recém-falecido¹⁴⁸, traçando-lhe o perfil biográfico e realçando as suas qualidades. Do discurso consta informação de relevo que determinou a decisão de integrar *Lettres sur le Portugal* neste grupo de fontes. Ranque gozava de uma alta estima entre a classe médica e os seus trabalhos de investigação eram frequentemente citados na literatura especializada. Entre outras qualidades intelectuais, contam-se o aguçado espírito crítico, a predilecção pela precisão, o detalhe, o debate e a pesquisa. Em resumo, é um homem culto, sagaz, e algo céptico¹⁴⁹, características que estão patentes na sua Introdução à colectânea das cartas que recebe de Portugal durante o ano de 1801¹⁵⁰.

Em preparação para uma eventual participação nas Invasões Francesas¹⁵¹, Ranque pede ao seu amigo residente em Lisboa que lhe envie informações sobre Portugal, vindo a concluir que estas contradiziam, em grande parte, as narrativas de Chatelêt e de J. C. Murphy¹⁵². Ranque conhece o panorama literário da literatura de viagem sobre Portugal. Na Introdução escreve longamente sobre a fiabilidade da mesma, explicando as razões do cepticismo que sente, não só em relação ao conteúdo, mas também às intenções dos seus autores. Salienta o facto de as cartas coligidas em *Lettres sur le Portugal* serem escritas por quem conhece bem o país e tem uma opinião bem alicerçada na observação directa.

Na sua própria Introdução, escrita como resposta à de Ranque, o autor começa por informar que não fora fácil obter, em Portugal, a narrativa de Chatelêt, «qui est encore très-rare à Lisbonne»¹⁵³. De seguida, expõe a sua posição quanto aos relatos de Chatelêt e de J. C. Murphy, declarando o primeiro claramente superior. O relato de Murphy, afirma, induz

o leitor em erro, não no que respeita a aspectos arquitectónicos e arqueológicos, mas sim no que se refere aos costumes dos portugueses, que Murphy desconhece provavelmente porque, sendo inglês, se isolou, permanecendo no seio da comunidade britânica¹⁵⁴. Pelo contrário, a narrativa de Chatelêt tem o mérito de resultar de uma clara intenção de informar o leitor correctamente, mesmo que nem sempre isso fosse possível. A Introdução prossegue com uma análise bastante minuciosa de ambas as obras, em que o autor, ora reforça, ora contraria a informação incluída em cada uma e desenvolve uma argumentação que, embora interessante, parece influenciada pela nacionalidade dos dois autores em análise.

O conteúdo das cartas é bastante rico, ainda que se circunscreva à cidade de Lisboa. Ressaltamos, entre outras, as descrições do Jardim Botânico da Ajuda e do Gabinete de História Natural, bem como do Aqueduto e da zona reconstruída por Pombal.

Esther Bernard
1801-1802

Esther Bernard geb. Gad (ca. 1767-após 1835) é autora de dois volumes de cartas em que figura largamente a sua estada em Portugal: o primeiro, *Briefe waehrend meines Aufenthalts in England und Portugal an einen Freund*, é publicado em Hamburgo, em 1802; o segundo, *Neue Reise durch England und Portugal. In Briefen an einen Freund* vem a público um ano mais tarde. Em 1808, os dois volumes são reeditados em conjunto com o título *Briefe ueber England und Portugal an einen Freund*¹⁵⁵.

Bernard Gad nasce em Breslau entre 1767 e 1770. Sobrinha do Grande Rabino Jonathan Eibenschuetz, recebe uma esmerada educação que inclui a aprendizagem de francês, inglês e italiano. Casa com o comerciante Samuel Bernard em 1792, de quem se separa em 1796. Em 1800 muda-se para Berlim, onde frequenta círculos intelectuais e faz amizade com o poeta Jean Paul Richter¹⁵⁶, com quem mantém correspondência regular durante largos anos. Por essa altura converte-se ao Cristianismo, adopta o nome de Lucie e conhece Wilhelm Friedrich Domeier, então médico de câmara do Príncipe Augusto de Inglaterra. É com ele que viaja em 1801 para Inglaterra, e depois para Portugal, onde o médico acompanha o príncipe que aqui recupera a saúde. Bernard contrai matrimónio com Domeier em 1802 e é como Esther Lucie Gad Bernard Domeier que passa a residir em Inglaterra, onde convive com Walter Scott e Lord Byron, entre outros artistas e personalidades marcantes. O Dr. Domeier morre em 1815. Quanto à autora, sabe-se apenas que vivia ainda no ano de 1835¹⁵⁷.

Figura de alguma visibilidade entre as autoras do seu tempo, em grande parte devido a estes textos (já a 20 de Dezembro de 1803 surge uma recensão crítica sobre os dois volumes na revista *Allgemeine Literatur Zeitung*), a autora assina as suas obras com diferentes nomes: Esther Bernard geb. Gad, Sophie Bernard geb. Gad, Lucie Bernard e Lucie Domeier. Enquanto Lucie Bernard, é frequentemente mencionada em textos sobre questões de género em literatura de viagem¹⁵⁸, lado a lado com Sophie de la Roche, reputada autora no campo desta literatura¹⁵⁹, ou Mary Wollstonecraft, figura importante na luta pelos direitos da mulher e autora de *A Vindication of the Rights of Woman*¹⁶⁰. Bernard tem também algum êxito como tradutora, escritora e poeta, e vê o seu trabalho publicado em revistas e colectâneas. *Gesammelte Blaetter*, uma colectânea de ensaios da sua autoria, é publicada em Leipzig em 1805. Obtém também reconhecimento no âmbito da crítica literária quando a sua resposta à obra *De l'Allemagne* de Mme. de Staël é aclamada pela crítica¹⁶¹.

A primeira carta está datada de Abril de 1801 e é escrita em Hannover, onde Bernard faz uma paragem. As cartas do Volume I têm uma preponderância de elementos descritivos, denotando desejo de demonstrar erudição e exaustividade. Bernard visita inúmeras igrejas, passeia por todo o lado, examina listas, como a que inclui todos os barcos estrangeiros que no ano de 1794 haviam entrado no porto de Lisboa, e tece comentários sobre o

que outros tinham já escrito sobre Portugal, nomeadamente C. F. Dumouriez, J. C. Murphy e H. F. Link¹⁶². As onze cartas do volume II têm um cariz mais subjectivo e digressivo, salientando-se a sensibilidade da observação e já não tanto o rigor da observação.

Robert Semple

1805

Robert Semple (1776-1816) é o autor de dois relatos sobre Portugal. O primeiro, a fonte aqui utilizada, intitula-se *Observations on a Journey through Spain and Italy to Naples; And thence to Smyrna and Constantinople: Comprising a Description of the Principal Places in that Route, And Remarks on the present Natural and Political state of those Countries*. A obra é publicada em dois volumes em 1807 e a visita tem lugar dois anos antes. Semple chega a Lisboa, como ele mesmo informa, a 5 de Julho de 1805. Dois anos mais tarde é publicada a narrativa sobre a segunda viagem a Portugal, *A Second Journey in Spain, in the Spring of 1809. From Lisbon, through the western skirts of the Sierra Morena, to Sevilla, Cordoba, Granada, Malaga, and Gibraltar; and thence to Tetuan and Tangiers*. Esta segunda passagem por Portugal tem início no fim de Janeiro de 1808 mas não inclui informação de interesse neste contexto.

Apesar de ambas as obras terem sido publicadas em Londres, e de Semple se identificar claramente com uma «forma de sentir britânica»¹⁶³, a sua nacionalidade é americana e é como tal que empreende todas estas viagens. Sensível à questão da lealdade nacional, dirige-se abertamente a esta questão nas pp. xii e xiii do prefácio:

«Resta-me dizer algo sobre o personagem [que assumi] para atravessar países em acirrada hostilidade em relação à Grã-Bretanha. Uma relutância natural em falar da minha história pessoal impediu-me de abordar este assunto na parte principal da obra, mas subseqüentes considerações convenceram-me do direito e, até certo ponto, da necessidade de fazer este esclarecimento. Embora tenha sido educado em Inglaterra, sou americano de nascimento; tendo, para além disso, vivido durante seis anos nos Estados Unidos, tenho pleno direito de usufruir dos privilégios da minha nacionalidade. É verdade que amo a Inglaterra e de bom grado daria a minha vida por ela. É verdade, também, que não tenho nenhuma consideração por aqueles americanos que não respeitam o país progenitor da sua própria nação, nem a origem das suas liberdades e das suas leis. Mas não viajei disfarçado de personagem de ficção, e o receio de ser suspeito de o ter feito é o único motivo que me leva a dar esta explicação».

Semple nasce em Boston, Massachusetts, e vem a falecer em Winnipeg, Canadá. Seu pai, natural da Escócia e residente em Boston, permanece leal ao Reino Unido e parte de Boston com a família para se estabelecer como comerciante em Inglaterra. É igualmente na qualidade de comerciante, e provavelmente também de espião, que Semple viaja por toda a Europa durante as guerras napoleónicas, bem como por terras de África, América do Sul e Índias Ocidentais, registando as suas experiências numa série de narrativas de viagem e num romance¹⁶⁴. Vale a pena notar que sempre que o autor visita Portugal é de passagem para Espanha em momentos muito particulares que precedem acontecimentos político-militares importantes: em 1805 dá-se a batalha de Trafalgar e em 1807 Napoleão invade a

Península Ibérica. Segundo Garland, «[N]as actividades ligadas ao seu negócio [Semple] viajou por muitas regiões do mundo onde ocorriam acontecimentos interessantes [...]. Estava na Venezuela em 1810 quando começou a revolução contra Espanha [...]. E quando viajava de Hamburgo para Gotemburgo em 1813, precisamente o ano da Batalha de Leipzig, em que Napoleão foi derrotado pelas forças que se aliaram contra ele, Semple foi tomado por um espião americano e detido pelas autoridades britânicas»¹⁶⁵.

A vida de Robert Semple é uma aventura até ao fim, e o fim é trágico. Após ser nomeado Governador dos Territórios de Hudson Bay, em 1815, vê-se envolvido na questão da North West Company, episódio conturbado da história da colonização da região de Manitoba, Canadá, onde os interesses europeus colidiram fortemente com os da tribo Métis. Ao chegar ao Red River Settlement, Semple enfrenta uma situação de hostilidade aberta e é assassinado por membros da tribo a 19 de Junho de 1816. A memória do Governador está perpetuada na Avenida Semple, bem como na Escola do Governador Semple na cidade de Winnipeg¹⁶⁶.

A página de título de *A Second Journey* é indicadora da popularidade das suas obras ao identificar Semple como o autor das narrativas de viagem *Observations on a Journey and Walks and Sketches at the Cape of Good Hope*¹⁶⁷, bem como do romance *Charles Ellis*, que recebe críticas elogiosas em *The Anti-Jacobin Review*¹⁶⁸. O próprio autor menciona o sucesso de *Observations on a Journey* no prefácio de *A Second Journey*. O registo que faz das passagens por Portugal confirma a forma como se define a si mesmo no prefácio: alguém que evita a loquacidade e o exagero em todas as suas formas. Mostra preferência pelas descrições de paisagens e não se detém a descrever com pormenor objectos de arte ou edifícios. Defendendo-se de possíveis ataques, declara ser apreciador de arquitectura, pintura e escultura mas não ter qualquer interesse em «medições minuciosas de colunas e torres, ou listas exactas de quadros e estátuas». O conteúdo de maior interesse deste texto reside nas descrições de Lisboa e Belém.

**Ollivier de la Blairie
1805-1808**

Ollivier de la Blairie (1785-1810) é o autor de *Lisbonne et les portugais*, narrativa publicada em 1820, que se reporta à estada do autor em Portugal entre 1805 e 1808. A obra é mencionada, no ano da sua publicação, em *Bibliographie de la France*, que apresenta o autor como «chefe de batalhão, cavaleiro das Ordens de S. Luiz e da Legião de Honra»¹⁶⁹. Estas referências não levantam o véu sobre o complexo percurso biográfico de Blairie, desenhado pelo chefe da Vendeia Billard de Veaux, que o apresenta como «o famoso Ollivier de la Blairie, gentil-homem bretão da região de Redon (Ille-et-Vilaine), protegido do Conde de Puisaye»¹⁷⁰.

O conde de Puisaye fizera parte do movimento contra-revolucionário durante a Revolução Francesa. Anteriormente, em 1802, e após uma tentativa de se estabelecer no Canadá, volta a Inglaterra¹⁷¹, tornando-se então protector de Blairie, o qual estivera já preso na cadeia de St. Pélagie, em Paris¹⁷², e viajava constantemente entre Londres, Paris e Lisboa. Em Lisboa, Blairie encontra protecção junto do francês M. de Bourmont¹⁷³, simpatizante monárquico que participara na guerra da Vendeia e liderara o movimento dos Chouans¹⁷⁴. Preso em 1800, Bourmont foge em 1804 para Portugal, vindo a reconciliar-se com Napoleão em 1807. Após participar nas Invasões Francesas, a que se segue um percurso político e militar complexo, refugia-se novamente em Portugal, vindo a comandar as tropas de D. Miguel durante a fase final do conflito entre absolutistas e liberais¹⁷⁵.

Podemos, pois, supor que os movimentos de Blairie nos vários países por onde viaja, incluindo Portugal, estão relacionados com actividades contra-revolucionárias. É em casa de M. de Bourmont¹⁷⁶ que Billard de Voeux trava conhecimento com o autor em Junho de 1805¹⁷⁷.

A chegada a Lisboa começa por suscitar em Blairie sentimentos de regeneração moral, levando-o a afirmar, em linguagem empolada: «Nestes jardins das Hespéridas que Ceres, Flora e Baco encheram com todos os seus dons, os homens devem, com certeza, ser justos, humanos e bons. Então assentemos aqui e sacudamos o jugo das paixões que afligem o nosso repouso; [...] procuremos a felicidade apenas no seio da virtude»¹⁷⁸. Pouco tempo durou este estado de alma, dado que o vamos encontrar pouco depois a invectivar contra a imoralidade de Lisboa e do seu governo déspota e opressor.

As imagens e referências mitológicas que Blairie utiliza ao referir-se a Portugal revelam um autor interessado nos aspectos estético-literários do seu texto. Blairie havia já publicado, em 1802, uma obra intitulada *Jupiter en Bonne Fortune*¹⁷⁹, mencionada no *Supplément à La France Littéraire* do mesmo ano¹⁸⁰. Esta publicação sugere ambições literárias que o próprio autor confirma ter, ao declarar que *Lisbonne et les portugais* constitui apenas parte de uma obra mais extensa, a qual não viera a ser concluída dado que M. de Chatelêt e outros viajantes, «observadores mais profundos», haviam já dito tudo o que havia a dizer sobre «as leis

e a economia política e interna do Reino». Esses são os temas de maior importância para Blairie, que considera meramente superficiais os assuntos de que trata em *Lisbonne et les portugais*, se bem que, confessa, satisfaçam a curiosidade do leitor¹⁸¹. Em 1808 Blairie deixa Lisboa a caminho de Inglaterra a bordo de uma fragata inglesa. Pouco depois virá a ocupar a posição de tenente do Terceiro Regimento do exército francês no estrangeiro¹⁸².

Adam Neale
1808

Adam Neale (1779-1832) é o autor de *Letters from Portugal and Spain; comprising an account of the operations of the armies under their Excellencies Sir Arthur Wellesley and Sir John Moore from the landing of the troops in Mondego Bay to the battle at Corunna*. Publicada pela primeira vez em 1809, a narrativa é composta por cinquenta e seis cartas; as primeiras trinta e três dizem respeito à estada de Neale em Portugal entre 18 de Agosto e 19 de Novembro de 1808. Em 1831, com o título de *The Spanish Campaign of 1808, Letters from Portugal and Spain*, a obra é integrada no primeiro volume de uma série dedicada às memórias da Guerra Peninsular¹⁸³.

A página de título dá-nos algumas indicações sobre o autor: «M. D. F. L. S., Member of the Royal College of Physicians, and Physician to His Majesty's Forces»¹⁸⁴. Após a primeira experiência na Península como médico das tropas de Sir John Moore, em 1808, Neale volta a Inglaterra, onde exerce actividade como Director Médico de um hospital da região de Kent. No entanto, pouco tempo depois volta à Península, onde assume a chefia dos hospitais de Abrantes e de Coimbra e, posteriormente, de Ciudad Rodrigo. Vem a falecer em Dunquerque em 1832¹⁸⁵.

Existe uma outra faceta de Adam Neale que se revela cedo. Já em 1805 demonstra gosto pelas viagens, e mesmo pela aventura, ao viajar até Constantinopla¹⁸⁶ para ali exercer a sua profissão como médico da Embaixada britânica. O prazer de viajar continua a ser uma constante e, em 1818, é publicada uma narrativa da sua autoria descrevendo viagens pela Alemanha, Polónia, Moldávia e Turquia. Esta obra recebe críticas favoráveis por parte de alguns periódicos¹⁸⁷. O prazer que sente na leitura de narrativas de viagem, e a vontade de se informar sobre os países que planeia visitar, estão patentes não só nas referências às narrativas de Dumouriez, que frequentemente contradiz, bem como às de J. C. Murphy¹⁸⁸ e H. F. Link, mas também na leitura interessada de *Os Lusíadas* em tradução de Mickle de 1776. Estamos em presença de um viajante-escritor culto, que nos merece confiança pelo cuidado com que evita tomar partido¹⁸⁹ e pela importância que dá a que o texto final seja um espelho do seu espírito de independência. O facto de alertar o leitor para algumas alterações feitas às cartas com vista à publicação¹⁹⁰ deve ser realçado num género literário em que, por vezes, se falseia o nível de autenticidade e imediatismo da narrativa com o intuito de aumentar o seu interesse junto do público leitor.

Como se pode ler na página de título, *Letters from Portugal and Spain* inclui doze gravuras «de Heath, Fittler, Warren, &c»¹⁹¹, executadas a partir de desenhos feitos pelo próprio autor «on the spot», ou seja, no local. Este aspecto estimula o apreço do leitor dado o imediatismo na «passagem» da experiência para o papel. Seis destas gravuras dizem respeito a Portugal: o castelo de Punhete na margem do Tejo, o castelo mouro de Torres Vedras, uma vista à distância do Convento de Mafra e da serra de Sintra, o desfiladeiro de Vila Velha, no

Tejo, a ponte sobre o rio Nisa na Serra de S. Miguel e a ponte sobre o rio Côa perto de Almeida. O exemplar que consultámos inclui apenas as gravuras que o autor envia em cartas que escreve a familiares e amigos¹⁹², embora saibamos que a edição original incluía outras gravuras.

Neale tem uma concepção modesta de si mesmo e duvida da sua capacidade de descrição verbal. O desenho, mais directo e eficaz, compensa lacunas. A nosso ver, no entanto, as dúvidas sobre a sua capacidade descritiva não se justificam, pois o texto oferece passagens marcantes, de sensibilidade romântica, em que o «sublime» é realçado, particularmente em descrições da paisagem de montanha¹⁹³. É evidente a sensibilidade aos elementos pictóricos da paisagem. Sobre a Serra de S. Miguel escreve: «Chegámos a um lugar de onde tínhamos uma vista sublime das montanhas adjacentes. O sol caía a ocidente e lançava sombras de tom púrpura escuro sobre os precipícios alpinos [...]. À excepção de uma montanha prodigiosamente alta, de contornos e linhas a direito, em perpendicular, todas as colinas circundantes apresentavam uma doce ondulação»¹⁹⁴.

James Wilmot Ormsby
1808

O Reverendo James Wilmot Ormsby (?-1831) é autor de *An account of the operations of the British Army, and of the state and sentiments of the people of Portugal and Spain, during the campaigns of the years 1808-1809. In a series of letters*. Constituída por cartas escritas da Península durante as campanhas de 1808 e 1809, a obra foi publicada no ano de 1809 em dois volumes sobre, respectivamente, Portugal e Espanha.

An account of the operations é incluída, já em 1809, num grupo de obras sobre a campanha peninsular que são objecto de comentário na revista *Quarterly Review*, entre as quais se inclui a do médico Adam Neale que acabámos de apresentar. A crítica em relação a ambas é positiva, afirmando-se que não seria difícil «produzir um artigo engraçado e interessante com base nos textos do Dr. Neale e do Sr. Ormsby, que parecem relatar com grande veracidade e candura todos os acontecimentos da nossa curta mas difícil campanha no norte de Espanha e examinado com a atenção possível, dadas as circunstâncias, a região por onde passaram...»¹⁹⁵. *An account of the operations* é mencionada, ainda em 1809, na *Bibliotheca Britannica*, onde o nome do autor, bem como o título e a data de publicação da obra, não são dados correctamente¹⁹⁶, e faz também parte da lista bibliográfica de Robert Southey sobre a história da guerra na Península¹⁹⁷.

Não é esta a única obra de J. W. Ormsby. Por desejo expresso do Presidente da Câmara de Limerick, na Irlanda, em 1798 é publicado um sermão pregado pelo autor na Catedral da cidade, a 29 de Novembro, Dia de Acção de Graças. O título desta publicação revela que o reverendo era, por essa altura, Reitor de Bray, Ministro da Paróquia de St. George, em Limerick¹⁹⁸, e Capelão do Right Hon. Lord Glentworth, pessoa de tradições militares¹⁹⁹.

No prefácio de *An account of the Operations*, Ormsby reitera a afirmação relativamente comum neste universo literário de que as cartas originais constituíam correspondência estritamente privada, e justifica o tempo decorrido entre o momento da escrita e a data de publicação pela necessidade de coligir a correspondência e prepará-la para divulgação. Numa atitude igualmente frequente, Ormsby pede a indulgência do leitor para com a qualidade literária do texto; e, finalmente, esclarece que, após a Convenção de Sintra, o seu regimento não fizera mais do que uma marcha pelo país, em clima de segurança, o que lhe permitira conhecê-lo e incluir na correspondência descrições e comentários sobre costumes locais. Com o intuito de inspirar confiança ao leitor, Ormsby esclarece que as descrições que faz das batalhas da Roliça e do Vimeiro, ocorridas dias antes da sua chegada a Portugal, têm como base registos oficiais, cuja veracidade afirma ter feito questão de verificar.

O volume I, composto por catorze cartas, é totalmente dedicado a Portugal. O tempo de estada no país corresponde ao de Adam Neale, ou seja, de Agosto a Novembro de 1808. Ormsby embarca a 27 de Julho e avista a barra do Douro a 18 de Agosto, vindo a desembarcar na Figueira da Foz quatro dias mais tarde. A 27 de Agosto vamos encontrá-lo no

Vimeiro, de onde prossegue para Torres Vedras, Mafra e Sintra, local onde, a 3 de Setembro, escreve a carta número IV. Depois de passar por Colares, onde se detém a admirar a paisagem, chega a Lisboa, onde permanece até fins de Outubro. Mais tarde, seguirá em direcção à Guarda, passando por Santarém, Abrantes, Golegã, Castelo Branco, Atalaia e Covilhã.

August Ludolph Friedrich Schaumann
1808 e 1809

August Ludolph Friedrich Schaumann (1778-1840) é autor de *Kreutz-und Querzuege von A. L. F. S. (1778-1840) aus Hannover, Deputy Assistant Commissary General in englischen Diensten*²⁰⁰. No capítulo I do n.º 63 da revista *Deutsche Rundschau* do ano de 1916 surge a introdução a este diário, assinada pelo neto do autor, Major Conrad von Holleusser, o qual é também responsável pela organização do texto. A obra é publicada em Leipzig, no ano de 1822.

Através de Holleusser ficamos a saber que August Schaumann é o filho mais velho do conde Schaumann de Hannover, Conselheiro de Justiça, e que inicia a sua carreira militar como alferes, vindo a torna-se comissário geral do 7.º batalhão de infantaria da legião inglesa-hannoveriana. É enquanto tal que se envolve na Guerra Peninsular, escrevendo então o diário que colige após o regresso a Hannover. Em 1815 adquire uma propriedade na cidade e herda outra nos arredores, onde vem a falecer em 1840. Segundo Holleusser, a cruz de ferro tumular ainda se encontra no cemitério de Gartenkirch, na esquina das ruas Marien e Warmbuechen, em Hannover.

Holleusser acredita que vale a pena publicar este diário de seu avô porque se trata de «uma peça importante para a história dos costumes e da cultura do tempo, sobretudo porque o autor era bom observador, imparcial [...]. Há belas descrições da natureza, de magníficos monumentos e obras, assim como das batalhas e da miséria da guerra nos campos tantas vezes paradisíacos de Espanha e Portugal».

As observações que dizem respeito a Portugal têm início no capítulo XXVIII do número de Setembro de 1917. Schaumann entra em águas portuguesas pela primeira vez a 18 de Agosto de 1808, integrado nas forças militares que têm como objectivo reforçar o exército de Wellesley. Segundo relata, as forças recebem notícias da rendição de Junot e partem da baía de Vigo em direcção ao Porto. Durante cerca de uma hora, antes de chegar à foz do Douro, o autor passa por «uma costa de colinas suaves, zonas arborizadas, edifícios brancos dispersos aqui e ali, tudo com um aspecto agradável». Barcos pesqueiros passam com as suas velas latinas pontiagudas com uma cruz vermelha. Não chegam a atracar no Porto pois recebem ordens de partida imediata para Lisboa, fazendo-se ao mar alto «acompanhados por golfinhos e outros peixes grandes». A 20 de Agosto chegam ao cabo Mondego e, finalmente, a 24 de Agosto avistam as Berlengas. Às 11 da manhã do dia 28 de Agosto o autor encontra-se «[...] de boa saúde, com a minha bagagem – que era tudo o que tinha no mundo – debaixo do braço [...] na praia arenosa da baía da Maceira». Até Novembro desse ano percorre o país, regressando depois a Londres. No entanto, a 31 de Março de 1809 recebe um convite do comissário-geral W. F. Dunmore para voltar a Portugal, convite que aceita com grande entusiasmo. Embarca em Stokesbey, a 13 de Abril, a bordo do navio *The Indefatigable* comandado pelo capitão Wills. O navio, carregado de sol-

dados e cavalos de artilharia, chega à foz do Tejo a 26 de abril de 1809. Desta vez Schumann permanece em Portugal até 2 de Julho de 1809. A descrição desta segunda viagem e estada tem início no capítulo LIII da revista, de Janeiro de 1919, e termina no capítulo LX, do número de Fevereiro de 1919. O relato prossegue, mas já não sobre Portugal.

Ainda na Introdução, Holleusser esclarece que, para além das longas e minuciosas descrições de batalhas e movimentações militares que ocupam a maior parte do relato, Schumann faz descrições atentas dos locais por onde passa, revelando-se culto e interessado em tudo o que vê. Aproveitando algum tempo livre durante um momento de pausa em Castelo Branco, visita todas as igrejas da cidade. Em Sintra, impressionam-no as formas românticas da serra e, em Penamacor, a torre «rachada ao meio, [...] permanecera de pé, transformando-se numa pitoresca ruína». Uma sensibilidade pré-romântica transparece em várias descrições e desenhos que guarda cuidadosamente. Ao desembarcar em Lisboa no dia 28 de Abril, sabendo que apenas poderia levar consigo um pequeno saco às costas, decide empacotar «todas as minhas belas pinturas-miniatura e estudos, que constituíam uma bela colecção, juntamente com as minhas bonitas aquarelas e desenhos» e entregar tudo ao capitão, que promete enviá-los de Portsmouth, por correio, à hospedeira de Schumann em Londres.

William Granville Eliot
1808-1809

William Granville Eliot (1779-1855) é o autor de *A treatise on the defence of Portugal, with a military map of the country: to which is added, a sketch of the manners and customs of the inhabitants and principal events of the campaigns under Lord Wellington, in 1808 and 1809*. A obra tem uma primeira edição em 1810 e, em 1811, chega à quarta edição, a qual inclui dois capítulos adicionais dando conta de novos acontecimentos na Guerra Peninsular, e incluindo mais e melhores mapas e plantas da cidade de Lisboa e arredores²⁰¹.

Esta obra pode, pois, ser considerada um sucesso literário e comercial, facto a que não é alheio o clima de euforia que então se vive em Inglaterra após as importantes vitórias de Wellington. A crítica contemporânea em geral considera-a um «excelente tratado»²⁰² e um importante contributo para a história da Guerra Peninsular²⁰³. *The British Review* dedica-lhe vinte e três páginas²⁰⁴ e *The Monthly Review* inclui longas citações nas dez páginas que lhe dedica²⁰⁵.

Capitão do Regimento Real de Artilharia aquando da sua passagem por Portugal²⁰⁶, W. G. Eliot é oriundo de uma família com credenciais militares e vem a receber uma medalha pela coragem demonstrada na batalha de Talavera²⁰⁷. Tal como o título indica, a obra tem um pendor militar, sendo os primeiros seis capítulos dedicados exclusivamente à apresentação das províncias de Portugal e da sua topografia, incluindo uma listagem exaustiva e descrição minuciosa de fortificações de norte a sul do país, bem como considerações sobre a navegabilidade dos rios e a capacidade de aldeias e vilas para albergar tropas. Há ainda outros capítulos dedicados exclusivamente a campanhas militares. A preocupação com o carácter exaustivo e factual da informação é evidente, sendo disso exemplo as últimas páginas, dedicadas a temas como as estradas e rotas de Portugal, taxas de câmbio de moeda, e unidades de peso e medida. É também com grande rigor que Eliot dissecar e, por vezes, ataca a informação da nossa fonte da autoria do General Dumouriez²⁰⁸ que, contudo, considera ser a melhor obra até então publicada sobre Portugal²⁰⁹. A sua crítica recai, também, sobre as narrativas de Costigan e Chatelêt²¹⁰. Em cada um destes casos, Eliot critica o que considera informação incorrecta e aceita apenas o que a sua própria observação lhe permite confirmar, deixando no leitor uma impressão de rigor e objectividade, qualidades muito elogiadas pela crítica da época²¹¹.

A treatise on the defence of Portugal, no entanto, abrange muitos outros aspectos para além dos militares. Durante grande parte dos vinte e dois capítulos e das trezentas e cinco páginas que compõem a obra, o autor debruça-se sobre temas como a língua e a literatura, os costumes, a sociedade, a religião, as estradas, os meios de transporte, as vendas e estalagens, a agricultura, a manufactura, os teatros e as touradas, as ciências e as artes. Dado que a já mencionada preocupação de exaustividade se faz sentir na abordagem a todos os temas, a obra oferece-nos também passagens importantes no que respeita à pintura e à

escultura, bem como à arquitectura de exteriores e interiores, incluindo algumas das mais completas descrições de igrejas, bibliotecas e vistas panorâmicas de Lisboa e arredores. No que se refere a este último aspecto, é interessante notar que é a paisagem que inspira ao autor trechos que revelam não só sensibilidade artística, mas também alguma familiaridade com a pintura de paisagem europeia. O apreço pela paisagem do país, contudo, não se estende ao povo que o habita, que parece ser incapaz de tirar partido do que a natureza lhe oferece.

Richard Barnard Fisher
1808-1810

Richard Barnard Fisher, Esq. (?-antes de Out. 1828²¹²), irmão do Bispo de Salisbury²¹³, é o autor de *A sketch of the city of Lisbon, and its environs with some observations on the manners, disposition, and character of the Portuguese nation*. Publicado em Londres no ano de 1811, o texto não faz qualquer referência ao ano em que o autor esteve em Portugal²¹⁴ e não é claro quanto tempo decorre entre a viagem e a escrita, por um lado, e a publicação, por outro. A única informação que o autor oferece sobre esta questão é a de que, se bem que a sua intenção fosse tornar públicas estas observações imediatamente após o regresso de Portugal, a sua atenção fora desviada para assuntos profissionais. Sabemos pela página de título que o autor vem a Portugal na qualidade de «Paymaster of the First Batallion of Royal Americans, or 60th Regiment of Foot», regimento que esteve envolvido em várias batalhas da Guerra Peninsular desde 1808²¹⁵. Assim, até obtermos mais informação, propomos que esta obra seja considerada como reportando-se aos anos decorridos entre 1808 e 1810.

Esta será, talvez, a única incursão de Fisher pela literatura de viagem mas o autor não é alheio à produção literária. Em 1794 publica uma obra de sucesso sobre questões de jurisprudência²¹⁶, reeditada em 1803 e 1804, em cuja página de título é identificado como Guardião de Saint Mary Magdalen College da Universidade de Oxford. Em 1814 publica ainda um texto sobre a importância do Cabo da Boa Esperança enquanto colónia da Grã-Bretanha²¹⁷.

Em Lisboa, fica alojado, juntamente com outros oficiais de artilharia ingleses e alemães, «[...] no convento de S. Vicente, de frades agostinhos, uma das fundações mais nobres e ricas de todo o reino de Portugal». O que mais salienta deste local é a vista que tem dos seus aposentos, estendendo-se o olhar sobre o Tejo até Setúbal. Em geral, o tom com que descreve a sua estada é de agrado: «Seria eu muito deficiente na importantíssima virtude da gratidão se não admitisse o enorme prazer e conforto que senti quando cheguei à cidade de Lisboa pela primeira vez e se não deixasse também expresso o prazer que senti cada dia em que residi nessa cidade»²¹⁸.

A atitude positiva em relação ao país é uma das razões que o leva a preencher as noventa e cinco páginas deste texto com uma descrição de Lisboa e arredores, apesar de reconhecer que estes locais são já muito conhecidos dos ingleses. A sua intenção, tal como declara no prefácio, é a de «fazer justiça» à nação portuguesa, tão negativamente apresentada em literatura de viagem²¹⁹. Acrescenta ainda que, apesar de ter passado pouco tempo em Portugal, sente que entende bem o seu povo e deseja, com este testemunho, fruto das suas observações e não das de terceiros, atrair a simpatia dos ingleses. Não tendo conseguido, por motivos profissionais, publicar a narrativa imediatamente após o regresso a Inglaterra, fá-lo num momento em que é ainda mais premente que esta causa seja defendida, para que não se esbata nos ingleses o desejo de se envolverem na defesa de Portugal.

Fisher é particularmente sensível aos aspectos estéticos, quer paisagísticos, quer arquitectónicos, e são várias as passagens em que demonstra ser um homem de cultura, familiarizado com a literatura e a arte. Após cinco semanas de viagem por mar, encanta-se com a entrada no porto de Lisboa, exclamando que tudo o que vê é de uma extrema beleza. Quanto a Lisboa, seria impossível, afirma, mencionar todos os seus encantos. Se fosse mais limpa e de ruas mais largas, seria com certeza uma das mais belas cidades da Europa. Entre as descrições de maior interesse em *A sketch of the city of Lisbon* contam-se as do burgo e da serra de Sintra.

John Milford
1808-1812

John Milford, Jun. (?-após 1842) é o autor da narrativa *Peninsular sketches, during a recent tour*, publicada em Londres em 1816. O autor procede de uma família inglesa ligada ao comércio de lã e ao banco Milford, Snow & Co., também conhecido como Exeter City Bank. Fundado por seu pai em 1786, o banco mantém-se na posse da família até 1890²²⁰.

Directamente envolvido na gestão do banco entre 1820 e 1833, Milford vê publicada, em 1825, a sua obra *Observations on the Proceedings of Country Bankers during the last thirty Years*²²¹. A sua produção literária começara dez anos antes, numa altura em que ainda não exercia actividades de gestão e ocupava o tempo viajando pela Europa. O Catálogo da Library Company of Philadelphia²²² identifica o autor como «John Milford, Jun., late of St. John's college, Cambridge» e dá notícia da publicação de *Observations, moral, literary and antiquarian*²²³, em 1818, narrativa resultante das viagens de Milford pelos Piri-néus, sul de França, Suíça, Itália e Holanda entre 1814 e 1815. Por todas estas razões, imaginamo-lo um homem culto, interessado em aspectos históricos, o que se confirma não só pelo título da obra que acabámos de referir, mas também por outras, como *Rome as it was under Paganism, and as it became under the Popes*, obra de carácter histórico-religioso publicada em Londres em 1843. A ligação do autor à Universidade de Cambridge é de novo ressaltada na entrada bibliográfica relativa a uma outra narrativa de viagem da sua autoria, desta feita à Noruega²²⁴, incluída em *The London Catalogue of Books*²²⁵.

É no capítulo I de *Observations, moral, literary and antiquarian* que Milford menciona ter percorrido a Península, durante mais de um ano, no período em que decorre a Guerra Peninsular²²⁶. Não temos informação textual, nem biográfica, sobre os motivos que o levam a passar tanto tempo na Península, e também não conhecemos as datas precisas da viagem, pelo que propomos datar a estada que dá origem a *Peninsular sketches, during a recent tour* entre os anos de 1808 e 1812. Milford descreve os locais por onde passa e cita, por vezes, outros autores de literatura de viagem, como Dumouriez. O título indica que não terá decorrido um longo período de tempo entre a viagem e a escrita, o que constitui sempre um dado importante para a fiabilidade do testemunho. Não se sabe, no entanto, se a escrita tem apenas como base a memória do observado ou notas redigidas durante a viagem.

As quarenta e cinco páginas que Portugal ocupa²²⁷ incluem a descrição da passagem da fronteira algures entre Ciudad Rodrigo e o Sabugal. O texto tem alguma qualidade literária e as descrições são, por vezes, fortemente evocativas, como se pode verificar por passagens como a que o autor escreve em Sintra:

«Uma manhã, muito cedo, deambulei pela floresta e trepei a alguns dos rochedos, cujas escarpas cobertas de musgo se erguem por entre espessa folhagem. Dali desfrutei de uma das mais doces cenas da natureza. Nem uma aragem fazia estremecer as brilhantes gotas de orva-

lho na folhagem entremeada de frutos maduros. O ar parecia respeitar o repouso das flores que cobriam o chão. A suave ondulação do Atlântico tocava com brandura a base do rochedo batido pelo mar e só o zumbido que vinha da cidade, lá em baixo, quebrava o tranquilo repouso daquela deliciosa manhã»²²⁸.

Entre os demais locais visitados por Milford salientam-se Abrantes, Belém, Castelo Branco, Lisboa e Porto. Adjectivos como «luxuriante» ou «delicioso», e verbos como «deambular» ou «serpentear», surgem com frequência neste texto, revelando uma exaltação de sentidos própria da sensibilidade pré-romântica.

Ralph Heathcote
1809-1812

Ralph Heathcote (1782-1854) é o autor das cartas reunidas numa colectânea, publicada em Londres, em 1907, intitulada *Letters of a young diplomatist and soldier during the time of Napoleon, giving an account of the dispute between the Emperor and the Elector of Hesse*. As cartas são dirigidas a sua mãe e abrangem o período decorrido entre o ano de 1800, quando era aluno da Universidade de Göttingen, Alemanha, e o ano de 1814. A correspondência referente a Portugal, reunida no capítulo V²²⁹, abrange o período em que Heathcote se encontra no país sob o comando de Wellington, mais precisamente entre Outubro de 1809²³⁰ e Dezembro de 1812. Na carta de 20 de Julho de 1812 o autor escreve: «Tenho a honra de ser (aquilo a que no exército francês se designa de) Chefe do Estado Maior da 2ª Divisão de Cavalaria».

Como se lê no Prefácio, Ralph Heathcote, diplomata²³¹ e militar de carreira, é inglês por linha paterna e alsaciano por parte de sua mãe, Antoinette de Wolter. Nasce na cidade alemã de Kassel na altura em que seu pai era Ministro Plenipotenciário do Rei Jorge III. O ambiente em que cresce caracteriza-se pelo pluralismo cultural, linguístico e religioso²³², o que contribui para o interesse destas cartas, escritas do ponto de vista de alguém que, embora integrado no exército britânico, se mantém um pouco «outsider». A editora da obra comenta: «É de uma perspectiva continental que ele descreve hábitos e costumes de Inglaterra a sua mãe, uma alsaciana que parece nunca ter visitado o país de seu marido. O autor dá-nos assim a visão fresca e imparcial de quem está de fora, embora fosse, de facto, inglês...». Heathcote tem orgulho na sua ascendência inglesa mas sente mais afinidades com a Alemanha, onde reside a maior parte da sua vida, e onde vem a falecer no ano de 1854.

É a sua neta, Louise Ernestine Charlotte, Condessa de Guenther Groeben, que se deve a feliz descoberta das cartas, bem como a edição, anotação e publicação das mesmas no ano de 1907. A Condessa descreve as circunstâncias desta descoberta, e do processo que leva à sua publicação, e inclui uma biografia do autor. Toda esta informação se encontra na Introdução, escrita em Berlim em 1906, bem como na Conclusão e nas copiosas notas, quer de rodapé, quer inseridas no texto. Estão igualmente incluídas nesta edição reproduções de retratos e de miniaturas, bem como de desenhos do autor com as suas próprias anotações. Entre estes encontram-se paisagens como a do rio Tejo, datada de 19 de Março de 1810; de Abrantes, datada de 20 de Fevereiro de 1810; de Castelo de Vide e de Marvão, datada de 20(?) de Março de 1810; da Serra do Buçaco, datada de 28 de Setembro; e de Elvas, datada de Julho de 1811. Sabemos da existência de pelo menos mais dois desenhos, um de Coimbra e outro do Castelo de Montemor-o-Novo, os quais são mencionados, mas não incluídos, nesta edição. As notas de Heathcote que acompanham os desenhos corroboram a afirmação da Condessa de Guenther Groeben, segundo a qual é nelas que o autor descreve as

dificuldades inerentes à vida militar²³³, e não nas cartas, onde, para poupar os sentimentos de sua mãe²³⁴, inclui outros temas, como as descrições de Lisboa e de Sintra.

A 26 de Outubro do ano de publicação, *Letters of a Young Diplomatist and Soldier During the Time of Napoleon* é tema de um artigo elogioso escrito por J. R. Bishop e publicado no jornal *The New York Times*. O trabalho editorial é de qualidade, as cartas são importantes por iluminarem aspectos da situação da Europa de então até aí não revelados, e a inclusão de retratos e de desenhos é enriquecedora. Em suma, «o leitor deste volume sentir-se-á tão atraído que quase não resistirá até chegar ao fim»²³⁵.

É interessante verificar que Bishop não faz qualquer referência a aspectos do texto que hoje não poderiam deixar de colorir uma apreciação crítica. Apesar da educação pluralista acima referida, encontramos nestas cartas alguns dos mais virulentos exemplos de racismo e xenofobia de entre o universo do nosso *corpus*, que, como já referimos, no seu conjunto reflecte uma imagem bastante negativa do povo português. Instalado numa residência muito agradável perto do Palácio de Belém, com vista para um florido jardim e para o rio, Heathcote passeia por Lisboa numa tentativa de conhecer os «nativos». No entanto, uma ida ao Teatro Nacional leva-o a desistir pois pelo menos um terço do público feminino que lá vê parece ser de raça negra. O restante é constituído por senhoras sem qualquer encanto e de aparência judaica que, por esse facto, não podem ser consideradas de raça branca. Em contrapartida, escreve, o clima é muito agradável; de facto, é tão agradável que, se as pessoas fossem minimamente suportáveis, Portugal seria um paraíso terrestre²³⁶.

George Cockburn

1811

Sir George Cockburn (1763-1847) é o autor de *A voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta, in 1810 & 11, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an excursion in Portugal*, obra publicada em Dublin em 1815. Segundo o Prefácio, Cockburn parte de Portsmouth para Malta em Junho de 1810, comandando um batalhão do exército, e passa por Cádiz e Gibraltar. Segue para a Sicília no início de Setembro desse ano. No fim de Abril de 1811 parte da Sicília para Malta, de onde sai pouco tempo depois rumo a Inglaterra. É durante essa viagem que passa por Lisboa. A chegada a Portugal, às oito horas da manhã do dia 2 de Junho de 1811, é descrita no capítulo VII do segundo volume. A descrição da estada ocupa as oitenta e três páginas dos restantes capítulos²³⁷.

Militar, político, viajante e escritor, George Cockburn nasce em Dublin. Aos dezoito anos ingressa no exército britânico e segue a carreira militar, vindo a tornar-se general. Em 1812 retira-se para o seu castelo em Shanganagh, no condado de Wicklow²³⁸, e passa a dedicar-se sobretudo à política. Vem a publicar, em 1843 uma obra sobre o tema²³⁹.

Durante grande parte da sua longa vida, Cockburn viaja pela Europa, tanto em missão militar, como em viagens privadas. Encontra-se em Gibraltar em 1781-1782 aquando do ataque espanhol à ilha e dali parte para uma viagem de quase um ano por Florença, Nápoles, Pisa, Roma e Turim. Em 1785 é observador oficial das manobras do exército prussiano, visitando nessa qualidade a Alemanha, a Áustria, a Bélgica, a França e a Holanda. Em 1788 volta à Alemanha, a França e também a Espanha. Depois da viagem documentada em *A voyage to Cadiz and Gibraltar*, nos anos de 1810 e 1811, há notícia de duas outras viagens: uma a Roma, em 1821, e outra por França, Suíça e norte de Itália, provavelmente nos anos de 1824-1825²⁴⁰.

A voyage to Cadiz and Gibraltar é uma obra bastante rica sob o ponto de vista da história do património de Portugal, pois que, apesar de Sir George Cockburn vir ao país por razões militares, não deixa de registar o que observa com o intuito de escrever um Guia de Viagens. Tal como afirma no prefácio, «Este trabalho tem como objectivo servir de *Guide de Voyageur* e apontar para os objectos que mais atenção merecem por parte de futuros visitantes – e mais não foi minha intenção fazer». Quando fiéis à verdade, afirma ainda no prefácio, os guias de viagem são de grande utilidade, pois informam quem não pode viajar sobre as condições de vida e formas de pensar de outros povos. E neste aspecto, assegura, o leitor pode confiar nele: «Posso afirmar, sem qualquer vaidade, que não tenho especiais preconceitos nacionais ou religiosos; e creio que o meu trabalho tem, pelo menos, o mérito da mais estrita imparcialidade. Registo com exactidão o que vi e, se bem que as minhas opiniões possam estar erradas, não deixam de ser honestas». No entanto, Cockburn exprime a compaixão que sente pelas falhas de povos cujos «vícios» resultam de governos incapazes, bem como da ignorância e da superstição.

Não podemos, pois, concordar com o autor no que respeita à sua imparcialidade e deixamos nota do tom extremamente negativo das suas apreciações, que não poupam mesmo locais geralmente tão elogiados como Sintra. Congratulamo-nos, contudo, com a sua preocupação em atender ao pormenor e ser exaustivo. Com residência estabelecida no Palácio do Barão de Quintela em Lisboa, descreve quase tudo o que a capital oferece ao visitante. O mesmo faz relativamente a Belém, Cascais, Junqueira, Mafra, Sintra, Torres Vedras e Vimeiro.

A obra inclui trinta gravuras, a que o autor se refere no Prefácio, mencionando terem sido «[...] executadas a partir de desenhos feitos com base em esboços rigorosamente exactos que eu próprio fiz: pode ser que sejam diferentes dos de outros porque, ao fazer o esboço de uma paisagem, muito depende do local de onde o artista a vê; e a mesma cidade ou colina terá um aspecto muito diverso dependendo do ângulo de visão. Como o meu intuito não era o lucro, a gravação teve a qualidade que o preço do livro permitiu; e confio que ela venha a ser do agrado do público»²⁴¹. O exemplar que consultámos inclui uma gravura de Sintra e um índice que menciona outras gravuras.

William Graham
1812-1813

William Graham, Esq. é o autor da narrativa *Travels through Portugal and Spain during the Peninsular War*, texto que o autor classifica de diário e onde regista as suas experiências na Península Ibérica entre 1812 e 1814, enquanto membro do comissariado do exército britânico²⁴². Esta obra faz parte da colectânea de narrativas de viagem publicada por Sir Richard Phillips em 1820, edição que utilizámos neste trabalho, e que é normalmente considerada como a original. No entanto, sabemos que há uma edição anterior que, em 1819, é objecto de comentário na revista *The Literary chronicle and weekly review*²⁴³.

Com apenas oitenta e oito páginas²⁴⁴, *Travels in Portugal and Spain during the Peninsular War* é mencionada em numerosas revistas e catálogos do ano de 1820, como *The London Literary Gazette*²⁴⁵, ou *Catalogue of the Library of the Royal Geographic Society*²⁴⁶. Mais recentemente, é referida como uma das fontes da obra de Scott Hughes Myerly sobre os uniformes do exército britânico²⁴⁷.

William Graham parte de Dublin em Outubro de 1812 em direcção a Cork, de onde embarca para Lisboa a 5 de Novembro para se juntar às tropas do Duque de Wellington. Segundo o autor, a difícil despedida é compensada pelo entusiasmo que sempre acompanha uma primeira viagem, bem como pela esperança de vir a ser útil ao narrar as suas aventuras por terras estrangeiras. Esta informação, que surge logo na primeira página do relato, bem como os desenhos feitos durante a viagem²⁴⁸, revelam uma intenção de documentar a viagem para futura publicação, se bem que não seja claro se houve alteração substancial do manuscrito. No prefácio o editor assegura que a obra não fora escrita para o público em geral, e que nesse facto reside, em parte, o seu valor, pois não reflecte os preconceitos da sociedade, nem assume um tom formal. Pelo contrário, e ainda segundo o editor, o prazer que resulta da leitura deste texto decorre do contacto com «os sentimentos não sofisticados do autor, resultante das circunstâncias locais». Esta afirmação parece claramente reflexo da tendência para um sentir romântico, mais interessado no elemento local, genuíno e pitoresco do que na colecção de factos característica da narrativa de viagem enciclopédica. A impressão é reforçada pelas justificações do autor relativamente à predilecção pela descrição paisagística: «Talvez por vezes me tenha sentido demasiado cativado pelas vistas e paisagens por onde passava. No entanto, penso que posso afirmar que muitas eram verdadeiramente sublimes, outras grotescas e, talvez mesmo, únicas»²⁴⁹.

Graham avista Lisboa a 17 de Novembro de 1812 e descreve o que vai observando à medida que o barco se aproxima da costa e depois sobe o rio, em cujas margens se erguem enormes conventos e edifícios sem fim, uns após outros, atraindo constantemente o olhar do viajante. Uma vez chegado, instala-se no hotel do Sr. José, no número 33 da rua das Flores²⁵⁰, e passa a explorar a região de Lisboa, que preenche o seu diário até ao dia 3 de Dezembro, data em que inicia a viagem de regresso a Dublin. Para além de Lisboa, encon-

tramos neste texto descrições de vilas e cidades como Abrantes, Caldas da Rainha, Cartaxo, Coimbra, Golegã, Guimarães, Lamego, Porto, Santarém, Seia, Tomar, Trancoso e Vila da Feira.

Charles Victor, Conde de Hautefort
1814

Charles Victor, Conde de Hautefort (1779–após 1830) é o autor de *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814; suivi d'un mémoire politique concernant la constitution promulguée par les Cortès à Cadiz; et d'une notice sur l'état moderne des sciences mathématiques et physiques en Espagne*. A primeira edição desta obra, de 1820, inclui dois ensaios, um sobre aspectos políticos, outro sobre o estado das ciências em Espanha.

No ano de publicação, o Tomo X dos *Annaes das Sciencias, das Artes e das Letras* abre com uma «Resenha Analytica» de trinta páginas intitulada «Reflexões acerca da obra *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid*, escripta por M. d'Hautefort, e publicada em Paris, no mez de Maio do presente anno»²⁵¹. No Tomo IX dos *Annaes* a imparcialidade do autor é elogiada:

«No Volume seguinte daremos hum Artigo sobre a obra de M. d'Hautefort, a qual tem direito a huma honrosa menção nos nossos *Annaes*, pela imparcialidade com que falla de Portugal, e das cousas que lhe respeitão; imparcialidade tão rara em viajantes estrangeiros, os quaes, algumas vezes por má fé, e muitas por ignorância indesculpável, tem escripto a nosso respeito cousas muito mais injuriosas a elles, de que á Nação e aos homens, que elles tem per-tendido menoscabar»²⁵².

Manuel Bernardes Branco concorda que «Hautefort teve o talento raro de descrever melhor Lisboa depois de uma residência de duas semanas do que o fizeram outros viajantes depois de a terem habitado por muito tempo»²⁵³. A obra é incluída em várias compilações bibliográficas, como a de García-Romeral²⁵⁴, Farinelli²⁵⁵ e Duarte de Sousa²⁵⁶.

Na verdade, temos pouca informação sobre Charles Victor d'Hautefort. Na edição de Dezembro de 1825, o *Journal Politique et Litteraire de Toulouse et de la Haute-Garonne* anuncia que o Conde de Hautefort, autor de *Coup d'œil sur Madrid et Lisbonne*, é nomeado secretário da Embaixada Francesa em Espanha por Decreto Real. Em *La France Littéraire*, de 1830, lê-se que Hautefort nasce em Veneza a 31 de Outubro de 1779 e assume no ano de 1830 as funções de secretário-intérprete da Embaixada. Lê-se ainda que era membro de Academias de Madrid, Florença, Roma e Turim, e que publicara outras obras, entre as quais «des poésies italiennes», memórias e artigos em periódicos e jornais²⁵⁷.

A relação de Hautefort com Espanha tem início durante as invasões das tropas de Napoleão. Em 1811 serve em Aragão e na Catalunha sob as ordens do Duque de Albufera. Anos mais tarde oferece à cidade de Saragoça uma obra que escreve em 1818, mas que não chega a ser publicada, intitulada *Tableau géographique, historique et archéologique de Cesar Auguste et de son Conventut juridique dans l'empire romain, avec une Notice sur l'état actuel de cette ancienne ville, aujourd'hui Saragosse*²⁵⁸. O manuscrito é mencionado no *Diccionario Bibliográfico-Histórico De Los Antiguos Reinos*, de Muñoz Romero, onde se lê que o autor fora Intendente de Saragoça durante o período de domínio dos franceses²⁵⁹.

Apaixonado por Espanha, Hautefort decide voltar ao país em 1814 após a evacuação das tropas francesas e entra na Península por Lisboa. Lamenta a brevidade da estada, que o impede de visitar locais como o Gabinete de História Natural, o Jardim Botânico em Belém e o Aqueduto, mas congratula-se com o facto de poder visitar várias igrejas, bem como o Palácio das Necessidades e o Castelo de S. Jorge, os quais descreve com grande detalhe, demonstrando interesse pela arquitectura.

Johann Friedrich von Weech 1823

Johann Friedrich von Weech (1794-1837) é o autor de *Reise ueber England und Portugal nach Brasilien und den vereinigten Staaten des La-Plata-Stromes waehrend den Jahren 1823 bis 1827*, obra em três volumes publicada em Munique no ano de 1831²⁶⁰. Dois anos mais tarde os capítulos relativos a Lisboa são publicados num anuário alemão de viagens e estatísticas²⁶¹. Em 1960 surge uma edição argentina, cujo epílogo, assinado por Karl Wilhelm Koerner, inclui bastantes dados biográficos sobre o autor.

Segundo o *Deutsches Biographisches Archiv*²⁶², Johann Friedrich von Weech nasce a 2 de Março de 1794, em Munique, numa família da aristocracia alemã. Começa por seguir a carreira militar, abandonando-a pouco depois para se dedicar ao estudo da agricultura. No epílogo acima mencionado, Koerner dá-nos mais detalhes, embora não suficientes, para entendermos as razões mais profundas das opções de vida de Weech. Começa por mencionar o envolvimento militar do autor como alferes nas campanhas contra Napoleão e os ferimentos graves que sofre na batalha de Brienne.

Homem de ideias liberais, considerado revolucionário no contexto militar em que vive, Weech acaba por abandonar o exército para se dedicar à agricultura. Para tal, inicia estudos teóricos e práticos na célebre Academia de Weihenstephan, hoje integrada na Universidade de Munique. Em 1823 aceita o convite de um grupo de jovens alemães para fundar uma colónia agrícola no Brasil e é durante a viagem até lá que passa por Portugal. A empresa fracassa, mas Weech radica-se no país, em terras do Barão de Langsdorf, médico e explorador alemão a quem o imperador da Rússia havia confiado a representação diplomática, bem como a missão de explorar o interior do continente.

A viagem de Weech a Buenos Aires está ligada à primeira tentativa alemã de colonização da Argentina, iniciada, com pouco êxito, com o apoio de alguns comerciantes alemães. No epílogo da edição argentina Koerner diz-nos que o autor chega a Buenos Aires a Maio de 1825 e que, apesar das suas experiências como agricultor não serem coroadas de êxito, «o seu relato sobre estas terras não é amargurado e o seu juízo sobre o que vê é honrado, pois se limitou a anotar observações para que estas pudessem servir de orientação a futuros emigrantes alemães». Koerner comenta ainda a frescura e o imediatismo da narrativa, que atribui à juventude e falta de pretensões do autor.

Weech regressa à Europa em 1827, mais precisamente à região da Baviera, onde escreve a obra que apresentamos. Isso mesmo afirma na introdução à edição de 1831, em que se define como «agricultor» e esclarece que o texto fora escrito durante o ano de 1830 na sua quinta de Ametsbichler. Justifica a publicação desta narrativa pelo êxito obtido na Alemanha pela sua obra anterior sobre o Brasil, publicada em 1828²⁶³, e comenta a ousadia de escrever mais um relato de viagem num país onde já tantos existem, pois os alemães «são amantes das viagens e ávidos de conhecimento». Devido a uma

súbita enfermidade, Weech vem a falecer em Atenas, a 21 de Julho de 1837, com apenas 43 anos de idade.

Cada um dos três volumes de *Reise ueber England und Portugal* [...] está dividido em «Livros», compostos por secções cujos cabeçalhos resumem os temas principais. O Volume I inclui uma Introdução e cinco Livros. O Livro I descreve a viagem da Holanda até Londres. O Livro II foca a partida de Londres, a chegada a Lisboa, e oferece descrições de algumas zonas da cidade. O Livro III aborda Sintra, Mafra, aldeias do interior de Portugal, os portugueses em geral e a partida de Portugal. Os Livros IV e V descrevem a viagem até ao Brasil e a cidade do Rio de Janeiro. O Volume II inclui os Livros VI a IX e relata as experiências no Rio de Janeiro e em Minas Gerais.

No que respeita a Portugal, a narrativa foca muitos aspectos do país, da arquitectura à alimentação, da vivência religiosa às igrejas e bibliotecas, das estalagens aos passeios de barco no Tejo. No entanto, a maior parte das descrições centra-se em temas agrícolas como a tosquia da lã, métodos e instrumentos como o baldio e o arado puxado por uma dupla de bois, e o cultivo dos campos. Descreve a região de Montemor-o-Novo, por exemplo, como «uma região bem cultivada, com campos de milho bem tratado e limpo crescendo de ambos os lados da estrada». Admira os campos em volta de Lisboa, rodeados de sebes de aloé em floração, o que torna a região extraordinariamente bonita. Noutros campos havia filas de oliveiras em volta das quais cresce a videira.

Quanto ao tempo da visita, sabemos que se trata do ano de 1823. O autor afirma ter passado quase todo o mês de Julho em Lisboa e sabemos que chegara em Maio, pois à chegada ouve comentar os tempos difíceis que se aproximam, «possivelmente uma revolução», referindo mais adiante a revolução de 27 de Maio. Assiste aos doze dias de festividades que se seguem à chegada da Rainha a Lisboa, bem como a uma tourada em honra de D. Miguel, e ainda às festividades de S. João, ao derrube de um monumento à vitória liberal erigido no Rossio, e a um cortejo em que se representa uma alegoria política contra os membros da Maçonaria. Estas últimas manifestações enchem-no de tristeza e levam-no a classificar Portugal como um país onde não haviam ainda chegado as luzes da Liberdade e do Progresso.

Eduard Delius
1826

Eduard Delius (1803-?) é o autor da obra *Wanderungen eines jungen norddeutschen durch Portugal, Spanien und Nord-Amerika in den Jahren 1827-1831*, publicada em Hamburgo em 1834. Os quatro volumes que a compõem têm um total de trinta e três cartas escritas durante as suas viagens por Portugal e Espanha (Vol. I) e por Espanha, França²⁶⁴ e Estados Unidos (Vols. II, III e IV). A viagem por Portugal, Espanha e França, que corresponde às primeiras vinte cartas, ocorre entre Novembro de 1826²⁶⁵ e Outubro de 1827. A estada em Portugal é de apenas quatro dias e ocupa as dezoito páginas que constituem a primeira carta do primeiro volume.

A obra termina com um curto capítulo em inglês, datado de 1 de Setembro de 1833²⁶⁶, onde se lê que o autor autoriza a publicação do texto sob a condição de que o seu anonimato seja respeitado. Autoriza igualmente a sua publicação nos Estados Unidos se a tradução for fiel ao original, caso contrário os comentários que fizera aquando do primeiro encontro com um país tão diferente da Europa poderiam ferir susceptibilidades. Contudo, tanto quanto foi possível determinar, a obra é publicada, um ano mais tarde, apenas na Europa e em alemão²⁶⁷.

O autor quer, portanto, permanecer anónimo e, conseqüentemente, o seu nome não se encontra, nem na página de título, nem no texto. No entanto, a entrada bibliográfica em *South Atlantic Bulletin*, no ano de 1972, identifica-o como Eduard Delius, nome que figura também na informação bibliográfica do reputado Centro de Digitalização de Imagens de Goettingen²⁶⁸ e, ainda, na compilação bibliográfica do German Historical Institute de Washington referente a 2007²⁶⁹. Aceitamos, pois, a identidade de Eduard Delius como autor.

Mas, quem é Eduard Delius? No prefácio, o editor, Georg Lotz, adianta apenas que o autor pertence a uma das famílias mais respeitadas do norte da Alemanha e que teve a sorte de viajar numa situação «de grande independência», o que, na sua opinião, torna a narrativa mais relevante. Presumimos que a independência fosse de ordem económica, o que lhe facultaria o tempo suficiente para conhecer os locais e a liberdade de dizer exactamente o que pensava. Ainda segundo Lotz, as cartas não haviam sido escritas com intenção de publicação e, enquanto editor, não interferira no material, limitando-se a apresentá-lo tal como o autor o deixara. Afirmações deste género são bastante comuns em narrativas de viagem, quer por parte do autor, quer do editor, para reforçar a ideia de que o testemunho é autêntico e espontâneo, pelo que em si mesmo não constituem prova da inexistência de um propósito de publicação ou de interferência editorial.

Realçamos as palavras de Lotz porque nos parece ser merecedor de confiança. Existe uma grande quantidade de informação que nos apoia na convicção da sua seriedade enquanto editor e, em consequência, da provável fiabilidade do testemunho de Delius. Lotz

tem uma intensa actividade literária como poeta, escritor e tradutor²⁷⁰, fazendo chegar ao público muitas narrativas de viagem, algumas das quais ele próprio traduz para alemão²⁷¹. É ainda fundador e director da influente revista *Originalien*²⁷². No 150.º aniversário da sua morte é publicada a sua biografia²⁷³, realçando-se a sua importância para o mundo literário da época.

Durante a investigação que fizemos sobre Eduard Delius conseguimos apurar alguns dados, que nos permitem, se não estabelecer uma identidade, pelo menos sugerir a possibilidade de que as viagens relatadas pelo jovem se relacionem com algumas das circunstâncias que passamos a relatar. Em 1794 George Washington nomeia um comerciante de nome Arnold Delius como primeiro Cônsul dos Estados Unidos em Bremen²⁷⁴. A nomeação prende-se com a importância desta cidade do norte da Alemanha como parceira comercial: segundo estatísticas americanas, no ano de 1795 Bremen era a segunda cidade mais importante no que respeita a trocas comerciais com os Estados Unidos, sendo ultrapassada apenas por cidades do Reino Unido. A maior parte das transacções entre a Alemanha e os Estados Unidos faziam-se entre Bremen e Baltimore²⁷⁵ e é desta última que Delius envia a maior parte das cartas que escreve do continente americano. Bremen era também um importantíssimo ponto de partida de emigrantes para os Estados Unidos²⁷⁶ e tinha várias agências de emigração, entre as quais a de maior actividade pertencia a um Eduard Delius²⁷⁷. Há ainda outro aspecto a considerar, nomeadamente o facto de muitos alemães viajarem pela América durante o século XIX escrevendo relatos com o intuito de informar potenciais emigrantes alemães sobre as condições de vida nesse continente²⁷⁸.

Embora Delius se detenha em Portugal por apenas alguns dias, afirma ter feito pleno uso do tempo, vendo quase tudo o que uma cidade «tão cheia de interesse» tem para mostrar. No Prefácio de Lotz lê-se que as cartas não são ensaios eruditos mas simples descrições de países, povos e locais, recheadas de «pequenas histórias encantadoras». O texto contém, na verdade, descrições plenas de vigor onde se desenham contornos de igrejas e palácios. O tom é normalmente de apreciação, de que é exemplo a descrição da Praça do Comércio, que o autor compara, em beleza, à Praça de São Marcos em Veneza.

Henry John George Herbert, Earl of Carnarvon
1827-1828

Henry John George Herbert (1800-1849), 3.º Conde de Carnarvon e Barão Porchester de High Clere, condado de Southampton²⁷⁹, F. R. S. (Fellow of the Royal Society), é o autor de *Portugal and Galicia: with a review of the social and political state of the Basque Provinces; and a few remarks on recent events in Spain*, que relata as suas experiências na Península Ibérica nos anos de 1827 e 1828²⁸⁰. A obra é publicada em 1836 em Londres, em dois volumes²⁸¹, e recebe elogiosas críticas²⁸²; segue-se outra edição em 1837 e uma terceira em 1848, um ano antes da morte do autor. Lord Carnarvon é «um homem de grande cultura [...] particularmente bondoso, amável, gentil e modesto»²⁸³ e autor de pelo menos mais um texto de viagem, desta feita sobre a Grécia, país que visita em 1839. *Reminiscences of Athens and the Morea: Extracts from a Journal of Travels in Greece* vem a público trinta anos mais tarde com edição de seu filho.

Portugal ocupa a quase totalidade das cerca de quatrocentas e oitenta páginas de *Portugal and Galicia [...]*²⁸⁴ e é com tristeza que o autor embarca de regresso a Inglaterra sob forte chuva. Lisboa parece-lhe muito bela «mesmo por entre essas lágrimas» e é com nostalgia que se despede do local onde passara momentos agradáveis «entre os seus alegres habitantes». Esta narrativa tem grande interesse para o estudo da história da arte em Portugal, não só pelo facto de incluir comentários ao património artístico e arquitectónico de norte a sul do país²⁸⁵, mas também pela qualidade das observações. É de notar que ambos os volumes são dedicados ao 3.º Duque de Egremont (1751-1837), de Petworth House, na região inglesa de Sussex, personalidade conhecida pelo seu amor às artes, sobretudo pela sua colecção de pintura, parte da qual se encontra hoje na Galeria Tate, e pela ligação a William Turner, que frequenta a sua propriedade durante o ano de 1809, executando desenhos preparatórios para o óleo sobre tela «Petworth, Sussex, the Seat of the Earl of Egremont: Dewy Morning»²⁸⁶.

Nascido em Londres no seio de uma família aristocrata com propriedades em Berkshire e Southampton, Lord Carnarvon cursa estudos no Eton College e na Universidade de Oxford²⁸⁷. Cedo se revela nele um particular interesse pela Península Ibérica. Imediatamente após atingir a maioridade, empreende uma viagem pela região, durante a qual é levada à cena, em Londres, uma peça da sua autoria sobre D. Pedro e D. Inês²⁸⁸. E é também no mesmo ano em que inicia a viagem que vem a dar origem a *Portugal and Galicia* que o seu poema *The Moor* é publicado, com minuciosas anotações, revelando «um conhecimento minucioso da História espanhola e mourisca»²⁸⁹.

Na Península, o autor percorre caminhos mais recônditos do que é comum, havendo no texto referências à necessidade de assim proceder dado o secretismo que envolve as suas deambulações pelo país. «A [minha] forma de viajar», escreve na dedicatória «destinava-se a conseguir obter a informação do tipo geral que eu procurava. Da Corunha ao Cabo de

S. Vicente, as minhas excursões eram invariavelmente feitas a cavalo, o que me permitia desviar-me a meu belo prazer da estrada principal e penetrar nos distritos mais isolados». O texto tem um pendor político que não surpreende dado o grande interesse de Lord Carnarvon por essa área, chegando a ter uma carreira curta, mas brilhante, como membro da Câmara dos Comuns do Parlamento Britânico entre 1831 e 1832²⁹⁰; no desempenho dessas funções, pronuncia discursos que ficam célebres, entre os quais aquele em que ataca a Lei da Reforma de 1832. Na verdade, não seríamos fiéis ao espírito da obra se deixássemos passar a ideia de que esta é, apenas, uma narrativa de viagem. Os ensaios de reflexão política que o autor inclui mostram-no profundamente interessado na causa Carlista e na defesa de D. Pedro e da Constituição²⁹¹.

Nestas páginas encontramos personagens como Sir Arthur Capel de Brooke, escritor de literatura de viagem que visita Carnarvon no Hotel Reeves²⁹², e também uma certa sociedade da época, não só de Lisboa, mas também do Porto. Acompanhamos o autor à cerimónia da abertura das Cortes no Palácio da Ajuda a 2 de Janeiro de 1828 e também testemunhamos a sua desilusão ao ver os amigos portugueses partir para o exílio:

«Três dias depois jantei com o Marquês da Fronteira no seu grandioso palácio próximo de Benfica [...]. O grupo [dos convivas] era constituído pelo Comandante das forças militares britânicas, Sir William Clinton, o seu secretário militar, Coronel Hare, o Conde e a Condessa de Vila Flor, o Conde d'Alva e a sua jovem nora, a bela Condessa d'Alva, o Conde de Taipa, o Conde de Puente, D. Carlos, e os nossos anfitriões aristocratas. Refiro-me, em particular [e por vários motivos] a este jantar: porque reunia, sobretudo, homens que tiveram um papel preponderante durante esta movimentada crise; porque foi a minha última oportunidade de usufruir da hospitalidade dos meus amigos portugueses em Lisboa e, também, porque foi a última vez que eles se encontraram na sua terra natal em ambiente festivo, visto que apenas três dias mais tarde partiriam por via marítima para o exílio»²⁹³. A Constituição, lamenta, fora «praticamente abolida»²⁹⁴.

É na dedicatória a Lord Egremont que Carnarvon explica as razões pelas quais leva esta obra a público anos depois dos acontecimentos a que faz referência. A maior parte do texto, a que o autor se refere como «memórias», fora originalmente escrita com a intenção de ser incluída num Tratado que publicara anteriormente sobre Portugal²⁹⁵, e que consistia numa análise dos sistemas legal, municipal e judicial do país, bem como do seu regime de propriedade, comércio e partidos políticos. Havia sido originalmente dedicada a seu pai, cuja morte repentina levava a que não tivesse sido incluída no Tratado. No entanto, os recentes acontecimentos no norte de Espanha, nomeadamente na Biscaia²⁹⁶, haviam-no levado a considerar oportuna a sua publicação, incluindo a narrativa da viagem por Portugal que, de leitura menos árida, agradará a um leque mais alargado de leitores.

Lord Carnarvon insiste que *Portugal and Galicia* não pretende ser um guia de viagem e esclarece que não se alarga em descrições de cidades, igrejas ou palácios, pois quase tudo

o que é de relevo nas grandes cidades portuguesas fora já descrito com pormenor. No entanto, e felizmente para o leitor, o autor não faz o que diz e oferece copiosas descrições de vários objectos de interesse temático. É grande o interesse com que observa tudo o que lhe é dado ver. A sua atenção debruça-se com frequência sobre jardins, demonstrando o conhecimento e a sensibilidade que seriam de esperar de alguém que cultiva, no seu próprio jardim, em grande escala, as plantas americanas mais estranhas e «os exemplares mais belos jamais importados para Inglaterra»²⁹⁷.

Gustavus R. B. Horner
1831-1838

Gustavus R. B. Horner (1803-1892) é o autor de *Medical and topographical observations upon the Mediterranean; and upon Portugal, Spain, and other countries*, obra publicada em Filadélfia em 1839. A publicação é anunciada em *The American Journal of the Medical Sciences* do ano de 1839²⁹⁸. O autor é identificado na página de título como Médico do Asilo da Marinha dos Estados Unidos e Membro da Ordem dos Médicos de Filadélfia. Horner é também autor de textos sobre medicina²⁹⁹.

Gustavus Horner nasce numa família católica do Estado da Virgínia e cresce num ambiente que valoriza a educação, a erudição e o serviço público. O seu irmão é Lente na Universidade da Pensilvânia, onde Horner se forma em Medicina, alistando-se posteriormente na Marinha, em 1826, como médico e cirurgião. Durante quase trinta e oito anos presta serviço nessa qualidade, recebendo todas as honras e promoções, incluindo o posto de Comodoro e de Médico Geral da Marinha dos Estados Unidos. Como ele mesmo refere, no início da sua carreira não existiam barcos a vapor, cartas de ventos e correntes, ou navios de guerra com torpedos. Durante a sua vida assiste a grandes mudanças tecnológicas³⁰⁰.

Medical and topographical observations upon the Mediterranean inclui descrições de localidades como Corfu, Esmirna, Gibraltar, Lisboa, Marselha, Minorca, Sicília e Toulon, e ainda Malta e Palestina, decorrentes de duas viagens, cada uma com a duração de três anos. Segundo o autor, a primeira tem lugar na corveta *John Adams* entre 1831 e 1833 e a segunda na fragata *United States* entre 1836 e 1838. O texto não determina as datas exactas em que o autor se encontra em Portugal em qualquer um destes períodos, pelo que lhe atribuímos os limites cronológicos de 1831-1838.

No seu Prefácio, assinado em 1839, lê-se que «[O] plano proposto é, em primeiro lugar, abordar o Mediterrâneo em geral e divulgar as doenças mais comuns que acometiam os marinheiros quando navegavam nestas águas; e, finalmente, fazer observações topográficas e profissionais nalgumas das principais ilhas e países da região». Compreende-se, então, que Horner descreva com minúcia o clima e a topografia de Lisboa e Sintra, bem como instalações médicas, de beneficência e culturais. As bibliotecas e os hospitais de Lisboa, sobre os quais tem opinião positiva³⁰¹, ocupam grande parte do seu texto, tal como ilustra a longa descrição do «hospital da Estrela, ou Militar, situado perto da bela igreja com o mesmo nome». O autor interessa-se também por certas colecções, como a do Museu do Convento de Jesus, em cujo andar inferior se encontram colecções de peixes e animais selvagens, bem como uma secção dedicada a «monstros humanos»³⁰². A amplitude e o detalhe das observações justificam plenamente a inclusão desta obra entre as fontes.

Charles Rockwell
1834-1836

O Reverendo Charles Rockwell (1806-1882) é o autor de *Sketches of foreign travel, and life at sea; including a cruise on board a man-of-war, as also a visit to Spain, Portugal, the south of France, Italy, Sicily, Malta, the Ionic Islands, Continental Greece, Liberia, and Brazil; and a Treatise on the Navy of the United States*. Trata-se de uma obra em dois volumes, num total de oitocentas e quarenta páginas, publicada em 1842. Segundo testemunhos da época, esta narrativa, considerada um verdadeiro guia de viagem, teve muito sucesso nos Estados Unidos³⁰³.

Nascido em Colebrook, no estado do Connecticut, Charles Rockwell licencia-se pela Universidade de Yale em 1826³⁰⁴. Depois de exercer a profissão de professor durante alguns anos, ingressa no seminário de Andover, onde conclui os estudos em 1834³⁰⁵. Decide então viajar, tal como afirma no prefácio, para satisfazer o desejo que sentia desde há muito de passar alguns anos a percorrer terras estrangeiras. Parte dos Estados Unidos nesse mesmo ano na fragata *Potomac*, na qual exerce funções de Capelão³⁰⁶, e passa os anos que se seguem a viajar pelo mundo, atracando em inúmeros portos de vários continentes e escrevendo cartas a que vem a dar a forma de um «diário»³⁰⁷. O sul da Europa atrai-o particularmente devido, por um lado, ao facto de falar idiomas dessa região³⁰⁸ e, por outro, à curiosidade que sente quanto à situação da igreja católica e à «recente revolução religiosa» que levava à supressão dos conventos na Península Ibérica. Assim, aproveitando circunstâncias favoráveis durante uma paragem do navio, obtém autorização para permanecer em terra durante seis meses, durante os quais percorre a Península Ibérica em várias direcções. É esta a sua primeira estada em Portugal. Na primavera do ano seguinte o navio volta a atracar em Lisboa, e Rockwell desembarca de novo, desta vez para uma estada mais curta.

O autor não é claro quanto aos anos em que estas visitas ocorrem. A única indicação concreta que temos, pelo texto, é que no dia 1 de Abril de 1836 o navio está ao largo da costa de Lisboa, mas não sabemos se chegou a atracar. No entanto, a partir de um estudo do texto e da comparação entre datas referentes a visitas a outros países, foi possível identificar com alguma certeza os anos de 1834 e 1836 como aqueles em que as duas visitas a Portugal tiveram lugar.

Nas páginas de título de ambos os volumes desta narrativa encontra-se uma citação de Francis Bacon que exorta os viajantes a escrever diários³⁰⁹. Rockwell responde ao apelo, produzindo um texto elaborado, no qual, como afirma no prefácio, investe muito esforço na descrição de objectos curiosos e de bom gosto, no intuito de suscitar o interesse do leitor e de transmitir informação útil e instrutiva. Assim, a narrativa inclui longas passagens sobre a história de países, cidades e monumentos, escritas em tom erudito, em consonância com a formação intelectual do autor, a qual se faz sentir também no carácter exaustivo e na especificidade da abordagem a certos temas³¹⁰.

São características que estão mais de acordo com preocupações iluministas do século XVIII do que com a sensibilidade romântica que também está presente no texto, quer quando Rockwell exalta ambientes «wild and exciting» em que se vê envolvido, quer nas referências frequentes a William Beckford³¹¹, Lord Byron ou Sir Walter Scott, quer no conteúdo dos seus próprios poemas que, por vezes, substituem a descrição em prosa. A vivacidade do relato das suas deambulações pela Península em companhia de um grupo de contrabandistas revela um escritor eficaz na pintura de uma cena e atento às potencialidades de evocação visual de um episódio; são também frequentes as referências a pintores como Salvator Rosa³¹². Neste contexto será de ressaltar que em 1869 Rockwell publica a obra *The Catskill Mountains...*³¹³, em que descreve a paisagem das montanhas de Catskill na região de Nova Iorque e o papel que estas haviam desempenhado no movimento romântico norte-americano. Erguendo-se em escarpa a partir do vale de Hudson, as montanhas de Catskill são o tema predilecto de pintores que vêm a formar a «Hudson River School»³¹⁴.

A visão romântica da natureza, pintada ou descrita em poesia ou prosa, expressa de forma tão clara na obra que acabámos de referir, encontra-se também nas descrições de Sintra, «paraíso terrestre» que Rockwell «pinta» em diferentes cambiantes conforme as estações do ano. A natureza e a arte ali se combinam para fazer «[o] seu trabalho perfeito, e cada uma das numerosas ravinas que ligam os desfiladeiros às férteis e belas planícies, bem como cada pico romântico que se projecta sobre o encantador vale, tem a sua casinha de camponês, a sua mansão ou o seu palácio, rodeados de uma rica variedade de plantas a abrir em flor, bem como arbustos, jardins e caramanchões»³¹⁵. O tom da narrativa é elogioso em relação a Portugal, tanto no que respeita a locais bem conhecidos como a outros menos frequentados por estrangeiros, como Estremoz, Arraiolos e outras pequenas cidades do Alentejo.

Wilhem Ludwig von Eschwege
1834-1836 (tempo de escrita)

Wilhem Ludwig von Eschwege (1777-1855) é o autor de *Portugal. Ein Staats-und Sit-tengemaelde in Skizzen und Bildern nach dreissigjaerigen Beobachtungen und Erfahrungen*³¹⁶, obra de carácter enciclopédico que regista as suas observações durante quase trinta anos de residência em Portugal. É composta por sete capítulos e foi publicada com grande êxito em Hamburgo no ano de 1837. Eschwege é autor de uma vasta bibliografia sobre Portugal e o Brasil, debruçando-se sobre geologia, sistemas rodoviários e hidráulicos, fundições, minas, caminhos-de-ferro e poços artesianos. Uma das suas obras versa exclusivamente sobre características geológicas e mineralógicas do Alentejo.

A biografia de Eschwege, a história dos inúmeros serviços prestados à Corte portuguesa, as longas estadas em Portugal e no Brasil, onde pôs em prática os seus conhecimentos nos campos da mineralogia, metalurgia, geologia, botânica e engenharia, são objecto da análise de vários autores³¹⁷. Strassen e Gândara, em *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, referem que o Barão de Eschwege vem para Portugal em 1803, juntamente com Friedrich Varnhagen³¹⁸, a convite do ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, com o objectivo de orientar os trabalhos de mineração no Brasil. Como engenheiro militar, em 1809 faz o levantamento cartográfico do território entre os rios Zêzere e Mondego. Em 1810 parte para o Brasil, onde desempenha inúmeros cargos nos campos da geografia e da mineralogia. Em 1812 regressa a Portugal e é promovido a coronel. Posteriormente viaja pela Alemanha, onde vem a casar e conhece Johann Wolfgang von Goethe, que demonstra algum interesse pelas suas actividades. De regresso a Portugal, é nomeado Intendente Geral das Minas, demitindo-se do cargo em 1829 por não querer servir sob as ordens de D. Miguel. Parte de novo para a Alemanha mas vem a ser reintegrado no cargo em 1834, regressando a Portugal no Natal desse ano na companhia do Duque de Leuchtenberg.

É precisamente durante essa viagem de regresso que começa a escrever a obra que constitui a nossa fonte e cuja introdução é composta por seis cartas. A primeira, escrita em Frankfurt, é datada de 25 de Dezembro de 1834 e nela lamenta ver-se forçado a partir:

«Tendo sido demitido do meu lugar devido à tomada do poder por D. Miguel, voltei à minha amada pátria; mais tarde, devido ao corajoso e heróico D. Pedro, fui reposto nas minhas funções. Agora [...] encontro-me de novo a viajar em direcção a um país no qual [...] tanta adversidade soufri e tão poucas alegrias tive. A decisão custou-me, pois deixo para trás os meus, entre os quais já me sentia de novo em casa, e parto em direcção a um país onde não tenho amigos, onde as paixões partidárias ainda estão vivas, onde ainda nada está organizado nem ordenado».

A última carta é escrita a 27 de Janeiro de Lisboa, onde havia chegado dois dias antes. A cidade encontrava-se iluminada e em ambiente de festa, preparada para receber o esposo da Rainha.

Eschwege continua a escrever a narrativa durante 1835 e 1836, e vai lendo trechos em voz alta a Gustav von Heeringen, seu compatriota e autor de outra das fontes, sempre que este o visita em Lisboa. A partir de 1839 é incumbido da direcção das obras do Palácio da Pena, tomando nesse âmbito decisões muito criticadas por Alfred von Bergh, seu compatriota e também autor de outra das nossas fontes. Eschwege é sócio efectivo da Academia Real das Ciências e da Academia de S. Petersburgo, entre outras sociedades eruditas, e vem a falecer no seus país natal em 1855.

Portugal. Ein Staats-und Sittengemaelde in Skizzen und Bildern [...] é uma obra de carácter enciclopédico dedicada a D. Fernando de Saxe-Coburgo. Na dedicatória, assinada em Lisboa a 1 de Julho de 1836, Eschwege escreve:

«Passaram já trinta e quatro anos desde que pisei solo português pela primeira vez com a intenção não só de conhecer esta terra mas também dedicar uma grande parte da minha vida a ser-lhe útil. Ao olhar para trás, penso ter sido fiel a esse meu propósito, convicção alicerçada não só no meu sentir e na minha convicção interior, mas também nas provas de reconhecimento público de que já fui objecto, as quais infelizmente hoje, devido ao espírito do tempo, são menos visíveis. Neste momento é meu propósito contar tudo o que aqui vivi, e apresentar o Portugal de hoje e de ontem. O impulso para o fazer teve origem na feliz chegada a este país de Vossa Alteza, a quem dedico esta obra. Digne-se Vossa Alteza tomá-la como sinal do meu profundo respeito».

À dedicatória segue-se o prefácio, no qual lemos comentários relevantes para o estudo da literatura de viagem sobre Portugal e para a imagem do país que ela reflecte: «Como Portugal, esta extremidade da Europa, é ainda pouco conhecido, e quão pouca atenção dão no estrangeiro a este país pequeno mas importante para a história mundial! Portugal nem sequer é visitado por historiadores de história natural, mas antes por comerciantes de passagem, que o julgam de acordo com ganhos e perdas, ou por ingleses tísicos que o julgam de acordo com o mostrador do barómetro do seu sofrimento, ou por velhos escritores de relatos de viagens (excepção feita às obras de H. F. Link e do Conde de Hoffmannsegg) que lhe dão má reputação. Diariamente aparecem nos jornais tantas notícias falsas e incorrectas! [...] Por todas estas razões, não se pode uma pessoa abster de dar a ler ao mundo o que de facto sabe [...]. Devido à minha estada de longos anos, ao conhecimento perfeito da língua, à vida muito movimentada que levei, ora em pequenas cidades, ora entre camponeses, às relações de trabalho, tanto na carreira militar como na civil e, sobretudo, à atenção constante que prestei à terra e ao povo, sinto-me capaz de oferecer ao leitor, se não algo de absolutamente completo, pelo menos algo de mais verdadeiro do que tem sido oferecido até agora».

Gustav von Heeringen
1836

Gustav Adolf von Heeringen (1800-1851) é o autor de *Meine Reise nach Portugal im Fruehjahre 1836*³¹⁹, obra publicada em dois volumes em Leipzig no ano de 1838.

Nascido em Mehlra bei Muelhausen em 1800, oriundo de uma família de altos funcionários administrativos, Heeringen estuda Direito e Ciências Políticas em Jena e logo ocupa funções de bibliotecário, conselheiro e camareiro em Coburgo. É como camareiro que acompanha os príncipes de Coburgo, Fernando e Alberto, nas respectivas viagens de casamento a Portugal e a Inglaterra, gênese das suas narrativas *Meine Reise nach Portugal im Fruehjahr 1836* e *Ein Ausflug nach England*, esta última publicada em 1841. Entre uma e outra, mais precisamente em 1839, é publicada outra narrativa de viagem da sua autoria sobre o sul da Alemanha e parte da Suíça. Já por essa altura é conhecido também como autor de ficção romântica e novelas históricas, algumas publicadas sob o pseudónimo de Ernst Wodomerius. Heeringen vem a falecer em Coburgo em 1851.

Meine Reise nach Portugal[...] está dividida em dois volumes e é dedicada a D. Fernando, abrindo com um texto que transcrevemos parcialmente:

«Foi numa manhã, no V. Palácio das Necessidades, quando V. Majestade me deu autorização de Vos dedicar estas páginas [...], um esboço dos momentos inesquecíveis que passei na proximidade de V. Alteza [...]. O que tento fazer neste trabalho é um retrato de Lisboa e da vida em Portugal, que temo seja superficial e erróneo. Mesmo assim, contribuirá para o material a partir do qual ultimamente vários escritores vêm tentando esboçar a imagem do Portugal actual, país que ainda mantém traços da sua linhagem nobre e olímpica apesar de não poder esconder a história infinitamente triste dos últimos séculos [...]. Com V. Majestade passei momentos de beleza inesquecíveis, como o da nossa chegada à foz do Tejo numa risonha manhã de primavera [...], e fui testemunha da coragem e energia viril dos V. primeiros passos políticos. Não serei falso profeta se prever para Vós um digno lugar na História».

No prefácio Heeringen chama a atenção para o facto de muito ter mudado em Portugal entre o tempo em que escrevera o manuscrito e a data de publicação, pelo que «haverá porventura muita informação que já não se aplica ao Portugal de agora. No entanto, asseguro ao leitor que este é um esboço fiel de um ponto de vista geral». Tomando a obra de Eschwege como modelo, afirma que a sua não tem «a autoridade, nem a vantagem de ser o resultado de uma estada de trinta anos», e acrescenta que Eschwege recentemente enriquecera a literatura com uma obra muito metódica sobre Portugal, focando todos os seus aspectos – cidades, campos, povo, e costumes. A sua permanência, pelo contrário, fora apenas de alguns meses e o que oferece ao leitor não é senão «[...] uma flor colhida durante um passeio nas margens do Tejo. Possa o leitor reconhecer, nas suas cores e no seu aroma, a terra e o sol que lhe deram vida».

Heeringen parte de Coburgo a 6 de Março de 1836 ao encontro do Príncipe D. Fernando que já seguia com destino a Portugal. Em Londres Heeringen hospeda-se no Hotel Prince of Wales em Leicester Square. Ali permanece oito dias, ocupando a maior parte do tempo a visitar lojas de gravuras, técnica de que é conhecedor, sendo ele próprio autor de desenhos e esboços que menciona durante a narrativa. Procura o Conde do Lavradio, que conhecera quando este estivera em Coburgo «aquando do assunto do casamento de D. Maria», e encontra-o na sua residência em Kensington. Depois de uma viagem de malaposta até Portsmouth, embarca no navio Manchester com o Príncipe D. Fernando, o Conde de Lavradio, o Cavaleiro de Vasconcelos, adido do conde, o jovem Marquês D. Fernando Sousa de Vila Real, que acabava de frequentar um curso em Paris, o Barão Silvain de Weiher, ministro belga e representante do Rei Leopoldo da Bélgica na corte portuguesa, o Barão de Dieskau, major ao serviço da Bélgica, o Conselheiro Dietz, pedagogo e agora secretário do jovem príncipe, o confessor do príncipe, o médico que acompanhara o príncipe durante parte da viagem, o Major de Hogguer, encarregado de negócios da parte do duque regente de Saxe-Coburgo, o Sr. Gabe, que procura ocupação em Portugal, e os oficiais da fragata portuguesa.

O navio entra no Tejo a 8 de Abril. A recepção ao príncipe «foi magnífica, ao contrário do que alguns jornais alemães disseram». Heeringen permanece em Portugal durante dois meses, partindo para França no dia 1 de Junho a bordo do navio francês *Rose du Taje*.

Charles Dembowski
1838

O Conde Charles, ou Karol, Dembowski é o autor de *Deux ans en Espagne et Portugal pendant la guerre civile. 1838-1840*, narrativa epistolar publicada em Paris em 1841. Segundo informação da Staats-und Stadtbibliothek de Augsburg, a obra não contém qualquer ilustração ou prefácio, mas apenas uma nota introdutória na qual o autor refere os nomes dos destinatários das cartas, entre os quais se contam personalidades como Merimée e Stendhal.

Foi-nos difícil encontrar informação biográfica sobre Dembowski. No início da Nota Editorial o editor da tradução espanhola, publicada em 2008³²⁰, afirma ter tido as mesmas dificuldades. Sabe-se que nasce em Itália no seio de uma família polaca emigrada e que passa muito tempo em França. Esta obra foi escrita em francês, embora o autor afirme na nota introdutória que essa não é a sua língua materna.

Segundo o próprio Dembowski, o motivo que o leva a empreender a viagem é conhecer Espanha antes de esta dar o «último suspiro», pois o país está em profunda transformação e perde rapidamente as características românticas que o atraem. Interessam-no o povo e os seus costumes, e as cartas sobressaem pelo imediatismo de observação, não havendo qualquer referência erudita, quer a literatura de viagem consultada antes da chegada, quer a observações sobre aspectos normalmente mencionados por outros viajantes. Dembowski está pouco interessado em instituições científicas, culturais ou de beneficência («Poupo-vos a longa lista de estabelecimentos científicos e de beneficência da cidade pois que, por falta de dinheiro, a maior parte são-no apenas de nome», afirma em relação a Lisboa) e revela-se também desinteressado em questões de arquitectura. Não tem interesse em descrever igrejas ou monumentos, afirma, preferindo a descrição de paisagens e costumes e os acontecimentos que tocam a emoção. Por exemplo, um funeral a que assiste ao fim da tarde, e que descreve ao longo de várias páginas, afecta-o de tal modo que se declara afinal incapaz de descrever ao leitor o passeio que fizera durante todo o dia pelos arredores da cidade.

A visita a Portugal dura cerca de dez dias, mais precisamente do dia 13 ao dia 23 ou 25 de Setembro do ano de 1838. A narrativa que incide sobre esta fase da viagem está estruturada em seis cartas, sendo as duas primeiras escritas de Lisboa (a 13 e 14 de Setembro), as três seguintes do Porto (a 18, 19 e 20 de Setembro) e a última de novo de Lisboa (a 23 de Setembro). Três dias depois o autor escreve já de Gibraltar.

Alexander Wittich
1838

Alexander Wittich é o autor de *Erinnerungen an Lissabon. Ein Gemaelde der Stadt nebst Schilderungen portugiesischer Zustaende, Bestrebungen und Fortschritte der neuesten Zeit*³²¹, obra publicada em Berlim no ano de 1843. Não encontramos dados biográficos impressos sobre este autor. Devemos ao Departamento de Edições Históricas da Biblioteca Estatal de Berlim a única notícia que temos, uma nota manuscrita segundo a qual Alexander Wittich fora professor no colégio de Eisenach, na Alemanha. Pelo texto sabemos-lo também pedagogo do Colégio de Hofwyl, na Suíça.

Tudo o que sabemos sobre o autor e as razões da sua visita advém da própria obra, dedicada ao «venerado amigo» Sr. Domingos Jozé d’Almeida Lima, pai de um antigo aluno que acompanha agora no regresso a Portugal. No prefácio lê-se que os pais deste jovem, «pensando que a melhor jóia que lhe podiam dar era uma boa educação, e não havendo instituições de qualidade em Portugal», o haviam confiado ao Sr. von Fellenberg, director de Hofwyl. Após oito longos anos longe dos pais chegara, enfim, a hora de voltar e escreve Wittich, «[...] era meu dever acompanhá-lo. Ele estava feliz, e eu apreensivo, pois ultimamente nada se ouvia sobre Portugal que não fosse preocupante. A opinião generalizada era de que ali a vida humana não era muito respeitada, que havia muitos assassinatos e que os criminosos não eram punidos; e eu não tinha muito interesse em partir para um país ainda nesse estado de quase total anarquia».

Na última semana de Abril de 1838 embarcam os dois em Londres. A viagem é agradável e o autor trava conhecimento com vários passageiros portugueses que regressam à pátria, da qual haviam saído devido a perturbações políticas. Entre eles encontra-se o antigo ministro das finanças Silva Carvalho e toda a sua família.

O navio atraca em Lisboa num dia magnífico de Maio e Wittich inicia uma estada que se prolongará por sete meses, dois dos quais em viagem pelo interior e outros dois em encantadoras quintas, uma das quais propriedade do Sr. Almeida Lima na aldeia de Passo do Lumiar. «A estada na sua pátria é um dos episódios mais belos da minha vida», escreve Wittich ao seu anfitrião, agradecendo-lhe ter-lhe dado a conhecer pessoas interessantes e concedido tempo livre, que lhe possibilitara aprender a língua portuguesa e estudar a sua literatura.

«Qualquer que venha a ser o meu destino, a memória de Portugal iluminará mesmo os momentos mais escuros da minha vida. Devido à sua recomendação, fui em todo o lado bem recebido e protegido, o que me facilitou a entrada em muitos locais de Lisboa que vale a pena ver. Bibliotecas, escolas, instituições de caridade, a tudo tive acesso. A si dedico, pois, esta obra [...]. Com toda a minha alma desejo que este país continue na via do progresso que recentemente iniciou e que em breve se recomponha das feridas que a tirania e a guerra fratricida lhe infligiram».

É grande o interesse da Alemanha por Portugal, declara ainda o autor, e maior ainda desde a chegada ao país de D. Fernando. Sente-se, assim, no dever de escrever sobre as suas experiências de viagem, até porque visitara todas as instituições públicas sobre as quais escreve, tendo ficado convicto de que Portugal despertara da letargia e iniciara o caminho do progresso. Acrescenta ainda que, de todos os autores alemães que escreveram sobre Portugal, Eschwege é quem produz a única narrativa de qualidade, com informações exactas e rigorosas. A obra de Heeringen, pelo contrário, parece-lhe ter um carácter demasiado sensacionalista.

Wittich informa o leitor de que escrevera anteriormente outros textos que mencionam Portugal, um dos quais versa sobre os métodos pedagógicos do colégio suíço de Hofwyl mas inclui um capítulo dedicado ao Colégio Militar³²²; outro ainda descreve uma colecção de manuscritos que se encontra na biblioteca do antigo Convento de S. Francisco em Lisboa³²³. Para além disso, traduzira a peça *Inês de Castro* de João Baptista Gomes Júnior³²⁴ e o trecho referente a frei Gil de Santarém das *Viagens na minha Terra* de Almeida Garrett³²⁵.

A estrutura da obra assemelha-se à de Eschwege, dividindo-se em quatro Livros. O Livro I trata da cidade de Lisboa e seus habitantes, o Livro II descreve os divertimentos do povo, o Livro III debruça-se sobre a cultura, a religião, a moralidade, a ciência e a educação escolar, e o Livro IV foca as instituições de beneficência. Há ainda um Suplemento constituído por uma descrição da cadeia do Limoeiro.

William White Cooper 1838-1839

Sir William White Cooper (1816-1886), M. R. S. S. (Member of the Royal Society of Surgeons), médico oftalmologista da Rainha Vitória³²⁶, é o autor de *The invalid's guide to Madeira, with a description of Teneriffe, Lisbon, Cintra, Mafra, etc., and a vocabulary of the Portuguese and English languages*, obra publicada em 1840.

O Dr. Cooper nasce em Wiltshire, Inglaterra, a 17 de Novembro de 1816, e aos dezoito anos inicia estudos de medicina no hospital de St. Bartholomew de Londres, tornando-se membro do Royal College of Surgeons em 1838. Após deixar o hospital faz uma viagem com fins científicos à ilha da Madeira, que supomos ter ocorrido entre 1838 e 1839³²⁷, da qual resulta esta narrativa. Após o regresso a Inglaterra especializa-se em oftalmologia, torna-se Cirurgião-chefe da North London Eye Institution³²⁸ e, em 1843, é consagrado primeiro cirurgião oftálmico do hospital de St. Mary³²⁹. Autor de várias obras científicas frequentemente citadas em literatura médica³³⁰, vem a receber o título de «Sir» alguns dias antes de falecer³³¹.

O destino de viagem de William W. Cooper é, principalmente, a Madeira³³², mas também Tenerife³³³. Segundo o prefácio, a sua intenção é fazer investigação médica sobre a influência do clima dessas ilhas nos «inválidos» que a elas acorrem, oriundos, em grande maioria, do Reino Unido. São eles que constituem o universo de leitores a quem o autor se dirige³³⁴ e a quem disponibiliza, com esta obra, uma fonte de «informação útil» e não, sublinha, «uma descrição da paisagem das ilhas da Madeira e Tenerife».

Mas, se o objectivo primeiro no que respeita às ilhas é a investigação, o mesmo não se pode dizer quanto a Lisboa, que o autor aconselha como lugar de passagem tendo em conta a comodidade e frequência dos transportes entre Inglaterra e a capital de Portugal³³⁵. Em Lisboa, o leitor a quem se dirige passa de «inválido» a «turista» e o carácter da narrativa modifica-se, passando o objectivo principal a ser chamar a atenção para aquilo que tem mais interesse. Declara não ser sua intenção fazer uma elaborada descrição da cidade, mas antes orientar o turista para os locais e objectos que mais atraem, poupando-lhe tempo e dinheiro³³⁶. Nos dois capítulos dedicados a Portugal³³⁷ vamos encontrar não só Lisboa mas também Sintra, Colares e Mafra. A descrição do Convento de Mafra ocupa dez páginas e é uma das mais completas de entre o universo do nosso *corpus*.

Charles William Vane, Marquês de Londonderry
1839

Charles William Vane (1778-1854), Marquês de Londonderry, é o autor de *A steam voyage to Constantinople, by the Rhyne and the Danube, in 1840-41, and to Portugal, Spain, etc, in 1839*, narrativa em dois volumes publicada em 1842 que descreve, como o título indica, duas viagens distintas. A finalidade da viagem a Portugal e Espanha (a estada em Portugal decorre entre 21 de Setembro e 6 de Outubro) é proporcionar à sua esposa, Frances Anne Emily Vane, Marquesa de Londonderry, a quem dedica a narrativa em termos muito afectuosos³³⁸, uma estação de Outono e Inverno mais amena do que a que teria no norte de Inglaterra.

Para viajar até Lisboa, e seguindo a tendência prevalecente entre os viajantes europeus da época, o Marquês de Londonderry escolhe um «meio de transporte burguês»: o barco a vapor³³⁹. A este respeito, e referindo-se expressamente a este caso, um crítico da época comenta que

«[Os] navios a vapor e os comboios produziram um efeito curioso e imprevisível. De todos os niveladores sociais, são os mais eficazes. A sua superioridade em relação a todas as outras formas de viajar enche-os, tanto de Pares do Reino, como de lavradores [...]. A ideia de um General, Embaixador e Par do Reino embarcar com a sua Marquesa e o seu séquito num meio de transporte utilizado pelo género humano comum teria sido considerado, há cinquenta anos atrás, totalmente inaceitável; mas o sentido prático das coisas decidiu agora de outra maneira»³⁴⁰.

Na verdade, o contacto próximo no barco com as novas classes de viajantes desagradava-lhe profundamente.

Charles William Vane nasce em Dublin, a 18 de Maio de 1778, com o nome de Charles William Stewart³⁴¹. Ainda jovem, embarca numa carreira militar e diplomática. Participa na campanha da Holanda entre 1794 e 1795, bem como nas campanhas do Reno e do Danúbio entre 1795 e 1796. Em Agosto de 1808 combate pela primeira vez na Guerra Peninsular sob as ordens de Sir John Moore, voltando a participar no conflito em Abril de 1809³⁴². Entre 1810 e 1811 toma parte activa nas batalhas do Buçaco e Fuentes d'Onoro e, em 1812, participa no cerco e captura de Ciudad Rodrigo³⁴³. Em 1813 despede-se desta região da Europa para regressar a Inglaterra, onde uma febre o leva a abandonar a carreira militar, passando a dedicar-se à diplomacia. Em Abril desse ano assume funções como Ministro Britânico na Corte de Berlim, vindo a assinar o Tratado da Aliança entre a Grã-Bretanha, a Rússia e a Prússia.

A 27 de Agosto de 1814 desloca-se para Viena como Embaixador, posição que ocupa durante os nove anos que se seguem. Entretanto, casa em segundas núpcias com Frances Anne Vane, cujo sobrenome adopta. Três anos mais tarde herda o título de Marquês de

Londonderry por morte de seu irmão³⁴⁴. Em 1835 recusa o cargo de Embaixador em S. Petersburgo devido à oposição à sua nomeação motivada pelas suas posições conservadoras. Num excerto da *Blackwood's Magazine* de Janeiro de 1843, Charles Vane é defendido de tais ataques nos seguintes termos: «Temos plena consciência de que foi insultado de forma inusitada pelo partido Whig [liberal] [...]. Consideramos que o facto de ter sido objecto de difamações exageradas por parte dos Radicais só faz jus à sua honra, bem como o facto de ser considerado por todos os que são neutros, seja qual for a sua cor, como uma pessoa demasiado recta para se deixar influenciar por uma vénia e um sorriso»³⁴⁵. Em 1852 torna-se Cavaleiro da Ordem da Jarreteira, preenchendo o lugar deixado vago aquando da morte do Duque de Wellington.

O autor inicia em 1836 uma série de viagens pela Europa oriental e do sul, e regista-as em narrativas de algum sucesso editorial. A faceta de escritor fizera-se já sentir em 1822, quando vê publicado um discurso que proferira na Câmara dos Comuns a 15 de Fevereiro desse mesmo ano³⁴⁶. Durante os trinta anos que se seguem, Londonderry escreve textos de vários géneros, uns de pendor militar – quer sobre os conflitos na Península³⁴⁷, quer sobre as campanhas na Alemanha e em França³⁴⁸ –, e outros em forma de memórias de carácter mais pessoal³⁴⁹. A sua primeira narrativa de viagem descreve um périplo pela Rússia e pelo norte da Europa³⁵⁰; em 1840, segue-se uma edição privada do diário de viagem pelo sul de Espanha³⁵¹; e, dois anos mais tarde, a obra que aqui nos ocupa, à qual o autor anexa correspondência com personalidades marcantes da época, como o Príncipe de Metternich.

A recepção a esta obra é quase unanimemente positiva. O autor é elogiado, tão simplesmente, por publicar as suas notas de viagem, ao contrário de outros aristocratas que normalmente as partilham apenas com o círculo de familiares e amigos mais íntimos. A crítica em geral considera que esta publicação enriquece a nação pois possibilita ao público britânico o acesso ao conhecimento sobre outros povos, permitindo-lhe assim estabelecer comparações³⁵². Apesar de uma ou outra crítica à sobrançeria e ao mau humor nela evidentes³⁵³, traçam-se rasgados elogios à fiabilidade das observações, característica que o próprio autor refere em *A Steam Voyage [...]*: «Nada seria para mim mais doloroso do que registar observações que pudessem ser interpretadas de outra forma que não a de um relato sincero feito por um viajante imparcial sobre o local de onde escreve»³⁵⁴. Em Janeiro de 1843 a revista *Blackwood's Magazine* apelida o autor de aristocrata corajoso, directo, sem receio de dizer a verdade, viajante de «olhos abertos, procurando objectos de interesse e registando-os»³⁵⁵. Não podemos deixar de notar que a recepção às narrativas de sua esposa é muito menos volumosa e bastante mais indiferente. A diferença é relevante sobretudo porque não encontramos nos textos justificação para tal.

À medida que o navio se vai aproximando da costa, o Marquês de Londonderry reconhece toda a região até à Torre de Belém, onde estivera vinte cinco anos antes, e a diferença entristece-o. Em 1813 deixara um país com uma população ativa, ocupada por um bom exército e cheia de dinamismo. Mas em 1839 é o silêncio que domina, e o comércio parece

quase inexistente, pois no Tejo não há movimento de navios. Se a perda do Brasil e de outras colônias poderia justificar a ausência de embarcações, apenas a decadência e a perda de uma posição importante poderiam provocar uma tal mudança, visível nas costas do Alentejo e nas terras em volta de Lisboa.

Em Lisboa, o autor opta pelos «aposentos razoáveis» do hotel da Madame de Belém, perto da Praça do Comércio, e é dali que sai todos os dias para percorrer, com a esposa, a cidade e arredores. Embora parco em descrições, o texto tem interesse pelas constantes comparações entre a forma como o autor recorda edifícios como o Palácio do Marquês de Marialva, onde estivera aquartelado em 1809, o Convento das Necessidades ou o Convento de Mafra, e o estado arruinado e decadente em que os encontra em 1839.

Frances Anne Emily Vane, Marquesa de Londonderry
1839

Frances Anne Emily Vane, Marquesa de Londonderry³⁵⁶ (1800-1865), é a autora de *A journal of a three months' tour in Portugal, Spain, Africa, &c.*, diário de uma viagem feita no ano de 1839³⁵⁷, publicado em 1843. Esta edição inclui uma litografia do Palácio de Mafra, dos litógrafos H. Aiken e C. Graf, «lith. to Her Majesty», bem como um retrato da autora assinado por «Sir W. Ross» e datado de 1842. Sir William Charles Ross (1794-1860), pintor de retratos em miniatura, é protegido da Rainha Vitória e membro da Royal Academy desde 1843, ano em que a narrativa é publicada. A National Portrait Gallery de Londres tem nos seus arquivos uma litografia, feita a partir deste mesmo retrato, realizada em 1843 pelo escultor e litógrafo Richard James Lane. O museu tem ainda outros três retratos da autora: uma «carta-de-visita» de Samuel Oglesby, datada de cerca de 1860; uma gravura de John Cochran a partir de um original de Sir Thomas Lawrence, datada de meados do século XIX; e uma gravura de autor desconhecido executada em 1830.

O diário relata uma das várias viagens que Frances Vane empreende pela Europa, África e Turquia a partir de 1836 em companhia de seu marido, Charles William Vane, Marquês de Londonderry. Os países por onde viaja são descritos em duas narrativas, uma das quais é a fonte que agora apresentamos. Lembramos que sobre estas mesmas viagens o seu marido escreve uma narrativa também aqui incluídas.

Herdeira de grandes propriedades na região de Durham e no norte da Irlanda³⁵⁸, a Marquesa de Londonderry partilha com o marido o interesse pela arquitectura paisagística, e transforma grandes áreas dos seus terrenos em jardins e parques, especialmente na zona do porto de Seaham³⁵⁹, cujo projecto inclui, não só a paisagem, mas também o melhoramento das condições de vida das pessoas que ali residem. Tal como a autora expõe, o projecto é apadrinhado pela Rainha Adelaide³⁶⁰, a quem a narrativa é dedicada, e os rendimentos obtidos com a publicação da obra revertem a favor do mesmo³⁶¹. É interessante notar o tom apologetico que a autora utiliza para justificar a publicação destas suas «notas privadas» escritas durante «uma curta viagem», as quais, em si mesmas, são «insignificantes».

Ainda mais claramente do que a narrativa do Marquês de Londonderry, este diário é ilustrativo da sobranceria e do mau humor de que ambos são acusados em várias revistas e periódicos³⁶². De facto, tudo o que a Marquesa vê em Portugal é feio e sujo, e não poupa a cidade ao sarcasmo. A Praça do Comércio, concede, é bonita, e até faz lembrar a Praça de São Marcos embora apenas quando iluminada pela lua. A gradual revelação de Lisboa à medida que o barco se aproxima lembra a chegada de barco a Estocolmo, com a diferença de que esta última cidade é muito mais bela. Nem a joalheria da Rua do Ouro exerce a menor atracção, pois as lojas que são honradas com o título de joalherias mais parecem barracas de feira³⁶³. Em Lisboa, Mafra, e até em Sintra, cuja beleza natural não deixa de

admirar³⁶⁴, o património construído parece-lhe de uma decadência deprimente, quer pela ausência de um «estilo», quer pela presença do «estilo mourisco», como no caso do Palácio Nacional de Sintra, feio e pobre, quer no exterior, quer no interior.

Ida von Hahn-Hahn 1841

A Condessa Ida von Hahn-Hahn (1805-1880) é a autora de *Reisebriefe*, obra publicada em 1841 composta por quarenta cartas enviadas a familiares e amigos durante uma viagem por França, Itália, Espanha e Portugal³⁶⁵. A primeira notícia referente a Portugal surge no segundo volume, na carta número 32, enviada de Lisboa. Ao longo de cerca de cento e vinte páginas Hahn-Hahn escreve sobre o que vivencia e observa em Lisboa, Colares e Sintra durante a curta estada no país entre 5 e 11 de Junho de 1841.

Nascida a 22 de Junho de 1805 no ambiente da pequena aristocracia do Grão-ducado de Mecklenburg-Schwerin, no norte da Alemanha, Ida Marie Louise Sophie Friederike Gustave von Hahn é filha do Conde de Hahn, oficial da corte do Grão-Duque e também director de teatro³⁶⁶. O seu gosto pela literatura é estimulado pelas representações teatrais a que assiste desde muito jovem e cuja influência se fará sentir ao longo da vida³⁶⁷. Do ponto de vista emocional, Ida von Hahn não tem uma vida fácil. Após a separação dos pais vive com a mãe até casar, em 1826, com o Conde de Hahn-Basedow, seu primo e um dos mais ricos proprietários de Mecklenburg. É assim que Ida von Hahn adquire o sobrenome de Hahn-Hahn. Três anos mais tarde a união dissolve-se.

Em 1840 Hahn-Hahn perde parcialmente a visão e entra num estado de melancolia que a leva a empreender a viagem que inclui Portugal³⁶⁸. Não é esta a sua primeira viagem, nem será a última. Entre 1838 e 1877 a autora visita várias vezes a Itália, a Áustria, Constantinopla, Egipto, Grécia, Ilhas Britânicas, Palestina, Síria e Suíça, para além dos países escandinavos. Pertence a um grupo cada vez mais alargado de mulheres que, a partir dos fins do século XVIII e durante o século XIX, empreendem viagens pelo mundo e escrevem cartas ou diários que vêm a ser publicados em volumes de enorme sucesso comercial. A explosão livreira que ocorre na Europa dá voz a um desejo de geral emancipação e conhecimento que encontra o seu reflexo na literatura de viagem muito em particular. Na Alemanha, as mulheres participam em número sem precedentes neste movimento literário, sendo a Condessa de Hahn-Hahn uma das autoras mais populares. O volume de vendas das suas obras permite-lhe uma completa independência económica³⁶⁹. A sua actividade literária dá origem a uma volumosa bibliografia que engloba géneros tão variados como a poesia³⁷⁰, o romance³⁷¹, a literatura religiosa e histórica³⁷² e, obviamente, o texto de viagem³⁷³.

Em 1847 a revista *The North British Review* reage a este estado de coisas introduzindo o novo conceito de «dama literária», um «ser» que reflecte uma transformação social comparável às grandes mutações geológicas:

«Os geólogos dizem-nos que a superfície da terra é, hoje em dia, completamente diferente do que era antigamente [...]. Parece que houve mudanças semelhantes no mundo intelectual – e não conseguimos encontrar, nas sociedades anteriores, nenhuns vestígios orgânicos

de um bípede específico agora muito abundante, mais precisamente, a dama literária. Há mulheres poetas desde o tempo de Sapho; e supomos que Madame de Sevigné não terá sido a primeira mãe a escrever cartas à filha tão interessantes que eram lidas e passadas de mão em mão pelos amigos. Mas a escritora que o é premeditadamente, que entra calmamente num entendimento com o demónio tipográfico e se compromete a produzir alguns volumes [...] de doze em doze, ou de dezoito em dezoito meses, é um ser que apenas podia resultar do actual estado social dos habitantes da terra»³⁷⁴.

Independente de reacções como esta, a evolução do papel das mulheres como agentes e intervenientes no processo de descoberta do mundo, e do seu lugar nele, continua o seu caminho. Quanto a Hahn-Hahn, no regresso a Dresden em 1848, depois de uma longa viagem por Itália, é confrontada com a Revolução dos Estados Alemães³⁷⁵, acontecimento que desperta nela sentimentos de profunda rejeição. Na verdade, apesar de alguma crítica literária a integrar na corrente contemporânea de literatura da autoria de mulheres cujo desejo de emancipação de um modelo de sociedade patriarcal se faz sentir na produção literária, a evidente rejeição por parte da autora dos valores defendidos pela Revolução de 1848 tornam difícil tal integração³⁷⁶. Pouco tempo depois, em 1850, abraça o Catolicismo e funda um convento onde promove a protecção a mulheres em risco. Ali se isola durante algum tempo, retomando mais tarde as viagens e a escrita. Vem a falecer em Mainz em 1880.

Alfred von Bergh 1841

Alfred von Bergh (1808-1860) é o autor de *Letzte Reisebriefe Ueber Portugal und Spanien*³⁷⁷, narrativa epistolar publicada em Berlim no ano de 1850. Encontrámos apenas uma referência ao autor na página 27 do jornal *Trierische Heimat* do ano de 1933. Último representante masculino de uma família aristocrática prussiana é filho de Christian Karl Maximilian von Bergh e da condessa Sophie Graefin Neale. Seguindo a tradição familiar, Bergh ingressa no serviço militar e é nomeado Marechal de Campo em 1835. Depois de uma viagem pela Turquia, torna-se Ajudante Pessoal do Príncipe da Prússia, cujos bens salva, levando-os para Inglaterra aquando do eclodir da Revolução dos Estados Alemães em 1848. Nomeado Chefe do Estado Maior da Guarda de Corpo em 1857, é visto por muitos como uma das esperanças da nova Prússia, mas vem a falecer em Berlim em 1860 sem ter ainda completado cinquenta e dois anos.

No prefácio o editor declara que as cartas não haviam sido escritas com o intuito de publicação, tendo sido impressas apenas porque a mãe do autor não as conseguia ler devido a problemas de visão. Acrescenta ainda que não lhes fora feita qualquer alteração com vista à publicação. Esta afirmação é corroborada pela sensação que o leitor tem de estar a ler cartas genuínas, não sujeitas a trabalho editorial. As cartas são dirigidas à mãe e à irmã do autor.

A viagem tem início em Estugarda a 29 de Setembro de 1841 e a primeira carta descreve o percurso até Gibraltar e o círculo de amigos de Bergh. Ficamos a saber que é amigo do Conde de Raczynski, figura importante para a história da arte em Portugal, bem como de Bismarck e do Príncipe Lichnowsky, outra figura que viaja por Portugal acabando por escrever também uma narrativa de viagem sobre o país³⁷⁸. A Princesa de Orange é a melhor amiga de sua irmã e entre as suas relações contam-se também a Princesa e o Príncipe de Metternich. Mais tarde Bergh vem a concordar com este último quanto ao facto de Portugal ser «a antecâmara de África», pois em Lisboa há muita miscigenação, vendo-se não só muitas fisionomias que indicam a presença de sangue negro, como muitos negros, alguns de cabelo branco, «o que causa uma péssima impressão». Ainda na primeira carta Bergh refere que o seu busto está a ser esculpido em Berlim. O mundo em que se move é o da alta aristocracia. Antes de partir para a viagem, lê as narrativas de viagem da condessa de Hahn-Hahn, de quem é grande admirador.

A segunda carta abre com a descrição da partida de Gibraltar para Lisboa, a 22 de Dezembro, no paquete inglês *Tajus* [*sic*], «o melhor barco, e o mais recente, da Peninsular Steam Navigation Company; tem um interior confortável e um salão com muitos dourados e pinturas de parede ao estilo renascentista». A noite de Natal é passada entre o cabo de Santa Maria e o cabo de São Vicente e a chegada a Lisboa tem lugar na noite de 25 de Dezembro. À chegada, o autor faz uma curiosa referência ao objectivo desta sua viagem,

afirmando estar deseioso de chegar o mais depressa possível a Lisboa «para poder procurar o meu banqueiro e levantar os meus tesouros, que me são mais caros do que todo o ouro que ele me pudesse dar!». A terceira carta é escrita em Sintra a 28 de Dezembro e a quarta, enviada já de Sevilha a 5 de Janeiro de 1842, relata a partida de Lisboa no último dia do ano, primeiramente no navio *Belle Poule*, comandado pelo príncipe de Joinville, seu amigo, e depois no paquete inglês *The Neptune*.

Em Lisboa, Bergh encontra-se duas vezes com o Rei, que descreve como uma figura de fisionomia amável e aspecto muito jovem. A Rainha D. Maria passeia todos os dias com os filhos numa carruagem inglesa seguida por membros da corte numa outra carruagem. Em companhia do médico alemão de D. Fernando, o Dr. Friedrich von Ketzler, e do príncipe de Joinville, Bergh visita o Palácio das Necessidades. Nos aposentos do Rei tem a oportunidade de ver a sua colecção de gravuras e desenhos. Ainda na mesma companhia visita Mafra e Sintra.

Julius Rudolph Ottomar, Freiherr von Minutoli
1842 e 1851-1854

Julius Rudolph Ottomar, Freiherr von Minutoli (1804-1860), é autor de duas obras que utilizámos como fontes: *Die neueren Straf- und Besserungs-Systeme. Erinnerungen aus einer Reise durch bemerkenswerthe Gefängnisse in Algier, Spanien, Portugal, England, Frankreich und Holland*, publicada em Berlim em 1843, e *Portugal und seine Colonien im Jahre 1854*, publicada em 1855 em Estugarda e Augsburg³⁷⁹ e, de novo, em 1885.

Minutoli nasce em Berlim em 1805. Filho de um general do exército prussiano, estuda Jurisprudência nas Universidades de Berlim e de Heidelberg, após o que exerce as funções de Conselheiro Jurídico em Koblenz e Posen entre 1830 e 1839. Dessa experiência resulta a obra sobre Direito, *Über das römische Recht auf dem linken Rheinufer*, publicada em 1831. Em Posen desempenha igualmente, e durante muitos anos, o cargo de Chefe da Polícia, excepto durante um curto período, em 1842, em que exerce funções no Ministério do Interior, fazendo então várias viagens pela Europa com o objectivo de estudar os sistemas judiciais e prisionais de vários países, incluindo Portugal³⁸⁰. Dessas viagens resulta *Die neueren Straf- und Besserungs-Systeme [...]*, obra plena de pormenorizadas descrições de estabelecimentos prisionais de Lisboa, que exprime preocupações filosóficas, éticas, legais e administrativas. No que respeita a Portugal, o tom é irónico, por vezes mesmo sarcástico, e de marcada dureza em relação a todos os aspectos de um país que o autor classifica de inculto, indolente e atrasado em relação ao mundo civilizado.

Entre 1847 e 1848, durante a Revolução dos Estados Alemães, comanda a Milícia de Berlim. Segundo algumas fontes, em 1853 Minutoli é nomeado Cônsul-Geral da Prússia em Espanha e Portugal³⁸¹, embora outras fontes afirmem que já em 1851 residia em Madrid nessas funções, havendo registo nesse mesmo ano de pelo menos uma viagem a Lisboa para um encontro com o Ministro Real da Prússia, o qual acaba por não se realizar³⁸². A segunda obra aqui apresentada, *Portugal und seine Colonien im Jahre 1854*, refere-se a este segundo período de visitas a Portugal e revela a ligação do autor à comunidade alemã no país³⁸³. Em meados de 1854 Minutoli menciona este segundo relato sobre Portugal, cujo primeiro volume afirma estar pronto³⁸⁴. Nesta obra Minutoli aborda o país de uma perspectiva decorrente do que observara durante os dois períodos em que o visita, estabelecendo inevitáveis comparações.

Apresentado na página de título como «Conselheiro Real da Prússia, Cônsul-Geral em Portugal e Espanha, Membro Honorário da Academia Real de História de Madrid, da Academia das Ciências de Barcelona e Sevilha, da Academia da Estudos Agrícolas da Ilha de Tenerife, da Sociedade de Geografia de Berlim, da Sociedade de Amigos da História Natural de Berlim, da Sociedade de História Natural de Dresden, bem como de outras Academias de História e de História Natural», Minutoli apresenta em *Portugal und seine Colonien* um trabalho verdadeiramente enciclopédico.

Será porventura de referir a Introdução, onde encontramos uma dedicatória a D. Pedro, assinada em Cádiz a 1 de Fevereiro de 1855. Aqui se evidencia um tom diferente do que perpassa a primeira obra, pois que agora o autor afirma a sua intenção de contribuir para esclarecer a situação de Portugal aos olhos do resto da Europa, que trata o país quase sempre com indiferença e faz sobre ele juízos injustos. O texto inclui informação minuciosa, reforçada por estatísticas, contagens, medições e listagens sobre assuntos tão diversos como a iluminação das ruas, os meios de transporte, a construção das casas, a arquitectura de palácios e igrejas, bibliotecas, clubes e assembleias, quer em Lisboa, quer no Porto. Enquanto no texto de 1843 Portugal é apresentado como um país atrasado, neste o país está prestes a participar no progresso da humanidade.

Entre os agradecimentos Minutoli ressalta «os ministros a quem Sua Majestade me recomendou; a ordem dada pelo ministro do interior, Rodrigo da Fonseca Magalhães, às autoridades regionais; o interessante material que recebi dos Ministérios; e a constante amabilidade por parte do Ministro e Conselheiro de Estado Ávila, um dos mais extraordinários homens de Estado portugueses, que me ajudou a realizar os meus propósitos. Agradeço também o apoio do barão de Arnim, Encarregado Real de Negócios em Lisboa, bem como do Dr. Ketzler, médico pessoal do regente do Rei [...] e de muitos outros [...]».

Minutoli regressa à Prússia para participar nos trabalhos de melhoramento das infra-estruturas de Berlim e inicia a reforma administrativa da polícia segundo o modelo britânico. Em 1859 parte para a Pérsia onde vem a falecer um ano mais tarde.

Terence McMahon Hughes

1846

Terence McMahon Hughes (1812-1849) é o autor de *An overland journey to Lisbon at the close of 1846: with a picture of the actual state of Spain and Portugal*, narrativa publicada em Londres em 1847. Vamos encontrar Portugal no capítulo XV do Vol. II desta extensa obra, referida na imprensa da época nestes termos: «O Sr. Hughes, o peregrino de Lisboa [...] não tem pretensões de ser breve ou sucinto e abre com uma renúncia a esse método e uma determinação confessa de ser loquaz. Lança-se no seu estilo descosido [...], declara que a sua única ambição é divertir o leitor e, com esse propósito em mente, propõe-se ser discursivo e tagarela»³⁸⁵.

Nas quase novecentas páginas e cinquenta e seis capítulos dos dois volumes³⁸⁶ seguimos o autor desde a sua partida de Londres, em Setembro do ano de 1846, em direcção a França, país que descreve nos primeiros doze capítulos do volume I, e dali para Espanha, cuja descrição preenche os restantes capítulos do volume I, bem como os primeiros catorze capítulos do Vol. II. A partir daí, e ao longo de cento e setenta e sete páginas, vamos encontrar Elvas, a primeira cidade por onde passa em Portugal, Aldeia Galega, Évora e Montemor, e ainda Lisboa e os seus arredores, nomeadamente Sintra e Colares.

A página de título identifica Hughes como o autor de *Revelations of Spain in 1845 by an English resident*, obra em dois volumes publicada em Londres nesse ano de 1845. É também nesse ano que vê publicado o seu poema narrativo sobre a ilha da Madeira³⁸⁷, que inclui informação sobre a história e a literatura portuguesas. Não será alheio a esta publicação o seu casamento no Funchal, nesse mesmo ano, com Eliza Elgin, registado no Arquivo Histórico da Madeira³⁸⁸. Em 1846 Hughes publica um poema³⁸⁹ que revela uma veia humorística e mordaz. Coloca-se a hipótese de o autor ser T. M. Hughes, editor do periódico *London Charivari*, que fora absorvido pela revista satírica *Punch*³⁹⁰ em 1841. Não há dados suficientes para confirmar esta hipótese mas notamos que em 1841 passa a residir na Península.

No ano de 1847, em que vem a público a nossa fonte, Hughes publica um poema descritivo sobre a Península e as guerras napoleónicas, escrito em Lisboa³⁹¹. No prefácio a esta obra Hughes esclarece que, durante os últimos seis anos em que residira na Península, se dedicara a duas actividades: escrever e viajar. As viagens que faz por Espanha e Portugal são frequentes e o conhecimento da região é profundo³⁹².

«Hispanófilo y lusitanista irlandês»³⁹³, T. M. Hughes sofre de doença pulmonar grave e o clima das Ilhas Britânicas não é propício à sua saúde. O estatuto de invalidez acarreta um certo isolamento e conduz a uma vida meditativa que, segundo afirma no Prefácio, lhe permite ter tempo para ler, pesquisar e escrever. Da leitura desta fonte depreende-se que se interessa por povos e costumes diferentes dos seus e conhece bem os textos sobre Portugal de Balbi, Beckford, Borrow, Byron, Chateaubriand, Dalrymple, Dumouriez, Fielding, Lichnowsky, Murphy e Ida von Hahn-Hahn³⁹⁴.

Durante anos passa longas temporadas em Portugal e, como escreve nesta obra, a partir de 1841 passa quase todos os Invernos em Lisboa, onde tem casa própria³⁹⁵. Bem integrado na sociedade da capital, é visita frequente do Duque da Terceira em Lisboa, do Duque de Palmela, quer em Lisboa, quer no Lumiar, do Marquês de Viana, no Rato, e do Marquês da Fronteira, em Benfica. É convidado a participar em festas e eventos como o jantar, referido em várias passagens desta obra, que tem lugar na Casa do Risco em 1842 em comemoração da restauração da Carta.

Depois de uma curta viagem a Inglaterra nos finais do ano de 1846, ano de perturbação política em Portugal³⁹⁶, regressa a Lisboa fazendo um percurso longo e pouco habitual cuja descrição vem a constituir *An overland journey to Lisbon*. O formato escolhido é o diário. Cada localidade por onde passa lhe merece cuidada atenção, o que raramente acontece no universo da literatura de viagem, sobretudo no que diz respeito ao Alentejo, «província pouco visitada e raramente descrita por ingleses»³⁹⁷. Em Lisboa, que poderia ser «a mais magnífica das capitais europeias» se tivesse uma força policial mais eficaz, o autor guia-nos por ruas, praças, palácios e locais panorâmicos, desenhando rotas numa linguagem descritiva de qualidade e de extraordinário valor do ponto de vista do património. Os curiosos comentários que as acompanham revelam uma sensibilidade romântica em que a singularidade é exaltada. Assim, o Mosteiro dos Jerónimos é um edifício «meio mouro-bizantino, meio romanico-gótico, aquilo que os críticos designariam de “depravado”, mas indubitavelmente original e diferente, conseguindo produzir um resultado de efeito muito artístico»³⁹⁸.

Auguste Émile Bégin 1848

Auguste Émile Bégin (1803-1888), médico e historiador³⁹⁹, é o autor de *Voyage pittoresque en Espagne et Portugal* que descreve a sua segunda viagem à região que designa de Península Espanhola⁴⁰⁰. Médico do exército francês, trabalhara no hospital de Barcelona⁴⁰¹ em 1823 e, como ele próprio afirma, vinte e cinco anos mais tarde visita de novo a região. Esta segunda viagem terá, pois, ocorrido por volta de 1848. A obra é publicada em 1852.

A segunda estada na Península é sentida por Bégin como uma dupla viagem que permite a comparação entre o que observara em 1823 e em 1848⁴⁰². Portugal começa finalmente a sair da Idade Média e ainda «[N]ão tem caminhos-de-ferro, nem canais navegáveis, nem rede de estradas fáceis [...]. De há meio século para cá que a arte não acrescenta quase nada às ligações naturais criadas pelos rios, de modo que o Douro, o Guadiana, o Tejo e os seus afluentes regam este Reino como o fariam os regos de água que sulcam um grande jardim inglês». Inexistentes as boas estradas e os rápidos transportes, bem como qualquer outra tecnologia moderna de comunicação, o país permanece exterior às rotas de turismo. Contudo, os motivos pelos quais os viajantes normalmente o ignoram, são precisamente os que o levam a amá-lo.

De regresso a França após a primeira estada na Península, Bégin doutora-se em Medicina em 1828, mas desenvolve um forte interesse pela História e pela Arqueologia, bem como uma intensa actividade literária, escrevendo e editando textos que integram, de alguma forma, estes diversos interesses⁴⁰³. Com o intuito de aprofundar a actividade intelectual, muda-se para Paris, onde abre consultório, e vem a ter um importante papel durante a crise da cólera de 1849. Dado a actividade literária continuar a atrair o seu interesse, aceita o convite para integrar a Comissão de Recolha e Colecção da Correspondência de Napoleão, vindo a publicar uma obra em seis volumes sobre o assunto⁴⁰⁴. Em 1869 assume a direcção da Biblioteca do Palácio do Louvre e, em 1884, da Biblioteca Nacional de Paris. Vem a falecer quatro anos mais tarde⁴⁰⁵.

O texto de Bégin sobre Portugal reflecte bem o seu interesse por questões históricas e arqueológicas. O passado dos locais e os vestígios das civilizações que deixaram as suas marcas, são tema para longos comentários. As diferentes «épocas» da história do país são analisadas e julgadas de um ponto de vista muito pessoal. A sua introdução debruça-se, em larga medida, sobre a história da arte e da arquitectura da Península, dando uma particular atenção ao modo como a arquitectura reflecte os diferentes momentos da história da região. Ao passar por Lisboa, Porto, Coimbra, Braga ou Guimarães, bem como por vários locais do Alentejo e da Estremadura, Bégin vai tecendo considerações de ordem artística e cultural. É sua convicção, por exemplo, que a «arquitectura dos mouros» praticada em Portugal entre os séculos VII e XII não tem qualquer consistência ou «profundidade» e veio comprometer a elegância das «grandes linhas». Outra convicção sua é a de que as inter-

venções de architectos estrangeiros, como João Frederico Ludovice ou William Elsdon, haviam tido um efeito profundamente negativo na evolução da architectura portuguesa.

William Edward Baxter (1850)

William Edward Baxter (1825-1890) é o autor de *The Tagus and the Tiber; or notes of travel in Portugal, Spain and Italy, in 1850-1*, obra em dois volumes, publicada em 1852, que descreve o que o autor vive e observa durante uma viagem por Portugal, Espanha, Itália e Suíça. Baxter parte da Escócia em direcção a Portugal em Setembro de 1850.

O autor nasce na cidade escocesa de Dundee, em 1825, no seio de uma família de tradições mercantis. Seu tio, Sir David Baxter, era fabricante de têxteis e um famoso benfeitor local⁴⁰⁶. Baxter viaja pelo mundo desde jovem, em representação da empresa da família, Edward Baxter & Co., quer como simples turista, curioso em relação a ambientes diferentes, e com clara apetência para a reflexão e a análise comparativa⁴⁰⁷. No prefácio informa o leitor que já viajara pela Grécia, Itália, Espanha e a região ocidental dos Estados Unidos. Homem de cultura, inclui na sua obra reflexões filosóficas e pedagógicas⁴⁰⁸.

Baxter escreve outras narrativas de viagem⁴⁰⁹ e é ávido leitor de relatos de viajantes, como se pode verificar pelas frequentes citações de autores como Borrow⁴¹⁰ e Byron⁴¹¹. Embora mantenha a ligação ao mundo dos têxteis, inicia uma carreira política como membro do Parlamento Britânico em 1855. Em 1868 aceita o lugar de Secretário do Almirantado no primeiro governo de Gladstone e, em 1873, assume o cargo de Secretário do Tesouro. Nesse mesmo ano torna-se também membro do Conselho Privado de Sua Majestade. Vem a falecer na Escócia em 1890.

Apesar de ser, em muitos aspectos, um homem do século XIX, no que respeita à viagem mantém-se próximo da tradição iluminista, e segue o preceito segundo o qual uma longa viagem exige uma séria preparação e uma acumulação de estudo e conhecimentos úteis. Regista as experiências de viagem com rigor e exactidão e as suas narrativas resultam de observações anotadas de imediato, no local, para que não decorra qualquer período de tempo entre a experiência e o registo da mesma. Como escreve no Prefácio, «[...] não omiti oportunidade alguma de registar as minhas impressões do momento, frequentemente, até, quando escrever não era de modo algum uma ocupação agradável». Referir-se-á, porventura, a circunstâncias como a de um passeio de burro em Sintra em que a marcha lenta do animal lhe permite fazer anotações enquanto avança.

Em *The Tagus and The Tiber* confessa que a sua intenção é, de facto, entreter mas, acima de tudo, instruir. Procura realçar, não a sensibilidade romântica do século XIX, mas o progresso linear que se observa num século em que o mundo está mais fortemente interligado, pelas trocas comerciais e pelo turismo, é mais democrático e é, também, economicamente mais forte⁴¹². É clara a preocupação de enobrecer o texto com considerações que o diferenciem do simples relato de experiências pois, na sua opinião, as descrições de paisagem ou do património construído são elementos de entretenimento comum a qualquer texto de viagem, não satisfazendo mentes mais exigentes, que desejam obter informação

factual sobre a condição social de um país. Assim, inclui longas passagens sobre temas como a situação dos transportes e o cultivo das terras, deixando claro que Portugal não acompanha o progresso de outros países. Antes de poder pensar em canais, navios a vapor, ou caminhos-de-ferro, há que construir estradas. É uma vergonha para os governantes do país, quer do passado, quer actuais, que em pleno século XIX não haja uma estrada entre Lisboa e o Porto, nem em qualquer outro lugar, excepto na curta distância que vai da capital a Sintra. E isto, acrescenta, numa época em que os comboios seguem a toda a velocidade de Berlim a Viena, de Paris a Bruxelas, de Londres a Edimburgo, de S. Petersburgo a Moscovo, em que o Paxá do Egipto propõe a colocação de carris de caminho-de-ferro no país de Goshen, e em que um telégrafo acaba de ser colocado sob o Canal da Mancha.

Baxter é parco em informação sobre locais como Belém e Mafra, descritos com tanto pormenor por muitos outros viajantes. No entanto, dá-nos descrições pormenorizadas de ruas e praças de Lisboa, sobretudo da Baixa Pombalina, bem como do Aqueduto de Alcântara, do Real Convento de Mafra, e de Sintra.

Emmeline Charlotte Elizabeth Stuart-Wortley
1851

Lady Emmeline Charlotte Elizabeth Stuart-Wortley (1806-1855) é a autora da narrativa *A visit to Portugal and Madeira*, publicada em 1854. Apesar do título, a obra descreve apenas a estada em Portugal continental, onde a autora chega a 31 de Outubro de 1851⁴¹³. Embora afirme que esta é a segunda vez que vem a Lisboa, nada diz sobre a primeira viagem, excepto que planeava, então, a segunda visita para ver muitos locais que não pudera ver nessa altura, entre os quais a «Grande Biblioteca Pública».

Não é esta a primeira incursão de Lady Emmeline pelo mundo da literatura, ou mesmo a sua primeira narrativa de viagem⁴¹⁴, mas antes a última, pois vem a falecer em Beirute, em 1855, pouco tempo depois da publicação de *A visit to Portugal and Madeira*. A obra é dedicada a sua sogra, Lady Wharncliffe⁴¹⁵, pintora cujas obras fazem parte da colecção do museu Tate Britain⁴¹⁶.

O *Dictionary of National Biography*⁴¹⁷ define Lady Emmeline, filha do Conde de Carlisle, como escritora, poeta e editora. Profundamente envolvida na crescente popularidade de obras e periódicos cuja finalidade é divulgar «conhecimento geral»⁴¹⁸, Lady Emmeline é a editora de *Keepsake*, revista anual dirigida aos gostos da aristocracia⁴¹⁹. Pertence ao grupo de «senhoras com títulos aristocráticos» que se dedicam a produzir literatura cuja qualidade é posta em causa. Um artigo em *The Dublin Review* compara esta nova tendência à «descida das hostes angélicas às planícies dos pobres pastores da pena [...] ou, numa linguagem mais terra-a-terra, a descida da legião dos que têm títulos e se aventuram pelos caminhos da vocação daqueles que os não têm, ou antes, que têm apenas os títulos que adquiriram através dos seus livros, engenho e intelecto. Não negamos que nessas publicações existe muita inteligência culta e polida; muito bom senso, embaciado, é certo, por bastante auto-complacência; e muito conhecimento de viajante, em relação ao qual nos sentimos gratos; mas há, sobretudo, lugares comuns estafados [...], uma ausência total de [...] ousadia de concepção, e de abandono de caminhos já percorridos, que são a marca de uma mente original e independente»⁴²⁰. Como ilustração da má qualidade literária a que se refere, o artigo apresenta, precisamente, um poema da autora⁴²¹. O mesmo parecer é expresso no *Dictionary of National Biography*, segundo o qual Lady Emmeline, embora por vezes comparada a poetas e romancistas como Margaret Cavendish⁴²² e Letitia Elizabeth Landon⁴²³, escreve textos de qualidade literária muito inferior⁴²⁴. Na verdade, só podemos concordar com este parecer, tendo em conta o poema com que a autora inicia *A visit to Portugal and Madeira* e a confusa estrutura narrativa e temática da obra. No entanto, as descrições que faz contam-se entre as mais ricas do *corpus* no que respeita a conteúdo informativo pelo que consideramos valioso o seu contributo.

A actividade poética de Lady Emmeline vem a público pela primeira vez em 1833, dois anos depois do seu casamento com Charles Stuart-Wortley, primeiro Barão de Wharn-

cliffe⁴²⁵. A partir de então, todos os anos são publicados poemas da sua autoria. De sensibilidade romântica⁴²⁶, estes têm por vezes como tema as viagens que a autora empreende⁴²⁷. Lady Emmeline viaja com frequência e entre as suas relações contam-se autores de narrativas de viagem como a Condessa de Blessington⁴²⁸, Richard Monckton Milnes e Mary Shelley⁴²⁹. Como tantos outros autores deste universo literário, Stuart-Wortley faz constantes comparações entre o que observa e as descrições de W. Beckford, Lord Byron, H. J. H. Carnarvon, F. von Lichnowsky e J. C. Murphy.

Ao longo das quatrocentas e oitenta páginas de *A visit to Portugal and Madeira*, a autora revela, simultaneamente, um pendor romântico e uma preocupação com a minúcia descritiva. Tenta ser exaustiva no que respeita à informação factual e demonstrar erudição, escrevendo longas passagens históricas sobre personagens, locais e monumentos. Um exemplo de minúcia é a informação que dá aos leitores sobre as dimensões do Aqueduto de Alcântara, em que inclui, entre outros factos, «a altura do arco do chão aos intradorsos», «a extensão do vértice dos arcos aos extradorsos (excluindo o parapeito)», e «a largura do arco principal». Já na linha do movimento romântico, para Lady Emmeline é a história, e não as características físicas de um edifício, que confere aos elementos arquitectónicos interesse e valor. O mais humilde fragmento de ruína, consagrado por uma recordação que o enobrece, deve merecer a atenção do viajante e deixar marcas preciosas na sua memória.

Alguns dos comentários de Lady Emmeline Stuart-Wortley poderão deixar o leitor desconcertado, como a referência à Torre de Belém que sugeriu o título deste livro, ou à Igreja de São José da Memória, perto do Jardim Botânico da Ajuda, delicada construção que parece ter sido ali colocada por anjos. No entanto, como acima afirmámos, independentemente do seu valor literário esta obra é uma fonte importante de informação sobre o património construído em Lisboa, Sintra, Colares e Mafra⁴³⁰.

Charles Wainwright March 1852

Charles Wainwright March (1815-1864) é o autor de *Sketches and adventures in Madeira, Portugal, and the Andalusias of Spain*. Publicada em 1856, a obra descreve estadas na Madeira, Portugal continental e Espanha entre 1852 e 1853. Formado em Direito pela Universidade de Harvard em 1837, Charles W. March começa por praticar advocacia mas vem a dedicar-se exclusivamente à escrita como ensaísta, biógrafo e jornalista dos jornais *New York Tribune*, *New York Times* e *Boston Courier*. Em 1850 é publicada a sua obra *Reminiscences of Congress*, que, na quarta edição, adquire o título de *Daniel Webster and His Contemporaries*⁴³¹. March desempenha também funções como Vice-Cônsul dos Estados Unidos no Cairo. Em 1863, após herdar uma grande fortuna de seu tio, John Howard March, comerciante de vinhos e residente na ilha da Madeira, empreende uma viagem de lazer à cidade de Alexandria, onde vem a falecer com apenas quarenta e nove anos de idade⁴³².

A Madeira tem uma forte presença em *Sketches and adventures [...]*. Supomos que terá sido a residência de seu tio na ilha que leva o autor a passar ali algum tempo, embora no texto não haja qualquer referência a este respeito. Seu tio é nomeado Cônsul na Madeira a 21 de Outubro de 1816 e mantém-se no cargo até 7 de Janeiro de 1859. Para além de desenvolver o comércio do vinho da Madeira, criando a John Howard March Wine Company⁴³³, foi deixando marcas no Funchal ao longo dos anos, incluindo a Quinta Magnólia.

A descrição da Ilha da Madeira prolonga-se por noventa das quatrocentas e quarenta e cinco páginas que constituem esta obra. Charles March chega à ilha no início de Outubro de 1852 a bordo do navio *Brilliant*, procedente de Southampton, e só na primavera seguinte parte em direcção a Espanha, a bordo do navio *Galgo*. A viagem de Southampton até à Madeira implica a passagem por Lisboa, cidade onde March se detém por algum tempo, seguindo depois para o norte, passando por Sintra, Mafra, Torres Vedras, Coimbra e Porto. Propomos o ano de 1852 para efeitos de datação da estada em Portugal continental, descrita nos capítulos XI a XIV (de um total de trinta e seis capítulos), embora o texto seja parco em informação que nos permita determinar a data com exactidão.

Não estamos perante um diário, ou uma colectânea de cartas, mas sim algo a que March chama de «memórias». Ao contrário do que é comum, o autor não tenta dar a impressão de frescura e imediatismo. De facto, há um longo tempo de permeio entre a experiência e o relato. No prefácio, escrito em Greenland, em 1855, o autor declara ter decidido registar estas «memórias» como forma de passar o tempo durante umas férias de verão. Durante a viagem não tivera qualquer intenção de registar as suas experiências mas, entretanto, tomara consciência de que a «Península Europeia» é uma região relativamente ignorada pelos turistas, quer americanos, quer de outras nacionalidades, e que Portugal, ao contrário de Espanha, não é tratado com a atenção que merece. Lisboa causara nele uma impressão positiva, sobretudo em contraponto a relatos que lera antes de lá chegar, como

o de Byron, que lhe deixara uma impressão desfavorável da cidade. Num texto marcadamente romântico, March consegue um equilíbrio entre a informação factual e a reacção emotiva.

SAILOR'S LETTERS.

WRITTEN TO HIS
SELECT FRIENDS IN ENGLAND,
DURING HIS
VOYAGES AND TRAVELS

IN
EUROPE, ASIA, AFRICA, AND AMERICA,

FROM THE YEAR 1754 TO 1759.

BY
MR. THOMPSON.

IN TWO VOLUMES.

VOL. I.

THE SECOND EDITION, CORRECTED.

LONDON:

Printed for T. BECKET and P. A. DE HONDT,
in the Strand; W. FLEENEY, in Holborn; and
C. MORAN, in Covent-Garden.
MDCCLXXII.

1

LETTERS

CONCERNING THE
SPANISH NATION:

Written at MADRID during the Years 1760 and 1761.

By the Rev. EDWARD CLARKE, M. A.
Fellow of St. JOHN'S College, CAMBRIDGE, and Rector of
PEPPERHARROWE, in the County of SURRY.

Quantos peyzoes, tantas colubres.



LONDON:

Printed for T. BECKET and P. A. DE HONDT, at Tully's Head
in the Strand. MDCCCLXIII.

2

ÉTAT PRÉSENT
DU ROYAUME
DE PORTUGAL,
EN L'ANNÉE MDCCLXVI.

PHILOCTETE DE SOPHOCLE, trad. Angl.
*Depends on thofe who rule; when men grow vile,
The guilt is theirs, who taught them to be wicked.*
L'armée, l'état, tout dépend de ceux qui gouvernent.
Quand les peuples s'aviliffent, la faute doit en être
jetée fur ceux qui les ont rendus méchans.



A LAUSANNE,
Chez FRANÇOIS GRASSET & COMP.

M. D. C. C. LXXV.

3

TRAVELS
THROUGH
PORTUGAL and SPAIN,

IN 1772 AND 1773.

BY
RICHARD TWISS, Esq. F.R.S.

WITH COPPER-PLATES;

AND
AN APPENDIX.

— he puefio en la certidumbre de lo que refiero mi principal cuidado.
Pref. à la Hif. de Mexico, de Solis.

L O N D O N,
Printed for the AUTHOR,
And Sold by G. ROBINSON, T. BECKET, and J. ROBSON.
MDCCLXXV.

4

T R A V E L S

THROUGH
SPAIN AND PORTUGAL,
IN 1774;

WITH A SHORT ACCOUNT OF THE
SPANISH EXPEDITION

AGAINST
ALGIERS,

IN 1775:

By MAJOR WILLIAM DALRYMPLE.

The Characters of Nature are legible; but it is difficult for those who run,
to read them. BURKE.

L O N D O N :

Printed for J. ALMON, opposite Burlington-House, Piccadilly,
M,DCC,LXXVII.

5

VOYAGE

DU CI-DEVANT DUC
DU CHATELET,
EN PORTUGAL,

OÙ SE TROUVENT

DES détails intéressans sur les Colonies, sur
le Tremblement de terre de Lisbonne, sur
M. DE POMPEAL et la Cour;

REU, corrigé sur le Manuscrit, et augmenté de
Notes sur la Situation actuelle de ce Royaume et
de ses Colonies;

PAR J.-FR. BOURGOING,

CI-DEVANT Ministre Plénipotentiaire de la République
française en Espagne, Membre associé de l'Institut
national.

Avec la Carte du Portugal, et la Vue de la Baie de Lisbonne.

TOME PREMIER.

A PARIS (1798).

Chez ARTHUS-BERTRAND, libraire, rue Hanfœuille, n° 23,
Acquéreur du fonds de M. BEISSON.

1808.

6

T R A V E L S

THROUGH
SEVERAL PROVINCES
O F
SPAIN AND PORTUGAL, &c.

B Y

RICHARD CROKER, Esq.

CAPTAIN IN THE LATE 99th REGIMENT OF FOOT.

L O N D O N :

PRINTED FOR THE AUTHOR :

AND SOLD BY J. ROBSON, BOND-STREET;

T. PAYNE, MEWS-GATE;

MESSRS. CADELL AND DAVIS, STRAND; AND

MESSRS. RIVINGTONS, ST. PAUL'S CHURCH-YARD.

1799.

7

*Some Impressions of Spain and Portugal
by a Young Man of Eighteen Years of Age
in the Seventeen-Months.*

*Being an exact & complete copy of a
"Journal of a Tour to Spain and Portugal"
April 1792 till June 1794,
written by Thomas Compton Russell.
(6. 3 Feb 1795, and 8. May 1817, & 6 Feb 1851.)*

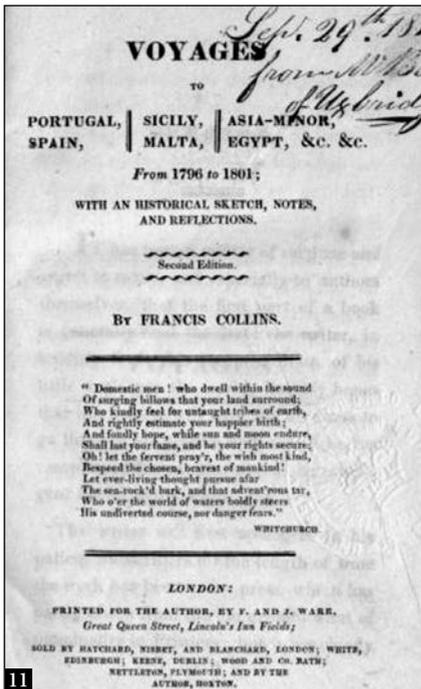
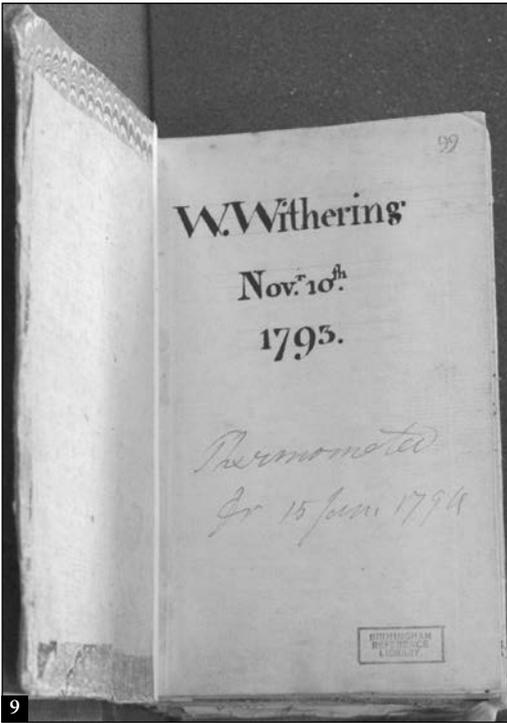
*Vol. I. Sheets No 1 to 63.
(April 22nd till September 24th 1792.)*

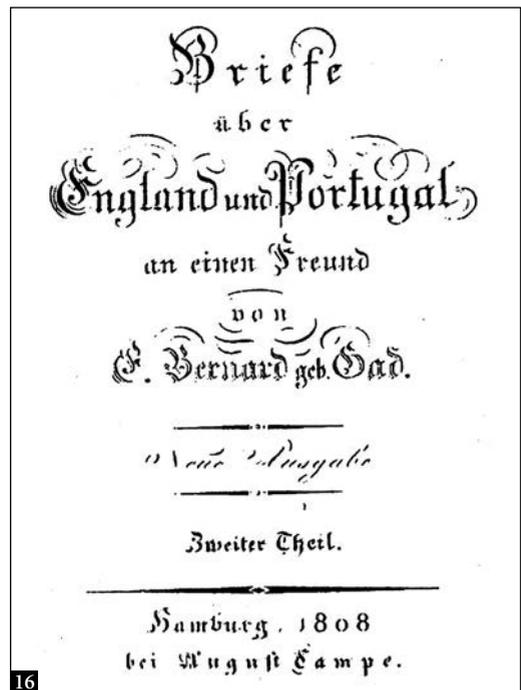
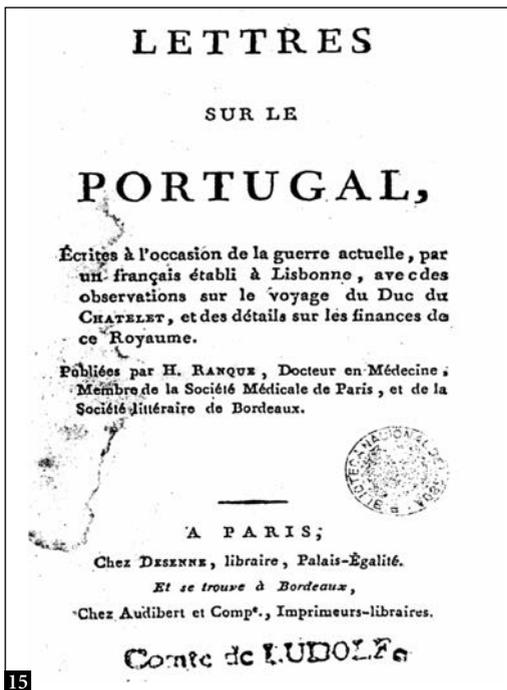
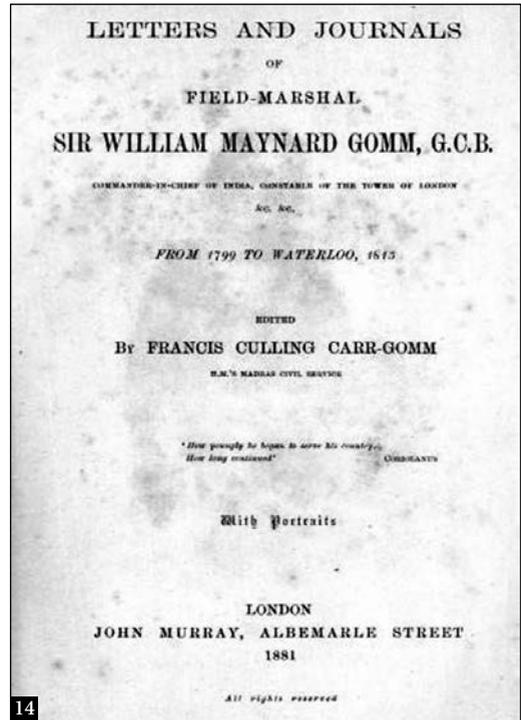
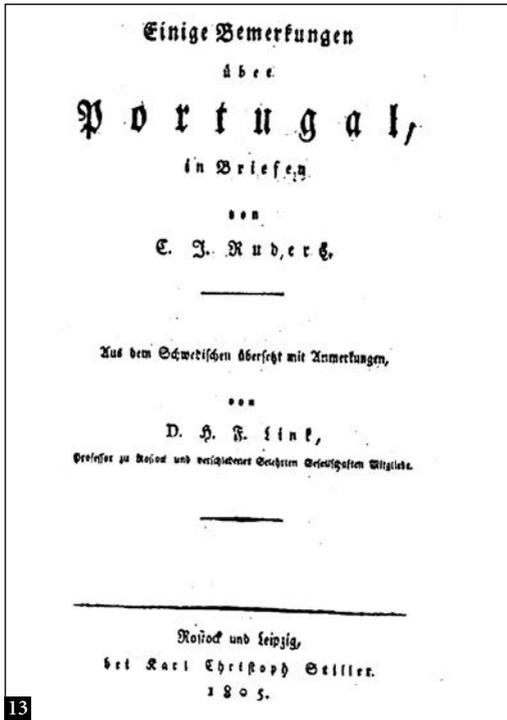
*Original Diary is
a brown leather
wed book
6 6 1/2 hours
"x 4 1/2"*

*Voyage from Calcutta to Lisbon.
A week in Lisbon & district.
Ride to Orense, Badajoz, Mérida, Seville,
Salamanca & Madrid (May 21)
Visits to full flight, Orense, Toledo, el
Pardo, el Escorial, la Granja & Segovia.
Left Madrid (Sept 22) for Avila, via Ocaña,
Madrides, Manzanares, Valdepeñas
& La Carolina.*

*Typed by W.R. St. George,
June 1937.*

8





C

OBSERVATIONS ON
A Journey
THROUGH
SPAIN AND ITALY TO NAPLES;
AND THENCE TO
SMYRNA AND CONSTANTINOPLE:
*Comprising a Description of the Principal Places in
that Route,*
*And Remarks on the present Natural and Political state
of those Countries.*

VOL. I.

BY **ROBERT SEMPLE,**
AUTHOR OF WALKS AND SKETCHES AT THE CAPE OF
GOOD HOPE; AND OF CHARLES ELLIS.

PRINTED FOR C. AND M. BALDWIN, NEW-
BUDGE-STREET,
1807.

17

LISBONNE
ET
LES PORTUGAIS;

PAR **OLLIVIER DE LA BLAIRIE,**
Chef de bataillon, Chevalier des ordres de Saint-Louis et de la Légion-
d'Honneur.




PARIS,
CHEZ **CORRÉARD, LIBRAIRE, PALAIS-ROYAL, GAL. DE BOIS.**
ET TOUS LES MARCHANDS DE NOUVEAUTÉ.
—
1820.

18

DC233
.C7
N43

LETTERS
FROM
PORTUGAL AND SPAIN;
COMPRISING AN ACCOUNT OF THE
OPERATIONS OF THE ARMIES
UNDER THEIR EXCELLENCIES
SIR ARTHUR WELLESLEY AND SIR JOHN MOORE
FROM THE
**LANDING OF THE TROOPS IN MONDEGO BAY TO THE
BATTLE AT CORUNNA.**

ILLUSTRATED WITH ENGRAVINGS BY HEATH, FITTLER, WARREN, &c.
FROM DRAWINGS MADE ON THE SPOT

BY **ADAM NEALE, M.D. F.L.S.**
MEMBER OF THE ROYAL COLLEGE OF PHYSICIANS; AND PHYSICIAN TO HIS
MAJESTY'S FORCES.

LONDON:
PRINTED FOR **RICHARD PHILLIPS,**
BRIDGE-STREET, BLACKFRIARS.
1809.
By T. Gillet, Crown-court, Fleet-street.

19

AN ACCOUNT
OF THE
OPERATIONS OF THE BRITISH ARMY,
AND OF
THE STATE
AND
SENTIMENTS OF THE PEOPLE
OF
PORTUGAL AND SPAIN,
DURING
THE CAMPAIGNS OF THE YEARS
1808 & 1809.
IN A SERIES OF LETTERS.
By the Rev. **JAMES WILMOT ORMSBY, A.M.**
CHAPLAIN ON THE STAFF, &c.

Ne quid falsi dicere audeat, ne quid veri non audeat.

IN TWO VOLUMES.
VOL. I.

LONDON:
PRINTED FOR **JAMES CARPENTER, OLD BOND STREET.**
1809.

20

Kreuz- und Quer-Züge
 von
August Ludolph Friedrich Schaumann (1778 - 1840)
 aus Hannover,
 Deputy Assistant Commissary General in englischen Diensten.
Mores multorum hominum vidit et urbes.
 Bearbeitet von seinem Enkel
Major Conrad von Holleuffer.
 (Fortsetzung)
 Achtundzwanzigstes Kapitel.
**Die Flotte landet die Truppen in Portugal. Gefährliche Brandung
 in der Nacht von Raceira.**

Am 16. August, sechs Uhr nachmittags, wir wir eben beim pass the
 bottle sahen, wurde Land gesehen. Wir rannten hinauf und sahen Kap
 Ortegal in einer großen Distanz links. Wind wird sehr stark und günstig.
 Wir segeln nicht, sondern fliegen, fünf bis sechs Knoten die Stunde oder
 ebenso viele Meilen. Mit dem Dunstwinden hatten wir Kap Ortegal schon
 passiert. Abends sechs Uhr sahen wir ein großes Feuer an der spanischen
 Küste; ob ein Signalfeuer oder brennende Stadt, konnten wir nicht unter-
 scheiden.

17. August, Mittwoch. Wind noch immer sehr günstig und frisch. Wir
 fliegen dahin und haben vorige Nacht sieben Meilen per Stunde gefegelt.
 Unsere Bedienten, die zum Anziehen herunter kamen, sagten uns, wir wären
 nicht an der spanischen Küste; wir machten daher geschwind unsere Toilette
 und eilten hinauf. Die Küste ist nicht sehr waldig, aber die Form der Berge
 im blauen Morgennebel sanft und schön. Ubrigens können wir schon merken,
 daß wir uns einem besseren Klima nähern. Die Luft ist reiner und milder,
 der Himmel klar und klar, die Abendwolken reicher vergoldet, die Sterne
 brillanter und die Atmosphäre trockener. Unsere jährliche Flotte von den
 Bergen gesehen muß sich sehr formidabel aufnehmen und wird den Franzosen

396

21

A
TREATISE
 ON THE
Defence of Portugal,
 WITH A
MILITARY MAP OF THE COUNTRY;
 To which is added,
 A SKETCH OF THE MANNERS AND CUSTOMS
 OF THE INHABITANTS,
 AND
Principal Events
 OF THE
CAMPAIGNS UNDER LORD WELLINGTON,
 IN 1808 AND 1809.
 BY
WILLIAM GRANVILLE ELIOT,
 CAPTAIN IN THE ROYAL REGIMENT OF ARTILLERY.
Prend moi tel que je suis.
LONDON:
 PRINTED FOR T. EGERTON, MILITARY LIBRARY, WHITEHALL.
 1810.

121437
 UNIVERSITY LIBRARY
 BIRMINGHAM
 1810

22

LONDON:
 A
SKETCH
 OF THE
CITY OF LISBON,
 AND ITS ENVIRONS;
 WITH SOME
OBSERVATIONS
 ON THE
MANNERS, DISPOSITION, AND CHARACTER
 OF THE
PORTUGUESE NATION.
 By **R. B. FISHER, Esq.**
 Paymaster of the First Battalion of Royal American, or Genl.
 Regiment of Foot.

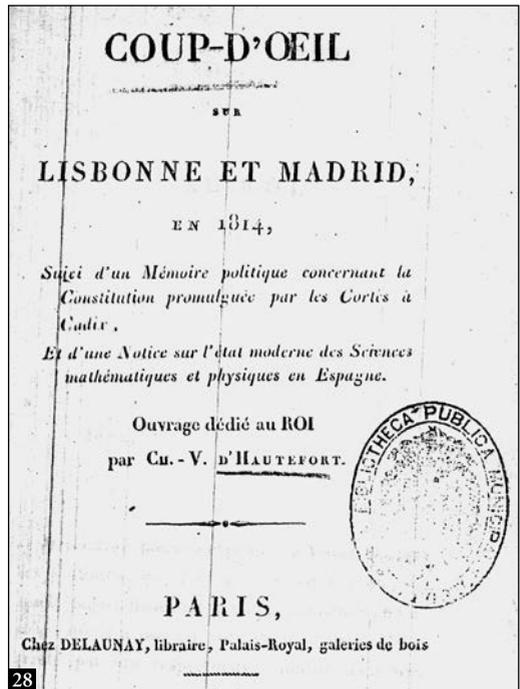
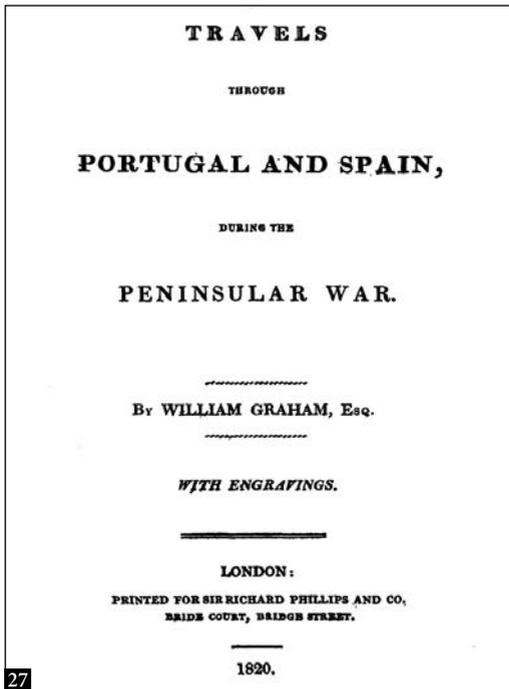
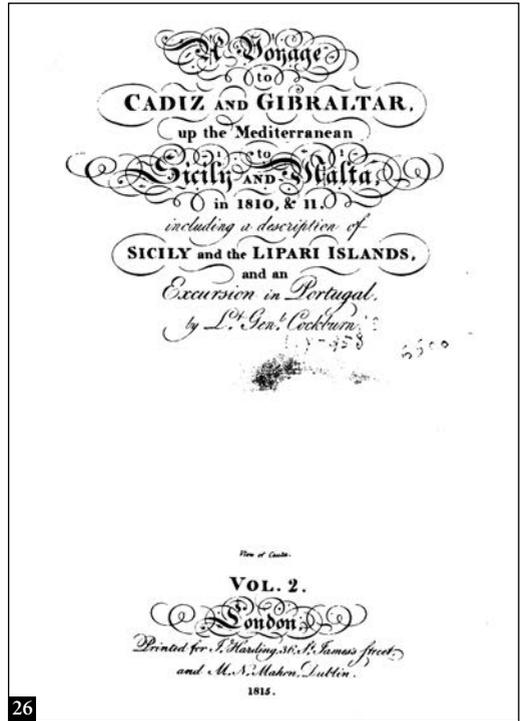
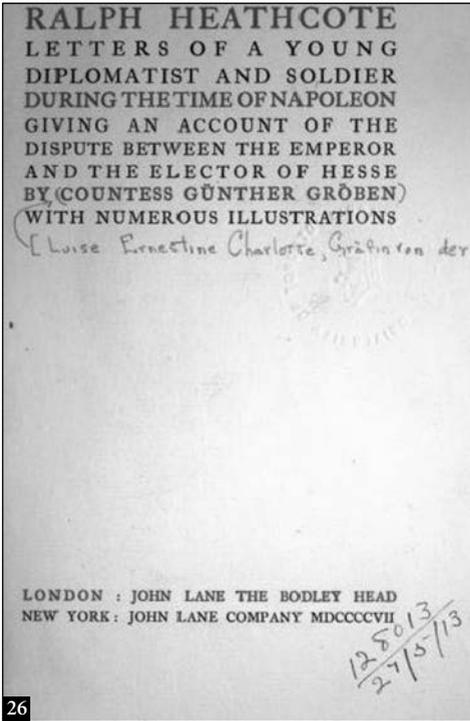
LONDON:
 PRINTED FOR J. HEDGWAY, 170, PICCADILLY;
 OPPOSITE BOND-STREET,
 AND SOLD BY MESSRS. ROWSON, HIGH-STREET, NEWPORT.
 1811.
 W. Flint, Printer, Old Bailey.

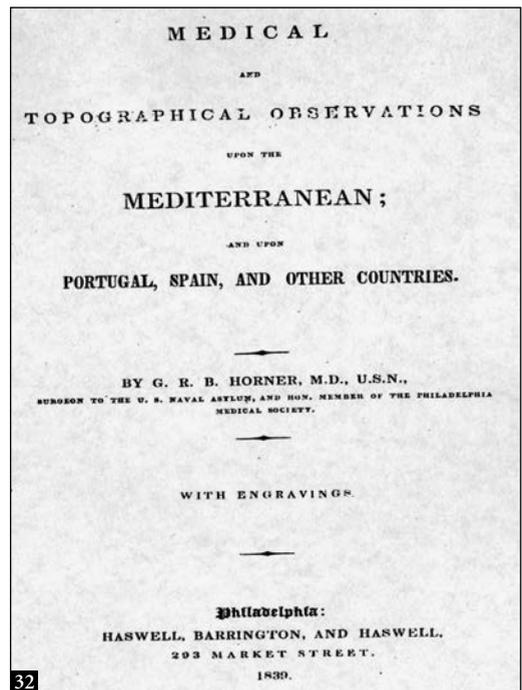
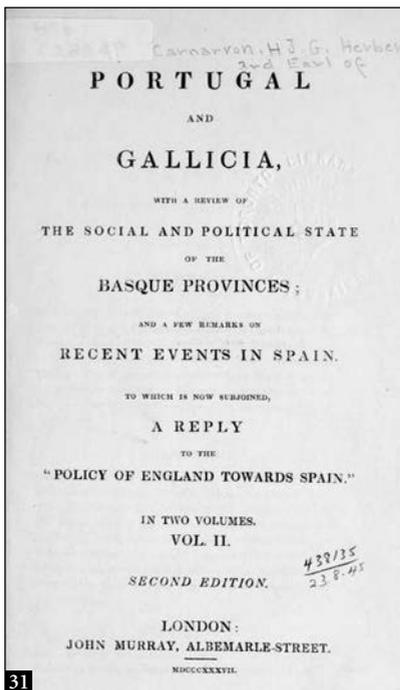
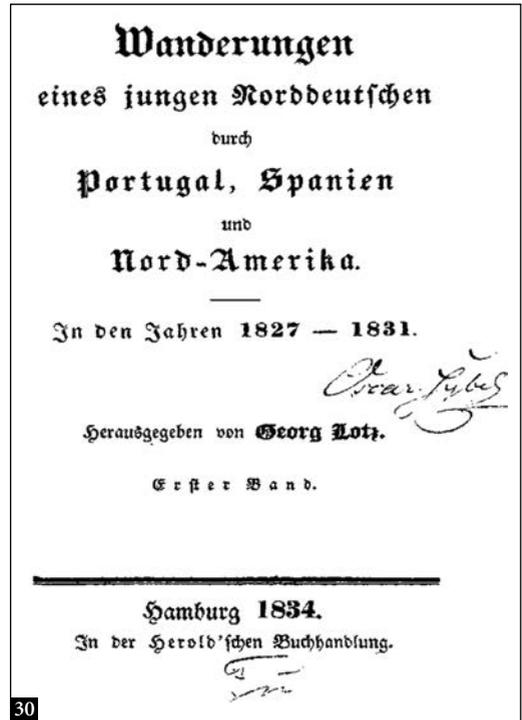
Nepi esse exemplar vultu memorabile habebit
 Ductum in hanc formam a velle sine dante vocem.
 These are the facsimiles which are drawn
 from the original of human life.
 Hor. Ars Poet.
 Kew Gardens.

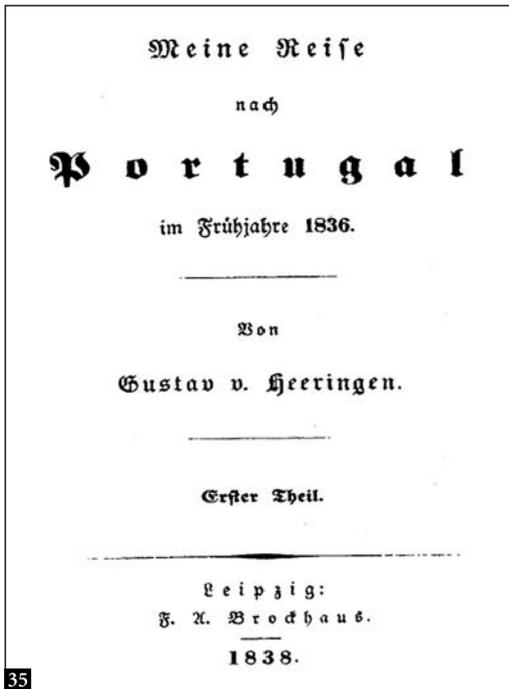
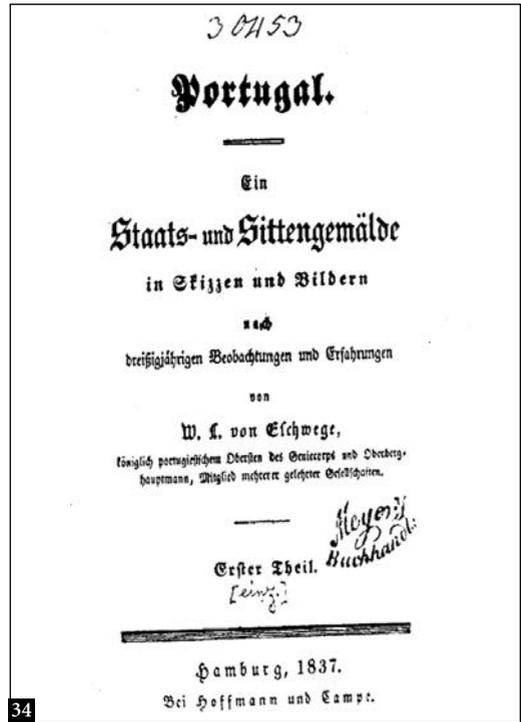
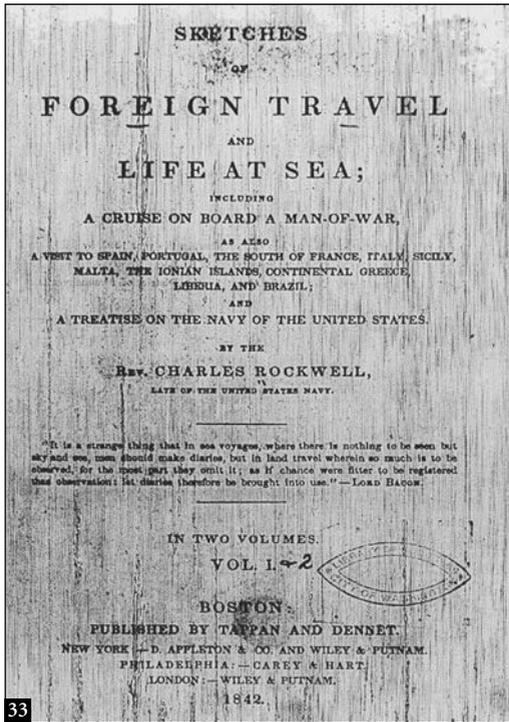
23

PENINSULAR SKETCHES,
 DURING
A recent Tour.
 BY **JOHN MILFORD, JUN.**
 "Forsan et haec olim meminisse juvabit."
LONDON:
 Printed by Thomas Davison, Whitgifts;
 FOR JOHN RICHARDSON, ROYAL EXCHANGE, AND
 J. HATCHARD, PICCADILLY.
 1816.

24







Erinnerungen
an
Lissabon.

Ein Gemälde der Stadt
nebst
Schilderungen portugiesischer Zustände, Bestrebungen
und Fortschritte der neuesten Zeit

von
Dr. Alexander Wittich.

Berlin,
Druck und Verlag von G. Reimer.
1843.

37

THE INVALID'S GUIDE
TO
MADEIRA,
WITH A DESCRIPTION OF
TENERIFFE, LISBON, CINTRA, MAFRA, ETC.
AND
A VOCABULARY OF THE PORTUGUESE AND
ENGLISH LANGUAGES.
BY WILLIAM WHITE COOPER, M.R.C.S.
SURGEON TO THE HON. ARTILLERY COMPANY.



Chapel on the Rock at St. Vicente.

LONDON:
SMITH, ELDER AND CO., 65, CORNHILL.
1840.

38

A STEAM VOYAGE
TO
CONSTANTINOPLE,
BY THE RHINE AND THE DANUBE,
IN 1840-41,
AND TO
PORTUGAL, SPAIN, &c.,
IN 1839.
BY C. W. VANE,
MARQUESS OF LONDONDERRY, G.C.B., &c.

TO WHICH IS ANNEXED, THE AUTHOR'S
CORRESPONDENCE
WITH
PRINCE METTERNICH, LORDS PONSONBY,
PALMERSTON, &c.

IN TWO VOLUMES.
VOL. I.

LONDON:
HENRY COLBURN, PUBLISHER,
GREAT MARLBOROUGH STREET.
1842.

39

A JOURNAL
OF
A THREE MONTHS' TOUR
IN
PORTUGAL, SPAIN, AFRICA,
&c.
BY THE
MARCHIONESS OF LONDONDERRY, *Frances Anne Emily*

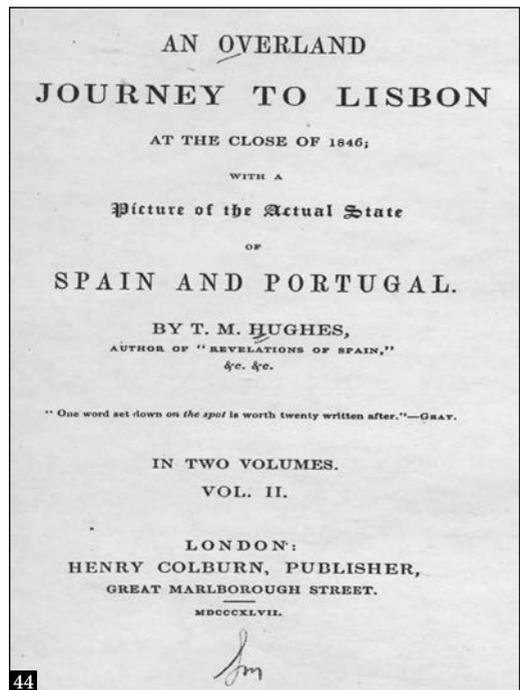
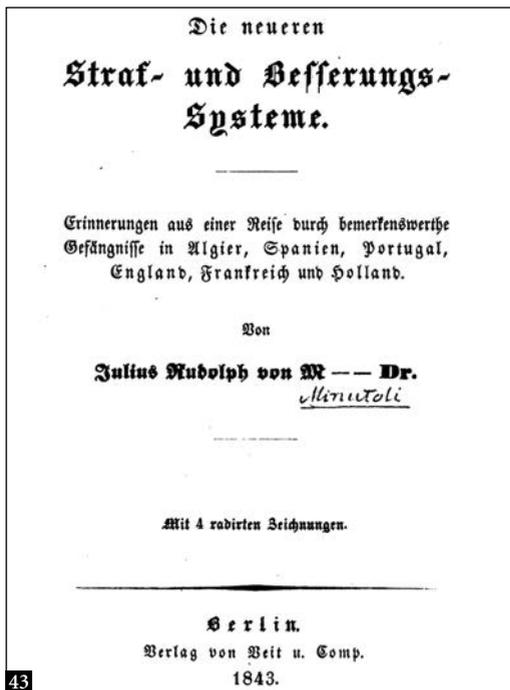
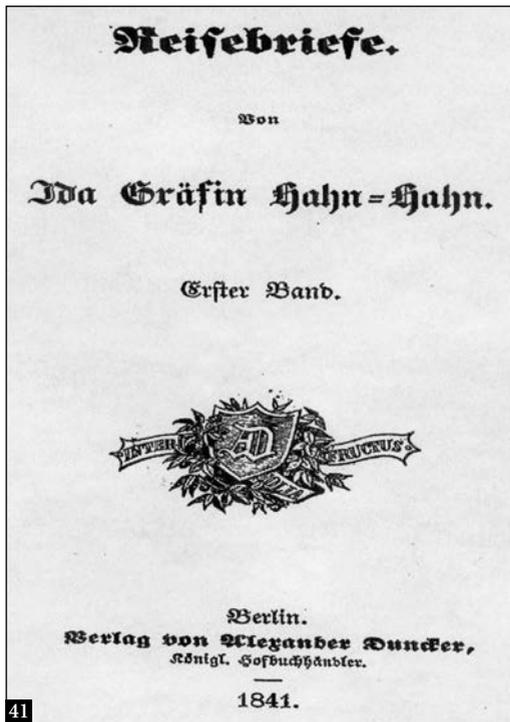
With a Portrait of the Authoress, from a Miniature by Sir W. Ross, R.A. &c.
View of Mafra Palace, &c.

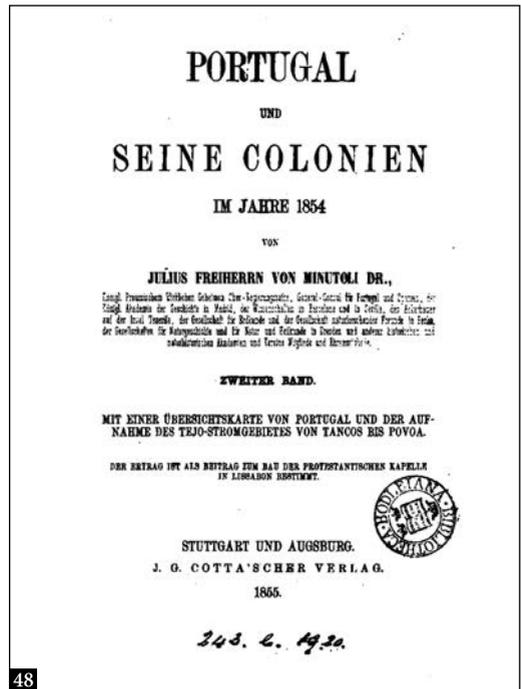
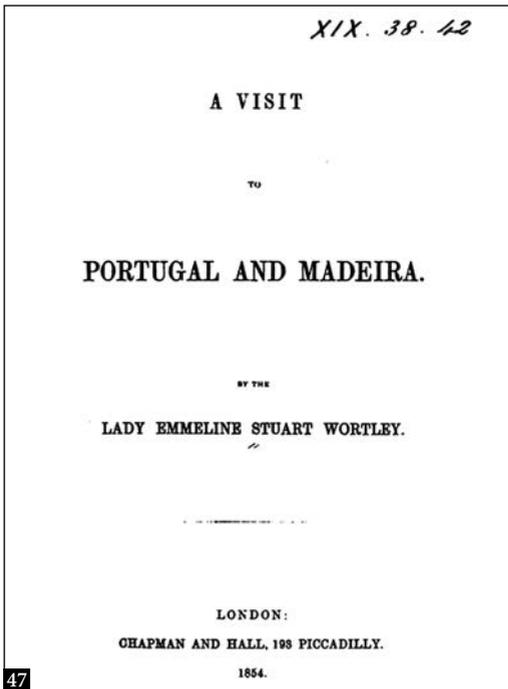
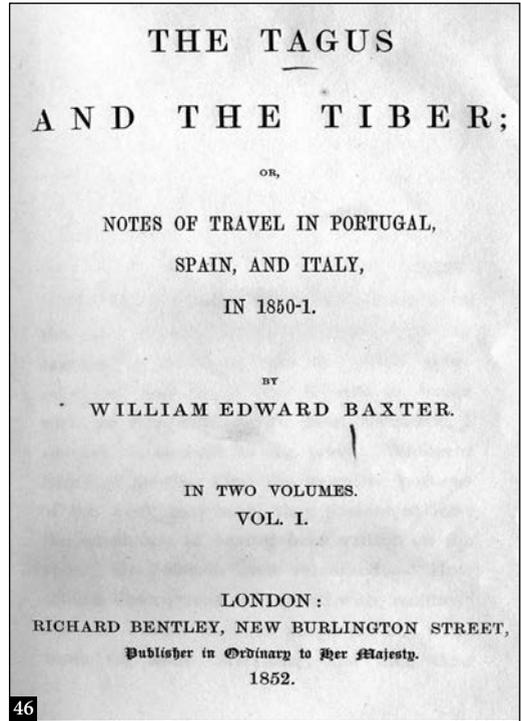
DEDICATED, BY PERMISSION, TO
Her Majesty the Queen Dowager.

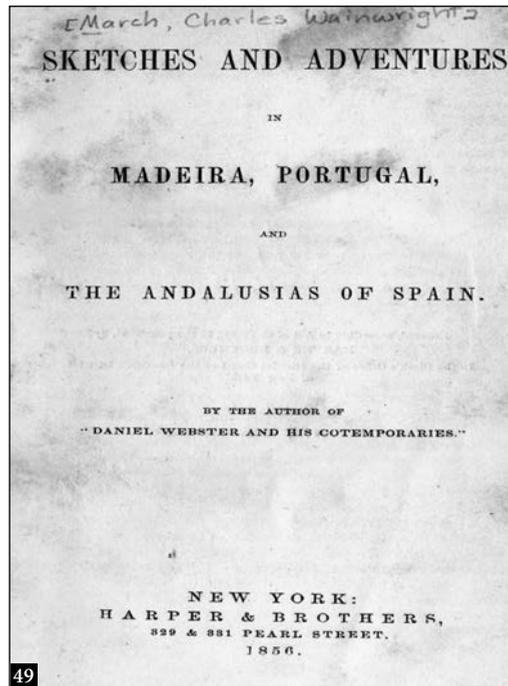
The object of publishing this Volume is to contribute the Profits towards the projected
erection of an Infirmary, on a small scale, at Seaham Harbour, in the County of Durham.

MDCCLXIII.

40







Legendas das imagens:

- | | |
|------------------------------|--|
| 1 – Thompson (1758) | 26 – Cockburn (1811) |
| 2 – Clarke (1761-1762) | 27 – Graham (1812-1813) |
| 3 – Dumouriez (1765-1766) | 28 – Hautefort (1814) |
| 4 – Twiss (1772-1773) | 29 – Weech (1823) |
| 5 – Dalrymple (1774) | 30 – Delius (1826) |
| 6 – Cormatin (1777-1778) | 31 – Carnarvon (1827-1828) |
| 7 – Croker (1780) | 32 – Horner (1831-1838) |
| 8 – Russell (1793) | 33 – Rockwell (1834-1836) |
| 9 – Withering (1793-1794) | 34 – Eschwege (1834-1836 – tempo de escrita) |
| 10 – Texier (1794) | 35 – Heeringen (1836) |
| 11 – Collins (1796-1797) | 36 – Dembowski (1838) |
| 12 – Horstig (ed.) (1797) | 37 – Wittich (1838) |
| 13 – Ruders (1798-1802) | 38 – Cooper (1838-1839) |
| 14 – Gomm (1800-1813) | 39 – Londonderry, C. (1839) |
| 15 – Ranque (ed.) (1801) | 40 – Londonderry, F. (1839) |
| 16 – Bernard (1801-1802) | 41 – Hahn-Hahn (1841) |
| 17 – Semple (1805) | 42 – Bergh (1841) |
| 18 – Blairie (1805-1808) | 43 – Minutoli (1842) |
| 19 – Neale (1808) | 44 – Hughes (1846) |
| 20 – Ormsby (1808) | 45 – Bégin (1848) |
| 21 – Schaumann (1808 e 1809) | 46 – Baxter (1850) |
| 22 – Eliot (1808-1809) | 47 – Stuart-Wortley (1851) |
| 23 – Fisher (1808-1810) | 48 – Minutoli (1851-1854) |
| 24 – Milford (1808-1812) | 49 – March (1852) |
| 25 – Heathcote (1809-1812) | |

NOTAS

- ¹ Ou «por volta de 1737» (THOMAS – Edward Thompson [...], 1870, Vol. 2, p. 2123).
- ² STEPHEN *et al.* – Edward Thompson, 1885, pp. 209-210.
- ³ *Ibid.*, p. 210.
- ⁴ ANÓNIMO – Commodore Edward Thompson [...], [Em linha], 1892.
- ⁵ STEPHEN *et al.* – Edward Thompson [...], 1885, p. 210.
- ⁶ Encena *The Fair Quaker of Deal*, de Charles Shadwell, peça levada à cena no teatro Drury Lane a 11 de Novembro de 1773 e impressa no ano seguinte. Da sua própria autoria há a referir *The sirens*. [...], 1776.
- ⁷ LOWNDES – *The Bibliographer's Manual* [...], 1834, p. 2667.
- ⁸ Mais precisamente *The Works of Andrew Marvell, Esq.*, *The Works of Oldham*, e *The Poems and Miscellaneous Compositions of Paul Whitehead*.
- ⁹ STEPHEN *et al.* – Edward Thompson [...], 1885, p. 210.
- ¹⁰ A carta XXXII tem data de 15 de Dezembro de 1758 e a carta XXXIV de 22 de Dezembro do mesmo ano. As outras cartas não estão datadas.
- ¹¹ Terceiro Visconde de Midleton, Irlanda.
- ¹² Esta edição está incluída no vol. 5 da coletânea editada por KNOX – *A New Collection of Voyages*, [...], 1767, pp. 389-433.
- ¹³ A primeira tradução é de Johann Tobias Kohler em 1765; a segunda, de C. H. Langer.
- ¹⁴ Tradução em dois volumes de Guillaume Imbert, 1770.
- ¹⁵ URBAN – Rev. Edward Clarke [...], 1786. «Fellow» poderá traduzir-se como membro honorário e, ou, vitalício.
- ¹⁶ NICHOLS – *Literary Anecdotes of the XVIII Century*. [...], 1812-1815, pp. 382-386.
- ¹⁷ HILTON – *Le Premier des Célèbres Voyageurs Anglais*: [...], 2003.
- ¹⁸ «O compilador dos seguintes documentos, tendo tido a honra de servir durante quase dois anos, na corte de Madrid, e na qualidade de Capelão, Sua Excelência o ilustríssimo George William, Conde de Bristol, Embaixador Extraordinário de Sua Majestade Britânica e Ministro Plenipotenciário, preocupou-se, durante a sua estada, em reunir as informações, alusões e elementos relativos à actual situação em Espanha que, ou satisfizessem a curiosidade dos seus amigos, ou provassem ser de alguma utilidade ao público em geral» (p. i).
- ¹⁹ «Como a sua Majestade Católica não achou apropriado dar qualquer resposta ao Conde de Bristol relativamente à pergunta feita pela Corte da Grã-Bretanha, todos nós, já preparados para uma súbita partida, tomámos as necessárias medidas para o regresso imediato a Inglaterra: por conseguinte, tendo obtido o passaporte necessário [...] o Exmo. Cônsul-Geral inglês em Madrid indicou o caminho e partimos, em 16 de Dezembro, rumo a Portugal» (p. ii).
- ²⁰ «Aqui despedimo-nos pela última vez de Espanha; e não ficámos nada contentes quando nos encontrámos, na manhã seguinte, em território português, em Elvas. Ali o Embaixador ficou o dia todo [...] a fim de enviar um mensageiro a Inglaterra e os despachos ao Ilustre Sr. Hay, Ministro Plenipotenciário de Sua Majestade Britânica na corte de Lisboa» (p. 349).
- ²¹ Prefácio, p. i.
- ²² HILTON – *Le Premier des Célèbres Voyageurs Anglais*: [...], [Em linha], 2003, p. 89.
- ²³ Embora tenhamos tido acesso à edição original francesa em microfilme, a má qualidade da reprodução levou-nos a utilizar, por vezes, o texto em tradução inglesa: *An account of Portugal* [...], 1797. A tradução portuguesa intitula-se *O Reino de Portugal em 1766*.
- ²⁴ ROSE *et al.* – *Dumouriez and the Defense* [...], 1908, p. 396. Esta biografia baseia-se na autobiografia de Dumouriez, *Mémoires du Général Dumouriez* [...], 1794, que teve várias reedições: *La vie et les mémoires du Général Dumouriez* [...], 1822-1823, *Mémoires du général Dumouriez* [...], 1848, e a edição facsimilada *Mémoires du général Dumouriez* [...], 2002.
- ²⁵ «Como havia passado o ano de 1766 em Portugal, tinha feito todas as investigações que treze meses de estada haviam tornado possível» (p. i).
- ²⁶ William Granville Eliot, militar e autor de *A treatise on the defence of Portugal*, obra do *corpus*, confirma que o General Dumouriez «era Capitão de Infantaria quando viajou por Portugal, nos anos de 1765 e 1766, ao serviço do Duque de Choiseul, Ministro dos Negócios Estrangeiros de Louis XV» (p. 13).
- ²⁷ DUMOURIEZ – *La vie et les mémoires* [...], 1822-1823, p. 1.

²⁸ Terá interesse seguir o relato de Dumouriez sobre este assunto: «Um homem de letras meu amigo, a quem eu tinha oferecido este manuscrito na condição expressa de que este lhe corrigisse o estilo, vendera-o, sem esta precaução, a um livreiro de Lausana, que o imprimiu do mesmo modo. Além disso, grandes ocupações tinham-me feito esquecer esta obra que M. de Vergennes me veio lembrar em 1775, anunciando-me que o Conde de Aranda, Embaixador de Espanha, e o Conde de Souza, Embaixador de Portugal, cumprindo ordens das respectivas cortes, se lhe tinham queixado acerca deste livro e acusavam-me de o ter escrito. Nessa altura era-se acusado de crime contra o Estado quando se tinha a audácia de pensar livremente [...]. Não reneguei a obra, mas também não a assumi; só fiz a observação que, como se tratava de um livro anónimo & impresso em Lausana, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de França & os dois Embaixadores não tinham, nem o direito de procurar o autor, nem de mandar castigar o impressor, & menos ainda, sob simples suspeita, de processar um coronel francês, na altura empregado utilmente ao serviço do Estado & encarregado de uma missão importante, a de percorrer como comissário do Rei as costas da Mancha para analisar a possibilidade de lá construir um porto de guerra. Os três Ministros concordaram com a minha proposta & ficou decidido que se deixaria o livro ter o destino de todos os livros que tratam apenas de questões genéricas & que se evitaria conceder-lhe maior celebridade aplicando-lhe o carimbo da perseguição». (DUMOURIEZ – *État présent du royaume [...]*, 1775, pp. i-ii).

²⁹ STEMMLER – *Opinión de un Anglo-Irlandes de España: [...]*, [Em linha], 2000, p. 420.

³⁰ «Tocava muito bem violino e, em geral, no que se refere às belas artes, era um ‘connoisseur’. O seu conhecimento, embora não fosse profundo, era abrangente» (*Ibid.*, p. 450).

³¹ *A tour in Ireland in 1775: [...]*, 1777 e *A Trip to Paris [...]*, 1792.

³² P. 38. Twiss refere-se à viagem feita por Giuseppe Marc’Antonio Baretti em Portugal, tema de *Lettere Familiari [...]*, 1762-1763.

³³ STEMMLER – *Opinión de un Anglo-Irlandes de España: [...]*, [Em linha], 2000.

³⁴ Portugal não consta nesta obra.

³⁵ ANÓNIMO – *Twiss Reisen [...]*, 1775. No primeiro parágrafo lê-se que a obra é maçadora e não entusiasma o leitor apesar de versar sobre uma região pouco conhecida da Europa.

³⁶ TURNER – *British Travel Writers [...]*, 2001.

³⁷ Segundo Agostinho ARAÚJO, «O famoso retrato foi dedicado, como se sabe, em 1767, a Henrique José de Carvalho e Melo, 2.º Conde de Oeiras. Mas esta peça crucial do pomalismo, perfeita no seu papel ideológico e, pelo menos, ‘oficiosamente’ sagrada, expunha-se, ainda nos fins de 1772, ‘at the houses of Messrs. Prury and DeVisme’, ou seja, o Palácio da rua Formosa. A sua excepcional valia artística, no confronto com o meio da nossa capital, não passava também despercebida, como o provam a descrição e comentário de Richard Twiss». ARAÚJO alerta ainda para a importância deste testemunho dado Twiss se interessar por pintura e ter percorrido já muitos países, para além de que «viria ainda a deixar, sobre a escola espanhola, extensas e pormenorizadas páginas» (*Das Riquezas do Brasil [...]*, 2003, pp. 125-126).

³⁸ É interessante notar que J. Fr. Bourgoing, editor da fonte da autoria do Barão de Cormatin (1798), afirma o seguinte em nota de rodapé na p. 132: «Todos conhecem aquela [gravura] que foi feita a partir do quadro de rica composição em que o Ministro, cuja nobre figura tão bem se prestava aos sucessos do pincel e do cinzel, está representado sentado numa varanda, tendo à sua frente o porto de Lisboa e a parte da cidade cujo restauro se lhe ficou a dever. Mas os portugueses não contribuíram em nada para essa espécie de monumento erguido em reconhecimento. A marina desse quadro é da mão de Vernet; o resto, da de Vanloo. Foram dois negociantes ingleses instalados em Lisboa, David Prury e Gérard DeVisme, que a mandaram gravar em 1772; e para tal foram buscar o buril mágico do nosso célebre Beauvarlet. Esta gravura foi sempre muito apreciada e já era rara na época em que M. du Chatelêt viajava por Portugal». Bourgoing refere-se ao pintor Jean-Baptiste van Loo (1684-1745) e ao gravador Jacques F. Beauvarlet (1731-1797).

³⁹ Há uma gravura no Museu Britânico, em Londres, intitulada *View of Bellem by Lisbon as before the Late Earthquake*, publicada em 1756 por G. Hawkins, editor e livreiro do Príncipe de Wales. O desenho é de C. Lempriere, pintor e desenhador inglês, e a pintura de R. Paton, pintor, desenhador e tipógrafo também inglês; a gravura é de Paul Fourdrinier, tipógrafo e gravador francês.

⁴⁰ A Biblioteca Nacional Digital de Lisboa identifica esta obra da seguinte forma: «BLACK, R., fl. 1750, A prospect of the new Aqueduct of Lisbon, as crossing over the Vallery of Alcantra / R. Black delin.; T. Bowles sculp. – London: John Bowles, [1750]. – 1 gravura: água-forte, aguarelada».

⁴¹ Cit. in BOSWELL – *Boswell’s Life of Johnson, [...]*, 1887, p. 423.

- ⁴² ANÓNIMO – Twiss Reisen [...], 1775, p. 441.
- ⁴³ «Ainda em jovem, o Sr. Twiss publicou um relato sobre uma viagem pela Irlanda. Acerca desta obra, observa um amigo que o conhecia de há muito e intimamente: ‘É certo que ele nunca se desviou intencionalmente da verdade, mas mostrou-se, provavelmente, demasiado crédulo relativamente à informação que recebeu e demasiado célere a registá-la. Com muitas peculiaridades de carácter inócuas e divertidas, era uma pessoa bondosa, amável e hospitaleira; e mesmo aqueles nativos da Irlanda que ficaram muito ressentidos com aquilo que consideraram reflexões injustas e intolerantes sobre o seu país, quando o conheceram pessoalmente convenceram-se de que esses erros eram fruto de negligência e não de maldade’» (STEMMLER – *Opinión de un Anglo-Irlandes de España: [...]*, [Em linha], 2000, p. 449).
- ⁴⁴ HILTON – Un Homme de Science Hispanophile: [...], [Em linha], 2003.
- ⁴⁵ LINDSAY – The Rev. William Dalrymple (1723-1814) [...], [Em linha], (s./d.).
- ⁴⁶ ANÓNIMO – General William Dalrymple [...]. [Em linha], (s/d).
- ⁴⁷ «Major William Dalrymple had the ranks of colonel and lieutenant-colonel in Portugal in the regiment» (FRANCIS – The Fantasy War of 1762-1763. [...], 1981).
- ⁴⁸ CONWAY – British Army Officer [...], 1984, p. 274.
- ⁴⁹ Para mais informação sobre o percurso político do autor cf. NAMIER *et al.* – UK Parliament constituency [...], 1964.
- ⁵⁰ Para uma análise do olhar de Dalrymple e de Twiss sobre a Universidade de Salamanca v. SOLÍS – Salamanca y su Universidad [...], 2005, pp. 117-129.
- ⁵¹ Embora a última carta, de 9 de Novembro, seja enviada de Sevilha, relata a viagem pelo Alentejo de regresso a Gibraltar. A narrativa sobre Portugal ocupa as pp. 114-158.
- ⁵² BASKER – Dalrymple’s Travels [...], 1777, p. 432.
- ⁵³ Alguns historiadores contestam o título de Barão de Cormatin. O título pertencia ao pai de sua esposa, Marquês d’Uxelles e Barão de Cormatin, e foi apropriado por Pierre Desotieux no dia 23 de Dezembro de 1789 durante uma cerimónia na Igreja de Bissy-sous-Uxelles (ACADÉMIE de Macon (ed.) – *Annales de l’Académie de Macon. [...]*, 1907, Vol. 12, p. 320).
- ⁵⁴ «O Duque de Chatelêt, de quem nos temos ocupado n’este artigo, parece ter sido filho da célebre marquezia de Chatelêt, amante de Voltaire; morreu no cadafalso revolucionário em 1794 depois de ter sido Embaixador na Áustria e em Portugal...» (BRANCO – *Portugal e os Estrangeiros. [...]*, 1879, 2 vol., p. 253).
- ⁵⁵ Entre os temas abordados encontram-se o clima, a geografia, as leis, a religião, os costumes, o governo, o comércio, a agricultura, a marinha, as finanças, as ciências e as letras. Em suplemento, Bourgoing inclui secções sobre as artes e ofícios e, ainda, a política.
- ⁵⁶ Tal é o caso de ARAÚJO – Das Riquezas do Brasil [...], 2003, pp. 109-137, bem como de QUENET – *Les tremblements de terre [...]*, 2005, p. 503.
- ⁵⁷ BRANCO – *Portugal e os Estrangeiros. [...]*, 1879, pp. 248-255. A entrada número 251 inclui a apresentação e tradução de várias passagens de *Voyage du ci-devant duc du Chatelet*.
- ⁵⁸ PINKERTON – *A General Collection [...]*, 1814, p. 81. A guerra da Vendaia, entre monárquicos e republicanos, bem como o movimento monárquico Chouannerie, foram movimentações contra-revolucionárias durante a Revolução Francesa. Sobre este tema v. SOUBOUL – *Dictionnaire Historique de la Révolution Française*, 1989, p. 217. Para informação detalhada sobre a relação de Pierre Desotieux com estes movimentos cf. SAVARY – *Guerres des Vendéens [...]*, 1825.
- ⁵⁹ Esta obra, que na realidade foi escrita pelo Sr. Cormartin [*sic*], um dos chefes da Vendaia, é muito completa e variada, e o seu conteúdo é excelente, pois abrange tudo, excepto antiguidades e edifícios públicos» (LOWNDES – *The Bibliographer’s Manual [...]*, 1834, p. 394).
- ⁶⁰ MICHEL – *Les portugais en France: [...]*, 1882.
- ⁶¹ «Foi impressa esta obra em Paris em 1798, por Bourgoing, em nome do Duque de Chatelêt, mas pertence ao Barão de Cormatin-Desotieux, auctor do livro Administration de Sébastien Joseph de Carvalho» (BRAGA – *Historia da Universidade de Coimbra [...]*, 1898, TOMO III). E ainda: «Lê-se na Biographie universelle, de Didot: ‘Esta obra, cujo manuscrito Bourgoing encontrou na biblioteca do Duque de Chatelêt, é na verdade da autoria de Cormatin. Há outras edições de 1801 (anno ix) e de 1808’» (BRAGA SANTOS *et al.* – *Lisboa Setecentista [...]*, 1987, p. 579).
- ⁶² QUÉRARD – *La France littéraire, [...]*, 1830-1835, Tomo 7, Vol. 1. p. 393.
- ⁶³ MICHEL – *Les portugais en France: [...]*, 1882, p. 86.
- ⁶⁴ Encontra-se a mesma justificação numa nota manuscrita da edição da obra de 1801.

- ⁶⁵ WELSCHINGER – *Aventures de guerre* [...], 1894. Sobre este tema v. RICHARDIÈRE – *Bibliothèque Universelle des Voyages*, [...], 1808, Tomo III, pp. 324-325.
- ⁶⁶ Cit. in Richardière, *Ibid.*
- ⁶⁷ Sabemos que se encontra em Inglaterra em 1777 e que chega a Portugal em Maio desse ano (CORMATIN – *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet*, [...], 1798, Vol. I, capítulo 1, p. 1). Encontra-se em Marrocos no Verão de 1778 (ACADÉMIE de Macon (ed.) – *Annales de l'Académie de Macon*. [...], 1907, p. 319).
- ⁶⁸ «Relacionava-se com os mais célebres professores da época, por exemplo Lampredi de Pisa [...] professor de Direito Público» (Académie, *Ibid.*). Sobre Giovanni Lampredi, doutor em Teologia e autor de várias obras e dissertações sobre questões de direito e filosofia, v. HOFFER – *Nouvelle biographie générale* [...], 1855, p. 288.
- ⁶⁹ Para informação sobre a rota seguida pelas forças aliadas de George Washington e de Rochambeau entre 1780 e 1783 cf. TOWER – *The Marquis de La Fayette* [...], 1895.
- ⁷⁰ WELSCHINGER – *Aventures de guerre* [...], 1894, pp. 258 et sq.
- ⁷¹ ACADÉMIE de Macon (ed.) – *Annales de l'Académie de Macon*. [...], 1907, pp. 320-321.
- ⁷² *L'Administration de Sebastião Jozé de Mello* [...], 1787. Há notícia de uma tradução portuguesa de Luiz Inocêncio de Pontes Ataíde e Azevedo intitulada *A administração de Sebastião Jozé de Carvalho e Mello*, [...], 1843.
- ⁷³ HOFFER – *Nouvelle biographie générale* [...], 1855, p. 90.
- ⁷⁴ CURTIS – *The London Encyclopaedia*: [...], 1829, p. 435.
- ⁷⁵ HOFFER – *Nouvelle biographie générale* [...], 1855, p. 90.
- ⁷⁶ Para informação bibliográfica sobre Bourgoing v. HOFFER – *Nouvelle biographie générale* [...], 1855, p. 90 e cf. CURTIS – *The London Encyclopaedia*: [...], 1829.
- ⁷⁷ V. Prefácio, nota 5.
- ⁷⁸ CARRÈRE – *Tableau de Lisbonne en 1796*; [...], 1797. A obra foi traduzida para português por Castelo Branco Chaves e publicada em 1989.
- ⁷⁹ Prefácio, p. iii.
- ⁸⁰ Respectivamente, Vol. 1, p. 84 e Vol. 2, pp. 133-134. Bourgoing confirma estas afirmações em nota de rodapé e acrescenta: «Não há, aliás, nenhum monumento de arquitectura em Lisboa que mereça ser mencionado» (Vol. 2, p. 123).
- ⁸¹ A descrição desta fase da viagem encontra-se da carta X à XVIII.
- ⁸² «CROKER, Captain Richard (d.1836) – Queen's Co. family. Married Catherine Jane Bland of Queen's Co.» (BROWN – *The Irish Sea-Officers* [...], 1999, p. 393). Esta informação é confirmada a 21 de Fevereiro de 1817 na secção de notícias sobre casamentos em *The General Advertiser or Limerick Gazette* e também em *Freeman's Journal*: «At Ballyrone church, Capt Richard Croker of the RN to Catherine Jane eldest daughter of the late John Bland Esq of of Blandsfort, Queens County, and niece to the Generals Humphery and Thomas Bland».
- ⁸³ «Na sexta-feira Joseph Gibson foi executado a bordo da fragata Loire, no cumprimento da sentença resultante do ataque à fachada na pessoa do Lugar-Tenente R. Croker dessa fragata» (Notícia de segunda-feira, 16 de Novembro de 1812, em *The Salisbury and Winchester Journal*).
- ⁸⁴ «Ontem, pelas 12 horas, um barco que navegava de Tarbert a Glin com um oficial militar e sete homens virou-se numa forte tempestade no mar; não havendo nenhum navio ou ajuda por perto, e como a distância da costa era muito grande, o Capitão Richard Croker, R.N., filho do Rev. Richard Croker, Croome, saiu de Glin com uns destemidos voluntários [...] e, depois de um perigosíssimo e demorado arrostar com um mar muito tempestuoso, conseguiu salvar da sepultura aquática seis dos sete homens da tripulação [...]. Nenhum elogio é demasiado para o Capitão Croker [...]».
- ⁸⁵ BROWN – *The Irish Sea-Officers* [...], 1999, p. 395.
- ⁸⁶ GRIFFITHS – *Croker's Travels through Spain, &c.* [...], 1800, p. 395.
- ⁸⁷ BOONE – *Croker's Travels* [...], 1799, p. 113.
- ⁸⁸ GRIFFITHS – *Croker's Travels through Spain, &c.* [...], 1800, p. 395.
- ⁸⁹ ROSE – *The Priestley Riots of 1791* [...], 1960, Vol. 18, p. 71. Joseph Priestley (1733-1804), teólogo, contribuiu para progressos notáveis nos campos da filosofia e da política.
- ⁹⁰ ROBINSON – *An English Jacobin*: [...], 1955, Vol. 11, nr. 3, pp. 349-355.
- ⁹¹ LEE – *William Withering (1741-1799)*: [...], 2001, p. 77.
- ⁹² Matthew Boulton, grande industrial de Birmingham e pioneiro da engenharia industrial britânica que, em 1775, estabele-

lece uma parceria com o escocês James Watt, inventor da máquina a vapor, para a fabricar e comercializar. Em 1788 Boulton desenvolve novos processos de cunhagem de moeda que dificultam a falsificação. A firma Boulton e Watt tem interesses comerciais em Lisboa, nomeadamente no que respeita à cunhagem de moeda (ROBINSON – *An English Jacobin*: [...], 1955, p. 352).

⁹³ LEE – *William Withering (1741-1799)*: [...], 2001, p. 77.

⁹⁴ J. Priestley parte para a América pouco depois dos tumultos, no que foi seguido por outros, como William Russell. (ROSE – *The Priestley Riots of 1791* [...], 1960, p. 71).

⁹⁵ Os diários registam os acontecimentos desde Julho de 1794 a Setembro de 1801, altura em que regressam à Europa: Mary, Martha e Thomas a Inglaterra e seu pai a França, dado ser ainda *persona non grata* no seu país de origem (JEYES – *The Russells of Birmingham* [...], 1911, p. 126).

⁹⁶ JONES – *Fraternising with the Enemy*: [...], 2005, Vol. 1, p. 40.

⁹⁷ JEYES – *The Russells of Birmingham* [...], 1911, p. 126.

⁹⁸ Para uma biografia do Dr. William Withering cf. PECK *et al.* – *William Withering of Birmingham MD. FRS. FLS.*, 1950 e SCHOFIELD – *Review of William Withering of Birmingham* [...], [Em linha], 1955, e v. LEE – *William Withering (1741-1799)*: [...], pp. 77-83.

⁹⁹ Esta parte do texto divide-se em secções intituladas, por exemplo, «Processions in Portugal», «Navy of Portugal in 1793», «Diamonds», «Wine in Portugal», «Cattle of Portugal», «Royal Stables of Portugal», «Beasts in Portugal», ou «Etiquette».

¹⁰⁰ Sobre este tema cf. FULTON – *The Place of William Withering* [...], 1953.

¹⁰¹ WITHERING – *An account of the foxglove* [...], 1785. O médico comprova os efeitos clínicos da *Digitalis*, determina as dosagens correctas e cataloga os seus efeitos secundários.

¹⁰² WITHERING – *An Arrangement of British Plants* [...], 1818. A obra contém a primeira classificação de plantas em Inglaterra que utiliza o sistema de Lineu. Em honra das suas contribuições neste campo é dado o seu nome à planta *Witheringia solanacea*.

¹⁰³ Em 1789 o famoso geólogo alemão Abraham Gottlob Werner (1750-1817), o primeiro a classificar os minerais de forma sistemática, dá o nome de Withering a um mineral que passa a chamar-se *witherite* (WITHERING – *Experiments and Observations on the Terra Ponderosa*, &c. [...], 1784, pp. 293-311).

¹⁰⁴ Dr. Domenico Agostino Vandelli (1735-1816), primeiro Director do Jardim Botânico da Ajuda, superintendente do Museu e do Jardim da Ajuda, professor de botânica segundo o sistema de classificação de Lineu e participante activo na criação da Real Academia das Ciências de Lisboa. José Mariano da Conceição Veloso (1742-1811), botânico brasileiro, estudioso de espécies da flora e fauna enquanto colaborador do Real Museu e Jardim da Ajuda e da Academia Real das Ciências de Lisboa. Abade José Correia da Serra (1750-1823), investigador de botânica e geologia e um dos fundadores da Academia Real das Ciências de Lisboa.

¹⁰⁵ MANN – *William Withering and Lisbon* [...], [Em linha], 1997, Vol. 6, nr. 3, p. 3.

¹⁰⁶ «Numa carta que recebi de Mrs. Short há um ou dois dias, ela diz que o Dr. Withering, a Charlotte, e o Sr. e a Sra. Pearson e suas filhas tinham partido no Domingo, 16 [...]. Espero sinceramente que o Dr. colha todos os benefícios que os amigos desejam para ele» (WATT – *Carta a James Watt*, [Manuscrito], 1792).

¹⁰⁷ A obra que resulta desta análise, *Analyse chimica da aqua das Caldas da Rainha. A chemical analysis of the water of Caldas da Rainha*, é impressa em 1795 em Lisboa, em português e em inglês, pela Academia Real das Ciências. Louis-François de TOLLENARE faz-lhe referência em *Notes Dominicales* [...], 1971-1973, Tomo I, p. 139, nota 14: «L'analyse des eaux de Caldas da Rainha avait été effectuée par J. M. da Cunha Pessoa, *Analyse das Aguas termais de Caldas da Rainha*, em 1778, et par William Withering, *Analyse química da aqua das Caldas da Rainha*, em 1795». O Dr. Withering é nomeado membro da Academia, mas não tem sobre ela, nem sobre o estado da ciência em Portugal, boa opinião: «O Dr. Vandelli, professor de botânica, possuía indubitavelmente um espírito curioso da primeira vez que cá veio, mas agora a inactividade apoderou-se dele e ficou enferrujado no que toca à ciência [...]. A Sociedade Real mal sobrevive, e fá-lo apenas graças ao zelo e à actividade do secretário, o Abbada Correa [sic], mas penso que este não tardará a desertar e a ir procurar ocupação em Inglaterra [...]» (WITHERING – *Carta a James Watt Esq.*, [Manuscrito], 1793.)

¹⁰⁸ Entrada de 31 de Janeiro de 1794.

¹⁰⁹ Entrada de 31 de Janeiro de 1794.

¹¹⁰ O diário contém descrições e desenhos referentes a um castelo mouro em Almada, incluindo considerações sobre as dife-

renças entre a estrutura óssea dos crânios de mouros e cristãos; tem também desenhos de cabanas de pescadores e barcos de pesca na zona «a que chamam Costa».

¹¹¹ «Todo o nosso grupo passou uns dias em Sintra, o Eliseu deste país [...]. Fica a cerca de onze milhas a oeste de Lisboa na vertente leste ou nordeste da alcantilada cadeia de montanhas que, vista do Atlântico, se chama a Rocha de Lisboa» (WITHERING – *Carta a James Watt Esq.*, [Manuscrito], 1793.)

¹¹² Este aspecto é evidente em frequentes comentários e questões sobre a natureza geológica do terreno, a procedência deste ou daquele objecto, a história dos edifícios e, até num plano, criado pelo autor, de estudos diários a cumprir durante o período de residência em Lisboa, que inclui o estudo de francês e latim, bem como desenho, botânica e matemática.

¹¹³ ROBINSON – *An English Jacobin*: [...], 1955, pp. 349-355.

¹¹⁴ «Para além dos jovens da nobreza, muitos jovens da classe média visitaram o continente no século XVIII e prosseguiram ali os seus estudos. William Withering júnior, James Watt júnior e Matthew Boulton júnior viram com os seus próprios olhos a França pré-revolucionária. Para eles, que chegaram à maioridade exactamente quando a revolução começou, a opressão foi resultado de uma série de incidentes observados com os seus próprios olhos» (*Ibid.*, p. 350).

¹¹⁵ URBAN – Review. *The Miscellaneous Tracts* [...], 1822. A obra recebe críticas favoráveis mas comedidas.

¹¹⁶ Tradução do título: *Viagem por Espanha e Portugal e dali para Inglaterra*.

¹¹⁷ A biografia de Texier em *DANSK Biografisk Lexicon*, 1887-1905, Vol. 12, não contém informação adicional de relevo. Não encontramos até agora qualquer referência bibliográfica ao texto em francês.

¹¹⁸ Tal como se lê na entrada n.º 87 do levantamento bibliográfico de Maria Leonor Machado de Sousa, Lisboa ocupa as páginas 121 à 149 (que correspondem precisamente ao capítulo VIII).

¹¹⁹ Cap. VII, p. 119.

¹²⁰ BOASE *et al.* (ed.) – *Cornubiensis*: [...], 1874-1882.

¹²¹ Esta é a edição que consultámos e que utilizamos como referência neste trabalho. No prefácio a esta edição o autor atribui o longo tempo passado entre a edição de 1807 e a de 1813 à «abundância de elementos que continua a acorrer ao [seu] espírito e à dificuldade de proceder à sua selecção» (p. iv). Existe ainda uma edição impressa em Londres, não datada, embora seja sugerida a data de 1819.

¹²² Sobre esta Sociedade cf. HENWOOD *et al.* – *A brief memoir of George Coad*, [...], 1841.

¹²³ Segundo a United Society for Christian Literature, o âmbito vai-se alargando até que, em 1848, a RTS opera na China, Singapura, Bornéu, Tailândia, Burma, Índia, Sri Lanka, Austrália, Nova Zelândia, ilhas do Pacífico Sul, África, Madagáscar, Índias Ocidentais, Estados Unidos e Canadá, bem como na maioria dos países da Europa e do Próximo e Médio Oriente.

¹²⁴ Logo nas primeiras páginas há um longo parágrafo em que o carácter moralista sobressai. O tema recai sobre as mudanças verificadas em Portugal entre os anos da visita ao país (1796-1797) e o ano da publicação da obra (1807): «Qual não tem sido o interesse suscitado por este país desde a visita do autor; quão fértil não é o terreno de reflexão que se abre ao patriota, ao filósofo, ao político, ao filantropo e ao cristão [...]. As mudanças e mutações de reinados e de estados [...] incitam a considerar 'que a honradez eleva a nação mas que o pecado é vergonha para qualquer povo'. E com que gratidão, admiração e alegria os cristãos reconhecerão o braço Todo-Poderoso que controla o abalar de nações, a ascensão e a queda de impérios [...]» (p. 10).

¹²⁵ COLLINS – *Narrative of a tour in the west of England*, [...], 1818.

¹²⁶ *Ibid.*, p. 344.

¹²⁷ John Campbell, na «Recomendação» à 1ª edição, comenta: «Sobretudo os leitores jovens irão retirar muita informação [...] O autor não só relaciona a situação actual e o que ocorreu quando permaneceu nos diferentes lugares, mas também oferece pormenores resumidos da história passada dos mesmos. Recomendo seriamente este volume, que constituirá uma boa oferta sobretudo para oficiais da Marinha, homens do mar em geral, e pessoas prestes a empreender grandes viagens; é uma obra tão divertida quanto edificante» (p. x).

¹²⁸ Como afirma o autor: «As nossas partidas de, e regressos a, Lisboa eram frequentes, embora habitualmente ficássemos várias semanas de cada vez. Por isso, para evitar o tédio e as desnecessárias repetições, irei juntar numa só descrição geral todas as observações que penso fazer sobre Lisboa» (p. 13).

¹²⁹ Tradução do título: *Diário de uma viagem pela província portuguesa do Alentejo em Janeiro de 1797*. Com uma descrição da Tourada em Portugal. A Bayerische Staatsbibliothek atribui o nome Susanne Horstig à autora com base na assinatura do prefácio: «S. Horstig». No entanto, uma pesquisa bibliográfica mais atenta permite identificar a autora do prefácio como Susette Horstig.

- ¹³⁰ GRIEP – *Frauen reisen*. [...], 1995, p. 95.
- ¹³¹ Lê-se, no final, «S. Horstig, geb. v. Engelbronner d'Aubigny» (S. Horstig, nascida v. Engelbronner d'Aubigny).
- ¹³² GRIEP – *Frauen reisen*. [...], 1995, p. 95.
- ¹³³ Tradução do título: Algumas observações sobre Portugal em cartas de C. I. Ruders.
- ¹³⁴ Vol. I-23, 1835-1875.
- ¹³⁵ Refere-se, com certeza, a *Några Anmärkning öfver Portugall* [...], 1803. A referência a *The Eclectic Review*, editada por Greathed *et al.*, dirige-se aos números de Jan. de 1805 (Art. XXIV, pp. 77-80) e Fev. de 1805 (Art. XXIII, 154-155).
- ¹³⁶ Deixamos aqui nota de que A. Feijó não faz referência ao nome do tradutor, Heinrich Friedrich Link, cientista conhecido e autor de um relato de viagem sobre Portugal já então sobejamente conhecido em vários países, incluindo a Suécia.
- ¹³⁷ ZIERVOGEL (ed.) – *Konunga-Riket Portugalls geographie*, [...], 1759.
- ¹³⁸ Ruders afirma ainda que desde que regressara à Suécia ainda não vira a edição alemã da obra de Link, mas apenas a tradução para o sueco do Sr. Ödmann. Presumivelmente trata-se da tradução dos dois primeiros volumes de Link publicada em 1802 com o título *Resa genom Frankrike, spaniem och i synnerhet Portugall*.
- ¹³⁹ MARSHALL Sir William Maynard Gomm. [...], 16 March 1875.
- ¹⁴⁰ Cf. ANÓNIMO – Sir William Gomm, [Em linha], (s/d).
- ¹⁴¹ CHISHOLM (ed.) – Sir William Maynard Gomm [...], 1910, pp. 229-230.
- ¹⁴² *Ibidem*.
- ¹⁴³ HOWARD *et al.* – *Visitation of England and Wales*, 1899, p. 126 e CARR-GOMM – *Men-at-the-bar*: [...], 1885, p. 180.
- ¹⁴⁴ QUÉRARD – *La France littéraire*, [...], 1830-1835, p. 452.
- ¹⁴⁵ DENYS – Notice Biographique sur M. Ranque [...], 1846, p. 172.
- ¹⁴⁶ O seu nome figura em *Annuaire des titulaires de la Legion d'Honneur. Patrimoine de France*, base de dados do Ministério da Cultura e da Comunicação da Arquitectura e do Património de França.
- ¹⁴⁷ Exemplos de artigos de sua autoria frequentemente citados são *Théorie et Pratique de l'Inoculation de la Vaccine* [...], 1801 e *Mémoire sur un nouveau traitement du choléra-morbus* [...], conferência proferida em 4 de Março de 1831 na Société Royale des Sciences, Belles-Lettres et Arts.
- ¹⁴⁸ Ranque morre a 24 de Janeiro do mesmo ano.
- ¹⁴⁹ DENYS – Notice Biographique sur M. Ranque [...], 1846, Tomo VII, pp. 168-177.
- ¹⁵⁰ A primeira carta tem data de 10 de Março de 1801.
- ¹⁵¹ Ranque não chega a participar nas invasões, cedendo aos pedidos de várias instituições médicas parisienses que consideram mais útil a sua contribuição para o desenvolvimento de um novo método de luta contra a varíola.
- ¹⁵² As obras referidas são a nossa fonte primária da autoria do Barão de Cormatin e a fonte secundária *A General View on the State of Portugal* [...] e não *Plans, elevations, sections and views* [...], ambas do arquitecto Murphy.
- ¹⁵³ A narrativa de Cormatin fora publicada três anos antes, em 1798.
- ¹⁵⁴ Sobre a comunidade estrangeira em Lisboa cf. STRASSEN *et al.* – *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, 1944.
- ¹⁵⁵ Tradução do título: Cartas escritas a um amigo durante a minha estadia em Inglaterra e Portugal.
- ¹⁵⁶ Jean Paul Friedrich Richter, conhecido simplesmente por Jean Paul (1763-1825), viajante, escritor e editor. Friedrich von Weech, outro dos viajantes cuja obra aqui apresentamos, inclui na sua página de rosto a citação de Jean Paul «Só viajar é viver». Algumas fontes especulam sobre a hipótese de ser Jean Paul o amigo a quem o título da obra de Bernard se refere, incluindo CLARA – Entre a Literatura e a História: [...], 1991, nota 18, p. 63.
- ¹⁵⁷ Cf. MARTIN — *Moving Scenes*: [...], 2008. Entre outras fontes biográficas consultadas estão CLARA – Entre a Literatura e a História: [...], 1991; GRIEP – *Frauen reisen*. [...], 1995; PATAKY – *Lexicon deutscher Frauen der Feder*. [...], 1838; *DAS Gelehrte Hannover* [...], 1823; *DIE deutschen Schriftstellerinnen des 19. Jahrhunderts*, 1825; *GROSSE juedische National-Biographie* [...], 1927.
- ¹⁵⁸ Exemplos de literatura de viagem da sua autoria são *Beschreibung einer Wasserreise von Aussig nach Dresden*, 1799; *An Appendix of the Description of Paris*, 1820; *Leucadio Doblado, Briefe aus Spanien*, 1824.
- ¹⁵⁹ WATT – *Woman's Progress*: [...], 1991, p. 50.
- ¹⁶⁰ PELZ – *Ob und wie Frauenzimmer reisen sollen?* [...], 1993, p. 9.
- ¹⁶¹ BERNARD – *Kritische Auseinandersetzung* [...], 1814.
- ¹⁶² Sobre a obra de Link declara: «Esta obra, que só conheço em tradução inglesa, e que, indiscutivelmente, contém tesouros

para os especialistas em plantas, não está isenta de pequenas inexactidões que referirei com a atenção que é devida ao homem de grandes méritos que o Sr. Link é.» (p. 139).

¹⁶³ Aquando da visita ao Cemitério dos Ingleses em Lisboa, comenta: «There is always to me something affecting in the sight of the grave of a fellow countryman in a foreign land» (*Observations on a Journey [...]*, p. 11).

¹⁶⁴ Semple escreve *Walks and sketches at the Cape of Good Hope*; [...], 1803; *Sketch of the present state of Caracas*; [...], 1812; e *Observations made on a tour from Hamburg*, [...], 1814. O romance intitula-se *Charles Ellis: or, The Friends*; [...], 1806. Para informação bibliográfica mais completa sobre Robert Semple cf. BUMSTED – Robert Semple [...], [Em linha], 1999.

¹⁶⁵ Cf. GARLAND – He Was There [...]. [Em linha], Vol. 3, n.º 2, Jan. 1958.

¹⁶⁶ Para mais informação sobre este tema cf. BUMSTED – Robert Semple [...], [Em linha], 1999.

¹⁶⁷ Não será de admirar que esta última obra tenha tido grande sucesso em Inglaterra, pois o tema era do interesse dos ingleses. Durante as guerras com Napoleão, a Inglaterra havia tomado posse da colónia do Cabo mas no ano em que Semple chega a Capetown, em 1802, a colónia volta a ficar na posse da Holanda, situação que se mantém até 1815. Sobre este tema cf. GARLAND – He Was There [...]. [Em linha], Vol. 3, n.º 2, Jan. 1958.

¹⁶⁸ Vol. 25, pp. 260-267.

¹⁶⁹ P. 628, entrada n.º 4078.

¹⁷⁰ BILLARD DE VEAUX – *Mémoires de Billard de Veaux (Alexandre)*, [...], 1832, p. 68.

¹⁷¹ COOK (ed.) – *Dictionary of Canadian Biography*, 1966, pp. 618-621.

¹⁷² BILLARD DE VEAUX – *Mémoires de Billard de Veaux (Alexandre)*, [...], 1832, p. 68.

¹⁷³ *Ibid.*, p. 74.

¹⁷⁴ A este respeito v. nota *supra* 58.

¹⁷⁵ Sobre Bourmont v. ANÓNIMO – Louis-Auguste-Victor, [...], 2000.

¹⁷⁶ Segundo o próprio autor, a chegada ocorre em Março de 1805 (p. 1).

¹⁷⁷ BILLARD DE VEAUX – *Mémoires de Billard de Veaux (Alexandre)*, [...], 1832, p. 66.

¹⁷⁸ P. 3. Esta regeneração será mais do domínio sentimental: «A partir de agora, as minhas únicas divindades serão a fidelidade, a constância; aqui encontrarei uma mulher encantadora [...] e viveremos apenas um para o outro; e nestes deliciosos climas, os nossos dias [feitos] de fios de seda suceder-se-ão num doce encanto sob as asas do amor e da inocência». Notemos que Billard de Veaux menciona a vida sentimental escandalosa de Blairie, que inclui o abandono da companheira grávida, a qual viria, pouco depois, a falecer (pp. 68 e 71).

¹⁷⁹ A obra é publicada em 1802.

¹⁸⁰ ERSCH – *Nachtrag zum Gelehrte Frankreich [...]*, 1802, p. 56.

¹⁸¹ *Ibid.*, p. 42.

¹⁸² BILLARD DE VEAUX – *Mémoires de Billard de Veaux (Alexandre)*, [...], 1832, pp. 69-70 e 74.

¹⁸³ NEALE – *The Spanish Campaign [...]*, 1828, Vol. 27.

¹⁸⁴ Médico e Membro da Royal Society, Membro do Colégio Real dos Médicos e Médico do Exército de Sua Majestade.

¹⁸⁵ LAW – Adam Neale [...]. [Em linha].

¹⁸⁶ *Ibidem*.

¹⁸⁷ «Um volume interessante sobre viagens será lançado no mês de Janeiro com o título de *Travels through some parts of Germany, Polland, Moldavia, and Turkey; by Adam Neale, M.D. late physician to the British Embassy at Constantinople, and physician to the forces*. Conterá desenhos de paisagens da Polónia, Moldávia, Mar Negro, Turquia, etc., e de trajas (Adam Neale. Review, Out. 1817-Mar. 1818, Vol. 2, p. 452).

¹⁸⁸ A obra de Murphy que menciona é *Plans, elevations, sections and views [...]*, 1795.

¹⁸⁹ «Se por um lado gostava dos espanhóis, não se permitia não ver os seus defeitos [...] E o mesmo pode dizer-se da sua atitude em relação a Sir John Moore. Era claro que gostava dele e o admirava, mas sentia que ele se tornava demasiado negativo e deprimido pelos problemas que tinha em comunicar com os espanhóis» (LAW – Adam Neale [...], [Em linha]).

¹⁹⁰ Esclarece ainda que teve um tempo demasiado curto para a revisão do texto, pois fora chamado a servir com as forças britânicas no estrangeiro apenas uma semana após ter aceite a oferta de publicação (*Ibidem*).

¹⁹¹ Os gravadores ingleses Charles Heath (1758-1848), James Fittler (1858-1835) e Charles Warren (1767-1823).

¹⁹² A propósito da ponte sobre o rio Nisa: «Peguei no meu lápis e esbocei esta cena romântica que lhe envio nesta carta»; e sobre o Rio Goa: «Mando nesta carta um desenho da ponte sobre o rio Coa que descrevi na minha última [carta]» (p. 203).

¹⁹³ Sobre a evolução da descrição da montanha v. p. 34 do Cap. I.

¹⁹⁴ P. 172.

¹⁹⁵ ELLIS *et al.* – Spanish Affairs. [...], Vol. 2, n.º 3 (August 1809), pp. 190-220.

¹⁹⁶ WATT, Robert – Rev. James Wilmot [...], 1824, Vol. 2. p. 719. O nome de família do autor é dado como Ormsley e, no título da obra, a palavra «sentiments» é substituída por «settlements». A data de publicação é dada como 1810.

¹⁹⁷ SOUTHEY – *History of the Peninsular War*, 1828, p. 479.

¹⁹⁸ Veja-se o sermão da sua autoria, publicado com o título de *A Sermon, preached in the cathedral church of Limerick, [...]*, 1798. Sabemos que é Reitor de Bray, em Dublin, nos anos de 1796, 1803 e 1805. Sobre este tema v. D'ALTON – *History of the County of Dublin*, 1902-1920, pp. 912, 925 e 928.

¹⁹⁹ Chefia o 2.º Regimento dos Fencible Cavalry Dragoons entre 1794 e 1802 (BURNHAM (ed.) – *The Napoleon Series*. [Em linha]. Junho 2003).

²⁰⁰ Tradução do título: Deambulações de A. L. F. S. (1778-1840) de Hannover, Comissário Geral Adjunto ao serviço do exército britânico.

²⁰¹ No presente estudo trabalhámos o texto de 1810. No que diz respeito ao nosso objecto de estudo, não há alterações entre estas quatro edições. Na Biblioteca da Universidade de Harvard encontra-se uma cópia da edição de 1811, oferecida pelo antigo aluno John B. Stetson Junior, formado em 1906, em memória de Aleixo Queirós Ribeiro de Sotomaior de Almeida e Vasconcelos, 1.º Conde de Santa Eulália.

²⁰² GRIFFITHS (ed.) – Cf. *The Anti-Jacobin Review and Magazine*[...], p. 317.

²⁰³ ROBERTS – *The British Review, and London Critical Journal*, 1811, Vol. 2, pp. 365-388.

²⁰⁴ *Ibidem*.

²⁰⁵ GRIFFITHS (ed.) – Review of *A treatise on the defence of Portugal* [...], 1812, Vol. 67, (January-April), pp. 396-406.

²⁰⁶ É identificado deste modo em ambas as edições acima mencionadas de 1810 e de 1811. É esta, também, a única informação biográfica que encontramos em *A Biographical Dictionary of the Living Authors of Great Britain and Ireland Comprising*, 1816, p. 107.

²⁰⁷ WILLIAM Granville Eliot. [Em linha].

²⁰⁸ «O General Dumouriez, na página 24 do seu Tratado [*sic*], diz que ‘Almeida é a principal praça do distrito e a mais forte fortificação em Portugal’. Mas na descrição geral da topografia da região e das praças fortes, na página 131, lê-se: ‘A praça mais forte e mais importante da divisão sul ou margem esquerda do Tejo e, a bem dizer, de Portugal inteiro, é Elvas’. E, de novo, na p. 45, ‘As fortificações de Elvas não são muito importantes’. Aqui há, pois, uma grande incoerência num dos pontos de maior relevo no que toca à defesa do país. Podemos considerar de alguma importância a opinião de militares e, em particular, de um militar tão consagrado como o General Dumouriez [...]. Tendo em conta as circunstâncias acima mencionadas, parece que, neste aspecto, o General nos deixou completamente às escuras, para além de entrar, na última parte da sua obra, em contradição directa com aquilo que tinha declarado anteriormente. Por outro lado, na p. 73 lê-se: ‘Abrantes é uma cidade de grande densidade populacional’ e, como o General Dumouriez comenta com justeza, é ‘a chave do Tejo’» (pp. 63 e 64).

²⁰⁹ «Fui suficientemente ousado para seleccionar as seguintes passagens do tratado do General Dumouriez que, apesar de conter alguns erros, é de longe o melhor trabalho sobre o assunto e devia ser lido com atenção por todos os militares em serviço em Portugal» (pp. 86-87).

²¹⁰ COSTIGAN – *Sketches of society and manners in Portugal*. [...], 1787 e CORMATIN – *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet* [...], 1798.

²¹¹ Em consonância, Eliot aconselha a quem quiser conhecer Portugal a compra de um bom dicionário e de um livro de gramática da língua portuguesa, bem como de um bom mapa: «O melhor mapa que consegui obter em Inglaterra é um mapa de quatro folhas de Espanha de Portugal publicado em 1810 por Faden. O mapa de Portugal de Jeffery é útil no que diz respeito aos rios. O de Lopez, publicado em Madrid, também tem utilidade» (p. 104).

²¹² Não temos datas de nascimento e morte de Fisher, mas sabemos que faleceu antes de 9 de Outubro de 1828, data em que há notícia da morte da sua viúva, Elizabeth Fisher (URBAN (ed.) – Richard Barnard Fisher. [...], Vol. 98 (Jul.-Dez.1828), p. 381).

²¹³ Há notícia de um monumento erigido a seu irmão na Catedral de Salisbury: «A beautiful monument has just been erected in Salisbury Cathedral to the memory of Bishop Fisher. Its design is chaste and elegant and does credit to Mr. Osmond of Salisbury» (*Ibid.*, p. 635).

²¹⁴ O autor apenas menciona 22 de Março como o dia de chegada.

- ²¹⁵ The King's Royal Rifle Corps (60th). [Em linha].
- ²¹⁶ *A Practical Treatise on Copyhold Tenure* [...], 1794.
- ²¹⁷ *Of the Importance of the Cape of Good Hope as a Colony to Great Britain*, 1814.
- ²¹⁸ P. 2.
- ²¹⁹ P. 24. Esta opinião é também expressa nas pp. ii-iii.
- ²²⁰ Cf. os registos de Milford, Snow & Co, 1800-1894, apresentados por John Ryton em *Banks and Banknotes of Exeter 1769-1906*, 1984; v. também a entrada n.º 48 em *Twigg's corrected list of the country-bankers of England and Wales*, 1830.
- ²²¹ Encontra-se uma recensão desta obra em: GRIFFITHS (ed.) – *Miscellaneous*. [...], May-Aug 1800, p. 315.
- ²²² *A Catalogue of the Books* [...], 1835, p. 668.
- ²²³ *Observations, moral, literary, and antiquarian* [...], 1818.
- ²²⁴ *Norway and her Laplanders* [...], 1842.
- ²²⁵ *The London Catalogue of Books* [...], 1851, p. 377.
- ²²⁶ «In submitting my observation to the public it is necessary I should inform my readers, that having passed, during the peninsular war, more than a year in rambling over various parts of Spain and Portugal, and winter coming on, I formed the resolution of changing the scene, by removing to the milder climate of Italy» (p. 1).
- ²²⁷ A descrição de Portugal encontra-se entre as pp. 150-195; a obra tem um total de 212 páginas.
- ²²⁸ Pp. 182-183.
- ²²⁹ A obra está dividida em cinco capítulos, seguidos de Conclusão, Apêndice e Índice, num total de 296 páginas. Lisboa é a cidade mencionada no cabeçalho de todas as cartas enviadas de Portugal, independentemente do local em que o autor as escreve, pois, segundo a editora, deste modo havia maior probabilidade de receber a correspondência de resposta enviada por sua mãe (p. 196).
- ²³⁰ Heathcote desembarca em Lisboa no dia 20 de Outubro (carta de 2 de Novembro de 1809) depois de dezasseis dias de viagem por mar (p. 197).
- ²³¹ Em 1803 é nomeado Secretário da Legação Britânica em Kassel (BISHOP – *Side-Lights on Napoleonic Era* [...]). [Em linha].)
- ²³² O idioma falado na casa paterna era o francês, que sua mãe utiliza nas cartas que lhe escreve. Seu pai era anglicano e sua mãe católica.
- ²³³ A acompanhar o desenho de uma vista de Coimbra, Heathcote escreve: «N.B. Na expectativa de um segundo ataque iminente, no dia 27, e na noite que se seguiu, mantivemos a nossa posição entre os penedos. Na manhã de 28 o inimigo foi visto a dirigir-se para o nosso lado esquerdo. No decorrer da noite seguinte o exército dividiu-se: Lorde Wellington, com o corpo principal, avançou para Coimbra e o Gen. Hill regressou à sua posição anterior na Serra de Murcela, onde estacionámos entre os dias 29 e 30. A 1 de Outubro começou a nossa retirada para as linhas, por Tomar e Santarém, até Alhandra, sem interrupção; chegámos a Alhandra a 8 de Outubro» (p. 234).
- ²³⁴ De facto, logo na primeira carta datada de Lisboa em 2 de Novembro de 1809, Heathcote escreve: «Chegámos a Lisboa no dia 20 e encontrámos o nosso regimento muito tranquilamente aquartelado, sem haver a mínima possibilidade de vir a ter que se juntar ao exército, que estava a cerca de duzentas milhas de distância. E aqui ficámos, até agora muito sossegados, numas instalações excelentes; os nossos homens e os cavalos estão em magníficos quartéis e estábulos, e nós próprios estamos a gozar o luxo de um clima delicioso e de todas as diversões da capital» (p. 198).
- ²³⁵ BISHOP – *Side-Lights on Napoleonic Era* [...]. [Em linha].
- ²³⁶ «Creio não exagerar se disser que cerca de um terço das senhoras presentes eram de raça negra. As europeias (não posso chamar-lhes as brancas) estavam longe de fazer grande alarde de beleza ou elegância. Parecem todas judias e, com excepção dos olhos, que são belos, não têm grandes encantos de que se gabar» (p. 202). O comentário sobre as pessoas e o clima surge na pág. 212.
- ²³⁷ O volume II é composto por dez capítulos de narrativa de viagem (213 páginas), um *post scriptum* e um apêndice com informação sobre variados aspectos dos países visitados.
- ²³⁸ URBAN (ed.) – General George Cockburn. [...], Nov. 1847, pp. 539-540. Para mais informação sobre esta fase da vida do autor cf. ASTBURY – *George Cockburn: An Irish Traveler and Collector*. [Em linha], 1996.
- ²³⁹ *A dissertation on the state of the British finances* [...], 1843.
- ²⁴⁰ URBAN (ed.) – General George Cockburn. [...], Nov. 1847, pp. 539-540.
- ²⁴¹ Na p. 168 o autor menciona um desenho que fez do local do Vimeiro, o qual não consta da obra.

- ²⁴² «Advertissement» do editor, p. iii.
- ²⁴³ *The Literary chronicle and weekly review*. [...], 1819. 10 vol. p. 406.
- ²⁴⁴ A última entrada referente a Portugal tem lugar na p. 42. A descrição referente a Espanha estende-se até à p. 74, após o que o autor descreve a viagem de regresso por França.
- ²⁴⁵ N.º 154, 1820, p. 432.
- ²⁴⁶ MILL (ed.) – *Catalogue of the Library*..., 1865, pp. 207 e 516. Nesta, como em várias outras publicações, a obra é mencionada conjuntamente com a de John Bowring, intitulada *Observations on the state of religion and literature in Spain* [...]. Surgem, também, em conjunto, na colectânea de Sir Richard Phillips, *New Voyages and Travels*, 1820.
- ²⁴⁷ MYERLY – *British Military Spectacle*: [...], 1996, p. 185.
- ²⁴⁸ A edição que analisámos inclui gravuras de Trancoso, Serra da Estrela, as ruínas de um castelo mouro, perto de Moreira, e formações rochosas perto de Trancoso.
- ²⁴⁹ P. 85.
- ²⁵⁰ Para mais informações sobre observações feitas por viajantes estrangeiros relativamente a estabelecimentos hoteleiros e alojamento em geral v. PAULINO KULMACZ – *Arte e Património em Portugal* [...]. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal, 2001, Anexo II, pp. 14-16.
- ²⁵¹ Tomo X, pp. 2-32.
- ²⁵² Tomo IX, p. 123.
- ²⁵³ *Portugal e os Estrangeiros* [...], 1879, p. 548.
- ²⁵⁴ GARCÍA-ROMERAL – *Bio-bibliografía de viajeros* [...], 2001, p. 820.
- ²⁵⁵ FARINELLI – *Viajes por España y Portugal* [...], 1979, p. 54.
- ²⁵⁶ Catálogo da Livraria Duarte de Sousa [...], 1972-1974, p. 229.
- ²⁵⁷ QUÉRARD – *La France littéraire* [...], p. 39.
- ²⁵⁸ Não encontramos dados bibliográficos sobre estes textos, ou quaisquer outras referências aos mesmos.
- ²⁵⁹ MUÑOZ Y ROMERO – *Diccionario Bibliográfico-Histórico* [...], 1858, p. 295.
- ²⁶⁰ Tradução do título: Viagem por Inglaterra e Portugal com destino ao Brasil e aos Estados Unidos do Rio La Plata durante os anos de 1823 a 1827. Não confundir o autor com Friedrich von Weech (1837-1905), autor e editor de obras sobre arquitectura e história.
- ²⁶¹ HOFFMANN (ed.) – *Bemerkungen ueber Lissabon und die Bewohner Portugals, nach v. Weech's Reise* [...], 1833.
- ²⁶² NEUER Nekrolog der Deutschen, 1837 (1839).
- ²⁶³ Esta obra foi traduzida para português e publicada em São Paulo no ano de 1992.
- ²⁶⁴ Tradução do título: Deambulações de um jovem do norte da Alemanha por Portugal, Espanha e América do Norte nos anos de 1827 a 1831. Embora França não conste do título, o autor escreve de lá cinco cartas.
- ²⁶⁵ Note-se a disparidade entre as datas do título e as datas no texto.
- ²⁶⁶ O capítulo não está assinado e não é possível determinar se foi escrito pelo autor ou pelo editor.
- ²⁶⁷ A obra é publicada em Hamburgo, sendo essa a edição que consta da bibliografia incluída em THOMPSON – *German Travellers in the South* [...], Vol. 37, n.º 2, Maio 1972, pp. 64-74.
- ²⁶⁸ *GDZ-Goettingen Digitalisierungszentrum*, fruto da cooperação entre as bibliotecas das Universidades de Berlim, Hannover, Munique e Kassel, na Alemanha; da Universidade de Cornell e do Congresso, nos EUA; da Universidade de Oxford, em Inglaterra; da Universidade de Tsinghua, Beijing, China; da Biblioteca Nacional de França e da GPNTB (Biblioteca Gosudarstvennaia publichnaia nauchno-teknicheskaja) de Moscovo.
- ²⁶⁹ STRUPP *et al.* – *German Americana, 1800-1955*. [...], 2007, p. 192, entrada 2214.
- ²⁷⁰ Sobre a actividade de Lotz como tradutor, bem como a sua competência e reputação enquanto tal, v. BACHLEITNER – «Uebersetzungsfabriken». *Das deutsche Uebersetzungswesen* [...], Vol. 14, pp. 1, 13 e 15.
- ²⁷¹ Alguns exemplos são *Briefe in die Heimath*. [...], 1833 e *A. Oehlenschlägers Briefe* [...], 1820, obra editada e traduzida do original dinamarquês por Lotz. Para uma bibliografia de Georg Lotz cf. HAMBERGER *et al.* – *Das Gelehrte Teutschland* [...], 1834.
- ²⁷² *Originalien aus dem Gebiete der Wahrheit und Laune, Kunst und Phantasie*, 1817-1847. Após a morte de Lotz, a publicação da revista passou a ser assegurada por sua esposa.
- ²⁷³ BLUMENTHAL – *Georg Lotz 1748-1844*, 1934.
- ²⁷⁴ KAISEN – *America-Bremen Ties*. [...], Fev. 1953, pp. 3-6. Tradução do discurso proferido pelo Presidente do Senado de

Bremen aquando da Exposição Comemorativa dos 170 anos de relações comerciais entre Bremen e os Estados Unidos, *Die Handelsbeziehungen zwischen Bremen und U.S.A.- eine Bruecke zwischen den Kontinenten*, instalada na America House de Bremen, Alemanha.

²⁷⁵ *Ibid.*, p. 4.

²⁷⁶ Já em 1832 a cidade faz passar leis que regulamentam o tratamento adequado dos emigrantes, as quais vieram a constituir um exemplo para todo o mundo (*Ibid.*, p. 6).

²⁷⁷ *South Australian Passenger lists 1836-1851*. [Em linha]. A agência viria a abrir-se mais tarde para os mercados do sul da Austrália.

²⁷⁸ THOMPSON – German Travellers in the South [...], p. 65.

²⁷⁹ JEFFERIES (ed.) – The Earl of Carnarvon. Obituary. [...], Jan.-Jun. 1850, p. 205.

²⁸⁰ Nas páginas finais da narrativa lê-se: «Durante a minha digressão pelas províncias do sul, houve muitos e importantes acontecimentos: a revolução a favor de D. Miguel evoluíra de forma significativa e ele foi, efectivamente, proclamado Rei em Lisboa, no Porto, em Évora, em Faro e em todas as cidades grandes do Reino» (Vol. II, p. 174).

²⁸¹ O volume I, tem oito capítulos; o volume II é composto pelos capítulos IX a XII. A obra inclui ainda três ensaios: um, sobre a situação política e social das províncias bascas, intitulado «Review of the Social and Political State of the Basque Provinces: with a few Remarks on Recent Events in Spain»; um segundo, sobre a Constituição de 1820, intitulado «Sketch of the Constitution of 1820»; e um terceiro, sobre a Catalunha, intitulado «Remarks on the Present State of Catalonia».

²⁸² «This publication marked him at once as a man of taste, cultivation, and accomplishment» (JEFFERIES (ed.) – The Earl of Carnarvon. Obituary. [...], Jan.-Jun. 1850, p. 205).

²⁸³ *Ibidem*.

²⁸⁴ Apenas um dos doze capítulos é dedicado a Espanha e é com alívio, escreve o autor, que entra de novo em Portugal após uma curta viagem pelo país vizinho (Vol. I, p. 250).

²⁸⁵ Para dar uma ideia da amplitude desta narrativa diremos que aqui encontramos, para além de Lisboa, Sintra, Colares, Mafra, Alcobaça e Batalha, também Coimbra, Aveiro, Porto, Amarante, Barcelos, Caminha, Guimarães, Moita, Arrábida, Monchique, Lagos, Sagres, Silves, Vila Real de St. António, Faro, Mértola, Beja, Alentejo, Montemor e Pegões.

²⁸⁶ GERBER – *The Oxford Companion to J. M. W. Turner*. [Em linha]. N.º 16, Junho 2001.

²⁸⁷ HAMMOND (ed.) – *The Complete Peerage* [...], 1998, Volume XIV, p. 149.

²⁸⁸ Intitulada *D. Pedro*, a peça é levada à cena no teatro Drury-lane. (JEFFERIES (ed.) – The Earl of Carnarvon. Obituary. [...], Jan.-Jun. 1850, p. 205).

²⁸⁹ *Ibidem*. Outras fontes indicam a data de 1825 para a publicação deste poema.

²⁹⁰ Problemas de saúde impedem-no de dar continuidade a esta carreira (*Ibidem*).

²⁹¹ O autor define este texto como «[...] o registo do que aconteceu ao autor durante a sua viagem pelo país num período muito crítico e das observações que resultaram dessas peculiares circunstâncias» (p. xi.).

²⁹² Lord Carnarvon descreve assim esta visita: «Um jovem de uma família de antigas tradições veio ter comigo; na altura, era muito conhecido no mundo literário devido à publicação das suas narrativas de viagem; desde então, a sua reputação cresceu muito com a publicação de *Journey into Morocco*, uma obra que revela um invulgar talento para a observação, uma rápida apreciação do belo e, em geral, grande competência» (Vol. I, p. 6). O título da obra de Brooke é *Sketches in Spain and Morocco*.

²⁹³ Vol. I, p. 287.

²⁹⁴ Vol. 2, p. 174.

²⁹⁵ «A maior parte desta obra foi escrita há muito tempo e destinava-se, inicialmente, a ser incorporada num Tratado Político sobre Portugal, publicado há alguns anos, constituindo a sua continuação» (Vol. I, p. vii). Há outra referência a esta outra obra: «Num trabalho anterior sobre Portugal, de carácter mais profundo, elogiei a política do governo português, que soube vincular as pessoas mais influentes da Universidade aos seus interesses através de frequentes promoções e honroso tratamento» (Vol. I, p. 48). No entanto, não temos conhecimento do título ou data da obra a que Lord Carnarvon se refere.

²⁹⁶ Referência aos recentes conflitos carlistas.

²⁹⁷ JEFFERIES (ed.) – The Earl of Carnarvon. Obituary. [...], Jan.-Jun. 1850, p. 205.

²⁹⁸ Southern Society for Clinical Investigation (U.S.) (ed.) – *The American Journal of the Medical Sciences*, Vol. 25, 1839.

²⁹⁹ *Medical topography of Brazil and Uruguay* [...], 1845; *Diseases and Injuries of Seamen* [...], 1854. Para mais informação biográfica e bibliográfica sobre o autor v. HORNER – *The history of the Blair, Banister, and Braxton families* [...], 1897, p. 248.

³⁰⁰ HORNER – *The history of the Blair, Banister, and Braxton families [...]*, 1897, pp. 247-248.

³⁰¹ «Apesar da perturbada situação do país e das mudanças frequentes de governo, os interesses da humanidade não são negligenciados na capital» (p. 38). Sobre os hospitais: «A comida e os medicamentos são distribuídos com grande regularidade. A primeira consiste principalmente em sopa, arroz e aves de capoeira e é preparada na cozinha, que é enorme e equipada com tudo o que é necessário para um estabelecimento desta dimensão. Os cozinhados são na sua maioria preparados em caldeirões de cobre polido e cada artigo é servido sob a supervisão de um amanuense que, com o livro de contas à frente, se senta numa mesa semi-circular que se estende de uma ponta à outra da sala e que separa os cozinheiros dos criados» (p. 40).

³⁰² «Há ainda uma outra criança que tem barbatanas de tipo tartaruga em vez de braços, uma terceira que tem uma cabeça e dois corpos unidos até aos umbigos, quatro braços e quatro pernas, e uma quarta com duas cabeças e um pescoço. Todos estes monstros parecem ter nascido a termo e estão conservados em álcool» (p. 38).

³⁰³ HAINES – *A Biographical Sketch of the Class of 1826, Yale College. [...]*, 2005, pp. 81-82.

³⁰⁴ Para mais informação biográfica sobre o autor cf. FREEMAN – *The History of Cape Cod [...]*, 1862.

³⁰⁵ HAINES – *A Biographical Sketch of the Class of 1826, Yale College. [...]*, 2005, p. 81.

³⁰⁶ *Ibidem*.

³⁰⁷ Na p. viii do Prefácio Rockwell explica que no «diário» mantivera os verbos no tempo presente dado que o texto original era composto por cartas e qualquer alteração perturbaria o estilo original e a sensação de imediatismo.

³⁰⁸ Rockwell escreve que domina «as línguas mais comuns da Europa do Sul» e por isso espera ter acesso a fontes de informação actualizadas e fiáveis sobre a história, costumes, ritos religiosos e instituições, quer educativas, quer de caridade (p. 6).

³⁰⁹ A passagem citada é de *On Travel*. In *The Essays or Counsels [...]*, 1851.

³¹⁰ O texto sobre Portugal está repleto de listagens e estatísticas relativas, por exemplo, aos ingressos e despesas de hospitais, conventos, Casa Pia e Universidade de Coimbra.

³¹¹ V. nota *supra* 7, Prefácio.

³¹² Durante parte da viagem por Portugal, Rockwell acompanha um grupo de contrabandistas, o que dá origem a descrições como esta: «Houve cenas nocturnas em que os contrabandistas estavam na sua máxima glória, com roupas grosseiras, caras ferozes e brutais cobertas por chapéus moles de aba larga e virada para baixo – tudo vagamente iluminado pelas inconstantes labaredas da fogueira e por um único candeeiro pendurado na parede – e puxavam das facas durante discussões acaloradas, rindo-se logo de seguida e divertindo-se com o máximo dos gozos. Tudo isto formava uma cena selvagem e excitante, um tema romântico e extravagante digno da pena de um Scott ou de um Byron e do ousado lápis de Salvator Rosa» (p. 225).

³¹³ *The Catskill Mountains and the Region Around. [...]*. Obra importante para a Hudson River School.

³¹⁴ «A Escola do Rio Hudson» deu corpo a um movimento que se fez sentir sobretudo entre 1825 e 1880, formado por pintores de paisagem que trabalhavam em Nova Iorque, entre os quais Frederic Edwin Church (1826-1900), cuja visão estética integrava princípios do Romantismo e do Realismo.

³¹⁵ P. 244.

³¹⁶ Tradução do título: Portugal. Um quadro da nação e dos costumes em esboços e imagens após observações e experiências ao longo de trinta anos.

³¹⁷ Entre os autores que têm vindo a contribuir para um melhor conhecimento dos serviços prestados por Eschwege a Portugal encontram-se Maria João Batista Neto, Paul Choffat e Friedrich Sommer. Outras fontes biográficas são *Neue Deutsche Biographie*, Bd. 4, 1959, *Allgemeines Lexicon der Bildende Kuenstler*, Bd. 11, 1915 e *Biographisch-literarisches Handwoerterbuch*, Bd. I, 1863.

³¹⁸ Friedrich Ludwig Wilhelm Varnhagen, engenheiro militar alemão que vai para o Brasil em 1810 contratado pela Coroa para construir os altos fornos da Real Fábrica de Ferro São João do Ipanema.

³¹⁹ Tradução do título: A minha viagem a Portugal na Primavera de 1836.

³²⁰ Nesta versão o título não menciona Portugal: *Dos Años en España durante la Guerra Civil, 1838-1840*.

³²¹ Tradução do título: Recordações de Lisboa. Retrato da cidade e descrições das circunstâncias, esforços e progressos recentes de Portugal.

³²² *Die hoehere wissenschaftliche Lehr- und Erziehungs Anstalt zu Hofwyl*, 1837.

³²³ *Bibliotheken Portugals – roemische Alterthuemer [...]*, 1840.

³²⁴ *Ignez de Castro [...]*, 1841.

³²⁵ *Der Moench von Santarem [...]*, s/d.

- ³²⁶ Foi médico oftalmologista da Rainha Vitória desde 1859 (KEELER – *Antique ophthalmic instruments and books* [...] [Em linha], p. 713).
- ³²⁷ Não encontramos no texto referência directa a datas. Chegámos à data de 1838-1839 com base em dados biográficos.
- ³²⁸ PAGEL – *Biographisches Lexikon* [...], 1901, p. 344.
- ³²⁹ Cf. KEELER – *Antique ophthalmic instruments and books* [...] [Em linha].
- ³³⁰ Entre outras: *Practical remarks on near sight* [...], 1847, *On near sight, aged sight, impaired vision* [...], 1859 e *On wounds and injuries of the eye*, 1859.
- ³³¹ PAGEL – *Biographisches Lexikon* [...], 1901, p. 344.
- ³³² A Madeira ocupa os primeiros oito capítulos da obra, que tem doze capítulos no total.
- ³³³ Tenerife ocupa apenas os capítulos IX e X. No capítulo X o autor chega à conclusão de que a Madeira, de um ponto de vista médico, é muito superior a Tenerife (pp. 74-75).
- ³³⁴ «[...] e [o autor] espera que as considerações médicas que incluiu não sejam completamente desajustadas a um trabalho dirigido principalmente a inválidos» (p. iv).
- ³³⁵ «A rota por vezes adoptada por pessoas que vão à Madeira é via Lisboa, e [...] é uma boa ideia fazer o regresso deste modo – o que eu próprio fiz. Não há qualquer problema em viajar de Inglaterra para Lisboa porque os bons navios da *Peninsular Company* partem de Londres à sexta-feira e de Falmouth à segunda-feira, chegando, regra geral, a Lisboa cinco dias depois [...]. Saem de Lisboa rumo a Inglaterra todas as segundas-feiras à tarde e a viagem para Falmouth também dura, em média, cinco dias. São precisos mais dois dias para chegar a Londres [...]» (pp. 84-85).
- ³³⁶ Tanto esta utilização da palavra «turista», como a descrição dos meios de transporte entre Inglaterra e Portugal mencionada na nota anterior, testemunham o franco despertar da Europa, em meados do século XIX, para um turismo que já pouco tem a ver com as condições, ou os objectivos, do *Grand Tour*.
- ³³⁷ Capítulos XI e XII, pp. 84-111.
- ³³⁸ A dedicatória mantém o anonimato da pessoa a quem o autor se dirige, mas os termos em que é feita não deixa dúvidas sobre a sua identidade. Trata-se, mais uma vez, de sua esposa: «A ela, a quem devo mais do que posso retribuir, embora não mais do que aquilo que sinto; à companheira das minhas alegrias, das minhas tristezas e do meu destino dedico estas páginas».
- ³³⁹ AGNEW (ed.) – *The East and South of Europe*. [...], Janeiro-Abril 1843, p. 268.
- ³⁴⁰ SHIFFER – *Oriental Panorama*: [...], p. 41.
- ³⁴¹ Para informação biográfica sobre o autor cf. COKAYNE *et al.* – Charles William Vane [...], 2000. Vol. 6.
- ³⁴² «Procurei o meu bem conhecido alojamento no Palácio de Marialva, em Belém. Ali, em 1809, comandi quatro esquadões da 18ª cavalaria ligeira da Legião Alemã do Rei, que formava a guarda avançada da parte do exército de Sir J. Moore que marchou em direcção a Madrid» (p. 110).
- ³⁴³ STEPHEN *et al.* (eds.) – Charles William Vane [...], Vol. 58, 1899, p. 278.
- ³⁴⁴ *Ibid.*, p. 279. Frances Anne Vane adquire o título de Marquesa de Londonderry.
- ³⁴⁵ AGNEW (ed.) – *The East and South of Europe*. [...], Janeiro-Abril 1843, pp. 267-284.
- ³⁴⁶ *Substance of the speech of the marquis of Londonderry* [...], 1822.
- ³⁴⁷ *Story of the Peninsular War* (1828). Esta obra foi reeditada em 2002 pela Empiricus Books. É errada a informação veiculada pela Empiricus Books, e repetida pela Amazon.com, segundo a qual a primeira edição é de 1848, pois a obra foi publicada pela primeira vez em 1828, como acabámos de referir. Já na dedicatória de *Narrative of the War in Germany* [...], de 1830, o autor menciona a sua narrativa militar anterior sobre a Península.
- ³⁴⁸ *Narrative of the War in Germany* [...], 1830.
- ³⁴⁹ O autor edita as memórias e correspondência de seu irmão em *Memoirs and Correspondence of Viscount Castlereagh* [...], 1848-1853.
- ³⁵⁰ *Recollections of a Tour* [...], 1838.
- ³⁵¹ *Journal of a Tour* [...], 1840.
- ³⁵² AGNEW (ed.) – *The East and South of Europe*. [...], Janeiro-Abril 1843, p. 268.
- ³⁵³ Em geral, segundo Shiffer, trata-se de um livro pomposo e mal humorado: «Ele deve ter sido um viajante experiente; por isso surpreende que a sua narrativa de uma viagem a Istambul, *A Steam Voyage to Constantinople* (1842), seja um livro tão pernóstico e mostre tão mau humor» (*Oriental Panorama*: [...], p. 405).

³⁵⁴ *A steam voyage to Constantinople [...]*, p. 94.

³⁵⁵ AGNEW (ed.) – *The East and South of Europe*. [...], Janeiro-Abril 1843, p. 268.

³⁵⁶ O título é adquirido em 1822, ano em que seu marido, Charles William Vane, herda o título de Marquês de Londonderry por morte de seu irmão.

³⁵⁷ Sabemos pela narrativa sobre a mesma viagem escrita por seu marido, o Marquês de Londonderry, que permanecem em Portugal de 21 de Setembro a 6 de Outubro.

³⁵⁸ STEPHEN *et al.* (eds.) – *Emmeline Stuart-Wortley*. [...], 1898, p. 280.

³⁵⁹ Após o regresso de Charles William Vane de Viena, onde desempenhara as funções de Embaixador entre 1814 e 1823, «ambos se empenharam no desenvolvimento das suas propriedades, sobretudo a de Seaham. Abriram minas de carvão, construíram um porto, docas e uma linha de caminho de ferro, acabando por criar um porto marítimo importante com mais de dez mil habitantes» (*Ibidem*).

³⁶⁰ Na página de rosto a Rainha Adelaide de Saxe-Meiningen (1837-1849), viúva de William IV, é referida como «Queen Dowager».

³⁶¹ «Há catorze anos atrás, não havia uma única casa, ou um caminho, nestas fragas agrestes, e o projecto de construir um porto era considerado visionário e absurdo. No entanto, Lord Londonderry correu o risco do empreendimento, que foi coroado de sucesso; e, ao correr dos anos, assistimos ao progresso gradual desta cidade e do seu porto [...] A falta de um dispensário ou de uma enfermaria [...] é evidente; e foi-me sugerido que tentasse angariar fundos para a construção de um pequeno edifício onde pudesse acolher os infelizes pacientes» (pp. v-vi). Na página de rosto a autora informa que os lucros desta publicação reverterão para este projecto.

³⁶² «Lord e Lady Londonderry exibiram as birras de turistas ricos e *blasé* quando desceram o Danúbio, por volta de 1841. Marido e mulher escreveram relatos separados da sua viagem oriental, embora sempre unidos pelo seu constante mau humor» (SHIFFER – *Oriental Panorama [...]*, 1999, p. 41).

³⁶³ *Ibid.*, pp. 5-6.

³⁶⁴ «Não me lembro de qualquer descrição de Sintra que em tudo faça jus à sua singular beleza, a não ser a de Lord Byron» (p. 11).

³⁶⁵ A obra consta de dois volumes num total de quarenta cartas; o primeiro volume inclui as primeiras dezassete cartas. A última carta de Portugal é a 38ª, datada de 10 de Junho de 1841. Título da obra: *Cartas de viagem*.

³⁶⁶ CHISHOLM (ed.) – *Ida von Hahn-Hahn*. [...], 1911.

³⁶⁷ HALE *et al.* – *Ida Maria Louisa Frederica Gustava, Countess of Hahn-Hahn*. [...], 1853, pp. 683-686.

³⁶⁸ *Ibid.*, p. 684.

³⁶⁹ RICHTER – «*Die sanfte Bitte*». *Women's Writing [...]*, 2007, p. 27.

³⁷⁰ Fortemente influenciada por Byron, publica três volumes de poemas entre 1835 e 1837.

³⁷¹ Entre 1838 e 1878 vê publicados catorze romances, entre os quais se destacam pela popularidade que alcançaram: *Cecil*, 1843, *Graefin Faustina*, 1845 e *Die Glöcknerstochter*, 1871. Estes romances «revelam, de uma forma muito aristocrática, os costumes da vida da alta sociedade na Alemanha» (HALE *et al.* – *Ida Maria Louisa Frederica Gustava, Countess of Hahn-Hahn*. [...], 1853, p. 683).

³⁷² Por exemplo, *Legende der Heiligen*, 1854-1856.

³⁷³ Para além da nossa fonte, escreve ainda outros textos de viagem de grande sucesso, como *Jenseits der Berge*, 1840, *Erinnerungen aus und an Frankreich*, 1842, *Ein Reiseversuch im Norden*, 1843 e *Orientalische Briefe*, 1844.

³⁷⁴ *German Lady Novelists*. [...], Vol. 7, 1847, p. 368.

³⁷⁵ Sobre esta Revolução no contexto da Aufklaerung v. AMARANTE – *As Cadeias de Prometeu [...]*, 1983. Para Maria Antónia Amarante a *Aufklaerung* é «o espaço de afirmação da burguesia como classe autónoma e diferente, e abarca em sentido lato [...] a segunda metade do século XVIII e todo o século XIX» (pp. 16-17); v. também SCHEIDL *et al.* – *Dois Séculos de História Alemã [...]*, 1988, p. 7.

³⁷⁶ Para informação relevante sobre este tema cf. DIETHE – *Towards Emancipation*, 1998, e v. KRAFT – *Ida Gräfin von Hahn-Hahn*. [...], 1993, pp. 150-155.

³⁷⁷ Tradução do título: *Cartas recentes escritas durante uma viagem por Portugal e Espanha*.

³⁷⁸ V. Prefácio nota *supra* 9.

³⁷⁹ Tradução dos títulos: Os modernos sistemas de castigo e correcção. Memórias de uma viagem por prisões dignas de atenção na Argélia, Espanha, Portugal, Inglaterra, França e Holanda; e, também, Portugal e as suas colónias no ano de 1854.

- ³⁸⁰ Encontra-se informação biográfica sobre este autor em JESERICH – *Persoenlichkeiten der Verwaltung*, 1991, p. 526; KROLL – *Minutoli, preuss. Staatsmann [...]*, 1994, p. 551; WELTZIEN – *Das altadelige italienische Geschlecht «Minutoli» [...]*, 1931; e *Allgemeine Deutsche Biographie [...]*, 1885, p. 772.
- ³⁸¹ KROLL – *Minutoli, preuss. Staatsmann [...]*, 1994, p. 772.
- ³⁸² MINKELS – *1848 gezeichnet [...]*, 2003, pp. 261 e 271.
- ³⁸³ Na página de título lê-se que as receitas da obra reverterão a favor da construção de uma capela protestante em Lisboa. Sobre a história da comunidade alemã em Portugal, v. PAULINO KULMACZ – *Arte e Património em Portugal [...]*, 2001, Anexo I. Notas II. pp. 33-36. Sobre a comunidade estrangeira em Lisboa cf. STRASSEN *et al.* – *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, 1944.
- ³⁸⁴ MINKELS – *1848 gezeichnet [...]*, 2003, p. 295.
- ³⁸⁵ *Latest from the Peninsula [...]*, 1847, p. 350.
- ³⁸⁶ O volume I, de 424 páginas, tem trinta capítulos, e o volume II, de 464 páginas, tem vinte e seis capítulos.
- ³⁸⁷ *The Ocean flower: a poem [...]*, 1845. Em 1879, ao mencionar *An overland journey to Lisbon*, Manuel Bernardes Branco diz ignorar «se este mesmo Hughes é o auctor do poema *The Ocean Flower*» (*Portugal e os Estrangeiros [...]*, 1879, p. 405). Trata-se, de facto, do mesmo autor.
- ³⁸⁸ AHMIRC-Arquivo Histórico da Madeira – *Índices dos Registos de Casamentos*, 2000. Poderá tratar-se de Eliza Elgie, nascida a 12 de Março de 1820 em Brompton, Northallerton, Yorkshire, e falecida a 10 de Dezembro de 1908 em Chatham Tp. Kent Co., Ontário, Canadá. Não temos, no entanto, informação suficiente para confirmar esta hipótese.
- ³⁸⁹ *The Biliad, [...]*, 1846.
- ³⁹⁰ «T. M. Hughes, who had been editor of *The London Charivari*, which was later absorbed into Punch» (GWYNN – *Young Ireland and 1848*, 1949, p. 6). Esta referência é feita no contexto do movimento nacionalista de intelectuais da classe média «Young Ireland». *Punch or the London Charivari* foi um periódico ilustrado inglês publicado entre 1841 e 1992, e entre 1996 e 2002.
- ³⁹¹ HUGHES – *Iberia Won [...]*, 1847.
- ³⁹² «Decidido a aperfeiçoar a obra, na medida das minhas possibilidades, no ano passado atravessei a Península de Leste a Oeste em constante risco de uma vida muito precária (a qual, desta forma, talvez não se torne totalmente desprovida de valor) e obtive vantagens que serão usadas no meu trabalho ao visitar os seguintes campos de batalha: Bayonne e Adour, Nive, St Pierre, Nivelles, Bidassoa, San Marcial, Vera, Sauroren, San Sebastian, Victoria Talavera, Almaraz, Albuera e Badajoz. Anteriormente visitara a maioria dos campos de batalha em Portugal e no Norte e Sul de Espanha» (p. iii).
- ³⁹³ O autor é assim descrito em BENITEZ – *Terence McMahon Hughes [...]*, 1979.
- ³⁹⁴ Entre as pp. 397-406 faz uma crítica sistemática a estes textos. O Príncipe Lichnowsky, Balbi e a Condessa de Hahn-Hahn são, na sua opinião, os autores dos melhores textos.
- ³⁹⁵ Por essa razão não se encontra em Inglaterra aquando da publicação desta obra: «Estando o autor ausente de Inglaterra, espera-se que o leitor perdoe algumas pequenas inexactidões que possam ter sido introduzidas no seu trabalho na passagem deste pela imprensa e pelas quais ele não é, de forma alguma, responsável» («Advertisement»).
- ³⁹⁶ Na p. 273 o autor refere-se à Revolução do Minho em Maio desse ano. Na entrada de 8 de Outubro menciona a Revolução que tivera lugar «em Lisboa no dia anterior» (p. 284); na entrada de 10 de Outubro, data da chegada a Lisboa, comenta: «O novo regime está instalado [...]. Uma loucura revolucionária apoderou-se da nação desde a Coroa até ao subdito mais insignificante» (p. 293). Os movimentos do «golpe de estado» em Lisboa são descritos nas pp. 302-304.
- ³⁹⁷ ANÓNIMO – *Latest from the Peninsula [...]*, 1847, p. 360.
- ³⁹⁸ P. 325.
- ³⁹⁹ JUNG – *Émile Auguste Bégin [...]*, 1999, Vol. 33, p. 17.
- ⁴⁰⁰ Segundo Álvarez e Linares, é Bory de Saint-Vincent, militar, cientista e cartógrafo, que utiliza, pela primeira vez, a expressão «Península Ibérica» com um sentido «científico». Até 1825, a expressão «península espanhola» é utilizada, até, por exploradores como Alexander von Humboldt. A obra a que Álvarez se refere é BORY DE SAINT-VINCENT – *Guide du voyageur en Espagne*, 1823.
- ⁴⁰¹ VAPEREAU – *Auguste-Émile Bégin [...]*, 1858, p. 150.
- ⁴⁰² «Um estudo muito sério, uma estada e uma viagem repetidas, efectuadas com um intervalo de vinte e cinco anos, permitiram-nos apreciar e comparar a época antiga e a época actual na península espanhola [...].» (pp. xi-xii).
- ⁴⁰³ Entre as obras que o autor escreve por esta altura contam-se *Connaissance Physique et Morale de l'Homme [...]*, 1837 e

- Lettres sur l'Histoire Médicale du nord-est de la France [...]*, 1840. Para mais informação sobre esta bibliografia v. *Biographisches Lexicon [...]* 1901, pp. 120-121.
- ⁴⁰⁴ *Histoire de Napoleon, de sa famille et de son Époque [...]*, 1853.
- ⁴⁰⁵ JUNG – Émile Auguste Bégin [...], 1999, pp. 17-29.
- ⁴⁰⁶ Cf. STEPHEN *et al.* (eds.) – *William Edward Baxter [...]*, 1909.
- ⁴⁰⁷ Esta observação baseia-se nas considerações feitas pelo autor no prefácio desta obra, bem como na natureza dos cinco últimos capítulos do volume II, a que Baxter chama «Notas» e que não constituem já uma narrativa de viagem. As «Notas» incluem comentários sobre a política e a religião dos países que visita e a influência do Catolicismo nas instituições políticas e educativas.
- ⁴⁰⁸ Por exemplo, em *Hints to Thinkers, or Lectures for the Times [...]*, 1860.
- ⁴⁰⁹ *Impressions of Central and Southern Europe*, 1850, bem como *America and the Americans*, 1855.
- ⁴¹⁰ «Borrow designates Cintra 'an enchanted region'» (p. 54). George Borrow é autor de *The Bible in Spain; or the journeys [...]*, publicada em 1849.
- ⁴¹¹ «Lord Byron, na sua correspondência, diz que Sintra tem 'o carácter selvagem das terras altas do ocidente e a verdura do sul da França'. Todos aqueles que amam a poesia se lembram da bela descrição desta paisagem no canto I de *Childe Harold*» (p. 55).
- ⁴¹² Um dos motores deste progresso é a navegação a vapor e as grandes mudanças que esta provoca. Como Baxter afirma: «o início deste século foi o começo de uma era nova na história da humanidade. O Clermont no [rio] Hudson e o Cometa no [rio] Clyde foram os precursores de uma revolução na economia das Nações não menos impressionante do que a tipografia o foi para a literatura, ou as viagens de Colombo para os aspectos sociais do Novo Mundo que ele descobriu para lá do mar ocidental» (p. 2).
- ⁴¹³ A narrativa termina com a partida de Lady Emmeline de Lisboa com destino à Madeira.
- ⁴¹⁴ A autora escrevera já *Sketches of Travel in America*, 1853, que relata a sua viagem pelos Estados Unidos em 1849 e 1850.
- ⁴¹⁵ Lady Caroline Mary Elizabeth Creighton Wharnccliffe (circa 1776-1853).
- ⁴¹⁶ O museu Tate Britain tem na sua coleção cinquenta e cinco estudos de figuras e paisagens de Lady Wharnccliffe.
- ⁴¹⁷ Cf. STEPHEN *et al.* (eds.) – Emmeline Stuart-Wortley [...], 1898.
- ⁴¹⁸ «Mas, para além das publicações periódicas às quais já fizemos alusão, as de literatura geral multiplicaram-se na mesma proporção, se não mesmo maior. Andam em todas as mãos e aumentam sucessivamente de mês para mês, atestando o extraordinário crescimento da leitura e dos hábitos literários entre as pessoas» (WISEMAN – *The Dublin Review*, 1836, pp. 111-113).
- ⁴¹⁹ Durante os anos de 1836, 1837 e 1840 a autora é responsável pela edição da popular revista *Keepsake*, na qual são publicados poemas de autores românticos como Tennyson (STEPHEN *et al.* (eds.) – Emmeline Stuart-Wortley [...], 1898, p. 110).
- ⁴²⁰ WISEMAN – *The Dublin Review*, 1836, p. 114.
- ⁴²¹ Lady Emmeline publica alguns dos seus poemas em *Keepsake*.
- ⁴²² Margaret Cavendish, Duquesa de Newcastle (1623-1723), poeta, filósofa, romancista, dramaturga.
- ⁴²³ Letitia Elizabeth Landon (1802-1838), poeta e romancista inglesa.
- ⁴²⁴ STEPHEN *et al.* (eds.) – Emmeline Stuart-Wortley [...], 1898, p. 110.
- ⁴²⁵ O primeiro volume de poemas intitula-se *Poems: By Lady Emmeline Stuart Wortley*, 1833.
- ⁴²⁶ *The Village Churchyard [...]*, 1835; *The Visionary. Canto III*, 1839; *The Knight and The Enchantress [...]*, 1835.
- ⁴²⁷ *Impressions of Italy and Other Poems*, 1837; *Sonnets, written chiefly during a tour [...]*, 1839. Outros «poemas de viagem» são *Travelling Sketches in Rhyme*, 1835 e *Hours at Naples, and Other Poems*, 1837.
- ⁴²⁸ A Condessa Marguerite de Blessington (1789-1849), romancista irlandesa, editou também *The Keepsake*. Em 1834 publicou a sua obra *A journal of the conversations of Lord Byron with the Countess of Blessington*, 1894 e, entre 1839 e 1841, escreveu textos de viagem, como *Idler in Italy*, 1839 e *Idler in France*, 1842.
- ⁴²⁹ Sobre os dois últimos v. Cap. I.
- ⁴³⁰ A descrição do Convento de Mafra ocupa oito páginas.
- ⁴³¹ Amigo e conterrâneo de Charles March, Daniel Webster era senador de Massachusetts e representante dos estados de Massachusetts e de New Hampshire. Defensor da facção unionista, era conhecido pelas suas qualidades de oratória.
- ⁴³² DAVIS – *From the Diaries of a Diplomat [...]*, 1941.

⁴³³ A fortuna de John Howard March provinha do comércio de Vinho da Madeira. Tinha agentes nas cidades norte-americanas de Savannah, Alexandria, Philadelphia e Boston, e tinha dois irmãos comerciantes de vinhos em Nova Iorque; transportava o vinho nos seus próprios navios para ser vendido na América, onde era muito apreciado. Sobre este tema cf. MENDONÇA – *Impressões de um Yankee sobre a Madeira*, 7 Fev. 2007, e 1 e 8 Nov. 2007.

CAPÍTULO III

TECENDO OLHARES

ÍNDICE TEMÁTICO

Aproximação a Lisboa	176
Entre a barra e o cais	179
Fortes	179
Torre de Belém	181
Palácio de Belém e jardins	181
Palácio da Ajuda	184
Real Jardim Botânico da Ajuda	188
Real Gabinete de História Natural da Ajuda	189
Mosteiro dos Jerónimos	191
A cidade	200
Alojamento	200
Limites geográficos	202
Comentários gerais	203
Praças e espaços públicos	218
Praça do Comércio	218
Estátua Equestre de D. José I	224
Real Biblioteca Pública	227
Praça do Rossio	229
Campo de Santana	230
Praça dos Romulares	231
Praça do Pelourinho	232
Largo do Carmo	232
Praça de São Paulo	232
Praça da Figueira	232
Largo do Terreiro do Trigo	233
Praça da Patriarcal Queimada	233
Jardins Públicos	233
Passeio Público	233
Jardim de São Pedro de Alcântara	234
Palácios e outros edifícios	234
Palácio das Necessidades	234
Palácio do Conde de Lavradio	236
Palácio do Barão de Quintela	236
Palácio de Santa Marta	237
Mãe d'Água	237
Castelo de São Jorge	239
Arsenal do Exército e Fundição de Santa Clara	240

Arquitectura religiosa	241
Comentários gerais	241
Igreja de São Roque	242
Basilica da Estrela	248
Sé Catedral	251
Igreja e Convento de São Vicente de Fora	254
Igreja e Convento de São Francisco	256
Igreja de Nossa Senhora do Loreto	257
Convento da Penha de França	258
Convento de Santo António dos Capuchos	258
Igreja da Conceição Velha	258
Igreja de São Paulo	259
Espaços de entretenimento e lazer	259
Teatros	259
Real Teatro de São Carlos	259
Teatro da Rua dos Condes	264
Teatro do Salitre	266
Teatro Nacional D. Maria II	267
Teatro do Ginásio	267
Recintos de tourada	267
Clubes	272
Bibliotecas	272
Prisões, hospitais e cemitérios	275
Prisões	275
Comentários gerais	275
Cadeia do Limoeiro	276
Cadeia da Cova da Moura	277
Prisão do Castelo	279
Hospitais	279
Hospital de S. José	279
Hospital Militar	280
Hospital de Alienados de Rilhafoles	280
Cemitérios	280
Cemitério dos Ingleses	280
Cemitério dos Prazeres	283
Cemitério dos Alemães	284
Cemitério Judaico	284
Pelos arredores de Lisboa...	284
Aqueduto de Alcântara	284
Benfica	291
Quinta da Infanta D. Isabel Maria	292
Quinta do Barão de Quintela	293
Quinta da Família Möller	293
Palácio de Queluz	293

Sintra e arredores	296
Comentários gerais	296
Palácio Nacional de Sintra	300
Convento da Cortiça	306
Mosteiro de Nossa Senhora da Pena/Palácio da Pena	310
Mesquita e cisterna mouriscas	313
Castelo dos Mouros	314
Quinta de Monserrate	316
Quinta da Penha Verde	319
Quinta de Gildemeester/Quinta do Marquês de Marialva	321
... um pouco mais longe	323
Palácio e Convento de Mafra	323
Mosteiro da Batalha	339
Mosteiro de Alcobaça	342
Comentários gerais sobre o estado da arte e da arquitectura	346
Notas finais	355

NOTA INTRODUTÓRIA

A viagem que o leitor está prestes a empreender pelos múltiplos olhares destes viajantes-autores segue uma estrutura temática. Os temas são desenvolvidos em sequência cronológica com base nas datas de estada no país de cada autor. Esta opção justifica-se devido ao intervalo frequente, e por vezes longo, entre os momentos de observação, de escrita e de publicação das obras. Foi feita uma excepção no caso da narrativa do Barão de Eschwege, cuja presença prolongada em Portugal levou à escolha do tempo de escrita como cronologia de referência.

Para auxiliar à leitura do tecido textual resultante da selecção de excertos, as datas são assinaladas a (parêntesis), a passagem de testemunho é destacada pelo sobrenome do novo autor em MAIÚSCULAS e cada área temática é salientada a **negrito**. A ordenação dos subtemas no âmbito de cada mancha temática tem como base a quantidade de informação específica seleccionada, em ordem decrescente.

Apesar da distorção inerente à passagem a discurso indirecto e à selecção de excertos, a tradução tenta preservar não só o conteúdo, mas também o tom dos textos originais, deixando que o leitor observe a evolução de sensibilidades no decorrer destes cem anos e ouça algo das vozes dos autores – harmoniosas ou discordantes, líricas ou descritivas. O sacrifício de alguma coesão e consistência terminológica que adveio destas opções permitiu, por sua vez, manter elementos «desviantes» que adquirem relevância na análise intertextual.

Com raras excepções, optou-se por uma anotação mínima, quer na forma de comentário à informação, quer de correcção de informação errada, eventualmente mal entendida pelos viajantes ou recebida de fontes não fidedignas. Foram mantidas as designações toponímicas e os diferentes sistemas de pesagem e de medição dos textos originais. Estas opções decorrem, sobretudo, da abrangência temática dos excertos seleccionados e da convicção de que o tecido textual, formado pelo conjunto de testemunhos, actua como forma interna de clarificação. As fontes de onde os excertos procedem merecem, sem dúvida, um cuidadoso trabalho editorial e traduções integrais devidamente anotadas, que permitam a descoberta por um público alargado da multiplicidade de informação que contém e da riqueza inerente ao confronto com estes olhares.

TECENDO OLHARES

A aproximação a Lisboa é descrita como o desvendar gradual de uma paisagem bela, variada e surpreendente, que inspira passagens arrebatadas. Para CORMATIN (1777-1778), nada existe de mais belo ou majestoso do que a vista de Lisboa erguendo-se em anfiteatro pela margem do rio. CROKER (1780) realça o aspecto esplêndido da cidade e a bela paisagem que oferecem, na margem oposta, as aldeias e quintas¹ repletas de árvores, sobretudo laranjeiras. RUSSELL (1793) segue com o olhar a costa protegida por pequenos fortes até que, passado o Forte de São Julião, avista a cidade estendida sobre várias colinas, junto ao rio, num panorama belíssimo, variado, e pontuado por jardins, igrejas e magníficos edifícios. WITHERING (1793-1794) descreve aquilo que, segundo afirma, outros haviam já classificado como «uma das vistas mais grandiosas do mundo»: a entrada na barra do Tejo e o panorama que oferecem os belos e numerosos edifícios, incluindo palácios e igrejas. A zona de Belém é quase totalmente composta por magníficos edifícios, como «a velha e famosa igreja» à beira-rio, a mais bela do país. No cimo da colina vê-se o Palácio da Ajuda, longo e branco, bem como casas nobres e muitas igrejas, entre as quais a que fora construída no local onde haviam tentado assassinar o Rei. Na margem oposta está Almada e, mais acima, estendida sobre várias colinas em forma de crescente, a encantadora Lisboa. O Convento Novo, rodeado de uma bela zona arborizada, prende o olhar. O panorama é animado por numerosos barcos e navios que ondulam no Tejo. COLLINS (1796-1797) exprime a admiração que vai sentindo, com intensidade crescente, durante o percurso rio acima até ao local de atracagem em frente à cidade. O conjunto composto pelos Jardins da Rainha e toda a zona de Belém causa um efeito visual surpreendente. A magnífica Lisboa eleva-se gradualmente da margem do rio e estende-se por várias colinas. SEMPLE (1805) considera a situação da cidade admirável pois esta se ergue da borda da água com as suas igrejas, palácios, cúpulas e pináculos, alongando-se por encostas e topos de colinas e oferecendo a quem a vê do rio um dos mais nobres panoramas que se possa imaginar – superior, talvez, à de qualquer outra cidade do mundo. Para ELIOT (1808-1809), Lisboa tem um aspecto pitoresco quando vista de longe: inúmeras igrejas e conventos coroam os cumes das suas colinas, e a brancura das casas e os barcos ancorados no rio animam o panorama. Procedente de Cascais, SCHAUMANN (1808 e 1809) avança em direcção a Lisboa por uma estrada junto ao mar. Até chegar ao Forte de São Julião passa por pequenos fortes ocupados por tropas inglesas, alguns dos quais em ruínas, bem como um convento e uma manufactura de curtumes. Na zona entre Belém e Lisboa vê grandes casas e mosteiros, igrejas e capelas, jardins, muros altos, pequenos armazéns e imagens de santos iluminadas por lanternas. A chegada à cidade é anunciada pelo odor cada vez mais desagradável das ruas que se enchem progressivamente de mendigos, monges, marinheiros e soldados. Ainda a oito milhas de distância, GRAHAM (1812-1813) deixa-se encantar pelo conjunto formado pela cidade e pelos conventos que se erguem nas margens, sobretudo os que estão mais próximos do rio. A cerca de duas milhas

do porto, na margem direita, nota uma grande quantidade de moinhos que calcula serem, «sem exagero», talvez trezentos. Para HAUTEFORT (1814), a visão de Lisboa elevando-se em anfiteatro sobre a margem do rio parece digna do pincel dos Vernet e do buril dos Woollett². A cidade abre-se sobre uma baía cheia de embarcações das mais variadas formas. A diversidade arquitectónica dos edifícios banhados pelas águas do Tejo vai-se revelando gradualmente perante o seu olhar atónito. Os pormenores deste quadro, resultante da conjugação da natureza e da arte, recortam-se contra uma cortina do mais belo azul e provocam um êxtase que certamente levaria artistas como «os Vanden-Velde [*sic*], os Vroom, os Borzoni e Salvator-Rosa»³ a criar extraordinárias obras de arte. HORNER (1831-1838) entra no Tejo já maravilhado com vista da costa, Monchique e Setúbal ao longe, e o Convento da Pena no cimo da serra de Sintra. As ondulantes colinas transformam-se, perto do rio, em precipícios coroados de aldeias e há torres de bandeiras desfraldadas e canhões apontados ao rio. Do lado oposto, as colinas, menos íngremes, estão cobertas de moinhos e olivais. A vista de Lisboa não destoa. A cidade estende-se até perder de vista, pontuada por conventos, igrejas, palácios e outros edifícios públicos. A baía está repleta de embarcações ancoradas. HEERINGEN (1836) vai observando a costa por um binóculo e vislumbra Sintra, o Cabo da Roca, Mafra e Ericeira. Ao chegar ao forte de São Julião e à foz do Tejo, depara-se com o espectáculo mais sublime que jamais vira: à direita, numa ilha, o forte do Bugio e, aproximadamente uma milha marítima mais adiante, a colina de Almada; à esquerda, tudo reluz em tons de branco e prateado e cúpulas de mármore sobressaem entre palácios, casario, e quintas. Por fim, Lisboa ergue-se ao longe, majestosa. Vista assim, parece o local mais belo no mundo. No percurso até lá o visitante vê, em sucessão, a Torre de Belém, a fachada do Palácio da Ajuda, Alcântara, o Palácio das Necessidades e as cúpulas de mármore da Estrela, brancas como a neve, contrastando com o céu azul-escuro. Receando ser acusado de exagero, Heeringen apela ao leitor para que acredite que a sua descrição não é demasiado empolada. Nenhuma língua seria suficientemente colorida para conseguir descrever a beleza deste panorama. A cidade é igualmente bela quando se apresenta em toda a sua extensão a quem vem dos lados da Aldeia Galega. ESCHWEGE (1834-1836) ressalta o exotismo da paisagem. Exótico é, à distância, o encantador porto e também o casario branco espraiado pelas colinas. Exóticos são os milhares de moinhos dispersos pelas colinas com as suas asas em forma de cruz de Malta de onde pendem esferas de barro vazias, de variados tamanhos, com uma abertura lateral por onde o vento passa produzindo um som sibilante. É nos meses de Março, Abril e Maio que a vegetação é mais luxuriante. As colinas até então áridas cobrem-se de verde, e as casas brancas, os grandes palácios e as «orgulhosas ruínas de tempos recentes» emergem por entre campos e pomares onde o verde-escuro dos laranjais contrasta com os frutos de tom amarelo dourado. A cor triste da oliveira e o tom escuro do cipreste perdem a sua dureza, o perfume das plantas aromáticas em flor acompanha o canto das cigarras e Lisboa e arredores desabrocham em festa sob o céu azul. DEMBOWSKI (1838) aproxima-se de Lisboa durante a noite. Iluminado pelos raios da lua, o Tejo parece

uma planície prateada que a brisa faz estremecer. Ao clarear o dia, depara-se com o espetáculo de 43.000 casas dispostas em anfiteatro no declive meridional de sete risonhas colinas que ladeiam o Tejo, de Belém a Xabregas, ao longo de mais de seis milhas. Há belos locais, edifícios públicos admiráveis, um aqueduto digno dos romanos – obra de Manuel da Maia – e socalcos encantadores em São Pedro de Alcântara. WITTICH (1838) passa por Sintra, a Suíça portuguesa, e pelo gigantesco e incomparável Palácio da Ajuda, situado numa alta colina em cujo sopé se encontram a Torre de Belém e o Mosteiro dos Jerónimos com a sua maravilhosa igreja. Lisboa revela-se imediatamente em todo o seu esplendor num conjunto indescritivelmente belo constituído pelo castelo ao cimo, as Igrejas da Estrela e de São Vicente de Fora, e a antiga e venerável Sé. Segundo a Condessa de HAHN-HAHN (1841), Lisboa estende-se ao longo de mais de uma milha junto ao rio e, se à distância parece fundir-se com a paisagem, ao perto surge enriquecida pelo colorido de navios e mastros. O terreno ondulante da margem direita também tem grande encanto, constituindo uma paisagem aberta e campestre onde se encontram Almada e Cacilhas, bem como um grande número de quintas cheias de limoais e sebes de loureiro. Lisboa vai-se revelando lentamente nas colinas da margem esquerda. Qual duende, ora pende de altos cumes, ora se banha no porto. À distância, a sua silhueta luminosa está envolta numa atmosfera azulada enquadrada por céu e mar. A pouco e pouco vão-se distinguindo os caminhos longos e brancos, os inúmeros moinhos, a Torre e o Mosteiro de Belém e o Palácio da Ajuda. Vão-se definindo campos e jardins até que surge a grande praça rodeada de edifícios públicos e a estátua equestre de D. José I ao centro. O aspecto geral é desordenado, mas forma um conjunto pitoresco como não se vê em qualquer outro lugar. Há cúpulas suspensas sobre aglomerados de edifícios, ruínas de igrejas em cumes isolados e árvores grandes inclinadas sobre telhados. Enfim, Lisboa é grandiosa no seu caos, estranha mistura de tudo o que é alto e íngreme, grande e pequeno, urbano e campestre. BERGH (1841) é o primeiro viajante que se sente desiludido com a chegada à foz do Tejo apesar de Lisboa o receber embandeirada devido às festividades natalícias. Esperava encontrar um dos mais belos locais do mundo, comparável a Constantinopla, Nápoles, Palermo, Génova ou Edimburgo, e confessa-se desapontado. O largo Tejo poderá fazer lembrar Istambul, mas os moinhos que rodeiam a cidade com as suas asas brancas nada têm de parecido com as torres ou os minaretes da capital turca. MINUTOLI (1842) refere os castelos isolados e as baterias que dominam o Tejo, bem como o Palácio de Belém que se lança sobre o mar com as suas torres antiquíssimas; de seguida surgem a Ajuda, à esquerda, e Almada, à direita, sobre um alto planalto rochoso. Por fim, emerge das ondas a tão celebrada Lisboa com as suas quatro *[sic]* colinas. O porto, com o cais de mármore, é com certeza uma das maravilhas do mundo. Ruas, jardins, igrejas e castelos amontoam-se uns sobre os outros, formando um conjunto magnífico, e as janelas iluminadas das inúmeras casas convidam-no a aproximar-se. Os sinos tocam, festejando o aniversário da Constituição, e o barco em que chega fica de repente cercado por uma «floresta de mastros de barcos a vapor, navios de guerra e barcos comerciais». São muitas as pessoas

e o aperto é grande nas escadas de mármore da Alfândega, nas praças públicas e nas largas ruas que vão dar ao rio. HUGHES (1846) atravessa o rio, vindo da Aldeia Galega. Lisboa parece-lhe uma cidade de palácios de mármore. Começa por identificar, ao longe, o Hospital da Marinha, edifício grande e amarelo com dois torreões. Logo de seguida há uma longa fila de edifícios amarelos de formas regulares constituídos pela Fundação e pelo Arsenal do Exército. Mais acima vê a Igreja de Santa Engrácia, com as suas quatro magníficas torres incompletas, e a enorme Igreja de São Vicente com duas torres e uma cúpula central um pouco mais elevada. Mais próximo do local onde irá desembarcar distingue um longo edifício, também de tom amarelo, com fachada de pedra e contrafortes, que identifica como o Terreiro do Trigo. A Sé Catedral, com as suas duas torres antigas, rodeada pelo casario, domina todo o panorama. Em baixo situa-se a prisão do Limoeiro, outro edifício de tom amarelo e aspecto repevente. Segundo STUART-WORTLEY (1851), a aproximação a Lisboa pelo rio é «maravilhosamente encantadora». A cidade vai-se revelando pouco a pouco e não parece ter fim a onda de encanto «que continuamente flui à mente através do olhar». A «Expectativa, gratificada» pede ajuda à «irmã Imaginação» e o resultado é «puro encantamento». A nobre serra azulada de Sintra dá lugar ao panorama pitoresco e variado da foz do rio Tejo. As encostas estão cobertas de laranjais e olivais, quintas, aldeias de cabanas rurais e fortes desmantelados. A vista abarca a serra da Arrábida até ao Cabo Espichel, a Torre de Belém, e o Palácio da Ajuda, nobre edifício situado a grande altitude e ainda não terminado. Por fim surge a aldeiazinha de Almada. Estes magníficos panoramas sucedem-se uns aos outros até que Lisboa surge, encantadora, num cenário de grande esplendor. Qual Roma antiga, a cidade tem a forma de um anfiteatro imperial composto por sete colinas e os vales que a precedem estão cobertos de conventos, casas senhoriais, igrejas, torres e edifícios públicos que se erguem uns sobre os outros. O espectáculo arquitectónico é de grande pompa e a vista é soberba, pelo que, embora Lisboa seja inferior a Nápoles em alguns aspectos, noutros ser-lhe-á talvez superior. MARCH (1852) percorre, extasiado, o panorama deslumbrante que se lhe oferece ao longo das sete milhas que vão da entrada no Tejo até à Alfândega. As margens, ornadas de casas de campo muito simples, quintas e vinhedos, aldeias, conventos, castelos, torres e pequenas fortificações desactivadas, formam uma paisagem resplandecente que se vai desenrolando em panoramas variados. Encantam-no a Torre de Belém, o Mosteiro dos Jerónimos e, num local mais elevado, o magnífico Palácio da Ajuda. A cidade vista ao longe é de tal forma bela que apenas um poeta como Byron lhe pode render justiça⁴, se bem que nem o melhor poema possa captar a extraordinária variedade das suas formas.

Entre a barra e o cais há edifícios e locais que os viajantes descrevem com pormenor, entre os quais se encontram alguns fortes, a Torre de Belém, o Palácio de Belém e jardins, o Palácio da Ajuda, o Real Jardim Botânico da Ajuda, o Real Gabinete de História Natural da Ajuda e o Mosteiro dos Jerónimos.

O primeiro comentário aos fortes que protegem a barra do Tejo surge no texto de DUMOURIEZ (1765-1766), que refere o Forte de São Julião e a Torre do Bugio. O primeiro, construído durante a juventude de D. Sebastião, é feito de pedra dura, alto e praticamente imbatível. A sua forma irregular deve-se à necessidade de o adaptar à forma dos rochedos. É composto por cinco baluartes irregulares e um revelim, do lado de terra, e por uma série de baterias, do lado do rio. A sul, num aterro de rocha e areia no meio do rio, encontra-se a Torre do Bugio, ou forte de São Lourenço, que é pequeno e circular e tem um grande número de baterias. Segundo TWISS (1772-1773), o Forte de São Julião tem a forma de um pentágono irregular e assenta num rochedo cuja base é banhada pelo mar. Tem dezoito pés de comprimento e está equipado com duzentos e cinco grandes canhões de bronze, um dos quais feito em Diu. Numa ilha em frente existe um outro forte que complementa a defesa da barra. ELIOT (1808-1809) considera a foz bem defendida pela Torre do Bugio, construída num rochedo que emerge do rio, fazendo fogo cruzado com o Forte de São Julião; neste último estão instaladas pesadas baterias que oferecem boa resistência do lado da água. FISHER (1808-1810) refere que a passagem de navios é vigorosamente defendida por fortes. O forte principal é o de São Julião, que é extremamente robusto, tem canhões enormes e está como que lançado sobre o mar. À sua frente existe um outro, chamado Bugio, também robusto, que parece estar no meio do mar pois assenta sobre um rochedo na extremidade de uma longa barra de areia normalmente submersa. A rebentação é de tal modo forte que as ondas lhe passam por cima, tornando o acesso tão perigoso que, a não ser que o mar esteja calmo, as sentinelas só podem ser rendidas em momentos muito bem calculados. Segundo COCKBURN (1811), a Torre do Bugio tem um farol e está situada numa ilha à entrada do rio, uma barra de areia tão seca que é possível passear por ela. A torre complementa o Forte de São Julião na defesa da foz do Tejo. São Julião é um edifício irregular, mas muito resistente, de construção muito diferente de todas as que vira até então. Tem dois níveis e duas baterias com quase oitenta canhões do lado do mar, bem como um sistema muito engenhoso de zonas à prova de bala situadas entre o primeiro e o segundo níveis e entre cada dois canhões. Há ainda galerias de comunicação, bem como paióis e depósitos, caldeiras para aquecimento de munições, zonas subterrâneas com capacidade para mil e duzentos homens e tanques para armazenamento de grandes quantidades de água. A fachada do lado de terra mede quinhentos pés e o muro é muito mais alto do que os muros do lado do mar. Próximo de Cascais encontra-se o Forte António, de formato quadrangular, com uma alta escarpa do lado de terra e doze canhões *en barbette* do lado do mar, muito acima do nível da água. Quanto ao Forte da Junqueira, trata-se apenas de uma bateria de dez canhões. Entre este último e o Forte de São Julião há um longo para-peito coberto destinado a armas ligeiras. Segundo GRAHAM (1812-1813), o Forte de São Julião e a Torre do Bugio defendem bem a entrada do rio; a Torre, construída numa barra de areia, assemelha-se bastante às Torres Martello inglesas⁵.

DUMOURIEZ (1765-1766) refere a **Torre de Belém**, mandada erguer por D. Manuel, que lhe dera o nome de São Vicente. Situada junto à costa, duas milhas abaixo de Lisboa, é o local onde os oficiais da alfândega inspecionam os navios. A sul ergue-se a Torre Velha, cujas baterias se encontram do lado oposto às de Belém. No relato de TEXIER (1794) a Torre de Belém é castelo e fortaleza, lançada de tal modo sobre o rio que, na maré cheia, fica rodeada de água por todos os lados. Construção quadrangular em pedra aparelhada, com vários andares altos e muros sólidos, é a chave de entrada na cidade de Lisboa. É defendida por um comandante e uma razoável guarnição militar apoiada por baterias bem guarnecidas e canhões orientados para o rio em várias direcções. ELIOT (1808-1809) classifica-a de bela torre mourisca, ainda íntegra, que se projecta com os seus canhões sobre o Tejo. Do seu topo abre-se uma vista desimpedida de Lisboa e do percurso do rio desde a barra. FISHER (1808-1810) também a classifica de belo edifício mourisco que avança majestosamente água adentro por uma longa língua de terra. No entanto, refere que se encontra danificada e que a sua beleza fora diminuída por acrescentos modernos que nada têm a ver com o estilo original. COCKBURN (1811) define a Torre como um edifício antigo, gótico, de construção muito curiosa; é pouco robusta mas muito pitoresca e domina o rio com a sua moderna bateria. Desde há muito tempo que é utilizado como prisão e lá se encontra também um telégrafo. ESCHWEGE (1834-1836) refere que se trata de uma fortificação pequena e de estilo mourisco construída durante o reinado de D. Manuel, na qual ocorre a maçadora inspecção sanitária, política e comercial. DEMBOWSKI (1838) classifica-a de torre mourisca e prisão de Estado e BERGH (1841) define-a como um edifício de construção parcialmente gótica e parcialmente normanda. HUGHES (1846) considera-a uma das mais belas torres da Europa devido ao extraordinário trabalho de filigrana em pedra, bem como ao rendilhado que ornamenta o seu exterior e às colunatas de tom claro e estilo arabesco. STUART-WORTLEY (1851) vê-a do barco e descreve-a como uma torre pequenina e delicada, verdadeiro brinquedo cujos canhões estão, com toda a certeza, carregados de ervilhas. A Rainha de Portugal deveria enviá-la para Londres numa redoma para assim ser exibida no «edifício de vidro» que se encontra em Hyde Park. MARCH (1852) escreve que a Torre, defendida por uma bateria, fica quase totalmente rodeada por água quando a maré sobe. Embora não haja certezas quanto ao seu fundador, escreve, a sua história é interessante. O estilo arquitectónico é uma estranha mistura de gótico e mourisco.

São muitos os viajantes que tecem comentários ao **Palácio de Belém e jardins**. TWISS (1772-1773) considera-o um edifício vulgar, sem nada que o distinga, quer no exterior, quer no interior. Não o surpreende a simplicidade deste último, pois em todo o país não se encontra uma única pintura de qualquer escola italiana; as poucas que existiam haviam sido destruídas pelo Terramoto. Também não se encontra em todo o país uma única escultura de nota, excepto os dois grupos de estátuas que se encontram precisamente nestes jar-

dins, expostas ao ar livre, o que comprova que os portugueses são destituídos de bom senso. A única informação que consegue obter sobre as mesmas é a de que haviam sido trazidas de Roma, pelo que levanta a hipótese de terem sido realizadas por Bernini ou Algardi dadas as semelhanças com estátuas da autoria destes escultores que tivera ocasião de ver na capital italiana. Cada grupo é composto de duas figuras em mármore branco e tamanho natural, tão bem executadas que parecem respirar e transformar-se em carne quando se lhes toca; num, uma filha alimenta o pai com o seu próprio leite; no outro, uma mulher desfalece nos braços de outra. Perfeitas e belas, estão ainda em bom estado de conservação e assim poderão permanecer por muito tempo dada a suavidade do clima da região, tal como acontece com o Hércules de Farnese, o Perseu de Cellini e tantas outras estátuas de valor incalculável que se encontram a céu aberto em Roma e Florença. Nos jardins existe uma *ménagerie*, onde se encontram um elefante, dois leões, um leopardo e dez belas zebras. WITHERING (1793-1794) visita o Palácio e os jardins na companhia do Abade Correia. Começa por atravessar um primeiro jardim que segue o modelo da divisão em zonas simétricas, com caminhos longos e a direito, delimitados por sebes altas e bem cortadas, e decoração de estatuária. Infelizmente, há muitas estátuas velhas e mutiladas amontoadas a um canto do jardim. O espaço entre os caminhos está repleto de árvores, sobretudo laranjeiras. Depois de subir um bonito lanço de escadas depara-se com outro jardim que se projecta sobre o rio, também ele dividido em pequenas zonas delimitadas por sebes muito bem cortadas. É aqui que se encontra a *ménagerie* que, tal como a maioria das mais belas construções de Portugal, é de mármore e está ornamentada com estátuas brancas que o contraste com o forte azul do céu torna ainda mais belas. Em cada compartimento da *ménagerie* há uma fonte que fornece água em abundância e na zona central há uma excelente construção em pedra onde jorra a água e nadam belos peixes. A colecção de animais selvagens é pobre, sendo constituída apenas por dois ursos, um leão, um lobo, e um tigre, presos em compartimentos confortáveis e seguros com grades duplas de ferro. Há também faisões chineses e ingleses, dourados e prateados, bem como periquitos amarelos e vermelhos, pombas raras, uma avestruz, quatro garças das Baleares e dois pelicanos. Há ainda a referir um pequeno lago onde nadam dois belos cisnes e alguns patos americanos. A alguma distância encontram-se zebras, touros e veados brasileiros. Nos Estábulos Reais há cerca de setenta cavalos, alguns dos quais muito bonitos. No interior do Palácio o Abade Correia apresenta-lhe um senhor que se prontifica a mostrar-lhe a colecção de pintura, que normalmente não está acessível a estranhos. Os quadros cobrem inteiramente as paredes de várias grandes salas e, embora alguns tenham grande qualidade, a maioria é medíocre. Quase todos haviam sido trazidos de Roma. No que respeita à decoração dos tectos, a talha dourada é magnífica e a pintura razoável mas está tudo a degradar-se devido à humidade. Vê belos serviços de fina porcelana e a baixela da Família Real, composta por quarenta e oito dúzias de pratos grandes e pequenos em prata maciça, vinte e quatro dúzias de pratos em prata dourada com faqueiro a condizer e ainda um número surpreendente de belos

ornamentos em ouro e prata de valor incalculável. Há o suficiente para encher doze grandes mesas com magníficos objectos. COLLINS (1796-1797) visita o Palácio da Rainha, cujos jardins estão muito bem situados e têm animais belos e raros. Há extensos aviários com grande número e variedade de pássaros de bela plumagem, bem como fontes e cascatas que lançam a água para pequenos lagos cheios de peixes. A forma como as cascatas, a *ménagerie* e o aviário partilham harmoniosamente o espaço contribui para o encanto do local. Nas extremidades de alguns dos caminhos há estátuas com interesse, entre as quais a que representa uma história que evoca sentimentos de admiração: uma jovem romana alimenta com o seu leite o pai já quase morto de fome. O autor das cartas editadas por RANQUE (1801) encontra uma *ménagerie* muito negligenciada, onde há apenas duas zebras, uma hiena e pássaros de uma espécie «a que Buffon dera o nome de *pássaro real*». BERNARD (1801-1802) lamenta que estes jardins, juntamente com «uma espaçosa residência» situada nas proximidades, tenham sido deixados ao cuidado de um jardineiro. Tudo ali floresce e murcha sem ser visto por ninguém. E, no entanto, há muitas plantas e animais originários de outros países, entre os quais um leão, um lobo, papagaios brasileiros e um grande pássaro dos Açores de plumagem colorida e forma de cisne que, por ser muito coquete, recebera o nome de *Mademoiselle*. BLAIRIE (1805-1808) não considera o Palácio digno de nota, se bem que os jardins mereçam ser visitados, sobretudo a *ménagerie*, onde se encontram animais e pássaros raros vindos do estrangeiro. FISHER (1808-1810) salienta que nos jardins do Palácio da Rainha em Belém há bonitas divisões que dão para um belo terraço de onde se tem uma vista ampla sobre o Tejo e toda a costa até ao Cabo Espichel. O local é utilizado como aviário e tem pássaros muito curiosos originários do Brasil, incluindo abutres e uma espécie de faisão quase do tamanho de uma águia. Para além de um terraço constituído por canteiros com belíssimas flores, nada mais há para admirar nestes jardins, que são de estilo muito formal, sendo evidente a predilecção pelas laranjeiras. Os longos caminhos são delimitados por sebes altas bem cortadas e aqui e ali há uma fonte. Segundo COCKBURN (1811), o Jardim da Rainha suplanta em dimensão os jardins londrinos de Kensington e Hyde em conjunto; no entanto, do ponto de vista estético, é muito inferior a qualquer um deles. Não se trata tanto de um jardim mas mais de um parque muito beneficiado pela sua situação geográfica. A zona de jardim propriamente dita é à moda antiga, com sebes cortadas e caminhos muito longos, alguns dos quais atravessam o parque, enquanto outros o circundam. É um local isolado, invadido por vinha e pinheiro escocês, o que lhe dá uma aparência de arvoredos selvagem. HEERINGEN (1836) encontra ali apenas alguns pássaros de África e da América, bem como alguns macacos em jaulas e nichos espaçosos. O Palácio, situado num socalco ajardinado na margem do Tejo e ornamentado de estátuas de mármore branco, é um edifício bastante grande, com janelas altas e abertas até ao chão que deixam ver o interior dos aposentos, todos eles mobilados de forma muito simples. A maioria apresenta uma decoração de azulejos coloridos, embora alguns tenham também pintura. Todo o conjunto, constituído por socalcos,

palácio, pátios e jardins, evidencia a mesma negligência e estado de ruína que marcam a bela frente de toda a Lisboa. A vista sobre o rio e a outra margem é belíssima. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) refere também as belas vistas da cidade que oferece a Quinta de Belém, um jardim muito bonito com altíssimas sebes de loureiro que ladeiam caminhos a perder de vista decorados com estátuas de mármore. A casa encontra-se fechada. Hahn-Hahn tenta esclarecer os seus leitores sobre o significado da palavra portuguesa «quinta», que designa uma casa de campo que tanto pode ter um jardim como uma grande área de terreno⁶. BERGH (1841) comenta que o interior do Palácio é menos interessante do que a sua situação geográfica; quer o jardim, ao antigo estilo francês, quer a *ménagerie*, onde já só se encontra uma avestruz, carecem de qualquer atractivo.

DUMOURIEZ (1765-1766) informa que a residência do Rei é o Palácio da Ajuda, uma espécie de barraca que havia sido feita na Holanda e enviada para Portugal de barco, já pronta, tendo sido apenas necessário juntar as várias partes e reforçá-las com uma camada de estuque. CORMATIN (1777-1778) afirma que o Palácio no qual reside a Família Real, de um andar apenas, construído após o Terramoto numa colina muito afastada da cidade, é absolutamente insignificante. Em nota de rodapé o editor Bourgoing acrescenta que o edifício é tão medíocre que um habitante de nível social médio de qualquer outra cidade europeia se recusaria a aceitá-lo como sua residência. TEXIER (1794) descreve a situação do Palácio, que ocupa um espaço enorme no cume da colina acima do Mosteiro dos Jerónimos. O edifício não tem a menor regularidade, simetria ou harmonia interior. Residência da Família Real após o Terramoto, começara por ser uma cabana de madeira. Um ano mais tarde, passado o receio de novo terramoto, iniciara-se a sua transformação, aumentando-se consideravelmente a sua área, substituindo-se o telhado de madeira por um de telhas, e construindo paredes de pedra, inicialmente apenas para divisão do interior mas, pouco a pouco, em substituição das anteriores paredes exteriores. No entanto, o Palácio continua a ter apenas um andar, de acordo com o plano original. Dado que a esta altitude o ar é saudável e a vista se abre sobre a cidade, o campo, o rio e o mar, a corte vai continuar a utilizá-lo como residência permanente, habitando o Palácio de Queluz apenas durante alguns meses no ano. NEALE (1808) admira a maravilhosa localização deste Palácio e a vista encantadora que oferece sobre a margem do Tejo. O humilde edifício é de madeira, pois a Família Real ainda hesita em construir uma estrutura mais sólida numa região onde há possibilidade de ocorrer outro terramoto. O Duque de Abrantes tencionava tomar posse dele e havia encomendado a um grande número de trabalhadores a execução de acrescentos e alterações. O Palácio encontra-se ainda coberto pelos andaimes erguidos com o propósito de completar uma grande sala de audiências para o invasor, cujas paredes estão quase totalmente cobertas com baixos-relevos absurdos e ridículos ao pior estilo francês. Numa das galerias do Palácio há um belíssimo armário cheio de quadros que os franceses haviam empacotado com todo o cuidado, preparando-se para os transportar

para França quando haviam sido detectados. A coleção inclui alguns objectos de qualidade, entre os quais uma pintura de cavalete de Rubens, magnífico retrato da família do autor em que cada familiar representa um santo; a cor da figura de São Sebastião é absolutamente encantadora. Há também «uma Susana, de Van Dyck, duas ou três belas pinturas de Gerard Douw e duas obras que captam a atenção por serem trabalho de um promissor pintor português que falecera muito jovem, de nome Viera [sic], «o mais jovem com esse nome». Estas últimas não só têm qualidade como têm a particularidade de terem sido criadas por alguém oriundo de um país que nada tem produzido no campo da arte. Ambas ilustram temas de *Os Lusíadas*, conjugando-se desse modo as ideias do melhor poeta português e o engenho de um pintor também português. Uma das telas é particularmente notável pela sua expressividade e pela belíssima forma como é representada a história de Inês de Castro que, rodeada pelos filhos, se deixa cair aos pés do seu assassino. À saída da galeria encontram-se duas belas estátuas antigas bastante elogiadas por muitos viajantes: uma representa o jovem Apolo e a outra um fauno tocando flauta. Ambas são magníficas, embora a de melhor execução seja a do fauno, cuja figura é quase comparável à de Antínoo no que toca a graciosidade juvenil. Nas traseiras do palácio, a cerca de trinta pés de profundidade, há uma masmorra composta de uma pequena câmara abobadada e pavimentada com lajes de mármore. No chão há seis ou sete buracos circulares onde mal caberia um corpo humano em posição sentada. A cada um destes buracos corresponde uma tampa de mármore, exactamente do mesmo diâmetro, no centro da qual há uma abertura quadrada que deixa entrar o ar. Os conspiradores contra D. José I haviam sido ali enclausurados pelo sanguinário Marquês de Pombal. ORMSBY (1808) vê algumas pinturas de grande qualidade na residência do Príncipe Regente, embora as melhores estejam ainda empacotadas nas caixas em que Junot planeava transportá-las para França. Segundo COCKBURN (1811), este Palácio, tal como todos os palácios do país, é composto de toneladas de pedra e não oferece nenhum conforto. O trabalho de pedreiros e canteiros é excelente e muito semelhante ao dos pedreiros da Sicília. As arquitraves, a caixilharia das portas, os pedestais e as cornijas são em pedra ou mármore e os arcos são de excelente qualidade. Já o trabalho de carpintaria, se bem que superior ao dos sicilianos, é de má qualidade e, em geral, o chão é de qualidade inferior ao de qualquer celeiro irlandês. O andar superior da ala já terminada, onde se encontram os quartos de dormir, é muito desconfortável, pois as salas estão dispostas em fila, abrindo-se umas para as outras através de «portas de cocheira», ou articuladas, que permitem transformar duas salas numa só. É lamentável que apenas metade do Palácio esteja completa. Provavelmente nunca será terminado, pois a planta fora concebida a uma escala demasiado grandiosa para o país. É provável que os blocos de pedra e mármore de tamanho colossal amontoados em volta do edifício não venham a ser utilizados apesar de serem de qualidade comparável à dos blocos de pedra dos anfiteatros da Antiguidade. A difícil tarefa de os transportar até ali demonstra que os portugueses têm conhecimentos de mecânica semelhantes aos dos povos de outrora. É

pena que um Palácio que oferece uma tal vista sobre o Tejo esteja rodeado de casas miseráveis, embora mais abaixo haja uma Igreja muito bonita chamada «da Memória». DELIUS (1826) menciona a colina de Belém onde se encontra o encantador Palácio Real, construído numa pedra branca, quase toda mármore. É um dos mais belos palácios que lhe fora dado ver apesar de apenas um quarto do conjunto estar terminado. Infelizmente, é pouco provável que algum dia o venha a estar; se tal acontecesse, seria com certeza maior do que o Palácio do Louvre. Para HEERINGEN (1836), nenhum outro palácio residencial tem tão majestosa localização como este, nem fachada que assim se projecte sobre o mar. Embora esteja por terminar, é um dos maiores e mais bonitos da Europa. No entanto, tudo o que o rodeia dá a impressão de estar inacabado devido à má pavimentação do lado sul e ocidental da praça e aos socalcos cobertos de erva e cactos. No olival que cobre metade do cume da colina não há nenhum caminho cuidado, nem um assento para descansar. Qualquer príncipe alemão daria ordens imediatas aos jardineiros para que mantivessem estes divinos socalcos na melhor ordem! O edifício tem três grandes alas. A ala norte, orientada para terra, ainda se encontra por terminar. As fachadas sul e ocidental, com os seus belos portais e vestíbulos, são o que de mais grandioso se pode imaginar; a segunda, de pedra sólida e branca, lança-se na direcção do mar e os marinheiros vêem-na de longe. O átrio inferior está decorado com estátuas alegóricas colossais de execução duvidosa, cujo valor advém do facto de representarem virtudes como a Humanidade, a Justiça ou a Humildade. O Palácio não é habitado, dando até a impressão de nunca o ter sido, pela frieza das suas enormes salas, tão contrária ao calor do lar e à felicidade doméstica características da residência de qualquer humilde guarda-florestal alemão. Durante a sessão de beija-mão que se segue ao casamento da Rainha, Heeringen tem a oportunidade de percorrer os aposentos e ver os quadros neles expostos sobre acontecimentos históricos, relacionados, em grande parte, com D. João VI, figura imediatamente identificável pelas feições fortes e feias e pelo lábio inferior descaído. As pinturas, algumas da autoria de um pintor da corte, revelam pouco valor artístico. Há muitos outros quadros pendurados num dos corredores, que vê de longe, ficando com a impressão de que representam cenas da invasão francesa. DEMBOWSKI (1838) exprime surpresa pela insensibilidade do Rei à sua própria fealdade, pois mandara pintar a sua disforme pessoa em todas as poses imagináveis. Estas imagens decoram as paredes do Palácio, a residência real mais interessante do país, que, no entanto, não se distingue senão pela sua extensão e por esta profusão de retratos. Procedente da zona de Buenos Aires, a Condessa de HAHN-HAHN (1841) atravessa uma ponte entre duas colinas para chegar ao Palácio da Ajuda, que se ergue, isolado, numa colina árida separada da cidade por campos, jardins e vales. É o edifício mais encantador de Lisboa. O que tem de mais magnífico é a fachada, do mais fino mármore cor de malva, e também a vista das janelas e da varanda da Sala do Trono sobre a cidade e o rio, comparável a qualquer vista panorâmica de Nápoles, São Telmo, ou Camaldoli. Apesar de apenas a parte central estar terminada, as proporções arquitectónicas são excelentes; seria um edifício magnífico se o

interior correspondesse ao exterior, mas a mediocridade da mobília e da decoração ultrapassa tudo o que se possa imaginar. Aliás, em prol da verdade não se pode dizer que esteja mobilado. Em todo o Palácio há apenas algumas dúzias de cadeiras com estofos em damasco, um trono de costas altas revestidas a veludo vermelho escuro que caem, juntamente com o estrado, quando se passa levemente a mão pelo tecido, e uma cama. E com estas peças a Corte se satisfaz! Procura-se em vão vasos, estátuas, frescos, quadros, talha dourada, lustres e candelabros, e nada encontra, excepto uma pintura a fresco no deserto salão de audiências. A imagem mostra o Génio de Portugal na orla marítima, rodeado pela Liberdade e outras figuras alegóricas típicas e maçadoras. Todos tentam desesperadamente dar a impressão de felicidade, algo que parece ser tão difícil para o Génio como deve ter sido para o pintor. Sobre o mar flutua uma longa fila de carruagens em forma de concha, umas puxadas por tritões, outras por golfinhos; no entanto, nelas não se encontram Neptuno, Vénus ou Anfitrite, mas sim outras pérolas. Na primeira está sentado D. João VI, mais parecido com uma ostra do que com uma pérola, vestido à maneira palaciana do século anterior; a brisa marítima agita-lhe a peruca e as ondas salpicam-lhe os sapatos de fivela. Na segunda, sentada junto ao Príncipe D. Pedro, está a Rainha D. Carlota, cuja face revela uma maldade que lembra os bustos de Caracala. Na terceira concha, junto a D. Miguel, está a Infanta mais velha e, na quarta, mais duas Infantas. Seguem-se outras conchas com outras figuras que, com a distância, se vão tornando cada vez mais indefinidas. É extraordinário que este fresco e alguns quadros a óleo sejam as únicas peças decorativas do Palácio. Entre os óleos contam-se alguns retratos, que para ali estão deitados, cheios de pó, num terrível estado de degradação. Segundo HUGHES (1846), se o novo Palácio da Ajuda algum dia fosse terminado seria o mais magnífico do mundo, pois é um edifício vasto e da maior imponência que forma três lados de um quadrângulo; o quarto lado está ainda por construir. O trabalho de cantaria é soberbo, mas os troféus de armas nas balaustradas são muito toscos e as estátuas do pórtico detestáveis. A decoração está muito aquém do que seria adequado a um edifício desta categoria e a galeria de pinturas é tão medíocre que dá vontade de rir. STUART-WORTLEY (1851) comenta igualmente que, se o Palácio viesse a ser completado segundo o plano original, seria provavelmente uma das maiores obras de arquitectura da Europa. Durante algum tempo existira naquele local um palácio temporário de madeira que albergara a Família Real após o Terramoto. Essa estrutura fora devorada pelo fogo e o avô de D. Maria II lançara, então, a primeira pedra do actual Palácio. Na fachada sul, projectada para ser a principal, há duas ordens de arquitectura: a compósita e a toscana. Na fachada leste, quase terminada, há um átrio sombrio flanqueado por nada menos do que três pórticos, suportados por colunas, nos quais haviam sido colocadas estátuas alegóricas da autoria de escultores portugueses. Neste lado do Palácio há duas alas, elevadas em relação às outras áreas do edifício, que têm balaustradas e estão decoradas com doze troféus de estilo austero. O verdadeiro problema deste Palácio é o facto de ser de tão recente construção. É este o defeito de tantos edifícios que atraem turistas mas não susci-

tam recordações, vazios que são de memórias e associações históricas. O mais humilde fragmento de ruína consagrado por uma memória enobrecedora ou uma lenda inspiradora deveria merecer aos viajantes a maior atenção e deixar traços preciosos na sua memória. MINUTOLI (1851-1854) lamenta que o Palácio da Ajuda, bem localizado e, no seu estilo, muito belo, ainda não esteja terminado apesar de já terem sido gastos oitenta milhões de francos. Este facto é de lamentar num país em que não se encontra uma fachada que tenha algo de imponente ou de grandioso: nem a do Palácio Real das Necessidades, nem a do Palácio de Belém, nem a do Palácio da Bemposta, nem a do Palácio de Queluz, e nem mesmo as dos edifícios religiosos com excepção da Sé e do Mosteiro dos Jerónimos.

Referindo-se ao **Real Jardim Botânico da Ajuda**, TWISS (1772-1773) escreve que «[N]As estufas do Rei», situadas no jardim de Nossa Senhora da Ajuda, perto de Belém, os tectos têm frescos muito belos. WITHERING (1793-1794) menciona as estátuas e as grandes fontes de mármore que ornamentam o Jardim Botânico do Palácio da Ajuda. A estufa é grande, bem adequada à sua função, e nela crescem muitas plantas de qualidade; no entanto, está tudo muito mal organizado. BERNARD (1801-1802) elogia o jardim, que se estende por um terreno plano e uma colina sobranceira ao rio, e que poderia ser o melhor da Europa se fosse orientado por alguém conhecedor da matéria. Infelizmente, tal como acontece com a Colecção de História Natural do Rei, está entregue aos cuidados do Sr. Vandelli que a nenhuma destas instituições presta qualquer atenção. O jardineiro que a acompanha na visita a várias estufas mostra-lhe algumas plantas muito raras que ali se propagam bem, pois as janelas de vidro criam a temperatura ideal. Há água em todo o lado; até nas estufas há pequenas fontes engraçadas. O jardim abre ao público dois dias por semana mas, estranhamente, não se vê ninguém a passear por lá. As duas altas estátuas de granito, à entrada, são esculturas medíocres, razão pela qual não surpreende que, quando se pergunta o que representam, a resposta seja que não representam nada. SEMPLE (1805) considera o Jardim Botânico digno da visita de todos aqueles que viajam até Lisboa e exprime grande satisfação ao ver as duas estátuas muito antigas que se encontram à entrada. Informam-no que haviam sido recentemente desenterradas em Montalegre, onde teriam jazido durante séculos, mas quem se encanta com as belezas de Grécia e Roma tem sempre gosto em ver vestígios do passado, mesmo que se trate de algo insignificante encontrado num país que, embora talvez originário de épocas anteriores a Grécia e a Roma, nada tem agora a oferecer no campo da arte. O interesse destas estátuas reside no facto de ilustrarem os esforços incipientes de um povo no campo da escultura, esforços evidentes nas espadas e nos escudos esculpidos em relevo tão baixo que quase não se destacam. COCKBURN (1811) define o Jardim como um local miserável que abre ao público às quintas-feiras. No dia em que lá vai estão cerca de cem soldados à espera de entrar, possivelmente porque o Mosteiro ali próximo fora transformado num grande hospital militar. WEECH (1823) comenta que as marcas do desleixo são visíveis por todo o lado: os caminhos estão num

estado selvagem e as mais raras plantas reproduzem-se como se de erva daninha se tratasse. Há vestígios de plantas medicinais que indicam que, no passado, o Jardim fora gerido por alguém experiente. Apesar de tudo é um local muito agradável mesmo no estado de abandono em que se encontra, pois tem água abundante e muitas fontes. É estranho que não se veja ninguém por ali a passear. STUART-WORTLEY (1851) refere as plantas de várias espécies que se encontram no Jardim Botânico, bem como um par de singulares figuras de pedra, em estilo heróico e de execução peculiar, que haviam sido descobertas em Portalegre e às quais alguns antiquários portugueses atribuem origem fenícia.

RUSSELL (1793) elogia o *Real Gabinete de História Natural da Ajuda*, que considera superior ao Jardim Botânico. Embora as colecções de pássaros e peixes não sejam grandes, a selecção é de qualidade. No entanto, são os «cristais», ou pedras preciosas, que mais o impressionam; na sua maior parte originárias do Brasil, nada ficam a dever às pedras preciosas das grandes colecções do mundo. Há duas curiosas peças de pedra elástica que curvam quando se lhes pega apenas por um dos lados: uma tem cerca de um pé de comprimento, seis polegadas de largura e meia polegada de espessura; a outra é mais curta, embora tenha sensivelmente a mesma largura e cerca de três quartos de polegada de espessura. WITHERING (1793-1794) admira a quantidade e variedade de objectos curiosos desta colecção, que está bem organizada, se bem que a iluminação da sala não seja adequada. Os pássaros, em grande número, estão razoavelmente empalhados e a plumagem das espécies do Brasil tem um brilho extraordinário. Entre os animais, todos muito bem conservados, contam-se um hipopótamo, alguns crocodilos e serpentes de grande comprimento e largura. Há espécies de peixes verdadeiramente extraordinárias, originárias do Brasil, e um grande número de fósseis. Quanto à pedra elástica, muito estimada por todos, é uma peça fina e plana de grés micáceo que estica até quase o dobro do seu comprimento. Há ainda um enorme bloco de cobre trazido de um ribeiro do Brasil onde era utilizado como lavadouro. COLLINS (1796-1797) visita o museu onde se encontra uma enorme colecção de objectos naturais muito curiosos. O que mais chama a atenção é a colecção de valiosas pinturas, extensa e bem organizada, que também lá se encontra. A peça mais extraordinária mostra o exército de Constantino, *o Grande*, subitamente imobilizado pela visão de um ser sobrenatural que surge por entre as nuvens. O quadro retrata de forma clara, convincente e magistral um momento da história de Roma que muitos põem em dúvida, inspirando em quem o vê sentimentos de espanto e admiração. De realçar são a figura que surge nos céus, a forma como o exército, assombrado, se imobiliza, o modo como a luz incide nos capacetes e nos cascos dos cavalos e como estes, amedrontados, sacodem as crinas, e o olhar consternado dos cavaleiros, que parecem esperar que algo de extraordinário aconteça a qualquer momento. O autor do texto editado por HORSTIG (1797) visita esta colecção na companhia de um senhor francês, director dos instrumentos de Física do príncipe. Embora a colecção seja mais pequena do que a do Príncipe de Orange, inclui peças muito raras,

entre as quais um pedaço de puro cobre vermelho de oitenta e três arrobas que se encontra no estado em que estava quando extraído da mina. A colecção de mármore português é preciosa, salientando-se um pedaço de mármore cuja elasticidade faz lembrar uma sola de couro e que é parecido com um outro que faz parte da Colecção de São Petersburgo. Em geral, predominam cornos e escamas de várias espécies de animais e peças de mineralogia. Infelizmente, as borboletas estão dispostas como se fossem flores, levando o observador a esquecer que é de borboletas que se trata! Entre os animais destaca-se o hipopótamo, que tem o mesmo tamanho daquele que se encontra na Colecção de Haia. RUDERS (1798-1802) refere que a colecção está distribuída por duas grandes salas. A primeira é destinada aos minerais, alguns dos quais são pedras preciosas. Estes estão dispostos em grandes armários envidraçados e também sobre uma mesa cujo tampo é composto de pequenos losangos de mármore português. Na outra sala estão expostos estranhos espécimes de seres humanos, animais, peixes, conchas, vermes, anfíbios e insectos do mar, bem como uma colecção de borboletas particularmente bela. O autor das cartas editadas por RANQUE (1801) começa por lamentar que, tal como acontece com o Jardim Botânico, esta colecção esteja situada demasiado longe da cidade. Para além disso, está aberta ao público apenas uma vez por semana e não está organizada de forma a proporcionar o estudo. O director de ambas as instituições é o Dr. Vandelli, botânico distinto que não pode dar a atenção devida à História Natural ou à Botânica dado ser membro da Junta de Comércio e um dos directores da Real Fábrica das Sedas, para além de exercer várias outras funções. Embora muito incompleta, a Colecção é rica em produtos naturais do Brasil e de Portugal e contém vários objectos de interesse, tais como um bloco de couro nativo que pesa mais de mil e quinhentas libras, diversos tipos de mármore português, e ouro extraído das minas do Brasil. BERNARD (1801-1802) classifica esta colecção como a mais extraordinária de Lisboa pelos tesouros que contém e pela variedade e raridade dos objectos que lá se encontram. Na primeira sala há plantas, animais petrificados, pedaços de basalto e todo o tipo de metais. O ouro exposto encontra-se no estado em que fora extraído no Brasil antes de ser limpo de escórias e de sofrer a primeira transformação no cadinho. Há também peças de granito e diamantes, polidos e não polidos, e blocos quadrangulares de mármore elástico. A segunda sala está cheia de conchas e peixes, assim como de trajes e armas de nações estrangeiras. A colecção mais variada é a das conchas, que são dos mais diversos tamanhos e formas, algumas tão coloridas que poderiam servir de modelo às pinturas dos chineses. Há aves exóticas raiadas de cores, répteis, panteras e, por detrás de portas envidraçadas, abortos horríveis, como o de uma criança com duas cabeças e o de duas crianças coladas uma à outra. Nas paredes estão penduradas armas, casacos e coletes de índios de belas e coloridas penas e, a um canto, clavas de pontas envenenadas. Tudo se encontra num estado muito desleixado por culpa do Sr. Vandelli. A colecção está aberta ao público dois dias por semana e, surpreendentemente, encontram-se sempre por lá alguns portugueses a observar tudo com muita atenção. NEALE (1808) visita o Gabinete de História Natural, de que

tanto ouvira falar, instalado num belo edifício independente nas traseiras do Palácio Real. Dividido em duas salas, uma dedicada a minerais e outra a espécimes do reino animal, o Gabinete contém algumas peças curiosas, entre as quais uma verdadeiramente única: um bloco de cobre encontrado num vale do Brasil a duas léguas de Cachoeira e catorze léguas da Baía. Esta informação está inscrita numa das faces do bloco, que fora polido para o efeito, o que demonstra uma tremenda insensatez. Esta peça pesa duas mil seiscentas e dezasseis libras e tem três pés e duas polegadas de comprimento, sendo que a largura é de dois pés e meia polegada e a espessura máxima de dois pés e quatro polegadas. A superfície superior é irregular e está parcialmente coberta de ferro e malaquite. A colecção conta ainda com um pedaço de grés elástico de tamanho considerável cuja superfície está coberta de cristais calcários. A maior parte das peças expostas fora salva pelo General Beresford, que impedira os franceses de as transportar para França em várias arcas. As peças estão organizadas segundo o sistema de Lineu e dispostas em caixas de mogno envidraçadas. É de ressaltar ainda um belo hipopótamo, um rinoceronte e outros exemplos raros de quadrúpedes, todos em bom estado de conservação. ELIOT (1808-1809) informa que o Museu de Belém, embora tenha sido saqueado pelos franceses, contém ainda uma magnífica variedade de pássaros e animais embalsamados, bem como minerais, fósseis e outras curiosidades. As peças mais valiosas não se encontram à vista, pois haviam sido empacotadas devido ao receio de um segundo saque dos franceses. COCKBURN (1811) menciona a existência de um museu em Belém que abre ao público às quintas-feiras e está muito bem organizado. A colecção de borboletas, todas originárias do Brasil, é a mais perfeita e bem preservada de todas as que vira até então e a colecção de pássaros também é de qualidade. Segundo o guarda, a Família Real havia levado as melhores peças para o Brasil, evitando assim que os franceses se apropriassem delas. Agora que a situação em Portugal acalmara, as peças haviam regressado a Lisboa e encontram-se empacotadas em várias caixas na Alfândega. O seu retorno ao museu está previsto para breve embora seja difícil perceber onde serão colocadas, e onde haviam estado expostas antes de serem retiradas, pois não há no museu espaços grandes vazios. Segundo WEECH (1823), embora esta colecção desiluda quem a visita, é a única coisa que vale a pena ver em Lisboa. Tendo em conta as relações de Portugal com países de grande riqueza e variedade natural seria de esperar que fosse ímpar na Europa. No entanto, apenas a colecção de conchas parece completa, destacando-se a concha gigante, tão grande, na verdade, que metade dela seria suficiente para transportar alguns marinheiros pela costa! De uma forma geral esta colecção é inferior à de Munique, que é igualmente rica, particularmente no que respeita às curiosidades provenientes do Brasil, e está muito mais bem organizada.

O Mosteiro dos Jerónimos e a sua Igreja são objecto de longas e detalhadas descrições. WITHERING (1793-1794) informa que a grande Igreja de Belém começara por ser uma pequena capela de onde Vasco da Gama partira para a Índia. Aquando do seu regresso,

D. Manuel mandara construir o Mosteiro em sua honra. Os claustros, de estilo gótico, estão dispostos em volta de um grande pátio aberto onde as fontes mantêm o ambiente fresco e agradável. A Igreja, onde se encontram dois túmulos reais, é sem dúvida muito superior à famosa Igreja de São Roque: os pilares são elegantes e altos, dando por isso a impressão de leveza, os altares de talha dourada e prateada são magníficos e os púlpitos são de um mármore muito belo. TEXIER (1794) escreve que a Igreja e o Mosteiro formam um extenso conjunto arquitectónico antigo, de estilo gótico, situado no sopé de colinas que bordejam o Tejo. Os danos que a Igreja sofrera com o Terramoto haviam sido reparados; os dois portais de entrada, em lados opostos, são esplêndidas peças góticas e dois dos monumentos mais belos no seu género em toda a Europa. BERNARD (1801-1802) refere o voto de D. Manuel que levava à construção na margem do Tejo, a cerca de uma milha alemã de Lisboa, de uma Igreja e de um Mosteiro dedicados a São Jerónimo. No exterior, a Igreja está repleta de baixos-relevos e, no interior, de arabescos em mármore. O tecto alto e abobadado repousa sobre colunas. Perto do altar há monumentos em mármore brasileiro, que exala um cheiro sulfuroso quando raspado ou pressionado, dedicados aos reis D. Manuel e D. João III, o qual veio a terminar a obra. Dado que esta Igreja é um monumento sublime de arquitectura gótica e árabe, é de lamentar que ali se encontre uma capela medíocre decorada com pinturas de tão má qualidade sobre a vida de São Jerónimo que é impossível perceber o que representam, o que obriga o guia a explicar o significado de cada uma. A única peça de mérito é aquela em que São Jerónimo é tentado por uma figura de mulher que simboliza os espíritos do mal. Para NEALE (1808), a Igreja do Mosteiro dos Jerónimos é um edifício soberbo e, com excepção do Mosteiro da Batalha, talvez o melhor exemplo daquilo que se convencionara designar de estilo gótico arabesco. O corpo embalsamado do seu Real Fundador jaz num túmulo por baixo do altar e quatro reis jazem em quatro enormes sarcófagos de mármore negro. O interior está repleto de talha de madeira executada num estilo arabesco muito singular. Durante o Terramoto o edifício sofrera estragos. Duas enormes colunas que suportavam o telhado haviam caído e sido substituídas por dois blocos de pedra de forma muito irregular. No claustro adjacente há frescos cujo tema é a Paixão de Cristo e na biblioteca há uma pintura sobre São Jerónimo da autoria de Dürer. Junot levava da biblioteca vários manuscritos valiosos, a maior parte dos quais fora obrigado a repor, excepto um manuscrito da Bíblia com iluminuras cuja perda os monges lamentam profundamente. ORMSBY (1808) passa uma tarde muito agradável no Real Mosteiro de Belém, a três milhas de Lisboa, fundado por D. Manuel para albergar os monges da Ordem de São Jerónimo. O edifício é enorme, magnífico, e está situado junto à estrada frente ao Tejo, distante deste trezentas jardas apenas. Os claustros contêm pinturas de qualidade sobre as quais nada é possível dizer pois não há fontes de informação que inspirem confiança. O magnífico refeitório mantêm-se tão fresco como se se tratasse de um aposento subterrâneo. Do ponto de vista arquitectónico o edifício é uma mistura dos estilos gótico-normando e árabe; por todo o lado se encontram exemplos da beleza decorativa deste

último, particularmente no claustro adjacente à Igreja. No interior da Igreja há a realçar dois órgãos excepcionalmente bem afinados, cada um com mil e quatrocentos tubos, e também o cadeiral do Coro, gravado de forma sublime com temas da Bíblia. Um dos maiores altares está resguardado por uma cortina que, ao ser aberta, revela os preparativos para uma representação cénica da Natividade; muitos dos cenários haviam sido pintados e dispostos de forma a poderem ser mudados como se de um palco de teatro se tratasse. A biblioteca do Mosteiro tem poucas obras de mérito com excepção daquelas cujo tema é a Teologia, mas tem um livro de valor inestimável, uma Bíblia manuscrita em três volumes, com iluminura, oferecida pelo Papa ao Rei D. Manuel. A iluminura é da maior qualidade e a encadernação, enriquecida por fechos e bordas de ouro, tem um engaste de pedras preciosas de enorme valor. Esta biblioteca parece demasiado pequena para um mosteiro desta magnificência. SCHAUMANN (1808 e 1809) refere o enorme Mosteiro da Ordem de São Jerónimo, construído ao gosto gótico-mourisco, cujas majestosas proporções inevitavelmente despertam sentimentos de admiração e respeito. Na grande e bela Igreja estão sepultados vários reis. Agora praticamente vazio, o Mosteiro perdera muita da sua antiga beleza e imponência, em parte devido ao desgaste provocado pelo tempo e, em parte também, a algum desleixo e a renovações absurdas. FISHER (1808-1810) afirma ser tal a magnificência e grandiosidade do edifício mourisco de Belém, composto de Igreja e Mosteiro, que se torna quase impossível dar uma ideia cabal da perfeição da sua simetria, da sua altura, ou da imensidão do espaço que ocupa. Apesar de muito antigo, o belo revestimento interior em azulejo, particularmente o dos altíssimos pilares, fora de tal forma bem executado que parece ter sido terminado há pouco tempo. Todo o conjunto é de um tipo de mármore de tom acastanhado, diferente de qualquer outro mármore em Lisboa. Segundo MILFORD (1808-1812), a Igreja de São Jerónimo em Belém tem fama de ser um dos melhores exemplos do estilo gótico arabesco. Cada pormenor do soberbo portal, onde estão representados vários temas da história sagrada, merece a maior atenção. O tecto revela uma execução extraordinária. O pavimento interior e os púlpitos são de mármore; um deles é de um mármore peculiar que emite um forte cheiro a enxofre quando raspado. A Igreja, tal como o resto do conjunto, fora pilhada pelos franceses, que haviam levado a maior parte dos ornamentos em prata, candelabros e outros objectos, mas não o retábulo do altar-mor que, com mais de quatro jardas de altura e cerca de uma jarda de largura, é tão volumoso que não houvera tempo de organizar o seu transporte para Paris. O interior do retábulo é em madeira e o exterior em prata tão bem polida que ofusca quem entra. Por baixo encontra-se um caixão de madeira onde dizem estar o corpo de D. Afonso VI, conservado como se de uma relíquia sagrada se tratasse e exibido ao olhar do público sempre que há festividades religiosas. COCKBURN (1811) escreve que o belo Mosteiro de Santa Maria sofrera com a passagem do tempo. Os cerca de quarenta monges que ainda lá estão habitam um edifício transformado, em grande parte, em hospital militar. Na galeria interior do andar superior encontram-se as celas. Em baixo há um pórtico gótico abobadado que deve ter

sido belo quando era aberto mas que agora está fechado pois serve de armazém ao Comissariado do Exército Britânico. A presença dos soldados ingleses não danificara o bonito jardim quadrangular do claustro de estilo gótico muito ornamentado. O Mosteiro contém uma biblioteca com obras de qualidade muito superior ao que é habitual num edifício religioso apesar de ter sido pilhada pelos franceses, os quais haviam levado, entre outras coisas, um manuscrito da Bíblia com iluminuras excelentes e de valor incalculável para os monges. Salvava-se, no entanto, uma outra Bíblia manuscrita que também contém belas iluminuras. A Igreja é um belo edifício gótico com um interior muito bonito e uma entrada igualmente bela com ornatos de pedra. O plano é singular, pois o Coro, elevado como se fosse uma galeria, está situado numa das extremidades da igreja, mais precisamente no extremo oposto ao altar-mor. O cadeiral e tudo o resto que está no Coro fora gravado a partir de desenhos de Rafael. Há quatro toscos sarcófagos que contém os restos mortais de dois reis e duas rainhas. Os curiosos pilares que suportam o tecto abobadado têm uma ornamentação em pedra semelhante à da Capela do King's College em Cambridge. Para GRAHAM (1812-1813), o «Mosteiro de São Francisco», em Belém, é uma das mais belas peças de arquitectura que jamais vira. Do ponto de vista arquitectónico é impossível classificá-lo pois tanto pode ser considerado mourisco como gótico. Agora transformado em hospital militar dos ingleses, o edifício é de pedra amarela, e o portal da entrada, que tem a altura da fachada, ostenta ornamentos de tal modo belos que é impossível descrevê-los; tudo o que se pode dizer é que são «em perspectiva». DELIUS (1826) afirma que em Portugal não se vê arquitectura gótica em lado nenhum mas há muitos vestígios da arquitectura mourisca, de que a Igreja e o Mosteiro de Belém são bons exemplos; a primeira é gigantesca e exhibe o estilo mourisco em toda a sua plenitude. HORNER (1831-1838) visita a Casa Pia no Mosteiro de Belém, onde residem cerca de mil crianças pobres e deficientes, entre as quais quarenta surdas-mudas. O mosteiro está dividido em secções para rapazes e raparigas e organizado em diferentes zonas escolares, onde são ministrados os primeiros graus de instrução incluindo as artes. Entre a Igreja e o Mosteiro há uma zona onde estão expostos os retratos de todos os monarcas de Portugal, de D. Afonso Henriques à Rainha D. Maria II, excepto o de D. Miguel. A Igreja é famosa por conter os restos mortais de D. Sebastião e também por ser um bom exemplo de arquitectura gótica. ROCKWELL (1835-1836) menciona o edifício conhecido como Mosteiro de Belém, situado nas margens do Tejo a quatro milhas de Lisboa. Em conjunto, edifício e jardins ocupam uma grande extensão de terreno. Antiga propriedade da Ordem de São Jerónimo, o Mosteiro serve agora de colégio interno para mais de mil crianças pobres, muitas das quais haviam sido transferidas do Orfanato. A Igreja, alta e extensa, é um excelente exemplo da antiga arquitectura elegante, graciosa e pitoresca dos mouros; outrora fora túmulo dos reis de Portugal e alguns monumentos tumulares ainda adornam as suas paredes embora os ossos e as cinzas se encontrem junto ao altar expostos à vulgar curiosidade de qualquer um. ESCHWEGE (1834-1836) refere a Casa Pia como uma das melhores instituições em Por-

tugal, que alberga mil duzentas e setenta e quatro crianças, quatrocentas e vinte das quais meninas entre os quatro e os quinze anos de idade. Há um pequeno teatro onde as crianças representam peças e um pátio espaçoso com tudo o que é necessário à prática da ginástica. A ala das meninas tem um aspecto muito limpo e as camas estão colocadas em fila nos compridos corredores por onde outrora passeavam os monges. O refeitório é grande e tem muita luz; às compridas mesas podem sentar-se duzentas e cinquenta pessoas. A louça é branca ou de estanho, e cada *couvert* é composto de dois pratos, uma colher, uma faca e um garfo de estanho; algumas destas peças são ofertas de fabrico inglês de qualidade. A instituição anexa, destinada a crianças surdas-mudas, alberga vinte e quatro crianças. Do ponto de vista arquitectónico o conjunto é em estilo gótico, merecendo especial atenção o portal e o interior da Igreja, sobretudo o trabalho de talha antigo das velhas cadeiras fixas do Coro. HEERINGEN (1836) informa que o antigo Mosteiro dos Jerónimos, agora Casa Pia, está rodeado de extensos pátios, jardins e edifícios anexos. A Igreja, sumptuosa e singular, é o exemplo mais perfeito e mais harmonioso em Portugal da conjugação dos estilos mourisco e cristão-gótico; o primeiro é visível nas colunas esguias, todas diferentes, que suportam a abóbada, e o segundo na abóbada, que parece chegar ao céu. O contraste entre o mármore branco das colunas e a pedra negra, ou escura, das paredes causa um belo efeito, e os tectos achatados, bem como os contrafortes, pilastras, portais e galerias mouriscas, conferem-lhe um grande pitoresco. No seu interior acumulam-se sarcófagos de mármore onde repousam os restos mortais de muitos reis e rainhas. O nome Casa Pia é o mais adequado às actuais funções do edifício, agora residência de um grande número de órfãos. À casa está ligado um instituto para cegos e surdos-mudos. As paredes das salas onde estes últimos têm aulas estão cobertas de coloridas gravuras e de desenhos de camponeses de Nuremberga que fazem parte do material pedagógico utilizado. É grande e belo o tanque de fontes murmurantes que se encontra no pátio interior do edifício. WITTICH (1838) faz o historial do Mosteiro dos Jerónimos, um dos mais belos monumentos arquitectónicos de Portugal apesar da ausência do palácio que fizera parte do plano original do seu fundador. A santa tríade de mosteiro, igreja e palácio só viria a ser conseguida em Mafra pela mão de D. João V. Belas são as duas entradas da magnífica Igreja, a ocidente e a sul, mas a mais bela e imponente é esta última, cujo portal segue o lanço do edifício em direcção ao céu numa profusão de ornamentos, relevos, colunas e esculturas que, surpreendentemente, não o sobrecarregam. No ponto mais alto deste portal encontra-se uma estátua da padroeira, Nossa Senhora dos Reis. A Igreja é em forma de cruz, tão apreciada em obras deste género. De cada lado da nave há quatro colunas gigantescas, revestidas de várias camadas de relevo, que constituem o suporte e esteio da abóbada gótica do tecto. A nave e o cruzeiro são os elementos mais antigos, pois a capela-mor, de belo mármore branco de Estremoz e estilo gótico, só fora terminada por D. Catarina, esposa de D. João III e irmã do imperador Carlos V. Ali se encontra o cenotáfio de D. Manuel com uma inscrição em latim, assim como o de D. João III e o de D. Sebastião. Do tecto cai uma estrutura cuidadosamente trabalhada que

terá talvez como finalidade servir de suporte aos grandes candeeiros. Numa abóbada por trás do altar jaz o corpo ressequido do infeliz D. Afonso VI que terminara os seus dias prisioneiro em Sintra. Pela porta ocidental acede-se a uma abóbada espaçosa que tem, de cada lado, uma capela ricamente decorada: à direita, a capela da freguesia de Belém, onde têm lugar os baptismos e, à esquerda, a capela igualmente sumptuosa de Nossa Senhora dos Passos, onde há uma imagem do Salvador vergado sob o peso da cruz, por trás da qual há uma escada que os devotos não se coíbem de subir para Lhe beijar os calcanhares. Sob a abóbada está o Coro e os seus dois órgãos, nenhum dos quais, infelizmente, em condições de poder ser tocado. O cadeiral dos cónegos é de madeira ornamentada a talha. Do lado oposto à entrada sul encontram-se sete confessionários encimados por nichos destinados a albergar estátuas. A abóbada gótica do tecto da sacristia, apoiada num pilar único central, é interessante. Num dos seis altares do cruzeiro encontra-se uma extraordinária escultura de São Jerónimo, feita na Índia, notável pela expressão de autenticidade dos traços do rosto. A Igreja é imponente, embora, no que toca a grandiosidade, nenhuma igreja católica possa ser comparada a catedrais como as de Colónia, Estrasburgo, Mailand ou Dork. No entanto, é de notar que nos países católicos as igrejas têm no seu interior objectos que nos países protestantes são expostos noutros locais. Por exemplo, é possível lá encontrar um monumento tumular trabalhado com zelo, uma estátua de santo bem esculpida, ou uma pintura bem executada. Infelizmente, os templos protestantes não revelam tal cuidado, nem na sua estrutura, nem na sua decoração, confrontando-se os fiéis com edifícios frios, nus e hostis. Composições prosaicas, as igrejas protestantes revelam um intelecto mesquinho e burguês em nada comparável à composição poética que constitui qualquer igreja católica. No que respeita ao Mosteiro do Jerónimos, os corredores são bonitos, compridos e cheios de luz. No centro do claustro principal, coberto por um tecto abobadado, há uma imponente bacia de água que é esvaziada durante o verão por razões de salubridade. De cada lado de uma longa passagem que atravessa o edifício no sentido leste-oeste encontram-se as celas dos monges, cujas portas são tão baixas e estreitas que, com as suas compridas vestes, teriam com certeza dificuldade em passar por elas mesmo curvados. É extraordinário o contraste entre a simplicidade da vida dos monges e a sumptuosidade do edifício. Sobre cada uma das portas há uma inscrição em latim recomendando uma virtude cristã mas, dado que nenhum monge entendia latim, a inscrição provavelmente não tinha qualquer utilidade. O Mosteiro é agora a Casa Pia, e o retrato em tamanho natural de D. Maria I, sua fundadora, está exposto numa das salas do andar superior. A Casa Pia é prova de que, embora a Humanidade nunca deixe de errar, avança sempre no sentido da Perfeição. A instituição começara por funcionar no castelo de São Jorge, passando mais tarde para o chamado Hospício do Desterro, até que finalmente D. Pedro lhe atribuíra esta localização mais digna. O número de órfãos que ali vivem eleva-se actualmente a mil. A esta casa está ligada uma instituição para crianças surdas-mudas, à qual D. João VI atribuíra um capital de 12.000 cruzados, pelo que as dezasseis crianças que ali se encontram

vivem em melhores condições do que as da Casa Pia. Desde 1 de Janeiro de 1835 está também ligado a esta Casa o Colégio de Augusto, destinado a filhos de famílias com possibilidades de pagar os estudos, o que é de grande utilidade, pois deste modo os melhores alunos da Casa Pia podem beneficiar de um ensino de melhor qualidade. A Casa Pia tem duas divisões principais: o orfanato para rapazes, onde os dormitórios são espaçosos e arejados, e o orfanato para raparigas, situado na zona das antigas celas dos monges. Para aumentar o tamanho dos quartos houve que derrubar algumas paredes divisórias. Na zona das meninas, as alunas podem ser vistas a tocar piano, cantar, estudar e costurar. Nesta parte da casa, onde se trata da roupa de toda a instituição, reina maior limpeza e ordem do que na zona dos rapazes. O edifício adequa-se bem às funções de Casa Pia pois os aposentos são espaçosos, as salas de aula bonitas, os dormitórios práticos, e o refeitório – o mesmo que outrora servira os monges – espaçoso e agradável. Há ainda um espaço para impressão de livros, uma coleção de moldes de antiguidades em gesso e numerosos quadros com algum valor entre os quais se destaca o de São Jerónimo. Já não existem as instalações para a prática de ginástica que Eschwege referira na sua obra, facto que é de lamentar, pois o exercício físico é particularmente importante para os povos do sul, que têm uma grande inclinação para a sensualidade; se os jovens não forem bem acompanhados e observados desenvolvem rapidamente todo o tipo de vícios. COOPER (1838-1839) refere a enorme admiração que suscitam a Igreja e o Mosteiro de São Jerónimo, que qualquer pessoa pode visitar facilmente utilizando o *omnibus* que faz o trajecto entre Lisboa e Belém de meia em meia hora. O interior da Igreja é de uma imponência impossível de descrever. Totalmente construída em mármore de várias cores, está sustentada por pilares de mármore branco requintadamente esculpidos e de surpreendente leveza. No seu todo, o vasto edifício é uma elaborada escultura em que cada pé quadrado oferece múltiplos objectos visualmente atraentes e executados na perfeição. Os arcos são perfeitos e o tecto é soberbo. Numa das extremidades encontra-se um belíssimo altar chapeado de prata, de cada lado do qual há sarcófagos de mármore, apoiados sobre elefantes, onde jazem os restos mortais de alguns soberanos de Portugal. Por baixo do altar-mor há uma pequena câmara onde se encontram os restos mortais ressequidos de D. Afonso VI que estivera prisioneiro durante dezassete anos num pequeno quarto do Palácio de Sintra. A múmia está vestida à moda da época em que vivera e encontra-se em bom estado de conservação apesar de terem decorrido tantos anos. Num outro caixão, ao lado, estão os restos mortais de um dos seus filhos. O claustro deste glorioso e nobre edifício é de uma beleza incomparável, testemunho não só da arte e do engenho do arquitecto, mas também da antiga grandiosidade e riqueza de Portugal. No Mosteiro está agora instalada a Casa Pia, uma escola pública. Embora esta nova utilização do edifício seja de louvar, é lamentável que tenha sido necessário entaipar e mutilar uma parte considerável do belíssimo claustro para o adaptar às suas novas funções. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) refere a transformação do antigo Mosteiro dos Jerónimos numa escola equipada para acolher oitocentas crianças pobres e órfãs. Para além do edifício, nada

resta da antiga riqueza dos monges. Na Igreja encontra-se o túmulo de D. Manuel I. O estilo do Mosteiro é muito particular, pois não é gótico nem italiano. Os arcos entre as colunas são extraordinariamente planos, precisamente no ponto onde se esperaria que fossem mais elevados. O espaço está tão repleto de esculturas que não há um milímetro vazio. Na Igreja reconstruíra-se o que fora destruído pelo Terramoto, mas o mesmo não acontecera no claustro, cujo andar superior é muito mais nu e está em muito piores condições do que o inferior. No pátio quadrangular do claustro há um tanque de água e um pequeno jardim florido. As antigas celas individuais haviam sido transformadas em longas salas que agora constituem os dormitórios, a escola e o refeitório. Numa das salas do Mosteiro estão expostos os retratos dos reis de Portugal, exageradamente ornamentados. Há um retrato bastante grande de D. Pedro, em corpo inteiro e tamanho natural, representando o momento em que este visitara a instituição em companhia de sua esposa e filha. Em expressividade e tratamento da cor este quadro assemelha-se ao que se encontra no Palácio da Ajuda, que representa a procissão triunfal de D. João VI. Enfim, em Lisboa a arte da pintura encontra-se a um nível surpreendentemente medíocre. BERGH (1841) confessa-se verdadeiramente surpreendido pela Igreja de Belém, fundada em 1499, edifício gótico-bizantino em que cada coluna, capitel e remate do tecto gótico tem o seu desenho próprio, rico e original. Se o Mosteiro da Batalha é o mais nobre exemplo da arquitectura germânica na Península Ibérica, neste Mosteiro encontra-se uma conjugação de formas germânicas e mouras da qual resulta uma decoração mais rica. As janelas são arqueadas e, no interior, vê-se o arco em ferradura. O portal de entrada é ainda mais bonito do que o da Capela Real da Catedral de Granada e o interior está ao nível dos trabalhos de arquitectura mais interessantes do mundo. D. Afonso VI repousa por trás do altar-mor numa pequena urna que o sacristão abre para mostrar as vestes ainda preservadas. Numa capela lateral contígua está um Presépio, com cabana, manjedoura, Virgem e pastores. As figuras, de tamanho quase natural, apresentam-se muito limpinhas e em traje moderno em volta de Cristo bebé coberto de enfeites. A visão dos crentes a beijar os pés e as mãos do menino é chocante. Tais actos constituem uma profanação da bela Igreja. HUGHES (1846) considera o magnífico Mosteiro de São Jerónimo em Belém um dos mais belos da Europa. A Igreja é um nobre edifício que assenta em pilares muito peculiares, que parecem crescer do chão como árvores numa floresta. Apesar de os claustros estarem muito degradados pela transformação do edifício em Casa de Misericórdia, a extraordinária beleza dos leves pilares, em estilo árabe, e do rendilhado da pedra continua a causar admiração. Há pinturas de qualidade em todo o edifício embora nenhuma seja da autoria de um grande mestre. O altar-mor está ladeado de quatro sarcófagos onde jazem D. Manuel I, o seu filho e sucessor, e duas rainhas consortes. No salão principal há um conjunto de retratos de soberanos de Portugal que revelam os seus respectivos caracteres, incluindo o do bastardo D. João I, forte e heróico; o de D. Pedro, marido de Inês de Castro; o do insensato mas venturoso D. Manuel; e o do jovem temerário D. Sebastião, em cujo túmulo há uma inscrição alusiva ao seu triste destino. Ao

contrário do Mosteiro da Batalha, feito de uma pedra tão mole que se pode cortar com um canivete, este Mosteiro é em pedra lioz da pedreira de Pero-Pinheiro, também utilizada na Basílica da Estrela e no Convento de Mafra, a qual surte tão belo efeito em muitos outros edifícios de Lisboa. É uma pedra branca e calcária muito fossilizada, tão dura e duradoura como o mármore. O frontispício do Mosteiro tem elementos muito ricos, embora tenha sido bastante estragado por trabalhos de renovação destituídos de gosto. Já o rico trabalho em pedra de balaustradas, florões, nichos e estatuária do portal é tão extraordinário que não há palavras para o elogiar. O tempo empresta ao edifício uma coloração antiga e o epíteto Manuelino traduz bem o seu estilo, pois a bela decoração arquitectónica ilustra a época a que pertence. Trata-se de uma mistura de estilos mouro-bizantino e gótico-normando que alguns classificam de degenerada mas que, na verdade, é original, única e capaz de produzir o resultado final de toda a obra de arte, ou seja, efeito. Há uma extraordinária originalidade nas ideias arquitectónicas que presidiram à sua construção e o pensamento do arquitecto fora realmente comunicado à pedra. Para BÉGIN (1848), o Mosteiro de Belém, tal como o Convento mandado construir por D. Manuel em Sintra, tem um estilo menos puro do que o Mosteiro da Batalha, pois em Belém, tal como em Sintra, as tradições germânicas e normandas se misturam com as tradições mouriscas. Para MINUTOLI (1851-1854), a Casa Pia é de louvar enquanto instituição de caridade mas é de lamentar que a extraordinária arquitectura do edifício e os seus enormes e magníficos salões, divididos agora em zonas para rapazes e para raparigas, tenham sido tão danificados pela transformação. É grande o contraste entre, por um lado, a seriedade do claustro, dos salões, dos grandes refeitórios e das antigas paredes com os seus frescos de plantas, flores e árvores e, por outro lado, as cerca de mil crianças que correm por ali. Embora esteja em curso algum trabalho de restauro, parece não haver planos para restituir a zona do Mosteiro e do claustro ao seu estado original. A antiga fachada fora completamente adulterada por adaptações arquitectónicas e o interior do Mosteiro fora igualmente danificado, pois a magnífica galeria superior do claustro havia sido fechada e as paredes prolongadas com o objectivo de construir dormitórios para os alunos da Casa Pia. Seria necessário proceder a mais e a melhor restauro, mas para tal seriam precisos tempo e meios adequados. O estilo em que o edifício fora construído, e de que continua a ser o mais belo exemplar, apesar dos estragos causados sobretudo na zona do claustro, desenvolvera-se entre os reinados de D. Manuel e D. João III. É um estilo português muito próprio, uma mistura dos estilos gótico, renascentista, barroco, plateresco e árabe. D. Manuel dera início à construção no ano de 1498 e João de Castilho deixara testemunho do seu trabalho para a posteridade, tal como fizera nos edifícios monacais de Alcobaça, Batalha e Tomar. A sua arte marcara este estilo português tão singular, de que também se encontram exemplos em Évora, Sintra, Tavira e Serpa, bem como nas fachadas das Igrejas da Conceição Velha e da Madalena em Lisboa. A Igreja e a sua torre, assim como o imponente Mosteiro adjacente, envelhecido pelo tempo, são feitos de blocos de uma pedra calcária amarelada. É impossível descrever o maravi-

lhoso portal principal, ou as magníficas galerias, janelas, abóbadas e ornamentos do claustro, ou ainda a magnificência do interior da Igreja. Quem observa com atenção o portal principal, o trabalho em pedra do telhado, ou os pilares e as abóbadas das três naves da Igreja, Capelas e Coro, encontra em todos eles tema para um interessante estudo; e quem vê o altar de Nossa Senhora nunca o poderá esquecer. Para um melhor entendimento de todos estes elementos contribuirá a obra do erudito Varnhagen, Embaixador do Brasil em Madrid.

Na cidade, os viajantes começam por procurar **alojamento**. Após desembarcar, CROKER (1780) caminha por locais muito sujos até chegar ao Hotel Williams, um hotel inglês na zona de Buenos Aires, situado numa elevação de terreno que oferece uma bela vista do Tejo e das suas embarcações. É frequentado por pessoas muito distintas, quase todas estrangeiras, e em tudo é semelhante a uma hospedaria inglesa de qualidade superior. A forma como o serviço é organizado, a alimentação, e até os serviços são ingleses. É perfeitamente possível esquecer que se está em Portugal e pensar que se está num país muito melhor. Em Lisboa há muitas hospedarias e pensões de qualidade para estrangeiros devido ao número de pessoas que ali chegam procurando o clima ameno da cidade por motivos de saúde. WITHERING (1793-1794) menciona o confortável «Hotel Boullenois» da Sra. Collins, na Calçada da Estrela, com seis belos apartamentos e um bonito jardim com uma vista encantadora sobre o rio. TEXIER (1794) é conduzido a uma hospedaria num dos extremos da cidade, o «Hotel de Baulnois» na «calçada d'estrellas». É grande a diferença entre este estabelecimento e as estalagens em que pernoitara durante as suas viagens pelo país. Tudo está limpo e bem arranjado; há boas camas, móveis ingleses, bons quadros, bom vinho e rápido serviço. O ar é puro e a localização na encosta é excelente, oferecendo uma vista sobre o porto e parte da cidade. RUDERS (1798-1802) salienta a dificuldade que os estrangeiros têm em alugar quartos ou casas em Lisboa, dado o arrendamento ser feito por períodos de seis meses, do início até meados do ano, e de então até ao final do ano. Os quartos livres são anunciados por quadrados de papel colados nas janelas. É também possível recorrer a estrangeiros residentes em Lisboa, sobretudo velhos irlandeses, que ganham a vida alugando quartos a outros estrangeiros. Em geral, o alojamento é caro e pouco confortável: um quarto pequeno e mal mobilado arrenda-se por um mínimo de 12.000 reais em ouro por mês. BERNARD (1801-1802) hospeda-se inicialmente num estabelecimento inglês da zona da Boa Vista que é considerado o melhor de Lisboa. No entanto, embora o hospedeiro e a criada sejam ingleses, tudo o resto é português, incluindo o idioma, a indolência, a preguiça, a porcaria e o preço elevado. Muda-se então para uma hospedaria portuguesa em Buenos Aires, pertencente à viúva de um italiano, onde se encontram hospedados muitos ingleses. Em Buenos Aires respira-se um ar mais puro e as casas, quase todas habitadas por ingleses, são mais bonitas. A vista da janela do seu quarto abrange o rio coberto de embarcações e o Palácio Real das Necessidades, incluindo as altas

torres e o grande jardim da sua Igreja conventual. HAUTEFORT (1814) procura alojamento em Buenos Aires uma vez cumpridas as formalidades da chegada. Esta é uma das colinas de Lisboa cuja elevação permite que se respire um ar mais saudável. Lá no alto há belas ruas, e casas e jardins agradáveis. O hotel onde decide ficar é propriedade de um senhor inglês que o gere segundo os usos e costumes do seu país. DELIUS (1826) menciona que devido à sua forma de vestir, que o identifica como estrangeiro, todos lhe indicam uma estalagem «John Bull». Finalmente encontra um hotel nacional onde não há tapetes, onde as janelas e as portas não fecham bem e o serviço é à francesa. CARNARVON (1827-28) aluga aposentos na casa de um espanhol situada no Cais do Sodré, que tem uma vista belíssima sobre as embarcações do Tejo e as colinas à distância. ESCHWEGE (1834-1836) fica hospedado na hospedaria de um senhor italiano, perto do Cais do Sodré, onde tenciona ficar até encontrar melhor local⁷. HEERINGEN (1836) tem uma visão negativa do alojamento disponível em Lisboa, pois não existem hotéis como os que se encontram em Inglaterra, França ou Alemanha, nem tão pouco casas de hóspedes com letreiros ou, pelo menos, um nome. Apenas as palavras «com hospedaria», escritas em grandes letras no próprio edifício ou numa tabuleta nele pendurada, indicam a natureza do estabelecimento. Como se isso não bastasse, as hospedarias não têm portões, estábulos, cocheiras, caves ou quaisquer outros anexos, e o serviço inclui apenas o aluguer de quartos mobilados e o serviço de almoço e de jantar. Começa por se hospedar em casa de Mrs. Colloway, na Rua de São Francisco, um dos locais mais elevados e centrais da cidade. A casa fica mesmo em frente ao convento do mesmo nome. Apesar de ter cinco andares, vista da rua parece ter apenas dois; o mais vistoso é o andar superior, que ostenta uma fileira de janelas decoradas com engraçados varandins e corrimões de ferro enfeitados com plantas e folhas de cactos. A entrada é sombria e conduz a um átrio largo e escuro que mais parece uma abóbada subterrânea. É surpreendente verificar que, subindo apenas uma pequena escada, se passa de imediato para o 5º andar. Àquela altura não chega o que Lisboa tem de mau e de sujo, «a dissonância do sul». O quarto da dona da casa oferece uma vista maravilhosa sobre uma inclinação íngreme e sobre a parte mais bonita da cidade com as suas praças magníficas e ruas compridas e a direito que se cruzam em ângulos rectos. Ao longe, ao nível do olhar ou mesmo acima dele, vê-se a cidadela e a catedral, uma cúpula de mármore branco como a neve, e ainda torres e inúmeras ruínas rompendo entre laranjais e olivais; mais abaixo, as embarcações no Tejo e as belas colinas que o ladeiam. A praça em que se situa a hospedaria está quase sempre deserta e é conhecida como local de frequentes assaltos. Algum tempo depois muda-se para a residencial de Madame Campbell na esquina da Rua das Flores e da Travessa do Ataíde. É um edifício grande e de tão bom aspecto que mais parece um palácio. Tem cinco andares, sendo os dois do meio ocupados por Madame Campbell, senhora originária da Provença e casada com um inglês. Os quartos são todos bonitos e estão decorados com tapetes de aloé, sofás de palhinha, espelhos e mesas de mármore. BERGH (1841) não encontra quartos vagos na hospedaria do alemão Lindemann, na praça

dos Romulares, e vai hospedar-se num outro hotel na mesma praça, o Hotel de France de Madame Lenglet, onde encontra compatriotas seus. Este hotel, para além de ter um excelente aspecto, tem uma sala de estar comum que dá precisamente para a esquina da praça e oferece uma vista que compensa tudo o resto. Do quarto vê-se o Cais do Sodré e o rio coberto de navios embandeirados, um dos quais é o *Belle Poule* que há anos transportara o corpo de Napoleão da Ilha de Santa Helena para França e que chegara há dois dias de Nova Iorque sob o comando do Príncipe de Joinville. HUGHES (1846) esclarece que em Buenos Aires, onde se haviam estabelecido muitos ingleses, o ar é muito saudável e o pôr-do-sol é o mais belo do mundo.

Uma vez instalados, os viajantes iniciam o contacto com a cidade e muitos não conseguem identificar claramente os seus **limites geográficos**. TEXIER (1794) contradiz as afirmações feitas pela maior parte dos geógrafos que consultara, segundo os quais Lisboa tem trinta e seis portas e está rodeada de muralhas e torres. Pelo contrário, Lisboa é uma cidade completamente aberta. Embora no tempo da conquista aos mouros e durante os séculos seguintes tenha estado protegida por fortes muralhas, o crescimento que entretanto sofrera estendera as suas fronteiras para além delas. É raro encontrar ruínas dispersas das antigas muralhas, e as que ainda existem estão tão misturadas com as ruínas do Terramoto que é difícil seguir-lhes o rasto. O lugar de Belém, a uma hora da cidade, deixara de ser uma aldeia insignificante e tornara-se praticamente um arrabalde em consequência do acentuado aumento do número de casas. Os grandes espaços sem casas, utilizados como jardins⁸, prados ou pequenos pomares, aumentam em muito a área da cidade. O trajecto mais longo, de Alcântara até aos lados de Marvila, passando pelo campo de Santa Clara, pode ser calculado em duas horas mas, se esse cálculo incluir a distância entre a cidade e o Mosteiro de Belém, o tempo de percurso será muito superior. Na direcção norte-sul o trajecto desde a Alfândega até São Sebastião da Pedreira demora cerca de hora e meia. SEMPLE (1805) adverte que as várias aldeiazinhas que antigamente se situavam em volta de Lisboa haviam sido absorvidas pela cidade, tal como acontecera em Londres. Apesar de se dizer que Belém é uma localidade distinta, ela é de facto um dos subúrbios da capital, pois há um correr de edifícios na margem do rio ao longo das sete milhas que a separam do centro da cidade. FISHER (1808-1810) calcula o comprimento da cidade em, no mínimo, cinco ou seis milhas, se as zonas de Alcântara e Belém forem incluídas no cálculo. Estas áreas estão tão próximas de Lisboa como Oxford Stret está de Westminster, em Londres. HEATHCOTE (1809-1812) considera que, apesar de ser considerada uma aldeia, Belém é uma localidade grande que se estende por cerca de três milhas ao longo da margem do rio e que está ligada a Lisboa por uma cadeia quase ininterrupta de edifícios. Belém, Buenos Aires e Lisboa formam um conjunto ininterrupto. DEMBOWSKI (1838) menciona as antigas defesas de Lisboa, nomeadamente uma muralha cujas setenta e sete torres se encontram em ruínas desde 1755. A cidade é agora defendida pelas linhas de Torres Vedras e pelos redu-

tos do planalto de Ourique. Não há portas para sair ou entrar e o viajante apercebe-se que saiu de Lisboa porque o lixo termina e começa um pavimento como deve ser. Para BERGH (1841), Lisboa estende-se a perder de vista numa mistura estranha de grandes jardins e arruamentos urbanos. STUART-WORTLEY (1851) afirma que a cidade tem cerca de oito milhas inglesas de extensão desde o forte de Belém até ao ponto mais extremo a oriente. Quintas e mansões de todo o tipo, e de todos os tamanhos, sucedem-se umas às outras com o seu monótono mas belo exterior branco até à curva do rio, deixando o inexperiente estrangeiro na dúvida sobre o local exacto em que Lisboa termina. Em largura, a cidade é particularmente irregular e quase nunca ultrapassa milha e meia; há lugares onde é tão estreita que não tem mais do que uma ou duas ruas. Já não está protegida por uma muralha, havendo apenas uma linha de defesa construída à pressa em 1833 como protecção contra um possível retorno das forças de D. Miguel.

THOMPSON (1758) inicia a sequência de **comentários gerais** sobre a cidade, exprimindo profunda tristeza pelo estado de ruína em que se encontra a «metrópole do Reino de Portugal». Longe da elegância e magnificência que a caracterizava antes do Terramoto, o seu aspecto é agora catastrófico. As ruínas são de tal modo inconcebíveis que não é possível transmitir o horror que inspiram. A cidade antiga está totalmente destruída e é possível andar várias milhas sem ver uma casa inteira! Há edifícios imponentes com telhados ruídos e pisos destruídos que deixam à vista fragmentos de ricas mobílias e pinturas. É impossível fazer-se um passeio mais deprimente do que por estas ruas desoladoras. Antes do Terramoto Lisboa competia com as mais belas cidades da Europa, sendo possível ainda hoje adivinhar essa beleza quando, da margem oposta, se passeia o olhar pelas ruínas. É ainda visível parte da muralha mourisca que, com setenta e sete torres, protegera a cidade. Actualmente, a extensão longitudinal de Lisboa do portão de Alcântara até Xabregas é de seis milhas e há ruínas ao longo do rio em toda essa extensão. O perímetro da cidade é de catorze milhas mas em breve ficará reduzido a metade dado que o Rei não quer reconstruí-la mas sim construir uma nova em Belém. Há ruínas nas sete colinas de Lisboa. À medida que o barco em que CLARKE (1761-1762) viaja se aproxima de Lisboa vislumbram-se as trágicas consequências do Terramoto. Algumas das ruas próximas do local da atracagem têm quase uma milha de comprimento e, de um lado e de outro, amontoam-se os escombros, pois esta fora a zona mais afectada. No entanto, ao contrário do que se ouve dizer, apenas um quarto da cidade fora destruído; nas outras zonas haviam ruído apenas os edifícios de má construção, ou os que já estavam em mau estado, e agora há suportes a escorar os edifícios praticamente por toda a parte. Tendo em conta o tempo passado desde o Terramoto, dá a impressão de se ter feito relativamente pouco para reconstruir a cidade excepto no que respeita a alguns edifícios como a Alfândega e o Arsenal. É muito desagradável passear em Lisboa. Embora as ruas sejam mais limpas do que as de Madrid, sobem e descem continuamente e na maior parte das casas há *jalousies*, gradeamentos de madeira

muito desagradáveis à vista. Das janelas da parte alta da cidade há uma vista sobre o Tejo extraordinariamente agradável. Os barcos pequenos, que navegam com qualquer vento ou maré, estão constantemente a passar. O rio está cheio de navios vindos de todos os cantos do mundo. Chegam com frequência frotas da Baía ou do Brasil. O alargamento do rio em direcção à barra, com a Torre de Belém de um lado, e o Palácio do Rei e o forte de São Julião do outro, forma um conjunto muito agradável à vista. Após desembarcar, TWISS (1772-1773) é levado para a estalagem inglesa de um senhor de nome De War, situada na colina de Buenos Aires, a qual é frequentada por ingleses que residem em Lisboa, quer por razões de saúde, quer por serem membros da «Factory». Lisboa encontra-se praticamente no mesmo estado em que ficara no dia do Terramoto. Apesar de haver muitos edifícios novos e outros em construção, há ainda muitos locais em que as ruas estão intransitáveis devido aos escombros. É quase impossível passear pela cidade, que se estende por sete colinas bastante inclinadas e ruas muito mal pavimentadas com pedrinhas aguçadas. DALRYMPLE (1774) informa que a cidade se alonga, de forma muito bela, por cerca de três milhas na margem norte do rio. A zona mais larga da cidade terá provavelmente mais de uma milha de extensão. Ainda é visível por todo o lado a devastação causada pelo Terramoto e há ruas inteiras completamente destruídas. No entanto, algum bem advirá desta desgraça pois que uma bela cidade se ergue agora das ruínas de uma outra que era muito deformada. Essa deformação está patente nas zonas que escaparam aos efeitos da catástrofe, compostas de ruas muito irregulares e de tal modo estreitas que os elementos salientes dos andares superiores das casas de ambos os lados quase chegam a tocar-se, de modo que nem o sol, nem o ar fresco conseguem penetrar. Há poucas famílias de classes superiores em situação económica abastada e, conseqüentemente, poucos edifícios particulares que mereçam ser mencionados. O Duque do Cadaval tem um rendimento de cerca de 80.000 cruzados por ano, o que equivale a cerca de nove mil libras esterlinas, e um ou outro membro da nobreza dispõe de cinquenta a sessenta mil cruzados anuais. Todos os outros têm fortunas muito menores. Segundo CROKER (1780), há poucas cidades no mundo que se possam gabar de ter uma situação comparável à de Lisboa. No entanto, o Terramoto de 1755 deixara muitas marcas ainda presentes por toda a cidade. Por todo o lado se encontram grandes montes do que resta de edifícios caídos nesse fatídico dia. O terreno em que a cidade assenta é muito irregular pelo que as pessoas estão constantemente a subir e descer colinas. As ruas não são pavimentadas e enchem-se de pó no verão e de lama no inverno. Há muitos edifícios de grandes dimensões em fase inicial de construção mas o processo é demasiado lento; para além disso, são quase todos igrejas, conventos e hospitais, o que, dada a evidente carência de casas de habitação adequadas às necessidades dos industriais habitantes da cidade, dá azo a pensar que se presta mais atenção à novidade do que à conveniência. Logo após a chegada WITHERING (1793-1794) passeia pelas ruas, umas muito sujas, outras razoáveis. Vê casas de fidalgos tão medíocres que nenhum «gentleman» inglês se submeteria a viver nelas. O Palácio do Patriarca é uma das residências mais bonitas mas,

mesmo assim, nada tem de especial. TEXIER (1794) diz ser difícil fazer uma descrição exacta e completa de Lisboa pois, tal como em Espanha, não há nada que oriente um estrangeiro nas suas investigações dado que não há mapas, plantas da cidade, ou descrições de locais. As alterações sofridas durante e após o Terramoto de 1755 haviam dificultado ainda mais este estado de coisas. Lisboa situa-se na margem direita do Tejo, a três horas da foz, e estende-se sobre sete colinas: São Vicente de Fora, Santo André, Castelo, Santana, São Roque, Chagas e Santa Catarina. Esta situação não permite que as ruas sejam regulares, nem que a construção das casas seja coerente, e precisamente neste aspecto reside o interesse da cidade. Em muitas outras cidades da Europa, construídas em linhas rectas desde o centro até às zonas limítrofes, como é o caso de Mannheim, na Alemanha, ou Amesterdão, na Holanda, é possível atravessar toda a cidade com a sensação de que se está sempre na mesma rua; há uma uniformidade entediante que faz nascer o desejo de sair o mais depressa possível até à aldeiazinha mais próxima. Lisboa, pelo contrário, mantém o seu interesse, oferecendo sempre novas perspectivas, contanto que não se passeie apenas dentro de uma carruagem! É estranho ver ainda as marcas do Terramoto em muitos locais, sobretudo igrejas, mosteiros e outros edifícios públicos, embora já tenham passado quarenta anos. Alguns desses edifícios haviam sido construídos de novo no mesmo local embora a maioria esteja a ser construída em locais mais indicados à sua finalidade. No centro da cidade há muitas ruas pequenas onde ainda há filas inteiras de casas parcialmente em ruínas, bem como terrenos ainda desocupados. Estes esqueletos de casas, por vezes cheios de entulho, bem como as habitações pobres das vielas estreitas e tortuosas do Bairro Alto e do sopé do Castelo de São Jorge, formam um estranho contraste com as magníficas ruas construídas após o Terramoto. A mistura é algo repugnante. Para além das três novas ruas centrais, há outras que estão a ser reconstruídas noutros bairros da cidade. Em todas elas as casas são de pedra aparelhada e de cinco, seis, ou sete andares. É difícil entender que neste país de terramotos se construam casas de tal altura em terreno irregular, muitas vezes até nas encostas íngremes de penhascos, quando os arredores oferecem tanto espaço para construir em todas as direcções. As casas construídas nos arredores são mais baixas e leves e estão implantadas em terrenos mais planos ou de elevação menos pronunciada. Com excepção das ruas novas, não há nenhuma rua recta. As velhas janelas com gradeamentos de madeira de alto a baixo são particularmente desagradáveis, pois fazem lembrar verdadeiros galinheiros; quase sempre salientes de dois pés em relação à parede, estreitam ainda mais as ruas já apertadas. Felizmente, apenas as casas anteriores ao Terramoto têm estas antipáticas grades; as novas têm belas vidraças e varandas com gradeamento de ferro da altura de uma pequena balaustrada. Pior ainda é o estado de decadência do pavimento na maioria das ruas antigas, em locais como o Bairro Alto e São Roque. É com esforço que se sobe até lá. Algumas travessas e ruelas não são pavimentadas de todo, tropeçando-se a cada passo em protuberâncias, buracos, ou no entulho das casas desabadas que se fora misturando com o solo. E, se é verdade que as ruas estão a ser limpas à medida que avança a

construção de novas casas, o processo é tão lento que certamente só daqui a muitos anos o entulho acabará por ser totalmente retirado. Tudo isto é, todavia, suportável se atendermos às vistas e panoramas que Lisboa oferece. A sua situação geográfica num grupo de colinas, penhascos, barrancos e vales na margem de um grande rio navegável, a partir do qual sobe em anfiteatro, oferece tantos panoramas interessantes que qualquer hábil pintor teria aqui uma infinidade de temas. Com exceção da zona do cais, as ruas ao longo do rio e as três ruas novas que desembocam na Praça do Comércio, não se pode dar cem passos sem subir ou descer e, seja para que lado for que se desvie o olhar, encontra-se sempre um quadro onde o olhar descansa com prazer. Sobretudo lá no alto, nos bairros da Boamorte, Boavista e Estrela, a vista sobre o rio, a margem oposta e o porto até ao mar vai-se revelando em encantadora alternância de mosteiros, palácios, casas e ruínas por entre jardins, pomares e prados. Em resumo, Lisboa está cheia de locais sugestivos que convidam à pintura. COLLINS (1796-1797) afirma que no seu conjunto Lisboa não é agradável, apesar de haver algumas casas bonitas, porque é muito irregular e os edifícios parecem, por vezes, de construção pouco segura. Há precipícios abruptos, abertos pelos vários tremores de terra que a cidade tem sofrido, nos quais por vezes são construídas casas. A vista das janelas dessas casas encham qualquer estrangeiro de terror mas os habitantes estão tão habituados que se tornaram indiferentes ao perigo. RUDERS (1798-1802) informa que Lisboa tem 43.994 famílias ou fogos. É uma cidade bela se não se olhar para o lixo que está por todo o lado mas antes para longe, para as vistas à distância. A zona da Baixa é realmente magnífica tal como afirmam todos os viajantes, até mesmo o autor do *Tableau de Lisbonne*⁹ a quem nada parece agradar. Esta parte da cidade é quase totalmente composta por duas belas praças: o Rossio e o Terreiro do Paço. Na primeira sobressai a fachada do Palácio da Inquisição e, na segunda, a estátua de D. José. Entre elas encontra-se a Rua Augusta, a rua mais bonita de Lisboa; de cada lado há quatro ruas paralelas atravessadas por outras sete, também paralelas entre si. Estas ruas são muito bonitas e, embora nem todas estejam completas, a construção está muito adiantada. São largas e a direito, e têm agradáveis passeios de ambos os lados, e pilastras de mármore de cinco pés de altura a quatro varas de distância umas das outras. As casas que perfazem cada quarteirão são muito parecidas, todas pintadas de branco e com varandas de gradeamento de ferro nas janelas do segundo e do quinto andares. As varandas são bonitas e é pena que as pessoas as encham de roupa branca a secar. Cada quarteirão parece um só palácio e o conjunto é verdadeiramente imponente. Embora felizmente tenha cessado a obrigação de seguir um plano pré-determinado, e cada um possa agora construir como quer, surpreendentemente a maior parte das pessoas continua a construir da mesma forma; nota-se apenas diferença na altura das casas que em alguns casos chegam a ter oito andares. Recentemente cada casa passara a ter um número e nas esquinas os nomes das ruas estão pintados em caracteres grandes. Mas é melhor não tecer julgamentos sobre a arquitectura portuguesa do ponto de vista artístico, pois os viajantes que escrevem sobre esta matéria não estão de acordo uns com os outros. Murphy, conhe-

cedor do assunto, é de opinião que os portugueses não têm ainda o gosto completamente formado. No entanto, se se considerar a arquitectura não como arte mas como algo de socialmente útil, cujo objectivo é proporcionar conforto, os portugueses merecem tanto elogios quanto críticas. Na literatura especializada portuguesa não se encontram propostas para melhorar a arte da construção; desta literatura destaca-se a publicação pela Academia Real das Ciências de um ensaio sobre as possíveis aplicações dos conhecimentos modernos de química ao campo da arquitectura. Na realidade, os edifícios são geralmente sólidos do ponto de vista da estrutura e todo o trabalho em madeira é bem ensamblado. Fixam-se as pedras grandes com grampos de ferro e aumenta-se a sua resistência aplicando uma argamassa firme e consistente. Todas estas precauções se entendem facilmente numa cidade que tanto sofrera com o Terramoto. No entanto, a organização do espaço interior das casas torna-as desconfortáveis e parece obedecer a objectivos anti-sociais. Cada família vive literalmente voltada sobre si mesma e os seus membros vivem apertados uns contra os outros em espaços exíguos. As portas de acesso aos vestíbulos são duplas, as portas exteriores têm grades e todas as portas são constituídas por duas meias-portas. Conjuntos de doze a dezasseis quartos raramente têm mais do que duas entradas e alguns quartos interiores permanecem na escuridão dado receberem luz apenas através das portas dos outros quartos, que são muito altas e têm janelas de vidro apenas na parte superior. Há pequenos corredores que estabelecem a ligação entre os vários quartos, o que é eficaz contra o roubo mas causa um grande desconforto. As escadas são quase sempre sujas, estreitas e escuras. Aqui e ali, entre as casas, há um pequeno pátio utilizado apenas para lançar os dejectos da cozinha, o que causa um cheiro horrível nas salas. Nas salas das residências das famílias ricas encontram-se por vezes frescos de paisagens nos tectos e paredes, se bem que nem todos tenham qualidade artística. Quase sempre as paredes são revestidas até meia altura por painéis de faiança, o que as torna frescas no verão mas demasiado frias no inverno. O frio é também devido às muitas frinchas que há em portas e janelas. As lareiras seriam de grande utilidade, mas poucas casas as têm e não há «fogões de ladrilhos» em lugar nenhum. GOMM (1800-1813) opina que Lisboa seria uma linda cidade se não fosse o lixo nas ruas. Tem alguns edifícios magníficos, como a Igreja de São Roque, cujo altar, segundo consta, é o mais rico da Europa. Tem também o aqueduto mais extraordinário do mundo e uma boa sala de ópera, embora talvez inferior à de Londres. Contudo, tem ainda muitas ruínas. RANQUE (1801) comenta o facto de a cidade ainda não ter sido limpa de todas as ruínas apesar de terem já decorrido quarenta e cinco anos desde a catástrofe. Tendo em conta as áreas que o Terramoto poupou e que, por isso mesmo, mantêm a sua irregularidade, é quase de lamentar que toda a cidade não tenha sido destruída, pois as ruas antigas são estreitas, tortuosas e extremamente sujas, enquanto as novas são largas, a direito, com passeios à direita e à esquerda e um belíssimo aspecto. Todos os dias a cidade apresenta um aspecto novo devido à constante construção. BERNARD (1801-1802) escreve que das casas de Lisboa se pode dizer o mesmo que Montesquieu diz das casas de Paris em *Lettres Persa-*

nes, ou seja, que são tão altas que se poderia pensar serem habitadas por observadores de estrelas. Poucas têm menos de quatro ou cinco andares e a maioria tem uma fila de dez a doze janelas. Em cada uma vivem, normalmente, cerca de duas centenas de pessoas. Em Portugal não se faz ideia do luxo de outras nações onde as pessoas têm várias salas de uma mesma casa à sua disposição. Nas ruas novas o pavimento é bom e há passeios construídos com grandes blocos de pedra acima do nível da rua. Muitas são as ruas que têm os nomes dos artífices que nelas moram e que se sentam em frente às portas das suas casas a trabalhar ao ar livre, o que causa muito ruído. Por todo o lado há chafarizes que tanto encanto dariam à cidade se não estivessem constantemente rodeados de uma multidão de galegos, os aguadeiros, que molham e sujam toda a área circundante pois andam descalços e vão pisando a água que deixam cair. Os mendigos sentam-se nas escadas em volta dos chafarizes e penduram os seus farrapos nas cercas de madeira. Segundo SEMPLE (1805), a impressão positiva causada à chegada pela vista imponente da cidade desaparece mal se põe o pé em terra. As ruas são sujas e mal pavimentadas, e as casas, cujas janelas têm gradeamento de madeira, têm um aspecto melancólico. A impressão geral é deprimente. A zona que mais atenção merece é a que sofrera maiores danos durante o Terramoto, não só pelo facto de todo o terreno plano do sopé do anfiteatro formado pelas colinas circundantes ter sido reconstruído em formas regulares e com um excelente pavimento, mas também pelo efeito singular e dramático causado pelas ruínas de grandes edifícios ainda visíveis em locais elevados do centro da cidade. Outras nações erguem dispendiosos monumentos em comemoração de batalhas, terramotos e fogos devastadores, mas nada fala tão directamente ao coração como estas terríveis ruínas. BLAIRIE (1805-1808) informa que Lisboa tem uma extensão que corresponde a cerca de dois terços da de Paris, embora o número de residentes seja apenas de cerca de duzentas e cinquenta mil pessoas. Esta desproporção entre o tamanho da cidade e a sua população deve-se ao facto de haver, em determinadas zonas, espaçosos jardins que pertencem a residências particulares e aos numerosos conventos. Embora subsistam ainda muitas ruínas resultantes do Terramoto, a cidade vai crescendo de dia para dia e está cada vez mais bonita. Há quem diga que, de há seis anos a esta parte, Lisboa aumentara em um sexto o seu tamanho. O mais notável é que nos arredores, mesmo junto à cidade, há grandes áreas campestres, encantadoras e variadas, cheias de olivais, limoais e laranjais. Estas áreas estão entrecortadas por vinha e circundadas por colinas áridas, que proporcionam um extraordinário contraste e tornam o conjunto ainda mais belo. NEALE (1808) admite que Lisboa é uma bela cidade, mas a irregularidade do terreno e a calçada escorregadia tornam cansativo passear pelas suas ruas, que lembram constantemente a terrível calamidade do Terramoto, sobretudo as que estão próximas do rio e da Praça do Comércio. Olhando em qualquer direcção vê-se grande número de igrejas e conventos em ruína que se erguem por entre edifícios modernos, assim como íngremes montes sobre os quais há camadas de rocha estilhada que demonstram claramente a natureza da convulsão. ORMSBY (1808) ouve dizer que Lisboa tem quatro milhas de comprimento

e milha e meia de largura e que tem um número desproporcionadamente pequeno de duzentos e cinquenta mil habitantes. Esta desproporção, ainda segundo ouve dizer, deve-se ao enorme espaço ocupado por igrejas e conventos, bem como ao tamanho das casas, muitas das quais têm grandes jardins nas traseiras. De certa forma o Terramoto beneficiara Lisboa dado que, no lugar de ruas estreitas e insalubres, surgem agora ruas largas, regulares e muito belas. FISHER (1808-1810) nomeia as colinas de Lisboa (S. Vicente de Fora, Santo André, Castelo, Santana, São Roque, Chagas e Santa Catarina) e afirma ser difícil calcular o tamanho da cidade e o número dos seus habitantes. Embora alguns autores de Histórias de Portugal afirmem que tem duas milhas de comprimento e outras duas de largura, esta informação está, com certeza, errada. O número de habitantes também deve exceder largamente o número de duzentos e setenta e um mil que é frequentemente mencionado. A cidade dá a impressão de ser feita de mármore, ou de uma lindíssima pedra branca que a arte tornou ainda mais branca. Nas zonas mais altas, a ocidente e a sul, as ruas são longas e muito bem construídas. As casas são quase todas altas, chegando a ter sete ou oito andares, e têm boas janelas à francesa e varandas, o que faz com que as ruas pareçam estreitas. A inclinação acentuada e o mau pavimento são problemáticos. Apesar de tudo, no seu conjunto a cidade é de uma extraordinária imponência e as igrejas e os conventos são soberbos. Muitos locais, particularmente os mais elevados, oferecem belos panoramas que chegam a abranger várias zonas da cidade, bem como o imponente porto, o rio e os terrenos adjacentes. A transparência do céu, a aparência grandiosa dos edifícios e a sua brancura, alternando com o verde das árvores e dos jardins, proporcionam uma paisagem variada e agradável. Neste aspecto, a cidade bem pode gabar-se de ser uma das mais extraordinárias da Europa. MILFORD (1808-1812) informa que a cidade, conhecida outrora como *Olisipo* e *Felicitas Julia*, está dividida em três zonas: Lisboa, Buenos Aires e Belém. A primeira situa-se num terreno plano um pouco acima do nível do rio. Buenos Aires está num terreno mais elevado e o ar lá é muito mais puro; é nesta zona, que oferece as melhores vistas do rio, que moram os ingleses e a nobreza portuguesa. A Buenos Aires segue-se Belém que, a quase duas milhas de distância, se estende pela margem do Tejo na parte mais baixa da cidade. Aqui há muitas residências de grande qualidade, chamadas «quintas»¹⁰, que têm extensos vinhedos e jardins decorados com estátuas, vasos e obeliscos. HEATHCOTE (1809-1812) declara que todas as descrições de Lisboa que lera antes de chegar transmitem de forma fidedigna a realidade de uma cidade grande e suja que se estende em várias direções. Situada nas margens do Tejo, levanta-se em anfiteatro sobre o rio, formando de facto um conjunto de aparência magnífica que, todavia, quando visto mais de perto, perde o encanto. As ruas são íngremes e algumas estendem-se por várias milhas de distância mas, por serem tão estreitas, não é possível percorrê-las de carruagem. Não há um único exemplo de boa arquitectura em toda a cidade. Os únicos edifícios que merecem alguma atenção são alguns conventos e uma ou outra igreja. COCKBURN (1811) descreve Lisboa como uma cidade comprida que cresce desordenadamente sobre uma elevação de terreno ao longo do

rio. Tem quase cinco milhas de extensão, incluindo Buenos Aires e Belém e, segundo se diz, trezentos mil habitantes. A partir de muitas casas tem-se uma bela vista do Tejo mas em geral a cidade é muito suja e as ruas mal iluminadas; as fachadas têm a aparência miserável das casas de ruas de Dublin como Barrack, St. James ou Ring's End. HAUTEFORT (1814) queixa-se das ruas íngremes de Lisboa que tornam penoso passear pela cidade. Completamente o oposto dessas ruas irregulares e desagradáveis, as zonas novas, de solo muito mais plano e regular, ocupam quase metade da cidade. Ali as ruas são largas e compridas, com passeios; algumas são absolutamente a direito e cortadas por transversais, o que facilita a circulação. As fachadas das casas, de três a cinco andares, têm muito bom aspecto pois as janelas são bem proporcionadas em relação ao tamanho dos edifícios. Todas as habitações são em alvenaria sustentada por uma estrutura de madeira, método de construção que os habitantes crêem mais adequado para resistir aos tremores de terra. Há também palácios em alvenaria embora, em geral, e apesar da qualidade do trabalho dos pedreiros, não se veja nenhum que seja realmente de boa traça arquitectónica. O solo de Portugal produz o *marmor nobile* de Lineu, uma pedra calcária da melhor qualidade. Os pedreiros trabalham-na de uma forma muito especial e o que sai das suas mãos é de uma enorme perfeição. Infelizmente, as ruas, muitas delas ainda por terminar, são mal pavimentadas com basalto e pequenas pedras. Outro problema, que havia sido resolvido no passado mas surgira de novo, é a falta de iluminação das ruas, onde apenas as lamparinas colocadas em frente de imagens religiosas emitem alguma luz. Há um vivo contraste entre as áreas que haviam escapado à destruição do Terramoto e as zonas novas. As primeiras são sujas e têm uma aparência muito provinciana, de ruas estreitas, tortuosas, escuras e incômodas, tanto para peões como para carruagens. A irregularidade é chocante, dado que as fachadas das casas tanto se projectam para a frente como se retraem, formando zonas vazias. O que mais choca, no entanto, é o facto de existirem ainda, em várias zonas, sinais visíveis da devastadora calamidade. WEECH (1823) menciona a grande diferença entre as áreas circundantes e o interior de Lisboa, onde as casas têm quatro ou cinco andares e demasiadas janelas; para além disso, são demasiado compridas e têm varandas de ferro, o que causa uma impressão desagradável. Há quatro praças que vale a pena visitar: o Rossio, onde se encontram o Palácio da Inquisição e a maior parte das lojas de comércio; a Praça da Figueira, a mais animada de todas, onde se vende fruta e legumes; a Praça do Pelourinho, com o Paço do Concelho, o Arsenal e vários belos edifícios e igrejas; e, finalmente, a Praça do Comércio, a maior e a mais bela. DELIUS (1826) menciona os lindos jardins de Lisboa, onde há vinhas e laranjeiras carregadas de fruto. As ruas principais da zona da cidade que mais sofrera com o Terramoto são todas em linha recta e têm passeios largos; ali as casas são todas da mesma altura, de quatro andares, de cor branca e decoradas com muitas varandas. As ruas poupadas pelo Terramoto, sobretudo as mais antigas, são perigosas e sujas. É surpreendente ver por toda a parte, e a pouca distância entre si, belas igrejas e grandes mosteiros, alguns dos quais vale bem a pena visitar. HORNER (1831-1838) refere

que Lisboa se situa na margem norte do Tejo à latitude de 39° N. e ocupa uma grande extensão de terreno sobre colinas e vales, estendendo-se ao longo do rio por uma extensão de cerca de três milhas. Há dois grupos de colinas: um direccionado praticamente de oriente a ocidente e outro de norte a sul. No primeiro está construída a parte principal da cidade, enquanto no segundo se encontram a cidadela, o Convento da Graça e outros edifícios dignos de nota. Entre estes dois grupos de colinas há um declive que termina no rio. Na extremidade norte deste declive encontra-se o Passeio Público, enquanto na extremidade sul há uma bela praça à qual se dá o nome de Praça do Cavalo Negro devido à famosa estátua de bronze de D. José I ao centro. Entre estes dois locais encontra-se a parte da cidade que mais sofrera com o Terramoto e que é agora, sem dúvida, a zona mais elegante, pois fora reconstruída com ruas simétricas pelo Ministro Pombal. A restante cidade é irregular e muito mal construída, com ruas sujas, estreitas, tortuosas e sem passeios. Apesar disso, alguns membros da nobreza e das classes superiores têm nessas zonas palácios grandes e elegantes. Para ESCHWEGE (1834-1836) Lisboa está num processo de evolução positiva, pois não só se procede à limpeza das ruas como se cuida do seu aspecto geral, colocando árvores nas praças, construindo locais de passeio, instalando mercados, alargando ruas e retirando casas velhas e tudo o mais que não siga o traçado pretendido. Havia até sido colocados «cabinets d'aisance» públicos, como lhes chamam em Paris, que infelizmente as pessoas não utilizam. Numa palavra, a municipalidade está a fazer esforços que transformarão Lisboa, dentro de alguns anos, numa das cidades mais bonitas da Europa. ROCKWELL (1835-1836) informa que nos finais do século anterior Lisboa tinha trinta e oito mil casas, duzentos e quarenta mil habitantes, trinta e sete paróquias, trinta e dois mosteiros, dezoito conventos e numerosas capelas. A cidade estende-se por sete extensas colinas e ainda por muitas outras, mais pequenas, ao longo de várias milhas junto ao Tejo. Situada em vertentes íngremes, separadas aqui e ali por fundas ravinas, mais parece um conjunto de românticas vilas ou aldeias. As ruas que sobem do rio são as mais íngremes que jamais vira, com excepção das de Malta e do Quebeque, e os cumes das colinas estão coroados de grandes edifícios, opulentos palácios e conventos. Tal como em outras cidades do sul da Europa, as casas são de pedra e estuque, caiadas ou pintadas de cor clara, e têm de dois a seis andares. A parte mais antiga, na zona mais alta, tem ruas estreitas e ruelas onde não entra qualquer carruagem. Este estilo de construção pratica-se há muito em países quentes, pois impede a entrada da luz do sol, quer nas ruas, quer nas casas, evitando que o calor se torne demasiado opressivo. A parte baixa da cidade, destruída pelo Terramoto, fora reconstruída com ruas largas e passeios num estilo urbano moderno. É aqui que se encontram enormes edifícios públicos, como a Alfândega, que seriam o orgulho de qualquer país. O que muitos viajantes dizem sobre o lixo é verdade no que respeita à zona antiga, mas as outras zonas são tão limpas como as de qualquer outra grande cidade graças à construção de esgotos e de outros melhoramentos. Apesar de tudo, continua a sentir-se a presença e o poder da natureza que Deus comanda pois há ainda por todo o lado ruínas do Terramoto

como, por exemplo, as de uma igreja cujas paredes e arcadas se erguem acima das ruínas dos seus telhados, torres e torreões. Por toda a parte há edifícios com brechas, fissuras e paredes desmoronadas. HEERINGEN (1836) define Lisboa como uma cidade de contrastes entre a zona de vielas escuras e sujas que resistira ao Terramoto (Alfama e Bairro Alto) e a zona reconstruída que cresce diariamente e tem ruas largas com bons passeios. Numa dessas ruas, chamada «rua áurea ou do ouro», moram os ourives que trabalham esse metal e cujas lojas são pegadas umas às outras. Os ourives da prata moram na Rua Augusta que corre na mesma direção da anterior. Quase todas as artes têm a sua rua. A Rua do Arsenal é longa, bonita e a direito e está sempre cheia de marinheiros. Em geral, Lisboa não tem nenhum edifício que se possa considerar uma obra de arte, excepto o Aqueduto. Há, isso sim, alguns edifícios bonitos que dão nas vistas pela sua extensão e ornamentos, entre os quais se incluem todas as igrejas reconstruídas após o Terramoto, em pedra bem aparelhada e com muitos ornamentos de mármore proveniente do interior do país. As casas têm quatro a seis andares e inúmeras janelas escondidas atrás de varandins de gradeado verde, provavelmente um vestígio de costumes mouros. Nas varandas é frequente ver macacos, papagaios e outros pássaros em pequenas gaiolas. Das balaustradas de ferro, muito artísticas, caem pelas paredes plantas, flores e cactos. Por vezes o aspecto das casas não é agradável, talvez devido à pintura em tom cinza pálido, ou à ausência de vidros grandes nas janelas, ou talvez ainda devido ao aspecto escuro e sujo do andar inferior quando não é utilizado para comércio. As ruas são pardacentas e melancólicas, contrastando fortemente com as ruas de Paris, e as ruínas de edifícios e igrejas pairam como fantasmas com os seus arcos e abóbadas sobre novos edifícios. Existe boa iluminação em cada esquina, mesmo nas mais insignificantes calçadas, e o nome de cada rua está escrito em letras grandes, brancas e romanas num quadrado preto pintado na parede. Apesar de tudo, a cidade tem em geral um ar simpático e festivo devido às tendas e barracas que se encontram por toda a parte e onde se vende fruta e flores. O grande inconveniente é estar tudo misturado: enquanto na maior parte das cidades europeias as classes sociais habitam zonas diferentes, aqui os palácios e hotéis estão espalhados tanto pelo interior da cidade como pelos seus locais mais afastados, incluindo colinas e vales, o que torna impossível visitar várias pessoas num só dia. DEMBOWSKI (1838) não entende a razão pela qual Dumouriez considera Lisboa uma das cidades mais belas da Europa pois, apesar dos seus belos edifícios, todas as ruas são compridas e estreitas. Vista de perto a cidade tem um aspecto triste, tanto pela excessiva uniformidade das casas, todas construídas a partir de um mesmo modelo, como pela pouca movimentação de pessoas. O pavimento é péssimo ou mesmo inexistente. É cansativo passear por esta cidade de colinas e vales onde se sobe e desce constantemente. Inexplicavelmente, em vez de a aplanarem os portugueses acentuam os desníveis aumentando os montes de entulho que por ali permanecem lado a lado com as casas novas. A parte baixa da cidade é limpa, bem iluminada, e sobretudo bem pavimentada, e as ruas novas têm de cada lado passeios feitos de grandes blocos de pedra colocados a um nível mais alto do que o da rua.

Dentro e fora da cidade há cruces de madeira negra que marcam o local onde alguém terá sido assassinado. WITTICH (1838) queixa-se de que não há ciceroes nem guias que mostrem o que Lisboa tem para ver e critica a escassez de galerias de pintura, coleções de objectos de história natural ou de arte, lojas de antiguidades, jardins botânicos, bazares e monumentos. Numa palavra, Lisboa não tem nenhuma das jóias que têm outras capitais. Para além disso, é desconfortável viver na cidade. Devido ao clima, a construção das casas é leve e fina. As salas são quase sempre grandes e claras e as paredes raramente forradas a papel; geralmente são cobertas até meia-altura com faiança ou pinturas de paisagens onde não faltam repuxos e florestas, como que para evocar a sensação de frescura e a sombra das árvores. Estas pinturas são da melhor qualidade, sobretudo os frescos que se encontram nas grandes quintas, mas os estrangeiros queixam-se que as portas e janelas não vedam bem e acusam marceneiros e vidraceiros de não saberem satisfazer as exigências mais básicas. O que se passa, no entanto, é que os portugueses não exigem grande perícia destes artesãos por não serem tão sensíveis à humidade e ao frio, não sentindo sequer necessidade de aquecer o interior das casas. Em contrapartida a estas desvantagens, Lisboa é mimada pela natureza com paisagens e vistas panorâmicas. Como a abelha que vai de flor em flor, um estrangeiro vai de panorama em panorama, cada qual o mais belo. Para norte, depois da Praça do Comércio, fica o vale que atravessa a cidade e a divide em duas metades: do lado ocidental, a maior, quase tudo é nova construção e há apenas algumas ruínas de igrejas conventuais; do lado oriental, mais pequeno, encontra-se todo o quarteirão da cidade chamado Bairro de Alfama, que escapara ileso aos efeitos do terramoto. Ali, as ruas estreitas, sujas e escuras, e as casas inclinadas umas sobre as outras, são de modo a não deixar entrar o sol e fazem lembrar o Egipto. Em todo o lado é preciso muita atenção para não se cair no lixo, mas é nos arrabaldes que são mais visíveis as marcas da decadência, nomeadamente nas fileiras completas de casas em escombros e cinzas, muitas das quais mostram apenas o esqueleto. Não é de admirar que assim seja, pois às invasões francesas seguiu-se a guerra fratricida que havia destruído o pouco que já havia sido reconstruído. A abolição de mosteiros e conventos viera piorar a situação dado que, não tendo sido todos comprados por particulares, ou pelo governo, caminham agora a passos largos para a ruína. Como se tal não bastasse, há ainda restos do Terramoto e a cada passo se encontram escombros de igrejas, como os da igreja do actual Hospital de São José, antigo colégio dos Jesuítas. A igreja do Convento do Carmo também fora destruída e as suas ruínas, sombrias e melancólicas, inclinam-se agora sobre o Rossio. O mesmo destino sofrera a igreja do Convento de São Francisco da Cidade, cujas ruínas se apresentam de forma particularmente imponente quando vistas da Praça do Pelourinho. Deve dizer-se que há um encanto especial nestas ruínas de magníficas igrejas apesar da tristeza que evocam na alma. Na maior parte das cidades atravessadas por um rio, o centro não costuma ser bonito, nem obedecer a um plano, porque antigamente se construíam as casas de acordo com o gosto e as regras do conforto e nunca de acordo com normas impostas pelas autoridades municipais. Mas, às

ordens Pombal, das zonas destruídas erguera-se uma cidade como Portugal jamais vira, feita de acordo com planos exactos e detalhados, de largas ruas abertas ao ar fresco do mar e com muitas praças públicas. Enquanto noutras capitais há que gastar imenso dinheiro na construção de parques e locais de passeio aprazíveis, aqui a arte tem apenas que dar uma pequena ajuda à natureza para que imediatamente surjam lugares belos. Em suma, que outra cidade poderia ostentar um tão grande número de lugares maravilhosos como a Praça do Comércio, o Cais do Sodré, a Praça dos Romulares, o Passeio Público, o Jardim de São Pedro de Alcântara, todos tão centrais e tão próximos que numa hora se percorrem todos eles. Lisboa é um diamante precioso na coroa dourada das cidades da Europa e, nesta região do globo, talvez só Nápoles e Constantinopla se lhe possam comparar. O Marquês de LONDONDERRY (1839) nota melhoramentos em Lisboa em comparação com os anos da Guerra Peninsular. As ruas novas têm passeios e os edifícios da Praça do Cavalo Negro, alguns dos quais haviam sido destruídos pelo fogo cerca de doze anos antes, estão em fase final de construção. Os novos passeios públicos criados no extremo norte da cidade estão a ser decorados com colunas de pedra e gradeamentos de ferro. No entanto, há ainda montes de ruínas e edifícios degradados em consequência do Terramoto. O progresso é real mas muito lento. Para a Marquesa de LONDONDERRY (1839), Lisboa é uma cidade cheia de ruínas, de montes de lixo e de edifícios por acabar. Os passeios que seu marido tanto elogia existem apenas num reduzido número de ruas. Segundo a Condessa de HAHN-HAHN (1841), as casas de Lisboa são menos bonitas e originais do que as de Andaluzia e o seu aspecto é muito banal, sem varandas contínuas, mirantes ou pátios. Fazem lembrar a arquitectura fechada dos «nórdicos caixotes de pedra». A única semelhança com as casas de Cádiz reside nas gaiolas de canários e nos papagaios que gritam de todas as janelas. As ruas são geralmente íngremes e mal pavimentadas, embora sejam muito melhores na zona nova, onde há passeios. Alguns edifícios muito antigos haviam sido alterados e consertados, qual idoso que procura valer-se de dentes postiços ou de cabeleira, enquanto outros inteiramente se encontram subjugados ao critério da utilidade – que é o que actualmente se aprecia – como os dois grandes armazéns, o dos Cereais e o do Azeite, onde estão sempre guardadas provisões por conta do Governo para o caso de haver necessidade de alimentar a população. A situação da cidade é original e pitoresca e há muitos locais com vistas panorâmicas variadas. É de locais bem altos, como a Igreja da Estrela, que a cidade se deixa ver no seu melhor. Esses locais são suficientemente altos para darem uma visão de conjunto, mas não tão altos que impeçam o reconhecimento de determinados locais por entre a singular mistura de montes e vales, ruas e campos, mercados e zonas desertas, jardins e ruínas que é Lisboa. O hotel inglês de Madame Belém está situado num local bastante elevado e a rua em frente é de tal modo íngreme que a sege tem que avançar de lado para conseguir parar. Este desconforto é compensado pela vista mágica que oferece a varanda do quarto, situada por cima de um terraço, pequeno jardim de recreio do hotel da Madame, que, por sua vez, é o telhado de uma casa situada numa rua mais abaixo. Há

muitos outros pequenos terraços parecidos, onde não há apenas potes com plantas mas verdadeiros jardins com sebes e caramanchões lado a lado com os telhados. É uma vista verdadeiramente magnífica! Aqui, uma confusão de casas e ruas sobre as quais se elevam igrejas e cúpulas; ali, a paisagem idílica da outra margem, menos surpreendente e imponente, mas mais alegre e pacífica; e, entre as duas, o fantástico deus dos rios que, num doce ondular, lança o seu manto azulado, bordado a ouro, a separar as margens. De hora a hora pequenos barcos a vapor atravessam-no, de e para Almada, enquanto outros permanecem pacificamente ancorados, restos diminutos de uma marinha e de um comércio pujantes. É bonito de ver o conjunto artístico de mastros delgados que a mão habilidosa do Homem copiou das teias de aranha! Com os miradouros do Castelo num extremo da cidade, e o miradouro da Igreja da Estrela no outro extremo, nenhum outro lugar do mundo poderia oferecer um quadro mais perfeito ou com melhor colorido, necessitando apenas, talvez, de outros matizes. E, no entanto, em lado algum se encontra aquilo que exprime as tendências espirituais e culturais de uma época e de um povo, ou seja, arte. Para além do Mosteiro dos Jerónimos, há apenas um outro edifício cheio de singularidade e carácter, de estilo gótico, mas que se encontra totalmente em ruínas: a Igreja do Carmo. São ruínas com um belo aspecto, quer de longe, quer de perto, que fazem deste edifício seguramente o mais pitoresco e nobre de Lisboa. Situado no alto de uma escarpada encosta, domina a grande praça do Rossio como os antigos castelos dominavam as cidades. Caídas a torre e a abóbada, só os muros exteriores e os belíssimos pilares góticos se mantêm de pé; acima destes, alguns arcos lançam-se orgulhosamente em direcção ao céu, quais braços de fantasmas buscando algo que não conseguem encontrar. No Rossio, grande quadrado regular em que um dos lados é ocupado pelo mercado da fruta, existe uma outra ruína, mais curiosa do que pitoresca. Trata-se da ruína do edifício da Inquisição, que ardera há vários anos e que será transformada num teatro. No caminho para São Vicente também há ainda algumas ruínas, uma das quais magnífica e parecida com um portal, ou arco de triunfo, ao qual se encosta agora uma casa muito insignificante. Lisboa consegue ser ainda mais confusa do que Génova pois o terreno em que foi construída parece revoltado por um terramoto. Aqui ergue-se um rochedo, ali sobem colinas, mais adiante desabam blocos de rocha; e, no entanto, este solo destruído e angustiante não impediu os homens de lhe construir em cima uma cidade, tal era a tentação, a vantagem e a bênção da proximidade do grande e majestoso rio cujo leito se estreita precisamente junto a ela. Segundo MINUTOLI (1842), após o Terramoto Lisboa voltara a ter o brilho de outrora e tornara-se muito populosa em comparação com o resto do país. A cidade é bonita, tanto pela sua situação à beira mar, como pela variedade de cumes, vales, campos e florestas dos seus arredores, incluindo as quintas e as serras de Sintra e Mafra, bem como a vegetação, o clima suave e o céu azul. No entanto, para se gostar de um local é necessário haver harmonia entre todos os seus elementos; é preciso gostar do povo, do seu carácter, do estilo de vida, do sistema de governo e, quanto a estes aspectos, a impressão é outra. Em geral, Lisboa não agrada. Segundo

HUGHES (1846), nos últimos anos Lisboa melhorara muito, quer em aspecto, quer em limpeza. As ruas estão alcatroadas e a Praça do Rossio, com o seu novo Teatro, é magnífica. Há dois hotéis recentemente inaugurados, o Bragança e o Peninsular, que são melhores do que qualquer hotel de Madrid. Está tudo muito diferente do que era dez anos atrás. As ruas são pitorescas de dia e mágicas à noite, quando a luz da lua se espelha sobre o rio. Um dos locais mais pitorescos, comparável a Nápoles, é a Ribeira Nova, mercado de fruta e peixe situado perto do cais e dos barcos que pescam por ali. A cidade tem vários locais românticos, entre os quais alguns em ruína, como a Igreja do Carmo sobranceira ao Rossio. Descendo em direcção a Belém, passa-se pelo Palácio do Marquês de Pombal e, em seguida, pelo da Duquesa de Bragança, cuja fachada é virada para o rio; ambos os edifícios merecem uma referência sobretudo pelo seu tamanho. Passa-se depois por vários chafarizes se bem que nenhum tenha as pretensões arquitectónicas que se esperaria encontrar numa grande capital. Logo a seguir está a ponte sobre o rio de Alcântara e, do lado direito, o início das linhas de defesa da cidade, podendo-se, a partir daí, fazer um percurso muito interessante, subindo o vale até ao Aqueduto e passando pelo cemitério dos Prazeres. BÉGIN (1848) afirma que não se podia ter escolhido melhor lugar para construir uma majestosa capital. Poucas cidades oferecem uma vista panorâmica mais agradável do que Lisboa, situada em terreno ondulante na margem norte de um largo estuário. Abraçando sete colinas separadas por igual número de vales, a cidade comanda a região do Alentejo. Desde 1755 que apresenta duas fisionomias bem diferentes: por um lado, a velha cidade medieval de ruas estreitas, casas altas e bairros sombrios; por outro, a cidade moderna, regular, aberta, bem traçada, com passeios e edifícios imponentes. Já não é a cidade suja que era, sem fontes, banhos públicos ou chaminés, tal como é descrita nas narrativas de antigos viajantes. Depois de os ingleses terem feito dela uma das suas principais colónias, a cidade adoptara hábitos de conforto e bem-estar. No entanto, as igrejas continuam a denotar mais sumptuosidade do ponto de vista material do que qualidade arquitectónica e, quer no interior, quer no exterior, das casas nota-se ainda por vezes um toque indiano ou chinês, havendo ricas residências que mais parecem pagodes do que edifícios europeus. Contudo, mais uma vez por influência dos ingleses, este gosto está a modificar-se. Os passeios públicos são encantadores e o Aqueduto causa admiração nos conhecedores em matéria de transporte de água. Os edifícios mais modernos e bonitos ocupam um vale entre duas colinas. Quando se chega de barco, desembarca-se num cais que forma o lado sul da Praça do Cavalo Negro, um espaço muito aberto flanqueado por gabinetes do governo. Um arco conduz desta praça a uma rua a direito que, por sua vez, conduz à Praça de D. Pedro, onde há um belíssimo teatro. Um pouco mais acima está o Passeio Público, que conduz aos subúrbios da zona norte. Quem segue este percurso a partir do rio em direcção ao interior tem, à esquerda, uma encosta coberta de casas e, à direita, uma encosta semelhante coroada pelo castelo e ornamentada pela Catedral. É nesta zona que se encontra a parte mais suja de Lisboa, embora não tão suja como algumas zonas de Trieste, Marselha, ou mesmo as

ruas recônditas de Nápoles. Entre o castelo e o rio estão os cais onde os barcos descarregam os produtos que vêm do campo; aqui se encontram também os mercados, a Fundação, o Hospital Naval e várias prisões de grandes dimensões. A estrada para Belém corre entre esta zona e o Tejo, e tem de cada lado mansões da nobreza, de grande tamanho, embora esteticamente desagradáveis e quase sempre desabitadas. Aliás, muitas zonas da cidade parecem estar parcialmente desertas. É ainda frequente encontrar ruínas do grande Terramoto, sobretudo paredes de igrejas e conventos como, por exemplo, as ruínas de um grande convento que coroam a colina oposta ao castelo, bem como muitas outras que surgem entre as casas brancas, testemunhando a instabilidade de tudo o que é construído pelo Homem. É estranho que se permita que permaneçam na condição desoladora a que estão reduzidas. Das grandes janelas do Hotel de Bragança, STUART-WORTLEY (1851) tem uma vista linda do Tejo e da cidade. A situação geográfica de Lisboa é tão pitoresca que devia dar origem a uma nação de poetas. Poucas capitais europeias se lhe podem comparar sob esse ponto de vista. Branca, imponente e bela, a cidade é extremamente atraente e de nobre aparência pois, para além dos muito palácios, igrejas, casas e antigos mosteiros que competem uns com os outros em principesco esplendor, tem o soberbo Aqueduto sobre o vale de Alcântara, os animados moinhos nas colinas circundantes e as famosas linhas de Torres Vedras no horizonte. Todos estes elementos formam um conjunto mágico e de grande interesse. O visitante que vem a Lisboa pela primeira vez deve abordá-la da margem oposta do rio, que é o elemento principal desta paisagem extraordinária, sempre belo e cheio de embarcações que brilham ao sol ou à luz prateada da lua. Uma das características mais singulares de Lisboa é que, embora não haja parques propriamente ditos, tem, mesmo na zona central, campos verdes bem cultivados e jardins, muitos dos quais pertencem às residências urbanas de famílias ricas e contribuem para dar a impressão de que Lisboa é ainda maior do que, de facto, é. Nos últimos anos tem-se feito alguns progressos e tem-se vindo a alcatroar as ruas mais importantes. O ministro Pombal aproveitou a oportunidade oferecida pelo Terramoto e substituiu ruas muito irregulares e feias por outras largas e bem pavimentadas, algumas das quais com passeios, tudo disposto de forma metódica e cuidada. No lugar de casas de duvidoso mérito arquitectónico mandou construir fileiras de edifícios de grande simetria, altos e bem proporcionados. Estes melhoramentos, tão desejáveis, são mais evidentes no centro da cidade, onde as ruas antigamente eram estreitas e tortuosas e as casas construídas de forma muito assimétrica, umas por cima das outras e sem qualquer gosto. Num curto espaço de tempo Lisboa renasceria das cinzas mais bela, mais forte e, sob todos os aspectos, melhorada. Por todo o lado haviam surgido mosteiros, igrejas, conventos, palácios, mansões, fábricas e mesmo prisões. No entanto, não deixa de ser preocupante que num local propício a terremotos se construam edifícios tão grandes e maciços. Talvez fosse melhor seguir o exemplo de Lima, no Perú, e construir mansões de massa folhada e natas batidas ou de qualquer outra substância mais leve e espumosa. MINUTOLI (1851-1854) declara que tudo o que existe em Lisboa em matéria de grandes

edifícios, quer públicos, quer privados, concebidos de forma funcional e construídos com alguma grandiosidade – e nos quais é possível reconhecer alguma harmonia entre forma, proporção e adorno – se ficara a dever ao onnipotente e temido Pombal que, mais tarde, caíra em desgraça e tão difamado fora. O facto de não se apreciar tudo aquilo que de grandioso ele fizera no que respeita a edificações de grande envergadura deve-se ao gosto, ou antes, à falta de gosto da sua época, ou, por outras palavras, a uma uniformidade tão exagerada que se torna entediante. Nas ruas reconstruídas após o Terramoto a largura das casas fora calculada de acordo com a altura, que é de cinco, seis e sete andares. Os números pares estão quase sempre do lado esquerdo e os números ímpares no alinhamento direito; os nomes das ruas estão sinalizados nas esquinas. Há bairros inteiros que se entrecruzam em ângulos rectos e ruas em que as casas, juntas, formam uma só fachada, não se distinguindo umas das outras dado o alinhamento se prolongar sob o mesmo telhado do início ao fim da rua, tal como acontece ao nível das varandas do quinto andar. Olhando-se para a direita e para a esquerda, vê-se centenas de casas cobertas com um mesmo reboco, divididas apenas no seu interior, e diferenciáveis na fachada unicamente pelos números das portas. Esta uniformidade, desprovida de gosto, está também patente na Praça do Comércio apesar da sua imponência e belíssimo enquadramento. Embora o Arsenal, o edifício da Alfândega, o Gabinete do Tesouro, o Mercado do Trigo e o Tribunal tenham proporções grandiosas, quer em altura, quer em largura, o modo como estão construídos demonstra a falta de imaginação dos arquitectos, que não souberam produzir algo de sublime num estilo clássico. Neste aspecto, nem os palácios da alta aristocracia oferecem o que quer que seja de qualidade; pelo contrário, encontra-se ainda muita coisa inacabada ou desmoronada. Gasta-se anualmente uma quantia considerável na manutenção da calçada e na colocação de pedras de cantaria nos passeios. As pedras de cantaria são pedras duras, de calcário e de arenito, e as lajes são de granito. A hipótese da utilização de asfalto não agradou. MARCH (1852) fica muito agradavelmente surpreendido com Lisboa, pois formara uma impressão desfavorável da cidade após ter lido a descrição de Lord Byron, bem como a de outros viajantes. Tal como Roma, Lisboa situa-se sobre sete colinas; no cume da colina mais alta fica o Castelo de São Jorge, o edifício que mais se destaca aos olhos de quem sobe o Tejo.

As descrições de **praças e espaços públicos**, bem como de algumas actividades associadas, são por vezes extensas e ricas em pormenor. Seguindo uma ordem determinada pela quantidade de informação que os autores oferecem, em sentido decrescente, começamos pela **Praça do Comércio**, à qual THOMPSON (1758) faz apenas breve referência, mencionando que, a ocidente, junto ao Terreiro do Paço, há um mercado de trigo dividido em várias lojas onde os camponeses colocam o seu grão em caixotes para venda. DUMOURIEZ (1765-1766) descreve uma praça plana que se estende pela margem do rio numa extensão de cerca de milha e meia e quase uma milha de largura. Chama-lhe Praça do Rossio [*sic*] e

informa que ali se situava o Palácio Real que fora arrasado pelo Terramoto. O Conde de Oeiras enche-a agora de novo com edifícios esplêndidos e ruas bem pavimentadas e rasgadas a direito. O plano alargado inclui a construção do Arsenal, da Alfândega e de um largo cais. O porto de Lisboa é, indubitavelmente, um dos melhores da Europa e apenas necessita de um cais espaçoso. Segundo TWISS (1772-1773), na zona onde se erguia o Palácio Real antes do Terramoto estão a ser construídas muitas ruas novas que se cruzam umas com as outras em ângulo recto; são paralelas e a direito, especialmente aquela que dá pelo nome de rua Augusta. De ambos os lados destas ruas há passeios defendidos do impacto das carruagens por postes de pedra. Nestas ruas as casas têm quatro e cinco andares. O edifício da Bolsa, perto do rio, está já terminado e tem pórticos onde os comerciantes se reúnem. O Arsenal é um edifício enorme, mas ainda não terminado, que constitui um dos lados de uma praça ainda em construção. Segundo DALRYMPLE (1774), após o Terramoto ocorrera um período de inactividade que se prolongara por alguns anos, mas ultimamente havia começado a construção da nova cidade erguida segundo o princípio da uniformidade. As casas são de pedra branca e têm uma bela aparência, embora com os seus quatro e cinco andares sejam demasiado altas, sobretudo tendo em conta que este é um local propício a terremotos. Nas ruas há locais de passagem para os peões acima do nível do pavimento onde passam as carruagens; esses locais estão desnecessariamente sobrecarregados por blocos de pedra colocados na perpendicular, iguais aos antigos postes de Londres. Na grande praça há edifícios em construção, como a Casa da Índia, e está também planeada a instalação de uma notável estátua de bronze do Rei que será, certamente, magnífica. CORMATIN (1777-1778) informa que a grande Praça do Comércio, situada na margem do Tejo, também dá pelo nome de Terreiro do Paço. As ruas que nela desembocam são grandes e bonitas e têm passeios para os peões, tal como as de Londres. Quando se chega do lado do rio, entra-se na praça por um arco de triunfo dórico de arquitectura pesada. Se bem que uniformes, os edifícios são de mau gosto e de arquitectura medíocre. Na sua parte inferior há uma galeria que seria bela se estivesse menos esmagada. WITHERING (1793-1794) passa a cavalo por uma praça muito bonita; um dos lados é formado por um Palácio Real ainda não terminado; outro é formado por um belo edifício, a Bolsa; o terceiro ainda não está acabado; e o quarto é aberto para o rio. Desta praça saem duas das ruas principais: a rua das lojas de joalharia em ouro e a rua das lojas de joalharia em prata. TEXIER (1794) classifica esta praça como a mais imponente. Grande e quase quadrangular (615 pés de comprimento por 560 de largura), está rodeada dos edifícios mais sumptuosos de Lisboa. O lado da frente, virado para o rio, tem um cais magnífico. Do lado oposto encontram-se ambas as alas de um edifício palaciano. Do lado direito, estão os edifícios do grande Arsenal. Do lado esquerdo, a Alfândega e a Bolsa. Uma arcada coberta ornamenta estes três lados e, ao centro, ergue-se a bela estátua equestre do Rei D. José I. O autor do texto editado por HORSTIG (1797) assiste a uma tourada na Praça do Comércio. A praça é um grande quadrado com uns bons trezentos pés de lado e é, sobretudo, um bom exemplo da má gestão dos dinhei-

ros públicos, já que os edifícios iniciados nunca mais são terminados. Já no ano de 1775 a praça estava exactamente como agora. O mesmo se passa com várias igrejas que certamente entrarão em ruína ainda antes da última pedra ser colocada. Nas cartas editadas por RANQUE (1801), a praça mais bela, ainda não terminada, chama-se Terreiro do Paço, mas os estrangeiros chamam-lhe Praça do Comércio. O lado meridional é formado pelo rio, o cais e as zonas de desembarque, e as outras três fachadas são compostas por edifícios públicos como a Alfândega, a Bolsa, a Casa da Índia, o Palácio do Rei – onde têm lugar as assembleias de diversas administrações – os armazéns de depósito do tabaco, as instalações da maior parte dos tribunais e a Biblioteca Pública. Ao centro encontra-se uma magnífica estátua equestre do Rei D. José I. A praça acaba de ser desfigurada pela instalação de seis armazéns de madeira muito feios que servem de depósito a uma enorme quantidade de mercadoria vinda do Brasil, incluindo açúcar, algodão e tabaco, que, não cabendo nos armazéns anexos à Alfândega, ficaria de outro modo exposta ao ar livre. Estes armazéns haviam sido instalados provisoriamente mas é provável que ali fiquem até que a madeira apodreça. BERNARD (1801-1802) refere a praça mais bonita de Lisboa que, tanto pelo tamanho, como pelos seus edifícios, em nada fica a dever às praças de Londres. O Paço Real está muito danificado pelo fogo e não é habitado. Do lado oposto à Biblioteca fica a Bolsa, onde os comerciantes se juntam debaixo de uma passagem alta e comprida em arcada. No meio da arcada há um grande portal que conduz à Alfândega, cujas salas estão dispostas e distribuídas de forma muito prática. O salão, onde são colocadas as mercadorias antes de serem levadas para uma sala contígua onde são chumbadas, é tão grande que o Marquês de Pombal dera ali um baile para 10.000 pessoas para comemorar o facto de a estátua da Rainha ter sido terminada. A vista sobre a outra margem, circunscrita por colinas e maciços de pedra por trás dos quais surgem aldeias penduradas sobre colinas ainda mais altas, confere a esta praça um atractivo particular, infelizmente perturbado pela presença de pequenas barracas onde são guardadas as mercadorias dos comerciantes. Outro elemento que chama a atenção são as lojas dos ourives, onde há apenas espaço para duas cadeiras e uma mesa, pequena e suja, que o vendedor usa também como secretária. Ali se vendem as maiores preciosidades que são expostas com muito mau gosto em pequenos receptáculos de vidro. Os portugueses não têm noção de que os bens supérfluos devem ser dispostos de modo a despertar os sentidos! ORMSBY (1808) afirma que as praças, que tanto contribuem para a beleza de qualquer cidade, não têm aqui muito que se recomende. A Praça da Inquisição está em ruínas. A que está em melhor estado é a Praça do Comércio, que merece, sob vários pontos de vista, a atenção do viajante. De um lado tem o Tejo e, dos outros três, edifícios com espaçosas *piazas* que combinam de forma admirável simetria e solidez. É aqui que se encontram a Alfândega, a Bolsa e a Biblioteca Pública, bem como as melhores livrarias de Lisboa. ELIOT (1808-1809) considera que, do ponto de vista estrutural, a melhor parte da cidade é a que fora planificada sob orientação do Marquês de Pombal. A Praça do Comércio, antigamente conhecida como Terreiro do Paço, é um grande quadrado de cerca de trezentas

jardas de comprimento por duzentas e cinquenta de largura. Os seus lados, exceptuando aquele que dá para o rio, têm longas filas de edifícios contíguos com colunas. Do lado oriental estão a Alfândega e a Bolsa, mas do lado norte ainda está tudo em fase de construção. A sul está o cais, que tem uma magnífica escadaria onde são descarregadas as mercadorias que vão passar pela Alfândega e onde os barcos esperam os passageiros que querem atravessar o Tejo ou embarcar em navios ancorados mais ao longe. Uma das ruas que liga a Praça do Comércio à Praça do Rossio é a Rua dos Ourives, ou Rua Áurea, totalmente ocupada por lojas de joalharia. Paralela a esta existe uma outra rua onde os artífices que trabalham a prata têm as suas lojas. Há ainda uma outra rua onde se encontram instaladas lojas de tecidos de todo o género. FISHER (1808-1810) esclarece que Lisboa tem apenas duas grandes praças: a Praça do Comércio e a Praça da Inquisição, que recentemente se passara a chamar Praça do Rossio. A primeira, como o nome indica, é um local de comércio, um mercado onde se compra e vende tecido, peles, lã e outros artigos variados, sendo a troca feita num belo salão situado perto do rio. Um dos lados desta praça abre-se totalmente para o rio, formando um enorme cais. Há uma magnífica Biblioteca Pública que aparenta ser muito maior do que a Bodleian¹¹ ou qualquer outra biblioteca inglesa. Está dividida em doze salas que se abrem umas para as outras, o que, devido à grande extensão do edifício, produz um belo efeito. Embora os portugueses não leiam muito, e não se possa dizer que haja livrarias em Lisboa, esta biblioteca tem livros em todas as línguas que dão a impressão de estar bem classificados e ordenados. No centro da praça encontra-se a muito nobre estátua equestre de D. José I. Esta praça está ligada à do Rossio pelas ruas mais bonitas de Lisboa, bem construídas e bem pavimentadas, sobretudo a Rua do Ouro e a Rua da Prata. A primeira tem esse nome porque é inteiramente ocupada por ourives e joalheiros; na segunda encontram-se apenas aqueles que trabalham a prata. Para MILFORD (1808-1812), a Praça do Comércio, situada junto ao rio, é uma das mais nobres da Europa. Numa das suas extremidades está a Bolsa, instalada num edifício bem adaptado às suas funções. Junto da Bolsa está a Alfândega, instalada num soberbo edifício igualmente bem adaptado às funções de cobrança de impostos e recepção dos comerciantes. Os estrangeiros bem se podem surpreender ao verificar que Londres, capital do comércio, não tem edifício que se compare a este, que está no país menos importante da Europa. As lojas da Rua do Ouro são boas e estão bem organizadas; os artigos estão dispostos com muito gosto e o aspecto da fila de montras, rua acima, é muito atraente. Paralela a esta fica a Rua da Prata, cujas lojas também têm um óptimo aspecto, e cujas montras também estão cheias de artigos, desta feita em prata. Há muitas outras ruas nesta zona, cada uma ocupada por lojas de um determinado tipo. No entanto, estas ruas não se podem comparar a ruas londrinas como Bond Street ou Oxford Street. COCKBURN (1811) declara que esta praça – que não é, na verdade, uma praça dado que um dos lados é aberto ao rio – tem por nome «St. Alfonso», pois ao centro se encontra a figura colossal de Alfonso [*sic*] a cavalo, escultura em bronze de fina execução. É aqui que se encontra um palácio meio construído, cujo portal se abre para a rua central que conduz à

Praça da Inquisição. Este palácio tem a fachada virada para o rio e é um edifício medíocre onde estão instaladas, de um lado, a Alfândega e, do outro, a Casa da Índia. Os tribunais ocupam a ala que já está terminada. A Bolsa situa-se num dos cantos desta praça e, apesar da fama que tem, é muito pobre. Há ainda uma *piazza* a toda a volta, tal como em Covent-Garden. O interior da Alfândega tem forma abobadada e uma sala que é, de facto, enorme, com duzentos pés de comprimento por oitenta de largura. A Direcção senta-se num lugar sobrelevado na extremidade dessa sala e os lugares para os funcionários estão dispostos de forma tão prática quanto os da Alfândega de Dublin. As três melhores ruas, com nomes como Rua do Ouro, da Prata e «do Pano», têm passeios para peões demarcados por blocos de pedra, grandes e fortes, mas quase não têm candeeiros. HAUTEFORT (1814) declara que Lisboa tem várias praças, a maior das quais é a Praça do Comércio, um pouco mais longa do que larga, com uma superfície de 358.250 pés quadrados. A sul tem o rio Tejo e nos três outros pontos cardeais tem belos edifícios que se erguem sobre pórticos. Entre eles contam-se a Bolsa, a Alfândega, a Casa da Índia, a Intendência da Marinha e a Câmara. As três ruas principais que conduzem dali à Praça do Rossio são completamente a direito e têm passeios e casas muito bem construídas. WEECH (1823) menciona a praça imponente de onde partem várias belas ruas com oficinas e lojas de ourives de ambos os lados. Acabam de ser feitas algumas reparações ao edifício do Paço Real que, se estivesse completo e mobilado, muito contribuiria para animar a bela e deserta praça; no entanto, o Estado não tem meios para terminar os trabalhos. A Bolsa fica do lado oposto ao da Biblioteca. Por volta da uma hora da tarde, os comerciantes juntam-se debaixo de uma passagem alta e comprida em arcada. São poucos, tanto dentro como fora do salão da Bolsa, o que reflecte o estado da economia, que se encontra nas mãos dos ingleses. O salão da Alfândega é mais extenso do que o da Alfândega de Londres, cidade que, sob este aspecto, não tem um vigésimo das necessidades de Lisboa. A esta praça segue-se outra onde se encontra a Polícia, instalada no grande edifício que antigamente era o Palácio da Inquisição. DELIUS (1826) escreve que a parte bonita da cidade é a que está mesmo à beira do cais. A praça mais bonita dessa zona abre-se para o Tejo, sendo os outros três lados compostos por edifícios altos com arcadas. Ao centro está uma estátua equestre de bronze de D. José I com setenta pés de altura. É nesta praça, muito semelhante à Praça de São Marcos em Veneza, que se encontram a Bolsa, grandes armazéns, repartições públicas como a Alfândega, a Biblioteca e a Câmara de Deputados, e também muitas residências privadas. WITTICH (1838) elogia as colunas majestosas pelas quais se passa quando se segue em direcção ao Rossio, às quais falta ainda o arco que o plano de Pombal previa. O arco uniria as colunas, formando assim um magnífico portal e uma entrada imponente para a cidade. A Praça do Comércio é um átrio magnífico onde Lisboa recebe os seus visitantes. Seja para onde for que se olhe, a vista é linda, com belos edifícios e ruas a direito que convidam ao passeio. Da praça desce-se até ao rio por uma longa fila de largas escadas de pedra. Duas altas colunas emergem da água, de ambos os lados das escadas, anunciando aos barcos, de longe, o local de atracagem. À direita desta praça está a Rua

Nova da Alfândega, onde se encontra a interessante e antiga Igreja da Conceição Velha onde já não se celebram serviços religiosos. Mais adiante está uma praça pública, em cujo lado sul se encontra um amplo mercado de fruta, o Terreiro do Trigo, separado do rio apenas por um caminho estreito. Continuando para ocidente passa-se a Praça do Pelourinho e chega-se ao encantador Cais do Sodré, que se estende até ao rio. Segundo a Condessa de HAHN-HAHN (1841), normalmente o interior de uma grande cidade tem algo de confuso ou de monótono. No que respeita a Lisboa, há uma conjugação de ambas impressões. A zona construída depois do famoso Terramoto, que inclui a Praça do Comércio com a sua estátua equestre e cinco ruas em linha mais do que recta que ali têm o seu início, é exactamente igual a qualquer praça de qualquer cidade europeia moderna. Mas há também edifícios inacabados quase um quarto de século depois do lançamento da primeira pedra. Na verdade, parece que em Lisboa «o impulso vital está acorrentado de mãos e pés». HUGHES (1846) refere que o Terreiro do Paço, ou Praça do Cavalo Negro, é o local onde estão instalados todos os departamentos ministeriais, assim como a Alfândega e a Bolsa. Esta última é bonita sem ser pretensiosa; os gabinetes são cómodos e as escadas estão particularmente bem executadas em pedra lioz, uma pedra compacta parecida com mármore. Devia ter sido utilizada uma imitação de alvenaria para evitar a cor amarela das fachadas dos gabinetes. Também teria sido boa ideia colocar uma balaustrada a toda a volta para dar à praça a elevação que lhe falta. Este é o local onde outrora se erguia o Palácio Real, destruído, tal como toda a zona baixa de Lisboa, pelo Terramoto de 1755. O arco de colunas coríntias no início da rua Augusta está quase completo; quando estiver pronto terá um aspecto verdadeiramente grandioso. As ruas do Ouro, «do Tecido» e da Prata são razoáveis, mas não merecem os elogios que lhes têm sido feitos. BÉGIN (1848) admira a Praça do Comércio, banhada a sul pelas águas do Tejo e ornamentada com a bela estátua equestre de D. José I. É um local de edifícios majestosos, tais como a Bolsa, a Alfândega, a Casa da Índia, a Intendência da Marinha, a Câmara Municipal e a Biblioteca Real. Esta última tem mais de cem mil volumes, incluindo algumas edições raras. BAXTER (1850) refere apenas a Alfândega, um dos poucos edifícios em Lisboa que vale a pena visitar devido às suas amplas salas e depósitos anexos. O seu tamanho é proporcional, não ao governo insignificante da Rainha, mas à vontade do país de enviar navios para além do extremo sul de África, e até ao Brasil, numa altura em que a navegação estava ainda nos seus primórdios. STUART-WORTLEY (1851) classifica a Praça do Comércio como a mais bonita de Lisboa. A praça também é conhecida como Terreiro do Paço por ter sido o local da Residência Real destruída pelo Terramoto. Do lado sul está o rio Tejo e os outros lados são compostos por fileiras de lindas casas cujas fachadas têm *piazzas* ou arcadas. As extremidades terminam em alas salientes que se projectam sobre o azul do rio. A praça tem cerca de seiscentos e quinze pés de comprimento e quinhentos e cinquenta de largura. Do lado norte saem as três ruas principais de Lisboa, enquanto a oriente fica a Rua do Arsenal e, a ocidente, a Rua Nova da Alfândega. O Ministério do Interior, a Alfândega, a Bolsa e os seus anexos, bem como o Tribunal do Comércio encontram-se do lado

oriental desta bela Praça. Entre estes distingue-se a Alfândega, não só pela adequação à finalidade a que se destina, mas também pelos ornamentos arquitectónicos, sobriedade interior e grandes dimensões, características talvez dificilmente superadas por qualquer outro edifício do género em todo o mundo. Uma imponente escadaria de dois lanços conduz a um magnífico salão com cento e setenta e três pés de comprimento e sessenta e nove de largura. Há corredores que conduzem o visitante de qualquer um dos quatro cantos do edifício aos vários escritórios e depósitos, todos eles com uma amplitude correspondente à do salão principal. Juntamente com a Casa da Índia forma um quadrângulo em cujo interior há árvores e uma graciosa fonte, em redor da qual há bancos para comodidade dos visitantes. Há ainda um pequeno canhão em bronze muito curioso posicionado por baixo de três lentes de modo a disparar pontualmente às nove, doze e quinze horas por acção dos raios solares concentrados no ponto de convergência. A extremidade sul do edifício é ocupada pela Bolsa. O gabinete do Ministério da Justiça e dos Assuntos Eclesiásticos, a Junta do Crédito Público, o Supremo Tribunal de Justiça e a Câmara Municipal ocupam a zona norte. A ocidente encontram-se o Gabinete do Tesouro, os Ministérios dos Negócios Estrangeiros e das Finanças e os Ministérios da Guerra e da Marinha. MARCH (1852) declara que a Praça do Cavalo Negro é uma das mais belas da Europa. Um lado dá para o rio, para o qual se desce por uma escadaria enorme. Do lado oposto há um esplêndido portal de mármore que, quando for completado, será um exemplo de magnífica arquitectura. A Alfândega e outros edifícios de pedra e mármore completam a Praça.

TWISS (1772-1773) informa que a **estátua equestre de D. José I** será colocada no centro da Praça do Comércio. O pedestal será executado num só bloco de pedra, tendo sido necessários oitenta bois para o arrastar da pedreira situada a cerca de duas milhas de distância. CORMATIN (1777-1778) escreve que a estátua equestre de bronze de D. José I, virada para o rio, é o principal elemento decorativo da praça. Sob o ponto de vista artístico, é a primeira experiência dos portugueses neste género e o jovem que a executara, um «nativo» de Belém que nunca saíra do país, merece ser encorajado. De nome Bartolomeu da Costa, nunca tivera outros mestres senão ele próprio e é óbvio que tem talento. Embora a obra tenha defeitos, demonstra que os portugueses modernos podem apelar da sentença que os define como incapazes de produzir arte. O Marquês de Pombal mandara colocar o seu medalhão em bronze no pedestal deste monumento, mas os seus inimigos haviam-no substituído pelas armas da cidade. Cunhado em 1773, o medalhão mostrava, de um lado, a estátua equestre de D. José I com a inscrição *Magnanimo restauratori* e, do outro, a cidade de Lisboa personificada numa figura feminina coroada e rodeada de arquitectos e guerreiros. Tanto o monumento, como o medalhão que o acompanha, dão uma ideia pouco favorável do progresso das artes em Portugal. WITHERING (1793-1794) passa a cavalo por uma praça muito bonita, no centro da qual se encontra a famosa estátua equestre de «D. João», estátua certamente nobre e merecedora da atenção do visitante, embora não tenha

a qualidade da de Queen's Square em Bristol¹². Segundo RUDERS (1798-1802), a estátua de D. José é o elemento que mais sobressai no Terreiro do Paço. Sobre ela haviam já escrito autores como Chatelêt e Murphy. A ilustração que dela faz este último na obra *General View of the State of Portugal* torna supérflua qualquer descrição. Murphy admira-lhe o traçado e a execução. O duque de Chatelêt considera-a uma prova do talento dos portugueses para as belas artes. A estátua fora fundida a partir de uma peça única por um português, Bartolomeu da Costa, que se diz ter procurado obter privilégios com a descoberta de um processo de produção de porcelana da mesma qualidade que a da Saxónia. Não tendo conseguido o que desejava por se recear o impacto desta produção no comércio com a Índia oriental, decidira partir para Inglaterra, mas fora entretanto nomeado Inspector-Geral de todas as Fundições e Laboratórios do reino, vindo a falecer na primeira metade de 1801. Quanto ao escultor, Machado de Castro, fora nomeado Escultor Real, Professor e Cavaleiro da Ordem de Cristo, pelo que a informação de Murphy segundo a qual vive na pobreza não é exacta. BERNARD (1801-1802) faz breves referências aos criadores da primeira estátua feita em Portugal em honra de um monarca, a qual se apoia num alto pedestal ornamentado com muitos grupos escultóricos. Situada, infelizmente, junto às barracas que tanto perturbam a beleza da praça, a estátua tem pouco valor enquanto obra de arte; o facto de não estar colocada ao centro da praça, mas mais do seu lado oriental, prejudica o seu efeito. ORMSBY (1808) menciona que a estátua de bronze de D. José I tem no seu pedestal grupos emblemáticos finamente executados. Tanto em tamanho, como em beleza, a estátua é magnífica e, a julgar pela informação que recebe, não tem rival entre os monumentos do género. Tem apenas um pequeno defeito, que consiste no facto de a perna esquerda não estar bem inserida no estribo, o que tem como consequência que o couro esteja torcido. A estátua fora financiada pelo Marquês de Pombal e mandada executar em honra do Rei. O autor do desenho e do modelo é Joaquim Machado Castro e o fundidor Bartolomeu da Costa, ambos portugueses, facto que só honra o país. Originalmente, num dos lados do pedestal havia um busto em bronze de Pombal que fora rudemente retirado por quem antes o bajulara e agora denigre a sua imagem. Ao saber do que se passara, Pombal respondera que não se importava pois o busto não se parecia nada com ele. No lugar onde estava o busto haviam sido colocadas as armas da cidade. ELIOT (1808-1809) menciona o pedestal da estátua equestre em bronze de D. José I, decorado com baixos-relevos, e rodeado de degraus e gradeamento de ferro. Existe um excelente modelo em bronze desta estátua na Fundição, perto do Convento de São Vicente. Segundo GRAHAM (1812-1813), a estátua de D. José na Praça do Cavalo Negro é considerada por pessoas conhecedoras do assunto como uma peça de qualidade que pode competir com qualquer outra estátua em toda a Europa. HAUTEFORT (1814) refere-se ao autor da estátua de D. José I, Joaquim Machado de Castro, como alguém cuja reputação se encontra assegurada para a posteridade. Troféus e grupos emblemáticos da autoria do mesmo escultor, colocados dos lados do pedestal, dão ao monumento uma grandiosidade que não se encontra nas estátuas

equestres dos Grão-Duques Cosimo I e Fernando, em Florença, ambas esculpidas por Gianbologna. Bartolomeu da Costa é o nome do fundidor, que a fundira de um só jacto, operação que merece os maiores elogios tendo em conta a dimensão das figuras do Rei e do cavalo. As proporções desta estátua são idênticas às da antiga estátua de Luís XIV na Praça Vendôme, em Paris, mas a figura do Rei D. José tem mais onze polegadas devido ao capacete, que fora acrescentado depois da obra já pronta. A efigie em bronze do Marquês de Pombal figurava num dos lados do pedestal mas fora retirada após a queda do marquês em desgraça. Para WEECH (1823), a estátua muito beneficiaria a praça se tivesse saído das mãos de um mestre hábil e se estivesse colocada mais ao centro em vez de estar tão do lado oriental. MINUTOLI (1842) afirma que esta é a única estátua que se vê em Lisboa. O material é o bronze embora as figuras secundárias sejam de mármore. O cavaleiro e o cavalo são rígidos e não têm movimento nem porte. O capacete parece um ouriço cheio de espinhos. O cavalo dá ares de camelo e avança por um recinto de espinhos e serpentes que mais parecem sanguessugas e se esforçam por levantar as indolentes cabeças de um bosque de salsa. No pedestal, à direita, uma Fama de mármore colossal conduz um cavalo que pisa um guerreiro ferido e estendido no chão. Dado que o escultor fizera do rosto do guerreiro a base em que o cavalo se apoia, não é de admirar que o nariz já esteja gasto, tal como acontece com alguns dedos da mão e do pé direito. Do lado oposto, uma musa com um trombone conduz um pequeno elefante de tromba levantada, ou antes, um barril de água apoiado em quatro cabos de vassoura com um funil demasiado revirado. Este animal avança sobre um moçambicano informe, enrolado sobre si mesmo, e com as pernas contorcidas em cruz. O pequeno elefante enraivecido passaria seguramente por entre as pernas da grandiosa deusa que caminha lentamente à sua frente não fossem as roupagens da mesma tão massivamente resistentes que, perante elas, é forçado a recuar, espantado, como se deparasse com o muro de um forte. Não se percebe por que razão a Fama marcha tão lentamente: se é por cobardia, simbolizada pelas trombetas de cavalaria depositas, ou por se ter esquecido da razão pela qual, e de para quem, toca o instrumento. HUGHES (1846) é da opinião que a estátua de D. José, ao centro da Praça, tem uma fama exagerada entre os portugueses. Na verdade, tem pouco mérito; o enorme capacete, por exemplo, é de um mau gosto atroz. É surpreendente que Murphy elogie esta estátua, pois o naturalista alemão H. F. Link, bem como o Príncipe Lichnowsky, não têm dela boa opinião. O escultor é Joaquim Machado de Castro, que os portugueses elogiam imenso, naturalmente, pois é o único que têm. Para STUART-WORTLEY (1851), a grande estátua equestre de D. José I em bronze é uma escultura bem executada e a única do género no país. Está colocada num pedestal entre dois grupos escultóricos colossais, havendo ainda a considerar um baixo-relevo de grande qualidade e de muito bom acabamento. As armas de Portugal estão colocadas na parte da frente do pedestal, onde começara por estar a efigie do famoso Marquês de Pombal, principal promotor desta escultura. Quando o marquês caíra em desgraça, o busto fora retirado; entretanto, fora ali colocado de novo com uma

inscrição em latim por baixo. Joaquim Machado de Castro, escultor, é o autor do molde e o seu mérito é digno da maior atenção dado o estado em que as artes se encontravam em Portugal naquela altura. As figuras sobre o pedestal estão classificadas como entre as melhores criações no seu género. A perfeição do detalhe é muitas vezes sacrificada durante o processo de fundição, mas não se pode negar que Machado de Castro mostrara grande competência e criatividade. Bartolomeu da Costa, responsável pela fundição, também merece elogios, dado que a fundira inteira e de uma só vez, tendo-a depois transportado para o local e colocado sobre o alto pedestal. O metal líquido pesava 656,5 quintais de bronze, sendo que um quintal corresponde a 128 libras inglesas e, após subtraída a perda de metal durante o processo de polimento, o peso final era de quinhentos quintais de bronze. A armação, ou esqueleto de ferro interior, pesava 100 quintais pelo que o peso total desta estátua é de 600 quintais de ferro e bronze, ou seja, 76.200 libras. Tanto o escultor como o fundidor são portugueses e, enquanto o primeiro não retirara grandes benefícios, em fama ou dinheiro, deste seu trabalho, o segundo fora elogiado e recompensado com o posto e o salário de brigadeiro. É verdade que Machado de Castro fora armado cavaleiro pelo Rei, mas posteriormente fora votado ao esquecimento. A inauguração desta estátua fora acompanhada de festividades com início a 6 de Junho, aniversário do Rei, prolongando-se por mais de uma semana.

A **Real Biblioteca Pública** é assiduamente visitada por RUDERS (1798-1802) que refere a vantagem que constitui para os estrangeiros o facto de Lisboa ter algumas bibliotecas públicas abertas todos os dias da semana. É ali que encontra com frequência dois outros viajantes, o Conde de Hoffmansegg e o arquitecto James Murphy, que lá vão diariamente ler e copiar excertos. A estátua da Rainha que ali se encontra é da autoria de Joaquim Machado de Castro, o melhor escultor português. É de mármore branco e tamanho um pouco maior do que o natural. A Rainha tem uma armadura de guerra e um bastão de comando na mão. A escultura tem alguma qualidade: o casaco, os punhos espetados, o penacho e os restantes adornos estão bem trabalhados. Em baixo, do lado direito, há um globo terrestre no qual, ao nível do equador, se lê: «Maria I». Do lado direito do pedestal lê-se «J. M. C. inv. e. f». A biblioteca abre quatro manhãs e duas tardes por semana, tem mesas e material de escrita à disposição dos utilizadores, e os livros estão distribuídos por salas segundo o ramo de conhecimento. Cada sala tem um catálogo alfabético, um catálogo metodológico e ainda um «catalogue librorum rariorum». Sobre as portas, em grandes caracteres, há indicação sobre o tipo de livros que se encontra em cada sala. As matérias teológicas ocupam quatro grandes salas, enquanto a História ocupa duas salas igualmente grandes e duas mais pequenas. A História Natural, a Matemática e as Artes partilham uma sala grande, o mesmo acontecendo com a Política e o Direito, as Belas Letras e a Filologia. Finalmente, há a sala dos textos de conteúdo variado e de História da Literatura. Infelizmente, os livros estão mal organizados, pois as obras de autores clássicos, por exemplo,

encontram-se distribuídas por todas as salas. Dos 70.000 volumes que a biblioteca contém, quase nenhum tem qualidade, para além de todos terem mau aspecto e estarem até rasgados. BERNARD (1801-1802) visita a Real Biblioteca Pública e interessa-se pela estátua de mármore que ali se encontra e que representa a Rainha D. Maria em tamanho natural. Aos pés da soberana encontram-se um globo terrestre e alguns ornamentos simbolizando o seu gosto pela astronomia. Dos ombros cai uma espécie de toga antiga em pregas e, estranhamente, há punhos nas mangas do vestido. Esta mistura de trajes de séculos tão diferentes perturbaria o prazer de olhar para esta estátua se algum prazer fosse possível sentir. A sua mediocridade não causa admiração pois não era de esperar que Machado de Castro pudesse ser um Schadow¹³. Não tivera a oportunidade de sair de um país onde não há obras de arte que possam servir de modelos, nem modelos de beleza natural que possam contribuir para formar o gosto de um artista. É assim compreensível que os portugueses dêem muito valor a esta escultura e perguntem insistentemente aos estrangeiros se já a viram. A biblioteca, que pertencera originalmente aos jesuítas, situa-se no andar superior de um edifício sumptuoso onde têm lugar as sessões de tribunal. Após a expulsão da Ordem fora totalmente reorganizada e encheu-se de livros de todo o mundo. Lá estão mais de 80.000 volumes, incluindo manuscritos, muitos dos quais árabes. Quanto às onze salas que a compõem, cada uma é dedicada a um ramo diferente do conhecimento e em cinco delas encontram-se volumes sobre a História da Igreja, assuntos espirituais em geral, e Teologia. A sala dedicada à História da Igreja tem vários mapas de boa qualidade e uma edição de luxo de uma excelente colecção de gravuras feitas com base em estátuas encontradas em Herculano. Também ali se encontra uma edição espanhola da *Conspiração de Catilina*, cuja qualidade, no que respeita à impressão e ao papel, a coloca a par de qualquer boa edição inglesa. Segundo se diz, esta obra fora traduzida do latim pela própria Infanta de Espanha. Na sala dedicada às Letras há cinco edições de Homero, datando a mais recente, que é muito luxuosa, do ano de 1757. A um canto encontra-se a *Pucelle d'Orléans*¹⁴ com uma encadernação meio comida pelos vermes, bem como obras de autores metafísicos ingleses, entre os quais Locke, e livros em todas as línguas, excepto alemão, o que se fica a dever em parte à dificuldade que representam os caracteres góticos. Esta sala contém ainda uma razoável galeria de gravuras de Rubens. Todas as salas abrem diariamente de manhã e de tarde. A biblioteca tem material de escrita e comodidades para a leitura. HEERINGEN (1836) confessa-se impressionado com o tamanho desta biblioteca, maior ainda do que a do Convento de São Francisco. Situada numa zona do antigo Palácio Real, na Praça do Comércio, ao cimo de uma magnífica escadaria que tem como base as arcadas da praça – por baixo das quais descansam burros, machos e cavalos – a biblioteca é composta por sete a oito salas grandes sobre cujas portas caem cortinas com brasões nacionais. As mesas no centro das salas estão sempre ocupadas por pessoas que ali estudam. Na sala da Literatura Estrangeira há uma estante dedicada à literatura alemã. Os textos históricos são, sobretudo, de autores católicos, teólogos dos séculos XVII e XVIII. Tal como no Convento de São

Francisco, as várias secções da biblioteca estão assinaladas por letreiros mas aqui tudo tem um aspecto mais sério, de acordo com uma orientação científica. Em cada sala há um funcionário que zela pelo bom funcionamento do local, bem como funcionários subalternos que, às ordens deste, abrem as estantes de rede onde se encontram os livros pedidos pelos muitos utilizadores. A organização, o tamanho e a beleza das salas colocam esta biblioteca a par das melhores da Alemanha e de França, embora o número de volumes ali reunidos, de 80.000 a 100.000, apenas permita compará-la às bibliotecas de segunda, ou mesmo de terceira, categoria de outros países. MINUTOLI (1851-1854) comenta que o orçamento do país contempla 8.204.204 reais para a Biblioteca Nacional de Lisboa, para além dos salários de quem lá trabalha, que montam a 7.150.800 reais. A Biblioteca contém, entre várias colecções, uma colecção significativa de Bíblias que inclui mil edições de entre 1.496 exemplares; entre elas há trinta e seis edições alemãs, catorze espanholas, três árabes, três arménias, uma egípcia, setenta hebraicas, quinhentas e oitenta latinas, e ainda edições malaias, sírias e turcas. Existem cinco catálogos diferentes dos livros do século XV; o primeiro, organizado alfabeticamente, contém o local de impressão; o segundo é um índice dos países onde fora feita a impressão; o terceiro enumera as obras e os autores cronologicamente; o quarto apresenta a cronologia da impressão; o quinto tem as entradas das obras organizadas pelas línguas em que estão escritas. Os catálogos são da responsabilidade de Ribeiro dos Santos. Aquando da fundação da Biblioteca, em 29 de Fevereiro de 1796, Ribeiro dos Santos organizara os livros e manuscritos dos jesuítas expulsos, que constituem a base da colecção actual. Há doze salas repletas de livros de Antiguidades, Artes, Ciências Naturais, Ciências Políticas, História, Letras, Manuscritos, Poligrafia e Teologia (tema que ocupa quatro salas). Aquando da direcção de Pinto de Souza, fora editada a correspondência entre Cícero e sua família, que custara 300.000 reais. Pinto de Souza pagara 700.000 reais por uma Bíblia de Guttenberg. A biblioteca está aberta ao público e a sala de leitura está organizada de modo funcional. O gabinete numismático, instalado no mesmo local, tem 24.000 moedas de prata e muitas em cobre. Todo o conteúdo das bibliotecas dos conventos extintos está à disposição da Biblioteca Nacional mas a maior parte dessas obras encontra-se amontoada, sem estar referenciada nem ordenada. Diz-se que muitas coisas de valor desapareceram.

A segunda praça mais comentada é a **Praça do Rossio**, que TEXIER (1794) descreve como espaçosa mas não tão bonita como a Praça do Comércio, da qual a separam três ruas novas, paralelas, longas, em linha recta e de largura proporcional em relação à grande altura das casas. A praça encosta-se à colina e dela partem ruas que seguem para o alto. Está rodeada de uma mistura de edifícios novos e casas velhas em estado de grande decadência, ainda consequência do Terramoto. Nela se encontra o edifício da Inquisição, parcialmente destruído pelo Terramoto e posteriormente reconstruído, que, para além de ocupar um grande espaço, nada tem digno de nota. Para BERNARD (1801-1802), o Rossio é uma praça de grande extensão onde se encontra a maior parte das lojas de Lisboa, assim como o hor-

rível Palácio da Inquisição, ao centro do qual, na parte superior, há uma figura que simboliza a Religião calcando um herege. Verdadeiramente herético é colocar pés numa representação simbólica da Religião! SCHAUMANN (1808 e 1809) menciona a praça chamada «rocco», onde vê uma parada de um batalhão de granadeiros ingleses assim como tropas espanholas prisioneiras dos franceses e agora prestes a regressar a Espanha. Sobre as casas desta praça erguem-se colinas coroadas de sombrias cidadelas, assim como mosteiros, alguns inteiros, outros em ruínas. Para ELIOT (1808-1809) a Praça do Rossio é um quadrângulo em cujas imediações se situa o Passeio Público, que é pouco frequentado, bem como os Teatros do Salitre e dos Condes. O Palácio da Inquisição é o tribunal mais importante de Lisboa e o local onde são julgados os opositores políticos. É também o local onde o governo reúne para gerir os assuntos nacionais. FISHER (1808-1810) sente curiosidade em relação à Praça da Inquisição, também designada de Rossio, por esta ter sido local de terríveis execuções. A praça é grande e atraente e um dos seus lados é ocupado pelo Palácio da Grande Inquisição. A praça é utilizada como ponto de reunião de oficiais, revista de tropas e, por vezes, mercado. Ali se mantém uma rigorosa guarda militar. Segundo COCKBURN (1811), as salas do Palácio da Inquisição estão encerradas e metade do edifício está agora ocupado pelo Governo. Não é permitido entrar nas salas principais do mesmo, que abrange uma superfície considerável e que, tanto quanto se pode observar, não tem nada que especialmente o recomende. Ali perto há uma prisão onde também não é permitido entrar. HAUTEFORT (1814) descreve a Praça do Rossio como um amplo e longo quadrado, mais pequeno do que a Praça do Comércio, cujo recinto está quase inteiramente ocupado por lojas. De um dos lados encontra-se o Palácio da Inquisição, edifício grande e de arquitectura razoável. Para HEERINGEN (1836), a praça do Rossio é a maior mas não a mais bonita de Lisboa. É uma praça agradável e animada, cheia de cafés e lojas luxuosas que, no entanto, não podem ser comparadas às de Londres ou Paris. Do centro tem-se uma bela vista, dado que por cima das grandes casas são visíveis as magníficas ruínas que cobrem as elevações do Carmo, assim como o castelo à sombra das oliveiras, e o encantador terraço de Alcântara com as suas laranjeiras, figueiras e plátanos. WITTICH (1838) menciona o fogo que recentemente destruíra o interior do Palácio da Inquisição, na zona norte do Rossio, deixando de pé apenas as paredes exteriores e os antigos muros de ligação. O Palácio fora aberto ao povo e a ele abandonado em 18 de Outubro de 1821, acontecimento descrito quer na obra *Portugal seit der Usurpation D. Miguels*, da autoria do Dr. Schmidt, quer na obra sobre Lisboa de Marianne Baillie. HUGHES (1846) considera que o Rossio, ou Praça de D. Pedro, remata admiravelmente as ruas do Ouro e da Prata e que o novo Teatro Nacional, construído no local onde outrora funcionava a Inquisição, é um edifício verdadeiramente imponente. Quando a estátua equestre de D. Pedro for colocada no centro da praça, o conjunto terá, certamente, um belo aspecto.

No **Campo de Santana**, segundo HEERINGEN (1863), já não se encontram restaurantes aceitáveis pois ali já não chega a influência dos estrangeiros, do mar ou do comér-

cio. Tudo é nacional, selvagem e belo: as casas de varandas gradeadas, as estreitas vielas de vistas deslumbrantes e surpreendentes, os mosteiros com cruces nas cornijas, erguendo-se, quando menos se espera, sobre atraentes socalcos e, finalmente, o Campo de Santana propriamente dito, tão diferente do de Santa Clara. É um campo de touradas, um enorme círculo rodeado de muros altíssimos ornamentados com troféus bélicos e, do outro lado, as alas do Convento de Santana, sumptuoso edifício com torres sineiras, portais de mármore e estátuas. Aqui e ali há amoreiras e oliveiras, assim como tendas do «mercado dos ladrões» que ali tem lugar. WITTICH (1838) informa que neste local tem lugar a feira semanal «do ladrão», às terças-feiras, uma espécie de Rag Fair¹⁵ onde apenas se encontram «sapatos rasgados, roupa estragada, objectos musicais sem valor, quadros de arte religiosa mal feitos e já desbotados, móveis completamente usados, relógios velhos com aspecto de não funcionarem e velhas arcas e caixotes que já não conseguiriam aguentar nada dentro – tudo misturado». Na tenda de um antiquário, antigo monge expulso do seu convento por ordem de D. Pedro, não se encontra um único livro que valha a pena comprar mas, entre papéis e livros, há um retrato de Camões com uma coroa de louros, assim como retratos de Vasco da Gama, D. Pedro Álvares Cabral, D. Sebastião, Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e outros portugueses importantes. Há ainda duas imagens de D. Pedro: um retrato, e uma cena comovente em que sentindo-se perto da morte, em Queluz, abraça um dos seus companheiros de campanha. De um pequeno cofre o antiquário retira uma imagem de D. Miguel, de expressão agradável embora sem traços de virilidade ou nobreza. D. Pedro, por outro lado, apresenta traços de expressão fortes e olhos de fogo que exprimem energia e força de alma. Na igreja do convento em Santana está o túmulo de Camões, segundo a convicção popular de que os seus restos mortais descansam sob o tampo de mármore branco e liso situado na nave da Igreja. Mas o tampo não tem qualquer inscrição e, embora digam que tal se deve ao facto de a igreja antiga ter ruído no Terramoto juntamente com a pedra tumular, a hipótese não merece muita confiança.

HEERINGEN (1836) considera a **Praça dos Romulares** bonita e de aspecto mais europeu do que a Praça do Comércio. Forma um grande quadrado, sendo três lados constituídos por casas de tamanho considerável, enquanto o quarto é composto por uma balaustrada sobre o rio. Em frente às portas dos elegantes cafés, abertas de par em par, estão sempre homens de pé ou sentados, muito bem vestidos, pois esta praça é o local de encontro dos estrangeiros, o ponto central de Lisboa, o seu «Palais-Royal». Os alemães têm aqui um local de reunião diária, o n.º 3 da hospedaria da rua dos Romulares, onde há uma sala de bilhar frequentada por estrangeiros, para além de três pequenas salas que ao fim da tarde se enchem de alemães. Este é também o ponto de encontro dos oficiais que haviam servido às ordens de D. Pedro e que estão agora em negociações com o governo sobre pensões e outras regalias. Frequentam ainda o local funcionários de casas comerciais do norte da Europa, assim como um médico suíço. Ali se encontra muitas vezes o Sr. Schüß, director do Hospital Hanseático da Marinha, residente em Alcântara, perto das Necessidades, e amigo do major W. de Han-

nover, noivo da filha de uma senhora muito rica, viúva de um comerciante também originário de Hannover. O major mora na quinta dessa senhora em Benfica, a quinta Möller¹⁶.

BERNARD (1801-1802) descreve a **Praça do Pelourinho** como uma praça quadrada encantadora onde se encontram o Paço do Concelho, o Arsenal e outros belos edifícios. Ao meio ergue-se uma alta coluna com um globo terrestre onde outrora se colocavam os criminosos. HUGHES (1846) chega à Praça do Pelourinho vindo da Rua do Ouro. No centro vê um pilar enroscado, magnificamente esculpido, no qual as cabeças degoladas de grandes homens eram antigamente expostas ao olhar do público. De um lado encontra-se o Banco de Lisboa, sólido edifício sem pretensões, e, na parte da frente da praça, o Arsenal e a sua Casa do Risco, salão enorme onde leccionam os professores da Escola Naval. Ali se realizara, em 1842, um jantar em comemoração da Restauração da Carta Régia que contara com a presença de mais de mil pessoas sentadas à mesa. STUART-WORTLEY (1851) caminha pela Rua do Arsenal até à Praça do Pelourinho. O Arsenal encontra-se do lado sul, o Banco de Lisboa do lado leste, e os escritórios da única companhia de autocarros de Lisboa na esquina a noroeste. Há um pilar de pedra, ornamentado com uma esfera armilar no topo, que tivera outrora pontas de ferro onde se penduravam as cabeças decepadas de malfeitores. Há importantes pelourinhos do mesmo género na maioria das cidades portuguesas que têm tribunais judiciais. D. Pedro ordenara esta mudança, que representa um claro progresso.

HEERINGEN (1836) segue até ao **Largo do Carmo**, local enorme que domina, com a sua parede escarpada, o Rossio lá em baixo. O Terramoto de 1755 fizera ruir uma igreja cujos arrojados arcos vão da borda superior do socalco até à base enquanto as torres se situam acima de todos os palácios do Carmo. Ao desmoronar-se, a Igreja lançara a sua massa de pedra sobre a praça do Rossio. O esqueleto das suas abóbadas, assim como os pilares e os arcos, ainda lá se encontram, dando às duas praças – a que está por baixo das ruínas e a que está ao nível delas – um aspecto particularmente pitoresco. O largo tem um chafariz e está rodeado de enormes edifícios de aspecto palaciano de quatro e cinco andares. Do lado sul encontra-se o Palácio do Marquês de Torre-Mejas, onde agora funciona o «Clube de Lisboa», a que pertencem todos os jovens da nobreza.

É ainda HEERINGEN (1836) que escreve sobre a **Praça de São Paulo**, cujo centro está ocupado por vendedores de animais, legumes, aves e outros produtos. Há uma fila de barracas mais afastada, de aspecto agradável, onde fazem o seu negócio as vendedeiras de laranja, fruta, figos, ananás e flores. A maior dessas barracas é a Casa da Mariquinhas, que tem um negócio de macacos. A barraca é tão grande que parece uma pequena casa de madeira ou um pequeno castelo de fadas. Lá dentro, numa zona de penumbra, há uma espécie de espaço central onde se encontra uma grande pirâmide de frutos e flores. Desse espaço saem, em todas as direcções, corredores com tapetes de aloé, bancos e canapés de palhinha, bem como cadeiras leves encostadas às paredes.

BERNARD (1801-1802) explica que o nome da **Praça da Figueira** se deve ao facto de ali ter outrora existido uma grande figueira. A praça é grande, quadrangular, e a mais ani-

mada de Lisboa. HAUTEFORT (1814) refere que a Praça da Figueira é um mercado de vegetais, frutos e legumes. COOPER (1838-1839) define-a como um mercado localizado num espaço quadrangular cheio de árvores. MINUTOLI (1851-1854) descreve a praça como um enorme quadrado com lojas a toda a volta, nas quais se vende carne, peixe, manteiga, ovos e queijo. O chão é pavimentado e tem canteiros com árvores.

WITTICH (1838) chega ao **Largo do Terreiro do Trigo** após passar pela Igreja da Conceição Velha. Do lado sul ergue-se o Terreiro, amplo mercado de fruta separado do rio apenas por um estreito caminho. Ao longo da margem vende-se a baixo preço melão de todo o tipo, melancia, uva e outra fruta para deleite dos lazarentos que por ali se vão deixando estar em grupos pitorescos.

WITTICH (1838) escreve também sobre a **Praça da Patriarcal Queimada**, em cujo lado direito há casas, felizmente não em fila contínua pois os espaços de intervalo entre elas oferecem uma bela vista sobre o vale. Do lado ocidental do planalto não há casas que impeçam o olhar de abarcar o vale, por onde se estendem as sombras dos altos e escuros ciprestes do cemitério dos ingleses.

Quanto a **jardins públicos**, TEXIER (1794) informa que o **Passeio Público** é de origem recente, demasiado pequeno para uma cidade tão populosa e em todos os aspectos muito medíocre. Consiste numa área quadrangular cercada por um muro e tem alamedas que se cruzam em ângulos rectos. As sebes dão pouca sombra. Aqui e ali vê-se um canteiro de flores. Três dos lados oferecem uma vista sobre ruas miseráveis cheias de velhos edifícios. O local é totalmente inadequado, o que é lamentável dado a cidade ter tantos outros locais mais agradáveis e espaçosos. Qualquer cume ou encosta onde há mosteiros destruídos poderia ter sido utilizado, aproveitando-se os edifícios, o ar puro e os socalcos em anfiteatro que oferecem tão belas vistas sobre a cidade e arredores. BERNARD (1801-1802) gosta dos agradáveis caminhos por onde se pode passear neste jardim, das pequenas matas sinuosas e dos canteiros de plantas raras cercados com trepadeira. WEECH (1823) considera-o um motivo de orgulho para Lisboa pois está bem tratado e limpo. Admira-se de ver tão pouca gente a passear por ali para além dos monges que gozam a fresca sombra. Em qualquer outro lugar este jardim seria o local de encontro do *beau-monde*. Para HEERINGEN (1836), o Passeio Público é o Prado de Lisboa onde, ao meio-dia de domingo, o *schoene Welt*¹⁷ marca encontro. Situado por trás do Rossio, o jardim é bonito; embora não seja grande, tem alamedas de magnólias, oliveiras, loureiros e amendoeiras e muitos canteiros de flores. À entrada há bancos onde se sentam os idosos e os jovens *dandy*, e por todo o lado há cartazes anunciando os espectáculos do dia. Vendedores e vendedeiras andaluzes vendem produtos espanhóis dispostos em tabuleiros. Os espanhóis em Lisboa preferem, aliás, a zona do Rossio e arredores. As poucas senhoras que frequentam o Passeio são na sua maior parte burguesas que usam mantilha castanha ou vermelha e lenço branco colocado na cabeça por cima de um pente alto. Este traje, usado por todas as senhoras da bur-

guesia média e baixa, não é feio mas é monótono. As senhoras da classe alta de Lisboa não frequentam locais públicos a não ser o teatro e a igreja. WITTICH (1838) descreve este jardim como um local muito agradável, com muita sombra, onde os *gentlemen* de Lisboa se juntam à tardinha, em volta de um grande tanque de água à entrada. Infelizmente, fecha muito cedo. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) visita com frequência o Passeio Público e elogia a sua abundante vegetação. Há árvores e sebes, ou arbustos, cortados de modo a criar várias formas como, por exemplo, pirâmides. As árvores são tão altas e densas que até pelo meio-dia oferecem sombra e frescura. No início e no fim da avenida principal há uns fracos repuxos. Segundo MINUTOLI (1851-1854), os habitantes de Lisboa não apreciam passear ao ar livre pelo que as poucas árvores grandes que ainda ofereciam sombra neste jardim têm vindo a ser cada vez mais podadas, deixando apenas pequenos troncos muito jovens e sem folhas. Este é o jardim preferido dos lisboetas apesar de ser o menos arejado devido à sua localização entre as colinas de Santana e de São Roque.

HEERINGEN (1836) descreve o **Jardim de São Pedro de Alcântara** como um belo socalco que domina a zona da cidade que se estende, para sudeste, até ao Tejo entre as colinas do Taboado, São Lázaro, Bempostinha, São Jorge e outras. Dali vê-se uma fileira de casas destruídas, perto do Chafariz Andaluz, onde três anos antes se dera uma renhida luta fratricida. A meio do segundo degrau do terraço há um corrimão à altura do joelho, feito de cana ou de uma madeira muito leve, que delimita um local onde haviam sido dispostos caminhos entrelaçados de forma labiríntica, muito pequenos, com o máximo de dois pés de largura, todos cercados por trepadeiras sobre cana formando pequenos canteiros de flores. É tudo muito feio e de modo nenhum se pode considerar um jardim inglês, apesar de ser conhecido como tal em Lisboa. Para WITTICH (1838), o Jardim de São Pedro de Alcântara é o lugar mais belo de Lisboa. Não precisava sequer dos arranjos de bom gosto que o ornamentam para ser, como é, o lugar mais visitado por estrangeiros e «nativos». Nenhum artista conseguiria criar o que a natureza ali coloca diante dos olhos de todos. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) passa muitos fins de tarde neste jardim. Ao contrário do Passeio Público, que consiste em corredores majestáticos e completamente a direito, este é um jardim de flores disposto em socalcos numa encosta rochosa. Encanta pela sua situação, como que suspensa, e oferece uma magnífica vista do interior da cidade. MINUTOLI (1851-1854) salienta que, entre as obras efectuadas no últimos anos em Lisboa, têm especial relevância o alargamento e a manutenção de locais públicos como o Jardim de São Pedro d'Alcântara.

As observações sobre **palácios e outros edifícios** abrem com o **Palácio das Necessidades**, que WITHERING (1793-1794) considera um pouco mais atraente do que o convento anexo do mesmo nome. O Palácio fora arranjado há pouco tempo para albergar o Príncipe Augusto de Inglaterra. Os custos haviam sido elevados. O convento é um edifício de seis ou sete pisos, de exterior sombrio, grande mas de aspecto simples. COCKBURN (1811) passa pelo Palácio das Necessidades onde o Príncipe Regente ocasionalmente reside. O exterior

está de tal maneira degradado que dá a impressão de não haver nada que valha a pena ver no interior. O Convento constitui uma dependência do Palácio e tem um jardim excepcionalmente belo, à moda antiga, com caminhos com sombra e uma boa extensão de terreno. A biblioteca é um salão grande e agradável à vista onde se encontra a melhor colecção de livros conventuais que jamais lhe fora dado a ver. Quase todo este conjunto fora recentemente convertido em hospital do exército britânico. HAUTEFORT (1814) menciona um Palácio onde antigamente residiam os reis de Portugal, junto do qual se ergue o Convento das Necessidades. O Convento tem jardins muito bonitos, aos quais apenas homens têm acesso, bem como um gabinete de Física, uma bela biblioteca e um observatório. BERGH (1841) visita D. Fernando neste palácio, na companhia de Dr. Ketzler¹⁸ e do Príncipe de Joinville, tendo a oportunidade de ver litografias da Rainha, de seu esposo e dos dois filhos pequenos. Considera estas obras mediócras e observa que apenas as litografias dos príncipes se parecem com os seus modelos. Igualmente mediócras são os originais de Beaulieu¹⁹, que transformara o rosto gordo e inexpressivo da Rainha num rosto belo à maneira de Hensel²⁰. Nos aposentos do Rei vê desenhos da autoria do próprio monarca, que lhe parecem bastante bons, assim como a sua colecção de desenhos que contém alguns exemplares excelentes apesar de estar apenas em formação. Dois dos desenhos haviam sido considerados demasiado bons para serem incluídos no álbum, encontrando-se expostos na sala de trabalho do Rei juntamente com algumas pequenas pinturas de Viena. Um, é um desenho de Lessing²¹, uma cena de combate de fins da Idade Média segundo o poema de Uhland, *Der Treue Kamerad*²². O outro tem como tema cossacos montados a cavalo. Entre as peças interessantes do álbum encontram-se uma pequena *genre-bildchen*²³ vienense; uma cena representando o descanso dos couraçados de Munique após duros exercícios num dia quente de verão; um desenho em sépia de um contrabandista sentado; e algumas aguarelas com excelente utilização da cor, duas das quais representam Berlim: numa delas, de F. Krüger²⁴, vê-se um caçador junto ao cavalo, acabado de desmontar, e rodeado de alguns galgos. Entre as peças da colecção há também uma série de desenhos, provavelmente ofertas do Rei da Bélgica, bem como obras vindas de Bruxelas, Paris, Viena e Londres. O álbum promete vir a ser muito bom. Aliás, é quase a única coisa que pode interessar a um estrangeiro no Palácio das Necessidades pois os aposentos do jovem casal reinante mal se distinguem dos de uma casa comum na Alemanha e ficam mesmo atrás de muitas no que respeita ao tamanho e à elegância do mobiliário. Num dos salões de recepção encontram-se os retratos dos quatro heróis da chamada «luta pela liberdade». O segundo em qualidade é o do Marechal Saldanha, embaixador em Viena; menos bom, mas ainda com semelhanças com o modelo, é o do Marechal Terceira; finalmente, o pior é o do aventureiro D. Pedro. MINUTOLI (1842) refere que o Palácio é grande embora tenha apenas dois andares. As janelas têm molduras brancas e vermelhas e há um pórtico em frente à porta principal. A praça em frente não é pavimentada e está parcialmente ocupada por barracas com muito mau aspecto.

HEERINGEN (1836) segue por um caminho longo e difícil desde a Rua das Flores até ao Campo de Santa Clara, no alto de Alfama, com o intuito de visitar o **Palácio do Conde de Lavradio**. Numa sege estreita forrada a veludo vermelho passa pela Sé, pela parte de baixo do Castelo de São Jorge, e por muitas igrejas e mosteiros incluindo o maior mosteiro de Lisboa, São Vicente de Fora, no qual se encontram os jazigos dos reis. Precisamente no local onde terminam os jardins e os edifícios das traseiras deste mosteiro há um portão abobadado que constitui a entrada para uma praça muito estranha, pelo menos muito diferente daquilo a que no Norte se designa de «praça», razão pela qual provavelmente se chama a este espaço «campo» e não «praça». A vista abarca as colinas de Santarém, Vila Franca e Arrábida, o Forte de Palmela, a baía do rio e pequenas cidades e aldeias. O Campo propriamente dito é muito menos encantador. Do lado oposto ao portão acima mencionado há uma fila de pequenas casas, ou antes, de paredes com aberturas onde deveriam estar janelas e portas. São apenas buracos sem tecto, ruínas permanentes habitadas por pastores cujos porcos e ovelhas percorrem a praça por entre crianças nuas. Em contraste com este ambiente, do lado esquerdo erguem-se belos palácios, um dos quais a residência do Conde de Lavradio, embora pertença de facto a seu irmão, miguelista no exílio. O conde habita-o para que não fique ao abandono e utiliza apenas o rés-do-chão; o andar superior é habitado pela velha ama e as arcadas inferiores são ocupadas por pobres e ciganos. Do átrio sai uma escadaria que conduz a um salão de estilo espanhol ou português, cuja parede oposta à entrada tem dez ou doze portas cobertas de cortinados de veludo vermelho escuro, desbotados, com brasões bordados a seda, ouro e prata. Os cortinados caem majestosamente, em pregas, da ombreira superior das portas, roçando a soleira de mármore com as suas orlas douradas. Não há nada de mais bonito e de mais nobre do que esta forma de decorar as portas em casas de pessoas importantes e figuras de Estado em Portugal. O mobiliário da sala é composto por sofá e cadeiras de palhinha e um tapete de fios de aloé.

ELIOT (1808-1809) escreve sobre o **Palácio do Barão de Quintela**, rico comerciante de Lisboa, onde haviam já residido o General Junot e, posteriormente, os Supremos Comandantes britânicos. Um dos aposentos tem magníficas tapeçarias penduradas nas paredes com temas referentes às descobertas coloniais dos portugueses; as cores são extremamente vivas e as figuras desenhadas com precisão e engenho. O nome que vê nas tapeçarias é *Beauvais*. COCKBURN (1811) informa que está aquartelado no Palácio do Barão de Quintela, que faz lembrar os Palácios dos Grão-Mestres de Malta. O Barão vive a maior parte do tempo na sua casa de campo, a cerca de uma légua de Lisboa, mas o mordomo recebe os visitantes com todo o respeito. Os aposentos do General Junot estão elegantemente mobilados, limpos e bem adequados à residência de qualquer Duque ou Imperador da Europa. Aliás, o Palácio tem magníficos aposentos elegantemente mobilados. Numa das salas de visitas está a melhor tapeçaria que jamais vira, com cores maravilhosas, claramente superior a qualquer tapeçaria *Gobelin*. O bonito jardim é do género urbano, com fontes e pequenos lagos, bem como requintadas sebes cortadas à moda antiga. O Barão possui uma

excelente biblioteca cujo conteúdo, juntamente com muitas outras peças de valor – quadros, baixelas, gravuras e outros objectos – fora encaixotado no inverno anterior quando os franceses se encontravam próximos de Lisboa. Há uma pequena casa ao fundo do jardim que tem uma torre e uma galeria na parte superior e que oferece uma vista panorâmica sobre o Tejo, a cidade e a paisagem em redor.

Após várias semanas em Lisboa HEERINGEN (1836) obtém uma audiência com a viúva de D. Pedro e a irmã de D. Augusto no **Palácio de Santa Marta**. Longe do centro da cidade, perto dos chafarizes de Andaluzia onde as caravanas de burros que seguem em direcção a Espanha se refrescam pela última vez com água de Lisboa, o Palácio ergue-se, isolado, com portais, estátuas e varandas cercadas pelos muros do jardim. Dois guardas marcham de um lado para o outro em frente ao portão sob cuja abóbada se estendem cães e mendigos. Recebido pelo Marquês de Resende, é conduzido escada acima até uma antesala decorada num estilo antigo e simples, que lhe agrada, tal como lhe agradam os grandes retratos de molduras douradas do Imperador do Brasil e de D. Augusto pendurados na parede.

Entre outros edifícios que merecem a atenção dos visitantes conta-se a **Mãe D'Água**. Segundo TEXIER (1794), seguindo no sentido noroeste chega-se a uma colina onde se encontra o depósito de água, onde vai terminar o Aqueduto das Águas Livres. Esta obra, a mais perfeita do género na Europa dos tempos modernos, designa-se de Mãe d'Água. HEERINGEN (1836) aprecia sobremaneira este lugar, a que chama de Depósito das Águas Livres. Após alugar uma mula no Largo do Loreto, é conduzido pela Rua de São Roque, pelo encantador Largo de Alcântara, pelo Colégio dos Nobres, pela «Queimada» e pela Rua do Campolide até à Praça, no Rato. Ali depara-se com o enorme edifício quadrado, único na Europa, reservatório das águas trazidas da colina pelo Aqueduto que termina mesmo por trás dele. Lá dentro sobe vários degraus até chegar a um átrio ajardinado onde florescem rosas entre murta e amoreiras. Sobe mais escadas até ao portal do edifício, que mais parece um palácio de Náiadas, pois no enorme átrio é recebido pela frescura de uma gruta de montanha e de um mar de cristal. Rumoreja a corrente de água que cai de uma altura vertiginosa sobre rochedos artisticamente expostos, cobertos de musgo e flores, caindo depois numa enorme bacia de mármore de onde parte para a cidade lá em baixo. As escadas do interior do átrio passam pelos rochedos até chegar ao topo; são íngremes e estreitas, havendo espaço apenas para duas pessoas lado a lado. O corredor escuro que tem de passar para chegar ao último patamar é ainda mais estreito; é neste patamar que as escadas terminam mesmo por baixo do alçapão da plataforma superior. Dali a vista é maravilhosa: o mar, o rio, a cidade, as montanhas ao longe, tudo parece banhado em ouro. Não há nada de mais belo! A praça é atravessada por alamedas de amoreiras que lhe dão o nome. Em dias de feira penduram-se entre as árvores panos leves e de várias cores – branco, verde, vermelho, amarelo-claro, entre outras –, quase sempre de seda. Formam-se assim tendas cobrindo mesas cheias de flores, fruta, doçaria e bebidas frescas. Há uma tenda de seda ver-

melha adamsada e bordada a ouro que é ponto de encontro das pessoas de classe alta. Um verdadeiro palácio, tem o brasão de Portugal à entrada e, no topo, bandeiras e bandeirolas flutuando, o que é sempre muito do gosto dos povos costeiros. A tenda pertence ao Sr. José Saveiro, ex-matador de touros, que ali serve bebidas frescas. Na zona central da praça há um chafariz muito bonito; nos seus degraus aglomera-se uma multidão de aguadeiros que enchem cântaros de forma antiga, lembrando uma cena bíblica. Em volta da fonte também se dança o fandango e o folho, uma dança portuguesa semelhante ao fandango mas na qual não se usam castanholas. WITTICH (1838) escreve sobre o elegante edifício chamado Mãe d’Agoa, imponente término do enorme Aqueduto. A água entra na cidade pelo sítio das amoreiras, por um alto portal dórico, e logo se erguem altos arcos por baixo de um dos quais se encontra uma pequena igreja. O edifício tem muitas semelhanças com uma torre de defesa militar coberta. Os muros, de 25 palmos de espessura, parecem prontos a responder a canhões e bombas, mas as janelas altas de vitrais e grades verdes indicam outra finalidade. Uma alta escada conduz até à grande sala de tecto abobadado suportado por quatro fortes pilares. Neste espaço central encontra-se uma bacia de água de 125 palmos de comprimento, 107 de largura e 37 de profundidade; em volta, há uma passagem estreita com uma balaustrada de pedra e algumas estátuas. Do lado oposto à entrada há pedras dispostas umas sobre as outras que formam um penhasco artificial sobre o qual jorra, murmurante, a água que vai depois cair na bacia. Esta bacia é a «mãe» de dezanove chafarizes no interior da cidade e doze nos arredores. Portugal é um país de «hidropatas», em que os galegos correm constantemente para cá e para lá, as raparigas carregam vasos de água, à cabeça, das fontes para casa e vice-versa, e os rapazes gritam nas ruas oferecendo água, que se mantém fresca em cântaros porosos lembrando a antiguidade etrusca. Numa terra tão sedenta de água, quem a oferece ganha fama. Assim, é frequente ver chafarizes no interior do país cuja construção se deve a particulares. Não é raro terem inscrições com o nome do benfeitor, assim como pedidos a quem ali se refresca para que reze um Padre-Nosso e uma Avé-Maria pela sua alma. A cercadura destes chafarizes, que são como que oásis no deserto, é frequentemente obra de muita arte da parte de pedreiros portugueses e está normalmente rodeada de bancos de pedra e chorões. O português comum acha-se aqui como o inglês junto do seu fogão de sala ou o francês no seu café. STUART-WORTLEY (1851) declara que o reservatório da Mãe d’Água, na zona das Amoreiras, merece sem dúvida uma visita. É uma imponente construção em pedra cujo propósito é formar um receptáculo para a água transportada pelo soberbo Aqueduto. Mais precisamente, é uma bacia quadrada bastante grande, com paredes muito espessas, coberta por um tecto em abóbada suportado por oito pilares. Um passeio largo circunda a bacia. A água cai para o reservatório por meio de uma majestosa cascata. Há por toda a capital uma comunicação subterrânea com o grande Aqueduto, bem como com as inúmeras fontes que ele abastece. Há também um terraço por cima do reservatório de onde se goza de uma belíssima vista. A zona circundante ao edifício está coberta de amoreiras, das quais

advém a designação «Das Amoreiras» dada ao reservatório. Há um arco dórico que faz já parte do Aqueduto, que fora financiado pela cidade para comemorar a conclusão deste nobre e tão desejado projecto. De cada lado do arco, assim como na Casa do Registo, há inscrições em latim elogiando o monarca que levava esta grandiosa obra a bom porto.

WITHERING (1793-1794) abre a sequência de comentários sobre o **Castelo de São Jorge**. Após uma visita ao Sr. Walpole passa pelo Castelo, do qual restam apenas vestígios, embora haja ainda uma plataforma com vinte canhões. A vista sobre a cidade lá em baixo, e sobre toda a paisagem em redor, é esplêndida mas ainda há muitas ruínas resultantes do Terramoto. TEXIER (1794) deslumbra-se com o panorama que se tem do velho castelo, situado no ponto mais alto da cidade e no seu interior. Se se entrar pela «primeira entrada», vê-se a cidade em todas as direcções, o rio cheio de barcos, a Praça do Comércio quase aos pés e a aldeia de Cassilhas na encosta de um penhasco da outra margem. À direita, a vista estende-se sobre o rio, passando pela Torre de Belém, até à foz onde barcos de todo o tamanho entram e saem; o olhar segue-os até entrarem em alto mar. As montanhas entre a cidade e a colina de São Roque, do lado do rio e ao longo da margem, estão cobertas de aldeias, magníficas quintas, mosteiros, jardins e castelos fortificados que enriquecem este quadro sublime. Não há qualquer dúvida de que este é um panorama ímpar na Europa, comparável apenas à vista de Nápoles e Constantinopla e, talvez, à do castelo de Kronenburg à entrada do mar Báltico. O edifício em si é muito antigo e fora uma boa linha de defesa, tanto durante a Guerra Civil, como durante a guerra com Espanha; no entanto, caíra em ruína à medida que a cidade aumentava e, sobretudo, desde o Terramoto. Há apenas restos dos antigos muros, algumas torres caídas e velhos edifícios que servem de prisão. Há também uma bateria de canhões e um poste que serve para enviar saudações e sinais aos barcos que entram no rio. O acesso ao castelo é muito difícil. Todas as ruas que levam até lá são estreitas, tortuosas e sujas, e só se lá pode chegar fazendo muitos desvios. BERNARD (1801-1802) fala das ruínas de um velho castelo onde há canhões que ameaçam com as suas goelas os burgueses rebeldes. Os prisioneiros encostam-se às grades das janelas da casa velha e sombria que serve de prisão. COCKBURN (1811) descreve o castelo que está situado num ponto alto de Lisboa. Embora lá exista uma bateria, está tudo em ruínas e apenas o panorama que dele se avista é digno de referência. De facto, dali, tal como do cimo da Igreja Nova, a vista é esplêndida e engloba toda a cidade, o Tejo e a paisagem dos arredores. GRAHAM (1812-1813) escreve que o castelo dá a impressão de ser uma construção forte. No entanto, embora domine a cidade lá do alto, não seria muito útil em caso de ataque porque se encontra num local demasiado central. Poderia eventualmente causar dificuldades a um navio no Tejo mas, ao fazê-lo, destruiria também muitas casas. HAUTEFORT (1814) refere uma antiga cidadela que se ergue na crista de uma colina ainda mais alta do que a de Buenos Aires e que se encontra em ruínas. As suas torres redondas fazem lembrar a época dos romanos e, efectivamente, do lado sul da encosta desta colina haviam sido descobertas numerosas inscrições latinas antigas, bem como a abside de uma basílica

e um teatro. O proscénio encontra-se intacto na quinta do Duque de Lafões. WITTICH (1838) parte da Sé em direcção ao castelo, passando por ruas estreitas e sujas e pela prisão da cidade, o famoso Limoeiro. O castelo é antiquíssimo, tem um aspecto bélico e uma grande quantidade de canhões bem conservados. A intervalos regulares ouve-se os passos das patrulhas e as vozes dos guardas. Está em melhor estado do que muitas outras fortificações espalhadas por Portugal como, por exemplo, o forte que defende a cidadezinha da Póvoa de Varzim, onde é permitido entrar e andar livremente por todo o lado desde que se suborne o vigia com alguns cruzados. HUGHES (1846) destaca o miradouro do Castelo de São Jorge, também chamado «dos Mouros», incomparável pela beleza da sua situação geográfica. A vista lá do alto é tão magnífica como aquela que se oferece a quem vai ao Passeio Público. Para norte vê-se o Campo Pequeno, onde se faz revistas às tropas, bem como o Campo Grande, onde se realiza a feira anual em Outubro, e, mais adiante, a bonita aldeia do Lumiar. A nordeste vê-se o pitoresco Convento da Penha de França e, um pouco além, para noroeste, a zona da Patriarcal Queimada, onde antes do incêndio se situava a antiga Sé Patriarcal.

A propósito do **Arsenal do Exército** ESCHWEGE (1834-36) informa que em 1827 fora decidido reconstruir o belo reservatório que se encontrava cheio de lodo devido à falta de manutenção. Para dirigir a sua reconstrução fora nomeado um general-engenheiro, que tomara, para esse fim, medidas extraordinárias: construíra um grande dique artificial que impedia a passagem da água do rio e um sistema que permitia esvaziar a água do reservatório por meio de uma grande quantidade de pequenas bombas manuais. Quando o lodo finalmente secara, começara a ser içado pouco a pouco em duas cubas, cada uma com aproximadamente dois pés cúbicos de capacidade. Eram accionadas por um sistema de roldanas e uma corda, o que permitia que subissem e descessem alternadamente. Cinquenta pessoas trabalhavam de cada lado. Os trabalhos haviam-se prolongado por três anos até ser possível colocar a grande e dispendiosa comporta. No entanto, ao esvaziar-se o dique, a comporta não aguentara a pressão da água e abatera, perdendo-se os 80.000 *thaler*²⁵ e todo o tempo gasto. Depois disso, há cerca de dois anos atrás, um operário oferecera-se para reparar a porta por 10.000 *thaler* e a proposta fora aceite, tendo-lhe sido feito o necessário adiantamento. Um ano depois, quando tudo estava pronto, a comporta abatera de novo, sendo agora necessário assorear e limpar de novo o reservatório. WITTICH (1838) já quase não encontra actividade no Arsenal. Nos estaleiros permanece um grande navio de linha com capacidade para 84 canhões, cuja construção está ainda numa fase inicial embora tivesse sido iniciada no reinado de D. João. WITTICH (1838) também visita a **Fundição de Santa Clara**, situada no mercado do mesmo nome perto da Igreja de São Vicente de Fora. Ali se encontra o enorme canhão de 31 palmos de comprimento que outrora caíra nas mãos dos portugueses na Índia. A história deste canhão está incluída na mais famosa narrativa de viagem, a de Fernão Mendes Pinto. Negligenciado durante muito tempo, havendo até quem quisesse derretê-lo aquando da fundição da estátua equestre de D. José, o canhão

fora salvo porque alguém teria chamado a atenção para uma inscrição em árabe que tem. Num edifício anexo à Fundação estão penduradas muitas albardas para machos, animais utilizados pela artilharia portuguesa por serem mais fortes que os cavalos. Na Fundação de Cima fora fundida a estátua de D. José e ainda se lá vê o seu colossal modelo, assim como o forno construído especificamente para cozer a estátua. Ali fora também feita a bela coroa que se encontra sobre a urna de D. Pedro. A Fundação de Baixo é um bonito edifício com uma porta de entrada principal particularmente bela. As entradas e os átrios são ricamente dourados e de uma sumptuosidade régia. Nas salas de armas encontram-se cerca de 60.000 espingardas.

A arquitectura religiosa de Lisboa inspira múltiplas considerações, observações e descrições, quer de ordem geral, quer sobre edifícios específicos.

Iniciamos os **comentários gerais** com TEXIER (1794), que acusa os portugueses de terem ignorado a oportunidade oferecida pelo Terramoto de reduzir o número excessivo de cento e sessenta igrejas e conventos então existentes. Estranhamente, não só se iniciara imediatamente a reconstrução de todos os edifícios que haviam sido derrubados, como até – comportamento ainda mais difícil de entender – a construção de edifícios novos e de grande extensão, com praças, pátios e jardins, os quais ocupam já um terço da cidade. Na zona alta de Lisboa os Conventos de São Bento e do Sagrado Coração de Jesus, incluindo a igreja, estão tão próximos uns dos outros que quase formam um único conjunto. O autor do texto editado por HORSTIG (1797) comenta que o número de edifícios religiosos em Lisboa é excessivo e nenhum deles tem boa arquitectura, bom gosto ou valor artístico. RUDERS (1798-1802) fala das trezentas igrejas e capelas de Lisboa distribuídas por quarenta paróquias. Todas são grandes mas de pouco mérito arquitectónico. Embora muitas sejam sumptuosas e contenham preciosidades, o espaço é escuro e o aspecto não atrai. O autor das cartas editadas por RANQUE (1801) afirma que as igrejas de Lisboa são em geral bonitas e, sobretudo, ricamente ornamentadas. Realça as do Loreto e de São Domingos, bem como a Capela Patriarcal e a Capela de Santo António, e ainda a Igreja mandada construir pela actual Rainha, edifício muito criticado pelos conhecedores de arquitectura mas muito admirado por todos aqueles que não percebem nada do assunto. BERNARD (1801-1802) critica também o número de edifícios religiosos e ressalta que a construção da maior parte deles tem origem num voto. Atraem-na particularmente as igrejas de São Vicente e Santo António que têm apenas uma parede de permeio. SEMPLE (1805) informa que tanto as igrejas como os conventos e os mosteiros estão cheios de rica ornamentação, finos mármore, bela azulejaria e boa pintura. Para FISHER (1808-1810), as igrejas e os conventos de Lisboa são edifícios exteriormente grandiosos e interiormente riquíssimos. Muitos são inteiramente construídos em mármore. Os altares são enriquecidos de ouro, prata e pedras preciosas. Na maior parte destes edifícios encontram-se muitíssimos quadros embora poucos, ou nenhuns, tenham qualquer mérito ou valor. Segundo o informam, os quadros mais

valiosos haviam sido levados para o Brasil pelo Príncipe Regente e pela nobreza. COCKBURN (1811) observa algumas igrejas que lhe deixam uma impressão de pobreza, sobretudo em comparação com as que vira na Sicília e, sobretudo, em Palermo. No entanto, a Igreja do Loreto é sem dúvida excepcional e outras há também dignas de menção. HAUTEFORT (1814) convida o leitor a entrar em qualquer um dos edifícios religiosos e observar a sua beleza interior, bem como a iluminação proveniente de lustres, tocheiros e candelabros. Uma particularidade das diferentes igrejas de Lisboa, que está de acordo com a dignidade do culto cristão, é a imponência da decoração da capela onde é guardado o Santíssimo Sacramento. Estes sagrados recintos, «habitações» do Criador neste mundo, são feitos dos mais belos materiais. WEECH (1823) critica o número excessivo de edifícios religiosos e reprova os enormes custos envolvidos na construção de igrejas e conventos. Estes edifícios são desagradáveis à vista, quer pelo reboco de um branco ofuscante, quer pela sobrecarga de baixos-relevos, quer ainda pelos sumptuosos interiores destituídos de gosto. A Igreja Patriarcal, a Igreja Nova e a Igreja de São Roque são as melhores, ainda que, tal como todas as outras, não sejam adequadas à devoção e à elevação de espírito; estes sentimentos, pelo contrário, surgem espontaneamente na Casa de Deus ideal ou, por outras palavras, em qualquer templo alemão antigo. HEERINGEN (1836) lamenta que não haja edifícios religiosos que possam ser considerados obras de arte apesar de todas as igrejas terem sido reconstruídas após o Terramoto com pedra bem aparelhada e muitos ornamentos de mármore proveniente do interior do país. BERGH (1841) entra em várias igrejas e mosteiros, não especificando quais, referindo apenas que um deles está transformado em edifício dos Correios. Em nenhum encontra qualquer traço que mereça elogio, pelo que sugere que se imagine as igrejas de Lisboa da seguinte forma: edifícios sem quadros, pinturas ou qualquer elemento arquitectónico de interesse, apenas escultura de má qualidade; entradas rodeadas de mendigos; e interiores repletos de mulheres ajoelhadas. HUGHES (1846) lamenta o pouco valor artístico da maior parte dos edifícios religiosos de Lisboa, com excepção das Igrejas da Graça, da Encarnação e do Loreto, e também da Igreja da Madalena, um pouco abaixo da Sé Catedral, edifício elegante e de bom gosto.

A igreja que mais comentários suscita é a **Igreja de São Roque**. Segundo THOMPSON (1758), esta é propriedade dos seguidores de Inácio de Loyola e considerada a mais espaçosa, elegante e rica do Reino. Sem referir expressamente a capela de São João Baptista, informa que o altar é de ouro maciço e os degraus e o pavimento do mais fino pórfiro. Por cima do altar encontra-se a imagem de São João no acto de baptizar Jesus no rio Jordão, uma obra expressiva, de execução curiosa e grande qualidade. O rosto e o drapeado da figura de Jesus são de qualidade superior aos das pinturas mais esmeradas que lhe fora dado ver até então. TWISS (1772-1773) menciona uma capela na Igreja de São Roque cujo altar é em prata com figuras em alto-relevo. Tem três painéis de mosaico executados em Roma. O retábulo representa o Baptismo de Jesus e a cena inclui sete figuras de tamanho natural. De um dos lados desse painel está um outro, a Anunciação e, do outro lado, o Pen-

tecostas. No pavimento em mosaico está representada uma esfera. DALRYMPLE (1774) descreve uma capela muito rica, dentro da Igreja de São Roque, feita de mosaico de mármore cor de jaspe, verde antigo, granada do Egipto, lápis-lazúli e outros materiais preciosos. Tem três painéis trazidos de Roma que representam a Anunciação, o Pentecostes e o Baptismo de Jesus, cópias de obras de Rafael e Guido Reni. Um dos painéis encontra-se danificado pois o verniz fora imediatamente removido para que o reflexo do sol na sua superfície não incomodasse os olhos dos observadores. RUSSELL (1793) visita uma capela famosa pelo seu bellissimo retábulo. Os pilares são em lápis-lazúli, os degraus em pórfiro, e a base, assim como dois painéis, um de cada lado, em mosaico belissimamente trabalhado. O conjunto custara três milhões de coroas. WITHERING (1793-1794) visita a Igreja de São Roque, uma das mais belas e antigas de Lisboa. Na Sacristia é-lhe dado ver peças muito ricas, entre as quais uma de grandes dimensões que outrora fora o frontispício do grande altar. Esta peça é em prata maciça parcialmente coberta a ouro ornamentado com motivos históricos. O sacristão mostra vários castiçais grandes, também de prata maciça e bastante ornamentados, bem como algumas caixas de prata muito pesadas dentro das quais estão colocadas caveiras e ossos de mártires. Numa das capelas mais pequenas da Igreja, a única onde é possível entrar, há um altar composto pelos mármore mais requintados e pelas mais preciosas pedras; em cima do altar encontra-se uma escultura de Cristo na Cruz em tamanho maior que o natural, mas de aspecto muito desagradável. Há um imenso candelabro de prata maciça. As paredes estão cobertas de mosaicos muito bonitos que em certas zonas parecem belas pinturas. O chão é do mesmo material. Aliás, toda a Igreja tem ornamentos de grande riqueza e elevado custo. RUDERS (1798-1802) considera a Igreja de São Roque escura e insignificante apesar dos seus muitos tesouros, tal como acontece com todas as igrejas de Lisboa. Paredes e tectos estão decorados com belos quadros. A troco de algum dinheiro consegue ver uma pequena capela dedicada a São João Baptista, que contém preciosidades cujo valor é difícil de calcular. Ali se vê um belo trabalho em mosaico, assim como metais nobres e variadas pedras raras, criações de artistas de Roma às ordens de D. João V, monarca muito generoso para com as instituições religiosas. BERNARD (1801-1802) define esta Igreja como um edificio simples embora contendo jóias e mobiliário de valor considerável, assim como grandes receptáculos de prata onde estão guardadas parte das relíquias. D. João V fizera o voto de construir uma capela a São João e escolhera para tal a igreja de São Roque que, na altura, pertencia aos Jesuítas. Mandara vir de Roma adornos e objectos decorativos encomendados aos melhores artistas, preciosidades que agora se encontram enfiadas numa capela que não tem mais de dezassete pés de comprimento por doze de largura. As paredes estão decoradas com ametista, granito oriental, grandes peças de coral e lápis-lazúli em matizes bem escolhidos. As colunas do altar são de lápis-lazúli com estrias douradas e a mesa do altar apoia-se em querubins de prata. Sobre o altar e as paredes que o ladeiam estão pendurados três quadros em mosaico admiravelmente belos, tanto no que respeita ao desenho como ao colorido, os

quais asseguram a esta capela um lugar entre as melhores salas de arte do mundo. O melhor é o que se encontra do lado direito e que representa a Anunciação. As figuras de Maria e do anjo despertam sentimentos celestiais. O lírio que o anjo tem na mão seria uma obra de arte se a imagem fosse uma pintura; tratando-se de mosaico, tem ainda mais valor. Infelizmente a iluminação é fraca, o que perturba a apreciação destas obras de arte. Igualmente de mosaico são o chão e as escadas que conduzem ao altar, sobre cuja mesa pousam grandes castiçais de prata que completam esta profusão de ornamentos. Contíguas a esta há outras duas capelas decoradas com quadros, um dos quais o sacristão afirma ser da autoria de Rubens. São telas pintadas em excesso e de tão má execução que nem vale a pena saber o que representam. Os portugueses pensam que nesta, como na maioria das igrejas de Lisboa, há quadros de grandes mestres italianos mas o que se passa de facto é que, como os portugueses são perdulários e têm mau gosto, são constantemente enganados e pagam imenso dinheiro por obras que não valem nada. Muito melhor seria se gastassem o dinheiro em coisas socialmente mais úteis! NEALE (1808) diz ter examinado com atenção a famosa capela de São João Baptista, que é, sem dúvida, uma obra-prima. Infelizmente, encontra-se numa velha igreja dedicada a São Roque cuja fraca iluminação não permite apreciar devidamente a sua beleza. Há apenas uma janela ao fundo do edifício e os poucos raios de luz que entram são demasiado inclinados para iluminar a capela. Esta contém três belos painéis de mosaico, copiados de obras de Rafael e de Guido Reni, representando a Anunciação, o Baptismo do Salvador e a Descida do Espírito Santo. O altar é em lápis-lazúli e ametista e tem uma grossa moldura dourada. O pavimento também é de mosaico e os pilares são blocos de jaspe, verde antigo, granito do Egipto, lápis-lazúli e alabastro. Ao centro há um grande candelabro dourado suspenso do tecto. As portas de entrada para a capela são de bronze dourado muito trabalhado. Este Oratório, feito em Roma para o Rei D. João V, custara uma avultada quantia. Depois de ter sido ali edificado e consagrado pelo Papa, fora desmontado e enviado de barco para Lisboa. Se D. João V tivesse gasto metade do que gastou nesta capela na construção de esgotos, Lisboa seria hoje comparável a qualquer outra cidade europeia e o nome de Sua Majestade seria para sempre adorado por ter proporcionado um benefício aos habitantes. Na Igreja há uma velha pintura isolada de São Roque com uma cabeça encantadora apesar de ser de estilo gótico. ORMSBY (1808) lembra que foi graças à moderação dos franceses e, até certo ponto, ao facto de a sua expulsão ter sido repentina que os famosos painéis de mosaico da Igreja de São Roque, ou antes, da capela de São João Baptista que lá se encontra, ali se mantêm em toda a sua beleza original. Aquele que está por cima do altar, com um enquadramento em lápis-lazúli, representa o Baptismo do Salvador e está ladeado pelos painéis da Anunciação e da Descida do Espírito Santo. O chão é também em mosaico. Talvez não se consiga encontrar em mais nenhum lugar da Europa uma tal constelação de pedras preciosas. A execução da capela pertence aos melhores artistas de Roma e fora oferecida por D. João V aos Jesuítas de São Roque. ELIOT (1808-1809) declara que a capela de São João Baptista, na Igreja de São

Roque, é o que de mais interessante tem a cidade. O retábulo é em lápis-lazúli, ametista, pórfiro, granito e outras pedras preciosas e o frontispício é de prata finamente gravada com figuras muito bem executadas. O conjunto começara por ser executado em Roma e fora posteriormente desmontado e transportado para Lisboa. Ali se encontram alguns dos painéis de mosaico mais belos do mundo cujas figuras são em tamanho natural. Até um entendido na matéria pensará que se trata de pinturas a óleo a não ser que as veja de muito perto. Há também duas figuras admiráveis colocadas em vitrinas, uma do Salvador e outra da Virgem, que, tal como os retábulos, são fáceis de retirar e haviam sido embaladas pelo invasor para serem enviadas para França. Ao descobrir-se o roubo, as peças haviam sido resgatadas pelos ingleses juntamente com uma grande quantidade de salvas e jóias roubadas de outras igrejas e de particulares. COCKBURN (1811) visita a Igreja de São Roque, edifício com uma aparência exterior muito pobre. O interior também é bastante medíocre em comparação com Palermo²⁶ e Catânia²⁷. No entanto, há uma capela de São João que vale a pena visitar devido aos três grandes painéis de mosaico, muito bem executados em Roma, que representam o Baptismo, a Anunciação e o Pentecostes. A frontaria do altar-mor é muito rica e tem belas figuras em alto-relevo e materiais como prata e lápis-lazúli. O sacristão mostra toda a rica parafernália que escapara à rapina dos franceses, objectos ornamentados a ouro e prata, incluindo um belo crucifixo em prata dourada e belíssimos paramentos ricamente bordados a seda, prata e ouro. HAUTEFORT (1814) aconselha a visita à famosa capela de São João Baptista na Igreja de São Roque que, devido à sua construção e ornamentação, pode ser comparada com o que de mais belo existe no género em Itália. Todos os mármorees que a revestem são «antigos», como os artistas lhes costumam chamar, incluindo pórfiro, granito oriental, cornalina, ágata e lápis-lazúli. Oito colunas de quatro metros de altura incrustadas com estas pedras preciosas, bem como capitéis e bases em bronze dourado, compõem a decoração arquitectónica. Há três painéis finamente executados em mosaico. O frontispício do altar, que é ali colocado em dias de cerimonial, também é em lápis-lazúli e tem uma moldura de prata maciça com um baixo-relevo no centro representando os velhos do Apocalipse em adoração perante o Cordeiro. Em 1808 o General Junot ordenara que levassem toda a prata das igrejas para a Casa da Moeda, mas esta peça frontal do altar e outros ornamentos da capela haviam sido salvos. ROCKWELL (1835-1836) sente-se particularmente atraído pelas três grandes cópias de pinturas, executadas em mosaico, da capela de São João Baptista. Para além dos pilares de lápis-lazúli e de outros ornamentos magníficos, estas peças por si só haviam custado tanto dinheiro quanto custaria edificar uma igreja inteira. HEERINGEN (1836) visita a Igreja para ver a capela de mosaico, da qual tanto ouve falar, mas não consegue ver quase nada devido às belas, majestosas e sombrias cortinas bordadas a ouro que não deixam entrar a luz. Os painéis em mosaico são muito bonitos mas não têm iluminação apropriada. A capela é muito visitada por devotos e curiosos, sempre atentamente observados pelos sacristãos, dado haver ali muitos receptáculos e bacias baptismas de ouro e de prata. O custo global da capela de São

João Baptista, incluindo os painéis de mosaico ao estilo de Rafael e Miguel Ângelo, o altar, os lustres, os candeeiros, a execução em Roma e o transporte de barco até Lisboa atingira os seis milhões de cruzados. WITTICH (1838) vai até à igreja de São Roque, perto do encantador jardim de São Pedro de Alcântara, onde apenas uma capela merece atenção pelos adornos de uma preciosidade sem igual. Tal deve-se ao facto de D. João V ter outrora visitado esta Igreja e notado que uma das capelas era muito mais pobre do que as outras. Decidira então oferecer-lhe valores incalculáveis. Para tal encarregara da decoração um artista italiano, de nome Alexandro Juste [*sic*], que para esse fim trabalhara durante quinze anos a fio. Tudo havia sido feito em Roma e até a colocação do próprio soalho fora levada a cabo por artistas vindos dessa cidade. A imagem principal deste soalho é um globo terrestre, cujo significado é o de que, por maior que a Terra seja, não há nela nenhuma outra capela tão preciosa como esta. A glória das suas paredes são três trabalhos em mosaico que, de facto, são únicos no género. Aquele que se encontra ao centro representa o Baptismo de Cristo segundo uma pintura de Miguel Ângelo. O que nele há de mais admirável é a espuma do rio Jordão e o modo como os pés do Salvador cintilam ao atravessar o rio. A peça da direita mostra a Anunciação a Maria segundo um quadro de Guido Reni. A forma como este episódio está representado é a mais digna, a mais graciosa que se pode imaginar. É difícil acreditar que não se trata de pinturas. Igualmente dignas de destaque são as seis colunas cobertas de precioso lápis-lazúli e os pedestais de mármore romano, um tipo de mármore composto ao qual fora aplicada uma lâmina de *giallo antico*. Dois dos degraus do altar são de pórfito e o degrau superior é de granito do Egipto ou granito Oriental Vermelho utilizado nos colossais monumentos egípcios. As ombreiras da porta, o altar e a respectiva mesa são em pedra verde, *rosso*, *giallo antico* muito dispendiosa, ou seja, mármore verde, mármore vermelho escuro e mármore amarelo. O custo global da capela fora de oito milhões de cruzados; só os dois candelabros de prata com banho de ouro haviam custado 150.000 cruzados. COOPER (1838-1839) escreve que a Capela de São João Baptista está separada do resto da Igreja por uma cortina, embora o sacristão esteja sempre pronto a mostrá-la pois contém alguns dos mosaicos mais belos do mundo. É, de facto, belíssima. Diz-se que custou um milhão de libras esterlinas, o que não surpreende, pois ali há lápis-lazúli, mármore magníficos e outras pedras valiosas em grande quantidade, embora a principal atracção sejam os três painéis, do mesmo tamanho dos originais, totalmente executados em mosaico. Os temas são O Baptismo de Cristo, segundo Miguel Ângelo, A Anunciação, segundo Rafael, e A Última Ceia [*sic*], segundo Guido. Não há forma de exprimir a beleza destas obras de arte. As cores estão tão delicadamente combinadas, as figuras tão bem desenhadas e o jogo da luz e das sombras tão admiravelmente executado que só olhando de muito perto se percebe que não se trata de pintura. Para a Condessa de HAHN-HAHN (1841), a Igreja de São Roque tem uma capela cuja ostentação é digna de Roma, de onde é, aliás, originária. Os três painéis de mosaico «romanos» que revestem as três paredes são tão perfeitos na cor e no desenho como os da Catedral de São Pedro em Roma.

Representam a Anunciação, o Baptismo de Cristo e a Descida do Espírito Santo e, segundo o sacristão, haviam sido executados a partir de originais de Rafael, Miguel Ângelo e Guido Reni; no entanto, é impossível detectar qualquer influência desses pintores nestes painéis. O chão da capela é em mármore. O altar tem incrustações de ametista, topázio e outras pedras preciosas; é riquíssimo e está em harmonia com as magníficas paredes. Todos os estrangeiros são levados a esta capela em São Roque com tanta prontidão e celeridade como se a salvação das suas almas disso dependesse, pois dizem que é o que Lisboa tem de mais magnífico para mostrar. HUGHES (1846) informa que a Igreja de São Roque, perto do jardim público, possui dois [*sic*] magníficos painéis de mosaico, cópias de belas pinturas italianas executados com extraordinária fidelidade e admirável gosto. STUART-WORTLEY (1851) refere que a Igreja de São Roque e os edifícios adjacentes haviam sido entregues aos Jesuítas por D. João III. São Francisco de Borja (o terceiro decano da Ordem) terá pregado de um púlpito desta Igreja vestido pobremente com uma roupa que ele próprio havia remendado cuidadosamente com linha branca. A veste ainda se encontra entre as relíquias guardadas neste santo edifício. Há uns anos fora encontrada debaixo dos altares uma grande quantidade de relíquias guardadas em ricos relicários e santuários. A parte mais interessante e bela desta Igreja é a famosa capela de São João Baptista, magnífica jóia arquitectónica fundada por D. João V. O monarca enviara a Roma as medidas do local com instruções de que ali iria ser erigida uma capela de grande magnificência, cuja decoração, fosse qual fosse o custo, deveria ser executada com o que de melhor e mais requintado houvesse. O célebre pintor Agostino Masucci ficara encarregado de fazer os desenhos para os três painéis principais. A obra fora executada em Roma e, quando terminada, colocada na Catedral de São Pedro. O Papa Bento XIV oficiara pela primeira vez nesse belo altar. De seguida, a obra fora cuidadosamente desmontada, metida em caixotes e enviada para Lisboa; com ela vinham também os artífices italianos que deviam superintender e ajudar na montagem. D. João estava no seu leito de morte aquando da chegada e o trabalho só fora concluído no tempo do seu sucessor. O chão desta obra-prima é em mosaico marmóreo e parece um tapete com floreados; tem um globo ao centro enriquecido com pórfiro embutido. As bases laterais da capela são de um belo mármore negro com uns apontamentos em branco. Os varões frontais são em verde antigo e os degraus do altar em pórfiro e bronze. O supedâneo é em granito, as ombreiras e os lintéis em verde antigo, e o friso que percorre toda a capela em amarelo antigo orlado a bronze e cuidadosamente trabalhado. A capela tem oito colunas de lápis-lazúli cujas bases mostram um belíssimo trabalho em ametista e alabastro. Os capitéis são em bronze. A parede na parte exterior do arco principal é toda em coral, o arco é em alabastro puro e o brasão de Portugal apoia-se em dois anjos. O tecto é sumptuoso e está decorado com serafins, uma moldura de jaspe, e embutidos de *jald antique* e verde antigo. Todas as molduras dos painéis são em pórfiro com uma orla de bronze trabalhado. O altar é de jaspe e tem uma frente em lápis-lazúli, completamente orlada a esplêndidas ametistas. Entre a parte superior do altar e o painel de mosaico prin-

cipal há embutidos de coral, lápis-lazúli e ametista. O painel de mosaico mais famoso encontra-se por cima do altar e representa o Baptismo do Senhor no rio Jordão. Os pés estão extraordinariamente bem delineados e dão a impressão de estarem mesmo ali, imersos na água; um outro painel representa a Anunciação, e o terceiro mostra a Descida do Espírito Santo sobre a Virgem e os Apóstolos. São painéis tão bem executados que muitos visitantes não acreditam que não sejam pinturas a óleo sobre tela; por isso mesmo há por ali uma escada que permite aos visitantes vê-los de perto. Três belos candelabros de prata maciça decorados com figuras admiravelmente trabalhadas ornamentam este espaço singular. Há ainda dois castiçais de prata maciça de três metros de altura, magnificamente cinzelados, que terão custado setenta e cinco mil coroas cada. Em dias de festa é colocada uma esplêndida peça de lápis-lazúli em frente do altar, sustentada por dois anjos em prata maciça. No centro, em prata marchetada, está a Visão de São João do Cordeiro e os Anciãos em adoração. Esta peça, juntamente com os anjos que a suportam e com toda a cena frontal, terá custado cerca de sessenta mil coroas. Igualmente magnífico é o altar, que é mostrado e utilizado nas festas de São João. Em 1808 os franceses haviam levado todas estas preciosidades para a Casa da Moeda mas, com excepção de quatro relicários que haviam sido transformados em moeda, tudo fora devolvido. A certa altura correra o rumor de que se pretendia transportar toda a capela para França e alguns artistas terão sido consultados no sentido de concretizar este plano.

Quanto à Igreja e ao Convento do Sagrado Coração de Jesus, ou **Basilica da Estrela**, CORMATIN (1777-1778) informa que a actual Rainha fundara um convento dedicado ao Sagrado Coração de Jesus, no qual gastara vários milhões. O edifício é maciço e sem gosto, um reflexo mais fiel da devoção da soberana do que do progresso das belas-artes em Portugal. WITHERING (1793-1794) visita o famoso Convento Novo que lhe parece muito belo apesar de a nobre simplicidade da grande cúpula ser prejudicada pelo exagero dos ornatos. De cada lado da entrada há duas estátuas femininas em mármore, ambas de fraca qualidade. O convento tem uma ornamentação mais elegante do que São Roque embora seja de estilo menos imponente. As paredes estão decoradas com pinturas modernas, também sem grande qualidade, uma das quais representa as Princesas. O efeito geral do interior é muito interessante. No exterior fora construída uma fileira de estábulos encostada à principal ala lateral e erguido um grande anteparo de madeira junto a uma das cúpulas, exemplo flagrante da displicência e do desleixo dos portugueses no que se refere à maioria dos seus edifícios e à coerência de formas. TEXIER (1794) critica o luxo principesco da Igreja do Coração de Jesus, também chamada de Basilica da Estrela ou Igreja Nova. Embora ainda se trabalhe nos seus elementos decorativos, os custos atingem já a quantia de 5 milhões de cruzados. A sua fundação deve-se a um voto da Rainha regente, que gastara esta soma impressionante com o único objectivo de albergar doze freiras e celebrar missa na capela, que está ornamentada com um luxo absolutamente extravagante. COLLINS (1796-1797) salienta, entre muitas e magníficas igrejas de Lisboa, aquela a que se costuma chamar Igreja

da Rainha. Este edifício esplêndido, erigido há muito pouco tempo, ostenta algumas obras-primas da escultura, arquitectura e pintura. A elegante frontaria está apoiada em pilares de várias ordens, entre as quais a coríntia. No topo existem figuras que parecem querer representar os apóstolos, a maioria dos quais em posições estranhas. A decoração do interior é soberba e os altares são ornamentados com imagens e candelabros, quase todos de ouro e prata. O altar-mor está revestido a ouro e prata num trabalho da maior delicadeza. Impressiona a qualidade das pinturas. Tudo está muito bem iluminado por um grande número de tocheiros que ofuscam os olhos e até confundem o espírito de quem entra. RUDERS (1798-1802) refere o facto de este convento ter sido construído para dezoito filhas da mais alta nobreza. Segundo a norma do país, a construção do convento implicara a construção de uma igreja contígua, grande e sumptuosa, que custara somas avultadas. De acordo com alguns viajantes conhecedores de arte, o edifício é mais um testemunho à devoção da Rainha do que ao gosto e à competência do arquitecto. Durante a grande festa que ali se celebra anualmente, em Junho, o convento é visitado pela corte, pela nobreza, pela realeza e pelos mais altos funcionários, todos em traje de cerimónia. BERNARD (1801-1802) concorda com o que afirma ser a opinião geral sobre a Igreja Nova mandada construir pela Rainha regente D. Maria junto ao convento da Ordem das Carmelitas. Este é de facto o edifício mais magnífico construído em Lisboa após o Terramoto de 1755. Quer o interior, quer o exterior são belíssimos, assim como a cúpula. Quanto aos 5 milhões de cruzados que dizem ter custado a sua construção, os mestres-de-obras haviam, com certeza, infringido as regras mais básicas, levando a Rainha a pagar pela obra o dobro do seu valor. NEALE (1808) vai com frequência ao Convento da Estrela onde está instalado o hospital do exército britânico. No interior da Igreja está pendurada uma pequena tabuinha votiva, uma humilde pintura representando um episódio comovente da miséria humana. Um homem e a sua mulher precipitam-se para a rua apavorados. No instante seguinte a sua casa desmorona-se diante dos seus olhos. Passados os primeiros momentos de choque dão por falta do único filho que tinham deixado no berço. Desesperados, invocam o Santíssimo e prometem doar à Igreja do Convento da Estrela uma determinada quantia em dinheiro se Deus conservar a vida do recém-nascido. Este vem a ser encontrado vivo no meio das ruínas, curiosamente abrigado por umas vigas que, caindo atravessadas sobre ele, o tinham salvo. Os pais haviam cumprido a promessa e a tabuinha ali está a comemorar o acontecimento. ORMSBY (1808) menciona a Igreja do Coração de Jesus mandada construir pela actual Rainha, que, embora mais pequena, apresenta algumas semelhanças com a Catedral de São Paulo em Londres. As paredes interiores são revestidas a mármore. Uma magnífica cúpula talhada em pedra, admirável exemplo do engenho humano, coroa o centro, e por todo o lado se sente algo de sublime. No entanto, há que referir o erro crasso da frontaria, onde as colunas maciças estão colocadas em entablamento e são perfeitamente inúteis tanto do ponto de vista funcional como estético. No interior, se, por um lado, não há boas pinturas ou decorações excepcionais, por outro também não se encontra nenhuma daque-

las borradelas ridículas, ou ornatos ofensivos, que tão frequentemente enxovalham o gosto e chocam a devoção. A instâncias do clero, a Rainha dera ordens de construção deste edifício em oferenda aos céus, esperando deste modo libertar-se das angústias que a assaltavam; mas, na realidade, a sua obsessão era de natureza religiosa, pelo que perpetuara a doença com os meios recomendados para a cura. ELIOT (1808-1809) considera o Convento Novo, ou da Estrela, como o principal edifício digno de nota, não só da zona de Buenos Aires, mas de toda a Lisboa. Mandado construir pela actual Rainha, é notável pela singular brancura da pedra e da cúpula. O interior é simples e elegante sem a usual profusão de talha de má qualidade e sem os dourados que decoram os interiores de igrejas e conventos de todo o Reino. De entre todas as igrejas que visita, FISHER (1808-1810) ressalta a belíssima Basílica da Estrela, parecida com a Catedral de São Paulo em Londres devido à cúpula central e às duas torres na fachada ocidental. COCKBURN (1811) visita a Igreja Nova, um belo edifício que tem um convento de freiras adjacente. É uma obra muito bem acabada mandada construir pela devota Rainha de Portugal. A escadaria que vai até à cúpula, bem como muitas outras zonas da Igreja, é de mármore. Há duas galerias que se estendem a toda a volta, uma delas no andar superior, que faz lembrar a galeria dos murmúrios da Catedral de São Paulo, em Londres. Na realidade o edifício tem duas cúpulas, tal como acontece em todos os edifícios deste tipo, mais precisamente, uma dentro de outra. O trabalho de cantaria é extraordinariamente belo e demoraria seguramente uma semana a examiná-lo, como merece, em pormenor. Se alguma vantagem têm os climas quentes é a de os telhados terem lajes iguais às dos passeios londrinos, pois como não há gelo no inverno o cimento das juntas mantém-se forte e resiste à humidade. Tanto o lajeado como todo o interior são de mármore trabalhado com grande perfeição. Há boas pinturas modernas nos belos altares e a sacristia é uma sala bonita. HAUTEFORT (1814) aconselha os estrangeiros a visitar o novo Convento das Carmelitas e a Igreja contígua, mandados construir pela Rainha D. Maria I. É o mais vasto e sumptuoso edifício construído em Lisboa desde o Terramoto e diz-se que os custos da construção ascendem a cerca de trinta milhões de francos. A Igreja é dedicada ao Sagrado Coração de Jesus. A cúpula, de concepção arrojadada, atrai todos os olhares. Todavia, o conjunto está demasiado sobrecarregado de ornamentos inúteis, pesados e mal escolhidos. Todo o interior, quer do Convento, quer da Igreja, está revestido com diversos tipos de preciosos mármorees que encantam o olhar pela multiplicidade dos seus matizes. Os quadros da Igreja são de Pompeo Battoni, com excepção da cópia de uma imagem de São Miguel, de Rafael, da autoria das princesas da Família Real, cujas mãos, preparadas para empunhar o ceptro, se enganaram redondamente ao pegar no pincel. O resultado não passa de uma paródia de um dos mais belos temas do imortal pintor de Urbino. O quadro do altar-mor demonstra bem o talento do seu autor que, querendo dar a entender que o Sagrado Coração de Jesus é adorado nos quatro cantos do globo, os representara com os traços emblemáticos com que surgem em certos mapas-múndi. Já pelo contrário nada poderia ser mais ridículo do que o cavalo que simboliza a Europa e apresenta a parte

traseira ao celebrante. Battoni revela indubitavelmente os seus méritos no desenho e na cor, mas o traço é normalmente desinteressante. À porta de entrada da Igreja, sob um vasto peristilo, estão quatro estátuas colossais. O nu e os panejamentos destas estátuas, da escola de Joaquim Machado de Castro, estão sabiamente tratados. Pode afirmar-se, no entanto, e apesar do grande cuidado que se nota nos pormenores, que a arquitectura do convento está pelo menos sessenta anos atrasada em relação ao que se faz na Europa e que o gosto do «belo antigo» ainda não chegou a Lisboa. WEECH (1823) comenta que para os leigos este edifício pode parecer um templo sumptuoso, mas, para aqueles que sabem do assunto, apresenta muitos defeitos. HEERINGEN (1836) encontra a Igreja fechada ao público mas obtém autorização para a visitar. Parece-lhe extraordinariamente bela, sobretudo a cúpula de mármore branco, elemento verdadeiramente arrojado. WITTICH (1838) menciona a bela Igreja do Coração de Jesus nas proximidades do reservatório da Mãe d'Água. É normalmente chamada Igreja da Estrela e a ela está ligado um convento. O seu enquadramento impressiona-o favoravelmente. A Rainha fora ali sepultada em Março de 1822 numa cerimónia descrita por Marianne Baillie²⁸. Segundo a Condessa de HAHN-HAHN (1841), a Igreja da Estrela está ligada a um convento de freiras nobres que têm o privilégio de receber a visita anual da Rainha. A igreja alberga o túmulo de Dona Maria I. Fora totalmente construída segundo o modelo da Catedral de São Pedro e tem a mesma qualidade, facto que se torna evidente quando se sobe à cúpula. Lá de cima, tal como em São Pedro, o panorama é de tal forma magnífico que é impossível descrevê-lo. A Igreja é tão alta que dela se avista a cidade inteira e a paisagem até à linha do horizonte, incluindo o mar e a planície da Estremadura. Tal como as escadas e as abóbadas, também as paredes não parecem ser obra de pedreiros; antes parecem esculpidas, de tal modo são simétricas, belas e sólidas, exactamente como as de São Pedro. HUGHES (1846) menciona que no topo de uma colina se encontra a esplêndida Igreja da Estrela mandada construir por D. Maria I em bela pedra lioz. O aspecto exterior é bonito, especialmente o zimbório, mas os pilares que constituem o pórtico são medíocres e pouco funcionais apesar de magnificamente ornamentados. Junto a este edifício fica o Convento do Sagrado Coração de Jesus, cujas janelas gradeadas impedem que os profanos se aproximem demasiado.

TWISS (1772-1773) afirma que a **Sé Catedral** se ergue no topo de uma das sete colinas sobre as quais Lisboa está construída. O altar-mor encontra-se sob a cúpula, coberto por um baldaquino, ou dossel, sustentado por quatro colunas em espiral e talha dourada tal como o da Basílica de São Pedro em Roma. Há um enorme órgão com tubos horizontais, uma característica destes instrumentos na Península Ibérica. WITHERING (1793-1794) comenta que o interior do edifício muito antigo da Sé Catedral parece novo devido às reparações recentes. As colunas em *scariola* raiado de branco são demasiado pesadas e grandes para o tamanho da igreja. Os capitéis são dourados e as bases são do maravilhoso mármore de Siena. O altar-mor é quase inteiramente novo. Há dois órgãos bastante bons. TEXIER (1794) encontra o edifício da Sé muito danificado, inicialmente

pelo Terramoto e, posteriormente, por um incêndio. Recentemente procedera-se ao arranjo e aplanagem do local com o objectivo de se construir um edifício de maior extensão, capaz de albergar os arquivos e o Real Erário. Com este fim em vista escavara-se a rocha a grande profundidade e haviam sido colocados alicerces de uma espessura extraordinária. No entanto, passarão com certeza muitos anos até que tudo esteja pronto pois, apesar de a pedra ser extraída daquele mesmo solo, é muito dispendioso e tecnicamente complicado trazer todos os materiais de construção até esta altura. A vista abarca, de um lado, desde os bairros de São José e Santa Marta até ao de São Sebastião da Pedreira e, do outro lado, tudo até ao castelo de São Jorge. Em volta, entre as elevações de terreno pedregosas, íngremes e cheias de ruínas surgem, aqui e ali, pequenas casas e cabanas. RUDERS (1798-1802) salienta que a Sé é grande, está aberta todo o dia e o seu interior é claro. No entanto, a estrutura é pesada e opressiva e, por esse motivo, não proporciona sentimentos de elevação espiritual. Por todo o interior há ouro, prata, pedras preciosas e relíquias de valor incalculável. De particular interesse são os novos e grandes candelabros, assim como uma cruz de mais de seis varas de altura cuja execução custara 150.000 *thaler*. Todas estas peças haviam sido encomendadas por D. João V, em 1732, a artífices de Roma e Florença. Na Igreja há uma escada onde se diz que o diabo, com os seus vários pés, aparecera a Santo António de Pádua. O santo conseguira livrar-se do perigo fazendo o sinal da cruz na parede de pedra que amolecera ao contacto dos seus dedos. Os sulcos resultantes, de seis a sete varas de comprimento, haviam ficado ali registados para sempre. Neste edifício há dois corvos em memória dos corvos que, centenas de anos antes, haviam alimentado Santo António. BERNARD (1801-1802) ressalta a cúpula da Sé, que domina todas as outras. No interior há nove candelabros em prata dourada e uma cruz de doze pés de altura, também em prata dourada. Nos candelabros há baixos-relevos que representam cenas religiosas e históricas; os intervalos entre eles são preenchidos a lápis-lazúli e diamantes. Tanto os candelabros como a cruz haviam sido executados em Roma e Florença, segundo desenho de um italiano de nome Arrighi, a troco de 300.000 cruzados. Tal como o Convento de Mafra representa a tentativa de construir o Escorial em Portugal, a Sé é uma imitação da igreja de São Pedro de Roma. ORMSBY (1808) considera a Igreja Patriarcal a mais opulenta de Lisboa se bem que não seja a mais bela. É um edifício muito antigo que consta ter sido originalmente construído por Constantino, o Grande, e se diz ser parecido com a Igreja de Santa Sofia em Constantinopla. Já lá não se encontram os tesouros de relíquias sagradas que outrora continha, como os candelabros de prata e a cruz de doze pés de altura cheia de diamantes e outras ricas pedrarias engastadas; só o trabalho dos artesãos custara mais de trinta mil libras, o que poderá dar uma ideia do seu valor. Sendo estes objectos tão valiosos, haviam sido provavelmente transferidos para a *Caisse Militaire* francesa ou para o tesouro pessoal de Junot. COCKBURN (1811) informa que a Catedral não contém nada de extraordinário pois fora danificada pelo Terramoto e, mais tarde, saqueada. Agora que já não há mais nada para ser roubado, é objecto de vigilância. HAUTEFORT (1814) refere-se

à espaçosa nave da Catedral situada numa colina na zona leste da cidade. A construção primitiva deste templo data dos últimos tempos dos Godos. O plano de construção indica com bastante clareza que é uma antiga basílica. A área por detrás do Coro, assim como o próprio Coro, são mais recentes e datam do fim do século XIV. As tapeçarias, ornamentações, cálices sagrados, candelabros e tochas que lá se encontram são deslumbrantes e de uma riqueza difícil de imaginar. HEERINGEN (1836) menciona a «Catedral, ou a Igreja Patriarcal de Santa Senhora Maria, chamada Sé». É a mais nobre das duzentas e quarenta igrejas e capelas de Lisboa e proporciona uma vista extraordinária sobre a cidade. O edifício é grande, mas mais triste do que imponente porque lhe falta a decoração arquitectónica que normalmente caracteriza as catedrais dos países do norte. A estrutura arquitectónica de onde saíam outrora os cortejos de Auto de Fé, e onde se assiste à celebração do enlace real e ao serviço religioso do primeiro feriado de Pentecostes, lembra o Palácio da Inquisição. São visíveis os estragos, tanto no interior como no exterior, nomeadamente nas galerias, nos ornamentos arquitectónicos e na estatuária. As torres, que parecem troncos, têm o aspecto arruinado característico de toda a Lisboa. WITTICH (1838) observa que, ao longe, as torres dão a impressão de ser um portal gigante. Apesar dos danos sucessivos sofridos nos terremotos de 1344, 1356 e 1755, o edifício permanece inalterado no essencial, pois todas as reparações e reconstruções têm respeitado a forma original. No n.º 26 de *O Recreativo*, de 27 de Julho de 1838, que inclui a história da Sé desde o tempo dos mouros, lê-se que em Lisboa se presume ter a Sé sido construída por Justiniano devido à semelhança com a Igreja de Sofia em Constantinopla. Santo António fora ali sujeito à primeira tentação e ali enterado a 22 de Agosto de 1195, tal como São Vicente, a 15 de Setembro de 1173. Nas paredes do altar da capela de Nossa Senhora da Rocha, cuja construção se deve ao milagre da aparição da Virgem no lugar da Ribeira do Jamor a 28 de Maio de 1822, estão penduradas oferendas de crentes. Nesse mesmo altar está também aquilo que parece, inicialmente, ser uma boneca, tal como uma outra que está deitada num cesto cheio de flores e mais outras deitadas nos nichos das arcadas em volta da nave. Aproximando-se, descobre que se trata de cadáveres. É então informado do costume, entre famílias pobres, de deixar os filhos falecidos nas igrejas para que o padre se encarregue do funeral. Este costume baseia-se na crença de que os menores de sete anos morrem sem pecado e se transformam em anjos. De tudo isto se conclui que Portugal necessita de um Reformador como um campo queimado pelo sol necessita de chuva. Para HUGHES (1846), a Catedral de Lisboa é o exemplo acabado de um conjunto sem beleza, cheio de pormenores medíocres. Embora solene, a Igreja não tem grande amplitude ou elegância com excepção da zona dos claustros. Há uma lamentável carência de objectos de arte tanto nesta como nas outras igrejas de Lisboa. Só depois de uma zelosa pesquisa consegue ver algumas pinturas de apóstolos atribuídas a Zurbarán. Segundo STUART-WORTLEY (1851), embora alguns defendam a ideia de que a Catedral ou Sé Velha fora originalmente uma mesquita de mouros, tal como a famosa Catedral de Córdoba, ficara já comprovado que havia sido construída de raiz por D. Afonso

Henriques, o primeiro Rei de Portugal. Embora continue a ser um edifício venerável, sofrera graves estragos, dois devido a sismos e um devido a um raio, pelo que o seu aspecto se encontra degradado. O edifício original fora construído num estilo híbrido entre o árabe e o gótico, mas fora tantas vezes consertado, reparado e remendado ao longo dos anos, ao sabor de modas e fantasias, que é difícil dizer em que estilo se inscreve agora. Algumas colunas têm vistosos capitéis dourados que reluzem com esplendor em contraste com o aspecto monótono das paredes caiadas. O actual santuário, que está rodeado de um corredor com numerosas capelas, fora mandado construir por D. Afonso IV que, tal como sua esposa, ali se encontra sepultado num monumento singular não desprovido de interesse. O corpo de São Vicente, trazido do promontório que tinha o seu nome, também ali jaz e os famosos corvos encontram-se geralmente num recinto atrás da Igreja. Numa das capelas está o Presépio de Machado de Castro.

A Igreja e Convento de São Vicente de Fora recebem a visita de ELIOT (1808-1809), que menciona sucintamente a Igreja, notável pela elegância da decoração interior e pela harmonia de proporções arquitectónicas. COCKBURN (1811) visita o «Convento de Canónicos Regulares chamado São Vicente», quase totalmente utilizado como hospital britânico, sobretudo nas áreas do refeitório e da biblioteca, mas ainda com espaço suficiente para os monges. O edifício está em evidente decadência, mas a Igreja é muito bonita e tem um tecto abobadado. O Coro, ornamentado com um tecido adamascado de seda vermelha e dourada, também é muito bonito. As grandes galerias e os inúmeros quartos do convento comprovam o elevado número de monges que outrora terão ali habitado. No andar superior estão as celas bem como uma pequena capela onde há uma belíssima colecção de pintura. A sala principal dos aposentos do Superior domina uma vista soberba sobre o Tejo e, não só está bem mobilada, como tem bons quadros nas paredes. Os aposentos incluem ainda dois quartos mais pequenos: um quarto de dormir muito confortável e uma sala de nove pés quadrados que contém um pequeno *boudoir* e uma colecção bem escolhida de livros, muitos dos quais em francês. Estes aposentos têm mais semelhanças com os de um professor das Universidades de Oxford ou Cambridge do que com os de um monge lisboeta. O jardim é bastante grande e tem bustos, estátuas, passeios, flores, fontes, um aviário e um lago com peixes. Há também uma espécie de anexo onde se encontra uma grande mesa de bilhar, um terraço e uma espécie de relvado para *bowling*. Segundo HORNER (1831-1838), tal como em outros conventos do país, aqui já não vivem monges. Nos pisos inferiores estão sepultados os restos mortais de quase toda a Família Real, desde o Rei D. João IV, fundador da Casa de Bragança, a D. Pedro IV, último Imperador do Brasil. Com excepção do primeiro, todos repousam em caixões cobertos a seda vermelha e veludo preto. HEERINGEN (1836) visita a Igreja e o Convento de São Vicente de Fora, por onde passa sempre que se dirige ao Palácio do Conde de Lavradio. Ali se encontram os túmulos dos reis de Portugal recentemente falecidos, assim como o de August von Leuchtenberg. Há muitos mendigos junto à magnífica entrada do convento. Nas traseiras uma escadaria leva

ao claustro, uma galeria alta, larga e magnífica, coberta de azulejos coloridos. A Igreja é grande e rica, mas não tem nada de extraordinário para ver. Um frade, empunhando uma vela acesa e um grande molho de chaves, leva-o até uma zona muito sombria da Igreja onde há uma cortina de veludo negro que cai da abóbada até ao chão de mármore. Ao puxar por uma grande borla cheia de pó, com muita força, o frade acciona o mecanismo de cordas que abre a cortina, revelando uma porta de metal artisticamente trabalhada. A porta dá acesso a uma sala grande tão escura que a vela quase nada ilumina. Trata-se de um verdadeiro museu de urnas, de todos os tamanhos, cobertas de veludo vermelho e azul e também de um raro veludo preto debruado a ouro e prata cujo brilho não surte ali muito efeito. Os caixões encontram-se ao lado uns dos outros e há mesmo alguns empilhados até uma grande altura. Alguns são de crianças e dão a impressão de serem feitos de cartolina. Dois sarcófagos muito altos, completamente cobertos de veludo negro, ocupam o espaço central e é difícil passar entre eles e os que estão encostados à parede. Sobre cada um dos primeiros há uma grande coroa de ouro e sobre um deles, de D. Pedro, há um ceptro junto da coroa. Nele se lê a seguinte inscrição numa placa de prata: «aqui jaz D. Pedro M. J. morto a 25 de Setembro 1834. Tendo de idade 36 anos». Na urna de D. João VI fora colocada uma pequena placa após a libertação de Lisboa por D. Pedro, que a Rainha mandara agora retirar. Numa cornija, uma placa diz mais ou menos o seguinte: «infeliz pai, a quem um filho traiu, fez adoecer e matou de preocupações». O sarcófago de D. Augusto também tem uma placa de metal, onde se lê «aqui jaz o príncipe dom Augusto, morto a 24 de Março 1835. Tendo de idade 22 anos». Há também túmulos de Infantes e Infantas de fins do século XVII que não despertam qualquer interesse. WITTICH (1838) visita, emocionado, os túmulos dos heróis D. Pedro e von Leuchtenberg. No centro do jazigo revestido a negro estão as urnas de ambos. Sobre a de D. Pedro pousa um ceptro, trabalhado de forma excepcionalmente bela, bem como a coroa real portuguesa e a de Imperador do Brasil; esta última é da autoria de um artista nacional, António Atanzio dos Santos, que por ela recebera 1.200.000 reais ou 250 moedas. A urna de D. Pedro não contém o coração do Imperador pois que, de acordo com a sua vontade, este se encontra no Convento de Santa Clara no Porto. É pena que estas cabeças coroadas não tenham um local de descanso mais digno pois este jazigo, que constitui uma capela lateral da Igreja, é demasiado estreito e está completamente cheio de urnas empilhadas umas sobre as outras. A Igreja remonta aos primórdios da nação portuguesa, destacando-se no seu interior a capela-mor, que é excepcionalmente espaçosa. O altar principal desta capela encontra-se por baixo de um portal magnífico ornamentado com colunas e estátuas de santos. Para lá do portal, numa zona igualmente espaçosa, está o órgão. Ligado à Igreja há um mosteiro «dos cónegos de Santa Clara de Coimbra», onde actualmente reside o patriarca. É muito bela a vista das salas superiores deste mosteiro sobre o rio e a praça de Santa Clara, que se estende em frente ao edifício. Segundo o Marquês de LONDONDERRY (1839), a Igreja de São Vicente, grande e antiga, é prova da grandiosidade perdida e do antigo esplendor de Portugal, pois só lá há

tapeçaria velha, roupagem igualmente velha e talha dourada de séculos passados. O estuque e os arabescos estão a cair aos bocados. A Marquesa de LONDONDERRY (1839) assiste ali a uma missa solene no aniversário da morte de D. Pedro. A Igreja enche-se de militares, oficiais e ministros, todos vestidos de uniforme. Pouco depois chega a Rainha, imediatamente conduzida à sua tribuna, a qual mais parece uma frisa de teatro do que um local próprio de uma igreja. Numa cripta adjacente está o caixão de D. Pedro, coberto de preto e dourado, com as coroas de Portugal e do Brasil pousadas sobre ele. Também se vê o catafalco com o caixão do desafortunado Príncipe de Leuchtenberg, marido da jovem Rainha durante três meses apenas.

O conjunto formado pela **Igreja e Convento de São Francisco** é mencionado por muitos viajantes. TWISS (1772-1773) refere a profusão de ornamentos em madeira da Igreja. Cada elemento é esculpido, e depois dourado, o que lhe dá um aspeto péssimo. Ainda na Igreja vê muitas cartas a São Francisco penduradas por fios nas paredes. Como estão todas abertas, toma a liberdade de ler algumas, verificando serem cartas de elogio e agradecimento por curas que os seus autores pensavam ter recebido por intercessão do santo junto da Virgem. GRAHAM (1812-1813) comenta que as Ordens de Santa Cruz e de São Francisco parecem ser as mais ricas. Em geral, as capelas são o que têm de mais bonito e os jardins são soberbos. HEERINGEN (1836) escreve sobre o conjunto arquitectónico formado pela Igreja e o Convento de São Francisco. Este último é um dos maiores de Lisboa. É um amontoado de enormes edifícios parcialmente em ruínas que devem ter sido outrora muito importantes dado que tanto a praça como a rua têm o seu nome. Aquando da sua visita observa os grandes claustros por onde se passeiam criados franceses cujos amos conversam num dos salões do andar superior: os embaixadores de França e da Bélgica que ali se encontram reunidos com várias pessoas, entre as quais o Sr. Tebaldo Nunnez [*sic*], senhor simpático de meia-idade e antigo monge deste convento que, devido à sua cultura, é agora seu bibliotecário. Na verdade, os corredores, aposentos e salões do convento podem considerar-se já parte da biblioteca, pois as paredes estão cobertas de livros do chão até ao tecto, distribuídos por repositórios e arrumados em armários com gradeamento e inscrições desbotadas e escurecidas. Letras pretas sobre bases brancas indicam temas como Teologia, História Eclesiástica, História Antiga, História Natural, Historiadores, Jurisprudência, Actas do Santo Ofício, ou Inquisição. No centro de uma outra sala mais pequena encontra-se uma longa mesa com vários instrumentos náuticos, tais como o compasso de Vasco da Gama e objectos pertencentes a Fernão de Magalhães, entre os quais uma bússola, livros de navegação e mapas desenhados por ele próprio. Há também ampulhetas e compassos dos barcos do Infante D. Henrique, cartas de D. Fernando aquando do seu aprisionamento pelos mouros e o astrolábio do famoso nuremburguês Martin Behaim, instrumento importantíssimo para os navegadores de D. João II. Numa outra sala há antigos quadros e retratos da família real, muitos dos quais «daquele homem de lábio inferior descaído e traços inexpressivos», e de sua mãe, a infeliz D. Maria Francisca, retratada como uma pálida anciã com uma rosa ao peito e

lábios apertados numa expressão entre o desprezo e a dor. Sua esposa, a Rainha D. Carlota, aparece de faces magras, olhos sem vida e boca repuxada num ricto de escárnio. Há um retrato de D. Miguel com cerca de 18 anos de idade que o representa de pele acastanhada e traços de um puro oval, não exactamente bonitos mas agradáveis, lábios distintos e salientes, olhos orgulhosos e expressivos, cabelo escuro e mão macia e nobre pousada sobre a cabeça de um cão. Junto a este quadro, moldura com moldura, encontra-se um outro, também de um jovem bem-parecido mas desta feita D. Pedro, de traços belos, boca pequena quase napoleónica, nariz arqueado, testa alta e tom de pele mais claro do que é comum em Portugal. O sol do Brasil viria a escurecê-lo mais tarde, como se vê pelos retratos do Imperador do Brasil que estão por todo o lado em Lisboa e revelam um homem forte, musculado, de barba longa e negra, olhos profundos e brilhantes, e testa enrugada e demasiado alongada em relação à risca do cabelo. No convento encontram-se ainda retratos de duas Infantas de aparência jovem e doce: D. Ana, agora marquesa de Loulé, e D. Isabel, mais tarde regente do reino, ali vestida de freira com ar piedoso e mãos brancas e finas segurando um crucifixo. Muitos outros quadros de outros tempos decoram as paredes, tanto de figuras da corte, como de homens de Estado, entre os quais o Marquês de Pombal. Acumula-se também pelas vastas salas e salões um número infundável de sombrias representações da vida ascética de santos e de santas, alguns já bem expostos, mas muitos ainda misturados de forma caótica. Provenientes de outros conventos, na sua maior parte não têm qualquer valor. Há ainda uma galeria cheia de quadros grandes e escuros, obviamente antigos, retratos em tamanho natural de príncipes e cavaleiros, e representações de cenas históricas, o que é raro em Portugal. Segundo o bibliotecário, um dos retratos representa D. Filipe II de traje escuro ao estilo espanhol e barrete de penas na cabeça. A face é muito barbuda, séria, de traços bem definidos e olhos profundos. Outro retrato do mesmo monarca mostra-o nas cortes de Tomar, as primeiras do reino subjugado, de novo em traje preto agora contrastando com as cortes portuguesas, derrotadas, mas cobertas de dourados. Alba está entre o seu séquito e à sua direita vê-se o seu segundo filho, um jovem bem-parecido. Há também pinturas de execuções na praça do Rossio e ainda uma peçazinha engraçada que mostra o enforcamento, às ordens de Alba, do comandante de Cascais diante de sua própria casa.

BERNARD (1801-1802) elogia a graciosidade da **Igreja de Nossa Senhora do Loreto**, de construção relativamente recente. É pequena mas construída com gosto, segundo um desenho vindo de Itália, e é frequentada pela alta sociedade. ORMSBY (1808) exclama que os *dilettanti* dão muito mais valor à Igreja de Nossa Senhora do Loreto, ou Igreja Italiana, do que a qualquer outro edifício religioso. Esta Igreja está cheia de excelentes esculturas, mas deixa muito a desejar quanto à magnificência e majestade que normalmente caracterizam este tipo de edifícios. HAUTEFORT (1814) limita-se a observar que não há nada mais certo do que a opinião de Murphy, que garante não ter descoberto na Igreja do Loreto as belezas arquitectónicas que alguns admiradores afirmam que ela tem. Murphy considera aliás este templo como um exemplo do vandalismo moderno. Na verdade, é um edifício

mal concebido e pouco adequado à sua função. Considerada no seu todo, e tendo em conta todos os pormenores, a Igreja tem a marca da corrupção do gosto a que Murphy se refere, com excepção da cornija exterior sustentada por uma mísula. Nesta, como em outras igrejas, o tabernáculo, onde se fecha o cibório, revela uma engenhosa combinação de riqueza mineralógica e milagres da arte. Duas enormes cortinas de um tecido precioso caem em longas pregas da curvatura do arco da capela até à balaustrada que protege a entrada, qual místico véu do templo de Salomão que esconde do olhar profano a morada do Deus Vivo neste mundo. HEERINGEN (1836) refere a bela praça do Loreto onde desembocam cinco a seis ruas de tamanho considerável. Na praça há duas igrejas, uma em frente à outra; numa delas há uma imagem da Virgem que fora consagrada a Loreto, em Itália, e por isso goza de uma consideração especial. Esta imagem viajava antigamente pela província com frequência, havendo por ela uma tal devoção que as aldeias enviavam pessoas para a ir buscar e pagavam cauções para garantir o seu retorno em segurança. Há ainda uma outra imagem, provavelmente de São Januário, que em dias de festa ainda viaja até Almada entre festejos e grande pompa.

TEXIER (1794) alonga-se sobre o panorama que oferece o **Convento da Penha de França**. Da parte da frente, a vista abarca vales, colinas e montes cheios de quintas, pomares, vinhedos, olivais e laranjais até para além de Marvila e Santarém; à esquerda, vê-se as planícies do Campo Pequeno e do Campo Grande até às aldeias da Luz e dos Lumiares; finalmente, da parte de trás, a vista estende-se por toda a cidade até ao Aqueduto das Águas Livres e às colinas que a delimitam a ocidente, incluindo parte da foz do Tejo, numa assimetria encantadora de cabanas cobertas de musgo, ruínas sobre as quais se reconstroem edifícios, e também palácios, mosteiros e igrejas que se estendem em anfiteatro do sopé até ao cume. O edifício do convento em si mesmo não tem nada de interessante. A parte destruída pelo Terramoto fora reparada e havia sido construída uma capela. O terreno do lado do jardim está a ser aplanado e procede-se à limpeza do entulho de pedra no cume da montanha para ali serem construídas novas casas.

TEXIER (1794) escreve sobre o **Convento de Santo António dos Capuchos**, situado numa colina oposta à do Castelo de São Jorge por cima dos bairros de São José e Santa Marta. Poucado pelo Terramoto, o convento nada tem de especial para além do jardim nas traseiras, simples e não muito extenso, estendendo-se por socalcos na extremidade mais saliente da montanha. O interior do muro que o rodeia está ornamentado de faiança pintada. O jardim tem tanques com uma água esplêndida e imagens horríveis de santos. Uma ramada com caniçada, que se estende a toda a volta, protege do sol quem por ali passeia. A praça em frente tem árvores que tornam o acesso ao edifício muito agradável e conduz a uma rua larga que é local de saída da cidade.

No relato de WITTICH (1838) a **Igreja da Conceição Velha** é antiga e já não utilizada para o serviço religioso. Tem um portal alto dividido em duas entradas e o exterior está coberto de arabescos. As molduras das janelas são decoradas com grandes figuras, algumas

das quais têm algum valor artístico. STUART-WORTLEY (1851) refere que o interesse deste edifício reside na sua história, dado ter sido uma sinagoga até ao reinado de D. Manuel.

HEERINGEN (1836) queixa-se dos mendigos espalhados pelos degraus de mármore por baixo do portal da **Igreja de São Paulo**. O interior não tem nada de especial: dois púlpitos, muitos altares e a escuridão própria de todas as igrejas de Lisboa, resultante das muitas tapeçarias. Há ainda a referir uma imagem colossal da Virgem com o rosto pintado de cores vivas, caracóis de cabelo verdadeiro, roupa de seda e muita renda.

Entre os **espaços de entretenimento e lazer**, a sala de espectáculos mais elogiada é o **Real Teatro de São Carlos**. DUMOURIEZ (1765-1766) afirma que é uma das melhores salas da Europa e que ali se assiste a óperas italianas de grande qualidade. WITHERING (1793-1794) escreve que a Ópera é um edifício enorme, elegante, maior do que qualquer Ópera em Inglaterra e com muito bons cenários. O autor do texto editado por HORSTIG (1797) critica abertamente o espectáculo de gala a que ali assiste após a tourada na Praça do Comércio, uma ópera de enredo e música medíocres intitulada *La Heroína de Lusitânia*. Fora composta expressamente para aquela ocasião por um português habituado a compor música de igreja, pelo que o estilo musical era completamente desajustado. Elementos a elogiar são o palco, suficientemente amplo para ali desfilarem simultaneamente um batalhão de infantaria e uma companhia de artilharia, e a moderna e sumptuosa decoração. RUDERS (1798-1802) começa por indicar o ano de 1793 como o ano da fundação do teatro, edifício grande com um pórtico frontal por onde desfilam as carruagens. A sala propriamente dita é muito extensa: a plateia tem capacidade para seiscentas e cinquenta pessoas se sentarem confortavelmente, enquanto no «parkett» há cento e cinquenta lugares. Neste teatro, esta zona é normalmente ocupada por membros da nobreza, enquanto noutros, como o da Rua dos Condes, é ocupada pela classe média. Há cinco filas de camarotes, sessenta e um de cada lado da Tribuna Real, que está quase sempre vazia. A orquestra é dirigida pelo Sr. Portugal e composta pelos músicos da corte; tem qualidade e as vozes do coro estão bem distribuídas. Os cenários, pintados pelo romano Vincenzo Mazzoneschi, também responsável pela maquinaria, podem considerar-se excelentes, de muito bom gosto e bem executados, sobretudo no que respeita à questão da perspectiva. O guarda-roupa, do mais rico que há, é da responsabilidade de um francês de nome André Gera. Os melhores actores de tragédia são Praun (actor alemão que é também bom em comédia) e Crescentini, um dos maiores cantores da Europa. As melhores atrizes são Marianna Vinci e Luisa Gerbini. Para BERNARD (1801-1802) este é um dos edifícios mais luxuosos e bonitos da cidade. À entrada existe uma passagem com colunas, espaçosa e coberta, na qual há cinco grandes portas que conduzem a um outro átrio onde se pode comodamente esperar pela carruagem após o espectáculo. Dali passa-se por uma porta para um corredor comprido e bem iluminado onde se encontram as entradas para a plateia e as escadas que conduzem aos camarotes. A sala forma um grande círculo e tem cinco filas de camarotes. Não tem galeria. Os camarotes, onde cabem

cinco ou mesmo seis pessoas, são muito bem construídos pois de qualquer canto se vê todo o palco. Cada fila tem dezoito camarotes de cada lado. Ao centro está o Camarote Real, em semicírculo, cuja altura atinge o nível da terceira fila. Está resguardado por uma cortina de seda normalmente fechada pois a corte raramente frequenta o teatro. Nos dias de festa abre-se a cortina e dá-se a ver a sua decoração, que é dispendiosa mas sem gosto; a maior preciosidade consiste no brasão real. Por cima deste encontra-se o camarote da corte que confina com a quinta fila de camarotes. A plateia, onde não é permitida a presença de senhoras, tem uma inclinação gradual bem proporcionada que sobe da frente para trás. O palco é muito grande mas, como também sobe para trás de forma proporcionada, mesmo o espectador mais afastado consegue ver cada figura e cada peça do cenário. A acústica é excelente, o que permite ouvir os actores claramente de qualquer lado da sala, facto que não se compadece com uma orquestra cujo som é fraco e que não tem instrumentos em número suficiente. Os músicos tocam bastante bem, mas não são de modo algum comparáveis aos da orquestra de Dresden, a quem o Dr. Tilesius os havia equiparado na sua obra «*Nachtrag zur Berichtigung einzelner Ansichten in dem Gemaelde von Lissabon*»²⁹. O local onde se encontra a orquestra, entre a primeira fila de cadeiras da plateia e o palco, é algo estreito. A iluminação é muito boa sobretudo em dias de festa. Do meio do tecto da sala pende um grande lustre de cristal e, em frente ao palco, há quatro lustres um pouco mais pequenos, também de cristal, que se apagam no momento em que tem início a representação. Por baixo de cada camarote há um candeeiro de três braços que ilumina uma escultura dourada, um rosto que ornamenta o ângulo criado pelo arco do camarote. Infelizmente, este rosto parece a lua em quarto minguante e dá à sala um aspecto brincalhão que, de alguma forma, perturba o efeito que este edifício inevitavelmente provoca em todo aquele que ama a arte. Do mesmo modo, as gavinhas de prata tecidas no forro azul do arco do Camarote Real fazem lembrar os enfeites coloridos das barracas de feira. Quanto aos adereços utilizados em palco, são bonitos e bem escolhidos quando a cena é campestre, mas, quando se pretende representar um palácio ou uma casa, logo se nota o mau gosto resultante do hábito português de frequentar assiduamente igrejas e mosteiros. Em vez de bonitas passagens, abóbadas ou colunas de mármore surgem em palco medíocres templos dourados, colunas também douradas e paredes revestidas a brocado dourado. O espectáculo em si tem normalmente início com um ballet sem qualquer relação com a ópera; durante os intervalos são também apresentadas pequenas peças de dança. ORMSBY (1808) menciona a Ópera Italiana, de uma arquitectura muito elegante em estilo dórico. O interior é igual ao do King's Theatre. A orquestra é admirável e, por si só, um estímulo a que os amantes de música frequentem a casa. Entre as duas alas de camarotes há um amplo espaço destinado à realeza que se encontra agora encerrado, e com a cortina corrida, revelando uma delicadeza digna de louvor. Para ELIOT (1808-1809), no que toca a representações, o Teatro de São Carlos não fica muito atrás do King's Theatre, em Haymarket, embora o auditório não seja tão grande, nem a decoração ou os cenários de tanta qualidade. A maquinaria também não está tão bem adaptada às suas fun-

ções. A orquestra, embora pequena, tem qualidade. Em cada camarote cabem comodamente cinco ou seis pessoas. O camarote do Príncipe Regente, esplendorosamente decorado, ocupa praticamente toda a zona central do auditório; ali tivera lugar a tomada de posse do General Junot, bem como a de Lord Wellington, que, no entanto, se contentara com um camarote lateral e deixara o camarote do Príncipe para os membros do Governo. Para MILFORD (1808-1812), o exterior da Ópera de São Carlos é muito admirado mas o interior não é condizente. Segundo HEATHCOTE (1809-1812), a Ópera Italiana de Lisboa não se pode comparar à de Londres mas é talvez estilisticamente mais coerente e está seguramente muito acima da mediocridade. COCKBURN (1811) obtém autorização para fazer uma visita ao Teatro de São Carlos, que se encontra fechado ao público. Com a luz que vem da janela consegue ver o palco, que dá a impressão de ser tão grande como o de Drury-Lane. No entanto, o auditório, embora atraente, não tem nem metade do tamanho deste último. Em termos acústicos, esta sala tem fama de ser a melhor da Europa e nela iniciara Catalani a sua carreira. Na fachada há um pórtico coberto, de espaço tão reduzido que apenas cabe uma carruagem de cada vez; o espaço funciona como um átrio que permite às pessoas entrarem directamente para as carruagens sem se molharem, precaução desnecessária em Lisboa durante a maior parte do ano. WEECH (1823) assiste a um grande espectáculo de ópera e pantomima no Teatro de São Carlos, «antigamente uma das Óperas mais distintas da Europa». Chega cedo para arranjar um bom lugar, mas espera mais de quatro horas pelo início do espectáculo, aproveitando o tempo para admirar os camarotes à sua volta repletos de pessoas de ambos os sexos e de algumas damas de grande beleza. Todas as senhoras usam jóias e muitas têm tantos brilhantes nos belos cabelos negros, pescoço, peito e mãos que ofuscam quem para elas olha. O valor do conjunto das jóias de cada uma dessas damas é certamente superior a meio milhão de *thaler*! Após um sinal sonoro abrem-se as cortinas do Camarote Real e surge a Família Real, cujos membros ocupam as suas posições de acordo com a etiqueta da corte portuguesa. Mil lenços acenam e Suas Majestades retribuem da mesma forma. Aqui e ali, da plateia e dos camarotes, levantam-se vozes em seu louvor, ao que se seguem «Vivas» que duram uma hora inteira numa explosão de emoção que contrasta fortemente com o temperamento contido dos alemães. O Conde de Amarante, Marquês de Chaves, começa um discurso, mas atrapalha-se logo de início. Finalmente faz-se silêncio e a cortina abre-se para dar lugar a uma pantomima, uma farsa miserável que encena os recentes acontecimentos políticos, tais como os esforços da Rainha, a sedução das tropas por D. Miguel, a expulsão das Cortes por soldados dos décimo oitavo e vigésimo terceiro regimentos, aliás presentes no palco, a reconciliação do Rei com o filho, em suma, todos os episódios de uma traição recíproca e de uma quebra de palavra que só pode ser um perigoso exemplo para o povo. No ballet final, em que está representada toda a Família Real, os bailarinos parecem fazer de propósito para a ridicularizar, o que certamente não fora o intuito de D. Miguel, a quem se atribui a autoria desta ridícula representação. O público reage da forma mais digna, dada a presença da Família Real, fazendo silêncio. Após esta pantomima

segue-se uma ópera deplorável. HEERINGEN (1836) informa que Lisboa tem cinco teatros, dos quais o maior e melhor é a Ópera Italiana ou Real Teatro de São Carlos. Neste, como no Teatro Francês, há quatro a cinco representações por semana. O Teatro do Salitre abre as suas portas três vezes por semana e os três circos dividem os dias entre si³⁰. É no dia que se segue ao casamento da Rainha, um domingo, que o autor vai ao Teatro de São Carlos. O edifício é grande e de estilo nobre mas sem luxo arquitectónico. Há muitas entradas e átrios. O interior está decorado e iluminado de forma magnífica. Há quatro ou cinco filas de camarotes sobrepostas num amplo meio arco; ao centro encontra-se o Camarote Real que abrange toda a altura da sala de modo que não existe mais nenhuma galeria por cima dele. A cortina que o esconde dos olhares alheios é de veludo azul. Os lugares vão-se enchendo de damas e cavalheiros em traje de gala. Num camarote de veludo de cor púrpura está a Marquesa de Loulé e a sua amiga, a Duquesa da Terceira, bem como a Duquesa de Palmela e suas filhas. Junto a elas encontra-se o Conde de Vila Real, o Marechal Saldanha e ainda o Duque da Terceira. No camarote de cor violeta debruado a ouro está o proprietário deste Teatro, o Barão de Quintela, Conde de Farrobo, o mais rico fidalgo de Portugal, e sua família. No pano de boca há uma pintura colorida mas destituída de gosto com um deus-sol ao centro ladeado de espíritos da Fama que desenrolam a Carta do Imortal D. Pedro e, ainda, vários monogramas, coroas e figuras alegóricas. Este pano é uma criação recente, tal como toda a decoração do edifício, incluindo os revestimentos dos camarotes e as pinturas no tecto. Aliás, todo o interior tem o aspecto de ter sido recentemente terminado, sentindo-se algo de artificial, de enfeitado, que perturba a impressão de grandiosidade característica de salas de espectáculo mais antigas e sumptuosas como as de Londres ou Paris. Os cenários e o guarda-roupa têm qualidade e a música é, pelo menos, melhor do que a que se ouve na Catedral. Quando o pano desce, no intervalo, não mostra a mesma pintura mas sim uma outra que cativa todos os olhares, uma paisagem verde, encantadora, paradisíaca, um vale do sul com laranjais, olivais, cactos, vinhedos, aloés de folha gigante e ribeiros. E, pairando sobre tudo isso, os majestosos arcos de uma ponte ligando as colinas – o Aqueduto do vale de Alcântara! DEMBOWSKI (1838) refere a magnificência do Teatro de São Carlos que acaba de ser decorado segundo o modelo do Teatro La Scala de Milão. Assim, tanto no palco, como na plateia e nos camarotes, tudo é à italiana excepto o ruído das conversas. A direcção do Teatro é da responsabilidade do Conde de Farrobo. WITTICH (1838) surpreende-se com a fraca capacidade de interpretação dos actores, tendo em conta que o povo português, tal como outros povos do sul, se caracteriza por «impetuosos voos de fantasia, extraordinário ardor de sentimento, veemência e paixão». Independentemente da classe social, usa-se uma linguagem muito teatral, em que se gesticula com as mãos tal como fazem os mendigos nas ruas. Tudo isto contrasta com a atitude dos alemães, que deixam os gestos, as expressões faciais e os movimentos de olhos para o palco, caracterizando-se pela calma, circunspecção e inclinação para a procura metódica da verdade. Apesar de tudo, a fama do Real Teatro de São Carlos é merecida pois a produção é de alta qualidade. A orquestra é boa, os cantores

são excelentes, as cantoras são italianas, o ballet é magnífico e o guarda-roupa e os cenários são extraordinários. Não se percebe a queixa generalizada, de que se fazem eco os matutinos, de que os tempos áureos da Ópera Italiana já passaram. Já não existe nenhum dos problemas mencionados por Ruders, dado o Estado apoiar agora a Ópera com a anuidade de 30.000 contos de reis. Não há razão para queixas, portanto, e o São Carlos não fica atrás de nenhum outro teatro na Europa. Embora o seu aspecto exterior seja pouco prometededor, discreto mesmo, a construção é sólida e o interior é surpreendentemente espaçoso, incluindo o imponente átrio e as salas de bufete contíguas onde se oferece refrigério nos quentes meses de verão. Há também salões de entretenimento no primeiro andar, onde se pode, por exemplo, jogar bilhar. Em tamanho, o São Carlos pode ser comparado ao enorme Teatro de La Scala de Milão e está, certamente, ao mesmo nível do Teatro de São Carlos de Nápoles. Há quatro filas de camarotes umas sobre as outras e, acima delas, uma galeria. Do lado oposto ao enorme palco encontra-se o Camarote Real, que é amplo e tem cortinas de seda verde. No seu conjunto a decoração da sala é verdadeiramente magnífica; há arabescos dourados e um imponente lustre com cento e cinquenta lâmpadas suspenso do centro do tecto. Ao comerciante Quintela se deve a construção deste Teatro, a qual, segundo se pode ler nas primeiras linhas da inscrição no portal de entrada, teve início em 1793 em comemoração do nascimento de D. Maria Tereza, filha da Rainha D. Carlota. COOPER (1838-1839) escreve que o auditório do Teatro de São Carlos é bonito e de grandes dimensões e tem cinco filas de camarotes e uma ampla plateia. O Camarote Real, que ocupa a zona central, entre os outros camarotes, é utilizado apenas em ocasiões de grande gala. BERGH (1841) vai à Ópera Italiana ver *Inês de Castro* sob a direcção do compositor António Coppola. A música é ao gosto italiano, ao estilo Donizetti, cheia de repetições, e a orquestra é de qualidade mediana. O nome do teatro é adequado pois a sala faz lembrar, em tamanho e beleza, o famoso teatro napolitano. MINUTOLI (1842) considera a orquestra excepcional pois faz um acompanhamento simultaneamente rigoroso e discreto. As óperas, quase sempre baseadas em textos e composições de autores italianos, são belíssimas, tal como tudo o resto: o edifício, a decoração, os cantores e as cantoras. Enfim, tudo está à altura do que se poderia exigir de um teatro nacional. No que respeita ao ballet, há elementos de qualidade como o guarda-roupa, a maquinaria e o número de intervenientes, incluindo a presença de muitos animais em palco; no entanto, a representação é má, particularmente no que respeita à gesticulação e à mímica, pois os actores fazem caretas, reviram os olhos, andam a trote, batem no peito, tremem, lutam com moinhos de vento, mexem-se de um lado ao outro, e chegam a ficar sem fôlego. Para HUGHES (1846), a Ópera de São Carlos tem um estilo solene e é uma das salas mais belas da Europa. Embora o epíteto «solene» possa parecer desadequado a uma sala de teatro, descreve bem o carácter grandioso do edifício de José da Costa e Silva, arquitecto português que estudara em Bolonha e Roma e fora Membro Honorário da Academia de S. Lucas. O Teatro fora construído em seis meses e abriu as portas em 1773. O primeiro Barão de Quintela, bem como outros comerciantes de tabaco da altura, haviam financiado

a sua construção com cento e sessenta contos de reis, quantia equivalente a quase quarenta mil libras esterlinas. O espaçoso camarote da Rainha é magnífico e ocupa toda a extensão do auditório em frente ao palco. STUART-WORTLEY (1851) informa que a Ópera Italiana de Lisboa, chamada Teatro de São Carlos, fora inaugurada em Abril de 1793. Há uma plateia com espaço para cerca de seiscentas e cinquenta pessoas e cinco filas de doze camarotes de cada lado da sala. A altura do camarote da Rainha equivale à de três filas sobrepostas. Os camarotes têm uma chave com uma pequena chapa de metal onde está gravado o respectivo número. O edifício tem vários elementos decorativos, entre os quais uma pintura no tecto do átrio da autoria do talentoso Machado. No entanto, a sala tem uma decoração pobre. Não tem a luz, o brilho, ou o dourado esplendor da Ópera de Havana, nem os magníficos elementos decorativos da de Londres. Os bancos dos camarotes não têm almofadas, o soalho não tem tapetes, as paredes não têm papel e as filas não têm tapeçarias, o que lhes dá uma aparência pobre e medíocre. MINUTOLI (1851-1854) informa que o Teatro de São Carlos, que se destina à Ópera Italiana, fora construído em seis meses pelo arquitecto José da Costa e Silva e inaugurado durante o período das festas do nascimento da Princesa das Beiras, D. Maria Tereza. A Direcção esforça-se por atrair os melhores artistas europeus e Catalani trabalhara neste Teatro e casara em Lisboa com um adido da Embaixada Francesa. Na sala cabem mil e seiscentas pessoas. Certos camarotes estão reservados para Suas Majestades, bem como para os membros do Governo. Boccabadati, Rossi-Caccia e Terlotti, artistas de primeira categoria, não haviam conseguido despertar a sensibilidade dos portugueses para a música clássica e para as boas escolas; essa sensibilidade parece ter-se desenvolvido mais tarde. Durante o reinado de D. Miguel, o São Carlos apresentava apenas peças de oratório. Posteriormente, o Conde de Farrobo gastara somas avultadas para equipar brilhantemente o palco, mas só Stolz e Novella haviam conseguido arrancar o público da letargia. O público entrara em delírio, lançando à cabeça dos actores pombais inteiros, cestos de flores e coroas com fitas com os nomes de doadores e doadoras bordados a ouro. Pode considerar-se uma verdadeira sorte que o entusiasmo não tenha causado nenhum acidente. Um camarote de primeira categoria custa aqui 3.200 reais, de segunda 2.400 reais, de terceira 2.000 reais e de quarta 1.600 reais. Os lugares de primeira plateia custam 800 reais, os de segunda 480 reais e na galeria os lugares são vendidos a 320 reais. Quando cheia, a casa rende 719.840 reais.

RUDERS (1798-1802) afirma que no **Teatro da Rua dos Condes** só são representadas peças de autores portugueses. A arte de representar vinha gradualmente a melhorar sobretudo no que respeita à Tragédia. Até há algum tempo atrás os actores não conseguiam «apanhar» as personagens trágicas. Na comédia a evolução não fora a mesma e o burlesco continua a ser representado de forma caricatural, exagerando-se a comicidade de situações. As melhores peças são aquelas em que a acção tem como base a vida diária da burguesia. BERNARD (1801-1802) escreve apenas sobre um dos dois teatros dedicados à produção portuguesa devido à quase total semelhança entre ambos. Diferem apenas no grau de insignificância. O maior destes dois edifícios, o Teatro dos Condes, tem três entradas que

conduzem a uma antessala coberta, a qual, por sua vez, conduz à plateia e aos camarotes. O edifício tem a forma de um quadrângulo alongado que lhe confere um aspecto muitíssimo desagradável. A sala não tem galeria e a primeira das quatro filas de camarotes eleva-se apenas um pouquinho acima da plateia. Tal como no Teatro de São Carlos, também aqui é proibida a presença de senhoras na plateia, mas, ao contrário do que se passa no São Carlos, os assentos de trás estão quase ao mesmo nível dos da frente. Só quem se senta nestes últimos consegue ver bem o palco. A visão é limitada também pela baixa altura do tecto, que não é abobadado, e pelos camarotes, cujas filas estão tão próximas umas das outras que os espectadores em lados opostos conseguem conversar entre si. É lamentável que este seja o teatro nacional da principal cidade de Portugal. O único elogio vai para a iluminação, pois do meio do tecto pende um grande lustre e na segunda e terceira filas de camarotes há pequenos candeeiros que iluminam bem toda a casa. A casa está sempre cheia ao domingo mas as peças não têm qualidade. HEERINGEN (1836) escreve sobre o Teatro Francês, o segundo em importância a seguir ao São Carlos. Aqui, tal como no Teatro de São Carlos, há quatro a cinco representações por semana. Desde o Rossio até lá há muitos cartazes em língua francesa, cheios de hilariantes erros ortográficos, anunciando os espectáculos. A Rua dos Condes, onde se situa a insignificante entrada deste Teatro, é uma ruela de aspecto pouco digno. Nem grande, nem pequena, a sala tem apenas duas filas de camarotes. No que respeita ao aspecto exterior, o edifício não pode ser comparado sequer aos teatros franceses de província e, todavia, mais do que o Teatro de São Carlos, é o ponto de encontro da alta sociedade, incluindo o corpo diplomático e os estrangeiros. A Rainha e o seu jovem esposo frequentam-no quase diariamente. Ali são apresentadas as novas produções dramáticas de Paris. A primeira heroína é Demoiselle Charton, que representa muito bem o papel de Marquesa nas peças *Tartufo* e *A Marquesa de Brinvillier*. O público vinha esperando com ansiedade novos elementos decorativos, entre os quais uma cortina e um lustre que o director havia encomendado de Paris, mas estes não haviam chegado porque o navio *La Constance*, que transportava a mercadoria, fora apreendido na costa de Lisboa sob acusação de contrabando. Na verdade, na séria Lisboa não se apresentam coisas dignas de se ver, nem representações teatrais como as que se costumam produzir, de forma magnífica, em mercados e feiras das cidades alemãs. WITTICH (1838) escreve que durante alguns anos funcionara naquela sala um Teatro Francês que, apoiado pela corte, se tornara o local da moda e obrigara o teatro de produção nacional a mudar-se para a Praça do Salitre. Mas como em Portugal até a Constituição é efémera, muito mais o será uma sala de espectáculos, não sendo pois de admirar que o Teatro Francês tenha deixado de existir há algum tempo. Abandonado pela boa sociedade lisboeta, deixara de receber o estímulo e a atenção necessárias para que a produção tivesse qualidade. Alguns portugueses esforçam-se ainda por melhorar a qualidade das representações e a sensibilidade do público através de críticas teatrais como as que se pode ler em *O Periódico dos Pobres* e em *O Nacional*. No entanto, o que escrevem não passa de meros elogios sem qualquer utilidade para os actores. A desig-

nação de Teatro Nacional estabelece imediatamente a distinção entre esta sala de espectáculos e o Teatro de São Carlos; no entanto, isto não significa que os autores das peças sejam portugueses, dado que estas não passam de traduções de peças estrangeiras que, normalmente, não são o que de melhor se produz nos seus países de origem. Neste momento faz-se um esforço louvável para pôr em cena clássicos nacionais, mas em Portugal a produção de textos dramáticos deste género não é suficiente. Por todas estas razões não resta dúvida de que este Teatro em breve entrará em decadência. Segundo MINUTOLI (1851-1854), o pequeno Teatro da Rua dos Condes destina-se a peças de teatro e comédias portuguesas. A qualidade das representações dramáticas é bastante modesta. A instalação e a iluminação são simples e os bilhetes baratos. O público está satisfeito e grato e, portanto, o objectivo está alcançado.

O **Teatro do Salitre** é classificado por RUDERS (1798-1802) como o mais pequeno e mais antigo de Lisboa. A produção é normalmente boa. ORMSBY (1808) refere que o Teatro do Salitre está reservado a representações de «petites pièces», teatro e pantominas. HEERINGEN (1836) localiza esta sala na Praça do Salitre, junto a um circo, na extremidade oriental da cidade, mais precisamente na entrada para o Arrabalde Andaluz. O edifício é grande mas pouco agradável e não tem qualquer ornamento arquitectónico. Ali se representa o «teatro do povo» e as peças são anunciadas em grandes e magníficos cartazes com imagens de grande *pathos* e muitos braços a gesticular. São imagens grandes e coloridas que surgem nas folhas publicitárias dos três teatros de Lisboa e anunciam por vezes as coisas mais estranhas, como por exemplo uma cena de tortura no cárcere de um convento na qual estão envolvidos alguns monges gordos, ou uma cena em que um cavaleiro junta as mãos de dois amantes, ou uma outra em que uma cidade é sacudida por violenta tempestade. Desenhadas e compostas com algum talento, é de admirar que não se trate de gravuras em madeira, ou litografias, mas sim de pinturas originais que mudam diariamente e que parecem sair todas da mão do mesmo pintor, cuja identidade ninguém, infelizmente, conhece. Com elas se pretende atrair e informar sobre o enredo das peças os muitos espectadores que não sabem ler. E quem sabe ler deleita-se com a linguagem enfática e hiperbólica destes cartazes. O público deste teatro é muito diferente daquele que frequenta o Teatro Francês ou o São Carlos. É o povo que enche a galeria, os camarotes, a plateia e o «parkett», batendo palmas e participando na acção, gritando, louvando e gesticulando. Há mais duas salas onde se faz teatro popular: o Circo Olímpico na Praça do Salitre e o Circo das Touradas no Campo de Santana. O teatro popular é o mais interessante, se bem que o mais difícil de relatar, pois se os gostos das classes altas não diferem muito entre países o mesmo não se passa com as classes mais baixas que, verdadeiramente, exprimem o carácter de cada nação. DEMBOWSKI (1838) refere que até há poucos anos atrás se assistia nesta sala a comédias espanholas, preferindo-se agora peças traduzidas do francês ou do inglês devido à antipatia nacional para com os espanhóis. Os cartazes que publicitam estes espectáculos usam uma linguagem hiperbólica e repleta de elogios aos portugueses. Por exem-

plo, na manhã de 14 de Setembro de 1838 o cartaz do Teatro do Salitre anuncia com letras enormes a representação da peça *Philippe Mauvet*. O anúncio é dirigido «[À] mais magnânima e mais esclarecida nação do mundo».

MINUTOLI (1851-1854) escreve sobre o **Teatro Nacional de D. Maria II** que afirma ter sido terminado em 1847. Destina-se a peças de teatro e a tragédias. As instalações revelam bom gosto. A decoração do exterior, tanto no frontispício, como por cima deste, consiste em relevos e estátuas executadas por Aragão, Cesarino, Lata e Caggiani segundo desenhos de Fonseca. Há três belos camarotes, quinhentos e cinquenta lugares na plateia, e uma galeria. Como os lugares na plateia não são numerados e os espectadores gostam de visitar os *foyers* e as confeitarias nos intervalos, cada pessoa que sai do seu lugar ata um lenço às costas da cadeira para assinalar que a mesma está ocupada. Esta variedade de formas, tecidos e cores é chocante e desagradável. Os três camarotes já mencionados custam 2.800, 2.400 e 1.600 reais, respectivamente. Os lugares na plateia custam 480 e 320 reais; na galeria os lugares custam 200 reais. Quando a sala está cheia, a receita é de 394.000 reais.

Há ainda a referir o **Teatro do Ginásio**, que MINUTOLI (1851-1854) afirma ser destinado ao teatro popular português. As peças são grosseiras, e tem tanto interesse seguir a evolução da trama em palco como o entusiasmo crescente dos espectadores. Na primeira visita a este teatro, Santo António de Pádua, acompanhado pelo bom anjo Gabriel e pelo diabo Lusbel, representava pela trigésima sétima vez os seus milagres em palco. A casa cheia rende 121.120 reais. Os camarotes custam 1.600 e 1.900 reais e os lugares de plateia 240 e 160 reais.

Outros locais de espectáculo em Lisboa, permanentes ou temporários, são os **recintos de tourada**, espectáculo de grande interesse para o autor das cartas editadas por HORSTIG (1797), que descreve um dos três espectáculos a que assiste na Praça do Comércio. Esta fora equipada com camarotes de ambos os lados e um anfiteatro para 24.000 a 28.000 pessoas. Construíra-se na entrada um pórtico grande e muito bem executado. Do lado oposto ao pórtico encontra-se um balcão mobilado para albergar a Família Real, mais precisamente uma sumptuosa sala coberta por um tecto apoiado em quatro colunas coríntias. Acima e de cada lado deste balcão haviam sido construídos para os outros membros da corte camarotes cobertos a damasco vermelho com franjas e galões dourados. Acima dos camarotes, em volta de toda a praça, há uma cercadura muito delicadamente ornamentada e interrompida aqui e ali por troféus. Às 3h da tarde chegam o Príncipe, a Princesa e outros elementos da corte, dando-se início à actuação dos quatro coros de músicos que se encontravam nos quatro cantos da praça. Imediatamente a seguir a festa é oficialmente aberta com a entrada pelo pórtico de um esplêndido cortejo formado por duzentos portadores de albardas da corte. Todos estão vestidos de vermelho escarlata com largos galões amarelos em forma de ramagem; trazem a espada pendurada num cinto largo à maneira dos guardas dos embaixadores holandeses e o chapéu debaixo do braço. Da entrada até ao Balcão Real o cortejo divide-se em duas filas, cada uma encabeçada por um cavaleiro montado num

cavalo enfeitado com tecido de fino bordado e muitas fitas nas crinas e na cauda. Cada cavaleiro é acompanhado por seis criados sumptuosamente trajados de libré; enquanto os criados se ajoelham no chão, os cavaleiros fazem o cavalo andar para trás e para a frente três vezes em sinal de cumprimento. De seguida, todo o cortejo desfila em frente ao Balcão Real, rodeia a praça e sai pelo pórtico. É esse o momento em que entra o comandante da tourada a cavalo, vestido à antiga espanhola e com um bastão branco na mão. Vem acompanhado por quatro ajudantes. De imediato todos eles cumprimentam a corte da forma já acima descrita. De seguida, entram na arena quatro grandes carros triunfais maravilhosamente decorados que transportam músicos com máscaras. Cada carro é puxado por seis machos enfeitados com figuras emblemáticas tão intrincadamente combinadas que ninguém conseguiria perceber o que significam. Após darem algumas voltas à praça, saem pelo pórtico. De seguida entram dois picadores ricamente vestidos que, mais tarde, lutarão, montados a cavalo, com os touros. Cada picador é acompanhado por oito homens, a maior parte deles naturais de Espanha, que vêm vestidos à antiga espanhola, de cetim vermelho e cinzento ricamente dourado, casaco a condizer e uma lança na mão com a qual enfrentarão o touro a pé. Enquanto estes se ajoelham, os picadores fazem o cumprimento acima descrito com a particularidade de que os seus cavalos levantam as pernas a uma altura tão exactamente igual que parecem impulsionados por um mecanismo de tear. Após a saída dos picadores, que vão buscar cavalos menos valiosos, entram na praça grupos de homens e mulheres, estas últimas do género a que em Paris se dá o nome de «les dames de la Halle»; cada grupo tem o seu traje próprio, é acompanhado pelos seus músicos, e dança várias danças bastante bem, acompanhado por pandeiretas, pratos de cobre, castanholas, etc. Logo depois entram na arena dois machos ricamente adornados e carregados de cestas cheias de lanças, setas e outras armas utilizadas nas touradas. As cestas são de veludo vermelho com bordado dourado. Cada macho vem acompanhado por oito camponeses belamente trajados que não são apenas responsáveis pelo transporte dos touros do campo até à arena, mas também pela luta contra os touros com paus que têm uma ponta de ferro em forma de garfo curvo. As cestas são pousadas por baixo do balcão do príncipe e os camponeses colocam-se mesmo em frente deste para impedir que os touros se aproximem. Do lado esquerdo do Balcão Real encontram-se duas passagens estreitas por onde os touros saem para a praça, passagens essas que têm dois alçapões entre os quais os animais são retidos durante algum tempo e espicaçados. A certa altura saem para a arena oito africanos enfiados em sacos de seda vermelha apertados na cinta de modo a que não possam usar as mãos nem os pés. Estes homens têm que se lançar para o chão para não serem mortos por um touro lançado na sua direcção. Durante a corrida, a um dado momento entra na arena uma grande peça de maquinaria representando uma colina com árvores e muitas plantas verdadeiras, tudo rolando sobre rodas que não se vêem do exterior. Desse aparelho sai, voando, um grande número de perdizes, codornizes, pombas e outras aves, algumas das quais caem e são imediatamente apanhadas pelos espectadores. Na colina encontra-se também um

grande veado vivo que tentam por todos os meios obrigar a enfrentar o touro, mas o animal estivera lá preso tanto tempo que não consegue levantar-se. Quando o fazem descer à força, parte a espinha e tem que ser retirado da praça. BERNARD (1801-1802) faz uma brevíssima referência ao acostrar das feras, espectáculo de muita pompa e pouco gosto que tem lugar em Lisboa durante alguns meses do ano. FISHER (1808-1810) refere que no Campo Grande, um terreno plano não muito longe da Praça da Inquisição, está o que resta de um dos recintos onde haviam tido lugar, outrora, famosas touradas. É uma construção circular de madeira com assentos elevados a toda a volta excepto numa área pequena não protegida do sol. O General Junot ordenara que o seu exército se instalasse neste local. WEECH (1823) descreve as touradas a que assiste no Salitre. Numa tarde em que, em companhia de vários amigos, aluga um camarote no Teatro das Touradas encontra, à sua chegada, uma praça grande e octogonal já bastante cheia, delimitada por barreiras de madeira, com três filas de camarotes de cada lado do grande Camarote Real situado do lado oposto à entrada. À esquerda deste está o curral dos touros, fechado por uma portinhola. Logo que o Infante D. Miguel se senta é dado o sinal de início do espectáculo e surge na entrada principal um cavaleiro trajado à antiga espanhola e armado com uma lança. Avançando em direcção ao Camarote Real, cumprimenta o príncipe, a nobreza e o público e retira-se de seguida tal como havia entrado, ou seja, conduz o seu cavalo tão habilmente que este sai, recuando, exactamente pelo meio do pórtico de entrada. De seguida entram os bandoleiros, em traje espanhol mais leve, cuja função é espicaçar os touros e escapar deles o mais agilmente possível. São na sua maioria espanhóis de grande e bela estatura. Cumprimtam o príncipe de joelhos e colocam-se por baixo do Camarote Real para dar assistência a toureiros e bandoleiros em dificuldades. Logo a seguir, entra o picador a cavalo e coloca-se a vinte passos da portinhola acima mencionada, a qual é de repente aberta para deixar sair o touro que se lança como uma seta sobre o cavaleiro. Esperando-o de lança em riste, este desvia-se habilmente do seu caminho e atinge-o, nesse preciso momento, no local onde o cachaço termina e o lombo começa. Quando a lança entra profundamente no corpo do animal, fazendo saltar um calço do pico de aço, os aplausos aumentam de intensidade e aumentam ainda mais quando o touro começa a esfregar as patas e os cornos no chão e cai morto com o sangue a jorrar da boca. Nesse momento os espectadores parecem perder a razão, sobretudo as senhoras e o próprio Infante, de tal forma aclamam o matador. Este afasta-se com ar de grande satisfação, como se tivesse descoberto uma nova região do mundo. E assim entram na arena, um após outro, cerca de dezasseis touros, metade dos quais são mortos por toureiros a pé que usam uma larga espada em vez da lança. Os outros animais são apenas acostrados e levados até à exaustão. Este entretenimento brutal, do qual todos os portugueses e portuguesas gostam imenso, consiste tão somente em torturar os touros o mais possível, escapando das suas acometidas, ao contrário do que se passa em Espanha onde as touradas implicam alguma coragem pessoal, pois ali os cornos dos touros são pontiagudos. Por vezes ocorrem incidentes cómicos, como quando os toureiros saltam

as barreiras, ou quando um homem vestido de matador, montado num burro, tenta fugir do touro mas é derrubado por este. O homem é levado em braços enquanto o público lança moedas de cobre para a arena. Com elas o desgraçado já tem com que pagar os tratamentos! HEERINGEN (1836) refere que na praça do Salitre e no Campo de Santana até há pouco tempo atrás se realizavam touradas mas que estas haviam sido substituídas por espectáculos de Arte Equestre, preferidos pelos portugueses. Os espectáculos têm início às cinco horas da tarde e prolongam-se até ao anoitecer. No Circo Olímpico da praça do Salitre assiste a uma actuação de um luxo característico da Península Ibérica, em que tudo é grandioso e «de um conforto espanhol». O Circo tem cinco filas de camarotes sobrepostas e, ao centro, a Tribuna Real com tapeçarias riquíssimas e debruadas a ouro. Do lado oposto fica o «sole», o local onde se encontram os bancos para o povo, sem divisões nem protecção do sol e onde é preciso ter coragem para subir pelas estreitas escadas até às filas de cima. No grande espaço que existe por baixo destes lugares, bem como por baixo dos camarotes, os toureiros, antigamente, e agora os actores e os cavaleiros de arte equestre, mudam de roupa. Este espaço serve também de estábulo para cavalos, ursos, leões, cães e outros animais que intervêm na acção. Também é nesses espaços que se servem bebidas frescas aos espectadores. Os muros extraordinariamente altos que rodeiam todo o circo ostentam na parte mais elevada, a intervalos de dez passos, troféus de guerra colossais, bandeiras e estandartes, cujo conjunto causa uma impressão magnífica. O espectáculo é ao ar livre e as actuações dos cavaleiros são do género das que têm lugar no Cirque Olympique de Paris. Muito variadas, e com qualidade, incluem números de corda e a cavalo e lutas de animais, assim como representações de cariz militar segundo o modelo francês em que se encenam movimentações do exército, ataques de cavalaria, cenas de batalha e outras da vida militar, de forma tão realista que chega a haver fogo de canhões. A luta que recentemente terminara contra o Usurpador, por exemplo, é fonte infindável de representações no Salitre. DEMBOWSKI (1838) queixa-se dos cartazes enganadores que anunciam as corridas de touros prometendo um espectáculo maravilhoso quando, na realidade, a tourada portuguesa está longe de se poder comparar às corridas de Madrid. São mais uma brincadeira de criança em que os cornos dos touros são forrados e em que o toureiro, se bem que espica o touro com casacos de seda e bandarilhas, nunca se envolve num combate de morte com o seu inimigo. O picador veste-se ao estilo de marquês antigo, ostentando um chapéu de três bicos ornado de um grande penacho negro. Não querendo colocar o cavalo em perigo, contenta-se em dar voltas prudentes em torno do touro e quando o animal se lança em sua perseguição atira a lança para trás como um cossaco em retirada. A lança, que é excessivamente frágil, voa em pedaços no momento em que toca no animal. Em vez de cães, usam-se os galegos ou aguadeiros, protegidos por calções de pele de gamo acolchoados que parecem coletes almofadados de mestres de armas. Enquanto a corrida decorre, mantêm-se imóveis por baixo do Camarote Real, do qual afastam o touro com uma pequena forquilha, razão pela qual são chamados de homens forcados. Quando os tourei-

ros terminam as suas lides, lançam fora as forquilhas e, juntos em massa compacta, avançam pela arena. Um deles coloca-se entre os cornos do touro mal este baixa a cabeça e põe os braços em volta do cachaço do animal. Dois outros agarram-se aos cornos e, por vezes, mordem-lhe as orelhas como se fossem cães. Há um que tenta montá-lo como se de um cavalo se tratasse, mas é raro conseguir. Entretanto, outros galegos agarram-se à cauda e puxam-na com toda a força, tentando assim evitar que os companheiros se magoem ao cair quando o touro finalmente os consegue repelir. Quanto mais os forçados caem e se magoam, mais a multidão se alegra e ri, o que, por sua vez, parece agradar aos forçados que, quanto mais ouvem rir, mais gracinhas fazem com o touro. Por vezes os galegos são substituídos por africanos dos territórios portugueses, que usam coroas de enormes penachos na cabeça e traje de guerreiro índio, e têm as pernas metidas em figuras de cartão em forma de serpente, leão, crocodilo ou elefante. Esta forma de combater o touro é importada das colónias, onde é muito utilizada. WITTICH (1838) escreve que estes espectáculos são anunciados alguns dias antes através de cartazes afixados em todas as esquinas e também pelos próprios participantes, que desfilam pelas ruas vestidos com trajes de fantasia ao som de música e trombetas. Infelizmente, a linguagem utilizada nos cartazes está cheia de hipérboles. No dia 10 de Setembro, domingo, há uma tourada no Campo de Santana, local onde se encontra um anfiteatro ao ar livre que tem um aspecto sinistro do exterior. A praça de toureio tem cerca de cinquenta pés de diâmetro e é delimitada por um parapeito com a altura de cinco pés. Por trás deste existe um espaço vazio de alguns pés de largura delimitado por uma segunda parede de madeira. Seguem-se várias filas de lugares para o público, dispostos uns atrás dos outros em forma de anfiteatro, por cima dos quais há camarotes a toda a volta da praça. O espectáculo não é sangrento, o que é um agradável sinal de que em Portugal se faz também sentir a nobre e humana educação do século XIX. No tempo de D. Miguel a tourada era sangrenta e horrenda e, embora D. Pedro tenha permitido que o espectáculo continue a existir, exige que seja conduzido de forma a não ferir sentimentos civilizados. Neste novo tipo de espectáculo nada de mal acontece ao touro nem ao toureiro e os confrontos entre ambos fazem lembrar o jogo dos gatos com as suas crias ou as brincadeiras de esquilos que saltam de ramo em ramo sem qualquer intenção agressiva. São apresentados outros divertimentos durante o espectáculo, como, por exemplo, um cavaleiro que surge montado num cavalo de madeira sobre rodas e é empurrado por negros em direcção ao touro. Também há quem toureie de burro, o que dá origem a situações cómicas. Quando entra o último touro, a juventude de Lisboa, acompanhada de muitos curiosos e diletantes, salta para a arena e, se bem que muitos acabem por cair, ninguém se magoa. A percepção dos alemães sobre este espectáculo é errada pois há menos a temer de uma tourada do que dos jogos de saltimbancos na Alemanha ou das lutas de boxe em Inglaterra. A tourada deveria passar a ser incluída entre os exercícios de ginástica dos alemães, que são tão necessários ao desenvolvimento da sua capacidade de defesa em caso de guerra. É uma boa ideia utilizar as touradas para apoiar a Casa Pia. MINUTOLI (1851-

-1854) afirma que a Praça de Touros da Praça Santana é o maior dos vários anfiteatros do género em Lisboa. Comporta cerca de três mil pessoas e tem camarotes e lugares de sombra e de sol.

Outros locais de entretenimento são os **clubes**. O *Long Room* é descrito por RUDERS (1798-1802) como um clube de ingleses residentes em Lisboa, do qual podem ser membros todos os estrangeiros honrados que estejam dispostos a pagar oitenta cruzados pelo período que vai de 1 de Novembro até à Terça-Feira Gorda. Os membros juntam-se algumas noites para dançar, jogar e conversar e podem lá ir a qualquer hora do dia ler o jornal. WEECH (1823) repete esta informação e refere ainda que, algum tempo antes da sua chegada, o Rei honrara este clube com a sua presença. HEERINGEN (1836) escreve sobre o «Clube de Lisboa», ao qual pertencem os jovens da nobreza e que funciona no Palácio de Torres-Mejas, que, com os seus pátios, estábulos e jardins, fora alugado para tal. Esta associação imita o modelo inglês, francês ou alemão, pelo que as instalações haviam sido mobiladas de modo a encontrar-se ali tudo o que normalmente se vê em lugares congêneres na Alemanha: salas de leitura com periódicos de várias nacionalidades (portugueses, espanhóis, ingleses, franceses e italianos), salas de jogo, salas de baile, salões e restaurantes. Os únicos elementos que na Alemanha seriam talvez desnecessários são os estábulos e as arcadas no pátio, onde os burros, machos e cavalos dos dignos membros os esperam. A decoração revela falta de gosto: falta um soalho no salão de baile e os lustres são muito pequenos embora em grande quantidade. Recentemente tivera aqui lugar um baile em honra da Rainha e de seu esposo. Os convidados eram recebidos pela Guarda Nacional num pátio, junto do qual se encontra um átrio de escadaria ricamente decorado onde uma orquestra tocava o hino nacional. As duas magníficas alas de escadaria estavam decoradas com tapetes escarlates. A Rainha, a Imperatriz e o Príncipe encontravam-se num estrado, ou antes, num degrau decorado com tapeçarias, sentados em três poltronas decoradas com dourados e emblemas vários. O estrado não tinha baldaquino, nem apoios laterais, nem qualquer outro elemento que lhe desse uma aparência de conforto. Em volta deste degrau havia uma fila de membros da corte, incluindo damas sentadas em assentos de cor branca decorados com almofadas de veludo vermelho debruadas a ouro. Vestiam ricamente mas sem gosto, sobretudo um grupo de velhas marquesas e duquesas cujas cabeças estavam adornadas com muitos diamantes. E, como em Portugal se aprecia muito os brilhantes, também os homens os usavam bastante, por exemplo, em botões. DEMBOWSKI (1838) afirma que em Lisboa há três clubes: a Assembleia Lisbonense, onde todos os membros são cartistas, a Assembleia Estrangeira, composta quase na totalidade por ingleses e o Clube Lisbonense criado por D. Pedro com o intuito de contrariar a influência do clube inglês.

Para além da Real Biblioteca Pública, outras **bibliotecas** despertam a curiosidade dos viajantes. CORMATIN (1777-1778) afirma que, ao contrário do que os estrangeiros dizem,

há em Lisboa algumas bibliotecas bastante importantes como, por exemplo, a dos Jerónimos. Trata-se de uma instituição pública onde se é muito bem recebido pelos religiosos, muitos dos quais sabem apreciar os tesouros literários de que são depositários. O mesmo acontece com as bibliotecas de Mafra e de Coimbra que haviam, em tempos, pertencido aos jesuítas dessa cidade. O texto editado por HORSTIG (1797) menciona a bela biblioteca do Abade Garnier, pároco do hospital francês, amante das artes e das ciências, e dono de uma boa colecção de medalhas. De entre as obras de qualidade que se encontram nessa biblioteca há uma preciosidade: um missal do século XV em pergaminho com miniaturas maravilhosas e tão bem conservadas que parecem ter sido feitas ontem. Entre as bibliotecas conventuais RUDERS (1798-1802) destaca a do Convento de Jesus. Entre as bibliotecas mais importantes de Lisboa inclui a da Congregação do Oratório do Real Hospício de Nossa Senhora das Necessidades que, segundo se diz, tem 28.000 volumes – número que lhe suscita dúvidas – organizados segundo o ramo do conhecimento. Os catálogos alfabéticos são ordenados pelo nome próprio do autor e pela letra inicial do título do livro. Ao fundo da vasta sala está um grande quadro feito em Roma que representa São Filipe Néri em tamanho natural, dobrando o joelho diante do menino Jesus que está nos braços de sua Mãe. Entre as várias figuras deste grupo contam-se São José e Santo António. A obra é de qualidade embora não se conheça o autor. Um pouco mais longe há um busto muito bom do Rei D. João V, em belo mármore de Carrara, com a inscrição lateral «*Alexander Jvsti Rom. F.*». O que há de mais interessante nesta biblioteca são as várias *Bíblia polyglotta* e algumas Bíblias antigas impressas. Há também duas Bíblias manuscritas em latim, cada uma composta por dois grandes volumes em *folio*, uma delas com a data de 1216. Lisboa tem ainda as bibliotecas dos conventos dominicano e franciscano que, embora privadas, podem ser frequentadas após obter autorização. Ambas são feias e escuras e têm pouco de interessante para ver. No convento dos franciscanos, cuja colecção de livros fora muito danificada pelo Terramoto, há um livro raro intitulado *Ludolphi Saxonis Opus vitae Christi juxta seriem evangeliorum. Editio Primaria anni 1474 fol.*, mas há muito poucas obras modernas de mérito. Há ainda a referir um imigrante francês que organizara uma biblioteca de empréstimo para uso exclusivo dos estrangeiros, a qual tem vindo a aumentar pouco a pouco; quase todos os livros são franceses ou ingleses. Segundo BERNARD (1801-1802), em Lisboa há uma única biblioteca de empréstimo, inglesa, composta de um número considerável de obras, algumas das quais de grande qualidade. ELIOT (1808-1809) declara que as maiores bibliotecas portuguesas são a da Universidade de Coimbra que, antes do grande Terramoto, era consideravelmente mais vasta, a da Alfândega da Praça do Comércio, em Lisboa, e a dos Conventos de Mafra, Alcobaça e São Vicente de Fora. No entanto, tal como as livrarias, estão sobrecarregadas com obras de Teologia. Na biblioteca de São Vicente de Fora existem belas edições de Madrid, com ilustrações, de *Don Quixote* e de *Gil Blas*, bem como as melhores edições da *História de Portugal* de Osório e Manuel de Faria e Sousa; e ainda uma infinidade de autores latinos e a totalidade dos poetas portugueses, entre os quais Camões continua

sem rival. WITTICH (1838) começa por referir o ensaio da sua própria autoria sobre a situação das bibliotecas em Portugal³¹, transcrevendo algumas passagens para dar uma ideia sobre o que realmente contém as bibliotecas lusitanas. Afirma ter visitado todas as colecções de livros importantes do país embora o ensaio se limite praticamente a Lisboa porque, após a extinção dos mosteiros, os livros haviam sido retirados dos edifícios abandonados e trazidos, na maior parte dos casos, para o antigo mosteiro de São Francisco da Cidade. É, pois, nesse convento que se encontra a melhor biblioteca de Portugal. As obras haviam sido trazidas principalmente dos conventos das províncias do sul do país e dos arredores de Lisboa, num total de 300.000 textos impressos e manuscritos. Entre eles contam-se importantes obras filológicas de eruditos dos séculos XVII e XVIII, assim como parte da obra de Cícero, *Ad Familiares*, em pergaminho, a obra mais antiga impressa em Portugal, datada do ano de 1468. Um manuscrito grego das chamadas *Epístolas de Falaris* merece também atenção; de acordo com informações obtidas na própria biblioteca, trata-se do único manuscrito grego que esta contém. As bibliotecas de Lisboa contém excelentes obras da antiga literatura católica e teológica, assim como importantes colecções de manuscritos de poesia portuguesa antiga e de História de Portugal, tanto do continente, como das colónias. Na biblioteca do antigo Convento de Nossa Senhora de Jesus está também instalada a biblioteca da Academia das Ciências, bem como a sua Colecção de História Natural, ainda numa fase incipiente. Para além disso, está em construção uma sala de sessões e um museu para a Academia. A sala da biblioteca do convento é clara e espaçosa e o teto tem belas pinturas. Entre os volumes ali reunidos encontra-se uma colecção bastante rica de obras que remontam ao tempo de Aristóteles. Há também um missal em pergaminho datado de 1610, encadernado a veludo vermelho e decorado com excelentes pinturas nas margens, bem como pinturas de página inteira igualmente boas, na sua maior parte cenas da vida de Cristo. O cuidado e o esforço evidentes, quer na escrita, quer nas pinturas, merecem rasgados elogios, embora o tempo e o trabalho dispendidos não tenham sido empregues em algo de verdadeiramente útil à humanidade. A biblioteca do Palácio da Ajuda é composta quase exclusivamente por manuscritos sobre a História de Portugal, levados para o Brasil, juntamente com obras impressas, por D. João VI, e trazidos de novo aquando do seu regresso a Portugal. A biblioteca do antigo Convento das Necessidades tem 30.000 volumes, entre os quais se salientam: uma colecção de cantigas de amor portuguesas do *Cancioneiro Geral*, coligidas e revistas por Garcia de Resende, publicada em Lisboa em 1516; uma bonita colecção não datada de manuscritos de canções que dizem ter sido publicada pelos jesuítas em Évora; uma colecção de ensaios sobre dramaturgia, em quatro livros, do tempo de D. Manuel e D. João III; e ainda um roteiro manuscrito para marinheiros relativo à costa do Brasil desde o cabo de Santo Agostinho até ao estreito de Magalhães, incluindo uma História da Índia. Trata-se de um manuscrito belíssimo com letras iniciais douradas e mapas cuidadosamente trabalhados. Nesta biblioteca encontram-se também obras de reformadores alemães. Em Lisboa não há gabinetes de leitura apesar da notícia publicada no número de Outubro de 1837 da revista

Phoenix, segundo a qual alguns comerciantes de livros franceses haviam organizado dois gabinetes em Lisboa.

Prisões, hospitais e cemitérios são também tema de vários relatos. Em relação às **prisões**, os **comentários gerais** são negativos. ESCHWEGE (1834-1836) critica D. Pedro pelo pouco empenho demonstrado em melhorar efectivamente as condições de vida e a administração dos estabelecimentos prisionais. Apesar de, em 1834, ter nomeado uma Comissão com o objectivo de zelar por uma melhor gestão dos mesmos, os custos envolvidos haviam impedido o governo de pôr em prática muitas das medidas preconizadas pela Comissão, pelo que a maior parte dos problemas continua sem resolução. Por exemplo, mantêm-se as grandes salas das prisões de Lisboa, onde se acumulam centenas de presos embora, devido à actividade da Comissão, estes já não sofram de fome nem permaneçam sem roupa, evitando-se o espectáculo de pessoas quase nuas a pedir pão e esmolas por trás das grades duplas das janelas de prisões como a do Limoeiro. No passeio em frente à janela cada preso colocava um prato partido no qual quem passava podia deixar uma esmola. Das janelas dos andares superiores pendiam cordas com cestos onde se colocavam também esmolas e objectos. Assim fora até há pouco tempo a sorte dos presos de Lisboa e assim continua a ser ainda nas prisões de província, como se pode verificar por uma notícia recente surgida nos jornais de Setúbal. Cada uma das duas prisões principais de Lisboa, a do Limoeiro e a do «Aljuba», tem o seu hospital onde, segundo a Comissão, haviam dado entrada 987 doentes no ano de 1834. Os militares são presos no Castelo e os presos por delito contra o Estado são normalmente encarcerados na Torre de Belém. MINUTOLI (1842) obtém informações sobre a justiça portuguesa, cujas condenações variam, segundo a gravidade do crime, da detenção (que pode ir de seis meses à perpetuidade) aos trabalhos forçados (normalmente em obras públicas, estando os presos acorrentados) ou à deportação para as Colónias do Ultramar. No primeiro caso, os condenados são enviados para a cadeia da Cova da Moura; no segundo, ficam em locais próximos das obras públicas em que trabalham; no terceiro, permanecem, até à data da partida, na Cadeia do Limoeiro. Em Portugal, o governo é fraco e os funcionários públicos são indolentes e não têm integridade. É por estas razões que as cidades de Lisboa e do Porto, onde se encontram os serviços centrais do Governo, têm um índice desproporcionadamente alto de criminalidade em relação ao de outras cidades e ao da região do Alentejo. Ainda em Portugal, há mais crimes contra pessoas do que contra a propriedade. A situação em que se encontra o Direito no país é altamente deficiente e a decisão sobre quem tem razão depende, não do acto em si, mas dos custos envolvidos. Desde há muito que a situação da administração das prisões em Portugal é a pior e a mais corrupta da Europa. A luz que a este respeito a América tem vindo a lançar de há decénios para cá não consegue penetrar as sombras que pairam sobre Portugal. Até ao ano de 1833 o governo não dera qualquer atenção a este importante ramo da administração. Desde então tem vindo a fazer face ao problema. Há uma

sociedade de três comerciantes que anualmente recebe a soma de 40.000 *thaler* para financiar a manutenção de todos os presos em fase de investigação e também daqueles que já foram julgados.

A **Cadeia do Limoeiro**, escreve ESCHWEGE (1834-1836), é um edifício de pedra, assimétrico e de grande extensão, com rés-do-chão e dois andares, situado no centro da cidade. No seu interior há grandes salas onde os presos estão juntos, independentemente do tipo de crime cometido. Alguns aposentos mais pequenos, os chamados «segredos», são reservados a presos políticos e neles não é permitida a entrada a visitas. Segundo o testemunho de um ex-presidiário do Limoeiro, o pior é o cheiro que vem das retretes, aposentos estreitos de dois passos de largura e um de profundidade com um urinol anexo. Há um pequeno pátio onde os presos são autorizados a apanhar ar fresco, embora muito raramente. O pátio é tão pequeno e fechado que o ar não é muito diferente do que se respira dentro da prisão. As visitas do Regedor de Justiça são meramente formais e os carcereiros fazem negócio com os presos, alugando salas e quartos no andar superior. O Aljube, a alguns passos do Limoeiro, é uma prisão suplementar utilizada quando a outra está demasiado cheia. Para lá vão, sobretudo, mulheres. Os presos das classes mais pobres são relegados para as salas abaixo do rés-do-chão, um local chamado «enxovia» onde passam muito mal. WITTICH (1838) comenta que a localização da Cadeia do Limoeiro no centro da cidade é um factor negativo, pois possibilita aos presos contactarem constantemente com familiares, amigos e conhecidos através das janelas viradas para a rua, pedindo dinheiro e outras coisas a quem passa. As esmolas são colocadas em cestinhas na extremidade de cordas que os presos fazem subir e descer. O dinheiro assim obtido é utilizado na compra de bens supérfluos, dado que a administração se ocupa de todas as necessidades básicas, nomeadamente no caso dos chamados «miseráveis», que recebem roupa, sapatos e mantas de lã. Eschwege já descrevera as circunstâncias nesta prisão mas há dois aspectos que merecem ser comentados, nomeadamente a falta de higiene e a mistura de presos de todos os tipos. Quanto ao primeiro, a situação melhorara em relação ao que Eschwege descreve. A prisão é agora um local asseado. Quanto ao segundo, a situação não é de modo algum tão má como se pensa, se bem que o facto de haver tantos presos juntos crie, inevitavelmente, problemas de vária ordem. A sobrelotação do Limoeiro deve-se a factores como a deterioração dos costumes na cidade e a insuficiente instrução e formação dos jovens. Os Estados mais bem organizados são os que menos precisam de prisões. O grande tamanho das salas do Limoeiro advém do facto de este edifício ter começado por ser um palácio real. Seriam necessários meios financeiros, que não existem, para alterar o seu interior de forma a melhor servir as actuais funções. Tanto quanto é possível, faz-se alguma separação dos presos, pois há salas para presos por crimes leves e reincidentes e outras para presos por crimes atrozos reincidentes. Existe ainda uma outra sala que serve como local de detenção para os membros da guarda municipal, bem como uma prisão independente destinada aos condenados à deportação, ou aos trabalhos públicos, que aguardam a consumação do cas-

tigo. Numa outra sala existe uma espécie de sociedade burguesa em que se instituem leis e regras parecidas com as do exterior. Para impedir a ociosidade, os presos fazem trabalhos manuais. Na zona habitada por mulheres, totalmente separada da dos homens, quase todas as prisioneiras dormem no chão, envoltas em cobertores de lã, devido à escassez de camas. A prisão tem uma cozinha que os próprios presos utilizam frequentemente para preparar melhores refeições. Por fim, há a referir seis capelas onde se celebra missa ao domingo, para além de um Oratório numa das enfermarias do hospital. As várias enfermarias, cujas camas são de armação de ferro, têm nomes de santos como, por exemplo, Enfermaria de Santo António ou Enfermaria de São Joaquim. A farmácia parece bem apetrechada. As refeições são preparadas na cozinha do hospital, de acordo com instruções médicas e servidas em pratos onde estão inscritas as palavras Enfermaria do Limoeiro. De uma forma geral, recentemente as condições de vida dos presos haviam melhorado, restituindo-se o direito ao passeio diário no espaçoso pátio anexo ao edifício. MINUTOLI (1851-1854) menciona os melhoramentos nas condições na Cadeia do Limoeiro. Há várias instalações novas. Entre as muitas instituições prisionais que visita em Portugal, esta é a única que pode ser considerada razoável embora não tenha o espaço indispensável para permitir aos presos movimentarem-se. As celas inferiores não têm ar fresco e as oficinas são, regra geral, demasiado exíguas em relação ao número de trabalhadores que as ocupam. A localização das latrinas é um dos principais inconvenientes pois estão directamente ligadas às salas dos presos e, frequentemente, separadas das mesmas apenas por portas baixas.

MINUTOLI (1842) visita a *Cadeia da Cova da Moura*, antigo e extenso castelo mouro onde há muitas salas, corredores estreitos e íngremes escadas de pedra que fazem a ligação entre os vários andares. A passagem de um andar para o outro é controlada por alçapões. Há trinta e dois guardas que se ocupam de serviços muito leves e a fiscalização das condições do normal funcionamento da instituição é da responsabilidade de um superintendente, um subintendente e dois secretários. Todas as outras responsabilidades, nomeadamente no que respeita ao emprego e despedimento dos guardas, escolha de refeições, organização interna (se é que se pode dizer que tal coisa existe), ou execução de castigos disciplinares, são assumidas por uma comissão de comerciantes. Em caso de insubordinação ou participação em *complot*, a punição não contempla o castigo corporal, consistindo normalmente na colocação de correntes ou algemas ou, no caso de presos doentes, na colocação de um ferro na zona do pescoço. A punição inclui por vezes a detenção numa cave pequena e escura. Em todo o edifício não se vê uma única cela individual. Prisioneiros em diferentes fases do processo penal, ou acusados de delitos completamente diversos, encontram-se juntos, o que é muito negativo. Alguns estão meramente sob observação, outros estão em fase de investigação civil e criminal, e outros já estão a cumprir pena. Há fiadores, ladrões, assassinos, jogadores, crianças desobedientes, criados preguiçosos e mulheres – todos juntos devido à exiguidade do espaço, numa extraordinária mistura de fisionomias. Segundo as listas que lhe haviam permitido consultar, estão no edifício mil setecentos e

noventa prisioneiros; no entanto, mais de oitocentos vivem no exterior, sob caução. De entre os cerca de novecentos presos que ali se encontram, quarenta e seis são mulheres acompanhadas de seus filhos e distribuídas por seis grandes salas. Há ainda cerca de vinte crianças num estado de total abandono, fechadas numa gaiola que mais parece uma coelheira. As mulheres estão sob a vigilância de uma guarda e da respectiva ajudante. Os salões do andar superior são ocupados por quem tem meios para prover às suas necessidades e estão apinhados de gente, sendo difícil distinguir entre presos e visitantes, pois todos têm o mesmo aspecto e comem, bebem, jogam, cantam e dançam todos juntos. A administração limita-se a vigiar do exterior o que se passa nestas salas, não se preocupando com o que realmente interessa como, por exemplo, se os presos comem, quando comem e em que quantidade, quem lhes traz a comida, de onde lhes vem o dinheiro e que contacto têm com pessoas do exterior, quer através das janelas abertas que dão para a rua, quer por intermédio de amigos que os visitam. Alguns presos trabalham como sapateiros, alfaiates e cesteiros para ganhar dinheiro com vista a melhorar a sua situação. O cheiro é nauseabundo devido às aberturas demasiado pequenas e às latrinas localizadas numa alcova aberta mesmo ao lado das salas. Cada sala tem apenas duas bacias de água para os presos beberem e se lavarem. Aqueles que não têm meios para prover às suas necessidades ocupam o andar inferior e recebem ao almoço um pouco de arroz, batatas e três quartos de libra de pão branco de má qualidade. A administração não fornece camas, roupa, ou roupa branca a não ser em caso de doença. Aos que ali chegam nus é dada uma grande peça de tela para com ela fazerem um par de calças curtas e uma manta na qual se podem embrulhar, segundo o costume do país. Dado que tudo se diferencia segundo as posses de cada um, fora decidido deslocar os que não têm absolutamente nada para um andar ainda mais abaixo e, como esta prisão tem só dois andares, passaram a habitar uma grande cave. Ali, entre montes de esterco, vivem quarenta e sete desgraçados, trinta e seis homens e onze crianças. Trata-se, pois, de uma verdadeira hierarquia: no andar superior, os presos gozam de vistas e de algum ar fresco; no andar inferior, as janelas dão para muros e o ar já não é tão bom; na cave, há humidade e é tal a escuridão que se é obrigado a descer com uma lanterna. Deste estado de coisas resulta que todos tentem conseguir dinheiro de qualquer forma para poderem passar para os andares de cima. Antigamente, os presos podiam sair para o pátio durante uma hora por dia, mas desde que um criminoso se evadira e ameaçara a vida do juiz, tal autorização fora anulada. A prisão tem um hospital distribuído por quatro salas, três para doentes do sexo masculino e uma para mulheres. A supervisão é feita por um médico, um cirurgião, um farmacêutico e vários guardas. De uma forma geral reina ali a ordem e a limpeza. Por fim, num sótão mesmo por baixo do telhado estão os oratórios, locais onde os condenados à execução pública – sempre por enforcamento – se preparam para a morte durante três dias assistidos por um padre. Aquando da segunda visita a Portugal (1851-1854), Minutoli informa que a cadeia fora fechada, dado a Comissão Sanitária ter considerado que a condição em que se encontrava o edifício era inaceitável.

vel. Durante essa segunda estada Minutoli visita a **Prisão do Castelo**, que verifica ter os mesmos problemas e inconvenientes da cadeia do Limoeiro embora os presos militares e políticos que lá se encontram estejam instalados em quartos mais amplos e mais bem ventilados. O edifício tem quatro grandes divisões e oito celas mais pequenas destinadas a criminosos particularmente perigosos.

A impressão geral sobre os **hospitais** é mais positiva. WITTICH (1838) escreve longamente sobre o **Hospital de São José**, instalado num edifício outrora pertencente aos jesuítas que ali tinham uma das suas muitas instituições de ensino. É por essa razão que o átrio do hospital tem o nome de Calçada do Colégio. Entra-se no hospital por um portal ornamentado com colunas. Numa das estátuas colocadas sobre o portal há uma placa com uma inscrição em latim. Quem entra no átrio vê imediatamente a igreja e o magnífico edifício de três andares onde, sobre altos pedestais, há várias estátuas de apóstolos e santos sem qualquer valor artístico. O exterior da igreja está em bom estado mas o interior encontra-se em ruínas desde o Terramoto de 1755. A capela-mor, em estado de total abandono, está ligada à nave apenas pela parede lateral direita. O trabalho dos capitéis das colunas é lindíssimo. No belo púlpito, ainda em bom estado de conservação, vê-se o símbolo dos jesuítas, J. H. S. (com uma cruz por cima do H), «Jesus habemus socium». Não há razão para a opinião geral negativa sobre a organização do hospital, no qual residem dois padres e um cirurgião. Tudo parece estar em bom estado e em ordem, incluindo a cozinha. Dos jardins desfruta-se de uma vista bonita. O edifício ocupa uma grande extensão de terreno e, para além das enfermarias e de alguns quartos particulares, inclui uma farmácia e uma sala de oração onde se pode assistir à missa todos os domingos. Há vinte e duas enfermarias, com nomes como São José, São Sebastião, São Miguel ou São Pedro, oito das quais destinadas a mulheres e demasiado pequenas para tantas doentes. É surpreendente, aliás, a exiguidade da zona feminina pois não falta espaço no edifício. As enfermarias para homens são mais espaçosas e também mais limpas; a sua única desvantagem é o soalho ser de tijolo que, quando é lavado, cria um ambiente de humidade prejudicial à saúde. No andar inferior do edifício encontra-se um manicómio onde estão cento e onze doentes, noventa e oito dos quais do sexo feminino. Os doentes não agressivos passeiam livremente nos quartos, enquanto os mais difíceis são colocados em jaulas onde alguns jazem sobre palha por não suportarem qualquer peça de roupa sobre o corpo. MINUTOLI (1851-1854) escreve que o Hospital de São José é um grande edifício cujo exterior é imponente e grandioso. O interior, por sua vez, satisfaz os requisitos de uma instituição pública médica e didáctica. Todas as divisões utilizadas como quartos para doentes, mesmo as que estão situadas directamente por baixo do telhado, são amplas, airosas e limpas. Os aposentos da Administração são imponentes. A cozinha, as copas e os anexos estão equipados com tanto luxo que se poderia considerar um esbanjamento de dinheiro se não se sentisse por todo o lado a sua utilidade prática. Há uma Clínica Médica com vinte e uma camas e uma Clínica Cirúrgica

com vinte e seis camas, ambas ligadas à instituição; a primeira tem o nome de Santo Antão e a segunda de São Carlos, e destinam-se à formação de futuros médicos. As enfermarias têm de sessenta a setenta camas e não há nada a criticar no que se refere à roupa de cama ou aos uniformes do pessoal. Há uma série de quartos particulares onde se aceitam pensionistas de ambos os sexos que, em suas casas, não têm o espaço e os cuidados necessários ao tratamento. Há ainda sete salas amplas na zona de cirurgia, cada uma com trinta a cinquenta camas, que têm, tal como as outras, nomes de santos. As mulheres ocupam três enfermarias com duzentas camas e três salas na zona de cirurgia com cento e sessenta e oito camas no total. Os quartos particulares desta secção raramente são utilizados.

HORNER (1831-1838) menciona o **Hospital Militar**, situado ao lado da bela Igreja de Nossa Senhora da Estrela. O edifício é em pedra e tem estuque por dentro e por fora. Tem cerca de duzentos pés quadrados distribuídos por dois andares, assim como dois pátios, uma alta escadaria de pedra no lado da frente e belas escadas de mármore que fazem a ligação entre dois andares. No andar inferior encontram-se os armazéns, as salas para os prisioneiros e a capela, onde há várias pinturas de qualidade, a fresco e a óleo, assim como belos exemplos de talha dourada emoldurando os altares. No andar superior encontram-se as salas para os soldados e os quartos dos oficiais, para além de outras divisões.

Ainda segundo Horner, no ano de 1848, os doentes com depressão nervosa haviam sido transferidos para o **Hospital de Alienados de Rilhafoles**, antigo Convento de São Vicente de Paula, que havia também servido de Escola Militar. Este estabelecimento está situado num local espaçoso e saudável próximo de Santana, um dos locais mais altos da cidade. A vista que de lá se desfruta sobre Lisboa e as suas férteis redondezas é encantadora. Junto do hospital há uma exploração agrícola bastante extensa e um jardim com água fresca e abundante, pelo que este complexo reúne tudo quanto se pode desejar para as instalações de um manicomio: ar puro, vistas, possibilidade de permanência e ocupação dos doentes ao ar livre.

Seguimos agora para os **cemitérios** de Lisboa e iniciamos este tema com o **Cemitério dos Ingleses**, sem dúvida aquele que mais suscita a curiosidade dos viajantes. TWISS (1772-1773) escreve que a Feitoria inglesa tem um cemitério nos arredores da cidade no qual há caminhos ladeados de ciprestes que lançam sombra sobre as sepulturas. É perturbador ver tantos monumentos de mármore com inscrições longas, pomposas e lisonjeiras em memória de comerciantes e suas famílias, quando Henry Fielding³², o grande autor de *Tom Jones*, ali se encontra enterrado sem uma simples pedra a indicar o local onde jaz. BERNARD (1801-1802) comenta que, ao contrário dos portugueses, que incompreensivelmente ainda enterram os mortos dentro das igrejas, os ingleses têm não só o seu próprio cemitério como um hospital contíguo cujo exterior e interior são muito agradáveis. O cemitério é um jardim espaçoso e arranjado com gosto, onde é comum ver famílias inglesas a passear entre as sepulturas rodeadas de grandes ciprestes e altas olaias. Aqui se respira a mesma simplicidade e harmonia dos cemitérios *Herrnhuter*³³, onde nada há de solene,

nem de triste, antes lindas árvores e plantas raras. O monumento funerário ao Príncipe Christian August von de Waldeck³⁴ é bonito, enquanto todos os outros primam pela insignificância e, até, pelo mau gosto, havendo vários epitáfios de comerciantes em que se especifica a quantia de dinheiro acumulada em vida pelo defunto. A sepultura de Fielding não tem qualquer epitáfio, tornando-se impossível identificá-la. Em 1786 o cônsul francês em Lisboa, Chevalier St. Mark de Meyrionet, mandara construir às suas próprias custas um monumento funerário a Fielding, que continua guardado no mosteiro dos franciscanos. Seja qual for a razão pela qual ainda lá se encontra, ainda bem que assim é, pois é de muito mau gosto e completamente ridículo. Na última linha, Meyrionet dirige-se ao Tempo, pedindo-lhe que preserve o monumento pelos séculos futuros. É evidente, no entanto, que é o seu próprio nome que Meyrionet quer imortalizar. ORMSBY (1808) refere que desempenha com alguma frequência as suas funções de reverendo no cemitério. Os ingleses haviam adquirido o privilégio de ali serem enterrados pela assinatura de um tratado celebrado durante o protectorado de Cromwell. O cemitério é cercado por altos muros e está cheio de ciprestes e olaias. É enorme o número de pessoas que ali jazem, vítimas de doenças que tentaram curar em Lisboa. Há uma sala de depósito, ou conservação, para onde os corpos são trazidos ao decorrerem vinte e quatro horas após a morte; a lei não permite que continuem em suas casas após esse período de tempo devido ao risco de contágio. O clima quente torna necessária esta precaução. Em vão se procura o local onde jaz Fielding. Neste cemitério, onde há tantos monumentos em memória de pessoas que em vida não se distinguiram, aquele cuja vida fora dedicada à elegância e à utilidade, ali jaz há muitos anos sem qualquer monumento funerário. WEECH (1823) repete a maior parte da informação veiculada por Bernard e acrescenta que o elevado número de campas deste cemitério não é tanto um indicador do número de residentes britânicos em Lisboa, mas antes da popularidade de Lisboa enquanto local de convalescença para os ingleses. ROCKWELL (1835-1836) afirma que os ingleses têm uma capela nos arredores de Lisboa que é frequentada por duzentas ou trezentas pessoas que ali seguem os rituais ingleses. Junto a ela encontra-se um bonito cemitério onde, à sombra do cipreste e do teixo, alguns compatriotas repousam. O romancista inglês Fielding fora ali sepultado e sobre o seu túmulo fora erguido, em 1828, um monumento grande e dispendioso financiado pelos ingleses residentes em Lisboa. O local de maior interesse, no entanto, é aquele onde jaz o piedoso e venerável Dr. Doddridge, conhecido autor de obras devocionais extraordinárias, incluindo um texto intitulado «Exposition of the New Testament» incluído na sua obra *Rise and Progress of Religion in the Soul*. A capela protestante inglesa é um edifício agradável e suficientemente grande para acolher duzentas ou trezentas pessoas. Devido aos seus bens materiais e capacidade diplomática, os ingleses haviam adquirido o privilégio de construir capelas na maior parte das cidades católicas do sul da Europa onde residem em número suficiente para justificar o serviço religioso público. No entanto, Espanha nunca lhes concedera esse privilégio. DEMBOWSKI (1838) relata que no fim do século XVIII fora concedido aos ingleses,

entre outros privilégios, o de terem o seu próprio cemitério contanto que substituíssem as palavras Cemitério Protestante sobre a porta de entrada por Hospital da Feitoria Inglesa, inscrição que ainda lá se encontra. Este é o cemitério mais belo de Lisboa, e ali está o túmulo do célebre poeta Fielding que se encontra sem qualquer dificuldade e que tem um tocante epitáfio versando sobre o sofrimento da pátria britânica ao saber que um dos seus filhos jaz fora do seu seio. WITTICH (1838) refere o Cemitério dos Ingleses, onde há uma igreja bem conservada, de interior simples mas de muito bom gosto, bem como altos ciprestes e muitos monumentos bonitos. No entanto, apenas a zona do lado ocidental da igreja está ajardinado. O cemitério propriamente dito está bastante negligenciado, apesar de contar com as campas de dois homens famosos da literatura inglesa, Doddridge³⁵ e Fielding. Este último, falecido em Lisboa, só recentemente tivera direito a um monumento permanente compatível com a sua dignidade. A inscrição na sua lápide define-o como um autor que abre as regiões mais secretas do coração e forma o carácter dos homens ao demonstrar-lhes quão bela é a virtude e quão odioso o vício. Esta afirmação revela a limitação da crítica inglesa que, assim, reduz a um julgamento moral este espírito extraordinário, sem ser capaz de entender que uma obra possa ser moral mesmo quando as suas personagens são imorais. No cemitério encontram-se também alguns monumentos a alemães, entre os quais o do Príncipe de Waldeck, erigido às ordens do príncipe regente D. João VI. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) alonga-se na descrição do Cemitério dos Ingleses, que afirma ter sido concebido primordialmente como um jardim. Junto a ele estão a casa do pastor e a igreja. Num grande bosque de ciprestes, entrecruzado por caminhos primorosos de onde sobressaem ramos de mil cores dos mais magníficos pelargónios, repousam os mortos, cobertos por monumentos que não são de muito bom gosto. A pompa gélida de monumentos deste tipo é sempre desagradável. Um belo tapete verde de relva cobrindo suavemente os mortos é preferível a pedras duras e pesadas urnas e pirâmides. No entanto, o cemitério é tão florido e agradável que parece um oásis. Lisboa, com os seus majestosos escombros e edifícios colossais e solitários, tem algo de desértico com que esta abundância de verde e flores, sombras e luz contrasta encantadoramente. É extraordinário como os ingleses conseguem imprimir algo de caracteristicamente seu em qualquer pedaço de terra que as suas mãos toquem, como acontece, por exemplo, em Gibraltar. É um belo talento entender tanto do enfeite e do tratamento da terra, talento que os povos do sul não possuem de todo; o melhor que têm a fazer é dar liberdade à natureza porque não sabem como a ajudar. HUGHES (1846) escreve que um pouco a norte da zona da Estrela são visíveis os ciprestes do Cemitério Inglês e a bonita Igreja Inglesa. No cemitério repousam os restos mortais do famoso Fielding sob um monumento erigido em sua honra pelos seus compatriotas, em substituição de um outro, muito rebuscado, que havia sido erigido no mesmo local pelo cônsul de França. A inscrição é simples e muito bonita. STUART-WORTLEY (1851) refere o cemitério protestante de Lisboa, onde jaz o celebrado Henry Fielding, homem muito distinto cuja sepultura havia estado demasiado tempo sem

monumento ou inscrição. Agora tem ambas as coisas pois havia sido construído sobre o túmulo um monumento conspícuo adornado com uma inscrição em latim. Nem um, nem outra, são dignos de Fielding. As sombras melancólicas dos ciprestes caem sobre os caminhos do cemitério, que fora entregue aos ingleses já no ano de 1655 em honra do décimo quarto artigo do Tratado assinado entre Inglaterra e Portugal durante o protectorado de Oliver Cromwell. Depois do Tratado de Viena, fora construída dentro do perímetro do cemitério uma capela protestante, um edifício simples e sem qualquer característica de nota. Não se pode evitar que surjam ao espírito perguntas sobre o que se terá passado com os cemitérios e os monumentos funerários na altura do Terramoto. As consequências devem ter sido verdadeiramente horríveis pois os corpos devem ter sido atingidos e os túmulos destruídos pelo choque. WITTICH (1838) menciona vários textos dedicados ao tema dos enterros em Portugal, um dos quais fora publicado no número de Dezembro de 1837 da revista *Panorama*, do qual traduz um excerto. Outra passagem importante encontra-se na obra de Julia Pardoe³⁶. A evolução dos cemitérios na Europa civilizada – de locais lúgubres a jardins cada vez mais bonitos – é sinal dos ventos do progresso. O cemitério mais bonito de todos é o o Fir Park, de Glasgow, situado por trás da catedral. Esse parque lindíssimo transformara-se num cemitério sem que tivesse havido qualquer alteração da sua fisionomia: os mesmos atalhos continuam a conduzir ao cimo do monte e os canteiros continuam a ser cuidadosamente tratados. A única diferença é que as flores passaram a brotar de sepulturas.

WITTICH (1838) faz notar que o **Cemitério dos Prazeres** deixa muito a desejar e está longe de se poder comparar a um bonito jardim. Ocupa uma grande extensão e está rodeado de um muro. No lado ocidental tem uma fileira de monumentos sepulcrais, o mais sumptuosos que se possa imaginar, cuja execução constitui motivo de orgulho para os pedreiros portugueses. No centro jaz o *profanum vulgus* que se contenta com pobres cruces de madeira. É linda a vista sobre os arcos majestosos do Aqueduto, o Tejo e a sua foz e o Palácio da Ajuda. No entanto, naquela colina árida não há nenhuma árvore, nenhuma flor, nenhuma relva fresca que suavize o calor do sol. MINUTOLI (1851-1854) descreve o Cemitério dos Prazeres como um pentágono com uma superfície de 1.061.600 palmos que ocupa a encosta a norte de Lisboa. Cada campa tem vinte e sete palmos mas, para o sector mais pobre da população, que não tem meios para pagar um lugar destes, existem valas comuns de dez a doze palmos de largura, doze a catorze de profundidade e quarenta a cinquenta de comprimento. Os caixões são enterrados em fila e cobertos com uma camada de dois palmos de terra; por cima coloca-se uma nova fila de caixões, sobre a qual, finalmente, se coloca uma camada de cinco palmos de terra. Há dois locais neste cemitério onde haviam sido plantados, com muito gosto, cedros, ciprestes e flores. Nestes locais existem campas familiares e monumentos muito variados nos quais se dá livre curso aos desejos do coração, às possibilidades económicas e à expressão artística, esta última expressa numa grande variedade de estilos, desde os mais infantis e humildes, aos mais fantásticos, labirínticos e

de extremo mau gosto. Este cemitério tem como adorno uma pequena e bonita capela e destina-se aos habitantes do quarto e quinto distritos, enquanto o de São João se destina aos do primeiro e segundo distritos e o de Pedro Teixeira se destina aos habitantes de Belém e da Ajuda.

Acompanhado pelo pastor da Igreja Evangélica em Lisboa MINUTOLI (1851-1854) visita também o **Cemitério dos Alemães**. Segundo informa, outrora o cemitério que agora é apenas dos ingleses fora também propriedade dos holandeses e dos alemães. No entanto, a tensão entre o cônsul inglês e o cônsul dinamarquês, representante dos alemães em Lisboa, causara tantos problemas que o pastor inglês deixara de autorizar, quer o enterro de alemães, quer a celebração pelo padre alemão das cerimónias de comunhão. O Sr. Schlick, rico comerciante nascido em Lübeck, oferecera então à comunidade alemã de Lisboa um pequeno cemitério no Monte do Outeiro, que agora se pensa em aumentar. A bênção do local tivera lugar em 1823 e, desde 1829, ali jaz o próprio Schlick. Deste cemitério goza-se de uma vista muito bonita mas há pouca coisa que o ornamente, pois não se vê uma única flor. Ainda segundo MINUTOLI (1851-1854), o **Cemitério Judaico** fora inaugurado em 1801. As campas são particularmente profundas e, embora tenha ciprestes como o cemitério dos ingleses, o aspecto é sujo e desordenado.

Raro é o viajante que não passeia **pelos arredores de Lisboa**, passando por locais famosos pela sua beleza natural ou pelos edifícios que lá se encontram, como Alcântara e o seu Aqueduto, Benfca, Queluz, Sintra, ou Colares.

Segundo CLARKE (1761-1762), em **Alcântara** é o **Aqueduto** que merece a atenção do viajante. O arco central, devido à altura que tem, é talvez um dos mais nobres da Europa. O mais notável é que este edifício aguentou a violência do Terramoto embora tenha sofrido um tal choque que muitas das pedras angulares se haviam deslocado vários centímetros e só estão ainda seguras porque uma pequena parte da sua base fora apanhada novamente pelo fechamento central. TWISS (1772-1773) escreve que perto da cidade, no vale de Alcântara, se encontra o célebre Aqueduto que une duas colinas. Nesta zona os arcos são em número de trinta e cinco, catorze grandes e vinte e um mais pequenos; o maior tem trezentos e trinta e dois pés de altura e duzentos e quarenta e nove de largura. Mais próximo da cidade estão dez arcos de menor dimensão e muitos outros arcos, mais pequenos ainda, perto da fonte que abastece o Aqueduto. Os pilares que os suportam são quadrados; o mais largo mede trinta e três pés de cada lado da base. A amplitude do Aqueduto é, assim, de apenas um décimo da sua altura, o que faz com que pareça mais alto do que de facto é, sobretudo aos olhos de quem se encontre debaixo do grande arco. Construído em 1748 numa espécie de mármore branco, não sofrera qualquer dano com o Terramoto. Em 1750, T. Bowles publicara uma gravura com uma vista deste Aqueduto³⁷. DALRYMPLE (1774) classifica o famoso Aqueduto de Alcântara como uma obra de grande nobreza. A sua beleza é perturbada, no entanto, pelo facto de ser composto de dois tipos de arco diferentes, o que lhe retira

uniformidade. Os arcos que são em ogiva deviam ser de volta perfeita, ou vice-versa; tal como está, parece ter sido desenhado por várias pessoas, ou construído em diferentes épocas. Infelizmente não lhe fora possível verificar a altura do arco principal, que é gótico; quanto à largura, mede-a pelo seu passo e calcula que deverá ter cerca de noventa pés. RUSSELL (1793) informa que o grande Aqueduto é um exemplo de nobre construção e tem um comprimento de mil jardas. A altura do arco maior é de duzentos e dez pés. WITHERING (1793-1794) menciona o Aqueduto que abastece Lisboa da água que é transportada de um local a onze milhas de distância, atravessando grandes vales e galgando montanhas. Do vale tem-se uma bela vista do arco mais alto, cuja construção é admirável. Do arco maior tem-se uma vista belíssima pois é tão alto que até um navio de guerra lhe podia passar por baixo. De ambos os lados do canal por onde passa a água há passeios por onde se pode caminhar, o que é muito agradável. Nenhuma das gravuras que vira deste Aqueduto dá uma ideia adequada da sua grandeza. Segundo TEXIER (1794), esta é a obra mais perfeita da Europa, merecedora de uma descrição exacta e completa. A partir de Elvas o caminho desce, íngreme, acompanhando o Aqueduto que traz a água até à cidade vinda de um local a uma hora de distância. Há uma zona em que ultrapassa os oitenta pés de altura e é composto por cinco arcadas. Os vales que atravessa estão muito bem cultivados e têm muitas casas e jardins. COLLINS (1796-1797) considera que o Aqueduto combina utilidade e elegância. Tem um comprimento considerável e atravessa um vale delicioso. Junto ao canal em que a água corre existe uma cómoda passagem por onde se pode andar e da qual se avistam belas paisagens. Segundo RUDERS (1798-1802), em Portugal são muitas as aldeias e cidades que recebem a água por meio de aquedutos, em cuja construção se investe não só dinheiro como muita arte. Aos olhos de um estrangeiro estes aquedutos são muito atractivos. O do vale de Alcântara é um excelente exemplo de construção moderna e, segundo os conhecedores na matéria, comparável às grandes obras da antiguidade. No texto editado por RANQUE (1801) lê-se que Lisboa tem uma grande quantidade de fontanários, alguns dos quais muito belos, todos abastecidos por um Aqueduto que é a obra mais magnífica do seu género. Com um comprimento de mais de duas léguas, antes de chegar a Lisboa atravessa um vale com cerca de um quarto de légua de largura. O maior dos arcos sobre os quais se apoia tem talvez duzentos pés de altura. De ambos os lados desta parte do Aqueduto, lá no cimo, existe um passeio largo para as pessoas andarem a pé. É ao Rei D. João V que a cidade deve esta soberba obra, que combina solidez, ousadia, magnificência e utilidade, já que sem ele a cidade disporia apenas de uma pequeníssima parte da água de que necessita. BERNARD (1801-1802) refere que o Aqueduto, da autoria do arquitecto Manuel da Maia, se situa do lado direito do vale de Alcântara, uma zona graciosa com um ribeiro, plantações de laranjeiras e oliveiras, quintas cujos vinhedos chegam até à margem do rio e moinhos de vento nos cumes das colinas. Na opinião de todos os especialistas esta é uma obra-prima, não só da arquitectura moderna, mas de todos os tempos. Conduz a água por um vale profundo situado entre duas colinas. A partir do arco principal os arcos vão diminuindo de largura na

mesma proporção em que a altura dos pilares em que assentam diminui também. Estes, por sua vez, vão encurtando proporcionalmente em relação à encosta das colinas em que se apoiam. Sobre os arcos há uma passagem coberta abobadada e entre os dois canais por onde corre a água, cada um com treze polegadas de diâmetro, há um largo espaço utilizado pelas pessoas que tratam da manutenção e limpeza. Estes canais não são como os de outros aquedutos, em declive, mas sim horizontais. Do lado de fora há uma galeria bastante larga por onde se pode caminhar. Antes deste Aqueduto ser construído havia, no local, vestígios de um aqueduto antigo. SEMPLE (1805) refere o vale profundo e estreito sobre o qual fora lançado o mais nobre dos aquedutos construídos na Europa desde o tempo dos Romanos e, talvez, o último a ser construído com o objectivo de transportar água para fins correntes, pois as modernas descobertas sobre o funcionamento dos fluidos transportados em condutas haviam tornado desnecessárias estruturas como esta. Neste vale, o Aqueduto tem trinta e cinco arcos, sendo o arco central de uma altura imensa. Os habitantes de Lisboa gabam-se de que estes são os arcos mais altos do mundo no que toca a arcos simples; no entanto, uma fila dupla ou tripla teria sido igualmente útil e muito mais elegante pois, quando vistos a alguma distância, os arcos do Aqueduto parecem desproporcionalmente estreitos. Uma elegante passagem protegida por uma parede de sólidos blocos de pedra percorre o topo, quase ao mesmo nível da água, que se ouve correr continuamente no interior, e ecoa pela abóbada causando uma sensação agradável na mente do passeante. Do parapeito do arco central vê-se o leito pedregoso de um curso de água de volume considerável que durante o inverno deve correr com a fúria de uma torrente de montanha. Vistos do cimo do Aqueduto, os viajantes que seguem por esta estrada parecem diminuir em tamanho até ficarem reduzidos à circunferência dos seus chapéus. Esta obra é um orgulho nacional para os portugueses, e com toda a razão, pois num país em que tão poucos empreendimentos de monta são levados à perfeição, com excepção dos de cariz religioso, este figura como um gigante «entre pigmeus e abortos». BLAIRIE (1805-1808) informa que, a cerca de meia légua da cidade, no vale de Alcântara, se ergue o famoso Aqueduto que abastece Lisboa de água. Inúmeras fontes a recolhem, sendo depois transportada pelos galegos para as residências particulares. Este Aqueduto tem trinta e dois arcos que unem duas colinas e estende-se por mais de meia légua entre elas. O maior tem trezentos e trinta e dois pés de altura. Vistas lá do alto as pessoas parecem pequenos animais do vale. A qualidade da obra é tal que não fora minimamente danificada pelo Terramoto de 1755. Procedente de Sintra, NEALE (1808) chega a uma aldeiazinha situada entre colinas nuas e calcárias onde se situam os primeiros arcos do Aqueduto de Lisboa. Ali brotam da rocha vários riachos da mais pura água, que é recolhida num grande tanque de mármore ao lado da estrada. Perto de Belas a estrada passa por baixo de alguns arcos do Aqueduto, junto do qual estão acantonadas tropas do exército britânico. Depois de Benfica a estrada descreve uma curva brusca para a direita e o viajante depara com os arcos do Aqueduto de Alcântara. Construída no reinado de D. João V, fundador do Palácio de Mafra, esta obra não sofrera qualquer dano com o Terramoto de 1755 e consti-

tui uma honra para a nação portuguesa. Tal como todos os outros edifícios públicos de Lisboa, é de mármore branco. Recolhe água das fontes perto de Belas e transporta-a a uma distância de várias léguas até um grande reservatório situado na extremidade noroeste de Lisboa. Ao passar sobre o vale de Alcântara une duas colinas com os seus trinta e cinco arcos, catorze muito largos, e outros muito altos, chegando alguns a atingir trezentos e trinta e dois pés de altura. Há dez arcos mais pequenos perto da cidade. Os pilares que sustentam estes arcos são quadrados. ORMSBY (1808) admira-se com a quantidade de água a que os habitantes de Lisboa têm acesso e que devem ao magnífico Aqueduto mandado erguer pelo Rei D. João V. Em beleza e solidez, esta obra rivaliza com muitas estruturas modernas em todo o mundo. A parte mais admirável situa-se em Alcântara, a cerca de uma milha da cidade, e consiste em trinta e cinco arcos, tendo o arco principal cerca de trezentos pés de altura. Alguns são em ogiva e outros de volta perfeita, um defeito que o arquitecto poderá talvez explicar satisfatoriamente mas para o qual não se encontra qualquer justificação. Por cima dos arcos existe um corredor com cinco pés de largura e um passeio para os transeuntes de cada lado. Há pessoas que trabalham constantemente para manter em ordem o canal por onde a água é conduzida. Esta obra, grande e bela, escapara às consequências do Terramoto devido à sua solidez. Se a guerra tivesse continuado, os franceses teriam certamente danificado o Aqueduto para perturbar os habitantes e o exército britânico. Mas, para o bem da humanidade, da ciência e do gosto, o Aqueduto permanecera incólume. ELIOT (1808-1809) menciona o célebre Aqueduto, obra sem dúvida extraordinária mas indubitavelmente um gasto de dinheiro inútil pois, por um centésimo da despesa, a água podia ter sido levada a descer a encosta de um dos lados do vale e a subir até ao cume do outro lado. O número de estruturas deste género espalhadas por todo o país, algumas de construção recente, demonstra que os portugueses ignoram o princípio segundo o qual a água encontra sempre o seu próprio nível. Por muito atrasados que estejam em todas as artes e ciências é impossível que este princípio hidráulico básico lhes tenha escapado. É difícil entender a insistência em utilizar um sistema há tanto tempo abandonado pelas nações mais esclarecidas da Europa. Segundo FISHER (1808-1810), Lisboa tem o sistema de abastecimento de água mais maravilhoso do mundo. O seu Aqueduto é o maior e mais importante da Europa. Já perto da cidade, esta obra verdadeiramente magnífica atravessa um vale muito profundo com os seus arcos de enorme dimensão e amplitude. O arco central tem duzentos e sessenta e três pés e dez polegadas de altura. A água corre por um canal coberto, de cada lado do qual existe um passeio para os transeuntes. Este grande caudal de água transportado até ao topo das sete colinas é depois conduzido em condutas para as diferentes zonas da cidade e corre para grandes tanques de mármore situados em muitas das ruas principais. MILFORD (1808-1812) afirma que Lisboa é abastecida de água por um soberbo Aqueduto, de um belo granito, que passa sobre o vale de Alcântara e une duas colinas com trinta e dois arcos de cerca de trezentos e trinta e dois pés de altura. A altura é suficiente para deixar passar uma fragata com todas as velas içadas. COCKBURN (1811) fica desiludido ao ver o famoso Aqueduto

que abastece Lisboa, pois lhe parece inferior ao de Caserta³⁸ e é, certamente, também inferior ao que se situa perto de Montpellier³⁹. A maior parte do Aqueduto de Alcântara é como o antigo Aqueduto de Siracusa, ou seja, uma simples conduta subterrânea. É verdade que a parte do Aqueduto que se situa no vale é tão bela como qualquer obra do género construída pelos romanos, mas não ultrapassa o dobro do comprimento da ponte de Westminster. No vale, o Aqueduto tem trinta e cinco arcos, alguns em ogiva e outros de volta perfeita. No topo há uma passagem com cinco pés de largura. GRAHAM (1812-1813) informa que o belo Aqueduto ainda está em uso e que outrora fora muito mais comprido. As várias «mudanças da natureza» haviam varrido parte dele, pois Lisboa sofrera muitos terremotos. WEECH (1823) confessa que, até ver o Aqueduto de Alcântara, tinha a impressão de que os aquedutos romanos se pareciam muito entre si, pois só conhecia este tipo de construção por descrição e desenho. Surpreende-se ao encontrar um Aqueduto que não é parecido com nenhum desses mas sim elegantemente murado e com arcos ogivais, pequenas torres e abóbadas. Iniciado em 1713 por ordens de D. João V, e terminado em 1732, este aqueduto, de arcos maiores e mais altos do que qualquer outro, parece-lhe a maior e mais magnífica obra da nova arquitectura. A princípio não lhe parecera tão colossal como imaginava que fossem os aquedutos romanos, feitos de enormes massas de pedra não trabalhadas e capazes de durar uma eternidade, mas quando se encontrara no corredor estreito e murado do topo dos arcos, pudera finalmente apreciar as dimensões gigantescas da obra. A vista do cimo do arco principal é verdadeiramente surpreendente, sobretudo na direcção do vale de Alcântara, onde os portugueses ricos têm as suas casas de campo. Do lado ocidental, a vista não é tão bela pois a região é árida e tem apenas algumas oliveiras e ruínas de casas que não podem ser resultado do Terramoto dado que o Aqueduto nada sofrera com ele, facto, aliás, extraordinário. Para DELIUS (1826) o Aqueduto de Alcântara, a obra mais extraordinária de Lisboa, conduz a água à cidade após passar por colinas e vales. No vale de Alcântara é suportado por pilares que têm entre duzentos e duzentos e trinta pés de altura. Perto desta obra gigantesca as casas parecem reduzir-se a nada. De ambos os lados do canal de água há um corredor de quatro pés de largo com parapeitos, onde se pode dar um agradável passeio e gozar da bonita vista das casas brancas que pontuam os bosques de laranjeiras. CAR-NARVON (1827-1828) considera que, em ousadia e grandiosidade, o Aqueduto talvez não tenha igual. Abastece Lisboa de água após atravessar um vale profundo perto da bonita aldeia de Alcântara. Quando se está por baixo do arco central e se olha para cima, este parece absolutamente magnífico. No entanto, é de lamentar que os arcos não sejam uniformes; alguns são de estilo gótico, em ponta de lança, enquanto outros são em volta perfeita, uma discrepância que prejudica o aspecto geral, embora menos do que seria de esperar. Se bem que o Aqueduto se prolongue ininterruptamente por muitas milhas, há longas secções que não são visíveis devido à irregularidade do terreno. WITTICH (1838) escreve que a construção do Aqueduto é em si mesma um facto significativo, pois fora necessário fazê-lo atravessar montanhas e vales. Para além disso, o Aqueduto tem pequenas torres a distâncias

regulares que, de cada lado, têm uma janela protegida por uma grade de ferro e uma rede. Assim se deixa passar a luz e o ar sem deixar passar nenhuma impureza de modo a conservar a água limpa. Embora à primeira vista, e de longe, os arcos pareçam demasiado estreitos, a proporção está correcta pois a obra resistira ao Terramoto. Não é este o único Aqueduto de Portugal – muitos conventos, como por exemplo aquele que se situa perto de Tomar, são abastecidos de água através de aquedutos. Este era o melhor método para se trazer a água de longe nos tempos em que os conhecimentos de hidráulica não estavam ainda desenvolvidos. Aquedutos grandes, remontando aos tempos dos romanos e dos mouros, encontram-se, por exemplo, em Vila do Conde e em Óbidos. Mas, de facto, o maior de todos, e o único que se pode comparar às melhores construções romanas, é o de Alcântara, criação de D. João V pela mão do arquitecto Manuel da Maia. A inscrição que exprime a gratidão do município para com o Rei encontra-se no portal que introduz a água na cidade, e dela consta o ano de 1738, bem como a referência ao facto de a construção ter durado dois decénios. O Aqueduto é responsável pelo crescimento da cidade e é tão sólido que perdurará pelos séculos fora, mesmo quando Mafra, a outra obra de D. João V, mais não for do que uma ruína. COOPER (1838-1839) considera o Aqueduto magnífico. Transporta a água até à cidade através de um vale profundo, vertendo-a num imenso reservatório que tem água suficiente para abastecer todos os habitantes durante um mês. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) refere o famoso Aqueduto de Alcântara que traz a água até ao interior da cidade, obra esplêndida e de grande utilidade pública, única na Europa moderna. Construído segundo o modelo dos aquedutos romanos, não é tão bonito como estes, dado os arcos não terem todos a mesma largura; provavelmente procurou-se adaptar a estrutura às particularidades do terreno. Para além disso, todos eles são achatados no cimo precisamente onde o arranque e o abaulado deveriam ser mais marcados. Dado que atravessa vales e montanhas a altura também varia. Os arcos suportam a conduta de água, um pequeno canal, tapado por cima, por onde a água corre; de cada lado há um estreito corredor por onde se pode andar com toda a segurança e comodidade. HUGHES (1846) declara que o Aqueduto de Lisboa é o mais belo de todos os aquedutos. Atravessa o vale de Alcântara com passos de Titã, com arcos e fustes contínuos de pouco menos de trezentos pés de altura. Esta bela obra, glória de Portugal, tem a sua origem principal em Caneças, a duas léguas de Lisboa, mas vai buscar água também a outras fontes. É conhecido entre os portugueses como Arco das Águas Livres. O vale de Alcântara tem trinta e cinco arcos, catorze dos quais em ogiva gótica, ou lanceta, incluindo o grande arco central com cerca de duzentos e quarenta pés ingleses de altura; os outros arcos são em volta perfeita. No interior, e a todo o comprimento do canal, existe uma galeria que permite fazer a manutenção do curso da água que, desta forma, se mantém clara e pura. A este respeito há a registar a particularidade das pequenas torres abertas, colocadas a intervalos regulares, que permitem uma renovação constante do ar. Este esplêndido monumento, comparável às mais importantes obras dos romanos, é obra do arquitecto português Manuel da Maia e fora construído no reinado de D. João V. É também

um exemplo notável do anacronismo de ideias pois o princípio segundo o qual a água encontra naturalmente o seu próprio nível já nessa altura era perfeitamente conhecido na Europa. BAXTER (1850) começa por referir que a primeira pergunta feita a um estrangeiro em Lisboa é «Já viu o Aqueduto?». Os lisboetas acreditam firmemente que não se construiu obra semelhante desde que David cortou os cedros do Líbano para construir o Templo de Jerusalém. Duvidar de tal facto é ser acusado de heresia; sugerir que as companhias de caminho-de-ferro da Grã-Bretanha construíram várias pontes com o dobro da altura e consideravelmente mais compridas é correr o risco de ser acusado de criticar um país amigo mas menos dinâmico. A água que abastece a cidade corre por uma galeria, um largo rego de pedra, desde as colinas de Sintra, a cerca de dezassete milhas de distância. Atravessa o vale sobre arcos grandiosos que são o pasmo e o orgulho de Portugal. De facto, esta obra bem pode ser considerada extraordinária por um povo que não tem uma única estrada desde o Minho até ao Cabo de São Vicente. O topo da grande cisterna oferece uma bela vista das terras em redor. Mesmo em baixo estão os Palácios do Duque de Palmela e do Marquês de Viana; à direita, os cemitérios inglês e português, bem como o belo e novo Palácio Real acima de Belém, actualmente em construção, mas com poucas hipóteses de alguma vez ser terminado; mais além, campos de cereais despidos de árvores, sebes ou qualquer outra coisa verde; à frente, a cidade delimitada pelo nobre Tejo e a sua frota de navios mercantes e de guerra; para lá das suas águas, a planície do Alentejo, entre cujas colinas sobressai a cumeada rochosa de Palmela debruçada sobre o porto marítimo de Setúbal. No caminho para Sintra STUART-WORTLEY (1851) passa pelo belo Aqueduto que, visto de alguns locais da estrada, é uma obra verdadeiramente esplêndida e de grande nobreza, quer de um ponto de vista artístico e pitoresco, quer de um ponto de vista utilitário. No entanto, no que toca a beleza e simetria, o edifício tem alguns problemas a respeito dos quais a autora cita Murphy. Segundo este, os arcos não diminuem em progressão geométrica e não são uniformes, aspectos que constituem, na verdade, grandes defeitos. Por sobre os arcos passa um corredor abobadado com um passadiço contínuo ao centro destinado às pessoas encarregadas da manutenção. Existe ainda uma conduta ou canal semicircular, de cerca de treze polegadas de diâmetro, que transporta a água. Esta não corre em declive, como acontece noutros aquedutos, mas sim horizontalmente e, com o intuito de compensar esta situação, recorreu-se ao seguinte esquema: de onde a onde existe uma pequena depressão que faz com que a água seja impelida, com sucesso, ao longo do sulco horizontal. Calcula-se que este método exige menor declive para o transporte da água do que um sulco contínuo. Há dois passeios para peões, um de cada lado do corredor abobadado; cada passeio tem cinco pés de largura e é protegido por um parapeito em pedra. A partir do arco principal, os arcos vão diminuindo gradualmente de largura à medida que os pilares sobre os quais assentam diminuem de altura, acompanhando assim o declive das colinas. Apesar dos defeitos desta obra do ponto de vista estético, é extraordinário que o grande Terramoto não lhe tenha causado o mínimo dano, prova cabal da excelência da sua construção. Não se conhece parte nenhuma desta

imponente obra que alguma vez tenha falhado, pelo que há que admitir que o arquitecto responsável pelo projecto, Manuel da Maia, dera mostras de competência e consumada habilidade. Já em tempos o Rei D. Manuel havia pensado numa obra desta natureza, tendo proposto que a água fosse assim transportada até à Praça do Rossio e que se erguesse nessa praça uma soberba fonte. Fora feito um projecto que consistia, basicamente, numa figura feminina que personificava Lisboa, de pé sobre um pilar, e apoiada sobre quatro enormes elefantes de cujas volumosas trombas a água deveria jorrar copiosamente. Nada falhara no projecto a não ser a sua execução e a pobre Lisboa lá ficara de pé em cima da sua coluna – no papel, pelo menos. D. Manuel tinha desígnios ainda mais elephantinos a pôr em prática, pelo que este projecto colossal fora negligenciado, permanecendo truncado e sem trombas. Quanto ao Aqueduto, em magnitude e magnificência arquitectónica talvez seja comparável aos que o poder e a arte dos romanos haviam legado à posteridade. Quando se olha para cima, por baixo no arco central, o efeito é imponente e sublime; este é, ou dizia-se em tempos que era, o arco mais alto do mundo. É, com toda a justiça, uma fonte de orgulho nacional. Segundo MINUTOLI (1851-1854), a água potável de Lisboa tem origem em fontes, rios e reservatórios. A principal conduta chega à cidade transportada pelo Aqueduto das Águas Livres. Já D. Sebastião mandara arranjar a antiga conduta de água romana. Contudo, as crescentes necessidades da numerosa população da capital haviam tornado necessária a construção de novas instalações. D. João V ordenara que o brigadeiro Manuel da Maia construísse o Aqueduto, que permanece exactamente tal qual fora construído, pois que, devido à sua solidez, resistira ao Terramoto de 1755. No vale de Alcântara a conduta tem trinta e cinco arcos, o mais alto dos quais tem duzentos e sessenta e três pés de altura. O canal principal mede 84.650 palmos; os canos que o alimentam medem 58.545 palmos e os canos especiais de distribuição 72.993 palmos, num total de 216.188 palmos. MARCH (1852) declara que, embora Lisboa não se possa gabar de ter uma catedral digna desse nome, pode gabar-se do seu Aqueduto, que honraria os arquitectos dos melhores tempos de Roma. Os seus arcos principais atravessam o vale a nordeste da cidade e descarregam a água fresca, borbulhante e deliciosa, num edifício rochoso chamado Mãe d'Água, que abastece toda a cidade.

Partindo de Lisboa em direcção a Sintra, GRAHAM (1812-1813) esclarece que os lindos jardins que rodeiam a cidade, cheios de laranjeiras, limoeiros e figueiras, são muito diferentes dos jardins ingleses, pois têm largos caminhos e belas flores, se bem que muito espaçadas. À maior parte destes locais dá-se o nome de «quintas»⁴⁰. RUSSELL (1793), por exemplo, visita os lindíssimos jardins da quinta do Marquês de Abrantes, que considera extensos, cheios de flores e organizados de forma muito agradável. O laranjal é especialmente elegante e enche o ambiente de um aroma magnífico. No meio do jardim há uma fonte sempre a jorrar água e pequenos canais que a distribuem pela quinta.

A região de **Benfica**, afirma NEALE (1808), é um imenso subúrbio constituído por casas de campo, ou quintas, cujos proprietários são, em grande maioria, negociantes

estrangeiros estabelecidos em Lisboa. Ali vive-se em condições óptimas, usufruindo de todos os prazeres que um ambiente luxuoso pode proporcionar a pessoas abastadas. Segundo CARNARVON (1827-1828), Benfica é um local muito frequentado pela aristocracia portuguesa. O verde-escuro dos seus laranjais e bosques de sobreiros contrasta agradavelmente com a brancura das casas do vale. HUGHES (1846) refere que há quintas muito bonitas em Benfica entre caminhos sinuosos, agradáveis vinhedos, limoais, olivais e colinas com moinhos de vento de beleza sem igual. Segundo STUART-WORTLEY (1851), a aldeia de Benfica é confusa e desordenada embora se compreenda que seja ponto de encontro da aristocracia portuguesa durante os meses de verão dada a sua localização entre laranjais e bosques de sobreiros. Nesta região, o local que suscita maior número de comentários é a **quinta da Infanta D. Isabel Maria** que, segundo HEERINGEN (1836), é a maior e mais bonita propriedade da região, lugar muito amado de D. João VI que ali cuidava da plantação e cultivo de vários tipos de árvores americanas. Este cuidado é ainda visível nas belas alamedas de magnólias, palmeiras de vários géneros, bosques, terraços ao gosto francês, rochedos artisticamente dispostos, pequenos lagos, estátuas de mármore – algumas partidas – e em muito mais que ali há de bonito. O mais interessante é, contudo, o interior, onde se encontra um pequeno museu privado, fundado por D. João VI e agora propriedade da Infanta, composto quase exclusivamente por curiosidades brasileiras e indianas. Entre outros objectos está exposto um valioso adorno de penas nunca antes visto na Europa, objecto único, quer pelas suas cores, quer pelas penas leves e macias das aves do paraíso de que é feito. Expostos estão também outros objectos interessantes, como um colorido casaco do Paraguai feito de fios de casca de palmeira, estranhas setas com que os caçadores das montanhas da Guiana perseguem animais selvagens, recipientes e artigos domésticos das ilhas da Guiana sub-equatorial e colares feitos de pérolas e belas conchas usados pelas mulheres de Moçambique. Há tecidos brancos e leves da Índia e da China portuguesas, com entremeio de ouro, e uma folha de palmeira de Goa com inscrições em sânscrito. Há ainda um estojo de marroquim vermelho oferecido pelo Conde do Lavradio à Infanta, que contém moedas que brilham entre pregas de veludo branco: trata-se de uma colecção de moedas de Sachsen-Coburgo-Gotha, recentemente cunhadas, composta por um exemplar de cada, desde a peça de ouro até ao simples tostão. STUART-WORTLEY (1851) menciona esta quinta e o seu palácio, onde residira, ou reside, a Princesa Isabel Maria, tia da Rainha. É um nobre palácio situado muito perto da via pública e que tem fama de ter um bom museu de curiosidades naturais, incluindo alguns espécimes botânicos raros. Entre as belas plantas do jardim contam-se dois esplêndidos cedros, duas fantásticas pimenteiras, algumas árvores japonesas e um pequeno bosque de magnólias. Nas proximidades há uma igreja e um convento de monges dominicanos; a primeira está ainda reservada ao culto religioso, mas o segundo fora vendido e convertido numa fábrica. Na capela da família Castro há monumentos em mármore excepcionais, principalmente os do famoso Vice-Rei e do seu filho Álvaro.

Segundo ROCKWELL (1835-1836), a **quinta do Barão de Quintela**, Conde de Farrobo, o homem mais rico de Portugal, é um local esplêndido com jardins, zonas de entretenimento e até um teatro todo em mármore. DEMBOWSKI (1838) fala da deliciosa casa de campo e quinta do Conde de Farrobo. Amante das artes, o Conde assume-se como mecenas, apoiando pintores e escultores portugueses e enviando-os para Roma para estudar. Todos os seus criados são obrigados a aprender a tocar um instrumento e ele próprio participa nos concertos que organiza nesta quinta principesca que inclui uma *ménagerie* de animais selvagens. Durante o outono, a elite lisboeta participa em dramas e comédias levadas à cena num bonito teatro privado próximo da casa. BERGH (1841) aprecia também estes jardins bem cuidados, com estufas novas e grandes, todas em vidro e ao gosto mouresco. No entanto, o que há de mais belo, tanto aqui como nas quintas circundantes, são os cedros. HUGHES (1846) informa que o Conde de Farrobo tem uma casinha na quinta das Laranjeiras que parece de brincar embora lá haja leões verdadeiros que rugem.

HEERINGEN (1836) visita a **quinta da família Möller**⁴¹, contígua à propriedade da Infanta D. Isabel. A propriedade da família Möller é rica e está bem cuidada. Tem socalcos de figueiras e oliveiras e, mais abaixo, uma extensa mata de limoeiros e laranjeiras, assim como milhares de flores. Mas, de uma forma geral, é triste ver o estado de abandono em que se encontra o jardim – algo que é habitual em todos os jardins portugueses, mesmo os que pertencem à realeza, talvez porque a generosidade da natureza torne difícil conter as plantas em espaços bem delimitados.

TWISS (1772-1773) informa que o **Palácio de Queluz** é propriedade de D. Pedro, irmão do Rei. Construído em madeira, tem dois pisos com mobiliário novo, extremamente elegante, ao gosto francês. O chão do Salão das Audiências é em mármore, as paredes estão revestidas a espelhos e há sete enormes jarrões de porcelana em cada lado do Salão. A Sala de Música tem cem pés de comprimento e um magnífico tecto em estuque branco com muitos dourados. Num outro aposento há dezoito quadros que narram a história de Dom Quixote. Num outro, ainda, há várias imagens muito bizarras que representam criancinhas nuas apenas adornadas com alguns adereços. Uma das crianças tem uma peruca, um cinto, uma espada em volta do torso nu e uma bengala na mão e corteja a companheira que tem um regalo e uma estola de peles, tacão alto, colar e brincos, e o cabelo coberto de um pó cinza-branco. Estas figuras, se bem que absurdas, pretendem apenas ser peças decorativas e, como tal, dão muita vida aos aposentos. Atrás do Palácio existe um amplo jardim onde há um labirinto, laranjais e limoais. Segundo RUSSELL (1793), não compensa visitar o Palácio de Queluz, que tem muitas divisões pequenas, espalhafatosas e sem qualquer elegância, o mesmo se podendo dizer dos jardins. TEXIER (1794) refere que o Palácio Real de Queluz, antiga quinta de recreio de D. Pedro III, é o local onde a corte reside durante alguns meses do ano. O Palácio fica num vale e tem vistas muito limitadas. A sua aparência é insignificante e os jardins são pequenos. GOMM (1800-1813) afirma que, desde a partida da

Família Real, Junot mandara transformar as instalações de modo a torná-las dignas de receber um Imperador. NEALE (1808) refere que o Palácio Real de Queluz havia sido, recentemente, reparado e preparado para a recepção ao Duque de Abrantes. O edifício é baixo e de madeira mas tem aposentos muito atraentes. Entre estes contam-se a Sala de Música, com duzentos pés de comprimento e um tecto magnífico, e uma outra sala decorada com dezoito quadros que representam cenas de Dom Quixote. Nas traseiras do edifício há um jardim bastante grande e com muitos arbustos, cujo traçado evidencia algum bom gosto. A aldeia é insignificante; tem apenas algumas casas pequenas, uma igreja e um anfiteatro para corridas de touros. ORMSBY (1808) encontra o Palácio Real de Queluz numa paisagem pouco convidativa. O Palácio é residência de três ou quatro oficiais britânicos e dos seus comandantes. Fora construído sem planificação ou respeito por qualquer ordem arquitectónica. Grande parte dos seus aposentos fora recentemente decorada e mobilada sob orientação de Junot num estilo sumptuoso, de acordo com os mais elevados critérios de elegância e bom gosto. Destinada a ser residência de Bonaparte, ou de qualquer um dos seus irmãos que se dignasse honrar Portugal aceitando a sua coroa, as suas salas haviam sido decoradas com vários acessórios da realeza, entre os quais um magnífico trono para o futuro monarca. A pintura da maior parte das salas abrange uma grande variedade de temas e a qualidade da execução causa um efeito encantador. ELIOT (1808-1809) refere sucintamente o Palácio de Queluz, nos arredores de Lisboa, recentemente transformado por Junot num local sumptuoso para o seu despótico amo. SCHAUMANN (1808 e 1809) apelida o Palácio Real de Queluz de belo e grandioso apesar de estar localizado num fundo. Perto dele encontra-se um grande acampamento militar. O regimento não está aquartelado no Palácio propriamente dito, mas sim num pequeno grupo de casas ao fim do muro branco do jardim, mais exactamente no local onde a estrada se divide nas direcções de Lisboa e Belém. Os antigos quartos das aias da Rainha, nos quais não há mesas, cadeiras, ou camas, têm janelas redondas, em «olho de boi». O exército francês utilizara este Palácio como quartel, tendo deixado tudo em desordem. Junot começara a preparar uma sala de concertos e uma sala de banhos, bem como a mobilar alguns quartos com tapetes e preciosos móveis decorados a seda ao gosto francês, mas deixara tudo por terminar. No quarto das crianças nada fora modificado e ainda lá estão as mesinhas, cadeirinhas e camas de criança rodeadas de protecções altas de gaze, enfim, tudo no estado em que se encontrava aquando da fuga da Rainha para o Brasil. FISHER (1808-1810) menciona que este Palácio tinha sido residência da Família Real de Portugal e fora também escolhido pelo General Junot como residência real. Para essa eventualidade haviam sido feitos preparativos notáveis, incluindo a execução e a instalação de um trono, mas nada chegara a ser realizado. O Palácio é um edifício grande e irregular encurralado num vale entre duas colinas. A fachada é, contudo, atraente e a construção segue, em grande parte, o estilo francês. Há dois aposentos deveras magníficos: o Salão de Cerimónias e a Sala de Música. Tudo o resto é de dimensões reduzidas. Os jardins são à francesa e a sua beleza provém dos belíssimos laranjais e da prodigiosa

quantidade de gerânios e murta que cresce espontaneamente por toda a parte. As traseiras do Palácio são tacanhas e a vista sobre a cidade sem grande interesse, não existindo qualquer separação ou vedação que defina um pátio ou jardim. COCKBURN (1811) refere que na localidade de Queluz, a oito milhas de Lisboa, se encontra um Palácio onde a Rainha e o Príncipe Regente outrora residiam durante parte do ano. É um edifício de forma irregular que está praticamente desmantelado. A pouca mobília que ainda tem revela que existiam noções de conforto, dado que em cada quarto há, pelo menos, duas cómodas com embutidos de belíssima execução. Todos os espelhos estão sujos, revelando falta de cuidado e de serviçais. Os jardins são do mais antiquado que se possa imaginar: há socalcos, sebes cortadas, canteiros quadrados e rectangulares, estátuas, bustos, fontanários, avenidas e árvores altas, aparadas e formais. No fundo do jardim há uma cascata artificial que tem caras, narizes, bocas, peixes, aves e muitas outras figuras e ainda, de cada lado, chafarizes a esguichar água por entre plantas de folha perene através de tubos instalados no seu interior. Tudo ali é tão singular e grotesco como a casa de campo que resultara dos caprichos do Príncipe da Palagonia⁴². CARNARVON (1827-1828) considera o Palácio de Queluz um edifício sem graça inserido numa paisagem feia mas famoso como Quartel-General do partido desafecto. Ali reside a Rainha-Mãe num estado de espírito sombrio. HEERINGEN (1836) menciona que o Palácio, os seus jardins, e a cidade de Queluz se encontram num terreno fundo de onde não há qualquer vista. HUGHES (1846) encontra o Palácio Real de Queluz tal como Junot o deixara, ou seja, decorado para a recepção de Napoleão que, no entanto, nunca ali viera. A cama em que falecera o Imperador D. Pedro ainda lá está perfeitamente conservada. STUART-WORTLEY (1851) escreve que, visto à distância, o Palácio de Queluz é grande e muito feio. Construído do lado esquerdo da estrada principal, é propriedade pessoal da Família Real de Bragança, conhecida como o Infantado. A paisagem circundante é medonha. Dá a impressão de que a Natureza e a Arte se conjugam para criar um local de contraste com os encantos da deliciosa Sintra. Depois da Guerra Civil o Palácio passara a ser Quartel-General do Partido dos Insurrectos. A Rainha-Mãe reside ali num estado de melancolia permanente. Queluz era uma das residências preferidas de D. João VI, assim como de D. Miguel, e ambos procuravam atenuar a sua fealdade – falar de embelezamento seria despropositado – introduzindo melhoramentos de vária ordem. Mas tudo falhara e ali permanece um monstruoso edifício que fere o olhar. O seu aspecto é de tal modo indigesto e vergonhoso que até o Terramoto se recusara a engoli-lo. A cama em que D. Pedro entregara a alma ao Criador continua a ser mostrada a quem tem tempo e curiosidade para a ver. O aposento em que se encontra é chamado Sala de Dom Quixote por ter o tecto pintado com algumas das cómicas aventuras do célebre herói. Há também um grande Salão de Audiências, bem como um salão com pinturas excelentes no tecto, designado Salão dos Jarrões por ter lá havido, em tempos, uma colecção de enormes jarrões de porcelana. Num Oratório privado há uma coluna dórica feita de uma única peça de ágata originária das escavações em Herculano e oferecida a D. Miguel pelo Papa Leão XII. Em redor do Palácio

existem amplos terrenos de lazer, bem como jardins com excelentes espécimes de plantas e árvores raras, estufas, estufas-frias, viveiros de caça, viveiros de peixes, esculturas e chafarizes. Para além destas áreas, o terreno que circunda Queluz é um matagal extenso, pesado e baldio. A vista das colinas ao longe é, contudo, esplêndida.

A serra e o burgo de Sintra marcam indelevelmente os viajantes. Os comentários gerais sobre a região têm aqui início com TEXIER (1794), para quem Sintra é um burgo insignificante constituído por casas pequenas e dispersas pelos penhascos. Umam encostam-se a estes, outras têm a seus pés profundos abismos, sendo acessíveis apenas por estreitíssimos atalhos que atravessam os rochedos em várias direcções e aos quais não se pode dar o nome de ruas. Após o Terramoto haviam sido construídas muitas casas novas, sendo as mais bonitas propriedade de estrangeiros que ali passam vários meses do ano gozando o ar mais puro de Portugal. A fama de Sintra deve-se aos ingleses que para ali vêm por razões de saúde. Para BERNARD (1801-1802), Sintra é a região mais encantadora de Portugal. O facto de ser preciso contornar a serra até chegar ao burgo abre ao visitante uma grande variedade de panoramas. Descobre-se a cada momento, e a um ritmo mágico, uma perspectiva diferente. No vale a natureza é majestosa, e nas zonas rochosas e colinas, cujos cumes e picos parecem rasgar as nuvens, a arte humana construíra igrejas, capelas, jardins e monumentos que ficarão para a eternidade. BLAIRIE (1805-1808) afirma que, a cerca de seis léguas da capital, há «uma montanha chamada Cabo da Pena», no cume da qual se ergue «um mosteiro de monges, chamado Sintra». Há ainda uma aldeia com o mesmo nome do mosteiro, nome que vários autores dizem derivar de *Cynthia*, outro nome da deusa Diana, devido ao facto de ter ali existido um templo pagão conhecido como *templum lunæ*. A altura da montanha, os seus abismos profundos, os flancos trespassados por torrentes de água e os rochedos coroados de árvores majestosas dão ao local um aspecto imponente e romântico. ORMSBY (1808) informa que o nome desta localidade tem origem num templo dedicado à lua que ali existira trezentos e oitenta anos antes do nascimento de Cristo. Informa ainda que há quem pense, erradamente, que os vestígios do templo são as ruínas mouriscas da Penha; a verdade, no entanto, é que não há quaisquer vestígios desse templo. Sintra causa admiração e deleite pela sucessão de objectos grandiosos, grotescos e belos que se vão revelando, alternadamente, ao olhar do visitante. Nunca antes vira tão variada e rica folhagem, sendo sobremaneira agradável o forte contraste entre o castanheiro e as oliveiras. Ambas as espécies crescem pelas encostas dos montes, em cujos cumes há grandes blocos de granito empilhados de forma extraordinariamente pitoresca. Os vales, cada um mais luxuriante do que o outro, estão cobertos de mirtilo ou cultivados com vinha, oliveiras e laranjeiras. Os loureiros atingem alturas impressionantes, sobretudo nos caminhos em volta da vila de Sintra, e os laranjais e limoais que ladeiam as estradas exalam a sua fragrância e protegem do sol. A cada passo se avistam grandes rochedos com enormes saliências e estranhas formas que parecem ter sido arrancados ao solo e agora ameaçam

cair e causar uma catástrofe. Há casas dispersas por estes bosques e florestas, sobretudo residências de ingleses, tão bem integradas na paisagem que são quase invisíveis. FISHER (1808-1810) escreve que o famoso rochedo de Sintra se situa perto da vila, ou cidade, onde fora assinada a convenção de Sintra após a batalha do Vimeiro. Antes de ter adquirido fama por esse motivo, dava pelo nome de Rochedo de Lisboa ou Cabo da Roca. É um monte muito agreste, com muitas milhas de comprimento e vários cumes cónicos, o mais alto dos quais se diz atingir a altura de três mil pés acima do nível do mar. É impossível descrever a extraordinária beleza paisagística deste paraíso terrestre. SCHAUMANN (1808 e 1809), vindo de Torres Vedras, deslumbra-se com as belezas da serra de Sintra – *mons cynthia*. Imediatamente a seguir a Mafra, ao descer a colina perto da Igreja de São Sebastião, a cidade abre-se ao seu olhar. A partir dali o contorno da serra torna-se cada vez mais visível, notando-se os seus picos, fendas e cavidades, bem como as quintas situadas nas pregas da serra entre bosques de laranjeiras, limoeiros e castanheiros. Enfim, é uma paisagem de um pitoresco incomparável. Rochedos de vários tamanhos pontuam o caminho como se o diabo do *Paraíso Perdido* de Milton ali tivesse levado a cabo uma verdadeira batalha. No cume da serra há alguns penhascos enormes e tão artisticamente dispostos que mais parece terem sido colocados uns sobre os outros por mãos humanas. Dá a impressão de que bastaria tocar-lhes com um dedo para fazer ruir todo o conjunto. Quem está no sopé pode-lhes admirar a forma romântica. Lá no cimo, 3.000 pés acima da superfície do mar, há uma torre, uma igreja e um mosteiro da Ordem de São Jerónimo. Sintra é o paraíso de Portugal. É um local encantador, com bonitas casinhas brancas, ruas limpas, e bosques de árvores carregadas de laranjas, limões e figos, cuja folhagem cai sobre os muros para a rua. Construída por D. Manuel, a cidade tem cerca de mil casas, muitas das quais estão vazias pois raramente é visitada pelos preguiçosos habitantes de Lisboa. O velho palácio de torres pontiagudas tem um aspecto simultaneamente pitoresco e digno e as muitas quintas da região merecem que alguém as desenhe, quer pela sua bela situação, quer pela sua arquitectura, jardins e decoração interior. Por todo o lado há flores belíssimas de todos os tipos, muito maiores, mais frondosas e aromáticas do que as que se encontram na Alemanha, particularmente o jasmim, as rosas e os gerânios que brotam de varandas e balcões, assim como as trepadeiras em flor, de cor violeta ou púrpura que, juntamente com a videira e os cachos maduros, cobrem os muros dos jardins. As ruas são limpas, as casas grandes e com boas varandas, e os habitantes gentis. Esta cidade pequena e encantadora, um pequeno paraíso, situa-se numa serra cinzenta e escarpada de origem vulcânica. É um local protegido das intempéries e de um ar tão puro que para ali vêm curar-se doentes pulmonares, sobretudo ingleses. À esquerda, vê-se o mar e os barcos que entram e saem do Tejo; em frente, do outro lado de um bonito vale, está o colossal Palácio de Mafra. MILFORD (1808-1812) informa que a vila de Sintra, a cerca de quatro léguas e meia de Lisboa, é conhecida como o local mais belo e remoto da toda a Península. Ergue-se por entre áreas de verdura perene e luxuriantes laranjais e limoais, formando, com o cenário selvagem e pitoresco que a

circunda, uma paisagem natural encantadora. Os cumes altos, rochosos, áridos e coroados de veneráveis restos de numerosos mosteiros destacam-se entre os densos bosques cuja fragrância empresta ao ar uma doce suavidade, desconhecida nas latitudes do norte. HEATHCOTE (1809-1812) escreve que Sintra é o local preferido dos «nativos» para fugir ao calor de Lisboa. Situa-se a cerca de quinze milhas inglesas da cidade, perto da base do Cabo da Roca, enorme rochedo, ou monte, a que os ingleses chamam Rochedo de Lisboa. A uma certa elevação o monte divide-se num sem número de colinas cónicas formadas por enormes pedras estranhamente empilhadas umas sobre as outras. Lá no alto dominam os rochedos, nus e áridos. Dois enormes rochedos cónicos projectam-se sobre a vila: um mostra ainda os restos de um forte mourisco e o outro é coroado pelo Mosteiro da Pena. É por esta razão que chamam a este lugar a Suíça de Portugal. A principal característica da paisagem é a abundância de árvores, tais como sobreiros, carvalhos, olmeiros e canas altas, bem como de zonas cobertas de limoais e laranjais que, na parte mais baixa da montanha, se misturam com as casas, escondendo-as e oferecendo-lhes sombra. Para COCKBURN (1811) Sintra tem uma aparência curiosa e romântica. Da hospedaria da irlandesa Mrs. O'Dacey a vista é belíssima e faz lembrar as vistas de Dargle, no condado de Wicklow, em Dublin. CARNARVON (1827-1828) afirma que a paisagem vai melhorando à medida que o viajante se aproxima da vila de Sintra. A vegetação torna-se mais florida. Longas avenidas de choupos prateados bordejam os caminhos. Por todo o lado há loureiros e salgueiros de uma altura pouco comum, bem como carvalhos, olmeiros e sebes que se projectam sobre os caminhos oferecendo uma sombra deliciosa. Finalmente surge Sintra, situada no sopé de um monte de aspecto singular, dado o contraste entre o cume, cheio de rochedos soltos e pináculos aguçados, e o bosque que cobre a sua base. À sombra de castanheiros antigos, perto de fontes borbulhantes, há casas rústicas emolduradas por laranjeiras, limoeiros e árvores de fruto de todo o género. A cada aberta se vê, de variados ângulos e pontos de vista, o Castelo dos Mouros e o Mosteiro de «Nossa Senhora do Rochedo», que lança o seu olhar reprovador sobre o vale que reluz ao sol com as suas quintas, algumas visíveis, outras meio enterradas na folhagem de laranjais. Sintra faz lembrar uma bela pintura com uma moldura sem qualquer valor pois, além da vila e locais mais próximos, tudo à sua volta é plano e sem interesse. HORNER (1831-1838) começa por referir os choupos, sobreiros, olmos e castanheiros de Sintra. Os primeiros encontram-se sobretudo nas terras baixas e os últimos na serra, onde ornamentam os caminhos e as estradas que por ela serpenteiam. A serra tem várias milhas de comprimento de leste a oeste e entre dois mil e quinhentos e três mil pés de altura. As zonas mais elevadas são compostas de enormes rochedos e de amontoados de granito cinza escuro muito duro, geralmente de formato cúbico, separados por fissuras horizontais e verticais que fazem lembrar lava arrefecida. Na parte baixa da serra, à sombra das árvores, há boas zonas de cultivo irrigadas pelos muitos ribeiros que correm em todas as direcções, alimentando fontes, aquedutos e bacias espalhadas por toda a zona. O contraste é grande entre o alto da serra, onde há apenas rochas áridas

coroadas pelo Mosteiro de Nossa Senhora da Pena e pelas ruínas de um castelo mouro, e a parte mais baixa onde se sucedem os bosques de olmeiros, sobreiros e castanheiros, bem como limoais, laranjais e outros pomares e, ainda, belos jardins, como o do Marquês de Marialva e a quinta da Penha Verde, onde a rosa, a madressilva, o gerânio e muitas outras flores desabrocham e perfumam o ar com a sua doce fragrância. HEERINGEN (1836) faz vários esboços do Tivoli Português, acabando por conseguir uma colecção de panoramas e vistas. Estes têm, pelo menos, o valor da novidade pois, infelizmente, quase não existem desenhos deste local, que é um dos mais bonitos do mundo. A cidade propriamente dita, todavia, é pequena, feia e estreita apesar da bela praça onde se encontra a Câmara Municipal, o Palácio Real e outros edifícios de interesse. Para DEMBOWSKI (1838), Sintra é uma aldeia deliciosa de onde se vê o mar, situada a igual distância entre Lisboa e o famoso Convento de Mafra. O burgo vê-se à distância devido às duas pequenas torres que qualquer viajante poderia confundir com as atalaias ou torres de vigia que os árabes haviam construído em grande número pelas costas da Península. Na realidade, estas torres são os tubos das chaminés da cozinha do Palácio Real que, dado o seu tamanho, bem podiam ser as fábricas dos Ciclopes. Para a Condessa de HAHN-HAHN (1841), Sintra é de facto um paraíso, devido, por um lado, à abundância e frescura dos elementos naturais e, por outro, à união de mar, serra e planície em todo o seu esplendor. Contudo, no Paraíso existe uma felicidade que Sintra não tem, razão pela qual esta designação deve ser reservada para locais como o lago de Como na Suíça. Em Sintra reina uma tranquilidade, um silêncio, uma melancolia sem par. Parece mais uma ilha isolada dos mares do Sul no início do mundo, antes de a terra ter sofrido múltiplas alterações. É melancólica apesar da sua riqueza; solitária apesar da sua plenitude; sem vida apesar dos seus cambiantes. Nada parece estar desperto em Sintra, excepto o sol, a lua e as estrelas; nada vive, a não ser as estações do ano; nada respira, para além do misterioso espírito que anima os elementos. E, contudo, há ali pessoas e habitações, não as toscas habitações criadas pela necessidade mas, pelo contrário, as quintas dos mais ricos e nobres de Lisboa que ali passam o verão. Há hotéis, palácios e até um Palácio Real. Mas nem por isso se altera o carácter da paisagem. A cumeada que limita a margem a norte do Tejo separa Sintra de Lisboa. Do outro lado estende-se o escarpado cabo rochoso, paralelo ao Tejo, que na foz forma o chamado Cabo da Roca. Quando se passa para além dos subúrbios de Lisboa entra-se numa região erma, pois aquilo a que na Alemanha se dá o nome de «campos» não parece ser conhecido por estas zonas. Uma paisagem de cor única é sempre melancólica porque não basta o jogo da luz, os cambiantes das sombras, ou o ilusionismo dos matizes; até o verde mais agradável acaba por entediado o olhar. Esta monotonia é por vezes aligeirada por uma quinta, pelos arcos do Aqueduto de Alcântara subindo, ao longe, de uma colina para a outra, vagarosos, ou por uma aldeia onde se pára por uns minutos. E Sintra, quando surge encostada à serra, parece muito bela. Na encosta baixa das montanhas há magníficos castanheiros, e quintas entre sebes de loureiro e limoais. BÉGIN (1848) aconselha o viajante a ir a Sintra, um dos locais

mais encantadores e deliciosos do mundo, onde a natureza se revela mais maravilhosa do que a mente humana é capaz de imaginar.

O **Palácio Nacional de Sintra** é visitado por quase todos os que vão até à vila. TEXIER (1794) informa que o Palácio de Sintra, conhecido desde o tempo dos mouros, fora muito danificado pelo Terramoto. A rainha regente havia ordenado que fosse reparado pois tencionava ali passar alguns meses por ano. Com as suas torres de variadas formas e alturas, estende-se quer pelo planalto, que constitui a única praça da cidade, quer pela encosta. Os muros são extraordinariamente espessos e cercam um conjunto confuso de pequenos pátios, passagens, escadas, salões e quartos, cada um com um pavimento diferente. O interesse deste edifício advém apenas do facto de ter sido a prisão do infeliz rei D. Afonso VI. Há água em todas as salas e aposentos, a qual sobe até às zonas mais altas do edifício, refrescando o ar. É encantadora a vista sobre Colares, o mar e o Palácio de Mafra. BERNARD (1801-1802) escreve que o Palácio Real, situado no sopé de um alto rochedo, e outrora habitado pelos reis de Portugal durante o verão, tem três andares e se destaca sobretudo pelos magníficos e variados tipos de pedra de que é feito e que decoram, até, as salas. A divisão interior demonstra grande falta de gosto e sensatez dado o grande desperdício de espaço, por exemplo, nos intervalos entre as salas. Há um salão muito alto, abobadado e pintado com cisnes entre os quais se estendem trepadeiras e tarjas douradas. Portas de vidro dão para um terraço de pedra onde há uma fonte, rodeada de buxo e de outras plantas, que recebe a água directamente de um rochedo próximo. No segundo andar, um outro grande salão está pintado com pegas, cada uma com uma coroa no bico. Na coroa está escrito em letras douradas e em português: «Por bem». Uma porta de vidro liga este salão a uma sala decorada com pedras azuis e brancas, entre as quais há fendas imperceptíveis de onde jorra água sempre que são accionadas molas instaladas ali perto; a água escoá-se por aberturas escondidas no chão. No terceiro andar há um salão pintado de corços que carregam os braços da mais importante nobreza portuguesa. Por baixo de cada corço lê-se, em letras douradas, o nome da família a que pertence o respectivo brasão. Numa outra sala são visíveis as pegadas do infeliz D. Afonso VI que ali estivera preso sete anos e que, por andar sempre no mesmo sítio de um lado para o outro, provocara erosão nos tijolos quadrados e policromados do chão. O Palácio tem algumas escadas de madeira, o que denota grande luxo neste país em que a madeira é mais rara do que a magnífica pedra. Há pouco tempo atrás, muitas das salas haviam sido divididas de forma diferente de modo a poderem albergar toda a Família Real. Curiosamente, todas elas se encontram vazias, sem uma única cadeira, pois, embora seja difícil de acreditar, os reis de Portugal levam os móveis na bagagem quando mudam de residência. Se este palácio, deserto, selvagem e abandonado, tivesse pertencido a Frederico II, que Sanssouci⁴³ não seria ele hoje! ORMSBY (1808) afirma que a irregularidade do Palácio indica que o edifício fora construído em diferentes épocas. A arquitectura é predominantemente árabe. Os aposentos são espaçosos e belos, sendo o principal a Sala do Conselho onde os nobres se reúnem para debater assuntos de Estado.

Os brasões desta sala estão pintados de forma sumptuosa a dourado. Na sala onde D. Afonso VI estivera encarcerado durante seis anos, o chão de tijolo está particularmente gasto no local onde o acorrentavam para dormir, um espaço de apenas seis por quatro pés. A enorme cozinha é muito interessante pois, praticamente no centro, tem dois cones que são as chaminés. O Palácio conta ainda com numerosas fontes e um banho de chuveiro admiravelmente completo em que a água jorra de várias aberturas pequenas e imperceptíveis localizadas no tecto, nas paredes e no chão. FISHER (1808-1810) refere que existe em Sintra um Palácio ao gosto mourisco que é propriedade dos antigos reis de Portugal. O Rei D. Afonso VI estivera ali preso durante muitos anos e, desde então, o edifício não voltara a ser habitado. Contém um grande número de aposentos, alguns de grandes dimensões, um belo salão nobre e uma capela muito bonita, mas o aposento mais interessante é a sala de banho toda pavimentada, forrada de azulejo, e com assentos a toda a volta. No centro há uma linda fonte que lança água a uma imensa altura a partir de um elegante pilar. Apenas um dos lados desta sala está coberto e é aí que há um banho de chuveiro; de um momento para o outro uma água deliciosamente refrescante jorra de fendas diminutas e imperceptíveis localizadas nas juntas dos azulejos. HEATHCOTE (1809-1812) menciona o Palácio Real de Sintra, que os estrangeiros normalmente visitam. Para lá se dirige acompanhado de um guia. Trata-se de um edifício antigo e de forma irregular. No interior ainda se encontra a cadeira onde D. Sebastião se sentara quando anunciara aos seus conselheiros os planos da jornada de África. Está lá também o quarto onde o desgraçado D. Afonso VI passara o resto dos seus dias depois de o irmão lhe ter roubado a coroa e a Rainha; ali, o chão de tijolo está gasto pelos passos do monarca cativo. Porém, isto é tudo o que vale a pena ver no Palácio pois, tal como todos os palácios em Portugal, está num estado de grande deterioração. Os palácios portugueses parecem pavilhões de caça alemães, como os que se situam perto de Bona, que são construídos no mesmo estilo e não têm qualquer espécie de manutenção. O mesmo acontece com algumas casas em Lisboa, deslumbrantes por fora, mas pobres, sujas, feias e pretensiosas no interior, nada tendo a ver com os sólidos confortos de uma mansão inglesa. COCKBURN (1811) visita o Palácio, um velho edifício muito curioso agora sem qualquer mobília. Tem um grande número de quartos e dois terraços que dominam um belo panorama até ao mar. No andar de cima há uma grande sala octogonal onde o Conselho antigamente se reunia durante a residência da Corte. Num dos quartos estivera preso durante dezasseis anos o desgraçado Afonso VI, encarcerado pelo irmão e pela própria esposa. Ainda são visíveis as marcas causadas pelo seu constante caminhar sobre os mosaicos. A cozinha é muito grande e tem duas enormes chaminés que deixam sair o fumo do carvão ou da lenha; vistas do exterior, são extremamente feias e estragam o aspecto do edifício. No andar de baixo o Palácio tem a mais bela sala de chuveiro que imaginar se possa, onde há uma instalação de água muito bem executada. No entanto, a sala talvez seja demasiado grande para os seus objectivos dado ter dezasseis pés quadrados. Está forrada de azulejo e há vários canos que, ao girar de uma chave, fazem jorrar a água das

paredes, do tecto e do chão; esta é imediatamente levada para o exterior através de canalizações apropriadas e vai cair num grande tanque. ROCKWELL (1835-1836) considera que o Palácio da Rainha é um dos objectos de maior interesse em Sintra. Trata-se de uma estrutura mourisca, de forma e aspecto singulares, ligada à história de D. Sebastião e de outros famosos reis e heróis de Portugal. Há um pequeno quarto onde um dos Príncipes estivera preso durante muitos anos e onde, ao caminhar para a frente e para trás, deixara profundas marcas do seu triste destino nas pedras do pavimento. HEERINGEN (1836) classifica o estilo do edifício de gótico-mourisco. Nos pátios e degraus, terraços e arcadas, arcos em ogiva, colunas volteadas, cortinados revestindo portas e janelas, fontes e tanques de água que decoram terraços, átrios e salões, finas torres de tipo minarete, ornamentos de paredes e tectos, enfim, em tudo se sente o elemento estranho, ou estrangeiro, que se mistura com o elemento cristão. De alguma forma faz lembrar a Alhambra de Granada mas não é de nenhum modo comparável. Os aposentos ainda são habitáveis e, no seu género, luxuosos, mas de um luxo desconfortável que está longe do luxo moderno de aposentos reais do norte ou centro da Europa: as poltronas são de madeira, pesadas e grosseiras, com almofadas de veludo; as mesas são igualmente pesadas e estão cobertas com toalhas bordadas a dourado; o soalho pavimentado é coberto apenas por um fino tapete de aloé; as paredes são revestidas de azulejos, muitos dos quais apenas de cor branca; enfim, nada disto satisfaria um príncipe do tempo actual. Pelo contrário, lindas, preciosas mesmo, são as bacias de mármore e granito que se encontram em quase todos os aposentos, sempre cheias de água da serra que por vezes jorra em jactos prateados. Há um aposento em que são visíveis os sulcos feitos no chão por D. João VI [*sic*] e, na Sala do Conselho de D. Sebastião, onde fora tomada a decisão de partir à conquista de África, vê-se ainda o trono do monarca e os assentos dos seus conselheiros. Há ainda outra sala interessante que D. Manuel I mandara decorar com os brasões de todas as casas fidalgas do país cuja nobreza tinha por antiga e genuína. Outra curiosidade do Palácio são as cozinhas, duas extensas salas conjuntas onde se encontram todos os utensílios e comodidades próprias de uma cozinha real. Sobre cada uma destas salas ergue-se, a uma altura enorme, uma cúpula que se vai estreitando até terminar num pico perfurado. Estas são as duas únicas chaminés do Palácio que, vistas do exterior, parecem duas torres, altas, lisas, cónicas e pontiagudas. Das janelas e dos terraços do Palácio a vista é linda e os vários jardins que rodeiam o edifício, onde há vários tipos de árvores e pequenos bosques de laranjeiras e limoeiros, fazem um belíssimo contraste com as colinas em redor por onde correm ribeiros prateados. O Marquês de LONDONDERRY (1839) opina que a Residência Real é do mais miserável que se possa imaginar. Desprovida de mobiliário minimamente condigno, é composta por pequenos aposentos, cada um mais insignificante do que o outro. Na zona superior do Palácio existe uma grande sala de bilhar. As paredes estão revestidas de azulejos azuis, feitos de uma cerâmica muito bela que data do tempo dos mouros e que ilustram acontecimentos históricos. Junto à sala de jantar fica a casa de banho, igualmente revestida de azulejos também pintados a azul. Nesta sala há

um aparato mecânico que faz com que, ao tocar numa mola, a sala fique imediatamente inundada por torrentes de água que parecem jorrar do céu, o que causa um efeito singular. A Marquesa de LONDONDERRY (1839) escreve que o Palácio Real tem um aspecto muito grosseiro do exterior, pois é em parte de estilo mourisco, embora na verdade seja do estilo que o observador entender. O interior revela-se tão miserável como o exterior. Os aposentos da Rainha são pequenos, desconfortáveis e mal mobilados; os lambris e as paredes são de uma cerâmica antiga que faz lembrar os mouros, pois apresenta as características peculiares e estranhas que todas as obras árabes possuem. No topo do edifício há uma sala de bilhar, bonita e original, quase quadrada, com as armas de Portugal pintadas em várias zonas das paredes. As paredes, três das quais têm janelas, estão revestidas com fileiras de azulejos azuis e brancos que, em conjunto, formam painéis de imagens. Há uma pequena sala de banho que tem a mesma decoração e na qual, quando se toca numa mola invisível, jorra uma água fresca e pura de todos os lados. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) percorre todo o Palácio Real, edifício muito antigo e curioso dominado por duas torres monstruosas em forma de cone; na verdade, não são torres, mas sim chaminés de cozinha. Ainda lá se encontra a pequena sala na qual D. Sebastião reunira o Conselho antes de dar início à expedição africana, a mais fatal para Portugal. Há algumas salas bastante bonitas como, por exemplo, a Sala de Audiências, uma sala redonda onde os brasões das antigas famílias nobres portuguesas estão pintados no tecto, ou a sala de jantar, cujo tecto está coberto de pegas pintadas com um bilhete no bico no qual está escrito: «Por bem». Estas palavras dissera-as o Rei a sua esposa quando esta, ao entrar no quarto, o surpreendera a beijar uma bonita dama da Corte. Mas não se pode imaginar nada de mais simples, ou de mais pobre, do que a decoração interior e a mobília do Palácio. Não há um móvel elegante, uma poltrona confortável, ou uma obra de arte! Os quartos de dormir do Rei e da Rainha são ao gosto burguês. No gabinete da Rainha há uma escrivaninha colocada numa posição que faz com que a luz incida nas costas de Sua Majestade quando ali se senta, o que faz supor que tal não ocorre com frequência. A única coisa engraçada e elegante em todo o gabinete é um pisa-papéis em veludo vermelho escuro com duas encantadoras miniaturas. O quarto do Rei é ainda mais simples. Há apenas algumas cadeiras e uma grande secretária onde ele faz desenhos e gravuras e que, por isso, está colocada em melhor posição. Mesmo ao lado encontra-se o bastidor da Rainha onde está uma tapeçaria de lã. E assim passam eles os dias, com os dois príncipes brincando à sua volta, num modo de vida simples e burguês que não corresponde ao que deveria ser o dia-a-dia de uma Família Real. O Palácio não tem jardim nem passeios. Em frente aos quartos dos pequenos príncipes há um terraço muito despido que tem apenas o tamanho necessário para que eles possam andar de um lado para o outro e beneficiar do ar fresco sem precisarem de descer ao pátio. Não há obras de arte, quadros, ou esculturas. Talvez muita coisa tenha desaparecido no Terramoto de 1755 e, na verdade, desde então Portugal sofrera demasiado, do ponto de vista financeiro, para poder fazer muito em prol da formação dos artistas, ou colmatar a

falta destes com obras de estrangeiros. Ou talvez haja menos sensibilidade e paixão pelas artes plásticas do que pela música, que se manifesta num vivo interesse pela Ópera Italiana e pelo Ballet. Seja como for, quer a visita a este Palácio, quer a visita ao Palácio da Ajuda não suscitam vontade de ver o edifício de Mafra, que está a cair em ruínas. Ver um edifício em pedra de dimensões colossais não compensaria a penosa viagem de quatro milhas por maus caminhos. A BERGH (1841) não agrada o Palácio, ao qual haviam sido acrescentados novos elementos conforme as necessidades e em estilos totalmente diferentes. Assim surgira um edifício multicolor que não obedece a qualquer plano e que só chama a atenção pelo facto de ser tão estranho. A maioria das salas não está mobilada enquanto outras têm apenas o essencial. Todos os armários estão selados e quase por todo o lado há coloridos azulejos holandeses utilizados como forma de decoração apesar de Portugal ser um país riquíssimo em três dos mais belos tipos de mármore. Apenas a cozinha e o sistema de canalização merecem menção: a primeira, pelas suas duas chaminés gigantescas em forma de pilão, como se de torres se tratasse; o segundo, pelo mecanismo de esguicho utilizado no pátio e nos quartos. À chegada, HUGHES (1846) avista, lá em baixo, a cidade de Sintra e as duas chaminés mouras do Palácio Real, que constituem a principal característica da paisagem. O Palácio é extremamente interessante, dado ser uma perfeita residência mourisca com fontes interiores, terraços e salas revestidas a azulejo. Num dos aposentos estivera D. Sebastião quando reunira os seus nobres e decidira partir para a expedição africana; o banco forrado de azulejos, onde se sentava, ainda hoje é mostrado aos visitantes. Num outro aposento a água jorra como um chuveiro através de fissuras nas paredes de azulejo. Num dos quartos pode ver-se o pavimento de mosaico gasto pelos passos do desgraçado D. Afonso VI que ali permanecera detido durante quinze anos às ordens da sua lasciva esposa. Para além disso, há alguns aposentos antigos muito curiosos, especialmente aquele que contém os brasões das principais famílias portuguesas, e um outro, chamado Sala das Pegas, no qual várias pegas ostentam nos bicos inscrições com a resposta de D. João I à sua ciumenta Rainha: «Por bem». É uma história que interessa aos visitantes ingleses porque a Rainha era Filipa de Lencastre, filha de John de Gaunt, que apanhara o Rei em flagrante delito a beijar uma dama da Corte. D. João replicara com esta galante inscrição, imitando a lenda da Ordem da Jarreteira: «Honni soit qui mal y pense». Outrora este Palácio fora a Alhambra dos reis mouros de Portugal e D. João, em finais do século XIV, convertera-o num palácio de verão para os soberanos cristãos. Está construído sobre um rochedo estranhamente isolado, por baixo do qual há uma pedra aguçada onde era hábito pendurar as cabeças de rebeldes e traidores. Existem muitas outras relíquias mouras neste velho e curioso edifício. STUART-WORTLEY (1851) comenta que no Palácio Real há uma «Cozinha para a Sopa de todas as Nações» ou, talvez, uma enorme escola para futuros cozinheiros, com duas enormes e infelizes chaminés cónicas à vista das quais todo o turista deixa escapar uma exclamação de troça. O edifício pode ser visitado com autorização do «Almoxarife», palavra de origem árabe, mas apenas quando a Rainha não se encontra no Palácio. A arqui-

tectura é uma mistura dos estilos mouro e cristão. As janelas estão ornamentadas com arabescos que formam ramos de árvores sem folhas delicadamente entrelaçados. Nas molduras das janelas há elegantes colunas em granito que sustentam arcos talhados a partir de uma única pedra. Aos anacronismos do exterior correspondem anacronismos no interior: espalhadas pelos aposentos encontram-se relíquias e reminiscências de acontecimentos historicamente interessantes mas pertencentes a épocas muito afastadas umas das outras. Não existe qualquer dúvida de que este edifício deve a sua origem aos mouros pois a abundância de jogos de água, repuxos, fontes e tanques comprova-o plenamente. Esse é o estilo dominante, embora o conjunto tenha uma arquitectura híbrida. Terá sido, muito provavelmente, propriedade do Alcazar dos reis sarracenos de Lisboa e D. João I adaptara-o às funções de Residência Real dos soberanos europeus e cristãos de Portugal. A Sala das Pegas fora, muito provavelmente, pintada por ordem do próprio monarca. O friso e o tecto deste grande salão estão totalmente cobertos com pinturas de pegas, cada uma com um bilhete no bico onde se deixam ver as palavras «Por bem», com o sentido de «Não houve mal nenhum». Este «Por bem» fora a divisa escolhida por D. João I de Portugal e é o lema da Ordem da Jarreteira «Honni soit qui mal y pense». Segundo a má-língua histórica, ou as crónicas da Corte, a Rainha encontrara o Rei no acto de saudar ternamente uma dama de honor muito bonita, tendo-se o Rei desculpado com a frase «Por bem». Posteriormente, dizem, o monarca ordenara que estas palavras fossem pintadas repetidamente no tecto da sua sala real de modo a que, se a história viesse a ser pública, a defesa o fosse igualmente. O famoso Salão dos Brasões, no segundo andar, fora construído por ordem de D. Manuel; o tecto é circular e, ao centro, estão pintadas as armas reais de Portugal rodeadas pelos brasões dos cinco filhos e das duas filhas de D. Manuel. O resto do tecto está totalmente preenchido com os brasões da nobreza de Portugal, cada um exibido sobre uma cabeça de veado. São setenta e dois brasões, dois dos quais terão sido apagados: o da família Távora e o da Casa de Aveiro, famílias nobres acusadas de envolvimento na tentativa de assassinato de D. José I. Os brasões estão dispostos em dois círculos concêntricos de forma a não dar precedência a nenhum em particular. A sala em que o infeliz D. Sebastião dera a última audiência antes de iniciar a sua desafortunada expedição africana fica numa outra zona do Palácio, onde se pode ver ainda a cadeira onde se sentara nessa ocasião. Nas proximidades da capela fica a sala em que o pobre D. Afonso VI estivera encarcerado durante os últimos quinze anos da sua existência. O desgraçado Rei costumava enganar as pesadas horas do cativo andando de um lado para o outro num dos cantos do desolado quarto. Os tijolos do chão estão perceptivelmente gastos desse lado; pelo menos é esta a explicação que dão para o chão estar abatido, ou ligeiramente escavado, naquele ponto. O ilustre cativo era objecto de rigorosa vigilância e, como medida de precaução, não estava autorizado a entrar na capela para ouvir a missa, pelo que fora feita uma abertura estreita sobre o Coro através da qual podia ver o que se passava no altar sem que houvesse a menor hipótese de ser visto.

O Convento de Santa Cruz dos Capuchos, mais conhecido entre os viajantes por **Convento da Cortiça**, é objecto de resumida descrição por parte de TWISS (1772-1773), segundo o qual o convento se situa no cume de uma montanha chamada Cabo da Roca, ou Rocha de Lisboa, o ponto mais ocidental do continente europeu, à latitude de 38° 45'. Dado ser um local extremamente húmido, fora todo revestido a cortiça. Ali residem dezasseis monges. TEXIER (1794) faz uma excursão à ermida que, segunda informa, os ingleses designam de Convento da Cortiça, situado no cume de uma das montanhas de Sintra. Trata-se de um estranho Mosteiro, se é que tal designação se lhe pode aplicar, que consiste num grupo de penhascos e pedras soltas possivelmente espalhadas pelo cume e pela encosta por um movimento terrestre muito anterior à história humana. Os buracos e intervalos entre os penhascos estão cheios de pedaços de rocha e seixo, terra, musgo e urze, que cobrem a encosta. A capela, o refeitório, a cozinha e as celas haviam sido construídas em buracos na rocha, ou entre grandes penedos, e têm outros penedos a servir de tecto. Todas as divisões estão isoladas umas das outras, embora concentradas num espaço muito reduzido. Os aposentos têm aberturas laterais e os tectos são decorados e atapetados com musgo e grandes painéis de casca de sobreiro, o que justifica o nome que lhe dão os ingleses. Perto da entrada da capela há uma cavidade na rocha que servira de cela durante muitos anos ao já falecido monge Honório. Tem, no máximo, quatro pés de profundidade e largura e três de altura pelo que é impossível estar lá dentro de pé. No espaço entre as celas há plantações de árvores de fruto, hortaliça e flores que formam um pequeno jardim tão mais agradável quanto invulgar é tal aparição num solo daqueles e àquela altura. Este jardim não só abastece a cozinha como é, também, fonte de lazer e de ocupação. Os doze a quinze monges franciscanos que ali vivem estão muito familiarizados com estranhos porque há sempre estrangeiros de visita à ermida. BERNARD (1801-1802) sobe ao Convento da Cortiça que D. João de Castro mandara construir por 40.000 reais no cimo de um rochedo para albergar dezoito monges franciscanos. Cerca de 700 pés acima da planície começam os degraus que levam ao cume, a cerca de 1.000 pés de altitude, passando por covas, grutas e abismos a pique. Lá em cima há socalcos onde floresce todo o tipo de plantas. A igreja, as celas e os restantes aposentos encontram-se dispostos, uns no cume, e outros no interior do rochedo. A capela de São Francisco não tem nada de especial, excepto os belos e variados tipos de pedra de que é feita. A sacristia, escavada na rocha, recebe luz através de uma abertura revestida de cortiça. Contígua à sacristia há uma fileira de celas, mais pequenas do que caixões, cujas portas são aberturas estreitas. A mobília de cada cela resume-se a uma cadeira e uma pedra na qual os monges colocam um saco de palha e um cobertor de flanela. A luz é escassa pois entra apenas por fendas entre os rochedos. A alguma distância das celas encontra-se um espaço escavado num grande bloco de rocha, espaçoso, alto, abobadado e totalmente revestido de cortiça como protecção contra a humidade. Lá dentro há dois bancos de pedra, compridos e estreitos, dispostos de ambos os lados de uma mesa apenas um pouco mais alta do que os bancos. O tampo da mesa

também é de pedra, a qual, de tão usada, adquirira já várias cores. Sobre o tampo estão pequenas pedras quadrangulares com laranjas, pão, manteiga, queijo e vinho. Na porta está pendurada uma pintura a óleo da Última Ceia, oferecida ao convento pela própria pintora, uma portuguesa de talento cujo modelo deve ter sido Rubens a julgar pelos contornos, algo escuros, e pelas cores. Segundo os monges, esta senhora deixara de pintar há já alguns anos porque ficava sempre insatisfeita com os seus quadros. Em qualquer outro país esta modéstia, aliada a tanta sensibilidade, teria levado a resultados surpreendentes; aqui, no entanto, nenhum talento pode resistir a tamanho isolamento, à falta de artistas e de obras de arte de qualidade que possam constituir modelos. Mais acima há um buraco húmido e abafado, de não mais de cinco pés de diâmetro, no qual há apenas uma pedra grossa e alguma folhagem apodrecida. Ali vivera durante trinta anos Santo Honório, padrinho do Rei D. Sebastião. ORMSBY (1808) escreve que no Convento da Cortiça, situado perto do cume da montanha, os rochedos haviam sido revestidos a cortiça, material que forra também o interior do Convento para o proteger da humidade. Os monges pertencem à muito rígida Ordem dos Franciscanos. No humilde refeitório, de dez pés de comprimento por cinco de largura, servem fruta e vinho, lamentando que os seus meios não lhes permitam oferecer melhor. Cada monge tem o seu dormitório, onde há um pequeno colchão e aberturas oblíquas talhadas na rocha que deixam entrar um leve raio de luz. Há dois ou três pequenos aposentos destinados aos ofícios sagrados, onde se encontram todos os elementos necessários à celebração do serviço religioso, embora em miniatura. No exterior, até na pedra teimosa o engenho conseguiu talhar passeios à sombra e uma arcada de onde se avista o encantador vale e o incomensurável Atlântico. O que há de mais precioso para os monges é uma gruta de quatro pés de diâmetro onde Honório, o confessor da Corte, passara os últimos dezasseis anos de vida. Tal sacrifício fora merecedor de canonização. Para além desta gruta, a única coisa digna de nota é um altar que está ornamentado com muito gosto. FISHER (1808-1810) dirige-se para o Convento dos Capuchos, conhecido por Convento da Cortiça devido à circunstância de ser forrado de cortiça em vez de madeira. Tem três capelas, um refeitório e várias celas, tudo escavado na rocha. As celas, baixas e pequenas, são muito interessantes pois apenas têm o espaço suficiente para a cama, erguida apenas um pouco acima do chão e feita de juncos ásperos. O refeitório é tão baixo que quase não se consegue estar de pé. Quer a mesa, quer os bancos dispostos de cada lado dela, são grandes pedaços de rocha. Um buraco perfurado numa das extremidades da gruta permite que entre alguma luz. No outro extremo encontra-se uma pintura sobre cobre da Última Ceia, que se diz ter sido pintada por uma senhora inglesa que a oferecera ao convento. As cores são muito bonitas e sóbrias. Num dos extremos do jardim há uma cela onde um monge dormira durante mais de dezassete anos em acto de penitência. É um buraco pequeno, escavado na rocha, onde o dito monge teria dificuldade em entrar. Os monges deste convento não têm outra distração senão tratar do jardim, onde crescem belas flores em abundância. MILFORD (1808-1812) visita o Convento da Cortiça, escondido na mon-

tanha não muito longe de Sintra. O edifício está inteiramente coberto desse material, o que dá ao conjunto uma aparência muito rural. Outrora um estabelecimento considerável, agora alberga apenas dezasseis frades. Há um pequeno buraco feito na rocha onde se diz que um frade fizera penitência durante os últimos quinze anos da sua vida. Segundo COCKBURN (1811), a designação de Convento da Cortiça não se aplica com justeza, dado haver apenas um pouco de cortiça pregada às portas e ao tecto. O convento nem sequer está situado numa mata de sobreiros mas sim sobre uns rochedos dispostos de forma estranha. É muito decrépito e as celas são pouco melhores do que as pocilgas inglesas. No entanto, o jardim e o laranjal são bonitos e têm alguns caminhos com boa sombra e arbustos aromáticos. WEECH (1823) informa que se sai da capela directamente para o cume do penedo, onde há um pequeno cemitério cercado por um muro. Aqui a escarpa é quase perpendicular à rebentação do mar e vê-se, a alguma distância, as ilhas das Berlengas, um grupo de rochedos que as ondas cobrem constantemente de espuma branca. CARNARVON (1827-1828) visita o Convento da Cortiça, edifício mal construído, mas bem situado numa colina densamente arborizada. Um caminho empedrado e ladeado por belos sobreiros conduz até à entrada, que está decorada com um curioso trabalho em conchas. Após passar por um pátio cheio de hortênsias e brincos de princesa, chega-se a um aposento horrendo chamado refeitório, onde bancos, portas, tectos e tudo o resto está forrado de cortiça, embora em certos sítios a parede seja apenas rocha no seu estado natural. O alecrim cresce luxuriante nos jardins mais acima, de onde se goza de uma bela vista do lugar de Colares aninhado no bosque. Quando HEERINGEN (1836) visita o convento já lá não se encontra qualquer monge. Partindo de burro do Hotel Saffarti, e após passar pela quinta de Monserrate, dirige-se para um lado mais selvagem da serra e depara com um extraordinário edifício, completamente diferente do que é costume em Portugal no que respeita a conventos, pois nada tem de imponente. Na verdade, ocupa apenas alguns espaços entre rochedos. Há uma capela, um refeitório e algumas celas, todos de reduzida dimensão. As celas são tão diminutas que só uma criança poderia entrar pelas aberturas sem se curvar. É curioso estarem revestidas de cortiça, produto dos bosques circundantes. Em frente desses buracos cavados na rocha há um terraço com bancos a toda a volta e uma mesa de pedra ao centro. Aqui passavam os monges muito tempo desfrutando de uma vista maravilhosa sobre a Estremadura e o mar. Agora já lá não vive nenhum mas tudo permanece como se lá estivessem: as imagens de santos continuam nas capelas de cortiça e musgo, os livros de coro continuam abertos na igreja e há cântaros de água e vasilhas por todo o lado. COOPER (1838-1839) atravessa uma zona selvagem e acidentada «chamada Serra», profusamente coberta de flores perfumadas, até chegar ao Convento da Cortiça, situado num local muito pitoresco no meio do matagal. O nome deriva do facto de as suas salas serem forradas de cortiça, grande parte da qual ainda lá se encontra. No terreno do convento existe uma caverna onde se diz que um homem de grande santidade vivera durante dezasseis anos. O convento é digno de nota sobretudo pela sua localização pitoresca. O Marquês

de LONDONDERRY (1839) afirma que este convento é inteiramente feito de cortiça e que ainda muito recentemente ali viviam dezoito ou vinte monges agora banidos e dispersos em conformidade com as leis de D. Pedro. Para visitar este local é necessário andar às voltas de burro pela montanha sob o ardor dos raios do sol. Tal desconforto só seria aceitável se o convento valesse a pena ser visitado, o que não é o caso. O Convento da Cortiça é uma ruína, atraente apenas para aqueles que admiram o Sublime, ou o Romântico, e que têm prazer em imaginar tempos que já lá vão. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) cavalga pelo bonito caminho da Penha Verde, por baixo da rama verde dos castanheiros, mas não tarda a ter de seguir pelo caminho rochoso e rústico que serpenteia pela serra para, hora e meia mais tarde, chegar ao Convento da Cortiça, situado na crista da cumeada entre uma verdadeira selva de rochedos. Em tempos o convento fora habitado por frades Capuchinhos, mas agora está deserto e a tarefa de porteiro é exercida por um guarda coxo. O convento é horrível. Os vários nichos e cavernas formados pelos blocos de rocha amontoados e espalhados por ali haviam sido transformados em celas cujas paredes interiores estão revestidas a cortiça como protecção contra a humidade. Há muretes e passagens que ligam as celas entre si e fazem delas uma aglomeração horrenda de divisões que, devido à sua escuridão, exiguidade, falta de ar e extrema sujidade, mais parecem estábulos do que habitações humanas. É obrigada a avançar, curvada, pelos corredores baixos e estreitos e passa com dificuldade pelos buracos que formam as portas. Ao olhar por uma fenda para o interior de uma das celas, vê as paredes negras e peçadas de bichos repugnantes e exige sair imediatamente daquele lugar imundo. HUGHES (1846) passa pelo Convento da Cortiça, construído por D. João de Castro na parte mais agreste da serra, e observa os seus singulares cantos e recantos, todos cobertos de cortiça, habitados por monges até há dez anos atrás. Ainda se vê a gruta, qual cova de um animal selvagem, em que Santo Honório se enterrara vivo durante anos, adquirindo desse modo fama de santidade. STUART-WORTLEY (1851) descreve o percurso de burro por uma zona agreste até ao Convento da Cortiça. Situado num local ermo e solitário, num recanto da serra pedregosa, tem um aspecto de grande pobreza e lembra o seu piedoso e empobrecido fundador e arquitecto, João de Castro. Este pobre convento ou, como alguns lhe chamam, ermitério, compreende uma igreja, um refeitório, uma casa do capítulo, uma sacristia e cerca de vinte celas. Os diferentes aposentos são constituídos por rocha e por aberturas na mesma. Tudo está forrado de cortiça para contrariar os efeitos perniciosos da humidade, razão pela qual o convento recebera este nome. No tempo dos seus reverendos ocupantes, tudo era esqualido e decrépito, pois consideravam uma glória viverem o mais desconfortavelmente possível. Não tinham camas. Cada cela tinha cerca de cinco pés quadrados e portas muito baixas e estreitas; sob todos os pontos de vista, era mais própria para um morto do que para um ser vivo. Na passagem para o refeitório ainda existe um pátio onde, em tempos, desabrochavam belas flores, tais como hortênsias e gerânios. Os bancos da caverna de jantar – porque de uma verdadeira caverna se trata –, assim como as mesas, são talhados na rocha. A pouca distância do edi-

fício há um buraco, em parte escondido por uma grande pedra, onde um eremita chamado Honório vivera os últimos dezasseis anos da sua vida.

TWISS (1772-1773) descreve o **Mosteiro de Nossa Senhora da Pena**, que D. Fernando II viria a transformar no **Palácio da Pena**, como um pequeno mosteiro habitado por onze frades muito pobres da Ordem de São Jerónimo. O local é quase inacessível e a paisagem tem por limite apenas a linha do horizonte, compreendendo as belas quintas ou casas de campo no sopé do monte bem como o Palácio de Mafra, a uma grande distância, e a expansão oceânica do Tejo. BERNARD (1801-1802) segue de burro até ao cimo de um rochedo que dizem ter 1.800 pés de altura, onde há um mosteiro que o Rei D. Manuel mandara construir em honra de São Jerónimo. Depois de passar um alto portal de ferro chega à porta do Mosteiro onde, antigamente, viviam trinta monges e hoje vivem apenas quatro, já idosos. De um varandim de pedra que rodeia a casa não se vê senão alguns rochedos que estão mais ou menos à mesma altura do edifício. Os aposentos são abobadados e decorados com pedras de granito encruzadas. É tudo muito pobre. A única preciosidade é a mesa de altar de alabastro que um artista italiano enviara ao Rei na intenção de lhe recomendar o seu trabalho o qual, no entanto, não agradara, o que não surpreende pois que, apesar da pedra estar tão bem polida que é transparente como o vidro, a forma como está trabalhada é medíocre. ORMSBY (1808) faz uma visita ao Mosteiro da Ordem de São Jerónimo, situado no cume da serra, e admira, sobretudo, a ousadia do lugar em que fora construído. A fachada ocidental tem um aspecto sublime e aterrador, já que parece tropeçar num caos de rochas abruptas, pronta a precipitar-se no abismo à primeira convulsão e a esmagar a aldeia no sopé. Construído em pedra granítica cinzenta e em estilo gótico imperfeito, o Mosteiro fora fundado no início do século XVI pelo Rei D. Manuel. No interior há pouca coisa digna de menção com excepção de um sacrário de alabastro transparente que tem uma vela dentro e emite luz suficiente para se poder ler. No exterior existem muitos vestígios de edifícios antigos. FISHER (1808-1810) sobe a um dos cumes mais altos da serra, onde se encontra um mosteiro. A estrada lá em cima está protegida por uma velha muralha e também, num determinado ponto, por uma torre antiga de arquitectura mourisca. Junto à porta do Mosteiro existe uma fonte com água da maior qualidade. A capela, obra em azulejo muito curiosa, tem um interessante altar feito de um belo alabastro. Os monges, em número muito reduzido, parecem satisfeitos por mostrarem os seus claustros, refeitórios e celas, mas em nenhum destes lugares existe o que quer que seja que se possa admirar. A vista, pelo contrário, é maravilhosa, impressionante e vasta, e é interessante contemplar lá do alto as planícies do Vimeiro agora tão célebres devido à batalha que ali se travara. O grande Palácio de Mafra é visível à distância, bem como o mar do outro lado. Em baixo fica a aldeia de Sintra. O sopé do monte, do lado norte, ostenta ao longo de muitas milhas o aspecto de um maravilhoso jardim alegremente salpicado de casas. MILFORD (1808-1812) informa que o Mosteiro da Pena está construído numa montanha alterosa cuja subida é árdua e íngreme. Antigamente residiam lá muitos frades mas agora restam apenas cinco.

Construído há mais de trezentos anos, o Mosteiro fora saqueado e esvaziado pelos franceses mas ainda lá está o altar-mor da capela, de alabastro transparente, com uma placa circular ao centro que gira num pedestal e na qual estão representados doze temas da história sagrada esculpidos com um engenho e uma delicadeza espantosos. Vale a pena a visita, sobretudo pela vista impressionante que se abre a partir do cume, uma ampla perspectiva da cidade de Sintra entre bosques e soutos, as inúmeras quintas e, ao longe, o oceano coberto de todo o tipo de embarcações. HEATHCOTE (1809-1812) descreve duas grandes rochas cónicas que dominam a pacífica cidade de Sintra, numa das quais ainda são visíveis os restos de um forte mourisco, enquanto a outra é coroada pelo Mosteiro da Pena. É para ali que se dirige à custa de árduos esforços pois o calor é intenso e o caminho quase a pique. Depara-se-lhe um mosteiro miniatura habitado por três velhos monges, a partir do qual se abre um vasto panorama de campos sombrios e desérticos até Lisboa, com o Convento de Mafra ao longe e o Oceano Atlântico a delimitar a linha do horizonte. COCKBURN (1811) sobe uma montanha muito íngreme por um caminho quase a pique entre rochedos. No cume da montanha cónica encontra-se um mosteiro. Quem quisesse realmente retirar-se do mundo não poderia encontrar local mais secreto. O mosteiro não podia ser mais bonito, com o seu duplo claustro, uma igreja razoável, e todos os pertences próprios de um edifício deste género num estilo muito agradável. O panorama que se avista do terraço é vasto e belo. A obra de cantaria é de boa qualidade e é evidente que não se poupou dinheiro na sua construção. HEERINGEN (1836) dirige-se ao Mosteiro da Peninha, situado no cume mais alto da serra, num rochedo íngreme e denteado. O caminho até lá é difícil. Após passar por uma capela sobranceira a um precipício e ainda decorada com coloridas imagens da Virgem, segue por uma espécie de ponte que dá acesso à entrada propriamente dita e ao seu pátio interior, naturalmente pequeno, pois é constituído apenas pela superfície enrugada de um rochedo. Acima dele elevam-se os edifícios, de muros fortes e mais altos do que largos, torres salientes e varandins ao gosto gótico-mourisco. É uma construção espantosa, única no seu género. Corredores, capelas e aposentos estão decorados com tijolos coloridos e vidrados, decoração dominante na maioria dos edifícios portugueses da Idade Média. O mosteiro está em bom estado, embora vazio, como vazio está o Convento da Cortiça; em breve, ambos serão apenas ruínas. COOPER (1838-1839) visita o Mosteiro de Nossa Senhora da Pena, empoleirado numa rocha altaneira ou, melhor dizendo, num amontoado de rochas, porque o estrato rochoso dá a impressão de ter sido despedaçado e atirado ao ar, tendo os fragmentos caído na maior das confusões uns por cima dos outros, como se ameaçassem esmagar de súbito tudo o que está abaixo deles. O mosteiro fora recentemente adquirido pelo Príncipe D. Fernando que o está a transformar numa residência moderna. O panorama é a sua principal atracção. O Marquês de LONDONDERRY (1839) acompanha a esposa na visita ao Mosteiro da Pena, mencionando a paisagem magnífica, vasta e selvagem que de lá se avista. O Rei está a restaurar este estranho lugar, que tenciona transformar numa residência de verão. A Marquesa de LONDONDERRY (1839) comenta que,

ao longe, o Mosteiro lhe parece completamente inacessível, empoleirado como um ninho de águia no mais alto pináculo de uma serra escarpada e sobranceira ao mar. Durante a subida, duvida que o burro consiga levá-la até lá mas, uma vez chegada, é recompensada por um dos panoramas mais magníficos que imaginar se possa. Após entrar, vê na capela um belo altar-mor, talhado em mármore branco, que contrasta fortemente com os sujos candelabros de chumbo colocados à sua frente. No centro do edifício há um pequeno pátio mourisco pavimentado com azulejo azul e branco e rodeado de pequenos arcos abertos. Uma escadinha de pedra em espiral conduz à prisão, de onde se pode contemplar o mar, as montanhas e as planícies em redor. Muitos homens trabalham no mosteiro pois o Rei comprara-o e está a restaurá-lo integralmente para o transformar numa deliciosa residência. Todos os quartos e salas têm vistas maravilhosas e deveriam ser mobilados com o maior luxo e conforto. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) escreve que no pico mais alto da serra paira a Pena de Sintra, antigamente um mosteiro ieronimita que o Rei mandara aumentar e transformar num palácio; apesar disso, o arco do pátio interior, antigo claustro, ainda parece estar como que comprimido. Procede-se à fase de plantação e ajardinamento com grande dificuldade pois o vento é constante e, de vez em quando, há fortes tempestades. Serão acrescentados muros e torres para que o conjunto fique mais parecido com um palácio. Alguns dos quartos estão já prontos; a decoração é muito simples, embora interessante, pois os móveis são realmente antigos, e não imitações, e têm talha e embutidos de acordo com a moda. Se as plantas vierem a crescer, daqui a algumas gerações a Pena poderá tornar-se um lugar encantador nos meses de verão. Agora, embora bonita, devido à localização e vistas, é desconfortável porque os raios do sol são reflectidos cruamente pela rocha despida. BERGH (1841) vai até ao cume da montanha onde outrora havia um mosteiro que fora transformado num palácio. Do tempo dos monges preservara-se a capela com a imagem milagreira de Maria, assim como o refeitório, mas nenhum destes locais tem o que quer que seja de interesse. As obras haviam sido entregues a um alemão de nome von Eschwege, cuja longa estada no Brasil e, mais tarde, em Portugal, infelizmente o familiarizara demasiado com os hábitos locais. Assim, em vez de utilizar o granito, que está muito mais de acordo com o carácter do pequeno burgo, dera preferência ao asfalto, do qual detém uma patente. Aliás, poder-se-ia conjecturar que a razão pela qual em Portugal se extrai frequentemente o granito do solo, à custa de muito esforço, é conseguir espaço para as estradas também construídas por Eschwege. A vista que se tem a partir das torres e ameias da Penha é indescritivelmente bela e a integração do Palácio na paisagem está muito bem conseguida. O edifício parece sair da própria rocha, não só porque tem as mesmas cores que esta, mas também porque as torres e o perfil denteado se recortam agradavelmente contra as ruínas mouriscas que coroam o cume do penhasco próximo. No entanto, o seu interior é desagradável, pois as divisões são mais pequenas do que as do pequeno castelo de Babelsberg⁴⁴ e o mobiliário é pobre. MINUTOLI (1851-1854) afirma que, de momento, é apenas Sua Majestade que se ocupa de arquitectura em Portugal. Com-

para o Convento da Pena e mandara o General Eschwege proceder à sua ampliação de acordo com o estilo mourisco. Os pormenores, extremamente ricos, haviam sido magistralmente executados em pedra; o mestre e arquitecto que dirigira a construção demonstrara possuir uma imaginação inesgotável, sacrificando, embora, a harmonia e o carácter do edifício.

Montada no seu pequeno burro BERNARD (1801-1802) dirige-se para as ruínas da **mesquita e cisterna mouriscas**. Atravessando um átrio de abóbada alta chega a uma espécie de pequeno local de culto em cujo tecto, de cor azul, estão pintadas pequenas estrelas. Nas paredes há hieróglifos confusos e, a pouca distância, uma cisterna quadrangular de pedra de cerca de cinquenta pés de comprimento e de largura e quatro de profundidade. Não parece ter sofrido com a passagem do tempo. O tecto abobadado assenta em quatro colunas de pedra maciça, uma em cada canto. A água é clara, transparente e não tem o aspecto de água estagnada. Não aumenta nem diminui de volume quer seja inverno ou verão. É evidente que vem do interior da rocha e que corre por canais não visíveis a olho nu. O facto de em Lisboa se dizer que são os espíritos que mantêm a água limpa deve-se ao facto de a limpeza em Portugal ser vista como algo de sobrenatural. ORMSBY (1808) refere que a parte mais perfeita destas ruínas é aquela a que geralmente se chama mesquita. De facto, apesar das pequenas dimensões, devia ser essa a sua função pois a parede sobre o arco localizado no fim do edifício tem pinturas curiosas e uma inscrição em caracteres de um árabe muito antigo com a expressão *La illa Alla* repetida vinte e quatro vezes consecutivas, o que esclarece sobre função deste aposento. Há também uma construção que é uma relíquia dos tempos antigos, bem conservada, que deve ter sido local de banhos dos mouros. Tem cinquenta pés de comprimento e dezassete de largura. A água que contém tem sempre quatro pés de profundidade, e não diminui nem aumenta de volume quer seja verão ou inverno. Está sempre transparente e totalmente isenta de sedimentos embora, segundo afirmem, nunca seja limpa. Por esse motivo atribuem-lhe virtudes extraordinárias. Perto dali existe uma outra cavidade singular com a forma de um sino invertido, que se supõe ter sido utilizada como armazém para cereais. No entanto, todas estas afirmações são baseadas em conjecturas muitas vezes erróneas. O certo é que este local e o Castelo de Palmela são dois dos últimos locais que haviam estado sob o domínio dos mouros em Portugal. WEECH (1823) refere as paredes da pequena mesquita, identificando vestígios de passagens do Corão em caracteres árabes. Ali perto há uma cisterna moura com quarenta pés de largura e de comprimento, com um muro muito espesso. De cada um dos cantos desse muro elevam-se colunas de granito, igualmente espessas, que suportam o tecto de pedra abobadado. A água que se acumula tem quatro pés de profundidade, é transparente e sabe bem. O chão é a própria rocha e, embora não se note a mais pequena fenda, há com certeza uma forma escondida de a água entrar e sair. HEERINGEN (1836) vê esta cisterna num dos pátios do castelo dos mouros. O tecto de pedra abobadado caíra recentemente e deixara uma abertura através da qual se vê o interior. É por essa abertura que vê uma

grande pedra meio saída da água e, junto a ela, o corpo inchado de um cadáver. Tratara-se, com certeza, de um acto de violência. Evidentemente o lugar não é seguro. STUART-WORTLEY (1851) menciona umas ruínas a meio caminho entre a cidade de Sintra e o cume da montanha, que se julga serem restos de uma mesquita moura. Ainda lá está parte do tecto e vestígios muito leves de estrelas gravadas num fundo azul. Em algumas zonas das paredes há caracteres sarracenos. Num outro local dentro deste perímetro encontra-se uma cisterna quadrangular, supostamente local de banhos no tempo dos mouros. É em pedra, tem dezassete pés de largura e cinquenta de comprimento, e um teto abobadado. A água que contém está sempre límpida e tem quase sempre a mesma profundidade de quatro pés, independentemente da estação do ano. Todos os turistas ficam surpreendidos ao ver esta quantidade água, aparentemente inesgotável, a esta altitude; na verdade, deve haver algures, escondido na serra, um repositório natural ainda maior, que alimenta as abundantes fontes e riachos que brotam de todos os lados mesmo em tempo de seca.

ORMSBY (1808) escreve que as ruínas do **Castelo dos Mouros** são muito irregulares e ocupam uma grande extensão, estendendo-se por duas elevações rochosas entre as quais há um vale de tamanho considerável. As vistas de lá são extraordinárias. COCKBURN (1811) refere que, a uma altura muito acima de Sintra, se encontram as ruínas de um Castelo Mouro que não vale o esforço de subir até lá por um difícil caminho rochoso. WEECH (1823) dirige-se ao Castelo dos Mouros para ver nascer o sol do cume de um dos mais altos penedos que rodeiam a cidadezinha de Sintra. Estas ruínas, de grande extensão, são os restos de uma fortaleza outrora poderosa construída pelos mouros. Da Peninha, escreve HEERINGEN (1836), sobe-se mais um pouco para um cume vizinho onde está o antigo Castelo dos Mouros. Composto de muros e torres elevadas, o castelo estende-se por um espaço irregular que inclui vários picos da serra e abarca uma extensão ainda maior do que a do mosteiro. Embora não seja bom conhecedor das diferenças entre fortificações árabes e cristãs, ressalta o facto de as torres e os ornamentos do castelo serem semelhantes aos da velha Torre de Belém, ela também de origem mourisca. STUART-WORTLEY (1851) afirma que o que resta do Castelo Mouro é um conjunto de fragmentos de muros antigos com uma forma curiosa, construídos num cume acima da cidade de Sintra, a ocidente de um outro cume onde se encontra o Convento da Pena.

Em redor de Sintra a paisagem oferece vistas deslumbrantes, nomeadamente na região de Colares. ORMSBY (1808) descreve o regresso a Lisboa pelo vale de Colares, que designa de vale dourado de Portugal. A beleza das laranjeiras e árvores de outros frutos, presentes durante todo o caminho, quase o impede de prosseguir. Devido à riqueza do solo desta região cresce aqui uma vinha diferente de todas as outras, que produz o vinho de Carcavelos, que se bebe sem qualquer adulteração e tem, por isso, um sabor extraordinário. A beleza de uma das casas no caminho, rodeada por um laranjal, levam-no a pedir permissão para ver o jardim. As proprietárias, duas senhoras de idade, vivem com muitas difi-

culdades económicas pois as laranjas são a sua fonte de subsistência e a perda dos lucros, em consequência da ocupação francesa e da exclusão do mercado britânico, reduzira-as à penúria. FISHER (1808-1810) passa pela cidadezinha de Colares onde se produz um vinho tinto delicioso e muito apreciado pelos portugueses, cujo sabor não é muito inferior ao do Clarete, nem muito diferente. Nesta aldeia verdadeiramente bela e muito romântica visita várias quintas, ou residências de campo, de pessoas de nível social elevado e encanta-se com os laranjais e as quedas de água, umas reais, outras artificiais. No caminho entre Sintra e Colares COCKBURN (1811) pára na Quinta da Palma, que pertence a duas senhoras de idade que falam francês. Enquanto ali estivera como embaixador, Junot alugara a quinta durante seis meses. A casa tem um lindo terraço com uma sebe de gerânios em flor. As vistas são belíssimas. WEECH (1823) passeia de burro à sombra das árvores e sebes que ladeiam os caminhos, entrando em jardins que, ao longe, atraem a atenção mas que estão pouco cuidados, embora em todos se encontrem vestígios da sumptuosidade de outros tempos e do amor que os seus proprietários por eles outrora nutriam. Os caminhos tinham sido invadidos pela erva, as cercas dos canteiros mostram-se envelhecidas e cobertas de arbustos, as estátuas mutiladas haviam adquirido um tom cinza escuro, enfim, tudo isso contrasta com o encanto da região circundante. O único cuidado que ainda se presta a estes jardins consiste na manutenção de regos murados, por meio dos quais, no início da floração, se faz chegar a água a cada uma das árvores de fruto, de diversos tipos, que por ali crescem. As laranjas e os limões de Sintra são os que melhor sabor têm e os mais saudáveis. CARNARVON (1827-1828) escreve que as vinhas perto de Colares são pequenas, e de tal modo divididas por muros de pedra, que a região parece um enorme jardim composto de um número infindável de *parterres*. Descendo a colina, segue-se por um caminho que leva à pequena baía de Colares, local pitoresco pouco conhecido pois está isolado por enormes rochedos de basalto. O visitante depara então com o Atlântico, que impressiona pelo contraste com a paisagem circundante por ser selvagem e escuro. A estrada de Colares está enquadrada por uma vegetação de infindável variedade e beleza extraordinária. Há oliveira, oliveira selvagem, arbustos altíssimos, tulipas, pinheiros gigantes, sobreiros com grandes troncos cobertos de fetos e com ramos cheios de azevinho que se alongam sobre a estrada em formas estranhas, jasmim de flor branca como a neve perfumando o ar, e vários tipos de trepadeira cobrindo os troncos das árvores e, por vezes, até, a sua folhagem. Há carvalho em abundância e grandes laranjais e limoais e, entre eles, milho e melões. Árvores de fruto de toda a espécie ladeiam os caminhos e a vinha, que não é cortada e guiada como em França, e cai simplesmente em latada, perdendo formalidade e adquirindo graciosidade. COOPER (1838-1839) refere que Colares é a aldeia que dá o nome a um dos vinhos mais conhecidos em Portugal. A paisagem que rodeia a estrada que vai de Sintra a Colares é extraordinariamente variada e pitoresca: ali crescem grandes florestas de sobreiros, hectares e hectares de limoais carregados de fruto, e grandes extensões de vinha que se seguem umas às outras. HUGHES (1846) chega a Colares, local de grande beleza e

encanto, conhecido pelo seu vinho de tipo clarete e pelas suas quintas e pomares. A aldeia fica no trajecto para a costa marítima. BAXTER (1850) chega à pequena cidade de Colares por um caminho de pomares cheios de fruto. Na hospedaria bebe um copo do excelente vinho que tem o nome da vila e um sabor parecido com o do vinho clarete, embora seja mais encorpado. Há poucos trajectos mais belos na Península do que este entre Sintra e Colares. STUART-WORTLEY (1851) comenta que o encantador vale de Colares, coberto de pomares e laranjais, forma uma paisagem belíssima pelo extraordinário contraste com a montanha árida por cujo sopé se estende. A cidadezinha em si mesma é pobre e tem pouco interesse.

Ainda perto do burgo de Sintra há quintas que despertam a atenção. Aquela que maior número de comentários suscita é a **Quinta de Monserrate**, local de visita obrigatória. Para TEXIER (1794), esta é a quinta mais magnífica de entre as muitas que se encontram no caminho de Sintra a Colares. Fora construída cerca de dois anos antes pelo Sr. DeVisme, comerciante inglês residente em Lisboa⁴⁵. Situada numa região mais aberta, mais afastada da estrada, e menos pedregosa do que a da Penha Verde, a quinta tem uma casa de habitação construída ao gosto moderno, espaçosa e de aspecto muito agradável. Contudo, a simetria do conjunto é perturbada pelas torres, que fazem lembrar as de uma catedral, e pelas alas laterais ao estilo chinês. Os grandes jardins que se estendem em anfiteatro pelas encostas são extraordinariamente atraentes e de uma grande variedade. Ali há pequenos bosques, campos de flores, tanques de água, e ribeiros de montanha caindo em cascata, tudo ao estilo inglês. É impressionante a inconstância do seu proprietário que, após gastar somas enormes, se fora embora assim que a sua criação ficara pronta. Recentemente a casa fora alugada a um seu compatriota, o Sr. Beckford. NEALE (1808) comenta apenas que o Sr. Beckford de Fonthill⁴⁶ é o proprietário de uma das quintas mais bonitas da zona. Os jardins têm uma colecção notável de plantas exóticas, de grande interesse, que por ali crescem ao ar livre. A moradia fora propriedade do Sr. DeVisme, que nela havia gasto uma quantia imensa. Segundo ORMSBY (1808), a casa da quinta mais importante desta região fora construída pelo Sr. Beckford há cerca de vinte e cinco anos atrás. Infelizmente, já aparenta ser um edifício velho. O traço e a execução são provavelmente do melhor que alguma vez se fizera em Portugal. A decoração dos interiores é evidentemente fruto do trabalho de artesãos ingleses. E, no entanto, esta soberba residência, com todos os encantos do mundo e uma vista sobre a mais sublime paisagem, agradara ao seu proprietário apenas durante alguns anos. Encontra-se agora em estado de degradação, totalmente negligenciada, como sucede tantas vezes quando se cria algo por capricho. FISHER (1808-1810) escreve que na estrada para Sintra, não longe de Colares, depois de se passar por um bosque enorme de grandes sobreiros, se chega àquilo que são agora as ruínas melancólicas da antiga residência do Sr. Beckford. Esta é a casa mais bela que jamais contemplara, devido ao esplendor da sua construção e à extraordinária beleza da sua localização numa colina a nordeste do grande rochedo de Sintra e distante deste cerca de duas milhas. Desse lado, o terreno está

coberto de belas árvores e de tonalidades variadas, por entre as quais se avistam edifícios de diferentes tipos. Aqui e ali há algumas das mais grandiosas quedas de água que se possa imaginar. O acesso à casa é feito por uma estrada muito pedregosa e acidentada, mas também muito bela porque, sinuosa como é, a cada curva se avista uma nova perspectiva e se contemplam novas maravilhas. A quinta do Sr. Beckford deve ter sido esplêndida. Está construída em forma de cruz e tem longos corredores, ou átrios, que se estendem a todo o comprimento. Está coroada por grandes cúpulas. O centro da cruz, sob uma dessas cúpulas é uma sala circular muito bonita. Os aposentos de cada lado dos átrios ou corredores, ao gosto italiano, são em tão grande número e tão grandes que poderiam albergar uma família imensa. É impossível não sentir indignação ao ver este lugar tão belo completamente danificado e arruinado pelos bárbaros franceses. O General Junot chegara a utilizá-lo como caserna. Nem uma janela ficara intacta e, em muitos quartos, até os soalhos haviam sido esventrados. O chumbo dos telhados fora arrancado e agora entra a chuva por lá. Em resumo, tudo isto constitui uma cena de cortar o coração. Os jardins, muito bem desenhados, e revelando um gosto delicado, estão destruídos e cheios de ervas daninhas. Segundo dizem, a grande propriedade que rodeia a casa pertence a um abastado comerciante que emigrara para o Brasil. COCKBURN (1811) visita Monserrate, uma casa de campo de estilo semi-gótico construída por um personagem extraordinário, o Sr. Beckford. Nenhum outro local tem o enquadramento, as vistas e a beleza romântica de Monserrate, mas a mansão, outrora esplêndida, está agora, por vergonhosa negligência, num estado de ruína difícil de imaginar. É com melancolia que se olha para a bela escadaria de mogno, para o trabalho de estuque, ou para os magníficos vitrais à mercê dos temporais, pois o telhado quase não existe. A chuva e a humidade haviam arruinado todo o interior. Os belíssimos soalhos estão praticamente podres. As portas e as janelas estão escancaradas e a bater. E, apesar de ainda restarem algumas provas da qualidade dos materiais e da excelência do trabalho dos artífices ingleses, trazidos para aqui a grandes expensas, o estado de decadência é tal que, nem mochos, nem morcegos, habitam a mansão. É difícil conceber destruição tão louca e tão inútil. Mais valia terem deitado a casa abaixo e vendido os materiais. A pessoa que a construía arrendara o terreno por um período de vinte anos, mas o arrendamento terminara, o Sr. Beckford fora-se embora, e o senhorio, então na Índia, não tomara qualquer precaução nem deixara instruções. Em resumo, embora construída no melhor dos estilos e não tendo ainda trinta anos de existência, Monserrate é a ruína mais miserável que se possa conceber. Os caminhos e os terrenos estão uma verdadeira selva. CARNARVON (1827-1828) refere-se a Monserrate como as ruínas de uma vivenda construída muitos anos atrás pelo Sr. Beckford. Já em 1809 Lord Byron comentara o estado decrépito desta bela habitação e, desde então, a degradação intensificara-se. O telhado, intacto nesse tempo, havia caído quase totalmente, e em muitos sítios as paredes estão agora reduzidas a um monte de ruínas. A entrada dá para um átrio octogonal que termina num aposento circular, do qual se vislumbra uma grande planície que se estende até às praias distantes.

Resta a casca de um belo aposento, provavelmente a biblioteca, que oferece o mais belo cenário florestal que se possa imaginar. O aspecto geral do exterior é bom, exceptuando os telhados altos e inclinados que, devido a um gosto incorrecto, têm algo de desagradável à vista. ROCKWELL (1835-1836) informa que Monserrate é o nome da residência de Beckford, o autor de *Vathek* e de outras obras de génio, que, no século anterior, ali se rodeara de uma magnificência e de um esplendor superiores aos dos orientais. A mansão ocupa um suave promontório que se projecta da montanha e está rodeada de árvores. É quadrada, tem duas alas, e está encimada por torreões góticos. Os soalhos estão partidos e toda ela está uma ruína, mas é tal a beleza deste lugar que daria um belo refúgio para quem quisesse retirar-se do mundo. É uma mansão digna de um poeta, de um príncipe ou de um filósofo. HEERINGEN (1836) escreve sobre a quinta mais bela da região entre Colares e Sintra. Distinta das outras pelo tamanho e sumptuosidade, está a transformar-se numa ruína. O seu criador, um inglês que ali vivera alguns anos, decretara, ao abandonar Portugal, que não se mexesse na quinta, ordem que neste país é muito fácil de cumprir. Consequentemente, já há muitas fendas nos tectos e vidros partidos nas majestosas janelas. O mais estranho é que este inglês mandara construir casas semelhantes nos locais mais bonitos da Europa, tendo feito o mesmo a todas elas. A Marquesa de LONDONDERRY (1839) refere de forma breve a sua visita a Monserrate, local concebido pelo Sr. Beckford, que se encontra num triste estado de decrepitude e ruína. É difícil imaginar tal destruição em tão pouco tempo. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) regressa de Colares em direcção a Sintra, seguindo por uma estrada que serpenteia graciosamente, ora estreita, ora larga, subindo aqui e descendo acolá, e penetrando, de vez em quando, na floresta de castanheiros. Subitamente, surge a seus olhos a quinta à qual se dá o nome de Monserrate. Situado no planalto de uma colina verde, este palácio tem proporções imponentes, e o facto de não ter jardim em volta, nem edifícios anexos, mas tão somente grupos de árvores, causa um belíssimo efeito, sobretudo em Portugal. O construtor soubera integrar harmoniosamente a sua criação na paisagem e preservar o seu isolamento. BAXTER (1850) descreve as desoladas ruínas de Monserrate, situadas num alto, numa floresta de sobreiros e medronheiros. É um edificio acastelado, que fora construído pelo Sr. Beckford. STUART-WORTLEY (1851) declara que, entre Sintra e Colares, é possível visitar a célebre moradia de Monserrate, outrora esplêndida. Havia sido construída pelo Sr. Beckford e recebera uma visita de Lord Byron no ano de 1809. Os restos dilapidados do *château* são visíveis sobre uma suave elevação, ao fundo de um longo caminho. Noutros tempos a casa orgulhava-se da sua entrada imponente, bem como das amplas bibliotecas, dos salões ricamente mobilados, átrios octogonais, *boudoirs* encantadores e salões circulares, todos elegantemente decorados e abrindo sobre vistas que se estendem até lá longe às ondas do oceano. Sobre o suave declive da colina fora também criada uma queda de água artificial, muito dispendiosa. Contudo, agora tudo é tristeza e desolação. MARCH (1852) escreve apenas que tem ocasião de ver as ruínas da dilapidada estrutura do «filho mais rico de

Inglaterra», dono de Fonthill, e autor de *Vathek*, cuja vida ilustra a grande diferença entre o que se faz e o que se diz.

TEXIER (1794) dirige-se por um caminho ladeado de belas árvores até à **Quinta da Penha Verde**, situada perto do vale encantador que se estende até Colares, verdadeiro jardim de laranjeiras, limoeiros, romãzeiras, figueiras e outras árvores de fruto que se revezam a florir e a dar fruto durante todo o ano. Entre elas encontram-se casas com os seus jardins, bem como ribeiros e pequenas correntes de montanha que brotam dos penhascos. É neste ambiente idílico que se situa a Quinta da Penha Verde, que atrai pela sua singularidade. As árvores de fruto, as plantas indígenas, os monumentos de pedra e as alamedas estendem-se pela encosta da montanha, bem como pelos espaços entre grandes massas de pedra que se haviam desprendido do cume e dispersado. Não é possível encontrar qualquer ordem ou uniformidade neste espaço, ou dar cinquenta passos sem se subir ou descer por degraus ou escadas que por vezes conduzem a grandes penedos. Nestes haviam sido construídas casas e balcões decorados com estátuas agora mutiladas e invadidas por subarbúteos e, até, por grandes árvores que irrompem pelas fendas dos penhascos. Esta desordem deve-se ao testamento do criador desta quinta, D. João de Castro, que proíbe aos herdeiros a mais pequena alteração. Em consequência, o jardim está em ruínas e as casas estão inabitáveis. D. João trouxera para o jardim muitas magníficas peças antigas da Índia como, por exemplo, uma pedra com uma inscrição em sânscrito. No entanto, muitas delas haviam sido total ou parcialmente destruídas ao longo do tempo. BERNARD (1801-1802) elogia o grande e magnífico jardim que D. João de Castro mandara plantar, que se distingue de todos os outros pela sua situação elevada, pela extensão, e também por tudo o que contém. Em honra do seu criador, os descendentes não haviam feito qualquer alteração à propriedade. Para se lá chegar segue-se por caminhos largos e arborizados que levam do sopé de um alto rochedo até ao cume, onde se encontra este jardim. Assim se comprova que a determinação consegue superar qualquer dificuldade, pois tal como em Koenigstein⁴⁷, onde se construíra uma pequena cidade sobre um rochedo, também em Sintra se fizera num cume um jardim com a extensão de uma milha alemã. Há ainda um grupo de rochas que parece um túmulo da antiguidade clássica mas que tem uma cruz, que o define como cristão. Igualmente de ressaltar são duas pedras altas, trazidas da Índia após a morte de D. João de Castro, troféus que este lá capturara e que pertencem aos seus herdeiros. Uma delas é de cor vermelha escura e tem, na orla superior, um baixo-relevo que representa o sol e a lua sobre uma figura humana que luta com uma fera. Ao meio está uma inscrição laboriosamente gravada e muito bem conservada em língua indiana. O Dr. Wilkins⁴⁸, grande conhecedor das línguas orientais, traduzira esta inscrição a partir de uma cópia feita por um inglês de nome Murphy. É impossível, no entanto, compreender o seu significado, pois o próprio tradutor confessara que a cópia era muito imperfeita. Melhor seria que a tradução fosse feita a partir do original, dado que qualquer cópia feita por um leigo, mesmo que muito esforçado, nunca poderá resultar bem. ORMSBY (1808) considera os jardins da

Quinta da Penha Verde admiráveis, tanto em beleza, como em dimensão. São famosos por terem sido propriedade, e paixão, do memorável D. João de Castro. Filósofo, cristão e herói, fora morto em 1548 quando era governador da Índia, cargo que desempenhara durante três anos e que imortalizara pelos seus triunfos e moderação. Fora ele que trouxera a primeira laranjeira para a Europa e Portugal ficara-lhe grato pela oferta. Em várias zonas destes jardins existem grutas onde o visitante pode descansar, bem como templos para devoção. Outrora houvera também antiguidades asiáticas bastante curiosas, provavelmente levadas por Junot ou, possivelmente, destruídas pelo tempo. MILFORD (1808-1812) refere apenas que na Penha Verde, local assim chamado por estar coberto por um lençol de verdura, fora erguida uma cruz sobre um pequeno monumento relacionado com a seguinte ocorrência: um nobre rico, antigo proprietário da bela quinta situada próximo deste rochedo, fora enviado como embaixador para a Índia. Encontrando-se ali a morrer, exprimira o desejo de que o seu coração fosse levado para a Europa e enterrado nesta rocha. Assim se fizera. Há um epitáfio em latim que descreve a circunstância. COCKBURN (1811) menciona sucintamente que a Penha Verde é mais uma *villa*, ou a casa de campo, que proporciona belos panoramas, particularmente o da planície a norte. Segundo dizem, os seus jardins eram outrora belos e perfeitamente cuidados; agora, são uma selva. WEECH (1823) visita a quinta de D. João de Castro, a mais famosa da região. Entrando por um portão muito simples e atravessando um pátio rodeado de laranjeiras, chega-se a uma residência espaçosa, mas igualmente simples, da qual partem caminhos largos e bem cuidados que conduzem, à sombra de árvores altas e muito variadas, ao cume de um alto penhasco. Ali se encontra um jardim de grande extensão, cujo terreno é todo utilizado e cultivado, notando-se bom gosto na forma como a natureza é tratada. Reconhece-se de imediato que o criador desse local era alguém muito sensível à beleza do lugar, pois criara este jardim num século em que as pessoas não conseguiam ver nada de belo na natureza a não ser que lá fossem colocados pedantes adornos. Aqui não há nenhum daqueles templozinhos e diminutas colinas, verdadeiros monumentos ao mau gosto que ainda continuam a ser construídos com grande gasto de dinheiro. Apenas se nota um trabalho sensato de cinzel em colaboração com a natureza sempre que esta parece sugerir a forma como poderia ser aperfeiçoada. Quase todos os caminhos desembocam, ou num panorama magnífico, ou em algo de surpreendente, como os dois troféus que D. João ganhara na Índia e que estão colocados sobre duas pedras aparelhadas, quadradas, bem distanciadas uma da outra; num deles vê-se um trabalho de relevo de grande valor, que inclui imagens do sol, da lua e das estrelas, assim como uma inscrição trabalhada com detalhe. Um longo caminho à sombra de altos sobreiros conduz a uma capela pequena, e muito simples, onde se encontra o nobre coração de D. João de Castro. COOPER (1838-1839) visita a Quinta de D. João de Castro, figura ilustre da história de Portugal. A casa e a propriedade são interessantes e encontram-se praticamente na mesma situação em que estavam quando ele era vivo, havendo mesmo um quarto que não fora minimamente alterado. O seu bule de chá, enorme, castanho, e com

capacidade para mais de dois litros de água, repousa ainda sobre o aparador. A vista que se abre a quem está num pequeno terraço da extremidade do jardim é, realmente, magnífica. A Condessa de HAHN-HAHN (1841) visita a grande quinta da Penha Verde, aberta ao público. Tem um extenso jardim que pertence ao Marquês de Saldanha, da casa dos Castros. A situação da quinta é linda, envolta entre arvoredos na encosta da serra, e oferecendo, de vários ângulos, uma paisagem sempre bela. Dado encontrar-se a uma altitude inferior à do Palácio da Pena, a vista não é tão abrangente e grandiosa como a que aquele oferece, mas, em contrapartida, é mais colorida e variada. Infelizmente, o péssimo estado em que se encontra demonstra o desprezo a que a propriedade fora votada pelo seu proprietário. STUART-WORTLEY (1851) informa que a Quinta da Penha Verde, outrora propriedade do famoso D. João de Castro, está ainda na posse dos seus descendentes. O herói escolheu este local ameno para passar os últimos anos de vida, depois de uma carreira gloriosa e o seu coração está enterrado num rochedo ao cimo de uma escadaria. Na base desta haviam sido colocadas algumas pedras, talhadas de forma emblemática, que ele trouxera das terras do Oriente. Gravada nestes blocos está uma longa inscrição em sânscrito em honra do deus Shiva. D. João mandara também construir num terraço uma capela em honra da Virgem Maria sobre cuja porta há uma inscrição. Há ainda uma outra inscrição num pequeno pilar sobre o pórtico. De cada lado da porta há mais duas inscrições. A cada passo o visitante depara-se com sinais e símbolos religiosos. O celebrado herói legara esta propriedade aos seus descendentes com a condição de estes não auferirem dela qualquer benefício pecuniário. MARCH (1852) menciona brevemente a sua visita à velha quinta, propriedade de D. João de Castro, velho e semi-louco Vice-Rei da Índia nos tempos em que Portugal possuía um Império. As pedras diante do portão da quinta estão a desfazer-se em pó e as inscrições, que tão profundamente haviam sido nelas gravadas, estão a desvanecer-se. No entanto, o nome deste herói, assim como os seus feitos, permanecerão para sempre gravados na história do seu país.

Referindo-se ao campo e palácio de Seteais, TEXIER (1794) escreve que, num local elevado, a um quarto de hora de Sintra, fica a bela **quinta de Gildemeester**, falecido cônsul holandês. Esta casa, agora habitada pela sua viúva, encontra-se no meio de uma planície, e do seu jardim, situado nas traseiras, vê-se a cidade de Sintra, o vale da Penha Verde e toda a zona do sopé da montanha. BERNARD (1801-1802) já se refere a esta quinta como pertencendo ao **Marquês de Marialva**. A casa e o jardim são bonitos, tanto pela sua situação, como pelo bom gosto que neles reina, apesar do excesso de ornamentos. No jardim há quase tantas estátuas como árvores, assim como muitos caminhos longos ladeados de árvores com ramos tão entrelaçados que não deixam passar, nem o sol, nem qualquer aragem. Estes caminhos conduzem a pequenos labirintos cheios de limoeiros e laranjeiras, cujos frutos o marquês deixa ficar nas árvores até caírem, o que dá ao ambiente um aroma delicioso. Estes pequenos labirintos, mais expostos ao sol do que os caminhos, são refrescados por bacias de água transparente, onde nadam peixes dourados, assim como por lagos arti-

ficiais, nos quais há pequenos tritões informes criados por um cinzel inexperiente. Numa das zonas mais bonitas do jardim há três estátuas de deusas que lutam pelo prêmio da Beleza, mas se Páris tivesse visto estas beldades, a maçã não teria sido oferecida a nenhuma. Numa casinha no jardim há um conjunto de quatro figuras de pedra pintada: uma mulher de óculos, sentada, a tecer, vestida com um traje genuinamente português; um sapateiro e o seu jovem aprendiz; e um rapaz a tocar um pequeno tambor, instrumento musical muito comum em Portugal. As três figuras masculinas trajam à portuguesa. Todas as figuras podem ser postas em movimento através de molas que se encontram numa sala ao lado. Quanto ao interior da casa, a maior parte das salas está decorada com gosto. Num grande salão com duas filas de janelas encontram-se algumas estátuas antigas de grande qualidade, entre as quais se distingue, especialmente, um Hermafrodita de alabastro que tenta abraçar uma ninfa dos bosques. FISHER (1808-1810) dirige-se à residência do Marquês de Marialva, geralmente conhecida como Casa da Convenção. A quinta tem uma situação lindíssima. A casa é moderna e o seu exterior é ao gosto inglês. Tem duas alas e um belo arco ao centro, no qual estão as armas da família com uma longa inscrição numa placa de mármore. A casa tem muitos e belos quartos, se bem que nada mereça especial atenção. Parece que o actual proprietário está no Brasil, mas, durante o verão, a casa fora habitada pelas irmãs do marquês, embora não se veja qualquer mobília ou serviçal. Os jardins são espaçosos e cheios de belas flores e arbustos, laranjais, caminhos à sombra de vinhas, mirtilos, e gerânios muito grandes. COCKBURN (1811) informa que perto de Sintra há uma casa de campo apalaçada que pertence ao Marquês de Marialva, o qual estivera prisioneiro, ou quase prisioneiro, em França. A casa, onde fora assinada a Convenção de Sintra, tem uma belíssima localização. No local onde a Convenção fora assinada ainda há manchas de tinta no chão, ou porque os intervenientes estavam num estado de grande confusão, ou porque a tinta era espessa e de má qualidade; de qualquer modo, o chão está todo manchado, dando a impressão de que, na exaltação do momento, a tinta fora atirada pelo ar. Os portugueses estão muito indignados com esta Convenção e conservam, e mostram, estas manchas. A casa é bela e bem mobilada, e tem uma série de belas gravuras. Tem também uma capela e vários bons escritórios. Em resumo, é mais parecida com a residência de um nobre inglês do que com a de um estrangeiro. O trabalho de carpintaria é de qualidade, o que não é comum nas residências espanholas, italianas, ou portuguesas, exceptuando Monserrate. Os jardins são ao gosto antigo, mas oferecem uma vista belíssima de rochedos, montanha e mar. Não se vê nenhum carvalho grande e antigo, tão comuns nos parques ingleses, pois os portugueses plantam densamente e não dão espaço aos carvalhos para crescer. Tudo nesta casa está em excelente ordem, embora se observe a habitual antipatia pelo ar livre nos caminhos do jardim, cobertos de mato e erva daninha. WEECH (1823) descreve um local maravilhoso constituído pelo jardim e pela casa de campo do Marquês de Marialva. A arquitectura é de muito bom gosto e o jardim é notável pela quantidade de árvores e plantas brasileiras que tem, tanto numa grande estufa, como ao ar livre, onde as tamareiras, por exemplo, se

desenvolvem muito bem. Há vários caminhos com sombra que convidam ao passeio e conduzem a locais abertos cheios de limoeiros, laranjeiras e figueiras, cujos frutos ficam caídos pelo chão. Por todo o lado, fontes e estátuas dispostas com muito gosto dão ao jardim grande encanto, embora não sejam obras primas da escultura. Segundo afirma o jardineiro, há muito que o marquês não visita este jardim. CARNARVON (1827-1828) vai ao palácio do Marquês de Marialva, local em que fora assinada a Convenção no dia quinze de Agosto. O palácio pertence agora ao Duque de Lafões. Os jardins são bonitos e têm muita água. HEERINGEN (1836) passeia pelos belos terraços da quinta de «sitiaes», propriedade do Marquês de Marialva, na qual fora assinada a convenção de Sintra. A paisagem é bela mas os caminhos até lá são péssimos, mal pavimentados e cheios de buracos. COOPER (1838-1839) visita a quinta do Marquês de Marialva onde se diz, incorrectamente, que a Convenção fora assinada. A casa tem, mais do que qualquer outra em Portugal, os confortos de uma residência inglesa e as paredes estão cobertas de belas gravuras, a maioria das quais da autoria de gravadores ingleses. A paisagem apresenta muitos sobreiros, alguns de grandes dimensões. A Marquesa de LONDONDERRY (1839) visita o palácio do Marquês de Marialva, onde fora assinada a Convenção de Sintra. Encontra lá uma senhora idosa a quem a propriedade agora pertence, a Marquesa do Louriçal, que gentilmente a conduz na visita aos vários aposentos. A vista do terreno circundante, de vale e colinas, é muito bela. De um lado estão as montanhas de Sintra e, do outro, Mafra. BAXTER (1850) informa que a casa de campo que havia pertencido ao Marquês de Marialva pertence agora ao Duque da Terceira. Todos pensavam que a Convenção de Sintra fora assinada nesta casa até que Napier, na sua admirável obra sobre a Guerra Peninsular⁴⁹, esclarecera este erro.

Alguns viajantes vão **um pouco mais longe** em direcção aos edifícios religiosos de **Mafra, Batalha e Alcobaça**.

A primeira visita, quase sempre após a passagem por Sintra e aquela que dá origem ao maior número de passagens descritivas, é ao **Palácio e Convento de Mafra**. TWISS (1772-1773) descreve o caminho até lá, através de uma região romântica cheia de laranjeiras, limoeiros, oliveiras, amoreiras, ciprestes, palmeiras, sebes de romãzeira brava, rosmaninho, aloés, pêra selvagem, loureiros e mirtilos. À esquerda está o Cabo da Roca e, à direita, a Tapada Real, de três léguas de diâmetro, rodeada por um muro de quinze pés de altura. O edifício propriamente dito situa-se perto da pequena vila de Mafra. O arquitecto fora o alemão João Frederico Ludovice e a construção decorrera durante o reinado de D. João V, entre 1717 e 1731. É um quadrângulo quase perfeito, de setecentos e oitenta pés de lado, construído numa espécie de mármore branco. A fachada tem trinta e sete janelas. As três últimas de cada lado têm uma pequena cúpula de ordem coríntia com uma galeria interior a toda a volta. A Igreja, entre o Palácio e o Convento, tem uma grandiosa escadaria de duzentos e cinquenta pés que se projecta para a praça em frente ao edifício. Debaixo do pórtico, à entrada, há doze gigantescas estátuas italianas de mármore que representam

santos; a de São Sebastião está bastante bem executada. O pórtico tem duas ordens de arquitectura, cada uma representada por seis colunas, sendo as primeiras jónicas e as segundas compósitas. Cinco portas de entrada dão acesso à Igreja. De cada lado, há uma torre sineira com quarenta e oito sinos. Os franceses chamam a este género de sinos *carillon* e os espanhóis *organo de las campanas*. As escadas de acesso às torres têm cento e sessenta e dois degraus. No interior da Igreja há seis altares e, sobre cada um deles, um baixo-relevo de mármore; há ainda seis órgãos, assim como pinturas da autoria de artistas italianos desconhecidos. O Convento tem trezentas celas, cada uma com vinte por dezoito pés. A nobre biblioteca tem trezentos e oitenta e um palmos de comprimento e quarenta e dois de largura. Segundo o que se lê sobre este monumento, em todo o edifício há oitocentos e setenta quartos e cinco mil e duzentas janelas. O Palácio não está mobilado, pois o Rei quase nunca lá reside. Há vários locais onde se pode passear, entre os quais um telhado plano que se estende sobre todo o edifício constitui um terraço agradável. Há também vários pátios interiores com bonitos pórticos e um jardim bastante grande nas traseiras. DALRYMPLE (1774) menciona o extraordinário Palácio e Convento de Mafra, originalmente dedicado à Ordem de São Francisco e fundado pelo falecido Rei em cumprimento de um voto feito a Santo António. O edifício tenta rivalizar com o Escorial de Filipe II mas, embora seja uma obra extraordinária, muito mais ornamentada e rica em mármore do que o Escorial, não tem uma aparência tão nobre. O vestibulo e o refeitório são bonitos. Os altares da Igreja são muito valiosos. Tem muitas, e belíssimas, colunas de mármore, cada uma executada num só bloco. No Palácio há *suites* em grande número ao longo de todo o comprimento do pátio exterior, o qual, segundo dizem, tem setecentos pés de cada lado. O Convento e a Igreja formam a parte central do edifício. A bela sala da biblioteca é muito espaçosa. Por último, há a referir uma grande tapada murada para entretenimento dos monarcas. TEXIER (1794) critica o interior do Convento e Palácio de Mafra, absurdo e de mau gosto, apesar do luxo. Critica também o edifício em si, uma estrutura volumosa de pedra onde se amontoam oitocentos e sessenta e seis aposentos com cinco mil e duzentas janelas e portas no total. Construído por um estranho capricho na região mais desagradável, feia e ingrata de todo o reino é, desde há algum tempo, residência de monges agostinhos. GOMM (1800-1813) vai a Mafra para participar na cerimónia do agraciamento do Marechal Beresford com a Ordem de Bath, cerimónia seguida de um baile oferecido por Lord Wellington. O edifício é gigantesco e, sem dúvida, imponente, mas «very, very triste». Deviam ter-lhe dado o nome de «Mafra, o Convento abandonado», ou «Mafra no deserto», pois, apesar do frondoso parque que faz parte do conjunto e dos terrenos variados e cheios de faisões que o rodeiam, a região é árida, desolada, e tem ravinas fundas e sombrias onde não há árvores nem cultivo. A aldeia, miserável e suja, quase dá a impressão de ter sido construída como contraponto ao Convento. A biblioteca tem fama de ser uma das melhores da Europa mas o autor não tem oportunidade de a ver. Após uma viagem de cinco horas desde Sintra, BERNARD (1801-1802) avista a fachada do convento e lamenta que a sua

beleza seja perturbada pelas miseráveis cabanas de argila em seu redor. As óbvias diferenças sociais e o gasto de dinheiro público com os preguiçosos monges para os quais este convento de cinco mil e duzentas portas e janelas fora mandado construir por D. João V, no início do século XVIII, merecem-lhe as maiores críticas. O edifício tem duas grandes alas laterais, entre as quais se encontram a sumptuosa Igreja e o Convento. Entre altas colunas há degraus, que conduzem a um átrio abobadado, onde, de cada lado da entrada, estão dois nichos, um quadrangular e outro triangular. No primeiro, há quatro estátuas e, no segundo, três, todas em tamanho natural. Estas estátuas, catorze no total, são criação de mestres italianos e algumas têm pormenores de grande beleza, como a de São Vicente, em que a dor do santo, assassinado por um grupo de mouros, é expressa com muita autenticidade. A única estátua feminina e, simultaneamente, a mais intrigante é a de Santa Teresa, cuja cabeça nada tem do perfil da Antiguidade, pois o nariz é pequeno e achatado e o queixo está tapado. Do átrio passa-se para a Igreja que, de cada lado, tem quatro capelas cheias de preciosidades. O altar está decorado com duas mesas compridas de mármore preto, de tal modo polidas que serviam de espelho a D. João V antes de este as oferecer à Igreja. Em sua volta há seis filas de bancos dispostos em semicírculo, onde têm assento os trezentos monges que pertencem a este convento. As capelas laterais também estão decoradas com pequenos quadros deste mármore preto e com pequenas estátuas de santos em mármore branco de Carrara. A luz entra pela cúpula lá no alto, para a qual se sobe por uma larga escada de ferro em caracol situada no exterior da Igreja. Entre lanços de oitenta ou noventa degraus há espaços com pequenas varandas dotadas de parapeitos de ferro, a partir das quais se vê, de um lado, uma grande parte da região circundante e, do outro, o interior da Igreja. Os sinos haviam sido feitos em França. Não é permitido visitar o interior do convento, e as senhoras não podem entrar no jardim contíguo, por trás da Igreja, que dizem ser o jardim mais encantador de Portugal. Nele se encontram as plantas mais raras da Ásia, África e América. O convento tem ainda uma excepcional coleção de instrumentos de matemática e uma biblioteca com cinco mil livros. No refeitório estão cerca de duzentos talheres postos para o jantar, após o qual é servido Vinho do Porto, bebida de que o convento está bem fornecido. NEALE (1808) começa por avistar, à sua esquerda, a Tapada Real, cheia de altos sobreiros e cercada por uma forte muralha de cerca de catorze pés de altura. Depois de descer uma encosta muito inclinada, entra na estrada flanqueada pela Tapada e, depois de uma subida, chega ao cume da montanha, onde existe uma aldeia de aspecto miserável. Ali há uma vista magnífica da montanha oposta, onde o edifício gigantesco de Mafra lança as suas cúpulas ao céu. Ao fundo, erguem-se os rochedos alpinos de Sintra, cujo cume se mistura com as nuvens brancas. O projecto para o edifício, construído por D. João V por voto a Santo António, fora encomendado em Roma e o Rei escolhera um arquitecto alemão, chamado João Frederico, para supervisionar a execução da obra, que se iniciara em 1717 e terminara em 1731. A pedra utilizada é um mármore esbranquiçado. A fachada tem trinta e sete janelas. A Igreja está ao centro, e tem, de um

lado, o Palácio e, do outro, o Convento. No seu conjunto, o edifício forma um quadrângulo de cerca de setecentos e trinta pés de lado. O edifício é belo, ao contrário do que afirma Murphy em *Travels in Portugal*, em que ataca o mau gosto do arquitecto, que, segundo afirma, era joalheiro em Lisboa. A escadaria, de cento e sessenta e dois degraus, é verdadeiramente grandiosa, bem como o pórtico, no qual há doze estátuas colossais de santos razoavelmente executadas em mármore de Carrara. O interior da Igreja é bonito e está completamente coberto de belos mármore, soberbamente polidos, e dispostos em painéis. Há seis órgãos e dez ou doze altares, rodeados de baixos-relevos muito bem executados em lugar da habitual pintura. A luz provém de uma série de janelas sob uma cúpula de ordem coríntia, cujo interior é circundado por uma bonita galeria com embutidos de mármore esculpidos de forma magnífica. O Convento tem trezentas celas, cada uma com vinte por dezoito pés. A biblioteca, que é muito bonita, tem uma colecção de livros razoável e ocupa trezentos e oitenta e um palmos de comprimento por apenas quarenta e três de largura. No seu conjunto, dizem, o edifício tem oitocentas e trinta salas e cinco mil e duzentas janelas. O exército francês ocupara-o e deixara-o cheio de lixo. As paredes e as áreas de passagem haviam sido queimadas e degradadas. O belo mármore está rachado em muitos locais pois os soldados ateavam fogos sem que houvesse qualquer necessidade de o fazer. ORMSBY (1808) segue por uma região árida e cheia de fundas ravinas até Mafra, onde há um edifício enorme composto de Igreja, Palácio Real e Convento. A primeira coisa que lhe ocorre é quão infeliz fora a escolha deste local tão perto da estrada; a segunda é que a arquitectura é mais grandiosa do que bela, pois é de um de tipo dórico que se encontra em quase toda a arquitectura pública em Portugal, que mantém o aspecto sombrio e maciço da verdadeira ordem dórica mas não o seu magnífico desenho, nem a sua proporção. O conjunto das duas sombrias torres nas extremidades, a fundura excessiva dos caixilhos das janelas, e o desagradável tom avermelhado do edifício em geral destroem a impressão que um edifício destas dimensões gigantescas deveria causar. Construído em forma de quadrângulo, mede, de leste a oeste, setecentos e sessenta pés e, de norte a sul, seiscentos e setenta pés. No altar-mor há duas mesas enormes de mármore negro tão bem polido que antes de serem ali colocadas serviam de espelho a D. João V, a quem se deve a construção deste edifício. Os pilares da Igreja são grandiosos e produzem em quem entra um efeito sublime. A biblioteca tem trezentos e oitenta e um palmos de comprimento e quarenta e três de largura. Diz-se que, antes da chegada dos franceses, a sua colecção excedia os quarenta mil volumes mas estes haviam levado os mais valiosos, incluindo os manuscritos mais antigos e preciosos. Há cinquenta e oito estátuas em mármore de Carrara, todas bem executadas. No cimo do edifício existe uma plataforma de lajes por onde se pode passear e de onde se tem uma vista deslumbrante sobre toda a região. Na parte de trás estão os jardins, que têm vindo a ser mal cuidados mas que tinham, antigamente, uma boa colecção de plantas exóticas da Ásia, África e América. A nordeste há uma grande coutada do Rei com muralha a toda a volta. SCHAUMANN (1808 e 1809) chega a Mafra ao anoitecer e pára, estupefacto, perante o

enorme edifício iluminado pelo pôr-do-sol. Todos os soldados do seu regimento param também, admirando os cataventos dourados das torres e as cúpulas cintilando à luz da lua. Numa ou noutra das inúmeras janelas brilha uma luz solitária. E, enquanto assim permanecem, ouvem bater as horas, logo seguidas do som dos sinos tocando uma linda ária com variações, tão bem executada e harmoniosa como só é costume ouvir na Holanda. O lugar de Mafra parece uma terra de fadas, todo iluminado em comemoração da derrota do inimigo. O interior do Palácio é ainda maior do que parece de fora, verdadeiro labirinto de átrios, corredores, passagens, salas e antessalas. O edifício é, simultaneamente, convento e palácio, tal como o Escorial, em Espanha. Mandado construir por D. João V entre 1717 e 1731, encontra-se bastante arruinado, quer devido aos franceses, quer à falta de cuidado e de reparações. Os melhores móveis, pinturas e outros objectos de valor haviam sido levados para o Brasil aquando da partida da Família Real e o que restara fora pilhado pelos franceses. Numa galeria aberta que conduz à magnífica Igreja encontram-se duas filas de colossais estátuas de mármore. Estas não representam Cícero, Demóstenes, César ou Alexandre, mas sim santos, quase todos iguais uns aos outros, apenas diferenciáveis pelos nomes gravados no pedestal: Santo António, São Francisco, Santo Agostinho, etc. A impressão que se tem é de que a execução das estátuas deve ter precedido a sua designação, tendo os nomes sido decididos posteriormente. O chão da Igreja é de mosaico polido, que desenha uma grande e preciosa flor, bem como ramagens em cores naturais. Junto às quatro pilstras que suportam a grande cúpula encontram-se quatro órgãos dourados e dois púlpitos. Um alto gradeamento de bronze, com um trabalho extraordinário, separa o altar-mor do resto da igreja. Há inúmeros candeeiros, não de ouro mas apenas dourados, que substituem os pesados candeeiros de ouro e prata levados pelos franceses. A sumptuosidade do altar é indescritível. Do lado oposto, ao fundo da Igreja, encontram-se os espaços reservados à Família Real. No altar principal ardem inúmeras velas. Durante o serviço religioso, enquanto os seis órgãos tocam ao mesmo tempo, vê-se um grande número de padres entre densas nuvens de incenso vestidos com as mais preciosas roupagens. O Convento ocupa uma das alas do Palácio e tem celas para cerca de trezentos monges. Pensa-se que os franceses haviam roubado o sino de prata com que os monges eram chamados à oração. O pátio do Palácio está ainda cheio de bosta de cavalo até à altura de uma vara, que o inimigo ali havia deixado, e os muros estão enegrecidos pelo fumo resultante dos fogos dos seus bivaques. COCKBURN (1811) escreve sobre a pobre aldeia de Mafra, onde há um imenso edifício igual ao Escorial, composto de Palácio e Convento, que fora mandado construir por D. João V cerca de um século atrás. Embora tenha sofrido danos devido a vários terremotos, não deixa de ser um belo edifício, por muitos defeitos que alguns architectos lhe apontem. No que diz respeito à extensão e ao aspecto, pode certamente ser comparado ao Escorial, pois demora umas boas três horas a percorrer, mesmo que não se façam longas paragens. A Igreja, muito bela, é uma miniatura exacta da Igreja de São Paulo, em Londres, incluindo a galeria da cúpula, que causa muito boa impressão quando vista de baixo, mas

que, quando observada com mais atenção, se revela um autêntico pigmeu em comparação com a de São Paulo. No entanto, a igreja tem melhores acabamentos e ornamentos do que os de São Paulo, que tanta fama têm. Em certas zonas fora utilizado um mármore negro muito belo, mais perfeito do que o melhor mármore de Kilkenny⁵⁰. As proporções são tão correctas que a Igreja aparenta ser muito maior do que realmente é. No seu interior encontram-se cinco grandes órgãos e dez capelas com altares em alto-relevo representando cenas das Escrituras. O altar-mor é muito ornamentado e os pilares têm um aspecto grandioso. O trabalho em ferro diante do Coro revela grande mestria de execução. A sacristia é rica em ornamentos e vestes sacerdotais. Há uma grande variedade de formas esculpidas sobre portas, janelas, e outros elementos arquitectónicos. No pórtico frontal há doze gigantescas estátuas de santos em mármore; a de São Sebastião está particularmente bem executada. Diz-se que, no seu conjunto, o edifício tem cinco mil janelas e oitocentas salas. Somando o número de estátuas no vestíbulo com as que estão dentro da Igreja e na zona posterior da mesma calcula-se que haja um total de oitenta belas estátuas em mármore, bem executadas, símbolo da grandiosidade deste edifício. A cozinha é um espaço magnífico e tem todas as comodidades; ali podem trabalhar à vontade pelo menos trinta cozinheiros. Junto dela está o que considera ser o melhor refeitório que alguma vez vira, o que é significativo, dado ter já visto todos os bons refeitórios da Europa. Trata-se de um longo e esplêndido salão, com quatro filas de mesas de mogno de execução excelente, cada uma com capacidade para oito pessoas. O tecto é abobadado. Em anexo, há uma grande antessala com quatro fontes onde os monges se lavam após a refeição. Do cimo da Igreja há uma bela vista do Convento, bem como de toda a região circundante. O Convento, o Palácio e a Igreja formam um edifício imenso e maciço, disposto em três quadrângulos. Embora tenha muitos defeitos, é um monumento magnífico sob o ponto de vista arquitectónico. O telhado é curioso, pois é todo lajeado e tem parapeitos, de modo a formar um local de passeio. Como se pode imaginar, a vista dali é extraordinária. Há cinquenta e oito magníficos sinos que tocam as melodias mais belas. O cicerone é a pessoa responsável pela perfeita manutenção dos sinos e sabe tocar neles qualquer melodia como se de um órgão ou pianoforte se tratasse. Na sala de espera do Convento vê pinturas razoáveis. A biblioteca é magnífica e abobadada, tal como quase todos os salões deste Convento. Construída em estilo gótico, tem trezentos pés de comprimento e trinta de largura. Tem uma galeria superior para livros, tal como a Biblioteca Pública de Malta, a biblioteca do Dublin College e as de muitos outros edifícios importantes. Ali se encontram muitos livros franceses, bem como uma colecção de livros proibidos, numa sala adjacente. Contudo, já não se encontra qualquer manuscrito, pois haviam sido todos levados pelos franceses que, aliás, assim haviam procedido com o interior de todas as igrejas dos países em que entravam. O Palácio é composto por uma longa sequência de salas e quartos, todos muito desconfortáveis e sem mobília, dado que muitas destas salas, tal como as do Convento, têm servido de alojamento a tropas francesas e inglesas. Está tudo ao abandono. Nos aposentos do príncipe há

uma cama muito bonita mas infestada de pulgas, que a cobrem totalmente. No entanto, no grande salão de audiências encontram-se as melhores imitações em pintura de altos-relevos que jamais vira. O Palácio, como quase todos os palácios no estrangeiro, caracteriza-se por um misto de esplendor e pobreza, sendo de lamentar que edifícios como este não recebam fundos do governo que garantam a sua manutenção e reparação anuais. O edifício custara muito dinheiro e encontra-se num estado de grande decadência, com as janelas partidas e outros sinais de degradação. Mas dado os tempos que correm, até é surpreendente não se encontrar em pior estado. A Família Real está ausente e, nos últimos cinco anos, tem sido utilizado como hospital militar e quartel de tropas, ora inglesas, ora francesas. Há um jardim anexo invadido por plantas selvagens e ervas daninhas e um outro jardim, a uma milha de distância, ambos quase completamente cobertos de laranjeiras, numa desordem total. O edifício ocupa um quadrado quase perfeito de setecentos e setenta pés de comprimento e seiscentos e oitenta de largura. Segundo WEECH (1823), o magnífico e imenso edifício de Mafra é composto por dois Palácios, no meio dos quais fica uma grande Igreja e, por trás desta, um Convento. A ala direita do edifício é ocupada pela Família Real e a da esquerda pelo patriarca e seus acompanhantes, sempre que vêm a Mafra. A infeliz ideia do Rei D. João V de implantar nesta região árida um edifício que teria honrado, quer Lisboa, quer qualquer uma das muitas bonitas regiões de Portugal, só é compreensível por se tratar de uma tentativa de imitar o famoso Escorial de Espanha. Antes de se entrar na Igreja, no átrio, há um conjunto de catorze estátuas de santos em tamanho natural dispostas em nichos. Causam um forte impacto em quem chega e são obviamente criação de um bom mestre escultor. A Igreja, de grande extensão e bela arquitectura, causaria uma impressão positiva se o interior não estivesse tão sobrecarregado de capelas e altares laterais. O altar-mor, pelo contrário, é simples; tem como adorno quadros de mármore negro, admiravelmente polido, em volta dos quais há várias fileiras de bancos dispostos em semi-círculo onde se sentam os monges. Na altura da sua fundação, estes eram em número de trezentos, mas hoje são apenas duzentos. Há uma escada exterior para a cúpula. Há também uma grande sala com muitos livros e ainda várias salas com instrumentos de matemática e aparelhos de química e de física, adquiridos por um alto preço e, na sua maior parte, já antiquados. Todos eles estão cobertos de pó e a forma como estão dispostos indica claramente que não são usados há muitos anos. Junto do convento há um jardim muito grande, que deve ter sido magnífico, mas que se encontra muitíssimo abandonado, excepto no que respeita a uma zona de plantação de tomates e pimentos verdes. CARNARVON (1827-1828) passa por uma região árida e desagradável até chegar ao Palácio e Convento de Mafra, edifício enorme e maciço, mais admirável pelo tamanho do que pelos méritos arquitectónicos. Construído com o intuito de imitar o Escorial, forma um quadrângulo de setecentos e sessenta pés de leste a oeste e seiscentos e setenta pés de norte a sul. A Igreja situa-se ao centro e há trezentas celas na zona atrás do Coro. Há ainda um espaçoso refeitório e uma biblioteca bem recheada de livros. O Palácio, onde Sir Edward Blakeney tem

os seus aposentos, é tão grande que poderia acolher à vontade todas as Cortes da Europa. As galerias são altas, largas, escuras e aparentemente intermináveis. Entre as paredes de pedra maciça não se sentem flutuações de temperatura, nem penetram os sons do exterior. As tropas inglesas ali aquarteladas tratam bem o edifício apesar de pequenas infracções que Sir Edward imediatamente reprime. ROCKWELL (1835-1836) dirige-se a Mafra, cujo Palácio e Convento, em conjunto, formam um dos maiores edifícios do mundo. Mandado construir por D. João V, em meados do século anterior, levava dezoito anos a terminar e os custos haviam arruinado o país. Há cento e catorze sinos instalados nas torres do Palácio, um dos quais é gigantesco. No seu conjunto, constituem um instrumento musical muito estranho pois produzem sons correspondentes às diferentes notas musicais, sendo possível tocar melodias por meio de um mecanismo accionado por pesos imensos. Os badalos são accionados por uma série de alavancas a eles ligadas por longos fios que, por sua vez, são movimentados por espigões que se projectam de enormes cilindros de ferro girando sobre si mesmos, tal e qual como no pequeno instrumento a que se dá o nome de caixa de música. HEERINGEN (1836) descreve o maior e mais sumptuoso convento da Península Ibérica a seguir ao Escorial, mandado construir por D. João V por vinte milhões de cruzados numa região deserta e árida de cerca de dois mil habitantes. A pequena cidade, rodeada de altos muros, parece uma escrava aos pés deste edifício, que consiste numa basílica preciosa, voltada para o lado da cidade, com uma cúpula abobadada e duas torres sineiras e, ainda, em palácios que se estendem para ambos os lados da Igreja, terminando em pavilhões; destes partem, em ângulo recto, novas alas, criando inúmeros pátios interiores e um conjunto de oitocentos e sessenta e seis aposentos e quase seis mil janelas. Esta obra grandiosa fora levada a cabo por um arquitecto de Roma e todo o seu interior está decorado com quadros, estátuas e outras obras em ouro e bronze da mão de artistas italianos, franceses e holandeses. O edifício é muito rico, particularmente em estátuas: só no átrio da igreja, chamado Galilé, e nas capelas laterais, há um total de cinquenta e oito estátuas colossais em mármore de Carrara que representam apóstolos e santos. Algumas podem ser consideradas obras-primas pela perfeição de forma e acabamento. No altar, em vez de quadros, há baixos-relevos em mármore muito bem executados por artistas portugueses sob orientação do romano Fusti. Todavia, os quadros seriam preferíveis a estas obras de arte que, em branco ou negro, conforme a pedra utilizada, retiram o jogo vivo de cores à catedral e contribuem, talvez, para o tom sombrio e melancólico que é comum a todas as igrejas de Portugal apesar do luxo que as caracteriza. O trabalho em mármore preto que decora as portas da Igreja é extraordinariamente belo. Igualmente em mármore preto são os degraus e as escadas. Há ainda a salientar os belos gradeamentos, assim como taças e outros objectos em metal e, finalmente, os infindáveis cortinados de veludo e damasco presentes por todo o lado. A biblioteca tem cinquenta mil volumes distribuídos por duas salas preciosas. Entre eles encontra-se o *Theatrum Europaeum* com um desenho de Coburgo. No refeitório dos monges há longas mesas onde as refeições são servidas em louça branca.

Uma das singularidades do edifício é o conjunto de passagens magníficas situadas nos telhados do Palácio, pavimentadas a mármore branco, a partir das quais a vista se estende até longe. O ponto central desta zona é a cúpula da Igreja, também ela de mármore branco. É possível uma pessoa perder-se por passagens, rotundas, locais de descanso e terraços como num labirinto. No tempo em que o Convento estava ainda activo, esta zona estava ornamentada com vasos de plantas trazidas do Jardim Botânico de Belém. Há ainda a referir as duas maravilhosas torres, também de mármore branco, que são a glória de Mafra. Os carrilhões são do tipo holandês e ainda se fazem ouvir de quarto em quarto de hora. Na Igreja também há sinos, grandes e festivos, que tocam bem alto. DEMBOWSKI (1838) refere a vastidão do Escorial de Portugal onde, em 1811, terão acampado dez mil ingleses. Descreve ainda o magnífico carrilhão que toca valsas, contradanças, minuets, enfim, todo um repertório musical. O teclado de quatro oitavas permite tocar peças de fantasia. O mecanismo que põe em movimento os sinos parece-se com o dos realejos. O tocador de carrilhão toca batendo com os punhos nas teclas correspondentes às notas agudas e dando enérgicos golpes de calcanhar nos pedais das notas graves. A visão desta luta contra o instrumento perturba o prazer que trazem à alma os sons harmoniosos que dela resultam. Entre as várias raridades deste Convento contam-se a magnífica biblioteca e as enormes cozinhas, onde o mármore abunda, mesmo nos pormenores mais insignificantes. Para WITTICH (1838), este edifício, que tivera origem num voto de D. João V, está implantado numa região desinteressante e erma. É composto de Convento, Palácio e Igreja, símbolos da Idade Média que, em Portugal, infelizmente, ainda perdura. Para o construir, de todas as regiões do país haviam sido trazidos trabalhadores, carroças e bestas de carga e, também, sete mil soldados para impedir que os homens fugissem de volta às suas famílias e às ocupações de onde haviam sido arrancados à força. Após quinze anos de trabalho ininterrupto fora dada por terminada a construção do edifício, que não tem nada que se lhe compare em todo o país. Segundo se diz, durante as invasões francesas ali se aquartelavam nove mil homens. O edifício não é do agrado de D. Maria II, nem de seu esposo. Os amplos salões não têm quaisquer comodidades, e sempre que a corte ali passa alguns dias, os móveis têm que vir de Sintra ou de Lisboa por caminhos péssimos. Por esse motivo, está quase sempre desabitado e, ao contrário do Aqueduto, que perdurará pelos séculos fora, entrará em ruína muito em breve não obstante os enormes custos de construção que ascendem a cento e cinquenta milhões de cruzados. Aliás, notam-se já os sinais da decadência: a chuva entra pelas numerosas fendas das abóbadas, há inúmeros vidros partidos, o soalho está estragado em muitas salas e o revestimento de parede caíra em muitos locais. Numa sala do Convento onde os visitantes esperam para falar com algum dos monges encontra-se a única pintura de valor que lhe fora dado ver durante a viagem pelo interior do país. Segundo dizem, é da autoria de Rubens e representa a ira de Cristo contra os pecados do mundo. A Virgem interfere como intermediária, pedindo misericórdia e piedade para o mundo pecador. Em baixo está São Francisco, que parece querer apanhar com o seu corpo o raio que o Filho de

Deus quer lançar. São Domingos, de pé, estende as mãos para o céu. Há um quadro sobre o mesmo tema, também de Rubens, no museu de Bruxelas, que parece bem inferior ao que se encontra em Mafra. COOPER (1838-1839) começa por citar *Letters and Journals of Lord Byron*⁵¹, onde lera que, perto de Sintra, se encontra o Palácio de Mafra, que é glória de Portugal como o seria de qualquer outro país, embora apenas do ponto de vista de uma grandiosidade isenta de elegância. É com esta imagem na mente que se dirige para lá. A impressão inicial é de que se trata de um dos maiores edifícios do mundo. A construção fora iniciada por ordem de D. João V no ano de 1717 e executada, do princípio ao fim, pelo arquitecto João Frederico Ludovice. O edifício tem a forma de um imenso quadrado, e inclui um palácio, uma catedral, um convento e uma escola. Tem que ser visto para ser devidamente apreciado, pois nenhuma descrição poderá dar uma ideia da sua magnificência. Com mais de oitocentos pés de extensão, a fachada é formada pela catedral e pelo palácio; a primeira é ao centro, acessível por uma nobre escadaria. O telhado deste edifício forma uma extensa zona de passeio e oferece uma vista extraordinária. No interior, o edifício está dividido por uma série de corredores que dão acesso às salas e aos quartos. Os corredores principais são muito longos e têm portas de comunicação de ambos os lados. As galerias e os salões sucedem-se uns aos outros numa sequência interminável e são todos muito parecidos. As salas também se abrem umas para as outras, o que resulta em magníficas *suites*. A maior parte dos tectos e das paredes estão pintados com temas alegóricos e mitológicos, e era intenção do falecido Rei decorar todas as salas desta mesma forma. A maioria dos pavimentos são de diferentes variedades de mármore dispostas em padrões imaginativos. Algumas das salas têm belos pilares do mesmo material. Durante o tempo em que D. João VI ocupara o Palácio, quer antes das invasões francesas, quer após o regresso do Brasil, as paredes da maioria das salas estavam cobertas de tapeçarias, o que provavelmente lhes dava um aspecto magnífico. A Sala de Audiências ainda se encontra no seu estado original e é possível fazer uma ideia do que seria o efeito geral quando todas as salas estavam decoradas desta forma. O Convento é a parte mais interessante do conjunto. As celas são confortáveis. A construção é quadrangular e há um belo jardim interior com uma fonte imponente ao centro que os monges utilizam para se refrescar após as refeições. Há ainda uma zona octogonal com fontes e tanques onde os monges lavam a cara e as mãos após a refeição, bem como uma sala de grandes dimensões onde se juntam antes de seguir para o refeitório; esta sala, de nobres proporções, tem um eco notável, embora haja outro salão com um eco ainda melhor e, certamente, superior ao da Igreja de São Paulo. Existe ainda uma área que serve de hospital e que está dividida em várias áreas mais pequenas. Cada uma tem a um canto imagens da Virgem com o Menino Jesus, e de Cristo na Cruz. Embora não sejam de mão de grande artista, estas imagens servem adequadamente a sua função. Há uma bonita capela para uso dos doentes, que tem galerias nos diferentes andares para que os inválidos tenham acesso fácil ao serviço religioso sem terem de se expor ao frio. Há duas cozinhas, ambas enormes, cada uma com um forno suficientemente grande para assar meia dúzia de

bois, bem como grandes tampos de mármore, prensas para fruta, tanques com peixes e fogões. Não há dúvida que os monges prestam atenção à alimentação, embora também valorizem a cultura. A biblioteca ocupa uma sala nobre de belas proporções, com trezentos pés de comprimento, equipada e organizada da melhor forma possível. O pavimento é de mármore vermelho e branco e o tecto revestido com um belíssimo estuque. Alguns livros são obras de qualidade sobre temas como Teologia, Medicina, Filosofia, e outros temas mais gerais, e há primeiras edições manuscritas de clássicos da literatura grega e romana, em bom estado, com iluminuras. Na torre sineira da Catedral há um mecanismo curioso e complexo que ocupa uma sala relativamente grande e mais parece a maquinaria de uma máquina a vapor: dois enormes cilindros cobertos por espigões estão ligados aos sinos, que tocam uma música ainda mais melodiosa do que a que produzem os carrilhões da Holanda. Mas é o interior da Igreja que mais impressiona, pois ultrapassa tudo o resto em beleza. Tem seis altares e sete órgãos, o que dá ideia da sua grandiosidade, e é inteiramente feita de um mármore das mais puras cores belamente esculpido numa grande variedade de formas. Para além disso, está decorada com várias estátuas de santos em mármore branco que são verdadeiros modelos de perfeição. Mete dó a qualquer um pensar no dinheiro gasto nesta extraordinária obra de arte agora desabitada e inútil, a qual, com toda a certeza, se transformará dentro de alguns anos numa ruína. O Marquês de LONDON-DERRY (1839) comenta que o conjunto formado pelo Palácio e Convento de Maфра é bem conhecido dos ingleses pois havia sido utilizado na última guerra como hospital de tropas. Fundado por D. João V, deve ser o maior edifício do mundo. O convento está agora desfeito e as centenas de quartos estão desabitadas. O telhado da esplêndida Igreja de mármore já está a abater e dentro de poucos anos não passará de uma ruína. No entanto, a magnífica biblioteca ainda tem vinte e nove mil volumes muito bem organizados. A Marquesa de LONDONDERRY (1839) ouvira já falar deste enorme e maciço edifício de mármore construído por D. João V e conhecido como o Escorial de Portugal. Na verdade, é de um tamanho surpreendente e tem mais de cinco mil janelas. Ao centro tem uma bela Catedral com cúpula, cujo interior é revestido a mármore cinzento, branco, preto e amarelo; o mármore está muito bem polido, se bem que não seja da melhor qualidade. Há uma grande quantidade de mármore, mas não há vestígios de talha ou de dourados. As salas têm uma ornamentação muito tosca, se é que se pode falar de ornamentação, pois as *suites* de salas exibem apenas paredes lavadas e tectos de vigas e não há qualquer mobília. Há uma enorme quantidade de corredores e galerias e, ainda dentro do perímetro do edifício, um grande convento com uma bela biblioteca de duzentos e vinte e seis pés de comprimento, pavimento de vários tipos de mármore, cúpula e galerias, e vinte e nove mil volumes. Embora tudo esteja deserto e desabitado, os livros parecem estar em bom estado de conservação, não havendo vestígios de pó ou de humidade. Os telhados parecem-se mais com terraços do que com telhados normais pois é possível passear neles; são planos, revestidos de azulejos, e têm degraus e balaustradas. É triste ver este belo Palácio, que deve ter custado tanto

dinheiro e requerido tanto trabalho, negligenciado, deserto e em decadência. Desde que o Duque de Wellington ali dera um baile para o exército, nunca mais o edifício fora usado. BERGH (1841) sente-se francamente desiludido com Mafra. Um amigo aconselhara-o a lá ir, e elogiara o incomparável Convento. De facto, com os seus oitocentos e setenta aposentos e cinco mil e duzentas janelas, é muito maior do que o Palácio Real de Berlim⁵², mas não é essa a impressão que dá. O seu interior, ou é nu, que é o melhor que se pode dizer, ou de mau gosto. A Igreja, ao estilo de Bramante, não passa de uma má imitação das belas construções de Roma e está decorada com mármore e altos-relevos em excesso. Apenas as estátuas e os ornamentos de maior volume são de origem italiana, como se pode ver pelo nome Carlo Monaldi gravado em muitos pedestais. O príncipe herdeiro de Coburgo informa o autor que catorze mil pessoas haviam sido empregues na construção do edifício durante um período de quinze anos; que a biblioteca conta com cinquenta mil volumes e custara sessenta milhões de francos; e que há seiscentos sinos nas torres. A única coisa que realmente agrada é a biblioteca porque o espaço parece utilizado de forma racional e os livros estão bem organizados e bem expostos. Sobre o valor da colecção não se pronuncia dado não ter tido tempo para a examinar, limitando-se a mencionar a existência de alguns missais entre os manuscritos. De uma forma geral Mafra deixa-o indiferente. BÉGIN (1848) comenta apenas que, em consonância com o estado de decadência da arte e da arquitectura no país a partir do século XV, um alemão de nome Frederico Ludovice construíra em Mafra, em 1717, um edifício de execução tão pesada e de características tão equívocas como o Escorial. BAXTER (1850) começa por observar o muro alto de cerca de quinze milhas de diâmetro que rodeia a Coutada Real e que pertence ao Palácio. Depois, pára em frente de um edifício enorme composto por uma igreja, vários edifícios quadrangulares que haviam sido residência de trezentos monges franciscanos, e um palácio deserto e a cair em ruína. Comove-o o ar de desolação do conjunto. Os quartos da parte de trás servem de quartel e escola militar mas, na parte da frente, o vento assobia pela entrada, que já não tem porta; montes de destroços enchem os espaçosos pátios e a chuva entra a jorros pelas janelas partidas. Alguns quartos não têm qualquer mobília, enquanto outros têm cadeiras e mesas de tão má qualidade que não teriam lugar em qualquer loja de penhores inglesa. No entanto, há pouco tempo atrás, a Rainha residira ali durante quatro semanas. A Igreja, que tantos autores admiram, dá a impressão de ser um edifício pesado, um vasto túmulo de mármore em que o peso do tecto parece querer esmagar os pilares e as arcadas. A única coisa que merece atenção é a biblioteca, na qual está guardado um número extraordinário de livros em todas as línguas, muito bem encadernados e organizados, sobre temas religiosos, históricos, legislativos, filosóficos e poéticos. Segundo STUART-WORTLEY (1851), o edifício colossal de Mafra suscita admiração pela forma como se ergue em direcção ao céu e se estende em pedra maciça pela região circundante, como se fosse uma montanha criada por gigantes. A sua construção deve-se ao desejo de D. João V de ter um sucessor, e à promessa feita de que, se tal acontecesse, construiria um enorme mosteiro no local onde

encontrasse o priorado mais pobre do seu Reino. Aquando do nascimento de D. José I, Mafra fora o local seleccionado para cumprir a promessa. O architecto responsável, João Frederico Ludovice, fizera erguer um conjunto formado por Convento e Palácio ou, mais precisamente, por Convento, Catedral e dois Palácios, que formam, no seu todo, um enorme paralelogramo cujos lados mais longos se estendem por longa distância de norte a sul. Há mesmo quem afirme que tem mil cento e cinquenta pés, embora outros digam que tem setecentos e sessenta; provavelmente a verdade está algures entre estes dois números. Em qualquer outro lugar este conjunto seria muito mais bem aproveitado: na América, por exemplo, seria transformado num hotel gigantesco ou, se estivesse na Califórnia, num gigantesco casino; em Inglaterra, seria adaptado a uma fábrica, ou possivelmente utilizado como um enorme local para banhos; na Rússia, seria um quartel; na Baviera, um museu nacional; na Irlanda, um albergue; na África Ocidental, uma grande cabana-prisão para escravos; na Áustria, talvez uma prisão; em França, uma vasta academia de dança para as massas; na utilitária Holanda, provavelmente um manicómio, se os sóbrios holandeses algum dia enlouquecessem; em Itália, um gigantesco teatro de ópera ou, talvez, quatro teatros juntos. Em Portugal, Mafra não é nada! O modelo architectónico é o Escorial. A parte da frente, virada a ocidente, inclui os Palácios e a Igreja, situada ao centro, à qual se acede por uma escadaria imponente. O Palácio do lado norte da Igreja era a residência do Rei, enquanto o que fica a sul era a residência da Rainha consorte. Ambos têm quatro andares que terminam em magníficas torres com parapeito. Em conjunto, estes Palácios têm espaço suficiente para acolher todas as Cortes da Europa. As únicas zonas abertas são os nove pátios interiores: um é enorme, dois são bastante mais pequenos, e seis são de um tamanho considerável. O telhado de todo o edificio é um grandioso terraço, acima do qual se elevam apenas as cúpulas e a abóbada da Igreja, bem como as belas torres laterais, cada uma com trezentos e cinquenta pés de altura. Diz-se que nesta soberba planície de mármore, quase entre as nuvens, se poderia passar revista a dez mil soldados. O edificio tem perto de mil salões, antecâmaras e câmaras e mais de cinco mil portas e janelas. No que respeita a detalhes architectónicos, os dois Palácios são quase cópia um do outro pelo que a descrição de um deles é suficiente. Quem entra encontra-se numa série quase interminável de locais de passagem e corredores muito longos. Sai-se deste labirinto por portas que se encontram de ambos os lados e que comunicam com as salas que, por sua vez, comunicam entre si. Quando todas as portas das salas estão abertas, o efeito é bonito; contudo, individualmente, as salas são demasiado pequenas para o carácter régio deste imponente edificio. As paredes e os tectos têm frescos de cenas mitológicas e alegóricas e o pavimento é de mármore, que está disposto em fantásticos padrões. Muitos dos aposentos têm colunas também de mármore. A Sala de Audiências de D. João VI está exactamente como quando ele ali habitara depois de voltar da América do Sul. Ainda lá se encontram as cortinas de veludo e damasco de então. Deste modo, é o único local em todo o edificio que dá uma ideia do que seria estar ali quando as suas paredes acolhiam uma Corte brilhante e luxuosa. Os caixilhos

das janelas e das portas são da madeira mais preciosa do Brasil, mas alguém com um imenso mau gosto escondera o seu aspecto esplêndido e variado sob uma camada de tinta. O Convento, que estivera entregue a monges franciscanos até à supressão das ordens religiosas, é um quadrângulo com um claustro cujo interior, aberto, fora transformado num encantador jardim com uma graciosa fonte e um grande tanque ao centro. O edifício tem um clima próprio devido ao seu tamanho e à espessura das paredes, que conseguem um isolamento térmico, para além de criarem um silêncio digno de nota. Todas as entradas para o Convento, tanto as exteriores, como as do Palácio e da Igreja, conduzem a um largo corredor que se estende a todo o comprimento do edifício, de norte a sul, com três filas de janelas visíveis do exterior. Uma dessas filas dá para o refeitório, para os lavatórios e para a sala conhecida como «De Profundis»; uma outra dá para uma série de salas, algumas das quais transformadas em capelas para orações matinais; e a terceira fila corresponde aos quartos do noviciado. Entrando pelo lado sul, atravessa-se imediatamente um nobre claustro, com colunas a toda a volta, que suportam uma arcada sobre a qual há uma varanda com balaustrada. Quem vem do lado norte atravessa um claustro semelhante e passa a bela capela do Campo Santo, assim designada porque é ali que são sepultados os monges. Esta capela tem um altar de mármore branco sustentado por colunas de mármore negras e brancas. Cada um destes claustros tem dois corredores mais pequenos onde se juntava toda a comunidade aquando das procissões públicas em volta da Igreja. O grande corredor já mencionado é muito largo e comprido e dele partem grandiosos pórticos e entradas que conduzem a salas públicas, entre as quais se conta a espaçosa Casa dos Actos, onde se defendiam as teses escolásticas. Segue-se o lavatório, equipado com fontes e bacias de mármore e, após atravessar mais uma bela sala, chega-se ao refeitório, de belas proporções, onde há uma grande pintura da Última Ceia com uma moldura em mármore azul; há lá trinta e seis mesas e cadeiras em pau-brasil e costas de mármore amarelo polido. O Convento tem cerca de trezentas celas espaçosas e cómodas, e uma enfermaria dividida em várias secções; de um lado da enfermaria está uma capela bem construída, com bons acabamentos, e com galerias correspondentes aos vários andares para que os doentes possam assistir à missa sem se fatigarem ou apanharem frio. A bela Sala do Capítulo, que é oval, tem um eco muito curioso que, segundo dizem, é superior ao da Catedral de São Paulo. Anexa ao Convento existe uma área fechada onde há uma fonte da mais pura água, bem como um tanque grande, e ainda arbustos encantadores, zonas de árvores de fruto, e caminhos à sombra ladeados de sebes cortadas. Há ainda dois lagos decorativos artificiais, contíguos à cozinha, que talvez façam mesmo parte do jardim de serviço, onde cresce tudo o que se poderia desejar. Segundo dizem, ali se encontram entre seis a vinte estátuas, cuja autoria se desconhece e que não se percebe por que estão colocadas num jardim deste género. Na verdade, é difícil imaginar Vénus erguendo-se de um canteiro de couves, Alexandre, o Grande cercado de espinafres, Júlio César sufocado por cebolas, Francis Bacon recaído entre feijões, ou Santo António rodeado de nuvens de couve-flor. Outros elemen-

tos dignos de nota neste edifício são a torre sineira e os relógios, cuja maquinaria enche uma sala de dimensões razoáveis. Os sinos desta torre haviam sido feitos em Liège ou Antuérpia de um metal muito pesado. Segundo dizem, produzem um som doce e profundo. A Igreja, muito bonita, é uma imitação em menor escala da imponente Catedral de São Pedro. É construída em diferentes mármore das mais belas cores cuidadosamente esculpidos numa variedade quase infinita de formas. Tem seis órgãos, todos ricamente ornamentados, e o altar-mor está decorado com dois magníficos pilares de um mármore avermelhado e variegado, cada um dos quais executado de um bloco único de cerca de trinta pés de altura. O retábulo apresenta uma pintura de Trevisani. Há seis capelas colaterais, cada uma decorada com belos baixos-relevos. Todos os portais, tectos, cúpulas, pavimentos e até as lanternas mais elevadas destas capelas estão ornamentados com incrustações do mesmo esplêndido mármore. À sacristia acede-se por uma longa galeria coberta, soberbo átrio abobadado revestido a painéis das mais extraordinárias e dispendiosas variedades de pórfiro e alabastro. A vasta cúpula encontra-se sobre o transepto. O conjunto arquitectónico da Igreja é geralmente considerado superior ao do resto do edifício, havendo mesmo quem afirme que é perfeita porque está isenta dos absurdos anacronismos que desfiguram alguns edifícios, bem como da mistura de estilos que tantas vezes os desprezita. No entanto, no seu todo, os dois Palácios e a Igreja são normalmente mais elogiados pelo tamanho do que pelos méritos arquitectónicos. De facto, quase se diria que parecem formados de montanha sobre montanha, como uns Alpes arquitectónicos, ou um Cáucaso de pedra, argamassa e cantaria. MARCH (1852) refere apenas que, visto à distância, o monumento de Mafra impressiona pela sua imensidão mas, quando visto de mais perto, desilude pelo mau gosto arquitectónico e pelos defeitos de execução. MINUTOLI (1851-1854) informa que no tempo de D. João V e D. José se dera preferência ao estilo arquitectónico italiano e, dado que dificilmente se pode classificar esse estilo de sublime ou imponente, nem mesmo o colossal edifício de Mafra satisfaz no que toca a pormenores arquitectónicos. Apenas as dimensões grandiosas poderão ser objecto de admiração sem, contudo, satisfazerem minimamente a sensibilidade estética. Apesar disso, qualquer apreciação sobre a arquitectura em Portugal terá, obrigatoriamente, de incluir Mafra, este colosso que reúne num só edifício, à semelhança do Escorial, Convento, Palácio e Igreja, perfazendo um conjunto que tem duas mil e quinhentas janelas e portas e oitocentos e sessenta e seis quartos. Construído entre 1717 e 1730 em cumprimento de um voto de D. João V, custara vinte milhões de cruzados e não promovera o bom gosto. Encontra-se agora ocupado pela Academia Militar.

O segundo edifício religioso mais visitado é o **Mosteiro da Batalha**. TWISS (1772-1773) segue até lá por uma estrada razoável ladeada de oliveiras e sobreiros. O Mosteiro fora fundado por D. João I. A igreja é um belo edifício gótico parecido com a capela do King's College, em Cambridge; o tecto é sustentado por dezasseis colunas de mármore e tem

setenta e um passos de comprimento. Numa capela circular, onde há oito pequenas pinturas em madeira ao estilo de Albrecht Dürer, estão sepultados D. João I e a sua Rainha, D. Filipa, filha mais velha do Duque de Lencastre. O túmulo é de mármore e a mão direita do Rei está entrelaçada na mão da Rainha. Os brasões estão gravados numa das extremidades. Quatro dos seus filhos estão sepultados em quatro pequenos túmulos na parede. Os corpos de D. Afonso V e seu filho estão em dois túmulos, numa outra capela, um espaço cúbico de vinte e três passos cujo tecto é uma abóbada com a forma de uma estrela de oito pontas sem qualquer elemento de suporte. Numa outra capela encontra-se um belo monumento feito em Itália, erigido em homenagem ao Conde de Miranda em 1740. Trata-se de um túmulo quadrado, em mármore preto com veios amarelos, apoiado nas costas de três leões de mármore amarelo deitados em três almofadas de mármore preto. De cada lado há uma cabeça que representa a Morte, e um menino nu a chorar, em mármore branco. Na parte superior está o brasão. O claustro forma um quadrado com sete arcos de cada lado; no centro há um poço e, em cada canto, uma grande laranjeira. Atrás da igreja há uma espaçosa capela octogonal que não tem tecto, pois não fora terminada, mas que exibe um belo trabalho de escultura em pedra ao estilo gótico. As paredes estão ornamentadas com pequenos baixos-relevos de dois ramos entrelaçados, entre os quais há uma inscrição em caracteres góticos que é repetida mil vezes, embora em algumas zonas as letras estejam dispostas de uma forma cujo significado se desconhece. Este Mosteiro pertence à Ordem Dominicana e ali haviam residido cento e oitenta monges. Actualmente só lá se encontram quarenta e oito, todos de origem aristocrata. DALRYMPLE (1774) chega a uma zona de extensos olivais, vinha e milho, onde se encontra a vila da Batalha. Ali há uma bela igreja em estilo gótico, construída e doada aos monges dominicanos por D. João I, que vencera os castelhanos na famosa Batalha de Aljubarrota em 1385. D. João está ali sepultado junto a Dona Filipa, sua esposa, filha do Duque de Lencastre de Inglaterra; outros reis portugueses também se encontram ali sepultados. A Sala do Capítulo é um belo edifício com um pé direito de quinze metros. Junto da Igreja há construções ao estilo mourisco, muito ornamentadas e belas, que nunca haviam sido terminadas. Sobre a Batalha RUDERS (1798-1802) quase se limita a referir a obra de Murphy, na qual o Mosteiro é classificado como uma das mais belas obras da arquitectura gótica. A edição desta obra em «imperial folio», com gravuras excelentes, custara cerca de mil libras esterlinas. De facto, este edifício majestoso e as curiosidades que contém impressionam de forma indelével qualquer viajante. É de lamentar que um tesouro destes se encontre numa região tão triste e nua. GOMM (1800-1813) declara que nunca se sentira tão encantado como aquando da visita ao Mosteiro da Ordem Dominicana, a duas léguas de Leiria, cujo nome advém do facto de ter sido construído quatro séculos atrás por D. João I para comemorar a sua vitória contra os espanhóis em Aljubarrota. O Mosteiro fora desenhado muitas vezes, sendo comum encontrar imagens do mesmo em colecções de gravuras. Nele coexistem dois tipos diferentes de arquitectura. A igreja é gótica, ao estilo de outros edifícios do género, e muito bela. Mas, na

zona leste iniciara-se a construção de uma capela mourisca que provavelmente simboliza a vitória de D. João I. O arquitecto falecera antes de a completar e, embora só falte o telhado, ninguém tivera capacidade para a terminar. Tal como está, parece, à primeira vista, uma ruína. De facto, seria muito mais interessante e digna se fosse considerada uma ruína do que uma obra inacabada. Este estilo arquitectónico implica uma enorme ornamentação mas o trabalho está tão bem executado que faz imediatamente lembrar o texto de Walter Scott, em que fadas e duendes transformam ramos de árvores e folhas entrelaçadas em obras de arte esculpidas na pedra. CARNARVON (1827-1828) é conduzido pelo sacristão até à igreja do Mosteiro, construída no mais puro estilo gótico. A exactidão das suas proporções e a digna simplicidade do tecto, colunas e arcos pontiagudos são inultrapassáveis. Numa capela que permanece inacabada, os estilos arabesco e normando combinam-se de forma estranha, mas a ornamentação é tão delicada, a escultura tão rica, e a execução tão bela que a mistura, embora incongruente, não choca. BÉGIN (1848) refere que no século XV se iniciara uma nova época arquitectónica que o Mosteiro da Batalha viera consagrar. É, no seu género, um dos edifícios mais belos e, sem dúvida, o mais majestoso e puro de Portugal. Fora construído durante o reinado de D. João I, que mandara vir de Inglaterra um célebre escultor «chamado Stephenson (filho de Stephen)». Muitos artistas alemães, ingleses e normandos haviam sido chamados pelo monarca para dar assistência a Stephenson. O próprio D. João e sua esposa, a Rainha D. Filipa, seguiam os trabalhos com atenção. Para que nada faltasse à poética magnificência e aos graciosos pormenores do edifício, a piedosa Rainha Leonor e dois monarcas – D. João II, o Rei poeta, e, mais tarde, D. Manuel – haviam dado sábio seguimento à execução dos trabalhos iniciados. Na Península não há nada que se compare à elegância do frontispício do Mosteiro, à audácia da Sala do Capítulo, ou ao acabamento do mausoléu de D. Manuel. Infelizmente, este último, para consagrar a descoberta da Índia através da construção de um edifício especial, retirara da Batalha todos os trabalhadores que ali se encontravam e encarregara-os de erigir, às portas de Lisboa, o Mosteiro de Belém, cujo estilo já não é tão puro. MINUTOLI (1851-1854) informa que na época de D. João I prevalecia em Portugal a influência do estilo gótico britânico à maneira das Catedrais de Salisbury e de York. Existem provas disso na mais rica e bela ordenação de colunas, ornamentos e arabescos do Mosteiro da Batalha. Nunca será demais reconhecer, com gratidão, o interesse que Sua Majestade o Rei D. Fernando dedicara a este maravilhoso monumento: para a manutenção da Batalha fora disponibilizada uma verba, procedente dos cofres reais e do Governo, para que dezoito artistas e artesãos ali trabalhassem em permanência: habilidosos pedreiros haviam colmatado as falhas na pedra de forma a que o resultado fosse exactamente idêntico ao do conjunto; torneiros haviam trabalhado a madeira e refeito os caixilhos que faltavam nas janelas; vidraceiros haviam preenchido o espaço entre os caixilhos com vidros coloridos; e um jovem pintor de talento, educado na Casa Pia de Lisboa, completara as peças que faltavam nos vitrais, porque os últimos monges que ali tinham residido ofereciam como lembrança aos visitantes fragmentos dos vitrais,

sobretudo cabeças de figuras. A maneira como os franceses ali haviam habitado, a utilização que haviam feito do Mosteiro e das chamadas Capelas Imperfeitas como estábulo para cavalos, e o modo como, intencionalmente, haviam destruído uma grande quantidade do magnífico trabalho ornamental em pedra, causa profunda indignação. No entanto, mais escandaloso ainda é o vandalismo praticado pelos próprios monges, que haviam desfigurado o sublime interior da igreja com decorações sem gosto, ocultando verdadeiras obras de arte arquitectónicas. Nada disto se encontra na excelente obra de Murphy sobre o Mosteiro, pois Murphy não o vira depois da ocupação pelas tropas de Massena, nem depois da devastação causada pelos monges quando, em 1810, para se recompor das aflições da guerra e passarem à posteridade, haviam metido galhardamente mãos à obra e realizado uma série de desfigurações. Encostado ao fundo da capela-mor, e até à altura da segunda fila de janelas, haviam construído um tabernáculo em madeira, grosseiro e colossal, em estilo rocóco, com ornamentos miseráveis e enfeites dourados. Para além disso, ocultando as magníficas janelas góticas, aparecem agora umas figuras de santos de execução monstruosa que tapam metade dos ornamentos tão belamente esculpidos na pedra das janelas. As graciosas colunas de ambos os lados da capela haviam sido tapadas por paredes de madeira e, mais tarde, pintadas com cores garridas, verdes e vermelhos, e ornamentadas com rosáceas douradas, como se de grosseiras pilastras se tratasse. Na capela-mor e nas capelas laterais haviam sido erguidos arcos de madeira pintados de cores parecidas com aquelas, destruindo a sensação de grandiosidade dos arcos puros, e suprimindo, à força, o seu carácter sublime. Das capelas laterais haviam sido retirados os belos vitrais, entaipadas as janelas, e também erguidas enormes paredes de madeira pintadas de cores garridas às quais se aplicara espuma dourada. A última janela na nave esquerda, que se distinguiu pela riqueza sofisticada do trabalho esculpido, fora cortada a meio para ali ser colocado um grosseiro órgão que interrompe a perspectiva da nave. Nesse local, o exterior fora igualmente desfigurado pela colocação de um caixote de mau gosto com uma tampa parecida com uma pala onde o organista se sentava. Dado que, após a partida dos últimos doze monges, o edifício ficara exposto ao vento, às intempéries e ao desmoronamento, e a humidade fizera crescer ervas e musgo, impusera-se cada vez mais fortemente a necessidade de manutenção e de melhoramento do espaço. Nas memórias publicadas em 1827 pela Academia das Ciências há informação sobre a construção do Mosteiro e os mestres nela envolvidos. Segundo esse texto, ao Mosteiro fora dado o nome de Santa Maria da Vitória. A sua construção deve-se a um voto feito por D. João I no dia da Batalha de Aljubarrota em 1385. A construção iniciara-se no ano seguinte e, em 1434, D. João I já aí fora sepultado, embora a obra nunca tenha sido terminada. Frei Luís de Sousa afirma que o Rei mandara vir os mais famosos mestres de toda a Europa para orientarem a construção do Mosteiro, mas o Cardeal Patriarca, nas suas Memórias, reivindica exclusivamente para os seus conterrâneos a glória da ideia e da execução desta magnífica obra. Seria excessivo querer fazer uma descrição mais pormenorizada deste edifício, da sua magnífica disposição, ou da forma maravilhosa

como a pedra está esculpida. Neste ponto será aconselhável consultar o texto de Murphy, que contém desenhos muito exactos. No entanto, como complemento a esse texto, é importante referir a hipótese de haver no edifício dois sistemas arquitectónicos: o primeiro está patente na Igreja, na Cripta e no Mosteiro, incluindo a Sala do Capítulo e o refeitório; o segundo, nas chamadas Capelas Imperfeitas, situadas por trás da capela-mor, bem como nas duas capelas laterais da Igreja. Estes sistemas existem independentemente um do outro. Do telhado da Igreja identifica-se claramente a pretendida forma em cruz: a nave forma a trave principal, o outro edifício forma os dois braços, e a capela-mor, no alinhamento em comprimento, a cabeça ou extremidade superior da cruz. Coroados pela torre, os vários elementos que se conjugam simetricamente – pequenas torres, galerias, cúpulas e arcobotantes – contribuem para completar a expressão desta forma. A luz entra na Igreja por todos os lados, incidindo na nave principal e nas naves laterais. A capela-mor é iluminada por cinco janelas, a do meio situada de frente para a entrada principal. Com a capela-mor comunicam duas capelas laterais que se encostam às alas em cruz da Igreja e são iluminadas por três janelas cada. Do lado direito, encostados a este conjunto, estão a cripta, com o Convento à esquerda, seguindo-se, em perfeita simetria, a sacristia e a sala do capítulo, edifícios que se encontram a um nível mais baixo do que a Igreja, cuja fila de janelas fica deste modo completamente livre. Quer no interior, quer no exterior, este sistema arquitectónico em estilo gótico e pedra calcária branca adapta-se ao gosto do tempo. Atrás da capela-mor estão as Capelas Imperfeitas, um edifício octogonal cujas paredes laterais correspondem às paredes laterais da nave principal. Se as paredes desse edifício tivessem sido terminadas, ter-se-iam elevado até à altura da capela-mor, mas ficariam separadas por trás desta última e das capelas laterais. Excepto do lado da Igreja, de nenhum lado se poderia avistar as Capelas Imperfeitas, que não comunicam directamente com a capela-mor e destroem a forma em cruz do sistema arquitectónico principal. Se tivessem sido acabadas, teriam retirado luz à capela-mor, que fora planeada para ser iluminada através das suas cinco janelas. Um exame mais pormenorizado da planta do edifício e do plano para a combinação dos ornamentos revela que o arquitecto não tivera originalmente a intenção de fazer comunicar os dois edifícios, pois um estorva o outro. Repetindo, as Capelas Imperfeitas retiram luz à capela-mor que, por sua vez, impede a vista da sua fachada principal. Em todas as construções deste género – frontarias destinadas a ser continuadas ou unidas a outras – é costume deixar algumas pedras salientes mas, no caso das Capelas Imperfeitas, os muros que confrontam a outra estrutura estão perfeitamente completos e unos, e cobertos de ornamentos contínuos em pedra, o que prova que os edifícios são intencionalmente independentes um do outro. Para além disso, os arcos inferiores das Capelas Imperfeitas são demasiado baixos para que pudesse haver uma correspondência com os da Igreja e da capela-mor, o que teria sido indispensável se a ideia do arquitecto fosse considerá-las como fazendo parte de um todo. O gosto do acabamento interior do monumento inacabado tão pouco corresponde ao da Igreja, pois, enquanto nesta última reina uma sublime simplicidade

dade, no primeiro há uma riqueza e um excesso de enfeites pouco comum em obras do género. Depois de tudo o que acaba de ser dito, parece poder concluir-se que a construção das Capelas Imperfeitas, apenas iniciada, não fazia parte do plano original do arquitecto e fora posteriormente encomendada. Se bem que o trabalho nessa parte do edifício seja maravilhoso, perturba a simetria da estrutura original. Se as Capelas tivessem sido terminadas, teriam prejudicado consideravelmente o aspecto geral. Murphy não se refere a nada disto. Desenha a Igreja com tudo o que está em seu redor, incluindo as Capelas Imperfeitas, da forma como, na sua opinião, teriam sido executadas se tivessem sido terminadas. Por cima coloca-lhes um telhado bicudo, de pedra lisa, correspondente ao octógono. Mais uma vez, não é demais referir que o estilo das Capelas Imperfeitas difere bastante do estilo da Igreja, da Cripta e do refeitório, e já não corresponde ao estilo gótico puro mas sim ao estilo introduzido posteriormente, na época de D. Manuel, e utilizado na Igreja e no Mosteiro de Belém, bem como no Convento de Cristo, em Tomar. Este estilo, que em Portugal se designa de Manuelino, perde o carácter do gótico piramidal, dado que os arcos passam de ogivais a volta perfeita, e os pilares perdem a linha esbelta do gótico e ganham em proporção e solidez, de tal forma que uma só coluna é capaz de sustentar todo um edifício, como acontece na Igreja em Belém. Enquanto uma coluna gótica faz lembrar um pinheiro do norte, com a sua coroa ascendente, a coluna manuelina lembra a palmeira, com o seu «telhado de folhas» que se estende quase na horizontal. MARCH (1852) refere o único motivo para se visitar a Batalha, a meio caminho entre Lisboa e Coimbra: o belíssimo Mosteiro dominicano e a sua Igreja, mandados erigir em fins do século XIV por «João, o Bastardo» em comemoração da vitória sobre as tropas de Castela em Aljubarrota. É uma visita que vale a pena fazer apesar da terrível viagem desde Lisboa. Tendo decidido construir um mosteiro que superasse todos os mosteiros da Europa, D. João I convidara, em troca de enormes recompensas, os artistas de maior renome. O edifício é um dos mais belos exemplares da arquitectura gótico-normanda e como, à época, a arquitectura gótica florescia em Inglaterra, é provável que tenha sido criado por um artista inglês, hipótese reforçada pelo facto de a Rainha D. Filipa ser filha do velho John de Gaunt, mais tarde condecorado com o título de Lancaster, e de ser dotada de muito bom gosto. A Igreja é a mais bela de Portugal e uma das mais belas da Península.

O Mosteiro de Alcobaça é visitado por TWISS (1772-1773), que informa ter sido este edifício fundado por D. Afonso Henriques e pertencer à Ordem de São Bernardo. Aquando da sua visita, vivem no Mosteiro cento e trinta monges, todos de ascendência nobre. Cada um tem o seu serviçal, perfazendo, juntamente com os cozinheiros e os jardineiros, quase trezentas pessoas. A igreja situa-se ao centro, na zona frontal do edifício, e tem dois pisos e dezoito janelas de cada lado. Há uma escadaria com mais de sete metros de comprimento que conduz à igreja, cujo tecto é suportado por vinte e seis colunas de mármore. Ali se encontra um belo órgão com cento e setenta e três tubos horizontais, bem como dois túmu-

los de mármore com baixos-relevos bastante pobres que contêm os corpos de D. Pedro I e da sua Rainha, D. Sancho I, D. Afonso II e D. Afonso III também ali estão sepultados. Em volta da cornija de um grande átrio encontram-se as estátuas de vinte reis de Portugal, em tamanho natural, executadas em gesso e pintadas com cores naturais; há ainda espaço para mais seis. No jardim do claustro há quatro frondosas laranjeiras com enxerto de limoeiro. A sacristia fora reconstruída depois do Terramoto e contém um cálice de ouro com pedras preciosas engastadas. A cozinha, onde estão sempre sete cozinheiros a trabalhar, é muito grande e revestida de azulejo. No centro está a chaminé, com trinta e quatro pés de altura e treze de largura, suportada por oito pilares de ferro. Por baixo da chaminé há muitos caldeirões de diferentes dimensões, bem como um pequeno regato que atravessa toda a cozinha, e que é, evidentemente, de grande utilidade. A coelheira, anexa à cozinha, é uma zona espaçosa, emparedada, e pavimentada com lajes quadradas de mármore; de um extremo ao outro há filas de cubículos baixos, dispostos em paralelo, onde se encontram cinco mil comedouros de barro para coelhos, com tampas e um buraco de um dos lados para deixar entrar os animais. Junto à coelheira encontra-se o pombal circular, cujo tecto é suportado por uma coluna redonda. Dentro do pombal há vinte e quatro fileiras de cubículos onde os pombos fazem os seus ninhos; cada fileira tem cento e vinte cubículos; no centro, à volta da coluna, há também vinte e quatro fileiras de vinte e quatro cubículos cada, perfazendo um total de três mil quatrocentos e cinquenta e seis cubículos. Atrás do Convento ficam os jardins, que produzem todo o tipo de frutos e de produtos alimentares, e, em volta dele, oliveiras, vinhas e pomares. As caves são muito amplas e estão cheias de vinho de todo o tipo. É o Convento mais belo que jamais vira. DALRYMPLE (1774) refere que, ao passar por Alcobça a caminho do cerco de Santarém, D. Afonso Henriques fizera a promessa de mandar erigir um convento de frades naquele local se fosse bem sucedido. Após tomar Santarém, fundara este Convento, em meados do século XII, com os despojos obtidos nas guerras contra os mouros. O nome tem origem na sua localização entre dois rios, o Alcoa e o Baça. O Mosteiro é amplo e volumoso, de estilo gótico, com alguns acrescentos modernos que muito o desfiguram. A igreja tem um rico acervo de cálices, salvas e outros objectos, e na zona conventual vivem cento e trinta frades da Ordem de São Bernardo que recebem o espantoso rendimento de cento e oitenta mil cruzados por ano, ou seja, cerca de vinte mil libras esterlinas. NEALE (1808) chega a Alcobça com o seu regimento e fica aquartelado no Mosteiro. É um dos maiores de Portugal e ali vivem entre cento e cinquenta e duzentos monges. A igreja adjacente é magnífica, e o seu interior é rico apesar de os franceses terem levado duas toneladas de prata em candelabros e outras peças ornamentais. O portal é um exemplar muito interessante da arquitectura gótica. ELIOT (1808-1809) afirma que a pequena cidade de Alcobça tem o Mosteiro mais bonito e mais rico de Portugal. A Igreja está cheia de uma talha dourada sumptuosamente trabalhada e contém excelentes objectos de arte. Muitos dos Reis de Portugal estão ali sepultados. O arco de entrada do Mosteiro é uma bela peça de escultura em pedra e a biblioteca é um aposento nobre, cujo chão está pavimentado com

vários tipos de mármore. COCKBURN (1811) menciona que entre os vários actos de vandalismo dos franceses se conta a destruição do belo Mosteiro de Alcobaça, com excepção da biblioteca, que haviam deixado intacta. Por cima da porta haviam escrito «*Bonaparte protège les arts!*» O Mosteiro havia sido queimado. CARNARVON (1827-1828) é simpaticamente recebido pelos monges, que o conduzem aos imponentes claustros em redor de um pátio interior cheio de laranjeiras. O Mosteiro fora construído a uma escala de magnificência feudal. A cozinha tem cerca de trinta metros de comprimento e dezoito metros de altura desde o chão até ao arranque dos arcos. A chaminé mede oito metros de altura por três de largura e fica no centro do compartimento; por baixo, corre um rego de água. O refeitório tem vinte e nove metros de comprimento e vinte e um de largura. Os monges são da Ordem de São Bernardo, cujos noviços são seleccionados de entre famílias de posses. Provavelmente por isso a biblioteca é um compartimento imponente, ornamentado com gosto, bem proporcionado e cheio de obras de valor. Ali se encontra uma bela edição da *Iliada* e uma esplêndida cópia de *Os Lusíadas*. A igreja é um belo edifício gótico onde há dois túmulos de mármore que contêm os corpos de D. Pedro I e da famosa e infeliz Inês de Castro. As suas figuras esculpidas encontram-se deitadas sobre os respectivos túmulos, cujas faces laterais apresentam um trabalho em relevo de uma beleza e detalhe inimitáveis. Contudo, tal como outros objectos do Mosteiro, também estes túmulos haviam sido alvo da ganância dos franceses, que não só tinham lançado fogo ao edifício, como destruído alguns dos melhores trabalhos ornamentais dos túmulos numa tentativa sacrílega de extrair eventuais tesouros. O jardim encontra-se muito bem tratado e com os elementos *nec plus ultra* típicos do sul, incluindo um belo regato ladeado de românticos chorões. Os corredores que dão acesso às intermináveis celas são altíssimos e sombrios e os candelabros que pendem do tecto, demasiado espaçados, mal os iluminam. WITTICH (1838) refere apenas uma peça que vê na igreja, uma deliciosa pintura de altar que mostra a ressurreição de Cristo: o Salvador acaba de abandonar o túmulo, que se encontra aberto, e parece flutuar em direcção ao céu. Na Semana Santa esta imagem é tapada por uma cortina, passando a ver-se no altar a imagem de Cristo deitado numa cama ricamente decorada. Durante a celebração religiosa, essa parte do altar é subitamente fechada e, nesse mesmo instante, abre-se a cortina que até então cobria o quadro da Ressurreição. Segundo BÉGIN (1848), os portugueses sabem combater com valentia e cantar os seus triunfos, mas não sabem construir. Por esse motivo, o Mosteiro de Alcobaça, criado em cumprimento de uma promessa de D. Afonso Henriques, é uma igreja de estilo anglo-saxónico construída por mestres vindos de Inglaterra. Este monumento maciço oferece, numa extensão de cem metros, uma sucessão de vinte e seis pilares, demasiado próximos e grossos para o peso do arco cujos enormes capitéis se apoiam em bases sem qualquer ornamentação. O arquitecto não fazia ideia de que isto tornaria o interior sombrio, se bem que dê um certo toque de solenidade. Não há dúvida de que há claras diferenças entre as igrejas construídas por arquitectos anglo-saxónicos e normandos, não só no que respeita aos vários ornamentos, mas também aos arcos, elementos maciços que neu-

tralizam a pressão. MINUTOLI (1851-1854) comenta que, entre 1279 e 1325, durante o reinado de D. Diniz, haviam sido construídas muitas igrejas e palácios, dos quais pouco resta, pois, tal como acontecera com as velhas Catedrais do Porto e de Braga, haviam sofrido tantas modificações e acrescentos, em períodos sucessivos, que já não é possível reconhecer um estilo determinado. Por esse motivo, o edifício mais interessante do tempo de D. Diniz continua a ser a ruína do Mosteiro de Alcobaça. Nada se faz para o conservar, embora contenha monumentos históricos, como os túmulos de Inês de Castro e de D. Pedro I, ricos em elementos escultóricos cujo tema é a vida dos amantes. Nem a recordação do trágico destino de Inês impedira os soldados do exército invasor de esventrar o chão para procurar tesouros debaixo dos sarcófagos.

COMENTÁRIOS GERAIS SOBRE O ESTADO DA ARTE E DA ARQUITECTURA

Dispersos por estes relatos encontram-se comentários dirigidos ao estado da arte e da arquitectura em geral, cujo interesse justifica a sua reunião numa secção própria. A pintura, a escultura, a gravura, a ourivesaria, a joalheria, a cunhagem de moeda e outras técnicas artísticas são objecto de uma crítica severa em quase todos os textos. TWISS (1772-1773) afirma não ter encontrado durante toda a sua estada uma única pintura de qualquer uma das «escolas italianas», pois as poucas que existiam em Lisboa haviam sido destruídas pelo Terramoto. Vê apenas uma pintura digna de nota, um retrato do Marquês de Pombal, de Van Loo, que se encontra na residência dos senhores Purry e DeVisme⁵³. O Marquês está sentado a uma mesa coberta de plantas e alçados de futuros edificios de Lisboa. Ao fundo vê-se o Tejo até Belém e os barcos nos quais embarcam padres jesuítas. Esta imagem fora pintada por Vernet e executada em Paris há dois ou três anos. Os proprietários haviam mandado fazer uma gravura da imagem em placa muito fina de cobre. Há ainda a referir quatro gravuras de grande qualidade com vistas de Lisboa e Belém, publicadas em Londres, em 1756, por George Hawkins⁵⁴, bem como uma gravura do Aqueduto de Alcântara, de T. Bowles, publicada em 1750. Quanto a escultura, há apenas um grupo de estátuas de qualidade que se encontram no jardim do Palácio de Belém. CORMATIN (1777-1778) escreve que em Portugal as belas artes se situam ao nível medíocre das outras ciências. Existe talvez apenas uma arte a que os portugueses não são indiferentes: a música. Não se conhece pintor, escultor ou arquitecto que mereça ser citado. Não existe um único mestre de desenho em Lisboa. Também não há mestres de armas, professores de equitação ou mestres de dança. A produção da moeda é tão imperfeita como a escultura e a arquitectura. Embora o ouro e a prata amoedados sejam de grande pureza, e de teor mais elevado do que o do metal utilizado noutros objectos, a moeda é mal gravada, mal cunhada e muito fácil de falsificar. É por esta razão que a moeda falsa é tão comum entre os portugueses. O trabalho de ourivesaria é também muito tosco, embora os portugueses se lhe dediquem muito, produzindo cruces, castiçais, cálices, custódias e outros objectos para igrejas. A maioria destas obras é trabalhada grosseiramente. Os diamantes não são mais bem trabalhados do que os metais. As pedras que têm algum valor são enviadas em bruto para França e para a Holanda e voltam a Portugal já lapidadas e montadas. Aliás, tudo o que há de aceitável em joalheria vem do estrangeiro, e este será com certeza, ainda durante muito tempo, um sector de importação. Os diamantes de categoria inferior, sobretudo os topázios, são trabalhados em Portugal, embora de uma forma muito grosseira, pelo que, em vez de ornamentar, sobrecarregam os dedos das mulheres portuguesas. Dir-se-ia que, para estas, os anéis só têm valor pelo seu peso. Há que ser português para se contentar com estas jóias. Quanto à relojoaria, está ainda à mercê dos estrangeiros, sobretudo dos ingleses. E não é este um dos meios de somenos importância através do qual o dinheiro dos portugueses tem escorrido

com tanta abundância para as mãos dos ingleses. Todos os maquinismos dos relógios vêm de Inglaterra, chegando a pagar-se cento e cinquenta libras por peças que por vezes valem pouco mais de dez soldos. Quanto à pintura e à gravura, os portugueses ficam muito atrás até dos vizinhos espanhóis. A gravura encontra-se num estado primitivo, como o comprovam obras modernas, entre as quais as que representam os pretensos milagres da Virgem ou o suplício do Duque de Aveiro, para além dos retratos de má qualidade do Marquês de Pombal. Todos os outros ofícios relacionados com o luxo, o gosto e a elegância estão muito atrasados. O país vive à mercê dos estrangeiros no que toca aos trabalhos de marcenaria e embutidos de madeira. Em resumo, em tudo o que respeita às ciências, às artes e até aos ofícios, os portugueses estão ainda num estado quase bárbaro. E tudo isto se deve a uma mesma causa: a falta de energia do povo, a negligência do governo, a ausência de meios de instrução e, sobretudo (nunca será demais repeti-lo), a influência dos padres e dos monges, que têm todo o interesse em manter o povo numa profunda ignorância. Dada esta absoluta estagnação, ninguém imaginaria certamente que os portugueses tivessem tido, ou tenham, academias. No entanto, por volta do ano de 1720 haviam sido criadas várias, com nomes pomposos como *Instantâneo, Singular, Anónimo, Generoso, Aplicado, Estudioso, Ilustrado*, mas a ocupação favorita e quase exclusiva dos seus membros era louvar-se mutuamente ou insultar-se através de sátiras mais maldosas do que engenhosas. Segundo RUDERS (1798-1802), embora seja do conhecimento de todos que as belas artes em Portugal não se podem comparar com as de outros países, nem todas as criações de artistas portugueses são de desprezar, ao contrário do que afirmam muitos estrangeiros. Segundo o escultor Joaquim Machado de Castro, o lento evoluir da arte em Portugal deve-se à falta de apoios e de estímulo, e não ao pouco talento dos artistas. Por outro lado, modelos não lhes faltam como, por exemplo, as obras que decoram as paredes de todas as igrejas; e são, deve dizer-se, quase todas de autores estrangeiros, dado as nacionais serem normalmente de qualidade mediana e, por vezes, muito má. Os tectos e as paredes das casas de pessoas da alta sociedade são decorados com frescos de paisagens de qualidade muito variável. Outra técnica que os portugueses também não dominam é a gravura em cobre. O que de melhor se produz em gravura vem da chamada *Officina Chalcographica, Typoplastica e Litteraria* de Lisboa, mas quem conhece a qualidade das gravuras inglesas e francesas, assim como o trabalho de gravadores suecos, mal pode acreditar que ainda haja tão maus gravadores na Europa como os portugueses! É frequente ler-se na capa dos livros a indicação de que estes contêm belas gravuras, mesmo quando estas são da pior qualidade. ELIOT (1808-1809) declara que as artes e as ciências em Portugal recebem poucos incentivos e que a maioria dos habitantes é demasiado indolente para as cultivar. No início do actual reinado fora criada uma Academia Real das Ciências cuja atividade é referida na obra do Duque de Chatelêt. A utilidade dessa instituição não pode ser posta em causa mas não é claro que as obras por ela produzidas sirvam o público. As artes estão num estado de profundo atraso e o Teramoto é frequentemente apontado como causa, embora já tenham decorrido mais de cin-

quenta anos desde esse acontecimento. Os mecanismos de todo o género são mal adaptados às suas funções e grosseiramente acabados, e é raro encontrar instrumentos de matemática e óptica excepto os que vêm de Inglaterra já feitos. Relógios e outros instrumentos de medição do tempo são igualmente importados de Inglaterra, França e Itália. Em escultura produz-se imitações rudes da Escola Italiana. É raro encontrar-se uma estátua tolerável em igrejas e conventos, tão profusamente ornamentados com imagens do Salvador, da Virgem e de toda uma série de santos. A pintura está ainda mais atrasada, e não se realizam exposições públicas, nem há Academias, para o estudo desta arte tão útil quão agradável. Durante uma estada de quatro meses em Lisboa, apesar de esforços diligentes, o autor não consegue encontrar um único artista autóctone digno de mérito ou uma colecção de pintura da autoria de um grupo de pintores portugueses. Tem ocasião de travar conhecimento com um artista de talento considerável que, no entanto, é francês: o Sr. l'Evêque, morador na Rua Áurea. No mesmo estado se encontra a gravura, da qual há raros exemplos nas lojas comerciais, maioritariamente de artistas ingleses, franceses, italianos, ou especificamente de Bartolozzi, feitas aquando da residência deste em Portugal. Recentemente fora posta à venda, na qualidade de obra-prima, uma gravura da batalha do Vimeiro. O desenho está bem feito mas a gravação é de péssima qualidade. O herói desta imagem, Lord Wellington, cuja reconhecida bravura não precisava certamente de um testemunho deste género, não é visto a comandar rodeado pelos seus homens, vigiando o campo de batalha, mas sim a chacinar milhares como se de um vulgar soldado se tratasse. Está, pois, tudo dito quanto ao gosto evidenciado nesta peça. Resta dizer que qualquer pessoa amante de antiguidades encontrará neste país um terreno fértil para buscas entre as ruínas da grandeza lusitana e moura, e que qualquer artista poderá enriquecer o seu *portfolio* com paisagens de bosques e montanhas salpicadas de conventos, fortes em ruínas, ou casinhas brancas de camponeses, com as quais o viajante se depara a todo o momento. As quentes e suaves tonalidades do sol poente, reflectidas nos precipícios de mármore cobertos de medronheiros e vinhas, emprestam uma riqueza à paisagem que só a pena de um Claude conseguiria retratar. Na estação das chuvas, a água que cai de alturas vertiginosas em catarata acrescenta um toque sublime a tudo o que normalmente se vê nas paisagens alpinas de De Louthembourg. É estranho que os portugueses não aproveitem nenhum deste material à sua disposição. HEERINGEN (1836) critica aos artistas portugueses o não aproveitamento das características cénicas de Lisboa e arredores. Um dia, o autor recebe a visita de um pintor, Francisco António da Silva, Oeirense, homem pequeno e bem vestido que traz um elegante *portfolio* debaixo do braço. Em mau francês pede-lhe que o recomende ao príncipe, cujo retrato gostaria de pintar. Da pasta tira vários retratos, um dos quais da Rainha, ao qual o autor reconhece alguma qualidade particularmente no que respeita à pintura do vestido de cetim, bem como à fita e ao símbolo que o adornam. Infelizmente, as faces da soberana são de um vermelho vivo mais próprio dos efeitos do vinho do que do tom rósea de uma jovem de dezasseis anos. Para retribuir a visita, Heeringen dirige-se a

casa deste senhor, situada no 2.º andar do n.º 6 do Largo do Carmo. É a casa mais vistosa de todas e quase parece um palácio. Para subir é necessário ultrapassar os obstáculos que qualquer estrangeiro encontra em Lisboa quando visita alguém: é obrigado a puxar durante muito tempo por um sino que está perto de uma grade espessa, de ferro ou de madeira, à entrada do andar ou da habitação, e a fazer-se entender por quem surge por trás das grades, normalmente uma criada negra ou de pele escura. Os aposentos da residência deste senhor incluem uma sala grande e ricamente decorada, com paredes cobertas de quadros e uma varanda aberta sobre as ruínas do Carmo. Outra sala contígua também está coberta de quadros enormes com molduras douradas. Toda a habitação tem um aspecto rico e agradável. Há até cortinas de veludo sobre as portas com emblemas e brasões parcialmente visíveis entre as pregas. Deve haver cerca de duas centenas de quadros pendurados nas paredes, uma mistura de pintura má e mediana juntamente com alguma de valor incalculável da autoria dos melhores mestres portugueses e espanhóis como, por exemplo, Murillo. D. António parece ser bom conhecedor de arte. Acumulara estes tesouros aquando da extinção dos mosteiros, adquirindo-os por um preço extraordinariamente baixo em locais como a Feira da Ladra. No cavalete estão expostas criações da sua autoria, entre as quais o original em tamanho natural do retrato da Rainha, cuja cópia, mais pequena, mostrou ao autor. Entre as outras obras da sua autoria estão ali retratos de D. Pedro e de uma dúzia de generais com uniformes cheios de dourados e condecorações. Reconhece-se imediatamente o Duque da Terceira, o Marechal Saldanha e o Marquês de Loulé com a sua bela barba. Há também paisagens mas, incredivelmente, nenhuma cujo tema sejam os panoramas do vale de Alcântara, o Tejo à luz da lua, o Aqueduto, ou as margens de Lisboa, Belém, Almada ou Sintra. O que ali há são parques ingleses pintados como se fossem aguarelas. Tendo em conta que exactamente por baixo da janela daquela sala se encontra um chafariz rodeado de aguadeiros, e que, mais ao longe, estão as ruínas da Igreja do Carmo e as cúpulas de outras igrejas recortadas contra o céu azul e, ainda mais ao longe, as serras, não se compreende tal opção por parte deste pintor. Uma polegada desta paisagem vale mil vezes mais do que todos os parques ingleses deste mundo e do outro. Não é possível que D. Francisco seja um artista se não entende a linguagem da natureza, limitando-se a copiar, no seu estúdio em Lisboa, parques ingleses! As lojas de arte da Rua do Arsenal, em grande número, chamam também a atenção de HEERINGEN (1836). Mais elegantes do que as livrarias, o seu interior é limpo e simpático e poder-se-ia até pensar que se está em Londres ou Paris não fosse a fraca selecção de gravuras. Têm apenas o que há de pior e de mais ultrapassado no que respeita à arte da litografia e da gravura em cobre e aço. Entre as excepções contam-se as gravuras políticas feitas em Paris expressamente para Portugal, assim como representações e alegorias relativas a acontecimentos históricos recentes. Por exemplo, há uma litografia colorida de D. Pedro, em que «o Imortal», observado pela sua bela esposa, desenrola a Carta Constitucional e oferece a filha aos portugueses como Rainha. A mão desta, pequena e bonita, pousa sobre a Carta que seu pai coloca à sua frente.

Por baixo há cornucópias da sorte e da abundância em volta do espírito da nação portuguesa, bem como marechais e outros militares, de uniforme, e figuras alegóricas em fuga, ou lançadas por terra, alusivas à guerra, aos conflitos partidários, à fome e à miséria. Trata-se de um género de representação alegórica ultrapassado, que seria rejeitado pelo público em França e considerado ridículo em Inglaterra. Pelo menos no que respeita à Rainha e à Imperatriz, que o autor conhece pessoalmente, não há qualquer semelhança física entre as figuras representadas nessas gravuras e os seus modelos, pelo que se pode depreender existir igual dissemelhança no que respeita a D. Pedro e às restantes personagens. Os retratos de D. Maria, assim como do seu primeiro e segundo esposos, continuam a ser o adorno preferido destas lojas. Alguns têm qualidade, o que abona da competência de alguns litógrafos de Lisboa. Aquele em que a Rainha e o Príncipe D. Fernando estão representados a meio corpo rodeados por um rosário é bastante bonito, embora não tenha nada de original. Infelizmente não se encontram nestas lojas panoramas ou paisagens, apesar de Lisboa ter arredores paradisíacos; encontram-se apenas algumas velhas pinturas do antigo Terreiro do Paço, assim como da Batalha e de Alcobaça. Ao contrário do que acontece, por exemplo, com *Childe Harold*, de Byron, que tem excelentes gravuras de Belém, Sintra e Mafra, os artistas portugueses nada aproveitam do que a natureza lhes oferece; indolentes, não pintam, nem gravam, estes lugares maravilhosos. Um antigo pintor da corte de D. João VI, um simpático senhor de idade que recebera a Ordem de Cristo, fizera gravuras interessantes de paisagens, algumas das quais se encontram ainda à venda em lojas desta rua. Entre elas contam-se gravuras dos Mosteiros de Alcobaça e da Batalha, do Aqueduto e do Terreiro do Paço. No entanto, o seu preço é demasiado alto. As pinturas de carácter histórico sobre a vida de D. João VI que se encontram no Palácio da Ajuda são da mesma autoria, e não deixam dúvidas de que o autor não é nenhum Rubens, embora continue a exercer uma grande influência sobre as novas gerações. Os retratos da família Palmela com que agora se ocupa são também destituídos de qualquer valor. BERGH (1841) encontra num antiquário quadros de Grão Vasco, o maior pintor português, imitador de Dürer e Cranach. Segundo HUGHES (1846), não há arte de espécie nenhuma em Lisboa. As únicas galerias de pintura de que vale a pena falar são a do Duque de Palmela e a do Conde de Farrobo. Portugal nunca tivera um pintor importante, à excepção de Grão Vasco, do tempo de D. Manuel, que no entanto era flamengo de nascimento. Deixara algumas pinturas de mérito (se bem que em muito menor número do que as que lhe são atribuídas) que podem ser vistas em Braga e Guimarães. O Conde de Raczynski, ministro prussiano residente em Portugal, acabara de publicar um livro intitulado *Les Arts en Portugal*, cheio de informação, mas tão sobrecarregado de catalogação que tem pouco interesse para o público em geral. Por fim, MINUTOLI (1851-1854) afirma ter já havido épocas em que os artistas portugueses demonstravam sensibilidade e amor pela arte. Há pintores de valor nos séculos XV, XVI e XVII. Os pintores a óleo e fresco de Lisboa tinham uma corporação que, de acordo com um estatuto de 1572, exigia a passagem a um exame para poder exercer a profissão. Eram

pagos a 300 ou 600 reais conforme fossem nacionais ou estrangeiros. Se alguém exercesse a profissão sem esta autorização era punido com quinze dias de prisão e dois mil reais de multa, sendo metade dessa quantia destinada ao denunciante. Durante essas épocas a arte era estimada e coleccionada. Por si só, este facto justifica a esperança de que o sentido artístico possa vir a ser ressuscitado e reanimado em Portugal; de que se venham a desenvolver talentos que alcancem prestígio; de que o gosto – após reconhecimento e consciencialização do que é verdadeiramente belo – se torne património público; e de que a arte venha a sair do ateliê do pintor e do escultor, saltando para a vida pública, afirmando-se em quadros, monumentos, igrejas, palácios e edifícios públicos e expandindo-se para as habitações privadas e para a indústria. É necessário ter essa esperança pois, de momento, não se cria nada de novo em Portugal, quer em pintura, quer em escultura, quer mesmo em arquitectura. Nada se faz para promover e apoiar a arte e os artistas, e pouco se fala de gosto e de sensibilidade artística. A este respeito adquire grande importância a figura do Conde Raczyński, artista e grande conhecedor das artes, que viajara por todo o país para apreciar obras e monumentos e deixara a sua opinião expressa em *Les arts au Portugal*, obra publicada em Paris em 1846. Até na Academia das Belas Artes e nas Escolas de Desenho há poucas pessoas de talento e não há ninguém com vocação para criar obras extraordinárias. Nem nas cidades de Lisboa e do Porto, nem no interior, se observa qualquer gosto ou sensibilidade artística, o que é tanto mais notório quanto a Corte incentiva e promove estas áreas. Embora o talento de D. Fernando não seja conhecido do público, pois os seus desenhos, de grande perfeição, bem como as suas excelentes gravuras, modelos em cera e esculturas em alabastro e mármore são vistos por poucas pessoas, o certo é que ele é um mecenas – o único – no campo das artes. Procura pessoas de talento, incentiva-as mediante encomendas e compras, cujos montantes são deixados ao critério do artista, e financia ele próprio a estada de jovens no estrangeiro para aí frequentarem escolas reputadas e estudarem obras-primas clássicas. Por iniciativa própria, faz tudo o que um monarca pode fazer para promover as artes. Mas é o único a fazê-lo. Em Portugal, e até mesmo no Palácio, a arte não é vista como uma necessidade. Pelo contrário, pensa-se ter-lhe prestado o tributo que merece quando se paga um bilhete de entrada para uma exposição e se vê, a correr, as obras expostas. Demasiado comodistas para enveredar pela crítica de arte, os portugueses preferem gastar dinheiro noutras actividades a comprar um bom quadro ou a incentivar talentos emergentes; estes são remetidos para a tutela do Governo, ao qual, noutros aspectos, se gosta tanto de fazer oposição. A Sociedade Artística, que pretendia reunir meios para incentivar os artistas adquirindo as suas obras mediante a emissão de acções, desintegrou-se imediatamente, pois não conseguira vender um único quadro. Existem bonitas colecções privadas de pintura mas nada se sabe da sua eventual renovação através da compra de obras mais recentes. A falta de gosto é geral e, como a inclinação para o que é tradicional e o comodismo andam de mãos dadas, há pouca disposição para especular, fazer experiências e criar algo de novo. A definição do Belo baseia-se, com demasiada frequência, em

poderosas e influentes relações familiares e de proteccionismo. Este julgamento pode parecer duro mas é, infelizmente, verdadeiro. Senão, que se experimente: passeie-se pelas ruas de Lisboa, tão belamente situada, procure-se o bom gosto em edifícios públicos e privados, procure-se a harmonia, a simetria e um estilo arquitectónico bem definido... Será em vão. Muitos dos edifícios fantásticos que existem estão apenas parcialmente acabados, mutilados, ou desmoronados. Embora cheguem do estrangeiro elementos decorativos e algum mobiliário ao gosto moderno, o que predomina são as formas antiquadas, não se tirando partido do bom gosto, da novidade e da utilização já confirmada noutros países. Procure-se nos monumentos públicos de Portugal, e nomeadamente nos de Lisboa – e o Palácio deveria aqui, no mínimo, valer-se da sua excepcional posição – obras de arte dignas desse nome no que toca a criatividade. Quão pobre em quadros está o Palácio e, contudo, quão magnífica é a situação da cidade, grandiosa a história do país e inesgotáveis os seus valiosos mármore. Na verdade, que outra coisa se poderia esperar se, em concursos para a execução de obras artísticas, não é o valor do modelo mas sim a protecção de alguém que determina a decisão final? Que dizer do gosto das pessoas cultas do Palácio quando, no ano de 1854, se constrói na bonita praça do Rossio um pedestal cuja forma é totalmente desprovida de gosto e que é, seguramente, exemplar único na Europa? Isto já para não falar da estátua de D. Pedro que deveria coroar o conjunto. Parece de todo inacreditável que Lisboa tenha querido honrar e perpetuar a memória deste príncipe com a execução do modelo escolhido. Se se pretende formar e apurar o bom gosto do povo mediante monumentos públicos, e se, com a estátua de um grande príncipe, se pretende representar o que o seu carácter tinha de sublime, grandioso e augusto, deveria pensar-se que, ao erguer uma estátua tão miserável, Lisboa se sujeitava a ser difamada como adepta da ideia de que o bom gosto é algo a evitar. Em conversas acerca de arte, do sentido estético, ou de colecções, os portugueses repetem frequentemente a afirmação de que a falta de tesouros artísticos e, em particular, de monumentos públicos se deve essencialmente ao Terramoto de 1755 e às invasões inimigas. Está fora de dúvida que o primeiro fez desaparecer uma parte substancial de tesouros de todo o género. Também é verdade que os exércitos estrangeiros não pretendiam poupar tesouros preciosos, tais como altares, túmulos ou propriedade privada, tendo, com certa satisfação, destruído e mutilado aquilo que não conseguiam roubar e transportar para o seu país. Contudo, estas perdas não tinham obrigatoriamente de levar à perda do sentido estético ou do bom gosto. Em Portugal continua a ser usual nada comprar para acrescentar ao que existe, mas sim vender e desbaratar aquilo que resta dessas tragédias. Em comparação com outros países europeus – Alemanha, Espanha, França, Inglaterra e Itália – o país é pobre em obras de arte de reconhecido valor. Nem em palácios, nem em igrejas ou habitações, públicas ou privadas, se encontram obras de arte em número elevado representativas de diferentes escolas e épocas, ao contrário do que se passa naqueles países. Os castelos e as igrejas de Lisboa, a Academia das Belas Artes, as colecções de Palmela, Farrobo, Lavradio, Sobral, etc. e algumas igrejas do interior contêm tesouros extraor-

dinários, mas dispersos, não se encontrando conjuntos completos. É também demasiado frequente ver os estragos causados em valiosos quadros por retocadores incapazes ou principiantes. E colocam-se os mais imperfeitos trabalhos de aprendizes lado a lado com obras de mestres e artistas de renome, como o sublime Grão Vasco ou Vieira Lusitano. A ausência de discernimento, de cuidado, nota-se também no estado de degradação e na mutilação de edifícios antigos e muito curiosos. Esta última decorre de más intervenções de restauro, que revelam falta de conhecimentos especializados e de sentido artístico. Um vandalismo sem perdão permite desfigurar monumentos únicos e o espírito artístico e arquitectónico que presidira à sua construção. Neste aspecto, o restauro da Colegiada de Nossa Senhora da Oliveira, uma das mais antigas igrejas de Portugal, situada em Guimarães, ultrapassa todos os limites concebíveis. A maior parte da torre e o belo portão de entrada, ainda no estilo arquitectónico original, são testemunho do estilo bizantino. Já D. João I ordenara que se fizessem melhorias para os proteger da ruína. Nos últimos vinte anos fora feito novo restauro, tendo sido retiradas as abóbadas interiores e substituídas por abóbadas em madeira pintadas a óleo colorido imitando mármore. A parte frontal a noroeste, junto ao antigo portão bizantino, fora alterada e transformada numa saliente colonata plateresca jónica tão imponente que o seu capitel parece querer empurrar o teto para cima. Outro exemplo de intervenção que levava à perda da harmonia e do carácter originais de um edifício é o restauro, e respectivos acrescentos, que o general Eschwege empreendera às ordens do Rei no processo de transformação do Convento da Pena em Palácio. Em suma, a reconstrução de edifícios não parece ser muito feliz em Portugal. A maior parte das igrejas de períodos mais antigos fora muito danificada por reparações posteriores, acrescentos de ornamentos, mutilações e pintura, que mal deixam reconhecer o original, como é o caso das mais antigas igrejas do Porto, Coimbra, Guimarães e Braga, entre outras. Portugal não é rico em arquitectura bonita ou imponente também devido à indiferença e ignorância sobre a história arquitectónica do país, o que leva a que se permita o desmoronamento de fortalezas e castelos medievais ou o roubo das pedras de que são feitos. A arquitectura do século XII é apenas reconhecível nas sólidas muralhas e ornamentações góticas de meia dúzia de castelos e igrejas. Das muitas igrejas e castelos construídos no reinado de D. Diniz, entre 1279 e 1325, já pouco resta. As velhas catedrais do Porto e de Braga foram alvo de tantas modificações e acrescentos em períodos sucessivos que já não é possível reconhecer este ou aquele estilo. O edifício mais interessante do tempo de D. Diniz continua a ser o Mosteiro de Alcobaça, em ruínas. Na época de D. João I prevalecia em Portugal a influência da arquitectura britânico-gótica ao estilo das catedrais de Salisbury e York, como se pode ver no Mosteiro da Batalha. Entre os reinados de D. Manuel e D. João III cristalizara-se o estilo arquitectónico típico português, que conjuga elementos dos estilos gótico, renascentista, barroco e plateresco e apresenta também pormenores árabes. O mais belo monumento deste período é o Convento e Igreja de Belém, em Lisboa, que, apesar das mutilações, sobretudo no claustro, continua a ser um edifício de extraordinária beleza. Fora

pouco notória a influência da arquitectura de Espanha na época de Felipe II, de que são testemunho as obras-primas de Herrera; desse tempo resta apenas o notável exemplo do Convento de Cristo, em Tomar. Na época de D. João V e de D. José favorecia-se o estilo arquitectónico italiano, de dimensões sem dúvida grandiosas, mas que não satisfaz o sentido estético. Dificilmente se pode classificar esse estilo de sublime ou imponente, e nem o edifício colossal de Mafra satisfaz no que toca a pormenores arquitectónicos. A época movimentada de Pombal produziu muito num período relativamente curto, mas não se pode classificar a arquitectura desse tempo de verdadeiramente bela.

NOTAS FINAIS

Acabámos de ouvir as vozes de quarenta e oito viajantes – marinheiros, comerciantes, diplomatas, militares, investigadores, e outros, com motivações diversas – vindos até Portugal entre meados do século XVIII e meados do século XIX, provenientes da Alemanha, Estados Unidos da América, França, Grã-Bretanha, Holanda, Polónia e Suécia. Não podendo evitar a interferência que qualquer tradução implica, sobretudo quando acrescem factores como a adaptação ao discurso indirecto e a selecção de excertos, tentámos que ela fosse a menor possível, de modo a deixar passar a informação e o tom de cada texto em relação temática e temporal com os outros textos e com o pano de fundo histórico, cultural e sociológico.

São talvez mais as questões que estas fontes levantam do que as que clarificam, e aquilo que procuramos parece revelar-se mais claramente no entrecruzar de olhares decorrente da leitura dos textos no seu conjunto. Mantivemos uma atitude de abertura, observando padrões de repetição, contradição, uniformidade e desvio, conscientes de que nenhum olhar é transparente, e certamente não o nosso. Procurámos conhecer o mais profundamente possível os textos (incluindo as condições da escrita, da edição, da recepção) e os seus autores (dados biográficos, contextuais, circunstanciais) para que a clareza que desejávamos resultasse da consciência da complexidade dos códigos.

Inevitavelmente, ao longo do tempo em que os textos foram sendo trabalhados levantaram-se muitas questões, entre as quais a da cópia entre autores, mais ou menos dissimulada, já abordada no Capítulo I. Se entre os autores de literatura de viagem do *Grand Tour* se verifica aquilo que Chard designa de «angústia de repetição»⁵⁵ –, que leva à procura do ponto de vista, ou pormenor, que distingue uma determinada narrativa aos olhos do leitor, convidando por vezes ao exagero e à distorção –, já os registos de viagem por Portugal, relativamente escassos no universo desta literatura, não parecem gerar essa angústia. Encontra-se com frequência informação repetida, não necessariamente em «cópia» fiel, mas como parte de algo que poderá ser visto como processo de consolidação de identidade em que o *eu* é definido por oposição ao *outro*. A leitura cruzada deste leque alargado de fontes permite identificar posições comuns identitárias, de rejeição ou aceitação, que coloram as observações.

Existe uma evidente uniformidade nestas descrições e apreciações que, lembramos, são pedaços de tecidos textuais abrangentes que cobrem um leque muito mais variado de temas do que aqueles que aqui nos ocupam. No entanto, os excertos reflectem os textos de onde provêm, os quais, em geral, apresentam um conjunto de ideias-feitas sobre Portugal e os portugueses. Entre estas contam-se a concepção de um país outrora rico que esbanjara o que possuía em faustosa ostentação e ornamentação religiosa; um povo indolente e ignorante, dominado por um clero pouco esclarecido, praticante de uma religiosidade alicerçada na superstição; um povo de características físicas conotadas negativamente, sobretudo no que toca ao tom escuro da pele e àquilo que é interpretado como um forte ele-

mento de mestiçagem; um povo com sensibilidade musical, evidenciada pela qualidade das produções do Teatro de São Carlos, mas sem sensibilidade literária ou talento artístico, e que, embora capaz de bem trabalhar a pedra, não produz boa arquitectura.

Valerá a pena inserir aqui uma nota sobre alguns aspectos arquitectónicos que geram comentários menos uniformes. Se a paisagem de Lisboa, vista ao longe, é quase unanimemente valorizada, já os elementos do seu tecido urbano são objecto de reacções diferenciadas. Em geral, a impressão é de que não existem edifícios particulares dignos de nota, dada a inexistência de uma classe média abastada e de uma aristocracia com posses para construir residências que reflectam devidamente a sua posição social. Também não parece haver edifícios de utilidade pública de qualidade, exceptuando o Aqueduto das Águas Livres e os novos edifícios da Praça do Comércio. Já palácios, igrejas e mosteiros são elogiados pela sua beleza, e pela qualidade de construção e materiais, embora uma leitura atenta revele, lado a lado com tais apreciações, chamadas de atenção para elementos que causam ambiguidade ou rejeição. Entre os primeiros conta-se, por exemplo, a «mistura» de estilos arquitectónicos; entre os segundos, o esbanjar de dinheiro em construções faustosas, a megalomania materializada em projectos grandiosos, destinados a não serem terminados, e o abandono de belos edifícios à devastação causada pela passagem do tempo.

A questão da pureza do estilo arquitectónico, ou do estilo *tout court*, adquire grande relevância nestes textos mesmo quando não é claro de que estilo se está a falar. Nem todos os autores empregam a mesma terminologia ou a utilizam com idêntica carga semântica, deparando-se o leitor a todo o momento com diferentes designações aplicadas ao mesmo objecto ou utilizadas com sentidos diferentes. O carácter híbrido atribuído a muito do património português é, simultaneamente, factor de atracção e repulsa. A influência moura (ou aquilo que é tido como tal) ocupa, a este respeito, um lugar muito particular, eivado de ambiguidade.

Voltando à questão da uniformidade do olhar sobre Portugal e o seu povo, note-se que não se trata de um fenómeno restrito a este período cronológico. Na verdade, já entre os textos de viagem sobre o país escritos por estrangeiros em épocas anteriores se encontra um retrato onde figuram a dependência do ouro do Brasil, a importação de artigos de necessidade básica, o mau aproveitamento dos recursos agrícolas, a preguiça do povo, a excessiva religiosidade e o efeito negativo da presença inglesa na economia nacional⁵⁶. Encontramos o mesmo «olhar» em literatura de viagem relativa a outros países e a outros povos, como o italiano, por exemplo⁵⁷. Para nós, a questão que, de facto, se coloca é a de saber de que modo, e até que ponto, esse «olhar» influencia as apreciações sobre a produção artística e o património de Portugal. Em geral, parece existir uma correspondência próxima. O desafio reside em identificar os seus contornos. O leitor fará, perante os elementos aqui apresentados, a sua própria reflexão.

Terminamos com a convicção de que, apesar do que acaba de ser dito, prevalece nestes textos a informação válida e de grande interesse. Estes viajantes-autores desenham manchas

de contornos bem definidos da nossa herança e merecem a nossa atenção. Quando considerados individualmente, revela-se, em grande parte dos casos, sensibilidade ao observado e vontade de conhecer o país para além dos círculos fechados das comunidades estrangeiras ou da aristocracia portuguesa. Muitos são os que o percorrem a pé, de burro ou em carruagens pouco confortáveis em direcção a este ou àquele local, do qual leram descrições ou ouviram falar, já aí revelando o que de nós se conhece nos países de onde procedem.

Em cartas, diários, narrativas, memórias e textos a que podemos chamar «híbridos», ou de classificação mais complexa, chegam até nós as imagens que os seus autores construíram de locais, espectáculos, costumes, arte, arquitectura, paisagem e tudo o mais que suscitou o seu interesse. Acreditamos no valor desse olhar estrangeiro, que interpreta e julga o observado em contraponto ao que lhe é familiar e às expectativas que traz consigo. Estranho àquilo que nos é próximo, convida-nos a deslocarmo-nos, para vermos, de novos ângulos, outros matizes de nós.

NOTAS

- ¹ O conceito de «quinta» coloca a todo o estrangeiro dificuldades de tradução, pelo que os autores mantêm frequentemente a designação portuguesa. Não é fácil encontrar equivalente em conceitos como «farm», «country house» ou «estate» (inglês), «landgut» (alemão) ou «ferme» (francês). O carácter inclusivo e multifuncional da quinta portuguesa está na base dessa dificuldade, dado que, para além de local de actividade agrícola, é-o também de entretenimento e lazer, e inclui, frequentemente, belos jardins.
- ² Pintores e gravadores de paisagem: o francês Claude-Joseph Vernet (1714-1789) e o inglês William Woollett (1735-1785).
- ³ Pintores e gravadores de paisagem: a família holandesa van de Velde, nomeadamente Esaias van de Velde (1587-1630), considerado, em geral, como o «pai» da pintura de paisagem; os holandeses Hendrick Cornelisz Vroom (1566-1640) e Cornelis Hendricksz Vroom (1591-1661); os italianos Luciano Borzoni (1560-1645) e Francesco Maria Borzoni (1625-1696); e o italiano Salvator Rosa (1615-1673).
- ⁴ Referência a *Childe Harold's Pilgrimage* [...], 1812.
- ⁵ As Torres Martello são pequenos fortes construídos durante o século XIX em várias colónias do Império Britânico sobretudo a partir do início das Guerras Napoleónicas. Inspiradas nas fortalezas redondas típicas de Punta Mortella, na Córsega, têm cerca de doze metros de altura e dois andares. Normalmente são estruturas circulares com grossos muros de pedra resistentes a fogo de canhão e algumas são circundadas por um fosso. A sua altura tornava-as boas plataformas para peças de artilharia. Sobre estas torres cf. CLEMENTS – *Towers of Strength*...
- ⁶ V. nota *supra* 1.
- ⁷ Heeringen afirma que se dirige frequentemente à hospedaria na Rua dos Romulares, onde Eschwege está hospedado e ocupado a trabalhar «[...] numa obra estatística sobre Portugal». «Tanto quanto sei», afirma Heeringen, «a obra será publicada em Hamburgo, ou talvez até já tenha sido publicada». Trata-se, evidentemente, da obra aqui incluída, publicada em Abril de 1837. Eschwege é «um senhor de cerca de 50 anos, de [...] pele tisonada pelo sol [...] famoso autor de vários textos sobre a exploração mineira no Brasil, assim como de muitos outros textos escritos durante a sua longa estadia em Portugal.»
- ⁸ A palavra alemã «Garten», afirma, coloca dificuldades de tradução, podendo significar jardim, horta, quintal ou quinta. Nem sempre é fácil determinar com rigor qual o seu significado. V. nota *supra* 1.
- ⁹ Joseph Barthélemy François CARRÈRE. *Tableau de Lisbonne en 1796* foi publicado em 1797.
- ¹⁰ Sobre o conceito de quinta v. nota *supra* 1.
- ¹¹ A biblioteca Bodleian, da Universidade de Oxford, cuja construção decorreu, com interrupções, entre 1424 e 1488.
- ¹² Referência à estátua equestre de William III, de John Michael Rysbrach, fundida em 1733 e erigida nessa Praça em 1736.
- ¹³ Johann Gottfried Schadow (1764 – 1850), considerado o escultor mais importante do seu tempo na Alemanha. Entre muitas obras de vulto da sua autoria contam-se a «Quadriga da Vitória» (1793), no topo da Porta de Brandeburgo, em Berlim, e a escultura das princesas Luisa e Frederica da Prússia (1797), trabalho que Bernard teria, talvez, em mente quando faz esta comparação.
- ¹⁴ Provavelmente a obra da autoria de Voltaire.
- ¹⁵ Mercado de roupa e artigos usados, famoso no século XIX, que tinha lugar todos os domingos em Petticoat Lane, Londres.
- ¹⁶ A família Moller, ou Möller, instala-se em Lisboa no século XVIII. Henrique Möller é o primeiro a chegar, e torna-se um abastado negociante da Feitoria Hanseática da Bolsa de Lisboa.
- ¹⁷ Tradução alemã da designação francesa de *Beau Monde*.
- ¹⁸ Dr. Friedrich von Ketzler, chegado a Portugal no séquito de D. Fernando. Para uma curta biografia cf. STRASSEN *et all* – *Oito Séculos de História Lusó-Alemã*, 1944, p. 417-418.
- ¹⁹ O autor referir-se-á possivelmente à francesa Geneviève Brossard de Beaulieu (c. 1770-1815), a seu tempo aluna de Jean-Baptiste Greuze, autora de pintura histórica e mitológica, e de retratos, entre os quais o da princesa Teresa Katharina Lubomirska da Polónia.
- ²⁰ Wilhelm Hensel, retratista do período Biedermeier que se fez sentir com particular vigor em Berlim entre 1815 e 1848.
- ²¹ Referência a Carl Friedrich Lessing (1808-1880), um dos fundadores de um movimento de pintura realista histórica e de paisagem ligada aos ideais da burguesia liberal.
- ²² *Der gute Kamerad*, poema de Ludwig Uhland (1787-1862), poeta, político e estudioso da literatura, cujas baladas versam temas históricos ou ditados populares. Muitas tornaram-se símbolos da balada nacional alemã, como é o caso do poema aqui mencionado, em que um soldado lamenta a morte de um amigo no campo de batalha.
- ²³ Pequenas pinturas de cenas da vida diária particularmente populares na Holanda do século XVII.

- ²⁴ Franz Krüger (1797-1857), um dos mais importantes pintores da Alemanha do século XIX, sobretudo no que respeita ao período Biedermeier. Nascido na Saxónia, deve-se-lhe uma grande colecção de pinturas e desenhos representando cenas do dia-a-dia de Berlim. Torna-se pintor da corte da Prússia em 1825.
- ²⁵ Unidade de moeda alemã, uma de várias moedas de prata utilizadas na Alemanha, Áustria e Suíça entre os séculos XV e XIX.
- ²⁶ O autor refere-se provavelmente à Igreja de Jesus, em Palermo, considerada um dos exemplos mais importantes do barroco siciliano. A sua construção teve início em 1564 e o edifício sofreu acrescentos a partir de 1591.
- ²⁷ O autor refere-se provavelmente à igreja barroca do Mosteiro Beneditino de S. Nicolau de Arena, em Catânia, na Sicília, cuja construção teve início em 1558.
- ²⁸ A descrição faz parte da obra *Lisbon in the years 1821, 1822, and 1823*.
- ²⁹ Esta obra, publicada em 1799, tem como base a experiência do Dr. Tilenau durante a estada de meio ano em Lisboa, entre 1795 e 1796, como acompanhante do conde de Hoffmannsegg.
- ³⁰ A aparente inconsistência quanto ao número de salas pode explicar-se pelo facto de Heeringen incluir, embora apenas de passagem, o pequeno circo na rua Formosa em Alcântara.
- ³¹ Artigo publicado na edição de Julho de 1840 da revista *Zimmermannschen Zeitschrift fuer die Alterthumswissenschaft*, intitulado *Bibliotheken Portugals – Roemische Alterthuemer. Mittheilung einiger Inschriften, aus einer handschriftlichen Sammlung welche sich in der Bibliothek des ehemaligen Klosters S. Francisco da Cidade zu Lissabon befindet* (Bibliotecas de Portugal – Antiguidades romanas. Comunicação sobre algumas inscrições extraídas de uma colecção de manuscritos que se encontra na biblioteca do antigo convento de S. Francisco da Cidade de Lisboa).
- ³² Henry Fielding, romancista inglês, autor de relevo no estabelecimento da tradição do romance como género literário em Inglaterra. É conhecido sobretudo como autor de *Tom Jones, a Foundling*, obra publicada em 1749. A sua viagem a Portugal é o tema de *Journal of a Voyage to Lisbon*, obra publicada em 1755.
- ³³ Comunidade evangélica, hoje de cariz missionário, fundada pelo conde de Zinzendorf em 1722, cujas raízes remontam ao século XV, mais exactamente à figura do reformador Jan Hus, acusado de heresia e morto na fogueira em Constança, em 1415. A comunidade baseia toda a sua prática religiosa estritamente no texto bíblico segundo princípios de extrema simplicidade. Hoje tem na Alemanha cerca de 760.000 seguidores.
- ³⁴ Príncipe Christian von Waldeck, chamado para ajudar no treino do exército português após a retirada do Conde de Lippe, em 1768. Chegado a 17 de Maio de 1797, vem a falecer em Sintra, a 24 de Setembro de 1798, sendo sepultado no cemitério inglês de Lisboa. Sobre este tema v. STRASSEN – *Oito Séculos de História Luso-Alemã*, 1944, pp. 264-5.
- ³⁵ Philip Doddridge (1702-1751) vem a falecer de tuberculose em Lisboa, a 26 de Outubro de 1751. Pastor e tutor do clero discordante em Inglaterra, é autor de várias obras sobre religião, tais como *The Rise and Progress of Religion in the Soul*, publicada em 1745, e também de hinos baseados em textos das Escrituras.
- ³⁶ *Traits and traditions of Portugal*, obra publicada em 1833.
- ³⁷ A Biblioteca Nacional Digital identifica esta obra como «BLACK, R., fl. 1750, A prospect of the new Aqueduct of Lisbon, as crossing over the Vallery of Alcantra / R. Black delin.; T. Bowles sculp. – London: John Bowles, [1750]. – 1 gravura : água-forte, aguarelada».
- ³⁸ Referência ao aqueduto que faz parte do conjunto monumental perto de Nápoles, composto pelo Palácio Real, parque e jardins de Caserta, criado em meados do século XVIII por vontade de Carlos III de Bourbon como resposta a Versailles. O projecto foi entregue a Luigi Vanvitelli e está hoje classificado como Património Mundial da Humanidade.
- ³⁹ O aqueduto de Montpellier, em França, conhecido como *Les Arceaux*, inaugurado em 1765.
- ⁴⁰ V. nota *supra* 1.
- ⁴¹ Ver nota *supra* 16.
- ⁴² A Villa Palagonia, na cidade de Bagheria, perto de Palermo, foi construída em 1705 pelo Príncipe da Palagonia e, mais tarde, aumentada e restaurada. A casa tem a ornamentá-la sessenta e duas esculturas em pedra representando monstros mitológicos e outras criaturas.
- ⁴³ Palácio de Sanssouci, construído por Frederico II da Prússia em Potsdam, na área metropolitana de Berlim. Foi construído entre 1745 e 1746 em estilo rococó.
- ⁴⁴ Castelo e parque de Babelsberg, residência de campo do Imperador Guilherme I. Projectado em 1833 por Karl Friedrich Schinkel no estilo romântico e neogótico dos parques ingleses, a sua construção realizou-se em duas fases, entre 1834 e 1849. Sobre Babelsberg, v. NETO – Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855) [...], 2007, p. 389.
- ⁴⁵ O contrato de arrendamento foi celebrado em Janeiro de 1790 mas DeVisme já lá veraneava em 1774 e já a ocupava, pelo menos temporariamente, em 1782 (ARAÚJO – *O Palácio Neogótico de Monserrate* [...], p. 178).
- ⁴⁶ Sobre Fonthill Abbey, Wiltshire, Inglaterra, cf. RUTLER – *A Description of Fonthill Abbey* [...], 1822.

- ⁴⁷ Koenigstein é o nome de uma fortaleza perto de Dresden, na Saxónia. Foi construída entre o século XVI e o século XVIII.
- ⁴⁸ Provavelmente a autora refere-se a Sir Charles Wilkins (1749?-1836), autor de *Glossary of oriental terms originally annexed to the Fifth report of the Committee of the House of Commons on the Affairs of the East-India Company in 1812-1813*. Este autor é também responsável pela edição e notas de RICHARDSON – *Dictionary, Persian, Arabich, and English [...]*, 1806-1810.
- ⁴⁹ *History of the War in the Peninsula [...]*, obra publicada em 1836.
- ⁵⁰ Cidade da República da Irlanda, famosa pelo seu mármore negro.
- ⁵¹ MOORE – *Letters and Journals of Lord Byron*, 1833.
- ⁵² O Palácio de Berlim era um complexo arquitectónico de grande extensão, sede dos Hohenzollern e centro do poder político da Prússia e da Alemanha entre 1871 e 1918.
- ⁵³ Ver nota 37 do Capítulo II.
- ⁵⁴ No Museu Britânico em Londres existe uma gravura intitulada *View of Bellem by Lisbon as before the Late Earthquake*, publicada em 1756 por G. Hawkins, editor e livreiro do Príncipe de Gales; desenho de C. Lempriere, pintor e desenhador britânico; pintura de R. Paton, editor, pintor, desenhador e gravador britânico; gravura de Paul Fourdrinier, gravador e gravador francês.
- ⁵⁵ CHARD – *Pleasure and guilt on the Grand Tour [...]*, 1999, pp. 109 e 236.
- ⁵⁶ CHAVES – *O Portugal de D. João V [...]*, 1983, pp. 20-21.
- ⁵⁷ CHARD – *Pleasure and guilt on the Grand Tour [...]*, 1999, pp. 109 e 236.

BIBLIOGRAFIA

Fontes – corpus

- BAXTER, William Edward – *The Tagus and the Tiber; or notes of travel in Portugal, Spain and Italy, in 1850-1*. London: Richard Bentley, 1852. 2 vol.
- BÉGIN, Émile – *Voyage pittoresque en Espagne et en Portugal*. Paris: Belin-Leprieur et Morizot, 1852.
- BERGH, Alfred von – *Letzte Reisebriefe über Portugal und Spanien*. Berlin: Becker, 1850.
- BERNARD, E., geb. Gad – *Briefe während meines Aufenthalts in England und Portugal an einen Freund*. Hamburg: August Campe, 1802. Vol. 1. e *Neue Reise durch England und Portugal*. In *Briefen an einen Freund*, 1803. Vol. 2.
- BLAIRIE, Ollivier de la – *Lisbonne et les portugais*. Paris: Corréard, 1820.
- CARNARVON, Earl of – *Portugal and Galicia: with a review of the social and political state of the Basque Provinces; and a few remarks on recent event in Spain*. London: J. Murray, 1836. 2 vol.
- CLARKE, Rev. Edward – *Letters concerning the Spanish nation: written at Madrid during the years 1760 and 1761*. London: T. Becket, P.A. de Hondt, 1763.
- COCKBURN, Lt. Gen. – *A voyage to Cadiz and Gibraltar, up the Mediterranean to Sicily and Malta, in 1810 & 11, including a description of Sicily and the Lipari Islands, and an excursion in Portugal*. Dublin: J. Harding, 1815. 2 vol.
- COLLINS, Francis – *Voyages to Portugal, Spain, Sicily, Malta, Asia-Minor, Egypt, &c. &c. from 1796 to 1801: with an historical sketch, notes and reflections by Francis Collins*. London: for the author, 1807.
- COOPER, William White, M. R. C. S. – *The invalid's guide to Madeira, with a description of Teneriffe, Lisbon, Cintra, Mafra, etc., and a vocabulary of the Portuguese and English languages*. London: Smith, Elder & Co., 1840.
- CORMATIN, Pierre-Marie-Félicité Bon Desoteux, Baron de – *Voyage du ci-devant Duc du Chatelet, en Portugal, ou se trouvent des détails intéressans sur ses Colonies, sur le Tremblement de terre de Lisbonne, sur M. de Pombal et la Cour. Revu, corrigé sur le manuscrit, et augmenté de notes sur la situation actuelle de ce royaume et de ses colonies, par J. Fr. Bourgoing, ci-devant Ministre plénipotentiaire de la République Française en Espagne, membre associé de l'Institut National*. Paris: Chez F. Buisson, 1798. 2 vol.
- CROKER, Richard, Esq. – *Travels through several provinces of Spain and Portugal &c.* London: Printed for the author, 1799.
- DALRYMPLE, Major William – *Travels through Spain and Portugal in 1774; with a short account of the Spanish Expedition against Algiers in 1775*. London: J. Almond, 1777.
- DELIUS, Eduard – *Wanderungen eines jungen norddeutschen durch Portugal, Spanien und Nord-Amerika in den Jahren 1827-1831*. Hamburg: Harold, 1834. 4 vol.
- DEMBOWSKI, Baron Charles – *Deux ans en Espagne et Portugal pendant la guerre civile. 1838-1840*. Paris: Librairie de Charles Gosselin, 1841.
- DUMOURIEZ, Charles-François – *État présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI*. À Lausanne: Chez François Grasset, 1775.
- ELIOT, William Granville – *A treatise on the defence of Portugal, with a military map of the country: to which is added, a sketch of the manners and customs of the inhabitants and principal events of the campaigns under Lord Wellington, in 1808 and 1809*. London: T. Egerton, Military Library, Whitehall, 1810.
- ESCHWEGE, Wilhelm Ludwig von – *Portugal. Ein Staats- und Sittengemälde in Skizzen und Bildern nach dreissigjaerigen Beobachtungen und Erfahrungen*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1837.
- FISHER, R. B., Esq. – *A sketch of the city of Lisbon, and its environs with some observations on the manners, disposition, and character of the Portuguese nation*. London: Printed for J. Ridgway, 1811.
- GOMM, Sir William Maynard – *Letters and journals of Field-Marshal Sir William Maynard Gomm, G.C.B., Commander-in-Chief of India, Constable of the Tower of London &c. &c.: from 1799 to Waterloo, 1815*. Ed. Francis Culling Carr-Gomm. London: Murray, 1881.
- GRAHAM, William, Esq. – *Travels in Portugal and Spain during the Peninsular War. With engravings*. London: Sir Richard Phillips and Co., 1820.
- HAHN-HAHN, Ida Gräfin – *Reisebriefe*. Berlin: Verlag von Alexander Duncker, Koenigl. Hofbuchandler, 1841. 2 vol.
- HAUTEFORT, Charles-Victor d' – *Coup-d'oeil sur Lisbonne et Madrid en 1814; suivi d'un mémoire politique concernant la constitution promulguée par les Cortès à Cadiz; et d'une notice sur l'état moderne des sciences mathématiques et physiques en Espagne. Ouvrage dédié au Roi par Ch.-V. d'Hautefort*. Paris: Delaunay, 1820.
- HEATHCOTE, Ralph – *Letters of a young diplomatist and soldier during the time of Napoleon, giving an account of the dispute between the Emperor and the Elector of Hesse. With numerous illustrations*. Ed. Countess of Guenther Groeben. London: John Lane, 1907.

- HEERINGEN, Gustav von – *Meine Reise nach Portugal im Frühjahr 1836*. Leipzig: Brockhaus, 1838. 2 vol.
- HORNER, G. R. B., M.D. U.S.N. – *Medical and topographical observations upon the Mediterranean; and upon Portugal, Spain, and other countries. With Engravings*. Philadelphia: Haswell, Barrington, & Haswell, 1839.
- HORSTIG, Susette (ed.) – *Tagebuch einer Reise durch die Portugiesische Provinz Alentejo im Januar 1797. Mit einer Beschreibung der Stiergefächte in Portugal. Aus der hollaendischen ungedruckten Handschrift uebersetzt. Trad. Nina Engelbronner*. Hildesheim: bei J. D. Gerstenberg, 1799.
- HUGHES, T. M. – *An overland journey to Lisbon at the close of 1846: with a picture of the actual state of Spain and Portugal. By T. M. Hughes, Author of «Revelations of Spain», &c. &c.* London: Henry Colburn, 1847. 2 vol.
- LONDONDERRY, C. W. Vane, Marchess of – *A steam voyage to Constantinople, by the Rhyne and the Danube, in 1840-41, and to Portugal, Spain, &c., in 1839. In which is annexed the Author's Correspondence with Prince Metternich, Lords Ponsonby, Palmerston, &c.* London: H. Colburn, 1842. 2 vol.
- LONDONDERRY, F. A. Vane, Marchioness of – *A journal of a three months' tour in Portugal, Spain, Africa &c. With a portrait of the authoress, from a miniature by Sir W. Ross, R. A. &c. View of Mafra Palace, &c.* London: J. Mitchell and Co., 1843.
- MARCH, Charles Wainwright – *Sketches and adventures in Madeira, Portugal, and the Andalusias of Spain*. New York: Harper & Brothers, 1856.
- MILFORD, John, Jun. – *Peninsular sketches, during a recent tour*. London: T. Davison for J. Richardson et al., 1816.
- MINUTOLI, Julius Rudolph von – *Die neueren Straf- und besserungs-Systeme. Erinnerungen aus einer Reise durch bemerkenswerthe Gefängnisse in Algier, Spaninen, Portugal, England, Frankreich und Holland*. Berlin: Veit, 1843. Mit 4 radierten Zeichnungen.
- MINUTOLI, Dr. Julius Freiherrn von – *Portugal und seine Colonien im Jahre 1854*. Stuttgart und Augsburg: [s.n.], 1855. 2 vol.
- NEALE, Adam, M.D. F.L.S. – *Letters from Portugal and Spain; comprising an account of the operations of the armies under their Excellencies Sir Arthur Wellesley and Sir John Moore from the landing of the troops in Mondego Bay to the battle at Corunna. Illustrated with Engravings by Heath, Fittler, Warren, &c. from drawings made on the Spot by Adam Neale, M. D. F. L. S. Member of the Royal College of Physicians; and Physician to his Majesty's Forces*. London: Richard Phillips, 1809.
- ORMSBY, Rev. James Wilmot – *An account of the operations of the British Army, and of the state and sentiments of the people of Portugal and Spain, during the campaigns of the years 1808-1809. A series of letters. In two volumes*. London: J. Carpenter, 1809.
- RANQUE (ed.) – *Lettres sur le Portugal, écrites à l'occasion de la guerre actuelle par un français établi à Lisbonne, avec des observations sur le voyage du duc de Chatelet, et des détails sur les finances de ce royaume*. Paris: Desenne, Bourdeaux, Audibert, 1801.
- ROCKWELL, Rev. Charles – *Sketches of foreign travel, and life at sea; including a cruise on board a man-of-war, as also a visit to Spain, Portugal, the south of France, Italy, Sicily, Malta, the Ionic Islands, Continental Greece, Liberia, and Brazil; and a Treatise on the Navy of the United States*. Boston: Tappan & Dennet; Philadelphia: Carey & Hart; New York: Appleton; Londres: Wiley & Putnam, 1842. 2 vol.
- RUDERS, Carl Israel – *Einige Bemerkungen über Portugal, in Briefen. Aus dem Schwedischen uebersetzt mit Anmerkungen von D. H. F. Link, Professor zu Rostock, und verschiedener Gelehrten-Gesellschaften Mitglieder*. Rostock und Leipzig: Karl Christoph Stiller, 1805.
- RUSSELL, Thomas Pougher – *Diaries of Thomas Pougher Russell's (b. 1775) tour in Spain and Portugal, 1793-1794. (With transcripts)*. Coleção dos Arquivos Soho do Arquivo Municipal da cidade de Birmingham, Inglaterra. 660350-660351 [ZZ324].
- SCHAUMANN, August Ludolph Friedrich – *Kreutz-und Querzuege von A. L. F. S. aus Hannover, Deputy Assistant Commissary General in englischen Diensten, bearbeitet von seinem Enkel Major Conrad von Holleuffer*. In *Deutsche Rundschau*. Bruno Hake (ed.), Berlin: Verlag von Gebrueder Paetel (1916-1919).
- SEMPLE, Robert – *Observations on a Journey through Spain and Italy to Naples; And thence to Smyrna and Constantinople: Comprising a Description of the Principal Places in that Route, and Remarks on the present Natural and Political state of those Countries*. Londres: C. & R. Baldwin, 1807. 2 vol.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *A visit to Portugal and Madeira*. London: Chapman & Hall, 1854.
- TEXIER, Joseph Peter – *Reise durch Spanien und Portugal und von da nach England*. Herausgegeben von Ludwig Koch. Erst Abtheilung, Hamm: Verlag von Schulz und Wundermann, 1825.
- THOMPSON, Mr. – *Sailor's letters. Written to his select friends in England, during his voyages and travels in Europe, Asia, Africa, and America, from the year 1754 to 1759. 2nd ed. revised*. London: T. Becket e P. A. de Hondt, 1767. 2 vol.

- TWISS, Richard, Esq. F.R.S. – *Travels through Portugal and Spain, in 1772 and 1773. With copper plates and an appendix*. London: printed for the Author, and sold by G. Robinson, T. Becket, and J. Robson, 1775.
- WEECH, Friedrich von – *Reise über England und Portugal nach Brasilien und den vereinigten Staaten des La-Plata-Stromes waehrend den Jahren 1823 bis 1827*. Muenchen, 1831. 3 vol.
- WITHERING, William – *Journal of a voyage to Lisbon. 1793-1794*. [Manuscrito]. Coleção dos Arquivos Soho do Arquivo Municipal da cidade de Birmingham, Inglaterra. 386806 [IIR 21].
- WITTICH, Dr. Alexander – *Erinnerungen an Lissabon. Ein Gemaelde der Stadt nebst Schilderungen portugiesischer Zustaende, Bestrebungen und Fortschritte der neuesten Zeit*. Berlin: Druck und Verlag von G. Reimer, 1843.

Referências bibliográficas

- A CATALOGUE of the Books Belonging to the Library Company of Philadelphia. To Which is Prefixed a Short Account of the Institution with the Chapter, Laws and Regulations. Philadelphia: C. Sherman & Co., Printers, 1835.
- ABELIN, Johann Philipp (ed.) – *Theatrum Europæum, oder, ausfuehrliche und wahrhaftige Beschreibung aller und jeder denckwuerdiger Geschichten, so sich hin und wider in der Welt, fuernaemlich aber in Europa, und Teutschlanden [...] sich zuge-tragen haben 1617-38*. Frankfurt: M. Merian, 1643.
- ABRANTES, Duchesse de – *Souvenirs d'une Ambassade et d'un Séjour en Espagne et en Portugal, de 1808 à 1811*. Paris: Olivier, 1837. 2 vol.
- ACADÉMIE DE MACON (ed.) – *Annales de l'Académie de Macon. Société des arts, sciences, belles-lettres, et agriculture de Saône-et-Loire*. Macon: L'Académie, 1907. Terceira série. Vol. 7.
- NEALE, Adam – Review. *Blackwood's Edinburgh Magazine*. Edinburgh: W. Blackwood; London: Murray, 1818. Vol. 2 (Out. 1817-Mar. 1818).
- ADAMS, Percy G. – *Travel Literature and the Evolution of the Novel*. Lexington: University Press of Kentucky, 1983.
- ADAMS, Percy G. – Travel Literature of the Seventeenth and Eighteenth Centuries: A Review of Recent Approaches. In *Texas Studies in Literature and Languages*. 20 (1978), pp. 488-515.
- ADAMS, Percy G. – *Travelers and Travel Liars: 1660-1800*. University of California Press, 1962.
- ADAMS, Percy G. (ed.) – *Travel Literature through the Ages. An Anthology*. New York & London: Garland Publishing, Inc., 1988.
- AGNEW, John Holmes (ed.) – The East and South of Europe. In *The Eclectic Museum of Foreign Literature, Science and Art*. New York and Philadelphia: E. Littell. Vol. I, United Series (Jan.-Apr. 1843), pp. 267-284.
- AHMIRC Arquivo Histórico da Madeira – *Índices dos Registos de Casamentos*. 1ª ed. Funchal: Arquivo Regional da Madeira, 2000.
- ALLGEMEINE Deutsche Biographie. Bayerische Akademie der Wissenschaften (Muenchen) – *Historische Kommission, Bd. 21*, Leipzig: Duncker und Humboldt, 1880-.
- ALLGEMEINE Literarische Zeitung, Weimar, 1803.
- ALLGEMEINES Bildende Kuenstler. Bd. 11, 1915.
- AMARANTE, Maria Antónia – As Cadeias de Prometeu: Modos de Afirmação e Crise da Cultura Burguesa na Alemanha. In *Literatura e Sociedade Burguesa na Alemanha (séculos XVIII e XIX)*. Lisboa, 1983.
- ANNAES das Sciencias, das Artes e das Letras; Por Huma Sociedade de Portugueses Residentes em Paris. [Em linha]. Paris: Impresso por A. Bobée, Impressor da Sociedade Real Académica das Sciencias de Paris, 1820. Tomos IX e X.
- ANÓNIMO – *Anedoctes du Ministère de Sebastien-Joseph Carvalho, Comte d'Oeyras, Marquis de Pombal, sous le Regne de Joseph I, Roi de Portugal*. Varsóvia, 1794. 2 vol.
- ANÓNIMO – Commodore Edward Thompson. [Em linha]. In *A History of Kingston on Hull from Bulmer's Gazetteer. 1892. Part 13*. WORTHIES – *People of note*. [Atualizado em 3 de Março de 2007]. Disponível em: <<http://www.genuki.org.uk/big/eng/YKS/ERY/Hull/HullHistory/HullHistoryIndex.html>>.
- ANÓNIMO – General William Dalrymple. [Em linha]. In *The Peerage.com*. Disponível em <<http://www.thePeerage.com>>.
- ANÓNIMO – German Lady Novelists. In *The North British Review*. Edinburgh: W. P. Kennedy. Vol. 7 (1847), pp. 368-387.
- ANÓNIMO – Latest from the Peninsula. In *Blackwood's Edinburgh Magazine*. Vol. 61, n.º 377 (Mar. 1847).
- ANÓNIMO – Louis-Auguste-Victor, Count de Ghaisnes de Bourmont. In *The Columbia Encyclopedia*. 6th ed. Columbia University Press, 2000.

- ANÓNIMO – Recent Travellers. In *Fraser's magazine for town and country*. London: John Parker. Vol. 42 (July 1850).
- ANÓNIMO – Review of History of a Six Weeks' Tour by [Mary Shelley and Percy B. Shelley]. In *Monthly Review*. Ed. Ralph Griffiths. N.º 88 (Jan. 1819).
- ANÓNIMO – *Sammlung merkwuerdiger Nachrichten und Briefe, den abscheulichen in Frankreich und Portugal vorgehabten Koenigs- Mord betreffend, sammt beygefuegten Manifeste Sr. Koenigl. Majestaet in Portugal, worinnen die irrigen Lehren derer Jesuiten dem Publico bekannt gemacht werden*. Frankfurt und Leipzig: [s.n.], 1759.
- ANÓNIMO – Sir William Gomm. [Em linha]. In *St. Mary's Rotherhithe*. Disponível em: <<http://www.stmaryrotherhithe.org/manor-of-rotherhithe.php>>.
- ANÓNIMO – Twiss Reisen durch Portugall und Spanien. In *Englische Allgemeine Bibliothek, von mehreren Gelehrten in England ausgefertigt*. Leipzig, 1775. Vol. 2.
- ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – *A 'Assembleia Britânica' em Lisboa e a sua sede (1771-1819)*. *Separata Lisboa-Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. 21 (2º trim. 1987).
- ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – Das Riquezas do Brasil aos Gastos e Gostos de um Suiço em Lisboa. In *Ciências e Técnicas do Património da Faculdade de Letras*. Porto, 2003, Série I, vol. 2.
- ARAÚJO, Agostinho Rui Marques de – *Experiência da Natureza e Sensibilidade Pré-Romântica em Portugal. Temas de pintura e seu consumo (1780-1825)*. Porto, 1991. Dissertação de Doutoramento em História de Arte apresentada à Faculdade de Letras do Porto.
- ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de – O Desastre de Lisboa e a Opinião Pública Europeia. In *Estudos de História Contemporânea Portuguesa, Homenagem ao Professor Victor de Sá. Organização do Centro de História da Universidade do Porto*. Porto: Livros Horizonte, 1991.
- ARENDT, Hannah – *Rahel Varnhagen: The Life of a Jewess*. London: The John Hopkins University Press, 1997.
- ASCHBACH, Joseph (ed.) – *Geschichter Spaniens und Portugal's zur Zeit der Herrschaft der Almoraviden und Almahaden*. Frankfurt: [s.n.], 1833-1837. 2 vol.
- ASTBURY, Raymond – *George Cockburn: An Irish Traveler and Collector*. [Em linha]. Classic Ireland. Irlanda: University College Dublin, 1996. 3 vol. Disponível em: <<http://www.classicsireland.com/1996/Astbury96.html>>.
- BACHLEITNER, Norbert – «Uebersetzungsfabriken». Das deutsche Uebersetzungswesen in der Ersten Haelfte des 19. Jahrhunderts. In *Internationales Archiv fur Sozialgeschichte der deutschen Literatur*. Vol. 14, pp. 1-49.
- BACON, Francis – On Travel. In *The Essays or Counsells Civill and Morall of Francis Bacon*. London: Whittaker, 1851.
- BAILLIE, Marianne – *Lisbon in the years 1821, 1822, and 1823*. London: John Murray, 1824.
- BAKER, Samuel White – *The Albert N'yanza, a Great Basin of the Nile, and Exploration of the Nile Sources*. London: MacMillan, 1866.
- BARETTI, Giuseppe Marc' Antonio – *Lettere Familiari di Giuseppe Baretti a suoi tre fratelli Filippo Giovanni e Amedeo Coll'aggiunta delle lettere istruttive scritte a vari dallo stesso Baretti e tratte da' suoi scritti inediti o rari*. Milano: G. R. Malatesta, 1762-1763. 2 vol.
- BASKER, James (ed.) – Dalrymple's Travels through Spain and Portugal. In *The Critical Review, Or, Annals of Literature by a Society of Gentlemen*. London: A. Hamilton, 1777.
- BASTO, Artur de Magalhães – O Porto visto pelos Estrangeiros. In *Portugal Económico, Monumental e Artístico*. Fascículo XLI – Distrito e Cidade do Porto, 3ª Parte (Lisboa 1940).
- BATTEN, Charles L. – *Pleasurable Instruction. Form and Convention in Eighteenth-Century Travel Literature*. University of California Press, 1978.
- BAXTER, William Edward – *America and the Americans*. London: Routledge, 1855.
- BAXTER, William Edward – *Hints to Thinkers, or Lectures for the Times*. London: Routledge, 1860.
- BAXTER, William Edward – *Impressions of Central and Southern Europe*. London: Longman, 1850.
- BECKFORD, William – *Italy; with sketches of Spain and Portugal*. 2nd ed. London: R. Bentley, 1834.
- BECKFORD, William – *Recollections of an excursion to the monasteries of Alcobaça and Batalha by the author of «Vathek»*. London: R. Bentley, 1835.
- BECKFORD, William – *Vathek: An Arabian Tale*. London: Lawrence & Bulle, 1893.
- BECKER, Carolyn Oglesby – *From the Jacobins to the young Germans: The Liberal Travel Literature in Germany from 1785 to 1840*. The University of Wisconsin Press, 1974. Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Wisconsin, EUA.

- BÉGIN, Émile – *Connaissance Physique et Morale de l'Homme, ou Manuel d'anatomie-physiologique avec des règles d'hygiène à l'usage des gens du monde*. Nancy: L. Vincenot, 1837.
- BÉGIN, Émile – *Histoire de Napoléon, de sa famille et de son Époque, au Point de Vue de l'Influence des Idées Napoléoniennes sur le Monde*. Paris: Plon Frères, 1853. 6 vol.
- BÉGIN, Émile – *Lettres sur l'Histoire Médicale du nord-est de la France, mélanges d'Arquéologie et d'Histoire*. Metz, 1840.
- BELLERMANN, Christian (ed.) – *Die alten Liederbuecher der Portugiesen oder Beitrage zur Geschichte der Portugiesischen Poesie*. Berlin: [s.n.], 1840.
- BENITEZ, R. – *Terence McMahon Hughes, hispanofilo y lusitanista irlandés del siglo XIX. Cuadernos Hispanoamericanos*. Madrid. 349 (1979), pp. 92-111.
- BERCHTOLD, Count Leopold, Knight of the Military Order of St. Stephen of Tuscany &c. &c – *An Essay to direct and extend the Inquiries of Patriotic Travellers; with further Observations on the Means of preserving the Life, Health, & Property of the unexperienced in their Journeys by Land and Sea. Also a Series of Questions, interesting to Society and Humanity, necessary to be proposed for Solution to Men of all ranks, & Employments, & of all Nations and Governments, comprising the most serious Points relative to the Objects of all Travels. To which is annexed a List of English and foreign Works, intended for the Instruction and Benefit of Travellers, & a Catalogue of the most interesting European Travels, which have been publish'd in different Languages from the earliest Times, down to September 8th. 1787*. London: For the author, 1789. 2 vol.
- BERMINGHAM, Ann – *Landscape and Ideology. The English Rustic Tradition, 1740-1860*. Berkeley, Los Angeles and London: University of California Press, 1986.
- BERNARD, E. – *Briefe über England und Portugal an einen Freund*, 1808.
- BERNARD, S. – Beschreibung einer Wasserreise von Aussig nach Dresden. In *Deutsche Monatsschrift*. Leipzig: Gottlob Nathanael Fischer (ed.), Sommer 1799.
- BERNARD, S. – *An Appendix of the Description of Paris*, London, 1820.
- BERNARD, S. – *Gesammelte Blaetter*. Erster Theil, Leipzig, 1805.
- BERNARD, S. – *Kritische Auseinandersetzung meherer Stellen in dem Buch der Frau von Stael ueber Deutschland*. S. Bernard (trad.), Hannover, 1814.
- BERNARD, S. – *Leucadio Doblado, Briefe aus Spanien*. Aus dem Engl. Ueberstetzt mit einem Briefe an Herrn Dr. Tieck in Dresden, Hamburg: Campe, 1824.
- BIBLIOGRAPHIE de la France [formerly de l'Empire français] ou, Journal Général de L'Imprimerie et de la Librairie*. Paris: Chez Pillet Ainé, 1820.
- BILLARD DE VEAUX, Alexandre – *Mémoires de Billard de Veaux (Alexandre), Ancien Chef Vendéen, ou Biographie des Personnes Marcantes de la Chouannerie et de la Vendée, pour Servir à l'Histoire de France et Détourner les Habitants de l'Ouest de Toute Tentative d'Insurrection*. Paris: Lecointe et Pougin; Versailles: Barreswil, 1832.
- BIOGRAFISKT Lexicon*. Bd. 1-23, Estocolomo, Upsla, Orebro, 1835-75.
- BIOGRAPHISCHES Lexikon hervorragender Ärzte des neunzehnten Jahrhunderts*. [Em linha]. Berlin und Wien, 1901. pp 120-121. Disponível em: <<http://www.zeno.org/Pagel-1901/A/B%C3%A9gin,+Auguste-Emile>>.
- BIOGRAPHISCH-LITERARISCHES Handwoerterbuch*. Johann C. Poggendorff, 1858-.
- BIRBECK, Morris – *Notes on a Journey through France: from Dieppe through Paris and Lyons, to the Pyrennees, and back through Toulouse: in July, August, and September, 1814: describing the habits of the people, and the agriculture of the country*. Philadelphia: M. Carrey, 1815.
- BISHOP, George R., G.R.B. – Side-Lights on Napoleonic Era; Newly-Found Letters of Ralph Heathcote, a Young English Officer of the Time. [Em linha]. In *Saturday Review of Books. The New York Times*. 26 de Outubro de 1907. Disponível em: <<http://query.nytimes.com/gst/abstract.html-res=9500E1D71F30E233A25755C2A9669D946697D6CF>>.
- BLAIRIE, Ollivier de la – *Jupiter en Bonne Fortune. Suivi de Pièces Fugitives*. Paris: Gueffier, 1802.
- BLESSINGTON, Marguerite, Countess of – *A journal of the conversations of Lord Byron with the Countess of Blessington*. London: R. Bentley, 1894.
- BLESSINGTON, Marguerite, Countess of – *Idler in France*. London: H. Colburn, 1842.
- BLESSINGTON, Marguerite, Countess of – *Idler in Italy*. London: H. Colburn, 1839.
- BLUMENTHAL, H. – *Georg Lotz*. Hamburg: C. Boysen, 1934.
- BOASE, George Clement; COURTNEY, William Prideaux (ed.) – *Cornubiensis: A Catalogue of the Writings, Both Manuscript and printed of Cornishmen*. London: Longmans, Green, Reader and Dyer, 1874-82.

- BOEHSE, August (ed.) – *Curieuse und historische Reisen durch Europa, darinnen aller dieses Welt-Theil bewohnenden Voelker Ursprung, Religion, Sitten und Gebraeuche nebst der regiment-Art und ihrer Staercke oder Krieges-Macht begriffen. Nach den franzoesischen bearbeitet von August Bohse*. Leipzig, 1698.
- BOERNE, Ludwig – *Briefe aus Paris 1830-1831*. Hamburg: Hoffman und Campe, 1832-1834.
- BOHLS, Elizabeth – *Women Travel Writers and the Language of Aesthetics 1716-1818*. Cambridge University Press, 1995.
- BOONE, James Shergold – Croker's Travels. In *The British Critic, and Quarterly Theological Review*. Ed. John Henry Newman. Vol. 13 (Jan.-Jun. 1799), p. 113.
- BORM, Jan – Defining Travel: On the Travel Book, Travel Writing and Terminology. In *Perspectives on Travel Writing*. Ed. Glenn Hooper and Tim Youngs. Aldershot: Ashgate, 2004.
- BORROW, George – *The Bible in Spain; or the journeys, adventures, and imprisonments of an Englishman, in an attempt to circulate the scriptures in the Peninsula*. London, 1849.
- BORY DE SAINT-VINCENT, Jean-Baptiste-Geneviève-Marcellin – *Guide du voyageur en Espagne. Avec deux Cartes coloriées, dressés et dessinés par l'auteur*. Paris: L. Janet, 1823. 2 vol.
- BOSWELL, James – *Boswell's Life of Johnson, Including Boswell's Journal of a Tour to the Hebrides and Johnson's Diary of a Journey into North Wales*. Ed. George Birkbeck Hill. Oxford: Clarendon Press, 1887.
- BOURGOING, Jean François – *Tableau de l'Espagne Moderne*. Paris: Regnault, 1789. 3 vol.
- BOWRING, J. – Observations on the State of Religion and Literature in Spain, made during a Journey through the Peninsula in 1819. In *New Voyages and Travels*. London: Sir Richard Phillips and Co., 1820.
- BRAGA SANTOS; PIEDADE, Teresa S. Rodrigues; NOGUEIRA, Margarida Sá – *Lisboa Setecentista vista por Estrangeiros*. Livros Horizonte, 1987.
- BRAGA, Theophilo – *Historia da Universidade de Coimbra nas Soas Relações com a Instrução Publica Portuguesa*. Lisboa: Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1898. Tomo III.
- BRANCO, Manoel Bernardes – *Portugal e os Estrangeiros. Estudos de Manoel Bernardes Branco, da Academia Real das Ciências de Lisboa*. Lisboa: A. M. Pereira, 1879. 2 vol. Edição aumentada e publicada em 5 volumes entre 1893 e 1895.
- BRIGOLA, João Carlos – Coleções, gabinetes, jardins botânicos e museus em Portugal: o testemunho dos viajantes estrangeiros (1750-1900). In *Leituras. Revista da Biblioteca Nacional de Lisboa*. S. 3, n.º 3 (Abr.-Out. 1998).
- BRITO, Manuel Carlos de – *Opera in Portugal in the Eighteenth Century*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- BROOKE, Arthur de Capell, Sir – *Sketches in Spain and Morocco*. London: H. Colburn and R. Bentley, 1831.
- BROWN, Anthony Gary – The Irish Sea-Officers of the Royal Navy, 1793-1815. In *The Irish Sword. The Journal of the Military History Society of Ireland*. Vol. 21, n.º 86 (Winter 1999), pp. 393-429.
- BRYDONE, Patrick – *A tour through Sicily and Malta in a series of letters to William Beckford*. New-York: Evert Duyckinck, 1813.
- BUMSTED, J. M. (ed.) – Robert Semple. In *Dictionary of Manitoba Biography*. [Em linha]. Manitoba: University of Manitoba Press, 1999. Disponível em: <http://www.mhs.mb.ca/docs/people/semple_r.shtml>.
- BURKE, Edmund – *A Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*. London: J. T. Bolton, 1757.
- BURNAND, F. C. at al. (ed.) – *Punch or the London Charivari*. London: [s.n.], 1841-1992; 1996-2002.
- BURNHAM, Robert (ed.) – *The Napoleon Series*. [Em linha]. June 2003. Disponível em: <http://www.napoleon-series.org/military/organization/fencibles/c_fencibles1.html>.
- BUZARD, James – *The Beaten Track. European Tourism, Literature, and the Ways to Culture, 1800-1918*. Oxford University Press, 1993.
- BYRON, Lord – *Childe Harold's Pilgrimage, a Romaunt: and other poems*. London: John Murray, 1812.
- CAMPBELL, Mary B. – *The Witness and the Other World: Exotic European Travel Writing, 400-1600*. Ithaca: Cornell University Press, 1988.
- CAMPE, Joachim Heinrich – *Briefe aus Paris zur Zeit der Revolution geschrieben. Mit Erlaeterungen, Dokumenten u. E. Nachw. v. Hans Wolf Jaeger*. Braunschweig, 1790.
- CARHART, M. C. – *The science of culture in Enlightenment Germany*. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 2007.
- CARNARVON, Henry John George Herbert, 3rd Earl of – *Reminiscences of Athens and the Morea. Extract from a Journal of Travels in Greece in 1839 by the Late Earl of Carnarvon, Author of «Portugal and Galicia»*. Edited by his Son, the Present Earl. Athens: Anagnosis Books, 2008.
- CARNOCHAN, Janet – The Count de Puisaye. In *Ontario Historical Society Papers and Records*. Vol. 5 (1904).

- CARRÈRE, Joseph Barthélemy François – *Tableau de Lisbonne en 1796; suivi de lettres écrites de Portugal sur l'état ancien et actuel de ce royaume*. Paris: H. J. Jansen, 1797.
- CARR-GOMM, Francis Culling – *Handbook of the Administrations of Great Britain, 1801-1900*. London: Smith, Elder, and Co., 1901.
- CARR-GOMM, Francis Culling – *Men-at-the-bar: a biographical hand-list of the members of the various Inns of Court, including Her Majesty's judges, etc. Comp. Joseph Foster*. London: Reeves and Turner, 1885.
- CASTAÑÓN ÁLVAREZ, Juan Carlos; QUIRÓS LINARES, Francisco – La contribución de Bory de Saint-Vincent (1778-1846) al conocimiento geográfico de la Península Ibérica. Redescubrimiento de un obra cartográfica y orográfica olvidada. In *Eria*. 64-65 (2004), pp. 177-205.
- CATÁLOGO da Livraria Duarte de Sousa. Vol. I, sécs. XV a XVIII; vol. II, sécs. XIX e XX. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972-1974. 2 vol.
- CHANEY, Edward – *The Evolution of the Grand Tour: Anglo-Italian Cultural Relations since the Renaissance*. London: Frank Cass, 1998.
- CHARD, Chloe – *Pleasure and guilt on the Grand Tour: travel writing and imaginative geography, 1600-1830*. The Manchester University Press, 1999.
- CHAVES, Castelo Branco (trad., pref. e notas) – *O Portugal de D. João V visto por três forasteiros*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983. (Série Portugal e os Estrangeiros).
- CHINARD, Gilbert – *L'Amérique et le rêve exotique dans la littérature française au XVIIe et au XVIIIe siècle*. Paris: Hachette, 1913.
- CHISHOLM, Hugh (ed.) – Ida von Hahn-Hahn. In *Encyclopædia Britannica. A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information*. 11th Edition. Cambridge University Press, 1910.
- CHISHOLM, Hugh (ed.) – Sir William Maynard Gomm. In *Encyclopedia Britannica. A Dictionary of Arts, Sciences, Literature and General Information*. 11th Edition. Cambridge University Press, 1910.
- CLARA, Fernando – Entre a Literatura e a História: Verdade, Ficção e Verosimilhança (a propósito de alguns testemunhos das relações luso-alemãs). Comunicação apresentada no 2º Encontro da Associação Luso-Alemã para a Cultura e Ciência (Lisboa, 28 de Outubro de 1991). In *Aspectos da História Luso-Alemã*, Lisboa (pp. 57-68).
- CLARKE, Edward, Rev. – *A Letter to a Friend in Italy. And Verses occasioned on Reading Montfaucon*. London: Baldwin, 1755.
- CLARKE, Edward, Rev. – *Briefe von dem gegenwertigen Instande des Koenigreichs Spanien geschrieben zu Madrid, in den Jahren 1760 und 1761*. Trad. J. Tobias Kohler. Lemgo: Verlage der Meyerschen Buchhandlung, 1765.
- CLARKE, Edward, Rev. – *Briefe, die Spanische Nation betreffend*. Trad. C. H. Langer. Lübeck: Donatius, 1765.
- CLARKE, Edward, Rev. – *État présent de l'Espagne et de la nation Espagnole*. Trad. Guillaume Imbert. Paris: Veuve Duchesne, 1770. 2 vol.
- CLEMENTS, Bill – *Towers of Strength: Story of Martello Towers Worldwide*. Pen & Sword Books Ltd., 1998.
- COCKBURN, George, Sir – *A dissertation on the state of the British finances, the debt, currency, and banking, with a plan for raising thirty millions, or more, without loan or increased taxation. Also, some observations on Ireland*. London: Hatchard, 1843.
- COCKER, Mark – *Loneliness and Time: British Travel Writing in the Twentieth Century*. London: Seeker & Warburg, 1992.
- COKAYNE, G. E.; VICARY GIBBS, H. A., DOUBLEDAY, Geoffrey H.; WHITE, Duncan Warrant; WALDEN, Howard de, Lord (ed.) – Charles William Vane, 3rd Marquess of Londonderry. In *The Complete Peerage of England, Scotland, Ireland, Great Britain and the United Kingdom, Extant, Extinct or Dormant. New ed.* Gloucester U.K.: Alan Sutton Publishing, 2000. Vol. VIII.
- COLBERT, Benjamin – *Bibliography of British Travel Writing, 1780-1840: The European Tour, 1814-1818 (excluding Britain and Ireland)*. [Em linha]. Cardiff Corvey: Reading the Romantic Text. 13 (Winter 2004). Disponível em: <http://www.cardiff.ac.uk/encap/journals/corvey/articles/cc13_n01.html>.
- COLLINS, Francis – *Narrative of a tour in the west of England, made for the purpose of ascertaining the state of the inhabitants and for the promotion and encouragement of Sabbath schools*. [S.l.], 1818.
- CONWAY, Stephen – British Army Officer and the American War for Independence. In *The William and Mary Quarterly*. Third Series. Vol. 41, nr. 2 (Apr. 1984), pp. 265-276.
- COOK, Ramsay (ed.) – *Dictionary of Canadian Biography*. Toronto: University of Toronto Press, 1966.
- COOPER, William White – *On near sight, aged sight, impaired vision and the means of assisting sight*. 2nd ed. London: John Churchill, 1853.

- COOPER, William White – *On wounds and injuries of the eye*. London: John Churchill, 1859.
- COOPER, William White – *Practical remarks on near sight, aged sight and impaired vision with observations upon the use of glasses and on artificial light*. London: John Churchill, 1847.
- CORMATIN, P. M. F. Desoteux de – *A Administração de Sebastião Jozé de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Marquez de Pombal, Secretário d'Estado, e Primeiro Ministro de S.M.F. o senhor D. Jozé I. Rei de Portugal*. Trad. de Luiz Inocêncio de Pontes Ataíde e Azevedo. Lisboa: Typ. de L. C. da Cunha, 1843.
- CORMATIN, P. M. F. Desoteux de – *L'Administration de Sebastião Jozé de Mello, marquis de Pombal*. Amsterdam, 1787.
- COSTIGAN, Arthur William – *Sketches of society and manners in Portugal*. In *A series of letters from Arthur William Costigan [...] to his brother in London*. London: T. Vernor, 1787. 2 vol.
- CURTIS, Thomas (ed.) – *The London Encyclopaedia: Or, Universal Dictionary of Science, Art, Literature, and Practical Mechanics, Comprising a Popular View of the Present State of Knowledge. Illustrated by Numerous Engravings, a General Atlas, and Appropriate Diagrams*. London: T. Tegg, 1829.
- D'ALTON, John – *History of the County of Dublin*. Dublin: Alexander Thom and Co., 1902-1920.
- D'AULNOY, Madame – *Relation du voyage d'Espagne*. 1re ed. 1691. Paris: Librairie C. Klincksieck, 1926.
- DANSK Biografisk Lexicon. Kjøbenhavn: C. F. Bricka (ed.), 1887-1905.
- DARWIN, Charles – *On the origin of species by means of natural selection. Or the preservation of favoured races in the struggle for life*. London: Murray, 1859.
- DAS Gelehrte Hannover oder léxicon von Schriftstellern und Schriftstellerinnen, gelehrten Geschaeftsmaennern und Kuenslern, die seit der Reformation in und ausserhalb den saemtlichen zum jetzigen. Koenigreich Hannover gehoerigen Provinzen gelebt haben, und noch leben. Bremen: Heinrich Wilhelm Rotermond (ed.), 1823.
- DAVIS, Harold A. (ed.) – From the Diaries of a Diplomat. James S. Pike. In *The New England Quarterly*. Vol. 14, n.º 1 (Mar. 1941), pp. 83-112.
- DEMBOWSKI, Charles – *Dos Años en España durante la Guerra Civil, 1838-1840*. Barcelona: Editorial Crítica, 2008/1841.
- DENYS, M. – Notice Biographique sur M. Ranque. In *Mémoires de la Société d'agriculture, sciences, belles-lettres et arts d'Orléans*. Orléans, 1846. Série 2, vol. 7, pp. 168-177.
- DIE deutschen Schriftstellerinnen des 19. Jahrhunderts. C. W. O. A. Schindel (ed.), 1825.
- DIETHE, Carol – *Towards Emancipation*. New York: Berghahn, 1998.
- DOLAN, Brian – *Ladies of the Grand Tour*. London: Flamingo, 2001.
- DUMOURIEZ, Charles-François – *Mémoires du Général Dumouriez, écrits par lui-même*. Hamburg et Leipzig, 1794. 2 vol.
- DUMOURIEZ, Charles François – *An account of Portugal, as it appeared in 1766 to Dumouriez since a celebrated general in the French Army. Printed at Lausanne in 1775*. London: C. Law, 1797.
- DUMOURIEZ, Charles-François – *La vie et les mémoires du Général Dumouriez, avec des notes et des éclaircissements historiques*. Ed. Berville, Saint-Albin e Barrière. Paris: Baudouin Frères, 1822-1823. 4 vol.
- DUMOURIEZ, Charles-François – *Mémoires du général Dumouriez (...) Suite des Mémoires du général Dumouriez (...)* Paris: Firmin-Didot frères, 1848. 2 vol.
- DUMOURIEZ, Charles – *O Reino de Portugal em 1776*. Int. Ant. Ventura; trad. Margarida Reffóios; Rev. Artur Cunha. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2007.
- EHRHARDT, Marion; HESS, Rainer; SCHMIDT-RADEFELT, Jurgen (ed.) – As Primeiras Notícias Alemãs acerca da Cultura Portuguesa. In *Portugal-Alemanha. Estudos sobre a Recepção da Cultura e da Língua Portuguesa na Alemanha*. Coord. Karl Heinz Delille. Coimbra, 1980.
- ELIOT, T. S. – *Little Gidding*. London: Faber and Faber, 1942.
- ELLIS, George; CANNING, George – Spanish Affairs. *Quarterly Review*. Vol. 2, n.º 3 (August 1809), pp. 203-234.
- ERSCH, Johann Samuel – *Nachtrag zum Gelehrte Frankreich von 1771 bis 1796. Supplément à La France Littéraire, contenant les auteurs français de 1771 á 1796. Contenant outre les additions et Corrections, Les Nouveaux Articles jusqu'en 1800*. Hamburg: Hoffman, 1802.
- ESCHWEGE, W. L. – Bemerkungen auf einer Reise nach der Provinz Alemtejo (sic) in Portugal. In *Geographische Ephmeride*, Bd. IV, 1818.
- ESDAILE, Charles J. – The Peninsular War: a review of recent literature. In *The Historian*. London. Vol. 64 (1999), pp. 9-12.
- EUSTACE, John Chetwode – *A Letter from Paris, to George Petre, Esq*. London: J. Mawman, 1814.

- FARINELLI, Arturo – *Viajes por España y Portugal desde la Edad Media hasta el Siglo 20. Nuevas y Antiguas Divagaciones Bibliograficas*. Roma: Reale Academia d'Italia. Tomos I e II, 1942; Tomo III, 1944; Tomo IV, 1979.
- FIELDING, Henry, Esq. – *Journal of a Voyage to Lisbon*. London: Printed for A. Millar, 1755.
- FISHER, Richard Barnard, Esq. – *A Practical Treatise on Copyhold Tenure, with the methods of holding courts-leet, court-baron, an appendix containing forms of entries, and a variety of precedents*. London: J. Butterworth, 1794.
- FISHER, Richard Barnard, Esq. – *Of the Importance of the Cape of Good Hope as a Colony to Great Britain*. London, 1814.
- FORSTER, Georg Adam – *A voyage round the world in his Britannic Majesty's sloop Resolution, commanded by Captain James Cook, during the years 1772, 3, 4 and 5*. Ed. B. White, J. Robson, P. Elmsly & G. Robinson. London, 1777.
- FOSTER, Shirley – *Across New Worlds: Nineteenth-Century Women Travellers and Their Writings*. London: Harvester Wheatsheaf, 1990.
- FRANCIS, A. D. – The Fantasy War of 1762-63. The Campaign in Portugal, 1762. In *Journal of the Society for Army Historical Research*. [Em linha]. Vol. 64, n.º 237 (Spring 1981). Disponível em: <<http://mysite.wanadoomembers.co.uk/wwars/portugal.html>>.accessed July 08>.
- FREDERIKSEN, Elke; ARCHIBALD, Tamara – *Der Blick in der Ferne. Zur Reiseliteratur von Frauen*. In *Frauen Literatur Geschichte. Schreibende Frauen vom Mittelalter bis zur Gegenwart*. Stuttgart: Ed. Hiltrud Gnuég und Renate Moerhmann, 1985.
- FREEMAN, Frederick – *The History of Cape Cod: The Annals of Barnstable County*. Boston: Printed for the Author, 1862. 2 vol.
- FREIXA, Consol – *Imágenes y Percepción de la Naturaleza en el Viajero Ilustrado*. In *Scripta Nova. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales*. Universidad de Barcelona. N.º 42 (15 junio 1999).
- FULTON, John F. – The Place of William Withering in Scientific Medicine. In *Journal of the History of Medicine and Allied Sciences*. Oxford University Press, 1953.
- GALETTI, Johann Georg A. (ed.) – *Geschichte von Spanien und Portugal*. Erfurt, 1809.
- GARCÍA-ROMERAL, Carlos – *Bibliografía de viajeros españoles (siglos XVI-XVII); Bibliografía de viajeros españoles (siglo XVIII); Bio-bibliografía de viajeros españoles (siglo XIX); Biobibliografía de viajeros españoles (1900-1936); Bio-bibliografía de viajeros por España y Portugal (siglo XVIII); Bio-bibliografía de viajeros por España y Portugal (siglo XIX); Biobibliografía de viajeros por España y Portugal (siglos XV-XVI y XVII)*. Madrid: Ollero & Ramos, 2001.
- GARLAND, Aileen – He Was There. [Em linha]. In *Manitoba Pageant. Manitoba Historical Society*. Vol. 3, n.º 2 (January 1958). Disponível em: <<http://www.mhs.mb.ca/docs/pageant/03/hewasthere.shtml>>.
- GATHY, Franz August – *Briefe aus Paris, geschrieben waehrend der grossen Volkswache im Juli 1830 von einem deutschen Augenzeugen an seinen Freund in Deutschland*. Hamburg: Hoffman und Campe, 1831.
- GAUTIER, Théophile – *Voyage en Espagne*. Paris: G. Charpentier, 1845.
- GEBAUER, Georg Christian – *Portugiesische Geschichte, von den aeltesten Zeit dieses Volks bis auf itzige Zeiten*. Leipzig, 1759.
- GEOGRAPHIE, *Geschichte und Statistik der europäischen Staaten. Portugal. Espanha*. Lemgo: Verlage der Meyerschen Buchhandlung, 1782.
- GERBER, L. – *The Oxford Companion to J. M. W. Turner*. [Em linha]. N.º 16 (Jun. 2001). Disponível em: <<http://www.cosmopolis.ch/english/cosmo16/turner.htm>>.
- GHOSE, Indira – *Women Travellers in Colonial India: The Power of the Female Gaze*. New Delhi: Oxford University, 1998.
- GILPIN, William – *Three Essays: On Picturesque Beauty, On Picturesque Travel, and On Sketching Landscape*. London: Strand, 1792.
- GOETHE, Johann Wolfgang von – *Italienische Reise. Mit 40 Zeichn. d. Autors. hrsg. u. mit e. nachw. vers. von Christoph Michel*. Frankfurt am Main: Insel-Verlag, 1976.
- GÓMEZ DE LA SERNA, Gaspar – *Los viajeros de la Ilustración*. Madrid: Alianza Editorial, 1974.
- GREATHEED, Samuel et al. (eds.) – A few remarks on Portugal. In *The Eclectic Review*. London, England: 1805.
- GRIEP, Wolfgang und Annegret Pelz – *Frauen reisen. Ein bibliographisches Verzeichnis deutschsprachiger Frauenreisen 1700 bis 1810*. Bremen: Edition Temmen, 1995.
- GRIFFITHS, Ralph (ed.) – Croker's Travels through Spain, &c. In *The Monthly Review; or Literary Journal*. London: R. Griffiths. Series 2, vol. 32 (May-Aug. 1800).
- GRIFFITHS, Ralph (ed.) – Miscellaneous. In *The Monthly Review; or Literary Journal*. London: R. Griffiths. Series 2, vol. 32 (May-August 1800).
- GRIFFITHS, Ralph (ed.) – Review of A treatise on the defence of Portugal by William Granville Eliot. In *The Monthly Review; or Literary Journal*. London: Becket and Porter, 1812. Vol. 67 (January-April), pp. 396-406.

- GROSSE *judische National-Biographie mit mehr als 8000 Lebensbeschreibungen namhafter juedischer Maenner und Frauen aller Zeiten und Laender; ein Nachschlagewerk fuer das juedische Volk und dessen Freunde*. Salomon Winiger (ed.), Czernowitz, 1927.
- GWYNN, Dennis – *Young Ireland and 1848*. Cork University Press, 1949.
- HAEBERLIN, Karl Ludwig (ed.) – *Romantische Erzaehlungen aus Portugal Geschichte*. Frankfurt, 1834.
- HAINES, Seldon – *A Biographical Sketch of the Class of 1826, Yale College. In Accordance With a Resolution Adopted at the Meeting of the Class in 1846: Comp. at the Request of the Committee*. Michigan Historical Reprint Series. Scholarly University of Michigan Publishing Office, 2005.
- HALE, S. J. B.; LOSSING, B. J. – *Ida Maria Louisa Frederica Gustava, Countess of Hahn-Hahn*. In *Woman's Record: Or, Sketches of All Distinguished Women, from the Beginning till A. D. 1850*. New York: Harper and Brothers, 1853, pp. 683-686.
- HAMBERGER, Georg Christoph; MEUSEL, Johann Georg – *Das Gelehrte Teutschland, oder Lexikon der jetzt lebenden teutschen Schriftsteller*. Lemgo: Verlage der Meyerschen Buchhandlung, 1834.
- HAMMOND, Peter W. (ed.) – *The Complete Peerage or a History of the House of Lords and All its Members from the Earliest Times*. Stroud, Gloucestershire, U.K.: Sutton Publishing, 1998.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Cecil*. Berlin: A. Duncker, 1843.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Die Glöcknerstochter*. Berlin: A. Duncker, 1871.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Ein Reiseversuch im Norden*. Berlin: A. Duncker, 1843.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Erinnerungen aus und an Frankreich*. Berlin: A. Duncker, 1842.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Graefin Faustina*. Berlin: A. Duncker, 1845.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Jenseits der Berge*. Leipzig: Brockhaus, 1840.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Legende der Heiligen*. Berlin: A. Duncker, 1854-1856.
- HAHN-HAHN, Ida von – *Orientalische Briefe*. Berlin: Duncker, 1844.
- HARDIN, James; SIEGFRIED, Mews (eds.) – *Nineteenth-Century German Writers to 1840*. Detroit: Gale, 1993.
- HAWKESWORTH, John et al. (ed.) – *An account of the voyages undertaken by the order of His present Majesty, for making discoveries in the southern hemisphere, and successively performed by Commodore Byron, Captain Wallis, Captain Carteret, and Captain Cook, in the Dolphin, the Swallow, and the Endeavour: drawn up from the journals which were kept by the several commanders, and from the papers of Joseph Banks, esq.* Dublin: J. Williams, 1775.
- HEINE, Heinrich – *Reisebilder*. Hamburg: Hoffmann und Campe, 1826-1831.
- HENWOOD, Oliver; COAD, George – *A brief memoir of George Coad, of Saltash, Cornwall*. Cornwall, 1841.
- HEERINGEN, Gustav von – *Ein Ausflug nach England*. Mueller, Gotha, 1941.
- HILTON, Ronald – *Le Premier des Célèbres Voyageurs Anglais: Edward Clarke, Calomniateur Calomnie*. [Em linha]. In *La Légende Noire au 18e Siècle: Le Monde Hispanique Vu du Dehors*. Historical Text Archive, 2003. Disponível em: <<http://www.historicaltextarchive.com/books.php-op=viewbook&bookid=8&cid=4>>.
- HILTON, Ronald – *The Significance of Travel Literature, with Special Reference to the Spanish-and Portuguese-Speaking World*. In *Hispania*. Vol. 49, n.º 4 (Dec. 1966), pp. 836-845.
- HILTON, Ronald – *Un Homme de Science Hispanophile: Richard Twiss, F.R.S.* [Em linha]. In *La Légende Noire au 18e Siècle: Le Monde Hispanique Vu du Dehors*. Historical Text Archive, 2003. Disponível em: <<http://www.historicaltextarchive.com/books.php-op=viewbook&bookid=8&cid=8>>.
- HODGEN, Margaret T. – *Early Anthropology in the Sixteenth and Seventeenth Centuries*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1964.
- HODGSON, Thomas (ed.) – *The London Catalogue of Books Published in Great Britain*. England: Oxford University, 1851.
- HOEFFER, Jean Chrétien Ferdinand (ed.) – *Nouvelle biographie générale depuis les temps les plus reculés jusqu'à nos jours avec les renseignements bibliographiques et l'indication des sources à consulter*. Paris: Firmin Didot Frères, 1855.
- HOFFMANN, K. Fr. Vollrath (ed.) – *Bemerkungen ueber Lissabon und die Bewohner Portugals, nach v. Weech's Reise*. In *Jahrbuch der Reisen und neuestern Statistik*, I, Stuttgart: [s.n.], 1833, pp. 126-174.
- HOOPER, Glenn; YOUNGS, Tim (ed.) – *Perspectives on Travel Writing*. Ashgate Publishing, Ltd., 2004.
- HORNER, G. R. B., M.D., Surgeon U.S.N., &c. – *Diseases and Injuries of Seamen: with Remarks on their Enlistment, Naval Hygiene, and the Duties of Medical Officers*. Philadelphia, 1854.
- HORNER, GUSTAVUS R. B. – *Medical topography of Brazil and Uruguay: with incidental remarks*. Philadelphia: Lindsay and Blakiston, 1845.

- HORNER, Frederick – *The History of the Blair, Banister, and Braxton families before and after the revolution: With a brief sketch of their descendants*. J. B. Lippincott Company, 1897.
- HOWARD, Joseph Jackson; ENGLAND, Frederick; CRISP, Arthur; College of Arms (Great Britain) – *Visitation of England and Wales*. Priv. Printed, 1899.
- HUGHES, Terence MacMahon – *Iberia Won. A Poem Descriptive of the Peninsular War: with Impressions from Recent Visits to The Battle-Grounds, and Copious Historical and Illustrative Notes*. London: Longman, 1847.
- HUGHES, Terence MacMahon – *Revelations of Spain in 1845 by an English Resident*. London: Henry Colburn, 1845. 2 vol.
- HUGHES, Terence MacMahon – *The Biliad, or, How to criticize; a satire, with the dirge of repeal, and other Jeux d'Esprit*. London: Printed for the Author, 1846.
- HUGHES, Terence MacMahon – *The Ocean flower: a poem: preceded by an historical and descriptive account of the Island of Madeira, a summary of the discoveries and chivalrons history of Portugal and an essay on Portuguese literature*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans, 1845.
- HUNT, John D. – *The Genius of the Place: The English Landscape Garden 1620-1820*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1990.
- HUSSEY, Christopher – *The Picturesque. Studies in a Point of View*. London: Frank Cass and Company Limited, 1967.
- JAMESON, Anna – *Diary of an Ennuyee*. London, 1826.
- JEFFERIES, F. etc. (ed.) – The Earl of Carnarvon. Obituary. In *The Gentleman's Magazine*. Vol. 33 (Jan.-Jun 1850).
- JESERICH, Kurt G. A und Helmut Neuhaus (ed.) – *Persoenlichkeiten der Verwaltung. Biographien zur deutschen Verwaltungsgeschichte 1648-1945*. Stuttgart, Berlin, Koeln, 1991.
- JEYES, S. H. – *The Russells of Birmingham in the French Revolution and in America 1791-1814*. London: George Allen & Co., Ltd., 1911.
- JOHNSON, Samuel – *The Rambler: in four volumes*. Vol. 2. London: J. Payne, and J. Bouquet, 1751.
- JONES, P. – *Fraternising with the Enemy: Problems of Identity during the French Revolution and the Napoleonic Wars*. In *French History and Civilization. Papers from the George Rudé Seminar*. Ed. I. Collier, H. Davies, and J. Kalman. 2005. Vol. 1.
- JOURNAL Politique et Litteraire de Toulouse et de la Haute-Garonne*. N.º 154 (Mardi, 27 Décembre 1825).
- JUNG, F. – Émile Auguste Bégin (1802-1888) Officier de Santé, Médecin, Historian, Bibliothécaire. [Em linha]. In *Histoire des Sciences Médicales*. Vol. 33, n.º 1 (1999). Disponível em: <<http://books.google.com/books-id=3EN15UIEWoC&pg=PA333&lpg=PA333&dq=auguste-emile+begin&source=web&ots=11NRXTc6fj&sig=2e5VffwDQAmk0WEnLVkKwV2uqE&hl=en>>.
- KAISEN, Wilhelm – America-Bremen Ties. In *Information bulletin. The History Collection of the University of Wisconsin*. (Feb. 1953), pp. 3-6.
- KANT, Immanuel – *Geschichte und Naturbeschreibung der merkwuerdigsten Vorfalle des Erdbebens, welches an dem Ende des 1755sten. Jahres einen grossen Theil der Stadt erschuettert hat*. Koenigsberg, 1756.
- KAUFMAN, Paul – *Borrowings from the Bristol Library, 1773-1784: A Unique Record of Reading Vogues*. Charlottesville: Bibliographical Society of the University of Virginia, 1960.
- KEELER R. – Antique ophthalmic instruments and books: the Royal College Museum. [Em linha]. In *British Journal of Ophthalmology*. (July 2002). [Citado em June 12, 2008]. Disponível em: <<http://www.pubmedcentral.nih.gov/articlerender.fcgi-artid=1771193>>.
- KEMP, Friedrich (ed.) – *Rahel Varnhagen und ihre Zeit. (Briefe 1800-1833)*. Muenchen, 1968.
- KINSEY, William Morgan – *Portugal illustrated in a series of letters*. London: Treuttel, Wurtz, and Richter, 1828.
- KNOX, J. (ed.) – *A New Collection of Voyages, Discoveries and Travels: Containing Whatever is Worthy of Notice in Europe, Asia, Africa and America in Respect to the Situation and Extent of Empires, Kingdoms and Provinces, Their Climates, Soil, Produce &c., with the Manners and Customs*. London: J. Knox, 1767.
- KOELB, Clayton; NOAKES, Susan – *The Comparative Perspective on Literature Approaches to Theory and Practice*. Cornell University Press, 1988.
- KRAFT, Helga – Ida Gräfin von Hahn-Hahn. In *Nineteenth-Century German Writers to 1840*. Ed. James Hardin and Siegfried Mews. Detroit: Gale, 1993, pp. 150-155.
- KROLL, Frank-Lotar – Minutoli, preuss. Staatsmann. In *Allgemeine Deutsche Biographie*. Berlin: Melander-Moller, 1994.
- LAW, Sue – Adam Neale. [Em linha]. In *Short Barrels and Long Bumpers*. Optical Fibre Technology Centre, University of Sydney. Disponível em: <<http://www.person.usyd.edu.au/~slaw/SuesPage/Neale/index.htm>>.

- LEE, M. R. – William Withering (1741-1799): A Birmingham Lunatic. In *Proceedings of the Royal College of Physicians*. Edinburgh, 2001, pp. 77-83.
- LEE, Sidney (ed.) – Edward Quillinan. In *Dictionary of National Biography*. London: Smith, Elder, & Co., 1899. Vol. LVIII.
- LEED, Eric J. – *The Mind of the Traveler: From Gilgamesh to Global Tourism*. New York: Basic Books, 1991.
- LEVINAS, E. – *Totalité et infini. Essai sur l'extériorité*. The Hague: Martinus Nijhoff, 1971.
- LICHNOWSKY, Felix, Fuerst von – *Portugal. Erinnerungen aus dem Jahre 1842*. Mainz, 1843.
- LICHNOWSKY, Felix, Príncipe de – *Portugal. Recordações do ano de 1842. Trad., pref. e notas de Castelo Branco Chaves*. Lisboa: Edições Ática, 1845. (Série Portugal e os Estrangeiros).
- LINDSAY, Maurice – The Rev. William Dalrymple (1723-1814). [Em linha]. In *The Burns Encyclopedia Online*. Disponível em: <<http://www.robertburns.org/encyclopedia/index.shtml>>.
- LINK, Heinrich Friedrich, Professor zu Rostock, und verschiedener Gelehrten-Gesellschaften Mitglieder – *Bemerkungen auf einer Reise durch Frankreich, Spanien, und vorzueglich Portugal*. Kiel, in der neuen Academischen Buchhandlung, in Comission Helmstaedt und Braunschweig, bey C. G. Fleckeisen, 1801-1804. 3 vol.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Notas de uma viagem a Portugal e através de França e Espanha*. Trad., introd. e notas Fernando Clara; rev. Graça Pais Ferreira. Lisboa: Biblioteca Nacional, 2005.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Resa genom Frankrike, spanien och i synnerhet Portugall; Aren 1797 och foljande. Sammandrag. Trad. Oedmann*. Estocolmo, 1802.
- LINK, Heinrich Friedrich – *Voyage en Portugal, depuis 1797 jusqu'en 1799. Par M. Link, Membre de plusieurs societies savants. Suivi d'un Essai sur le Commerce du Portugal. Traduit de l'Allemand, Tome I, Tome II*. À Paris: Chez Levrault, Shcoell et C.ie. Libraires, 1803.
- LOCKE, John – *An essay concerning human understanding*. Oxford: Clarendon Press, 1894.
- LOCKWOOD, Allison – *Passionate Pilgrims: The American Travel in Great Britain, 1800-1914*. Rutherford, N.J.: Fairleigh Dickinson University Press, 1981.
- LONDONDERRY, Charles William Vane, Marchess of – *Journal of a Tour in the Southern Parts of Spain, &c*. London: Privat. printed, 1840.
- LONDONDERRY, Charles William Vane, Marchess of – *Memoir and Correspondence of Viscount Castlereagh, second Marquess of Londonderry. Edited by his brother*. London, 1848-53. 12 vol.
- LONDONDERRY, Charles William Vane, Marchess of – *Narrative of the war in Germany and France, in 1813 and 1814*. London: H. Colburn and R. Bentley, 1830.
- LONDONDERRY, Charles William Vane, Marchess of – *Recollections of a Tour in the North of Europe in 1836-1837*. London: R. Bentley, 1838.
- LONDONDERRY, Charles William Vane, Marchess of – *Story of the peninsular war*. London: Colburn, 1828; London: Empiricus Books, 2002.
- LONDONDERRY, Charles William Vane, Marchess of – *Substance of the speech of the marquis of Londonderry delivered in the House of Commons, on Friday, the 15th day of February, 1822, on the subject of the agricultural distress of the country, and the financial measures proposed for its relief. With an appendix, containing the several accounts referred to*. London: J. Hatchard and Son, 1822.
- LOTZ, Georg (ed.) – *A. Oehlenschlägers Briefe in die Heimath auf einer Reise durch Deutschland und Frankreich. Aus dem Dänischen übersetzt von G. Lotz*. Hamburg, 1820.
- LOTZ, Georg (ed.) – *Briefe in die Heimath. Geschrieben auf einer Reise nach England, Italien, der Schweiz und Deutschland*. Hamburg, 1833.
- LOTZ, Georg (ed.) – *Originalien aus dem Gebiete der Wahrheit und Laune, Kunst und Phantasie*. Hamburg, 1817-1847.
- LOWNDES, William Thomas – *The Bibliographer's Manual of English Literature: Containing an Account of Rare, Curious, and Useful Books [...]*. W. Pickering, 1834.
- MACHADO, A. Reis – Catálogo Bibliográfico das Obras Estrangeiras sobre Portugal existentes na Biblioteca Nacional. In *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal. Revista trimestral de bibliografia, bibliologia, biblioteconomia, arquivologia, etc.* 2ª série. Lisboa, Tipografia da Biblioteca Nacional, 1900-1922.
- MAGALHÃES, Francisco José – *John Cam Hobhouse e Portugal: Diário de Viagem, 1809*. Livros Horizonte, 1993.
- MANN, Ronald D. – William Withering and Lisbon. [Em linha]. In *Pharmacoepidemiology and Drug Safety. John Wiley & Sons, Ltd*. Vol. 6, issue S 3 (1997), s1-s4. Disponível em: <[http://dx.doi.org/10.1002/\(SICI\)1099-1557\(199710\)6:3+<S1::AID-PDS 3093.0.CO;2-A](http://dx.doi.org/10.1002/(SICI)1099-1557(199710)6:3+<S1::AID-PDS 3093.0.CO;2-A)>.

- MANWARING, Elizabeth Wheeler – *A Study Chiefly of the Influence of Claude Lorrain and Salvator Rosa on English Taste. 1700-1800*. New York: Oxford University Press, American Branch, 1925. (The Wellesley Semi-Centennial Series).
- MARSHALL Sir William Maynard Gomm. Obituary. In *The New York Times*. 16 March 1875.
- MARCH, Charles W. – *Daniel Webster and His Contemporaries. 4th ed.* New York: C. Scribner, 1859.
- MARTIN, Alison E. – *Moving Scenes: The Aesthetics of German Travel Writing on England 1783-1820* (Studies in Comparative Literature 13). Legenda: Oxford, 2008.
- MATHESON, P. E. (ed.) – *Travels of Carl Philipp Moritz in England in 1782*. London: H. Milford, 1926.
- MATTHEWS, Henry – *The diary of an invalid: being the journal of a tour in pursuit of health in Portugal, Italy, Switzerland, and France in the years 1817, 1818, and 1819*. London: John Murray, 1820.
- MELMAN, Billie – *Women's Orients: English Women and the Middle East, 1718-1918*. London: Macmillan, 1992.
- MENDONÇA, Duarte Miguel Barcelos – Impressões de um Yankee sobre a Madeira. In *Portuguese Times*. New Bedford, Mass. N.º 1845 (1 Nov. 2007), N.º 1846 (8 Nov. 2007).
- MENDONÇA, Duarte Miguel Barcelos – John Howard March, Cônsul Americano na Madeira no século XIX. Mercador de vinho e construtor da Quinta da Magnólia. In *Portuguese Times*. New Bedford, Mass. N.º 1859 (7 Feb. 2007).
- MICHEL, Roland Francisque – *Les portugais en France: les français en Portugal*. Paris: Guillard, Aillaud, & cie, 1882.
- MICKLE, William Julius (trad.) – *The Lusiad: Or, The Discovery of India. An Epic Poem. Translated from the original Portuguese of Luíz de Camões*. Dublin: John Archer, 1776.
- MILFORD, John, Jun. – *Norway and her Laplanders in 1841; with a few hints to the salmon fisher*. London: Murray, 1842.
- MILFORD, John, Jun. – *Observations on the Proceedings of Country Bankers during the last thirty Years*. London: Longman & Co. 1825.
- MILFORD, John, Jun. – *Observations, moral, literary, and antiquarian, made during a tour through the Pyrenees, south of France, Switzerland, the whole of Italy, and the Netherlands, in 1814 and 1815*. London: Printed by T. Davison, Whitefriars, for Longman, 1818. 2 vol.
- MILFORD, John, Jun. – *Rome as it was under Paganism, and under the Popes*. London, 1843. 2 vol.
- MILL, Hugh Robert (ed.) – *Catalogue of the Library of the Royal Geographic Society*. London: John Murray, 1865.
- MILNES, Richard Monckton, 1st Baron Houghton – *Memorials of a Tour in some Parts of Greece, Chiefly Poetical*. London: Edward Moxon, 1834.
- MINKELS, Dorthea – *1848 gezeichnet: Der Berliner Polizeipräsident Julius von Minutoli*. Berlin: DeMi-Verlag, 2003.
- MINUTOLI, Julius Rudolph von – *Über das roemische Recht auf dem linken Rheinufer*. Berlin, 1831.
- MONTAGU, Jennifer – *Antonio Arrighi: a silversmith and bronze founder in Baroque Rome*. Assisi: Tau, 2009.
- MONTAIGNE, Michel de – Des Cannibales. In *Essais I*. 1580. Paris: Ed. Pierre Michel, 1965.
- MOORE, Thomas (ed.) – *Letters and Journals of Lord Byron*. London: J. Murray, 1833.
- MUNDT, Theodor – Briefe aus London, im Sommer 1837. In *Spaziergaenge und Weltfahrten*. Altona: Hammerisch, 1838. Bd. 1.
- MUÑOZ Y ROMERO, Tomás – *Diccionario Bibliográfico-Histórico De Los Antiguos Reinos, Provincias, Ciudades, Villas, Iglesias Y Santuarios De España*. Madrid: Rivadeneyra, 1858.
- MURPHY, Arthur – *The Works of Samuel Johnson, LL.D. A New Edition with an Essay on His Life and Genius*. London: S. & R. Bentley, 1823.
- MURPHY, James Cavanagh – *A General View on the State of Portugal, containing a Topographical Description thereof. In which are included, an Account of the Physical and Moral State of the Kingdom; together with Observations on the Animal, Vegetable, and, Mineral Productions of its Colonies. The whole compiled from the best Portuguese writers, and from Notices obtained in the Country*. London: Strahan, Cadell and Davies, 1798.
- MURPHY, James Cavanagh – *Plans, Elevations, Sections and Views of the Church of Batalha, in the Province of Estremadura in Portugal, with the History and Description by Fr. Luis de Sousa with Remarks. To Which is Prefixed an Introductory Discourse on the Principles of Gothic Architecture*. London: I & J. Taylor, 1795.
- MURPHY, James Cavanagh – *Travels in Portugal; through the Provinces of Entre Douro e Minho, Beira, Estremadura, and Alem-Tejo, in the Years 1789 and 1790. Consisting of Observations on the Manners, Customs, Trade, Public Buildings, Arts, Antiquities &c. of that Kingdom*. London: Strahan, Cadell and Davies, 1795.
- MYERLY, Scott Hughes – *British Military Spectacle: From the Napoleonic War Through the Crimea*. Harvard University Press, 1996.
- NAMIER, Lewis, Sir; BROOKE, James – UK Parliament constituency. In *History of Parliament: House of Commons 1754-1790*. London: Sidgwick & Jackson, 1964.

- NAPIER, W. F. P. – *History of the War in the Peninsula and in the South of France from the Year 1807 to the Year 1814*. Oxford: David Christy, 1836.
- NASH, Dennison – *Of What Use Is Travel Literature to Ethnography? Comment at a panel on Travel Literature and Ethnography*. 82nd Annual Meeting of the American Anthropological Association, Chicago, November 16-20, 1982.
- NEALE, Adam – The Spanish Campaign of 1808 by Adam Neale, M.D. F.L.S. Physician to the Forces. In *Constable's Miscellany of Original and Selected Publications in the various Departments of Literature, Science, & the Arts*. Edinburgh: Constable & Co.; London: Hurst, Chance & Co., 1828.
- NEALE, Adam – *Travels through some parts of Germany, Poland, Moldavia, and Turkey*. By Adam Neale, M. D. late physician to the British Embassy at Constantinople, and physician to the forces. London: Longman, 1818.
- NETO, Maria João Baptista – Wilhelm Ludwig von Eschwege (1777-1855), um percurso cultural e artístico entre a Alemanha, o Brasil e Portugal. In *Actas do VII Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte*. Faculdade de Letras do Porto, Porto, 2007, pp. 385-392.
- NEUBER, Wolfgang – Zur Gattungspoethik des Reiseberichts. Skizze einer historischen Grundlegung im Horizont von Rhetorik und Topik. In *Der Reisebericht. Die Entwicklung einer Gattung in der deutschen Literatur*. Ed. Peter Brenner. Frankfurt-am-Main: Suhrkamp Taschenbuch, 1989.
- NEUE Deutsche Biographie, Bayerische Akademie der Wissenschaften (Muenchen) – Historische Kommission, Leipzig: Dunccker und Humboldt, 1953.
- NEUER Nekrolog der Deutschen. In *Deutsches Biographisches Archiv*, J g. 15. 1837 (1839).
- NICHOLS, John – *Literary Anecdotes of the XVIII Century. Comprizing Biographical Memoirs of William Bowyer, Printer, F.S.A. and many of his learned friends; an incidental view of the progress and advancement of literature in this kingdom during the last century; and biographical anecdotes of a considerable number of eminent writers and ingenious artists; with a very copious index*. London: Printed for the Author, 1812-15.
- NICOLSON, Marjorie Hope – *Mountain Gloom and Mountain Glory*. New York: Cornell University Press, 1959.
- NUGENT, Thomas *et al.* – *The Grand Tour*. London: S. Birt, D. Browne, A. Millar and G. Hawkins, 1749.
- ORMSBY, James Wilmot – *A Sermon, preached in the cathedral church of Limerick, On Thursday, the 29th of November last, The day appointed [...] for a General Thanksgiving; by the Rev. James Wilmot Ormsby, A.M. Rector of Bray, minister of St. George's, Limerick, and chaplain to the Right Hon. Lord Glentworth. Published by desire of the Mayor*. Limerick: Printed by A. Watson, 1798.
- OSBERNO – *A Conquista de Lisboa aos Mouros. Relato de um cruzado*. Ed., trad. e notas de Aires. A. Nascimento, introd. de Maria João V. Branco. Lisboa: Vega («Obras Clássicas da Literatura Portuguesa. Literatura Medieval, 96»), 2001.
- PAGEL, J. – *Biographisches Lexikon hervorragender Aerzte des neunzehnten Jahrhunderts*. Berlin und Wien, 1901.
- PALMER, Melvin D. – Madame d'Aulnoy in England. In *Comparative Literature*. (Summer 75). Vol. 27, issue 3 (1975), pp. 237-53.
- PARDOE, Julia – *Traits and traditions of Portugal. Collected during a residence in that country*. London, 1833. 2 vol.
- PATAKY, Sophie – *Lexicon deutscher Frauen der Feder. Eine Zusammenstellung der seit dem Jahre 1840 erschienenen Werke weiblicher Autoren, nebst Biographien der lebenden und einem Verzeichnis der Pseudonyme*. 1838. Bd. 1.
- PAULINO KULMACZ, Maria Clara Loureiro Borges – *Arte e Património em Portugal: olhares norte-europeus entre a segunda metade do século XVIII e a primeira metade do século XIX*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001. Dissertação de Mestrado em História da Arte em Portugal apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PAULINO, Maria Clara Loureiro Borges – *Olhares de europeus e norte-americanos em viagem por Portugal. Fontes para estudos de Arte e Património (ca. 1750-1850)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2009. Tese de Doutoramento em História da Arte apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PAXMAN, David B. – *Voyage into Language: Space and the Linguistic Encounter, 1500-1800*. Ashgate Publishing, 2003.
- PECK, T. W.; WILKINSON, K. D. – *William Withering of Birmingham MD. FRS. FLS*. Bristol: John Wright and Sons, 1950.
- PEITSCH, Helmut – Die Entdeckung der «Hauptstadt der Welt»: zur Ausformung eines Bildes von London in deutschen Zeitschriften und Reisebeschreibungen des 18. Jahrhunderts. In *Europaisches Reisen im Zeitalter der Aufklaerung*. Ed. Jager-Hans-Wulf. Heidelberg, 1992.
- PEITSCH, Helmut – Jakobinische Metaphorik? Deutsche Reisende als «Zuschauer» der Franzoesischen Revolution. In *Literatur-fuer-Leser*. Frankfurt am Main, 1990.

- PELZ, Annegret – Ob und wie Frauenzimmer reisen sollen? Das reisende Frauenzimmer als Entdeckung des 18. Jahrhunderts. In *Vortraege-Reden-Berichte*. Ed. Helga Brandes und Werner Kramer. Bibliotheks- und Informationssystem der Universität Oldenburg. N.º 9 (1993).
- PEMBLE, John – *The Mediterranean Passion. Victorians and Edwardians in the South*. Oxford: Clarendon Press, 1987.
- PIEDRA, Daniel Yépez – *España en el espejo: la revolución política y la guerra de 1808-1814 en las fuentes británicas*. [formato PDF]. Universitat Autònoma de Barcelona, 2006. Disponível em: <[http://seneca.uab.es/hmic/recerca/La imagen de la Revolucion.pdf](http://seneca.uab.es/hmic/recerca/La_imagen_de_la_Revolucion.pdf)>.
- PIGAFETTA, A. – *The first voyage around the world, 1519-1522: an account of Magellan's expedition*. Ed. T. J. Cachey. University of Toronto Press, 2007.
- PINKERTON, John (ed.) – *A General Collection of the Best and Most Interesting Voyages and Travels in All Parts of the World: Many of which are Now First Translated Into English; Digested on a New Plan. With 199 Engraved Plates*. London: Longman, 1814. 17 vol.
- PIRES, Maria Laura Bettencourt – *Portugal visto pelos Ingleses*. Lisboa: INIC, 1981.
- POGGENDORFF, Johann C. – *Biographisch-literarisches Handwoerterbuch*. 1863. Bd. 1.
- PONZ, Antonio – *Viaje de España*. Madrid: Ibarra, 1772-74. 18 vol.
- PONZ, Antonio – *Viaje Fuera de España*. Madrid: Ibarra, 1785. 2 vol.
- PRICE, Uvedale – *An Essay on the Picturesque, as Compared with the Sublime and the Beautiful; And, on the Use of Studying Pictures, for the Purpose of Improving Real Landscape*. London: J. Robson, 1794.
- PULIDO, Francisco Martins – *Relatório sobre a organização do Hospital de Alienados em Rilhafoles e os resultados administrativos e clínicos no anno de 1850, e três trimestres de 1851*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1851. Disponível em: <<http://digitarq.dgarq.gov.pt/details-id=4461603>>.
- QUENET, Grégory – *Les tremblements de terre aux XVIIe et XVIIIe siècles: la naissance d'un risque*. Paris: Éditions Champ Val-lon, 2005.
- QUÉRARD, Joseph-Marie – *La France littéraire, ou Dictionnaire bibliographique des savants, historiens et gens de lettres de la France, ainsi que des Littérateurs Étrangers qui ont écrit en Français, plus particulièrement pendant les XVIIIe et XIXe siècles*. Paris: Firmin Didot, 1830-1835.
- RACZYNSKI, Athanasius, conde de – *Dictionnaire historique artistique du Portugal. Pour faire suite à l'ouvrage ayant pour titre Les Arts en Portugal*. Paris, 1847.
- RACZYNSKI, Athanasius, conde de – *Les Arts en Portugal. Lettres adressés à la société artistique et scientifique de Berlin, et accompagnés de documents*. Paris, 1846.
- RALEGH, Walter, Sir – *The Discoverie of the large, rich and Bewtiful Empyre of Guyana*. Ed. Neal Whitehead. University of Oklahoma Press, 1997.
- RANQUE, Hugues Felix (ed.) – *Annuaire des titulaires de la Legion d'Honneur. Patrimoine de France*. [Em linha]. Base de données Mérimée du Ministère de la Culture et de la Communication-direction de l'Architecture et du Patrimoine. Disponível em: <<http://www.patrimoine-de-france.org/hommes/honneurs-370.html>>.
- RANQUE, Hugues Felix – *Mémoire sur un nouveau traitement du choléra-morbus et des affections typhoïdes; lu le 4 mars 1831 à la Société royale des sciences, belles-lettres et arts; envoyé le 2 mai 1831 à l'Académie royale de médecine*. Paris: J.-B. Baillière, 1831.
- RANQUE, Hugues Felix – *Théorie et Pratique de l'Inoculation de la Vaccine, Précédée d'un Tableau comparatif des avantages de l'inoculation ordinaire sur la petite vérole naturelle, et suivie des observations et rapports publiés sur ce sujet, tant en France qu'en Angleterre. Avec Figures*. Paris: Mequignon l'ainé, An IX-1801.
- PRICE, Uvedale (RHYS, Udal'ap) – *Account of the most Remarkable Places and Curiosities in Spain and Portugal*. Bath: Osborn, 1749.
- RICHARDIÈRE, Boucher de la (ed.) – *Bibliothèque Universelle des Voyages, ou notice Complète et Raisonnée de tous les Voyages Anciens et Modernes dand les Différentes Parties du Monde, Publiés tant en Langue Française, qu'en Langues Étrangères, Classés par Ordre de Pays dans leurs Série Chronologique*. Paris: Treutel et Wurtz, 1808. 4 vol.
- RICHARDSON, John – *Dictionary, Persian, Arabich, and English; to which is prefixed, a dissertation on the languages, literature, and manners of Eastern nations*. Sir Charles Wilkins (ed. e notas). London, 1806-10.
- RICHTER, Daniela Maria – «Die sanfte Bitte». *Women's Writing on Female Gender Roles in Nineteenth-Century Germany*. Austin, 2007. Tese de Doutoramento apresentada ao Departamento de Pós-Graduação da Universidade de Texas em Austin.

- ROBERTS, William (ed.) – *The British Review, and London Critical Journal*. London: Longman, 1811.
- ROBINSON, Eric – An English Jacobin: James Watt, Junior, 1769-1848. In *Cambridge Historical Journal*. Cambridge University Press. Vol. 11, n.º 3 (1955), pp. 349-355.
- ROBINSON, Jane – *Wayward Women: A Guide to Women Travellers*. University Press, 1990.
- ROCKWELL, C. – *The Catskill Mountains and the Region Around. Their Scenery, Legends, and History; with Sketches in prose and verse, by Cooper, Irving, Bryant, Cole, and others*. Revised edition. New York: Tainter Brothers Co., 1869.
- ROSE, J. Holland; BROADLEY, A. M. – *Dumouriez and the Defense of England against Napoleon. Illustrated with numerous portraits, maps and facsimiles*. London and New York: John Lane, 1908.
- ROSE, R. B. – The Priestley Riots of 1791. In *Past and Present*. Vol. 18 (1960), pp. 68-88.
- ROSMITAL, Leo von – *Des boehmischen Freiherrn, Loew von Rozmital und Blatna, Denkwuerdigkeiten und Reisen durch Deutschland, England, Frankreich, Spanien, Portugal und Italien. Ein Beitrag zur Zeit- und Sittengeschichte des fuenfzehnten Jahrhunderts*. Ed. Sasek Birkova z Horkě Leo. Bruenn, 1824.
- ROSMITAL, Leo von – *Itineris a Leone de Rozmital nobili Bohemo annis 1465-1467 per Germaniam, Angliam, Franciam, Hispaniam, Portugalliam atque Italiam confecti*. Stuggart, 1844.
- ROUSSEAU, G. S. – Review of Voyage into Substance: Art, Science, Nature, and the Illustrated Travel Account, 1760-1840 by Barbara Maria Stafford. In *The Journal of Modern History*. The University of Chicago Press. Vol. 61, n.º 1 (Mar. 1989), pp. 128-130.
- RUDERS, Carl Israel – *Några Anmärkning öfver Portugall, mddelade genom Bref*. Stockholm: Tryckta hos Carl Delén, 1803.
- RUDERS, Carl Israel – *Portugisisk Resa, Brevskriften i Bref til Vänner*. Stockholm: Tryckt hos Carl Delén, vol. I, 1805, vol. II, 1807, vol. III, 1809.
- RUDERS, Carl Israel – *Reise durch Portugall von C. I. Ruders, Koeninglich-Schwedischen Gesandtschaftsprediger in Lissabon. Nach dem Schwedischen Original bearbeitet von H. G. A. Gerken*. Berlin: Bossischen Buchhandlung, 1808.
- RUDERS, Carl Israel – *Viagem em Portugal, 1798-1802. Trad. de António Feijó; pref. e notas de Castelo Branco Chaves*. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1981. (Série Portugal e os Estrangeiros). Obra reeditada pela Biblioteca Nacional em 2002, com org. de Maria Leonor Machado de Sousa e notas de Duarte Ivo Cruz.
- RUTLER, J. – *A Description of Fonthill Abbey and Demesne, in the County of Wilts: Including a List of Its Paintings, Cabinets, &c.* 6th ed. Shaftesbury: Printed and Published by John Rutter, 1822.
- RYTON, John – *Banks and Banknotes of Exeter 1769-1906*. London: Priv. pub: 1984.
- SAVARY, Jean Julien Michel – *Guerres des Vendéens et des Chouans contre la République Française*. Paris: Baudouins Frères, 1825.
- SCHAEFFER, Heinrich (ed.) – *Geschichte von Portugal*. Hamburg, 1836. 5 vol.
- SCHEIDL, Ludwig; MELO, Idalina Aguiar de; RIBEIRO, António Sousa – *Dois Séculos de História Alemã (Política, Sociedade, Cultura). Textos e Documentos dos Séculos XIX e XX*. Coimbra: Faculdade de Letras, 1988.
- SCHEPELER, K. P. von (ed.) – *Geschichter der Revolutionen Spaniens und Portugals und besonders des daraus entstandenen Krieges*. Berlin, 1826-27. 2 vol.
- SCHMIDT, Gustav L. – *Portugal seit der Usurpation Dom MIGUELS. e. getreue u. zshaengende Darst. d. Merkwuerdigsten Begebenheiten, Schreckens- u. Greuelsenen seit d. Rueckkehr d. Prinzen im Februar 1828 bis auf d. heutigen Tag ; nebst e. histor. Uebers. d. wichtigsten polit. Ereignisse. Nach d. zuverlaessigsten engl. u. franz. Quellen bearb.* Ilmenau, 1829.
- SCHOFIELD, Robert E. – Review of William Withering of Birmingham by T. Whitmore Peck; K. Douglas Wilkinson. [Em linha]. In *Isis. The University of Chicago Press on behalf of The History of Science Society*. Vol. 46, n.º 4 (Dec. 1955). Disponível em: <<http://0-www.jstor.org.library.winthrop.edu:80/stable/227589>>.
- SCHRIBER, Mary-Suzanne – Julia Ward Howe and the Travel Book. In *New England Quarterly*. Vol. 62 (1989).
- SCOTT, John – *A visit to Paris in 1814; being a review of the moral, political, intellectual, and social condition of the French capital*. Trenton, New Jersey: D. Fenton, 1816.
- SCOTT, John – *Paris revisited in 1815, by way of Brussels; including a walk over the field of battle at Waterloo*. London: Longman, 1816.
- SEMPLE, Robert – *A Second Journey in Spain, in the Spring of 1809. From Lisbon, through the western skirts of the Sierra Morena, to Sevilla, Cordoba, Granada, Malaga, and Gibraltar; and thence to Tetuan and Tangiers. With plates, containing 24 figures illustrative of the costume and manners of the inhabitants of several of the Spanish Provinces*. London: C. & R. Baldwin, 1809.

- SEMPLE, Robert – *Charles Ellis: or, The Friends; a Novel, Comprising the Incidents and Observations occurring on a Voyage to the Brazils and West Indies, actually performed by the Writer*. London: C. & R. Baldwin, 1806. 2 vol.
- SEMPLE, Robert – *Observations made on a tour from Hamburg, through Berlin, Gorlitz, and Breslau, to Silberberg; and thence to Gottenburg*. London: C. & R. Baldwin 1814.
- SEMPLE, Robert – *Sketch of the present state of Caracas; including a journey from Caracas through La Victoria and Valencia to Puerto Cabello*. London: C. & R. Baldwin 1812.
- SEMPLE, Robert – *Walks and sketches at the Cape of Good Hope; to which is subjoined a journey from Cape Town to Blettenberg's Bay*. London: C. & R. Baldwin, 1803.
- SHADWELL, Charles – *The Fair Quaker of Deal, Or, The Humours of the Navy: A Comedy*. London: G. Cawthorn, 1797.
- SHELLEY, Mary – *Frankenstein or The Modern Prometheus*. London: Lackington, Hughes, Harding, Mavor & Jones, 1818.
- SHELLEY, Mary – *Rambles in Germany and Italy 1840, 1842 and 1843*. London: Edward Moxon, 1844. 2 vol.
- SHIFFER, Reinhold – *Oriental Panorama: British Travellers in 19th Century Turkey*. Amsterdam and Atlanta, GA: Rodopi Publishers, 1999.
- SILVA, Raquel Henriques da – Lisboa das Avenidas Novas. In *Rassegna. Questões de Arquitectura do Ambiente*. Ano XVI, n.º 59 (1994/III).
- SOLÍS, José Antonio Hoyas – Salamanca y su Universidad en los Relatos de Viages Ingleses del Siglo XVIII. In *Anuario de Estudios Filológicos*. Vol. 28, pp. 117-129.
- SOUBOUL, Albert (dir.) – *Dictionnaire Historique de la Révolution Française*. Quadrige/PUF, 1989.
- SOUSA, Maria Leonor Machado de – Lisboa vista pelos Estrangeiros (Levantamento Bibliográfico até ao fim do século XIX). In *Lisboa-Revista Municipal*. Lisboa: Câmara Municipal. N.ºs. 5 e 6 (3.º e 4.º trim. 1983).
- SOUTH Australian Passenger lists 1836-1851*. [Em linha]. Disponível em: <<http://www.slsa.sa.gov.au/fh/passenger-lists/1844GeorgeWashington.htm>>.
- SOUTHERN Society for Clinical Investigation (US) (ed.) – *The American Journal of the Medical Sciences*. Philadelphia, PA.: Lea & Blanchard. Vol. 25 (1839).
- SOUTHEY, Robert – *Letters written during a journey in Spain and a short residence in Portugal with some account of Portuguese poetry*. London: Longman, 1797. 2 vol.
- SOUTHEY, Robert Esq. L.L.D. – *History of the Peninsular War*. London: Murray, 1828.
- STABLER, Jane – Taking Liberties: The Italian Picturesque in Women's Travel Writing. In *European Romantic Review*. Vol. 13, n.º 1 (Março 2002).
- STAGL, Justin – *A History of Curiosity. The Theory of Travel 1550-1800*. Harwood Academic Publishers GmbH, 2005.
- STEMMLER, Joan K – *Opinión de un Anglo-Irlandes de España: viajes de Portugal y España en 1772 y 1773 de Richard Twiss*. [Em linha]. (TT: An Anglo-Irish View of Spain: Richard Twiss's Travels in Portugal and Spain in 1772 and 1773 (Resenha). Dieciocho: Hispanic Enlightenment. 01-Set-00. Disponível em: <http://www.accessmylibrary.com/coms2/summary_0286-32220509_ITM>.
- STEPHEN, Leslie; LEE, Sidney; SMITH, George (ed.) – Charles William Vane. In *Dictionary of National Biography*. London: Smith, Elder, & Co., 1899.
- STEPHEN, Leslie; LEE, Sidney; SMITH, George (ed.) – Edward Thompson. In *Dictionary of National Biography*. London: Smith, Elder, 1885.
- STEPHEN, Leslie; LEE, Sidney; SMITH, George (ed.) – Emmeline Stuart-Wortley. In *Dictionary of National Biography*. London: Smith, Elder, 1898.
- STEPHEN, Leslie; LEE, Sidney; SMITH, George (ed.) – William Edward Baxter. In *Dictionary of National Biography*. Oxford University Press, 1909.
- STOCKING, Marion Kingston – *The Journals of Claire Clairmont*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1968. Appendix A, pp. 441-442.
- STRASSEN, E. A.; GÂNDARA, Alfredo – *Oito Séculos de História Luso-Alemã*. Instituto Ibero-Americano de Berlim, 1944.
- STRUPP, Christoph, B. Zischke e K. Dreisbach – *German Americana, 1800-1955. A Comprehensive Bibliography of German, Austrian, and Swiss Books and Dissertations on the United States*. Washington, DC: German Historical Institute, 2007.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *Hours at Naples, and Other Poems*. London: Saunders and Otley, 1837.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *Impressions of Italy and Other Poems*. London: Saunders and Otley, 1837.

- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *Poems*. London: John Murray, 1833.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *Sketches of Travel in America*. London: Saunders and Otley, 1853.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *Sonnets, written chiefly during a tour through Holland, Germany, Italy, Turkey, and Hungary*. London: Joseph Rickerby, 1839.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *The Knight and The Enchantress; With Other Poems*. London: Longman, 1835.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *The Village Churchyard; And Other Poems*. London: Longman, 1835.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *The Visionary. Canto III*. London: Joseph Rickerby, 1839.
- STUART-WORTLEY, Lady Emmeline – *Travelling Sketches in Rhyme*. London: Longman, Rees, Orme, Brown, Green, and Longman, 1835.
- SUARCE, Colonel B. de – *Journal de l'expédition des Algarves sous le commandement du Mel. Duc de Terceira; année 1833*. Paris, 1834.
- SWINBURNE, Henry, Esq. – *Travels through Spain, in the Years 1775 and 1776. In which several monuments of Roman and Moorish Architecture are Illustrated by Accurate Drawings Taken on the Spot*. London: P. Elmsley, 1779.
- THE ANTIJACOBIN Review and True Churchman's; or, Monthly, Political, and Literary Censor: with an appendix, containing an ample review of foreign literature. London: B. M'Millan, 1807; London: G. Sidney, 1811.
- THE FREEMAN'S Journal. 21 de Fev. de 1817
- THE GENERAL Advertiser or Limerick Gazette. 21 de Fev. de 1817.
- THE KING'S Royal Rifle Corps (60th). [Em linha]. In *Origins, History and Campaigns of the 60th Rifles*. Disponível em: <<http://www.egframes.co.uk/CDKRRRC.htm>>.
- THE LIMERICK Evening Recorder. 12 de Set. de 1816.
- THE LITERARY chronicle and weekly review. Forming an analysis and general repository of literature, philosophy, science, arts, history, the drama, morals, manners, and amusements. London: H. Colburn, 1818-1836. 10 vol.
- THE LONDON Literary Gazette and Journal of Belles Lettres, Arts & Sciences for the Year 1820. London. N.º 154 (1820).
- THE SALISBURY and Winchester Journal. Segunda-feira, 16 de Nov. de 1812.
- THICKNESSE, Richard – *A Year's Journey through France and Part of Spain*. London, 1777.
- THOMAS, Joseph, A.M, M.D. (ed.) – Edward Thompson. In *Universal pronouncing dictionary of biography and mythology*. Philadelphia: J. B. Lippincott and Co., 1870. Vol. 2.
- THOMPSON, Edward – *Bello Montè: or, the Misfortunes of Anna D'Arfet. A Nautic Poem. Written at the island of Madeira, in 1784, by Captain Edward Thompson*. London: C. Moran et al., 1784.
- THOMPSON, Edward – *The Court of Cupid: By the author of the Meretriciad. Containing the 8th edition of the Meretriciad, with great additions. In two volumes*. London: printed for C. Moran, 1770.
- THOMPSON, Edward – *The Courtesan: By the Author of The Meretriciad*. London: Printed for the author, 1765.
- THOMPSON, Edward – *The Meretriciad. 6th ed*. London: Printed for the Author, 1765.
- THOMPSON, Edward (ed.) – *The Poems and Miscellaneous Compositions of Paul Whitehead*. Dublin, 1777.
- THOMPSON, Edward – *The sirens. A masque, in two acts, as performed at the Theatre Royal, Covent-Garden*. London: G. Kearsley, 1776.
- THOMPSON, Edward (ed.) – *The Works of Andrew Marvell, Esq., Poetical, Controversial, and Political: containing many Original Letters, Poems, and Tracts never before printed, with a New Life*. London, 1776. 3 vol.
- THOMPSON, Edward (ed.) – *The Works of Oldham*. Dublin, 1771. 3 vol.
- THOMPSON, Lawrence S. – German Travellers in the South from the Colonial Period through 1865. In *South Atlantic Bulletin*. Vol. 37, n.º 2 (May 1972), pp. 64-74.
- TILENAU, Dr. Tilesius von – *Nachtrag zur Berichtigung einzelner Ansichten in dem Gemaelde von Lissabon und einzelne Fragmente eines Augenzeugen zur Kenntniss dieser Hauptstadt*. Leipzig, 1799.
- TOLLENARE, Louis-François de – *Notes dominicales prises pendant un voyage en Portugal et au Brésil en 1816, 1817 et 1818*. Ed. Léon Bourdon. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian, 1971-1973. 3 vol.
- TOSETTI, Urbano – *Sammlung der neuesten Schrifften, welche die Jesuiten in Portugal betreffen*. Frankfurt und Leipzig, 1760.
- TOWER, Charlemagne – *The Marquis de La Fayette in the American Revolution: With Some Account of the Attitude of France Toward the War of Independence*. Philadelphia: J. B. Lippincott, 1895.
- TOWNER, John – *An Historical Geography of Recreation and Tourism in the Western World, 1540-1940*. Chichester: John Wiley & Sons, 1996.

- TRIERISCHE Heimat. *illustrierte Monatsschrift zur Pflege der Heimatliebe, heimischer Geschichte, Junst u. Mundart fuer d. Gebiete d. Mosel, Saar, d. Eifel u. d. Hunsrueck*. Trier, 1924-1935.
- TURNER, Katherine – *British Travel Writers in Europe 1750-1800: Authorship, gender and national identity*. Aldershot: Ashgate, 2001.
- TWIGG, T. – *Twigg's corrected list of the country-bankers of England and Wales*. T. Twigg, 1830.
- TWISS, Richard – *A tour in Ireland in 1775: with a view of the salmon-leap at Ballyshannon*. Dublin: Messrs. Sheppard, Corcoran, Cross, Potts et al., 1777.
- TWISS, Richard – *A Trip to Paris in July and August 1792*. Illustrated Edition. London: W. Lane London, 1792.
- UHLAND, Ludwing – «Der gute Kamerad». In *Gedicht von Ludwig Uhland*. Stuttgart und Tübingen: J. G. Cotta, 1834.
- UNITED Society for Christian Literature (Religious Tract Society) c. 1725 and 1799-1986. [Em linha]. Collection (Funds) of the School of Oriental and African Studies. Archives in London and the M25 area. Research Support Libraries Programme. Disponível em: <<http://www.aim25.ac.uk/index.stm>>.
- URBAN, Sylvanus, Gent. (ed.) – Rev. Edward Clarke. In *The Gentleman's Magazine*. Obituary. London: John Nichols & Son. (Dec. 1786).
- URBAN, Sylvanus, Gentl. (ed.) – Review. The Miscellaneous Tracts of the late William Withering. In *The Gentleman's magazine, and historical chronicle*. London: John Nichols & Son. (Jun.-Dec. 1822).
- URBAN, Sylvanus, Gentl. (ed.) – Richard Barnard Fisher. Obituary. In *The Gentleman's magazine, and historical chronicle*. London: John Nichols & Son. Vol. 98 (Jul.-Dec. 1828).
- URBAN, Sylvanus, Gentl. (ed.) – General George Cockburn. In *The Gentleman's Magazine*. London: John Nichols & Son. Vol. 28 (Nov. 1847).
- VANDELLI, Domingos – Manuscrito n.º 11.463 dos Anais da Biblioteca Nacional, 32 (1914), integrado em Memórias Inéditas de Domingos Vandelli. Memória sobre a pedra de cobre. In *Documentos vindos do Brasil. Livros 28, 29 e 30 (Arquivo Nacional da Torre do Tombo)*.
- VAPEREAU, Gustave – Auguste-Émile Bégin. In *Dictionnaire Universel Des Contemporains: Contenant Toutes Les Personnes Notables Del La France Et Des Pays Français*. Paris: Librairie de La Hachette, 1858.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo – *História geral do Brasil: antes da sua separação e independencia de Portugal*. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1962.
- VOLTAIRE – *Précis du siècle de Louis XIV*. Paris: Renouard, 1748.
- VOLTAIRE, François Marie – *La Pucelle d'Orléans, poème en vingt-un chants*. Éd. Ornée de figures gravées par les meilleurs artistes. Paris, 1700.
- WALDORF, A. R. – *The British Factory in Lisbon and its closing stages ensuing upon the treaty of 1810*. Lisboa: Instituto Britânico em Portugal, 1940.
- WATKINS, John; SCHOBERL, Frederic (ed.) – *A Biographical Dictionary of the Living Authors of Great Britain and Ireland Comprising Literary Memoirs and Anecdotes of Their Lives*. London: Henry Colburn, 1816.
- WATT, Ann – *Carta a James Watt*. [Manuscrito]. 26 de Setembro de 1792. Coleção dos Arquivos Soho do Arquivo Municipal da cidade de Birmingham, Inglaterra. [3219/4/6/48].
- WATT, Helga Schutte – Ida Pfeiffer: A Nineteenth-Century Woman Travel Writer. In *The German Quarterly*. Focus: Nineteenth Century (Kleist). Vol. 64, n.º 3 (Summer, 1991), pp. 339-352.
- WATT, Helga Schutte – Woman's Progress: Sophie La Roches's Travelogues 1787-1788. In *The Germanic Review*. Washington: Heldref Publications. (Summer 1991).
- WATT, Robert (ed.) – Rev. James Wilmot. In *Bibliotheca Britannica; or a General Index to British and Foreign Literature*. Edinburgh: Archibald Constable and Company, 1824.
- WELSCHINGER, M. Henri – *Aventures de guerre et d'amour du baron de Cormatin 1794-1812*. Paris: Librairie Plom, 1894.
- WELTZIEN, Wolf Deneke von – *Das altadelige italieniesche Geschlecht «Minutoli» in Deutschland*. [S.l.]: Photograph Rother, 1931.
- WIELAND, C. M. (ed.) – Über das Reisen. In *Der Teutsche Merkur*. Weimar, 1773-1806.
- WILLIAM Granville Eliot. [Em linha]. In *Artists and Ancestors. Miniature Portrait Art Collection. An Internet Art Exhibition displaying portrait miniatures from the 17th-20th cent*. Disponível em: <<http://www.portrait-miniature.blogspot.com/>>.
- WILKINS, Sir Charles – *Clossary of oriental terms: originally annexed to the fifth report of the Committee of the House of Commons on the Affairs of the East-India Company in 1812-1813*. Journal of the House of Lords. 1813.

- WILLIAMS, Raymond – *Problems in Materialism and Culture: Selected Essays*. London: Verso Books, 1980.
- WISEMAN, Nicholas Patrick (ed.) – *The Dublin Review*. London: W. Spooner. Vol. 2, n.º 3 (Dec. 1836), pp. 111-117.
- WITHERING, W., Dr. – *An account of the foxglove and some of its medical uses: with practical remarks on dropsy and other diseases*. London: J. and J. Robinson, 1785.
- WITHERING, W., Dr. – *Analyse chimica da aqua das Caldas da Rainha. A chemical analysis of the water of Caldas da Rainha*. Printed by the Royal Academy at Lisbon in Portuguese and English, 1795.
- WITHERING, W., M.D. – *An Arrangement of British Plants according to the latest Improvements of the Linnean System, with an Introduction to the Study of Botany. Illustrated with Copperplates*. 6th ed. corrected and enlarged by William Withering, Esq. London, 1818. 4 vol.
- WITHERING, William, Dr. – *Carta a James Watt Esq.* [Manuscrito]. Março de 1793. Coleção dos Arquivos Soho do Arquivo Municipal da cidade de Birmingham, Inglaterra. [MS 3219/4/89/12].
- WITHERING, W., M.D. – Experiments and Observations on the Terra Ponderosa, &c. By William Withering, Communicated by Richard Kirwan, Esq. F. R. S. In *Philosophical Transactions of the Royal Society of London*. Vol. 74 (1784), pp. 293-311.
- WITHERING, William – *The Miscellaneous Tracts of the late William Withering. To which is prefixed a Memoir of his Life, Character, and Writings*. London, 1822. 2 vol.
- WITTICH, A. – Bibliotheken Portugals- roemische Alterthuemer. Mittheilung einiger Inschriften aus einer handschriftlichen Sammlung welche sich in der Bibliothek des ehemaligen Klosters S. Francisco da Cidade zu Lissabon befindet. In *Zimmermannschen Zeitschrift fuer die Alterthumswissenschaft*, jahrg.1840.
- WITTICH, A. – *Die hoehere wissenschaftliche Lehr-und Erziehungs Anstalt zu Hofwyl. Ein paedagogischer Beitrag. Die Grundsätze in der Behandlung der Jugend*. Leipzig, 1837.
- WITTICH, A. (trad.) – *Der Moench von Santarem oder Wanderungen in meinem Vaterlande*. Leipzig, s/d.
- WITTICH, A. (trad.), *Ignez de Castro, Trauespiel in fuenf Aufzuegen von J. Baptista Gomes*. Dritter Band der 'Ausgewaehnten Bibliothek der Classiker des Auslandes', Leipzig: Brockhaus, 1841.
- WOLLSTONECRAFT, Mary – *A Vindication of the Rights of Woman*. London: Printed for J. Johnson, 1792.
- WRAXALL, Nathaniel – *Cursory Remarks, printed as A Tour round the Baltic through the Northern Countries of Europe*. 4th ed. London: T. Cadell, 1807.
- WULFING, Wulf – *Medien der Moderne: Londons Strassen in den Reiseberichten von Johanna Schopenhauer bis Theodor Fontane. In Reisen im Diskurs: Modelle der literarischen Fremderfahrung von den Pilgerberichten bis zur Postmoderne*. Heidelberg: Ed. Fuchs, Herden, 1995.
- YOUNG, William – *Narrative of the persecution and imprisonment in Portugal of William Young H. P. British service, under D. Miguel*. London: Henry Colburn, 1833.
- YOUNGS, Tim – *Where Are We Going? Cross-border Approaches to Travel Writing*. In *Perspectives on Travel Writing*. Ed. Glenn Hooper and Tim Youngs. Ashgate Publishing Ltd., 2004.
- ZIERVOGEL, Evald (ed.) – *Konunga-Riket Portugalls geographie, historie och stats-kunskap. Eller tydelig beskrifning [...]*. Upsala: Lorentz M. Höjer, 1759.

